



PLANO
DIRETOR
JOÃO PESSOA

A CIDADE QUE EU QUERO

P2b
Relatório do Diagnóstico Técnico

FASE II • Outubro/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Prefeito Municipal

Cícero de Lucena Filho

Vice Prefeito Municipal

Leopoldo de Araújo Bezerra Cavalcanti

Secretaria Municipal de Planejamento

José William Montenegro Leal

Secretaria Municipal de Gestão Governamental e Articulação Política

Diego Tavares

Coordenador Geral do Programa João Pessoa Sustentável

Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros

Secretaria Municipal Executiva de Participação Popular

Thiago Diniz

Secretaria Municipal de Administração

Ariosvaldo de Andrade Alves

Secretaria Municipal de Comunicação Visual

Marcos Vinícius

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Felipe Matos Leitão

Secretaria Municipal de Educação

Maria América de Assis Castro

Secretaria Municipal de Habitação Social

Socorro Gadelha

Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Recreação

Kaio Márcio Ferreira Costa de Almeida

Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Rougger Xavier Guerra Júnior

Secretaria Municipal de Saúde

Fábio Rocha

Secretaria Municipal de Trabalho, Produção e Renda

Vaulene de Lima Rodrigues

Secretaria Municipal de Turismo

Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes

Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz

Controladoria Geral do Município

Eudes Moacir Toscano

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Fábio Carneiro

Secretaria Municipal de Fazenda

Adenilson de Oliveira Ferreira

Secretaria Municipal Executiva de Finanças

Brunno Sitonio de Oliveira

Secretaria Municipal Executiva da Receita

Sebastião Feitosa Alves

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Rubens Falcão da Silva Neto

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Welison Araújo Silveira

Secretaria Municipal de Política Pública para Mulheres

Nena Martins

Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania

João Almeida

Secretaria Municipal Executiva de Transparência Pública

Rafael Rosa Costa

Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana

Ricardo José Veloso

Fundação Cultural de João Pessoa

Marcus Alves

Instituto de Previdência do Município

Caroline Ferreira Agra

Superintendência de Mobilidade Urbana

George Ventura Morais

Procuradoria Geral do Município

Bruno Nóbrega

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

Kelson de Assis Chaves

Coordenadoria de Patrimônio Cultural de João Pessoa

Daniella Bandeira

COORDENAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL

Núcleo de Estudos e Análise Urbana – NEAU/SEPLAN

Presidente

Valéria von Buldring

Membro

Thália Karenina M. de Alencar Paiva

Membro

Uiara Wasconcelos de Assis

Membro

Juliana de Camargo Barbosa

Membro

Emanuella Nobre Venâncio Rodrigues

EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO

Coordenadora Geral: Arquiteta Urbanista

Izabel Neves da Silva Cunha Borges

Coordenador Geral Executivo: Engenheiro Civil

Gustavo Taniguchi

Coordenadora Operacional: Arquiteta Urbanista

Manoela Fajgenbaum Feiges

Gerente de Projeto: Engenheiro Civil

Douglas Christofari Viero

Advogada

Luciane Leiria Taniguchi

Advogado

Claudio Marcelo Rodrigues Iarema

Arquiteta Urbanista

Tami Suzchman

Arquiteta Urbanista

Zulma Das Graças Lucena Schussel

Arquiteta Urbanista

Joana Borges Doyle Lontra

Arquiteto Urbanista

Clóvis Ultramari

Arquiteto Urbanista

Juliano Geraldi

Economista

Mariano de Matos Macedo

Engenheiro Ambiental

Altair Rosa

Engenheiro Ambiental

Helder Rafael Nocko

Engenheiro Civil

André Luciano Malheiros

Engenheiro Cartógrafo

Maximo Alberto S. Miquelles

Engenheira Cartógrafa e Agrimensora

Cecília Parolim Ferraz

Engenheiro Ambiental e Sanitarista

Bruno Gomes Camargo

Geógrafo

Augusto dos Santos Pereira

Geógrafo

Paulo Henrique Costa

Socióloga

Fabiane Baran

Tecnologia da Informação

João Marcos Leiria

Jornalista

Sérgio Luiz Zacarias

Jornalista

Matheus Rocha Carneiro

Administradora

Viviane Cristina Cardoso

Assistente Administrativo

Luara Andrade Godoi

Representante Local

Rita de Cassia Xavier dos Santos

Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Ilana Kruchelski

Estagiário de Arquitetura e Urbanismo

Lucas Albuquerque Souza

ÍNDICE

1	APRESENTAÇÃO	37
2	INSERÇÃO E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS	38
2.1	MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	38
2.2	A REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA	40
2.3	DEGRAUS METROPOLITANOS.....	47
2.4	JOÃO PESSOA NA REDE URBANA BRASILEIRA	57
2.5	DINÂMICA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	69
2.6	CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO	76
2.7	CONDICIONANTES AMBIENTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA	91
2.8	CONDICIONANTES E SANEAMENTO METROPOLITANO	93
3	PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL.....	96
3.1	PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL.....	96
3.2	PRINCÍPIOS E FINS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL VIGENTE	101
3.3	LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS.....	106
3.4	SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	114
4	CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA	118
4.1	DINÂMICA POPULACIONAL	118
4.2	ASPECTOS SOCIAIS.....	140
4.3	POTENCIAL DOS SETORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.....	175
4.4	POTENCIAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO	192
5	CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE AMBIENTAL	203
5.1	CLIMA.....	203
5.2	GEOLOGIA.....	204
5.3	PEDOLOGIA.....	206
5.4	RELEVO E DECLIVIDADE	210
5.5	FALÉSIAS	212
5.6	BACIAS HIDROGRÁFICAS E HIDROGRAFIA.....	220
5.7	BIOMAS.....	229

5.8	FLORA E FAUNA	230
5.9	ÁREAS VERDES	232
5.10	ÁREAS COM RESTRIÇÕES AMBIENTAIS	239
5.11	CRESCIMENTO URBANO	262
5.12	PONTOS DE INSALUBRIDADE AMBIENTAL	264
5.13	ÁREAS DE RISCO.....	265
5.14	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	268
6	CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL.....	274
6.1	ADENSAMENTO DEMOGRÁFICO	274
6.2	ADENSAMENTO HORIZONTAL E VERTICAL.....	274
6.3	OCUPAÇÃO E DENSIFICAÇÃO POR USOS.....	286
6.4	ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	290
6.5	CARACTERIZAÇÃO, MAPEAMENTO E ANÁLISE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL TOMBADO.....	292
7	QUESTÃO FUNDIÁRIA E MORADIA	307
7.1	ASSENTAMENTOS INFORMAIS	307
7.2	HABITAÇÃO SOCIAL	311
8	MOBILIDADE (URBANA, RURAL E REGIONAL)	327
8.1	PRINCIPAIS ACESSOS AO MUNICÍPIO	327
8.2	SISTEMA DE MOBILIDADE INTRAURBANO	329
8.3	MODAIS ATIVOS.....	332
8.4	TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	361
8.5	SISTEMA FERROVIÁRIO DE JOÃO PESSOA - VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHO (VLT)	369
8.6	OBRAS PREVISTAS PARA MELHORIA DA MOBILIDADE EM JOÃO PESSOA.....	372
8.7	TÁXI.....	374
8.8	SISTEMA VIÁRIO.....	376
8.9	ÁREA CENTRAL.....	385
9	INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS URBANOS E RURAIS.....	388
9.1	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	388
9.2	SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL.....	475

9.3	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	477
9.4	ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	484
9.5	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS	490
9.6	ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	512
9.7	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	515
10	FINANÇAS PÚBLICAS E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO	528
10.1	ÍNDICE CFA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL	528
10.2	CAPACIDADE DE PAGAMENTO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.....	537
10.3	CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA PELO ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL.....	540
11	REFERÊNCIAS	546
12	ANEXOS	570
12.1	ANEXO I – TABELA METODOLOGIA: FINANÇAS.....	571
12.2	ANEXO II – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO	574
12.3	ANEXO III – CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.....	585
12.4	ANEXO IV – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE	593
12.5	ANEXO V – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	602
12.6	ANEXO VI – CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS SOCIOASSISTENCIAIS	607
12.7	ANEXO VII – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA.....	613
12.8	ANEXO VIII – RELAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	615

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de João Pessoa	38
Figura 2: Principais Rodovias de acesso a João Pessoa	40
Figura 3: Manchas Metropolitanas	44
Figura 4: Série histórica da mancha de ocupação metropolitana.....	45
Figura 5: Hierarquização metropolitana	55
Figura 6: Regiões Geográfica Imediatas da Região Intermediária de João Pessoa: João Pessoa, Guarabira, Mamanguape - Rio Tinto e Itabaiana	60
Figura 7: Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no estado da Paraíba.....	62
Figura 8: Região de Influência do Arranjo Populacional de João Pessoa	63
Figura 9: Tipologia intraurbana da Concentração Urbana de João Pessoa.....	67
Figura 10: Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal	81
Figura 11: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), geral e por componente, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 1991, 2000, 2010.....	83
Figura 12: Faixas do IVS	88
Figura 13: Evolução do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), geral e por componente, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2000, 2010.....	90
Figura 14: Macrozoneamento de João Pessoa	109
Figura 15: Evolução populacional do município de João Pessoa - 1991, 2000, 2010, 2020, 2030, 2040, 2050	120
Figura 16: Bairros e Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa	122
Figura 17: Evolução da densidade demográfica das Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa - 2000, 2010, 2020.....	131
Figura 18: Evolução populacional das Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa - 2000, 2010, 2020.....	131
Figura 19: Evolução da taxa média de crescimento anual populacional das Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa - 2000, 2010, 2020	131
Figura 20: Evolução da taxa média de crescimento anual populacional e da densidade demográfica dos bairros do município de João Pessoa - 2000, 2010, 2020	132
Figura 21: Evolução da densidade habitacional das Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa - 2000, 2010.....	135

Figura 22: Evolução da média de habitantes por domicílio das Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa - 2000, 2010	135
Figura 23: Evolução da densidade habitacional e da média de habitantes por domicílio dos bairros do município de João Pessoa - 2000, 2010	136
Figura 24: Evolução da razão de sexo do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 1991, 2000, 2010, 2020	137
Figura 25: Evolução da razão de dependência do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 1991, 2000, 2010, 2020	138
Figura 26: Pirâmides etárias da população, por sexo, do município de João Pessoa - 1991, 2000, 2010, 2020	139
Figura 27: Evolução do percentual da população acima de 25 anos, por nível de instrução, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010, 2019.....	141
Figura 28: Evolução das taxas de desempenho escolar e de distorção idade-série, por etapa de ensino, do município de João Pessoa - 2010, 2019.....	142
Figura 29: Evolução da taxa de atendimento escolar, por faixa etária, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010, 2019.....	143
Figura 30: Evolução do número de matrículas na creche, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020	144
Figura 31: Evolução do número de estabelecimentos com oferta de creche, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020	144
Figura 32: Evolução do número de matrículas na pré-escola, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020	145
Figura 33: Evolução do número de estabelecimentos com oferta de pré-escola, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020	146
Figura 34: Evolução do número de matrículas no ensino fundamental, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020	147
Figura 35: Evolução do número de estabelecimentos com oferta de ensino fundamental, total e por dependência administrativa, do Município de João Pessoa - 2010 a 2020.....	147
Figura 36: Evolução do número de matrículas no ensino médio, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020	148

Figura 37: Evolução do número de estabelecimentos com oferta de ensino médio, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020	148
Figura 38: Distribuição percentual de casos de morbidade e mortalidade, por grupo de doenças/causas, do município de João Pessoa - 2015/2019	152
Figura 39: Evolução do coeficiente de mortalidade infantil (de até um ano) do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010 a 2019.....	154
Figura 40: Evolução do coeficiente de mortalidade materna do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010 a 2019	154
Figura 41: Evolução das taxas de cobertura populacional pela rede de Atenção Primária à Saúde e por equipes e agentes da Estratégica Saúde da Família, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010, 2020	155
Figura 42: Evolução da razão de leitos hospitalares, total e com atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010 a 2020	157
Figura 43: Evolução da razão de médicos, total e com atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010 a 2020	158
Figura 44: Renda domiciliar <i>per capita</i> , por sexo, autodeclaração de cor ou raça e grupos de idade, do município de João Pessoa - 2019	160
Figura 45: Evolução da participação relativa da população de baixa renda em relação à população total, por classificação de grupos de renda, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010, 2020	162
Figura 46: Percentual estimado da população residente inscrita no Cadastro Único e participação relativa em relação ao total de inscritos, por sexo e autodeclaração de cor ou raça, do município de João Pessoa - 2020.....	162
Figura 47: Renda média domiciliar, percentual de domicílios com renda média de até meio salário mínimo e percentual da população por autodeclaração de cor ou raça parda/preta, dos bairros do município de João Pessoa - 2010	166
Figura 48: Média dos coeficientes de criminalidade, por tipologia criminal, do município de João Pessoa e das capitais brasileiras - 2014/2019.....	169
Figura 49: Evolução da distribuição percentual de domicílios, por número moradores e de cômodos, densidade de moradores por dormitório e condição do domicílio, do município de João Pessoa - 2000, 2010	171

Figura 50: Distribuição percentual de domicílios, por forma de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário, destino do lixo e provisão de energia elétrica, do município de João Pessoa - 2010.....	172
Figura 51: Percentual de domicílios atendidos por serviços de saneamento básico dos bairros do município de João Pessoa - 2010	173
Figura 52: Distribuição percentual dos domicílios situados em aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano, do município de João Pessoa - 2010.....	175
Figura 53: Aglomeração de atividades intensivas de conhecimento no município de João Pessoa.....	182
Figura 54: Classificação da UNCTAD para as indústrias criativas.....	192
Figura 55: Polo Turístico Cabo Branco.....	195
Figura 56: Dados do comportamento da chuva e da temperatura ao longo do ano do município de João Pessoa, a partir de uma série de dados de 30 anos.....	203
Figura 57: Áreas com indícios de erosão costeira em João Pessoa e municípios vizinhos	213
Figura 58: Bacias Hidrográficas.....	220
Figura 59: Aspecto visual da margem do Rio do Meio, afluente do Rio Sanhauá	223
Figura 60: Aspectos da margem do Rio Tambiá	224
Figura 61: Aspectos da margem do Rio Jaguaribe e do Rio Timbó	225
Figura 62: Situação do Rio Jaguaribe na planície litorânea do norte de João Pessoa	226
Figura 63: Aspecto visual das margens do Rio Cabelo	227
Figura 64: Aspecto visual dos cursos hídricos da Bacia do Cuiá.....	228
Figura 65: Localização do Município de João Pessoa no Bioma da Mata Atlântica	229
Figura 66: Mancha urbana e de áreas verdes de João Pessoa	234
Figura 67: Evolução da cobertura da terra na RVS Mata do Buraquinho	241
Figura 68: Evolução da cobertura no Parque das Trilhas	243
Figura 69: Zoneamento da Flona da Restinga do Cabedelo.....	244
Figura 70: Evolução da cobertura da terra na Flona da Restinga de Cabedelo	245
Figura 71: Zona de Amortecimento da Flona Restinga de Cabedelo	246
Figura 72: Evolução da cobertura da terra no Parque do Cuiá	247

Figura 73: Mapa com o perímetro proposto para o Parque Marinho do Naufrágio Queimado	248
Figura 74: Estado de conservação das nascentes em João Pessoa	250
Figura 75: Evolução da ocupação urbana na Barra do Gramame	251
Figura 76: Residências localizadas em até 20 m dos mangues do Estuário do Rio Paraíba com limite em João Pessoa	252
Figura 77: Identificação de viveiros destinados a criação de camarão e sua influência nas áreas de mangues	253
Figura 78: Mapa de localização da área do mangue Barra de Gramame, João Pessoa	254
Figura 79: Representação esquemática e fotografia de falésias na porção sul de João Pessoa	256
Figura 80: Representação esquemática das falésias da porção central da costa de João Pessoa	257
Figura 81: Representação esquemática e imagem da linha de falésia na porção norte de João Pessoa	258
Figura 82: Novos loteamentos próximos do Açude das Marés	259
Figura 83: Evolução da cobertura da terra, próximo do Açude Mamuaba-Gramame	259
Figura 84: Mancha Urbana em João Pessoa em 1972	262
Figura 85: Mancha Urbana em João Pessoa em 2010	262
Figura 86: Crescimento Populacional da Microrregião de João Pessoa	263
Figura 87: Identificação das pegadas de inundação dos quatro canais modelados	267
Figura 88: Área afetada por inundações - Comunidade de São José próxima ao rio Jaguaribe.	267
Figura 89: Histórico da verticalização de João Pessoa	275
Figura 90: Índice de Verticalização, 2018	277
Figura 91: Variação da densidade populacional por bairros de João Pessoa – 2010-2018 ...	278
Figura 92: Densidade demográfica por setor censitário, 2018	280
Figura 93: Variações no consumo de energia elétrica por bairro – 2010-2018	281
Figura 94: Síntese dos vetores de crescimento recente	282
Figura 95: Renda média domiciliar por bairro	283
Figura 96: Usos não residenciais	287

Figura 97: Uso do solo por lote	288
Figura 98: Centralidades em João Pessoa	289
Figura 99: Poligonal do Centro Histórico – IPHAN e IPHAEP	293
Figura 100: Comunidades Integrantes do Complexo Beira Rio.....	312
Figura 101: Localização dos conjuntos habitacionais produzidos até 1985 em João Pessoa	313
Figura 102: Localização dos conjuntos habitacionais do PMCMV em João Pessoa, até 2016	324
Figura 103: Principais acessos de João Pessoa	328
Figura 104: Divisão modal nos Municípios da RMJP	331
Figura 105: Viagens por faixa de renda e modo de transporte.....	332
Figura 106: Características dos deslocamentos em João Pessoa: total de viagens a pé por bairro	335
Figura 107: Motivos para viagem a pé (Pesquisa OD, 2018).....	335
Figura 108: Sistema viário quanto a existência de calçada	336
Figura 109: Av. Maximiano Figueiredo.....	337
Figura 110: Av. Maximiano Figueiredo com a Av. Duarte da Silveira	338
Figura 111: Av. Maximiano Figueiredo.....	338
Figura 112: Av. Maximiano Figueiredo com a Av. Duarte da Silveira	339
Figura 113: Av. Maximiano Figueiredo com a Av. Duarte da Silveira	339
Figura 114: Ladeira da Borborema	340
Figura 115: Rua da Areia.....	340
Figura 116: Rua da Areia.....	341
Figura 117: Rua da Areia com a Ladeira da Borborema	341
Figura 118: Ladeira da Borborema	342
Figura 119: Ladeira da Borborema (Igreja Nossa Senhora das Neves)	342
Figura 120: Av. João Maurício (Orla do Bairro Manaíra).....	343
Figura 121: Av. João Maurício com a R. Jacinto Dantas	343
Figura 122: R. Jacinto Dantas com a Av. João Maurício	344
Figura 123: Rua Padre Antônio Diogo Feijó - Alto do Céu.....	344
Figura 124: Rua Padre Antônio Diogo Feijó.....	345
Figura 125: Av. Presidente Getúlio Vargas	345

Figura 126: Av. Dom Pedro II	346
Figura 127: Av. Dom Pedro II (Rampa em frente a R. Maria de Fátima U. Araújo).....	346
Figura 128: Sistema cicloviário existente e proposto e linhas de desejo da Pesquisa OD (2018)	348
Figura 129: Av. João Maurício (Orla – Bairro Manaíra).....	357
Figura 130: Av. Presidente Getúlio Vargas	358
Figura 131: Av. Duarte da Silveira	358
Figura 132: Rua Fernando Luiz Henrique dos Santos.....	359
Figura 133: Rua Fernando Luiz Henrique dos Santos.....	359
Figura 134: Av. Arthur Monteiro de Paiva (via em frente a orla no Bairro Bessa).....	360
Figura 135: Cruzamento da R. Hortência Helena Amorim Brito (paralela à BR-230, no Bairro Bessa) com R. Quatrocentos e Quarenta e Nove.	360
Figura 136: Corredores de ligação entre o Centro e os Bairros	362
Figura 137: Linhas de transporte coletivo e loteamentos, ocupações irregulares, área quilombola, comunidades e Zonas Especiais de Interesse Social	369
Figura 138: Estações ferroviárias de João Pessoa	370
Figura 139: Passageiros Transportados pelo VLT de João Pessoa.....	372
Figura 140: Número média de táxis conforme porte das cidades	375
Figura 141: Distribuição dos pontos de táxi em João Pessoa	375
Figura 142: Exemplificação da área de atendimento para o ponto de táxi	376
Figura 143: Nível de Serviço no ano base.....	377
Figura 144: Relação das viagens com oferta de comércios, serviços e empregos.....	378
Figura 145: Relação entre as áreas verdes e o sistema de circulação viária.....	379
Figura 146: Relação entre linhas de transporte coletivo e os equipamentos de turismo	380
Figura 147: Linha de desejo de transporte individual	383
Figura 148: IPK (índice de passageiros por quilômetro) total de transporte coletivo (ônibus municipais) por porte do município	384
Figura 149: Polos Geradores de Viagem, ciclovias e linhas do transporte coletivo.....	385
Figura 150: Linhas do transporte coletivo, ciclovias, terminais de ônibus, pontos de carga e descarga e equipamentos administrativos e de turismo na região do Centro Histórico	386
Figura 151: Caracterização dos estacionamentos na área central.....	387

Figura 152: Número de equipamentos da rede de Educação Básica, por esfera administrativa e etapa de ensino, do município de João Pessoa - 2021.....	392
Figura 153: Número de matriculados na rede de Educação Básica, por esfera administrativa e etapa de ensino, do município de João Pessoa - 2020.....	392
Figura 154: Distribuição espacial de equipamentos com oferta de creche da rede pública de educação do município de João Pessoa.	399
Figura 155: Distribuição espacial de equipamentos com oferta de pré-escola da rede pública de educação do município de João Pessoa.	403
Figura 156: Distribuição absoluta de respostas de caracterização e avaliação dos equipamentos com oferta de creche da rede pública de educação de João Pessoa.	405
Figura 157: Distribuição absoluta de respostas de caracterização e avaliação dos equipamentos com oferta de pré-escola da rede pública municipal de educação de João Pessoa.	406
Figura 158: Distribuição espacial de equipamentos com oferta dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de educação do município de João Pessoa.	410
Figura 159: Distribuição espacial de equipamentos com oferta dos anos finais do ensino fundamental da rede pública de educação do município de João Pessoa.	414
Figura 160: Distribuição absoluta de respostas de caracterização e avaliação dos equipamentos com oferta dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal de educação de João Pessoa.	415
Figura 161: Distribuição absoluta de respostas de caracterização e avaliação dos equipamentos com oferta dos anos finais do ensino fundamental da rede pública municipal de educação de João Pessoa.	416
Figura 162: Distribuição espacial de equipamentos com oferta de ensino médio da rede pública de educação do município de João Pessoa.	420
Figura 163: Distribuição espacial de equipamentos com oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública de educação do município de João Pessoa.	423
Figura 164: Número de equipamentos de gestão municipal, por tipologia, da rede pública de saúde do município de João Pessoa - 2021.....	429
Figura 165: Número de equipamentos de gestão estadual e dupla, por gestão e tipologia, da rede pública de saúde do município de João Pessoa - 2021.....	429

Figura 166: Número de equipamentos da rede pública de saúde, por gestão administrativa e atendimento, do município de João Pessoa - 2021.	430
Figura 167: Distribuição espacial de Unidades de Saúde da Família (USF) do município de João Pessoa.	437
Figura 168: Distribuição espacial de equipamentos selecionados da rede pública de saúde do município de João Pessoa.	442
Figura 169: Número de equipamentos de Proteção Social Básica da rede pública socioassistencial, por nível de Proteção Social, tipologia e esfera administrativa, do município de João Pessoa - 2021.	447
Figura 170: Distribuição espacial de equipamentos da rede pública socioassistencial do município de João Pessoa.	456
Figura 171: Distribuição absoluta de respostas de caracterização e avaliação dos equipamentos da rede pública socioassistencial do município de João Pessoa.	458
Figura 172: Distribuição espacial de equipamentos da rede pública de segurança do município de João Pessoa.	463
Figura 173: Número de espaços e equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, por tipologia e esfera administrativa, do município de João Pessoa - 2021.	467
Figura 174: Distribuição espacial de espaços e equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer do município de João Pessoa.	474
Figura 175: Ciclo do abastecimento de água	478
Figura 176: Definições das formas de abastecimento de água para consumo humano	479
Figura 177: Distribuição dos Reservatórios em João Pessoa	482
Figura 178: ETA de Marés	484
Figura 179: Ciclo dos esgotos domésticos	485
Figura 180 - Estação de Tratamento de Efluentes - Mangabeira	490
Figura 181: Águas pluviais e urbanização	492
Figura 182: Travessia de canal próxima à Comunidade Beira Rio	494
Figura 183: Estrutura Bicelular no rio Jaguaribe sob a Rua São Geraldo	498
Figura 184: Pontos que apresentam problemas de alagamento e de inundação urbana do município de João Pessoa	499
Figura 185: Descarte irregular de Resíduos	500

Figura 186: Frequência dos problemas de microdrenagem, alagamentos, por zona da área urbana no município de João Pessoa	500
Figura 187: Frequência dos problemas de macrodrenagem, inundação, por zona da área urbana no município de João Pessoa	501
Figura 188: Rio Jaguaribe atingiu comunidades no bairro São José e no bairro dos Ipês, em João Pessoa.....	502
Figura 189: Rio Jaguaribe transborda e a Avenida Beira Rio é interditada.....	502
Figura 190: Cobertura da cobertura da iluminação em Led no Município de João Pessoa...	514
Figura 191: Resíduos Sólidos	516
Figura 192: Histórico de resíduos em João Pessoa	518
Figura 193: Composição dos Resíduos Sólidos Urbanos de João Pessoa.....	520
Figura 194: Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa.	524
Figura 195: Antigo Lixão Roger de João Pessoa.	526
Figura 196: Hierarquia do IGM/CFA	530
Figura 197: Dimensões que compõe o IGM/CFA – João Pessoa e o melhor do grupo.....	532
Figura 198: Indicadores do IFGF	541

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PIB per capita dos municípios da RMJP - 2018	70
Gráfico 2: Taxas Médias Anuais de Crescimento do PIB, 2002-2018 (% a.a.)	72
Gráfico 3: Taxa Média Anual de Crescimento no período 2002-2018 (% a.a.)	72
Gráfico 4: Evolução do PIB e do Emprego Formal em João Pessoa	176
Gráfico 5: Participação do número de vínculos de empregos formais em João Pessoa em relação ao total do estado	177
Gráfico 6: Número de vínculos de empregos formais na atividade Educação em João Pessoa	180
Gráfico 7: Número de vínculos de empregos formais na atividade de atenção à saúde humana em João Pessoa.....	182
Gráfico 8: Número de vínculos de empregos formais em atividades típicas de turismo em João Pessoa: hotéis e similares, agências de viagem e operadores turísticos e serviços de reservas	185
Gráfico 9: Movimento de passageiros no Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Lima	185
Gráfico 10: Número de vínculos de empregos formais na fabricação de produtos cerâmicos em João Pessoa.....	187
Gráfico 11: Número de vínculos de empregos formais na fabricação de produtos têxteis em João Pessoa.....	188
Gráfico 12: Número de vínculos de empregos formais nas atividades dos serviços de tecnologia da informação em João Pessoa	189
Gráfico 13: Fluxo Global de Turismo em João Pessoa, 2017-2019 (anual)	197
Gráfico 14: Fluxo Global de Turismo em João Pessoa, 2017-2019 (mensal)	198
Gráfico 15: Fluxo de Hóspedes em João Pessoa segundo o estado de residência permanente	199
Gráfico 16: Índice de Competitividade do Turismo em João Pessoa	201
Gráfico 17: Crescimento da população atendida com abastecimento de água no município de João pessoa (1997 - 2019)	480
Gráfico 18: Índice de atendimento ao sistema de esgotamento sanitário em João Pessoa - PB	487

Gráfico 19: Comparativo do IGM-CFA - João Pessoa e o melhor do grupo	531
Gráfico 20: IGM – Dimensão Finanças	533
Gráfico 21: IGM – Dimensão Gestão	534
Gráfico 22: IGM – Dimensão Desempenho	535

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Região Geográfica Intermediária de João Pessoa: Regiões Imediatas e Municípios	58
Quadro 2: Hierarquia Urbana dos municípios da Região Geográfica Imediata João Pessoa...	63
Quadro 3: Descrição e peso dos indicadores que compõem o subíndice IVS Infraestrutura Urbana	84
Quadro 4: Descrição e peso dos indicadores que compõem o subíndice IVS Capital Humano	86
Quadro 5: Descrição e peso dos indicadores que compõem o subíndice IVS Renda e Trabalho	87
Quadro 6: Objetivos-meio e condições fundamentais do Plano Diretor de João Pessoa.....	101
Quadro 7: Estrutura do Título IV - das Políticas de Desenvolvimento por vigência e equivalência com a LO	105
Quadro 8: Legislação urbanística básica municipal.....	106
Quadro 9: Instrumentos instituídos pelo Plano Diretor de João Pessoa	107
Quadro 10: Conceitos de <i>Knowledge locations</i> / Distritos de inovação	183
Quadro 11: Edital Polo Turístico Cabo Branco	197
Quadro 12: Dimensões e variáveis que compõem o Índice de Competitividade do Turismo	200
Quadro 13: Espécies da Flora de João Pessoa.....	231
Quadro 14: Espécies da Flora de João Pessoa ameaçadas de extinção.....	231
Quadro 15: Alguns exemplos da Fauna de João Pessoa	232
Quadro 16: Déficit Habitacional, 2019	323
Quadro 17: Período e construção de conjuntos habitacionais na cidade de João Pessoa	324
Quadro 18: Programas do PLHIS de João Pessoa	325
Quadro 19: IGM-CFA: agrupamentos de municípios	529
Quadro 20: Faixas de qualificação dos indicadores econômico-financeiros referentes à CAPAG dos municípios pleiteantes de garantia ou aval da União	538
Quadro 21: Qualificação final dos indicadores econômico-financeiros referentes à CAPAG dos municípios pleiteantes de garantia ou aval da União	538

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: População censitária e estimada, 2010-2038.....	43
Tabela 2: Informações de Referência	49
Tabela 3: RMJP, Função Pública de Interesse Comum de Mobilidade: Movimentos pendulares ao polo, 2010	51
Tabela 4: RMJP, Função Pública de Interesse Comum de Uso do Solo: compartilhamento da Mancha metropolitana, 2020.....	52
Tabela 5: RMJP, Função Pública de Interesse Comum de Meio Ambiente: uso regional dos Mananciais de Abastecimento, 2020	53
Tabela 6: Degraus e Hierarquia Metropolitana.....	56
Tabela 7: Características do Arranjo Populacional de João Pessoa	65
Tabela 8: PIB dos municípios circunvizinhos de João Pessoa.....	71
Tabela 9: Participação do PIB dos municípios no PIB Total da RM de João Pessoa, segundo setores de atividade econômica.....	73
Tabela 10: Participação de cada setor de atividade econômica no PIB Total dos municípios da RM de João Pessoa	74
Tabela 11: Ganhos e perdas de participação econômica no PIB Total dos Municípios da RM de João Pessoa.....	75
Tabela 12: Área, população, densidade demográfica e grau de urbanização dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP), com destaque para o Arranjo Populacional de João Pessoa (AP João Pessoa), e do estado da Paraíba - 2010, 2020	77
Tabela 13: População e taxa média de crescimento anual populacional dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP), com destaque para o Arranjo Populacional de João Pessoa (AP João Pessoa), e do estado da Paraíba - 1991, 2000, 2010, 2020	79
Tabela 14: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e do estado da Paraíba - 1991, 2000, 2010.....	82
Tabela 15: Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e do estado da Paraíba - 2010	83
Tabela 16: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e do estado da Paraíba - 2000, 2010.	89

Tabela 17: Componentes do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e do estado da Paraíba - 2010.....	90
Tabela 18: Taxa média de crescimento anual populacional dos municípios do Arranjo Populacional de João Pessoa (AP João Pessoa) - 1991, 2000, 2010, 2020, 2030, 2040, 2050	120
Tabela 19: Nascidos vivos, mortalidade total, crescimento vegetativo, populações esperadas e observadas e saldo migratório estimado do município de João Pessoa - 2000/2010, 2010/2019	122
Tabela 20: Área, população, taxa média de crescimento anual populacional e densidade demográfica das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa - 2000, 2010, 2020	128
Tabela 21: Número de domicílios, densidade habitacional, média de habitantes por domicílio e variação percentual domiciliar e populacional das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa - 2000, 2010.	133
Tabela 22: População censitária e estimada, por faixa etária, do município de João Pessoa - 1991, 2000, 2010, 2020.....	138
Tabela 23: Média de alunos por estabelecimento de ensino, por etapa de ensino e dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020	150
Tabela 24: Índice de Gini, renda domiciliar <i>per capita</i> e razão de renda de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010, 2019	159
Tabela 25: Renda média domiciliar, domicílios total e percentual com renda média de até meio salário mínimo e de acima de cinco salários mínimos, população total e percentual por autodeclaração de cor ou raça branca e parda/preta, por Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa - 2010	164
Tabela 26: Número de vínculos de empregos formais nas principais atividades econômicas do município de João Pessoa.....	177
Tabela 27: Unidades Geológicas em % presentes no município de João Pessoa	204
Tabela 28: Medida das Classes de Hipsometria do município de João Pessoa.....	210
Tabela 29 - Prazos das Licenças expedidas pelo SEMAM.....	270
Tabela 30: Documentos exigidos para Autorização Ambiental no município de João Pessoa	270

Tabela 31: Documentos exigidos para Solicitação de Dispensa de Licença Ambiental de João Pessoa.....	271
Tabela 32: Documentos exigidos para Termo de Compromisso Ambiental no município de João Pessoa.....	271
Tabela 33: ZEIS de João Pessoa	314
Tabela 34: Características dos sistemas metroviários.....	371
Tabela 35: Características dos sistemas metroferroviários	371
Tabela 36: População censitária na faixa etária de até 3 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de equipamentos e alunos matriculados em creches da rede pública de educação e percentual estimado de cobertura da população de referência, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa. ...	397
Tabela 37: População censitária de 4 a 5 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de equipamentos e alunos matriculados em pré-escolas da rede pública de educação e percentual estimado de cobertura da população de referência, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.	401
Tabela 38: População censitária na faixa etária de 6 a 10 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de equipamentos e alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de educação e percentual estimado de cobertura da população de referência, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.....	408
Tabela 39: População censitária na faixa etária de 11 a 14 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de equipamentos e alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental da rede pública de educação e percentual estimado de cobertura da população de referência, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.....	412
Tabela 40: População censitária na faixa etária de 15 a 17 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de equipamentos e alunos matriculados no ensino médio da rede pública de educação e percentual estimado de cobertura da população de referência, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.	418

Tabela 41: População censitária na faixa etária acima de 15 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, e número de equipamentos e alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública de educação, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.	421
Tabela 42: Número de equipamentos de saúde, por tipologia e atendimento, total, com atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) e de gestão municipal, do município de João Pessoa - 2021.....	427
Tabela 43: Número de equipamentos de saúde, por tipologia e atendimento, de gestão estadual, dupla e federal, do município de João Pessoa - 2021.	428
Tabela 44: População projetada para 2020, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de Unidades de Saúde da Família (USF) e das respectivas equipes e Agentes Comunitários de Saúde, e estimativa de cobertura da população por Equipes de Saúde da Família, de Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde, dos Distritos Sanitários e bairros do município de João Pessoa.....	434
Tabela 45: População projetada para 2020, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, e número de equipamentos selecionados da rede pública de saúde, por tipologia, dos Distritos Sanitários e bairros do município de João Pessoa.	440
Tabela 46: População projetada para 2020, estimativa de população e famílias em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, e número de equipamentos de Proteção Social Básica da rede pública socioassistencial, por tipologia, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.	453
Tabela 47: População projetada para 2020, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, e número de equipamentos da rede pública de segurança, por órgão administrativo, das Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISP) do município de João Pessoa.....	462
Tabela 48: População projetada para 2020, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, e número de espaços e equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.	471
Tabela 49: Informações sobre o abastecimento de água do município de João Pessoa – PB	480
Tabela 50: Mananciais de abastecimento em João Pessoa	481

Tabela 51: Informações sobre o esgotamento sanitário do município de João Pessoa – PB 487	
Tabela 52: Informações sobre o serviço de drenagem e manejo de águas pluviais.....	494
Tabela 53: Indicadores do serviço de drenagem e manejo de águas pluviais e drenagem urbana	495
Tabela 54: Trechos dos Canais Urbanos Assoreados – Bairro do Bessa 2020	503
Tabela 55: Gestão de Riscos e Administração de Desastres 2020	504
Tabela 56: Relação dos Trechos e Pontos de Alagamento.....	506
Tabela 57: Consumo de Energia Elétrica nos Municípios com maior economia do Estado da Paraíba	512
Tabela 58: Informações sobre a coleta de resíduos em João Pessoa	518
Tabela 59: Associações de catadores existentes no município de João Pessoa	520
Tabela 60: Informações sobre a recuperação de materiais recicláveis	521
Tabela 61: Quantidades de resíduos de poda destinados à unidade de podas de João Pessoa	523
Tabela 62: Quantidades de RSU destinadas ao Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa	525
Tabela 63: Índice FIRJAN de Gestão Fiscal – João Pessoa, 2013 / 2018.....	545

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Zoneamento de João Pessoa.....	110
Mapa 2: Atrativos turísticos	194
Mapa 3: Geologia municipal.....	205
Mapa 4: Solos em João Pessoa	209
Mapa 5: Mapa de Declividades	211
Mapa 6: Bacias hidrográficas.....	222
Mapa 7: Lotes Vazios	285
Mapa 8: Macrozona de Preservação Ambiental	291
Mapa 9: Comunidades de João Pessoa	308
Mapa 10: Zonas Especiais de Interesse Social.....	318
Mapa 11: Hierarquização viária.....	330
Mapa 12: Sistema cicloviário, terminais de ônibus e zoneamento.....	350
Mapa 13: Sistema cicloviário e equipamentos de esporte, cultura e lazer	352
Mapa 14: Sistema cicloviário, equipamentos administrativos, de educação, assistência social e de saúde.....	354
Mapa 15: Terminais de ônibus, ciclovias e linhas de transporte coletivo	354
Mapa 16: Linhas de transporte coletivo, equipamentos administrativos, de cultura, esporte, parques e de turismo.....	364
Mapa 17: Linhas de transporte coletivo e equipamentos de saúde e educação.....	364
Mapa 18: Polos Geradores de Viagem e linhas do transporte coletivo.....	367
Mapa 19: Polos Geradores de Tráfego e hierarquização viária	382
Mapa 20: Cobertura da rede de esgoto	488
Mapa 21: Pavimentação viária	496
Mapa 22: Áreas de risco de alagamento e canais assoreados	511

SIGLAS

ABStartups – Associação Brasileira de Startups

ACADEPOL – Academia de Polícia Civil

AD – Álcool e Drogas

AISP – Área Integrada de Segurança Pública e Defesa Social

Amip – Assistência Médica Infantil da Paraíba

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

ANTP - Agência Nacional de Transporte de Passageiros

AP - Arranjo Populacional

APP – Área de Preservação Permanente

ASMJP – Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH - Banco Nacional de Habitação

CADSUAS/MC – Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social do Ministério da Cidadania

CAPAG – Capacidade de Pagamento

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CBMPB – Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba

CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos

CCBSA – Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas

CDU – Conselho de Desenvolvimento Urbano

CEARTE – Centro Estadual de Arte

CECAPRO – Centro de Capacitação de Professores

CEF – Caixa Econômica Federal

CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular

CELEST – Centro de Línguas Estrangeiras

Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CFA – Conselho Federal de Administração

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CINEP – Companhia de Desenvolvimento da Paraíba

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COMPACTU – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural

CONDIAM – Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal da Área Metropolitana de João Pessoa

CNES/MS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Ministério da Saúde

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos

COMPDEC – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

CONPEC – Conselho de Proteção dos Bens Históricos e Culturais do Estado da Paraíba

COPAC – Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa

CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRC – Centro de Referência da Cidadania

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CREI – Centro de Referência em Educação Infantil

CRJ - Centro de Referência da Juventude

CSU – Centro Social Urbano

CVLI - Crimes violentos letais intencionais

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil

DITur – Distrito Industrial do Turismo

EC – Economia Criativa

ECI – Escola Cidadã Integral

ECIS – Escola Cidadã Integral Socioeducativa

ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica

EEBAS/UFPB – Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba

EEEE – Escola Estadual de Educação Especial

EEEFM – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

EEEM – Escola Estadual de Ensino Médio

EEFF – Escola Estadual de Ensino Fundamental

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

EMEIF – Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMEPA – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana
EPASA – Centrais Hidrelétricas da Paraíba S.A.
ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
ETS/UFPB – Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba
Extremotec – Polo de Tecnologia Extremo Oriental das Américas
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FCJA – Fundação Casa de José Américo
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getulio Vargas
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP – Fundação João Pinheiro
FPIC – Funções Públicas de Interesse Comum
FUMPAC – Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNESC – Fundação Espaço Cultural
FUNJOPE – Fundação Cultural de João Pessoa
GAAM – Grupo de Ações Ambientais
GATur – Grupo de Apoio ao Turista
GCM – Guarda Civil Municipal
GOT – Grupo Operacional Tático
GRE – Grupo Ronda Escolar
HIS – Habitação de Interesse Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDOM - Ingeniería Idom Internacional S.A.

IFGF – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal

IFPB – Instituto Federal da Paraíba

IGM-CFA – Índice CFA de Governança Municipal

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Informatiza APS – Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPI – Impostos Sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ISS – Imposto Sobre Serviços

ITR – Imposto Territorial Rural

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

LO – Lei Orgânica

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MEC – Ministério da Educação

MPE – Micro e Pequena Empresa

MTur – Ministério do Turismo

NAI – Núcleo de Atendimento Integrado

OD – Origem Destino

ONG – Organização não Governamental

OODC - Outorga Onerosa do Direito de Construir

OSC – Organização da Sociedade Civil

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAI – Plano de Ações e Investimentos

PAR – Programa de Arrendamento Residencial

PBGÁS – Companhia Paraibana de Gás

PBTur - Empresa Paraibana de Turismo

PCPB - Polícia Civil do Estado da Paraíba

PDMJP – Plano Diretor Municipal de João Pessoa
PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PEA – População Economicamente Ativa
PJPVS - Projeto João Pessoa Vida Saudável
PIB – Produto Interno Bruto
Planmob – Plano de Mobilidade Urbana de João Pessoa
PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa
PMSB-JP - Plano Municipal de Saneamento Básico de João Pessoa
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólido
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRSH – Programa de Reabilitação de Sítios Históricos
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RCC – Resíduos Sólidos da Construção Civil
RCL – Receita Corrente Líquida
REGIC – Região de Influência das Cidades
REISP – Região Integrada de Segurança Pública e Defesa Social
Requalifica UBS – Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde
RM – Região Metropolitana
RMJP – Região Metropolitana de João Pessoa
RPNP – Restos a Pagar Não Processados
RSS – Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde
RVS – Refúgio de Vida Silvestre
SAA – Setor de Amenização Ambiental
SADT – Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAPS/MS – Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde
SEAP/PB – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECITEC – Secretaria de Ciência e Tecnologia
SECULT/MC – Secretaria Nacional da Cultura do Ministério do Turismo
SECULT/PB – Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba
SEDEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SEDH/PB – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba
SEDHUC – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura
SEJEL/PB – Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer da Paraíba
SEJER – Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Recreação
SEM HAB – Secretaria Municipal de Habitação Social
SEMUSB – Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania
SENASP/MJSP – Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública
SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento
SEPPM – Secretaria Municipal Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres
SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SINISA – Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SRTM – Shuttle Radar Topography Mission
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente
SUS – Sistema Único de Saúde
TI – Tecnologia da Informação
UDH – Unidades de Desenvolvimento Humano
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UPA – Unidades de Pronto Atendimento

URNe – Universidade Regional do Nordeste

USF – Unidades de Saúde da Família

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

VLT - Veículo Leve Sobre Trilho

ZANP - Zona Adensável não Prioritária

ZAP - Zonas Adensáveis Prioritárias

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZEP – Zona Especial de Preservação

ZPA – Zona Proteção Ambiental

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Equipe Chave

Coordenadora Geral: Arquiteta Urbanista

Izabel Neves da Silva Cunha Borges

Coordenador Geral Executivo – Mobilidade e Sistema Viário: Engenheiro Civil

Gustavo Taniguchi

Legislação e Questões Institucionais: Advogada

Luciane Leiria Taniguchi

Uso do Solo: Arquiteta Urbanista

Tami Suzchman

Habitação e Moradia: Arquiteta Urbanista

Zulma Das Graças Lucena Schussel

Economia e Finanças: Economista

Mariano de Matos Macedo

Meio Ambiente: Engenheiro Ambiental

Altair Rosa

Infraestrutura e Serviços Públicos: Engenheiro Civil

André Luciano Malheiros

Geoprocessamento: Engenheiro Cartógrafo

Maximo Alberto S. Miquelles

Geoprocessamento: Geógrafo

Augusto dos Santos Pereira

Aspectos Sociais e Participativos: Socióloga

Fabiane Baran

1 APRESENTAÇÃO

A Fase II – Análise Temática Integrada, do processo de revisão do Plano Diretor de João Pessoa (PDMJP) consiste na elaboração dos Diagnósticos Técnico, Comunitário e Síntese do Diagnóstico Técnico e Comunitário.

Este Documento é a versão definitiva P2b – Relatório de Produto Fase II – Diagnóstico Técnico, o primeiro dos três que compõem essa Fase.

O Diagnóstico Técnico foi elaborado com base nos dados secundários e das informações obtidas junto aos técnicos da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), de órgãos estaduais, municipais e federais, de concessionárias prestadoras de serviços públicos e de diferentes instituições de pesquisa, bem como dos levantamentos de campo realizados pela equipe do Consórcio – João Pessoa Sustentável – PDMJP.

O Relatório se apropriou dos 9 eixos temáticos elencados no Termo de Referência (TDR) para sua estruturação, conforme indicados abaixo:

1. Inserção e características regionais
2. Planejamento e Gestão Territorial
3. Caracterização e análise socioeconômica
4. Caracterização e análise ambiental
5. Caracterização e análise do uso e ocupação do solo atual
6. Questão fundiária e moradia
7. Mobilidade (urbana, rural e regional)
8. Infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos e rurais
9. Finanças públicas e capacidade de investimento do município.

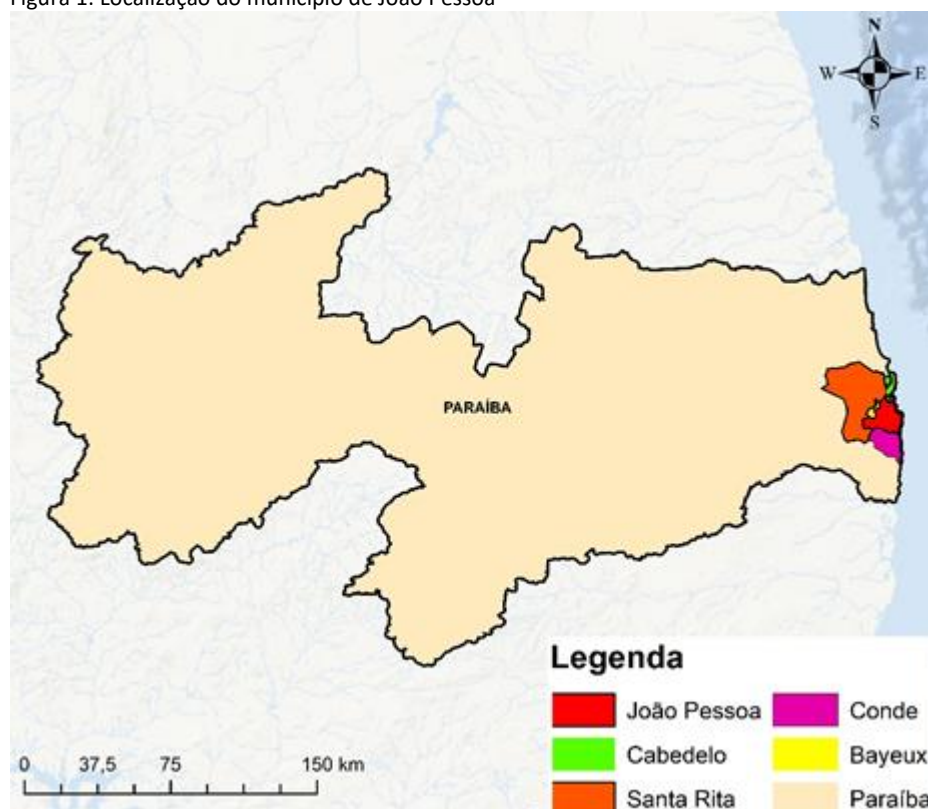
Dessa forma, o presente documento apresenta o diagnóstico acerca das realidades regional e urbana do município, organizado nos diferentes eixos temáticos que influenciam a estruturação, dinâmica e o processo de uso e de ocupação do território de João Pessoa.

2 INSERÇÃO E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS

2.1 MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

O Município de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, localiza-se na Região Nordeste do Brasil, tendo como limites os Municípios de Cabedelo ao norte, Conde ao Sul, Bayeux e Santa Rita a oeste, e com o Oceano Atlântico a leste (Figura 1) (BARBOSA, 2015). É umas das cidades mais antigas do Brasil, fundada em 1585. Ela nasceu às margens do Rio Sanhauá, e cresceu em direção ao mar, apresenta cerca de 30 quilômetros de praias, sendo um dos destinos turísticos mais procurados no nordeste do Brasil (ICES, 2014).

Figura 1: Localização do município de João Pessoa



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de GeoPortal AESA (2019)

João Pessoa apresentou um expressivo crescimento populacional entre 2000 e 2010, se em 2000 possuía uma população de 597.934 habitantes, em 2010, chegou a uma população de 723.515 habitantes (ICES, 2014). É a oitava cidade mais populosa da região e uma das capitais que mais cresce no Nordeste brasileiro (IDOM-COBRAPÉ, 2014). O município

apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), igual a 0,763 e um Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2018 correspondeu a R\$ 20.036.726,17 (IBGE, 2018).

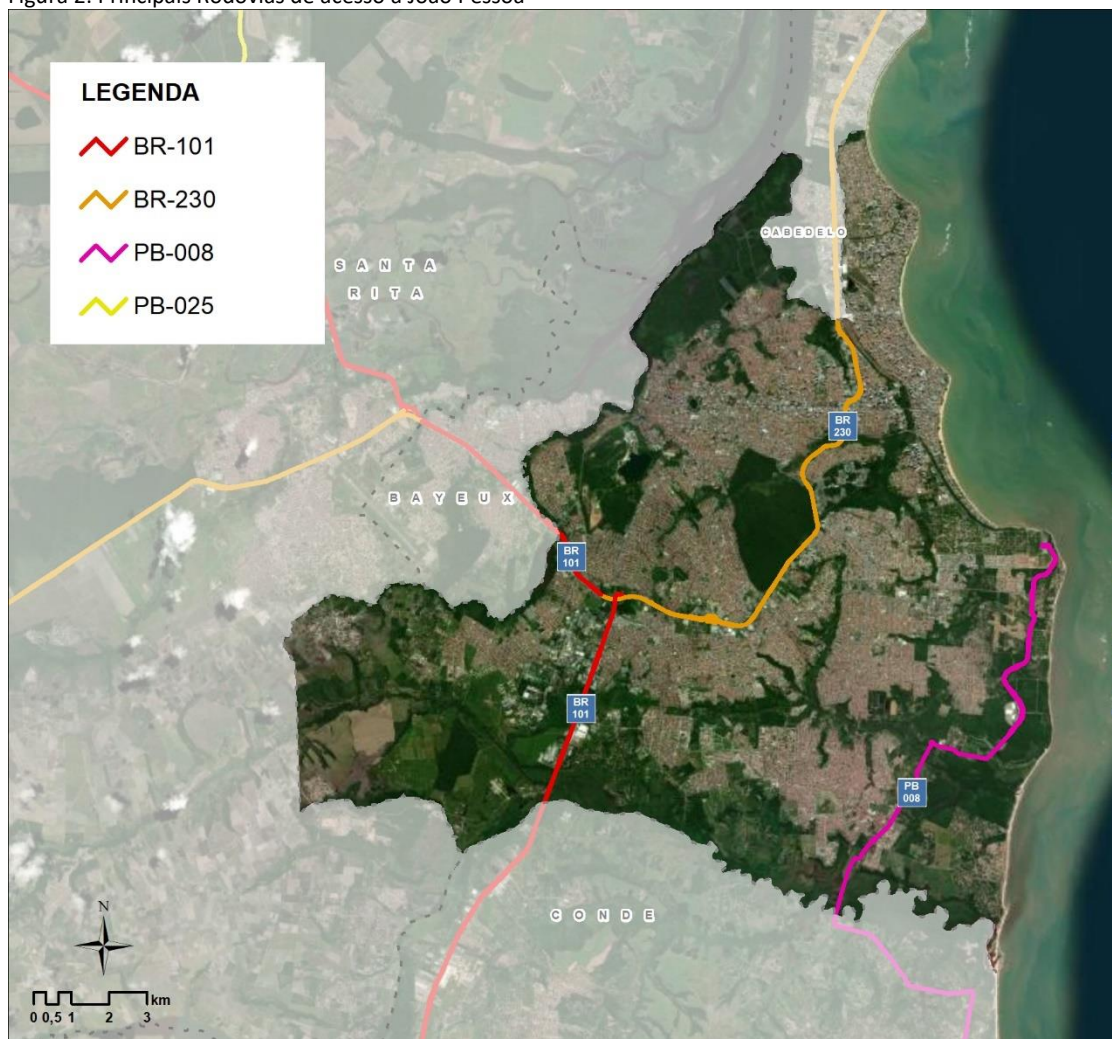
O município destaca-se com seus atrativos turísticos, recreativos e culturais, os quais estão localizados basicamente no centro da cidade e na Orla Marítima.

O setor mais representativo é o de serviços, impulsionado principalmente pelo turismo, seguido pelos setores da indústria e da agropecuária. O setor da agropecuária é o menos expressivo economicamente, fenômeno comum em municípios demograficamente médios e grandes, sobre recortes territoriais não extensos (IDOM-COBRAPE, 2014).

João Pessoa conta com diferentes vias de acessos (Figura 2) que contribui para o crescimento populacional, devido à atração de novos trabalhadores ao polo industrial de Goiana (PE), que escolhem João Pessoa como local de residência pela facilidade de acesso e qualidade de vida.

Os principais acessos do município ocorrem pela BR-101 que conecta a cidade de João Pessoa com o Estado de Pernambuco, ao sul. A estrada PB-008 percorre a costa e conecta o litoral sul de João Pessoa com o município do Conde e Pitimbu. A BR-230 conecta João Pessoa com o litoral norte e o município de Cabedelo e, em direção a Campina Grande, com Bayeux e Santa Rita. Finalmente, João Pessoa se conecta com Lucena pela PB-025 (IDOM-COBRAPE, 2014).

Figura 2: Principais Rodovias de acesso a João Pessoa



Fonte: Geoportal, AESA (2019), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

2.2 A REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA

Entre os anos 2003 e 2013, foram instituídas 12 Regiões Metropolitanas (RM) no Estado da Paraíba, ou seja, 70% de seus municípios. Tais institucionalizações parecem ser resultado de interesses políticos, sem conexões com as instâncias de planejamento territorial, e alheias à ideia de um desenvolvimento territorial integrado.

São poucas no estado, as formas integradas de planejamento, associações colaborativas entre municípios, estruturas administrativas ou planos, conselhos ou fundos metropolitanos. (Bezerra de Miranda et al, 2017)

O documento Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas (IBGE, 2016) organiza os municípios brasileiros a partir de relações hierárquicas entre eles, de contiguidade

espaciais e proximidades organizacionais no território (ou seja, integração ou densidade de relações diversas e complementaridades). Dentre as 12 RM paraibanas, João Pessoa é certamente a mais consolidada.

A Lei Federal Nº 13.089/2015, Estatuto da Metrópole, prevê os requisitos para a criação formal de uma Região Metropolitana (além de Aglomerações Urbanas e de Microrregiões). Sobretudo para o caso das RM, o Estado e os Municípios devem estabelecer parcerias para a chamada governança interfederativa, meios de controle social da organização, de planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum. Para tanto, é necessário, entre outros instrumentos, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Tal fato não é observado no caso da RM de João Pessoa ou de qualquer outra das 12 RM da Paraíba.

A RM de João Pessoa é criada pela Lei Complementar Nº 59/2003, alterada pela Lei Complementar Nº 90/2009 e, posteriormente, pela Lei Complementar Nº 93/2009. Seus integrantes atuais são: Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Rio Tinto, Santa Rita, Alhandra, Caaporã, Pedras de Fogo e Pitimbu.

Vale notar, porém, que a constituição formal dos limites da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) com os municípios que mais precisamente deveriam compô-la, assim como o formato da agência que faria seu planejamento, são questões que não cabem no Plano Diretor de Município polo, e sim, de articulações políticas capazes de explicitar responsabilidades e interesses municipais. Entretanto, reconhece-se a importância do município polo como fundamental na articulação e também por ser o mais diretamente interessado.

A despeito da figura de Consórcios Metropolitanos, sobretudo em relação à gestão do lixo, não substituem integralmente a ideia de RM administradas e planejadas à luz do Estatuto da Metrópole. Ainda em 2021, os prefeitos da RMJP se reuniram para a retomada desse processo de integração metropolitana.

O Plano Estadual de Parcerias Público Privadas da Paraíba (Paraíba, 2021), assinado em janeiro de 2021, prevê algumas obras de interesse metropolitano que podem ser aceleradas por meio deste instrumento. Das obras mencionadas, destacam-se:

1. O **Arco Metropolitano**, em concessão administrativa para construção do Arco Rodoviário, contornando trechos da BR-101 e BR-230, objetivando reduzir o tráfego

de veículos que passam por elas e facilitar ligações entre João Pessoa, Recife, Natal e o interior da Paraíba.

2. **Ponte sobre o Rio Paraíba**, com previsão de 2 mil metros de vão, interligando **Cabedelo e Lucena e objetivando** reduzir custos no transporte de cargas entre João Pessoa e Cabedelo e o Litoral Norte.
3. **Modernização do Porto de Cabedelo** por meio de concessão para obras de dragagem, aprofundamento do canal de acesso, ampliação da bacia de evolução, construção e exploração do pátio regulador de caminhões e do terminal portuário de passageiros.

Segundo o Plano de Ação João Pessoa Sustentável (João Pessoa, 2014), o Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa foi implantado por meio do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal da Área Metropolitana de João Pessoa (CONDIAM), agregando o Município polo a outros seis Municípios vizinhos (Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena e Santa Rita).

Tal consórcio tem como objetivo o gerenciamento e a destinação final dos resíduos. Esse Aterro fica localizado no Município de Santa Rita, na bacia do Rio Gramame, ocupa uma área de cerca de 100 hectares e está a 19 km do centro comercial do Município. Funciona desde agosto de 2003 e foi construído para ter uma vida útil de 25 anos.

O Plano de Mobilidade Urbana de João Pessoa (Planmob, 2020) indica que: na última década, João Pessoa perde população na região central e ganha população no vetor leste, em direção à orla (população de mais alta renda nos bairros de Altiplano, Cabo Branco e Portal do Sol) e na região sul da cidade, com população de mais baixa renda em Bairros como Gramame, Mumbaba e Muçumagro.

Os bairros onde houve queda da população em até 2,5% ao ano. são: Centro, Cruz das Armas, Padre Zé e, mais ao sul, em Costa e Silva, Grotão e Ernesto Geisel. Os bairros de maior crescimento populacional são: Distrito Industrial e Portal do Sol, que superaram um crescimento de 10% ao ano. Porém, no Bairro Gramame a população saltou de 25 mil habitantes em 2010 para 52 mil em 2018, a uma taxa de crescimento de quase 10% ao ano. Para a microrregião considerada no referido Plano, tem-se:

Tabela 1: População censitária e estimada, 2010-2038

Dado	J. Pessoa	Bayeux	Cabedelo	Conde	Lucena	Sta. Rita
Censo 2010	718.264	99.595	57.335	21.137	11.682	119.969
Pop. 2018	852.582	96.550	66.680	24.323	12.944	135.807
Pop. Proj, 2028	1.037.055	101.032	79.234	28.554	14.553	156.621
Pop. Proj, 2038	1.129.258	103.036	85.402	30.615	15.312	166.635

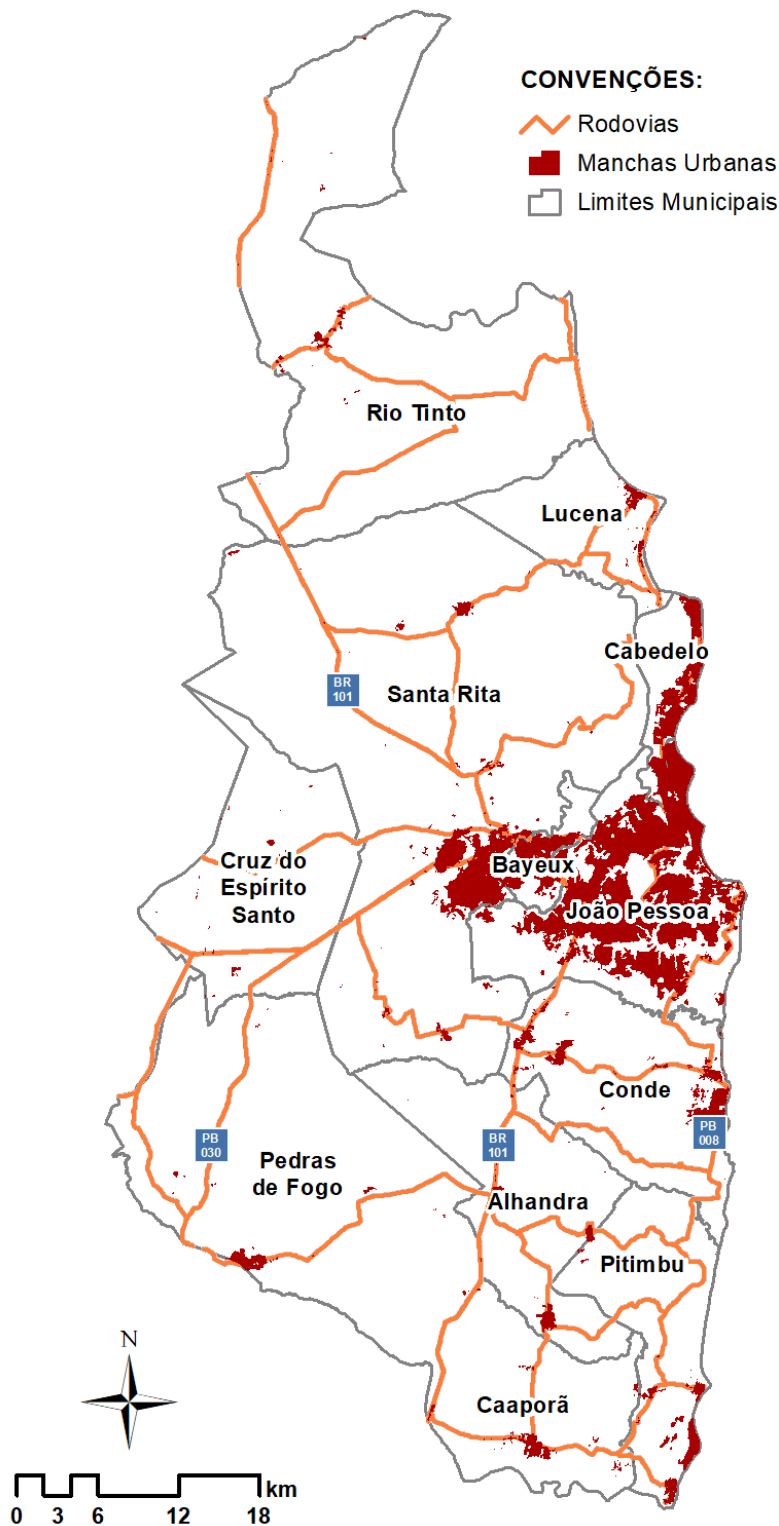
Fonte: Planmob (2020)

Para Dutra da Silva (2016), a mancha urbana nos municípios vizinhos a João Pessoa quase sempre ocorreu próxima às áreas com ocupação urbana desta capital. Eventualmente, a expansão em municípios vizinhos configurou espaços conurbados, como a exemplo do processo de João Pessoa ao norte com Cabedelo e João Pessoa a oeste com Bayers. Em outros casos, ainda que não se evidencie conurbação, a mancha urbana acrescida nos municípios vizinhos apresenta relação física (conexão e macroacessibilidade), social e, ou, econômica com o tecido de João Pessoa, como é o caso de Santa Rita e Conde. Esses mesmos autores, na tentativa de entender tal dinâmica, lembram do Programa Minha Casa Minha Vida de 2004, o qual propiciou um crescimento de áreas periféricas na região sul da cidade (onde o preço da terra é mais baixo), nos Bairros de Gramame e Muçumagro, em direção ao Município do Conde.

Outra maneira de se identificar o espaço metropolitano de João Pessoa é pelas características físico-ambientais. De fato, João Pessoa faz parte da Mesorregião Zona da Mata Paraibana e da Microrregião de João Pessoa, a qual é composta por mais cinco Municípios: Bayers e Santa Rita (a Oeste), Cabedelo e Lucena (ao Norte), e Conde (ao Sul). Tal região insere-se no contexto de porções de duas bacias hidrográficas: Rio Gramame e Rio Paraíba. A bacia do Rio Gramame possui fundamental importância por ser a principal responsável pelo abastecimento hídrico regional, do maior contingente populacional e das atividades como cultivo extensivo de cana-de-açúcar, a exploração de minerais não metálicos (principalmente areia e barro).

Em termos de ocupação ou avanço da mancha metropolitana, há uma forte relação com aquilo que ocorre no Município polo: de fato, os vetores de crescimento identificados nesse município são causa e efeito daquilo observado na sua Região Metropolitana. Assim, o padrão de ocupação é o de grandes vazios urbanos, com ocupação metropolitana ocorrendo e adentrando por meio dos principais corredores de transporte e limitados também por barreiras naturais. Na Figura 3, tem-se a grande mancha metropolitana, confirmando um fenômeno urbano único que vai além dos limites municipais.

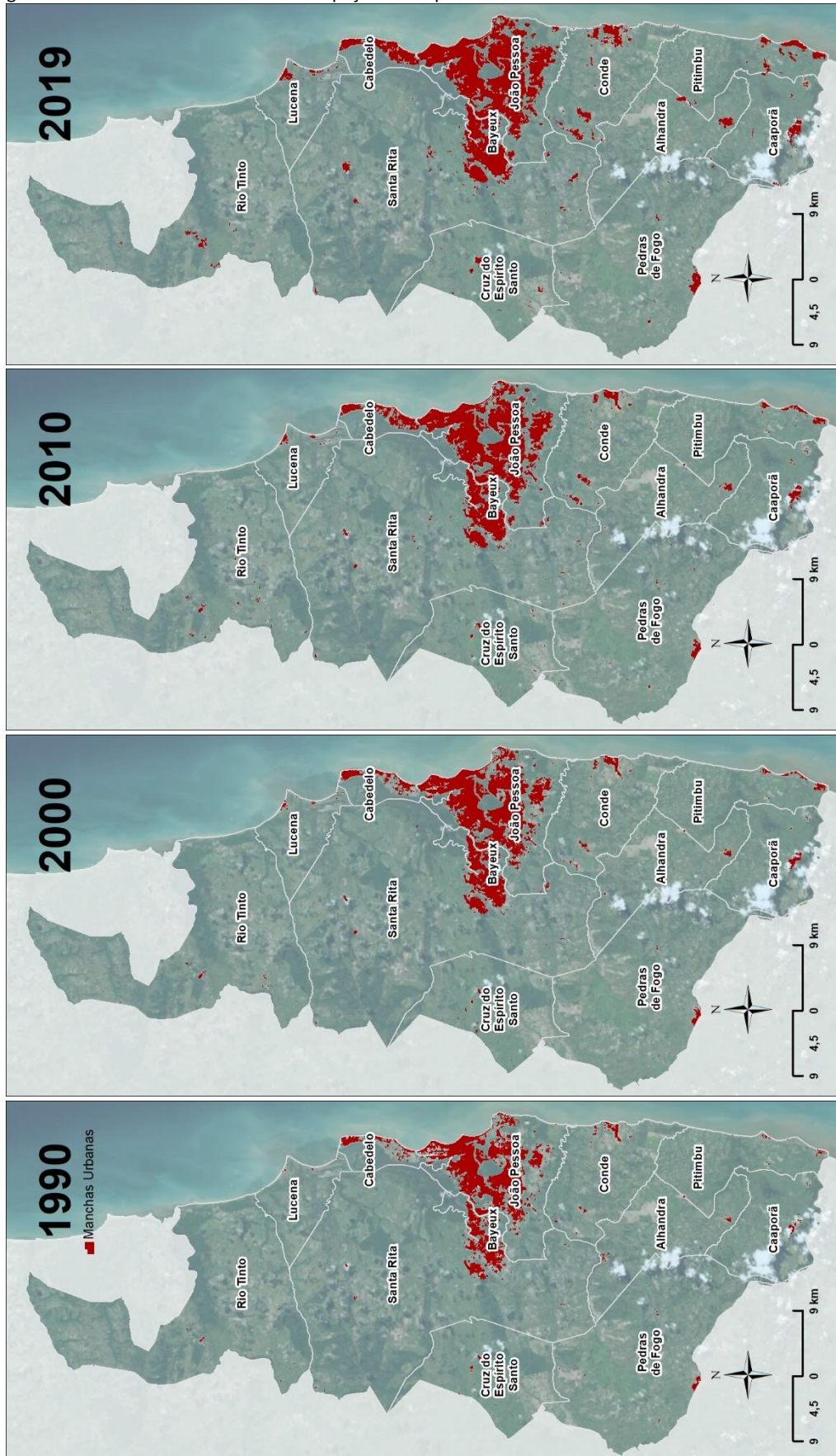
Figura 3: Manchas Metropolitanas



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados do MAPBIOMAS (2019)

Para a RMJP, a partir do estudo do Mapbiomas, é possível observar a série histórica de ocupação metropolitana de João Pessoa para os anos de 1990, 2000, 2010 e 2019.

Figura 4: Série histórica da mancha de ocupação metropolitana



Fonte: Mapbiomas

Resumidamente, o que se tem na identificação das manchas urbanas metropolitanas nestes últimos 30 anos, para cada um dos períodos analisados, é o que segue:

- **1990:**

- Ocupações isoladas ao longo da orla da sede do Município de Lucena até sua praia Costinha.
- Orla de Cabedelo, esse limitado a oeste pelo rio Paraíba, e Jacaré já parcelados e ocupados por construções unifamiliares, com densidade intralote ainda baixa.
- João Pessoa, Bayeux e Santa Rita limitados ao norte pela grande bacia de inundação do Rio Paraíba e Av. Liberdade, Estrada Bayeux, Rodovia PB-004 em direção a oeste. Ultrapassando-se tais limites, observam-se áreas rurais.
- João Pessoa já espaiada, mas ainda preservando seus fundos de vale mais importantes. É destaque o do Rio Jaguaribe, em seu curso norte-sul e norte-sudoeste.
- Grande várzea do Rio Gramame não ocupada e sedes dos Municípios de Conde e de Jacumã, com ocupações de forma ainda isolada.

- **2000**

- Municípios de Santa Rita e Bayeux crescem para o norte, mas a grande várzea do Rio Paraíba, no trecho de João Pessoa continua livre de ocupações.
- Bayeux e João Pessoa finalizam a constituição de mancha urbana única.
- A costa sul de João Pessoa ainda apresenta ocupações de modo pontual, apenas.
- Município de Conde permanece isolado em sua mancha urbana.
- Conde se expande, com destaque para o distrito de Jacumã começa a se expandir e apresentar sinais de espraiamento conjunto com João Pessoa, ao longo da costa.
- Várzea do Rio Gramame ainda protegida.

- **2010**

- Lucena, Cabedelo, João Pessoa, Santa Rita constituem uma grande mancha.
- Grande várzea do Rio Jaguaribe ainda protegida.
- João Pessoa se aproxima da várzea do Rio Gramame.

- Eixo rodoviário a leste de Conde anuncia uma mancha com João Pessoa.

- **2020**

- Adensamento e expansão da mancha Lucena-Cabedelo continuando para João Pessoa (via costa), Bayeux, e Santa Rita.
- Ao norte, região central de João Pessoa, vizinha do rio Paraíba.
- Jacumã, distrito de Conde, a 15 km da capital, aproxima-se de Barra do Gramame, no extremo sul.

2.3 DEGRAUS METROPOLITANOS

O objetivo deste item é o de contribuir para a proposição de modelos de gestão urbana de João Pessoa, segundo seu contexto metropolitano, sugerir quais dos municípios de seu entorno que vivenciam relações mais intensamente metropolitanas e embasar políticas setoriais municipais que sejam impactadas pela dinâmica da Região Metropolitana cujo polo é João Pessoa.

A RMJP, criada em 2003, contava com os seguintes municípios: Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita. Em 2009, incluiu os municípios de Alhandra, Pitimbu, Caaporã e Pedras de Fogo. Após a criação da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape, em 2013, foi excluído o município homônimo. Tem-se, para o presente trabalho, a consideração de 12 municípios (excluindo-se Mamanguape).

Para a presente análise, trabalha-se prioritariamente com as três Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) consideradas pelo Estatuto da MetrÓpole – Lei Federal Nº 13.089/2015 (Brasil, 2015): meio ambiente (saneamento ambiental), mobilidade (movimento pendular) e uso do solo (habitação). Para cada uma dessas funções, foi selecionado um indicador que possa, quando combinado, indicar uma hierarquização dos municípios da RMJP. Tal hierarquização revela um maior ou menor nível de integração metropolitana de cada município, uma maior ou menor dependência em relação ao polo e um maior ou menor potencial para responsabilizar-se consorciadamente por uma ou mais função pública de interesse comum.

O entendimento do Estatuto da Metrópole que se tem na presente análise é a de que a Política Setorial de Habitação deve estar vinculada a um contexto maior, que é do Uso e Ocupação do Solo, assim como do Saneamento deve inserir-se no de Meio Ambiente e da Mobilidade revelar-se pelo movimento pendular da população dos municípios em relação ao polo, João Pessoa.

Com isso, foi possível elaborar, além das informações de referência, indicadores para cada uma das FPICs consideradas prioritárias e um indicador final revelador do Degrau Metropolitano.

- Informações de Referência: a população total dos municípios, segundo dados do Censo de 2010 e a área de seus territórios. Essas informações são a base para os indicadores de cada uma das Funções Públicas de Interesse Comum.
- Indicadores parciais de cada uma das FPICs e Indicador Final: tais indicadores, com o intuito de homogeneização e posterior facilidade de leitura e mapeamento, estão codificados de 1 a 4 – no 1 estão as situações com menores características metropolitanas e no 4, aquelas nas quais o fenômeno metropolitano é mais evidenciado, sendo o 2 e o 3 níveis mais intermediários –, essa categorização permite uma fácil construção do indicador final e um *ranking* entre os municípios. Para a construção dos cortes dos dados e sua tradução em indicadores, foram utilizadas médias quartis.
- Indicador referente à Função Pública de Interesse Comum "Mobilidade": as informações para a construção desse indicador dizem respeito aos movimentos pendulares entre os municípios das RMs e sua relação com a população total municipal. Esse resultado está representado como Indicador A. Os dados utilizados correspondem à somatória dos movimentos pendulares de estudo e trabalho, conforme Censo 2010.
- O Indicador referente à Função Pública de Interesse Comum "Uso do Solo": a partir do valor analítico desse indicador e também do significado singular da mancha de ocupação em termos de fenômeno metropolitano, esse indicador é composto a partir de três fontes. A primeira refere-se à Mancha Metropolitana por ocupação, ou seja, aquela decorrente do uso efetivo do solo por atividades urbanas e assim revelado no Projeto MAPBIOMAS – Coleção 5 (2019). Para esse caso, trabalhou-se

com o percentual da mancha urbana em relação ao total do território do Município. A segunda fonte refere-se à mancha metropolitana por sistema viário, ou seja, aquela decorrente de vias municipais urbanas implantadas e suas possíveis continuidades com aquelas de municípios vizinhos. Nesse caso, trabalhou-se a área da mancha do sistema viário municipal em relação à mancha do sistema viário metropolitano. A terceira fonte refere-se à contiguidade ou não dos perímetros urbanos municipais. Tais manchas são tradicionalmente maiores que aquelas das vias municipais e, sobretudo, das do uso efetivo do solo, o que sugere potencial parcelamento, ocupação, adensamento e futuras manchas metropolitanas únicas. Tais indicadores são apresentados nas tabelas indicadas na sequência deste Capítulo.

- Indicador referente à Função Pública de Interesse Comum "Meio Ambiente": o indicador selecionado para uma análise preliminar dessa função foi a existência de mananciais de captação de uso compartilhado por mais de um município.
- Indicador Final: a construção desse indicador representa a somatória dos seis indicadores anteriormente descritos. Considerando que cada indicador parcial varia de 1 a 4, seu resultado final comporia uma banda entre a posição 4 (mais baixo degrau metropolitano) e 16 (mais alto degrau metropolitano). A seguir, são apresentados o mapa e as tabelas referentes a cada uma das quatro RM selecionadas.

Tabela 2: Informações de Referência

Município	População total	Área (Km ²)
Alhandra	19.727	183
Bayeux	97.203	28
Caaporã	21.955	151
Cabedelo	68.767	30
Conde	25.010	171
Cruz do Espírito Santo	17.461	193
João Pessoa	817.511	210
Lucena	13.214	94
Pedras de Fogo	28.533	407
Pitimbu	19.275	136
Rio Tinto	24.218	465
Santa Rita	134.349	719
Total	1.175.559	2.794

Fonte: IBGE, área e população estimada, 2020

Primeiramente, para a Função Pública de Interesse Comum da Mobilidade, procedeu-se uma análise dos movimentos pendulares referentes a estudo ou trabalho. Tradicionalmente, tem-se a primeira razão representando 25% do total e o segundo, trabalho, 75% do total de pessoas integrantes do movimento diário intermunicipal. Na falta de estudos exclusivos desse movimento, para o caso do polo representado por João Pessoa, optou-se por trabalhar com os resultados do estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (IBGE, 2015). Este estudo analisa os 294 arranjos populacionais brasileiros, formados por 953 municípios, assim definidos pelo elevado nível de integração entre os municípios que os compõe.

Movimentos pendulares resultam de vários fatores: crescimento de uma cidade para além de seus limites, emancipação de um distrito, guardando laços com o município mãe, processos históricos, existência de indústrias e outros polos de trabalho, dentre outros.

No caso do arranjo de João Pessoa, esse é constituído por sete municípios, incluindo o polo.

Para a obtenção do indicador de nível de integração metropolitana pela função mobilidade, procederam-se os seguintes passos: observação se o município formalmente integrante da RMJP faz parte do arranjo (aí inserido por um conjunto diverso de indicadores capazes de revelar níveis de integração regional) e identificação do número de pessoas que trabalham ou estudam fora do município (esta informação, juntamente com a população total em 2010, é a base para o nível de integração). Com isso foi possível classificar os municípios em quatro níveis de integração.

No extremo inferior da integração, estão os municípios com índice de integração por movimento pendular menor que 0,25 (assim definido, pelo IBGE, com o desprezível e resultante de procedimentos estatísticos). No extremo superior aqueles com os índices mais altos, incluindo João Pessoa, o qual, apesar de apresentar um índice reduzido (0,13) é o destino virtualmente absoluto de todos os demais combinados. Abaixo é indicada a legenda do grau de integração entre os Municípios:

- 1: Municípios com nível de integração desprezível por movimento pendular;
- 2: Município com nível baixo de integração por movimento pendular;
- 3: Município com nível médio de integração por movimento pendular;

- 4: Município com nível alto de integração por movimento pendular.

Tabela 3: RMJP, Função Pública de Interesse Comum de Mobilidade: Movimentos pendulares ao polo, 2010

Município	Integrante do arranjo populacional	Pessoas que trabalham ou estudam em outro município	Índice de Integração	Indicador
Alhandra	Não	desprezível	< 0,25	1
Bayeux	Sim	21.812	0,47	4
Caaporã	Não	desprezível	< 0,25	1
Cabedelo	Sim	16.557	0,57	4
Conde	Sim	2.945	0,33	3
Cruz do Espírito Santo	Sim	1.472	0,27	3
João Pessoa	Sim	51.733	0,13	4
Lucena	Sim	1.042	0,25	2
Pedras de Fogo	Não	desprezível	< 0,25	1
Pitimbu	Não	desprezível	< 0,25	1
Rio Tinto	Não	desprezível	< 0,25	1
Santa Rita	Sim	19.617	0,38	3

Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados do IBGE (2015)

A Função Pública de Interesse Comum Uso do Solo foi analisada segundo dados do Projeto MAPBIOMAS – Coleção 5 (2019), conforme pode ser observado na Figura 3, e valoradas: a) pela relação de sua mancha ocupada com o total do município (indicador 1) e b) hierarquizadas regionalmente na relação com o total da mancha metropolitana (indicador 2), conforme quadro a seguir. Neste caso, os indicadores são assim construídos:

Indicador 1:

- 1: Municípios com percentual de área urbanizada em relação à sua área total municipal no extremo inferior da escala (< 1%).
- 2: Municípios com percentual de área urbanizada em relação à sua área total municipal em nível intermediário inferior ($\geq 1\%$ e $< 15\%$).
- 3: Municípios com percentual de área urbanizada em relação à sua área total municipal em nível intermediário superior ($\geq 15\%$ e $\leq 39\%$).
- 4: Municípios com percentual de área urbanizada em relação à sua área total municipal no extremo superior da escala ($> 39\%$).

Indicador 2.

- 1: Municípios não-contíguos a João Pessoa e sem mancha urbana municipal inserida na mancha metropolitana (Alhandra, Caaporã, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Pedras de Fogo, Pitimbu, Rio Tinto).
- 2: Municípios contíguos a João Pessoa e sem continuidade de mancha urbana municipal com a mancha metropolitana (Conde).
- 3: Municípios não-contíguos a João Pessoa e com continuidade de mancha urbana municipal com a mancha metropolitana (Santa Rita: mancha contínua, mas não no trecho da mancha urbana).
- 4: Municípios contíguos a João Pessoa e com continuidade de mancha urbana municipal com a mancha metropolitana (Cabedelo, Bayeux).

Tabela 4: RMJP, Função Pública de Interesse Comum de Uso do Solo: compartilhamento da Mancha metropolitana, 2020

Município	Área do município	Mancha urbana municipal / Km ²	% do território municipal ocupado pela mancha urbana	Indicador 1	Indicador 2
Alhandra	183	2,6	3,47	2	1
Bayeux	28	11,1	39,73	4	4
Caaporã	151	3,5	2,29	2	1
Cabedelo	30	14,7	49,01	4	4
Conde	171	9,8	5,76	2	2
Cruz do Espírito Santo	193	1,6	0,81	1	1
João Pessoa	210	103,2	49,14	4	4
Lucena	94	2,3	2,44	2	1
Pedras de Fogo	407	3,2	0,78	1	1
Pitimbu	136	6,0	4,41	2	1
Rio Tinto	465	1,8	0,38	1	1
Santa Rita	719	24,9	3,47	2	3

Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados do MAPBIOMAS (2019)

Por último, para a análise da Função pública de Interesse Comum Meio Ambiente foram procedidos os seguintes passos:

1. Levantamento, seleção e análise dos pontos de captação de mananciais relativamente aos doze municípios da RMJP. De um total de 94 fontes da regional litoral da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA), eliminou-se aqueles que não estão em operação, os desativados e/ou não se localizam no perímetro

formal da RMJP. Disso resultou, para o mês de agosto de 2020, 39 pontos: 30 subterrâneos, três superficiais e seis em barragens ou superficial.

2. Desse total, independente do perfil da obra, trabalhou-se com o volume potencial a ser captado (sempre menor que aquele de fato captado): 10.448.550,00 m³.
3. Com a contribuição de cada município no total de água potencialmente produzido pela infraestrutura instalada, definiu-se os seguintes indicadores, sempre numa hierarquia de 1 a 4, ou seja, do menos integrado metropolitanamente em termos de uso compartilhado da água para o mais integrado:
 - 1: Municípios com produção para uso próprio, apenas.
 - 2: Município com uso compartilhado da água e baixa produção potencial.
 - 3: Município com uso compartilhado da água e média produção potencial.
 - 4: Município com uso compartilhado da água e elevada produção potencial e município sem produção (Cabedelo), sugerindo total dependência do entorno regional.

Tabela 5: RMJP, Função Pública de Interesse Comum de Meio Ambiente: uso regional dos Mananciais de Abastecimento, 2020

Município	Existência de ponto de captação em uso	Captação para uso próprio, apenas	Volume potencial	Indicador
Alhandra	Sim	João Pessoa, Cabedelo, Conde, Uso próprio	886.554	2
Bayeux	Sim	Uso próprio	32.430	1
Caaporã	Sim	Uso próprio	107.700	1
Cabedelo	Não	Sem captação	0	4
Conde	Sim	João Pessoa, Cabedelo, uso próprio.	5.179.913	4
Cruz do Espírito Santo	Sim	Uso próprio	53.166	1
João Pessoa	Sim	Bayeux, uso próprio	1.804.918	3
Lucena	Sim	Uso próprio	100.142	1
Pedras de Fogo	Sim	Uso próprio	81.557	1
Pitimbu	Sim	Uso próprio	21.820	1
Rio Tinto	Sim	Uso próprio	63.500	1
Santa Rita	Sim	Uso próprio	793.378	1

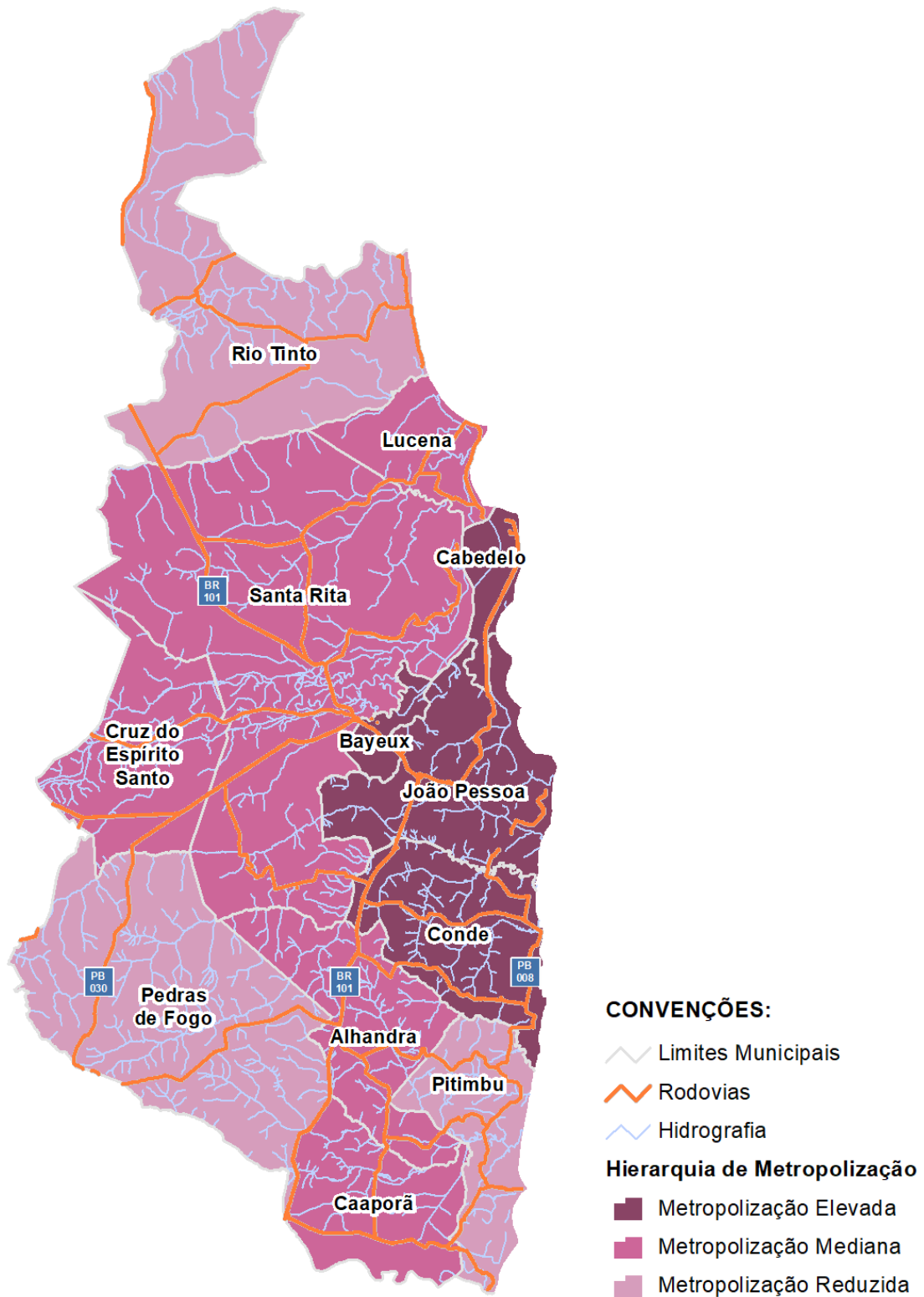
Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da CAGEPA (2020)

O que se propõe a partir dos indicadores acima é referenciar uma possível composição metropolitana segundo Degraus Metropolitanos definidos pelas três principais Funções Públicas de Interesse Comum, conforme instituído pelo Estatuto da MetrÓpole.

Tais indicadores, com o intuito de homogeneização e posterior facilidade de leitura e mapeamento, estão codificados de 1 a 4. Na posição 1, estão as situações com menores características metropolitanas e na 4, aquelas nas quais o fenômeno metropolitano é mais evidenciado. As posições 2 e 3 são intermediárias. Essa categorização permite uma fácil construção do indicador final e um ranking entre os municípios. Para a construção dos cortes dos dados e assim sua tradução em indicadores, foram utilizadas médias quartis.

O Indicador Final representa a somatória dos quatro indicadores anteriormente descritos. Considerando que cada indicador parcial varia de 1 a 4, seu resultado final comporia uma banda entre a posição 4 (mais baixo degrau metropolitano) e 16 (mais alto degrau metropolitano). A seguir, são apresentados a Figura e o Quadro referentes a essas análises.

Figura 5: Hierarquização metropolitana



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Tabela 6: Degraus e Hierarquia Metropolitana

Município	Nível de metropolização segundo Mobilidade Regional	Nível de metropolização segundo Uso do Solo Regional 1	Nível de metropolização segundo Uso do Solo Regional 2	Nível de metropolização segundo Meio Ambiente Regional	Somatória dos níveis de metropolização	Hierarquia Final
Alhandra	1	2	1	2	6	Metropolização Mediana
Bayeux	4	4	4	1	13	Metropolização Elevada
Caaporã	1	2	1	1	5	Metropolização Mediana
Cabedelo	4	4	4	4	16	Metropolização Elevada
Conde	3	2	2	4	10	Metropolização Elevada
Cruz do Espírito Santo	3	1	1	1	6	Metropolização Mediana
João Pessoa	4	4	4	3	15	Metropolização Elevada
Lucena	2	2	1	1	6	Metropolização Mediana
Pedras de Fogo	1	1	1	1	4	Metropolização Reduzida
Pitimbu	1	2	1	1	5	Metropolização Reduzida
Rio Tinto	1	1	1	1	4	Metropolização Reduzida
Santa Rita	3	2	3	1	9	Metropolização Mediana

Fonte: Consórcio PDMJP, 2021

Em síntese, a partir da Tabela 6 e da Figura 5, tem-se que verdadeiramente metropolitanos são os municípios de João Pessoa (polo), Bayeux e Cabedelo. Esses seriam prioritários para a constituição imediata de articulações em nível regional, considerando as três funções públicas de interesse comum (uso do solo, transporte e meio ambiente). Num segundo momento, com tendências a se integrarem a médio prazo no processo metropolitano de modo intenso, tem-se os municípios de Alhandra, Caaporã, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Pedras de Fogo e Santa Rita. Deste conjunto, Lucena e Santa Rita devem se inserir no processo mais rapidamente que os demais. Por último, tem-se Pitimbu e Rio Tinto que ainda não apresentam dinâmicas metropolitanas.

A partir desse cenário, é possível pensar politicamente os interesses municipais em se aglutinarem a partir de uma agência metropolitana, realizarem seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e dividirem esforços e recursos para o planejamento e estratégias regionais estruturadas pelo polo João Pessoa.

2.4 JOÃO PESSOA NA REDE URBANA BRASILEIRA

Para entender o papel de João Pessoa na Rede Urbana Brasileira, utilizam-se os estudos recentes do IBGE relativos à divisão regional, redes e fluxos geográficos e tipologias do território. Esses estudos são:

- Divisões Regionais do Brasil (2017)
- Região de Influência das Cidades - REGIC (2018)
- Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil (2016)
- Tipologia Intraurbana: Espaços de diferenciação socioeconômica nas Concentrações Urbanas do Brasil (2017)

O primeiro trabalho adotado para se entender a posição de João Pessoa e de sua Região Metropolitana numa rede maior de cidades é o das Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017), estudo de caráter urbano valorizando relações hierárquicas entre polos urbanos. Esse trabalho inicialmente revê as antigas unidades mesorregionais e microrregionais, as quais passam a ser denominadas, respectivamente, de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas,

seguindo uma metodologia comum para todo o território nacional e servindo de base para divulgação dos dados estatísticos e geocientíficos do IBGE a partir de então.

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal atributo. São estruturadas a partir de centros urbanos que, em tese, satisfazem as necessidades imediatas das populações, tais como: bens de consumo, emprego, serviços de saúde e educação e serviços públicos. As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação (municípios) e as Regiões Geográficas Imediatas. Assim, seus polos organizam um conjunto de outras Regiões Geográficas Imediatas, com maiores centralidades, ou seja, com funções urbanas de maior complexidade em termos de gestão do setor privado e público.

Quadro 1: Região Geográfica Intermediária de João Pessoa: Regiões Imediatas e Municípios

Município	Regiões Geográficas Imediatas
Sobrado	João Pessoa
Sapé	João Pessoa
São Miguel de Taipu	João Pessoa
Santa Rita*	João Pessoa
Riachão do Poço	João Pessoa
Pitimbu*	João Pessoa
Pilar	João Pessoa
Pedras de Fogo*	João Pessoa
Mari	João Pessoa
Lucena*	João Pessoa
Juripiranga	João Pessoa
Juarez Távora	João Pessoa
João Pessoa*	João Pessoa
Gurinhém	João Pessoa
Cuité de Mamanguape	João Pessoa
Cruz do Espírito Santo*	João Pessoa
Conde*	João Pessoa
Caldas Brandão	João Pessoa
Cabedelo*	João Pessoa
Caaporã*	João Pessoa
Bayeux*	João Pessoa
Alhandra*	João Pessoa
Tacima	Guarabira
Solânea	Guarabira
Sertãozinho	Guarabira
Serraria	Guarabira
Serra da Raiz	Guarabira
Riachão	Guarabira
Pirpirituba	Guarabira
Pilõesinhos	Guarabira
Pilões	Guarabira
Mulungu	Guarabira
Logradouro	Guarabira
Lagoa de Dentro	Guarabira

Município	Regiões Geográficas Imediatas
Guarabira	Guarabira
Duas Estradas	Guarabira
Dona Inês	Guarabira
Cuitegi	Guarabira
Casserengue	Guarabira
Caçara	Guarabira
Cacimba de Dentro	Guarabira
Borborema	Guarabira
Belém	Guarabira
Bananeiras	Guarabira
Araruna	Guarabira
Arara	Guarabira
Araçagi	Guarabira
Alagoinha	Guarabira
Rio Tinto*	Mamanguape - Rio Tinto
Pedro Régis	Mamanguape - Rio Tinto
Mataraca	Mamanguape - Rio Tinto
Marcação	Mamanguape - Rio Tinto
Mamanguape	Mamanguape - Rio Tinto
Jacaraú	Mamanguape - Rio Tinto
Itapororoca	Mamanguape - Rio Tinto
Curral de Cima	Mamanguape - Rio Tinto
Capim	Mamanguape - Rio Tinto
Baía da Traição	Mamanguape - Rio Tinto
São José dos Ramos	Itabaiana
Salgado de São Félix	Itabaiana
Natuba	Itabaiana
Mogeiro	Itabaiana
Itabaiana	Itabaiana
LEGENDA	
* Municípios que pertencem à RMJP	
* Observar que, a despeito de o município de Rio Tinto não participar da Regiões Geográficas Imediatas de João	
* Pessoa, está incluso na RM de João Pessoa.	

Fonte: Divisão Regional do Brasil, IBGE (2017), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Figura 6: Regiões Geográficas Imediatas da Região Intermediária de João Pessoa: João Pessoa, Guarabira, Mamanguape - Rio Tinto e Itabaiana



Fonte: Divisão Regional do Brasil, IBGE (2017)

O segundo trabalho que contribui para que se compreenda a inserção de João Pessoa e sua Região Metropolitana no contexto nacional e numa rede brasileira de cidades é aquele denominado de Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2018). Esse trabalho qualifica a rede urbana brasileira a partir de uma hierarquia de seus centros urbanos e da constituição de suas regiões de influência das Cidades. Historicamente, já em suas versões anteriores, esse estudo se constituiu uma referência para a compreensão de questões referentes à integração no território, distribuição de suas centralidades urbanas, dependências e polarizações entre cidades naquilo que diz respeito a atividades diversas do setor público e privado. É também uma das referências mais usuais para o Estatuto da

Metrópole (Brasil, 2015), o qual exige a classificação do município polo, minimamente, como capital regional:

“Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

[...]

metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

[...]

VII – região metropolitana: aglomeração urbana que configure uma metrópole.”

O trabalho do REGIC tem sido referência também para subsidiar a implantação de unidades regionalizadas de órgãos públicos, definição de critérios para fomento de investimentos, decisão de onde instalar filiais de empresa, identificação de relações entre pares de cidades que demandem serviços específicos de transporte, entre outros.

No REGIC de 2018 a rede urbana brasileira está estruturada em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência. A hierarquia dos centros urbanos é dividida em cinco níveis, com seus estratos interiores. Esses são definidos pelo trabalho “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil (IBGE, 2016), conforme indicado abaixo:

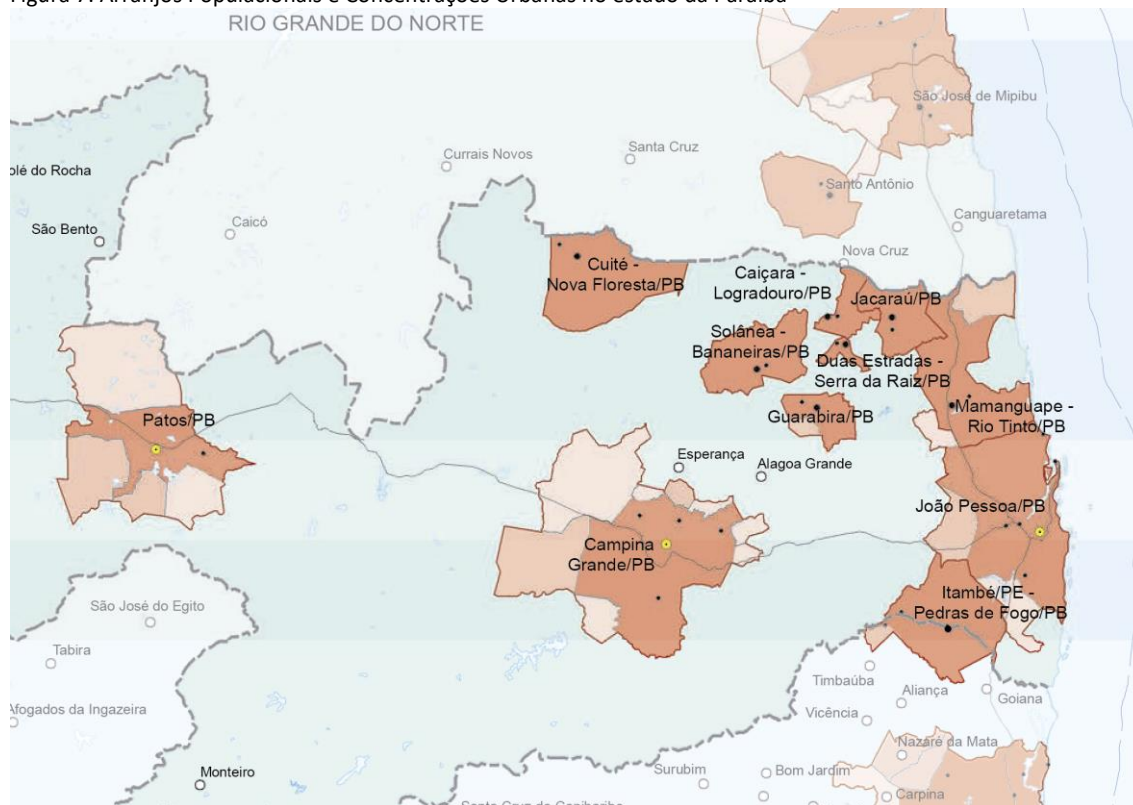
5. Centro Local
4. Centro de Zona (4a. Centro de Zona A; 4b. Centro de Zona B)
3. Centro Sub-regional (3a. Centro Sub-regional A; 3b. Centro Sub-regional B)
2. Capital Regional (2a. Capital Regional A; 2b. Capital Regional B; 2c. Capital Regional C)
1. MetrÓpole (1a. Grande MetrÓpole Nacional; 1b. MetrÓpole Nacional; 1c. MetrÓpole).

As regiões de influência são identificadas pela ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. Sua unidade urbana de análise é o conjunto formado por Municípios e seus Arranjos Populacionais, ou seja, essa unidade funcional Cidade pode ser composta por vários Municípios, indissociáveis como unidade urbana. É o caso dos Municípios conurbados ou com forte movimento pendular para estudo e trabalho.

Segundo o IBGE (2016), um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração pendular para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre suas manchas urbanizadas. Essa hierarquia representa a atração que as cidades exercem sobre outras a partir do volume e complexidade de funções que disponibilizam em seus territórios. O alcance geográfico dessa hierarquia ou comando e atratividade no território definem a chamada área de influência.

A cidade de João Pessoa, enquanto unidade funcional objeto do REGIC, se conforma como um Arranjo Populacional composto por Bayeux, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Lucena e Santa Rita (todos pertencentes à RMJP).

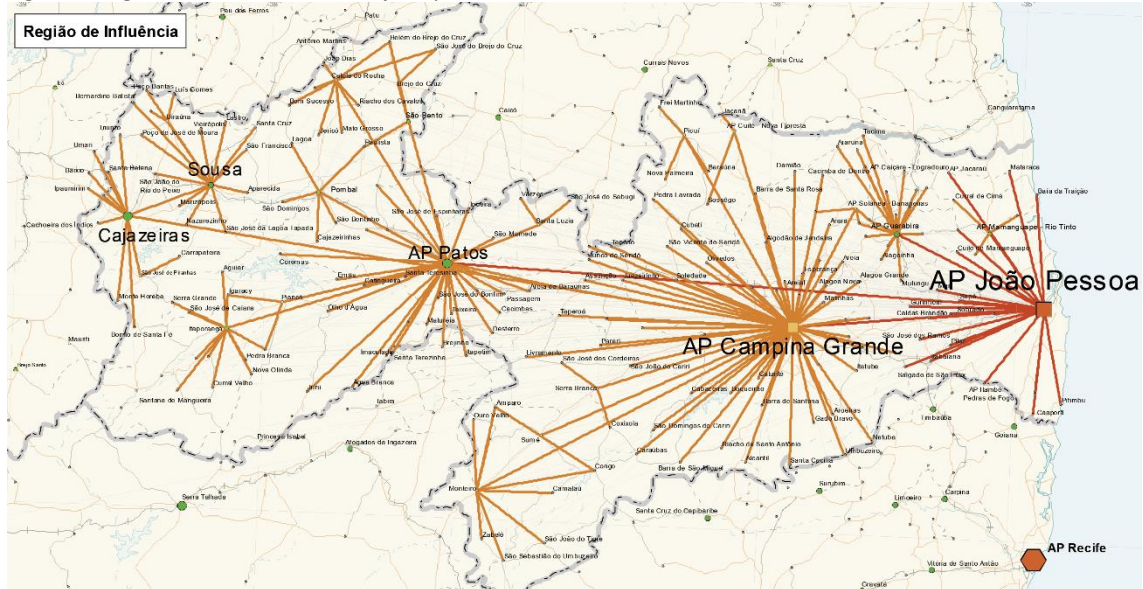
Figura 7: Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no estado da Paraíba



Fonte: IBGE (2016)

No contexto da rede urbana brasileira, conforme definida pelo REGIC (IBGE, 2018), o Arranjo Populacional de João Pessoa se enquadra como Capital Regional A (2A).

Figura 8: Região de Influência do Arranjo Populacional de João Pessoa



Fonte: REGIC, IBGE (2018)

Quadro 2: Hierarquia Urbana dos municípios da Região Geográfica Imediata João Pessoa

Nível de Hierarquia Urbana na Região de Influência do AP de João Pessoa (REGIC, 2018)	
Sobrado	Centro Local
Sapé	Centro Local
São Miguel de Taipu	Centro Local
Santa Rita*	AP de João Pessoa
Riachão do Poço	Centro Local
Pitimbu*	Centro Local
Pilar	Centro Local
Pedras de Fogo*	Centro Local
Mari	Centro Local
Lucena*	AP de João Pessoa
Juripiranga	-
Juarez Távora	Centro Local
João Pessoa*	AP de João Pessoa
Gurinhém	Centro Local
Cuité de Mamanguape	Centro Local
Cruz do Espírito Santo*	Centro Local
Conde*	AP de João Pessoa
Caldas Brandão	Centro Local
Cabedelo*	AP de João Pessoa
Caaporã*	Centro Local
Bayeux*	AP de João Pessoa
Alhandra*	Centro Local

LEGENDA

* Municípios que pertencem à RM de João Pessoa

Fonte: REGIC, IBGE (2018) e Divisões Regionais do Brasil, IBGE (2017) adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

O terceiro trabalho que se utiliza para posicionar João Pessoa no cenário urbano nacional e regional é o Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil (IBGE, 2016).

Esse estudo, além de delimitar os Arranjos Populacionais no Brasil, apresenta, para cada município desses arranjos, as seguintes informações: pessoas que trabalham e estudam em outros municípios do arranjo, Índice de integração do município com o arranjo, e a existência ou não de mancha urbanizada contígua.

O Índice de Integração é uma medida de intensidade relativa dos movimentos para trabalho ou estudo e é determinado pelo “Total de pessoas que moram no Município A e trabalham e estudam no Município B” somado ao “Total de pessoas que moram no Município B e trabalham e estudam no Município A”, dividido pelo “Total de pessoas que moram no Município A e trabalham e/ou estudam”. Tal referência foi utilizada para compor os indicadores definidores dos chamados Degraus Metropolitanos apresentados Item 2.3 deste Relatório.

O IBGE (2016) apresenta três outros conceitos: a) “Via, que Indica o município que faz parte de um arranjo, porém seu relacionamento não se dá direto com o município-núcleo, mas com um dos municípios do entorno”; b) Nível, conceito que “possui relação com o conceito de via, porém, enquanto o campo Via registra o nome do município pelo qual se chega ao arranjo, o campo Nível registra a posição do município com o arranjo. Sendo assim, nível 1 significa que o município está ligado diretamente ao arranjo; nível 2, que o município está ligado ao arranjo via um município de nível 1.”; e c) Iteração: a articulação de um município a um arranjo gerou a “noção de iteração, ou seja, à medida que um município entrava para o arranjo, os cálculos de fluxos deviam ser refeitos, pois outros municípios poderiam ter fluxos muito altos com o arranjo a partir de então. Para manter esta informação registrada, criou-se o campo Iteração, que informa em qual iteração o município entrou para o arranjo. Foram necessárias três iterações para contemplar todos os municípios que fazem parte dos arranjos.”

As principais características do Arranjo Populacional de João Pessoa podem ser observadas na Tabela a seguir.

Tabela 7: Características do Arranjo Populacional de João Pessoa

Arranjos populacionais e municípios brasileiros	População	Núcleo	Pessoas que trabalham e estudam em outros municípios do arranjo	Índice de integração do município com o arranjo	Mancha Urbanizada a Contígua	Município desmembrado de outro do arranjo, após 1988	Nível	Via	Iteração
Bayeux	99.716	Não	21.880	0,33	Sim	Não	1	-	0
Cabedelo	57.944	Não	16.677	0,42	Sim	Não	1	-	0
Conde	21.400	Não	2.954	0,21	Não	Não	1	-	0
João Pessoa	723.515	Sim	51.052	0,1	Sim	Não	1	-	0
Lucena	11.730	Não	1.076	0,15	Sim	Não	2	Via Cabedelo	0
Santa Rita	120.310	Não	19.277	0,25	Sim	Não	1	-	0

Fonte: Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (IBGE, 2015)

É importante notar que, no Arranjo Populacional de João Pessoa, todos os municípios, exceto Conde, apresentam mancha urbanizada contígua. Os Índices de Integração dos municípios de Bayeux (0,33) e Cabedelo (0,42) são relativamente elevados.

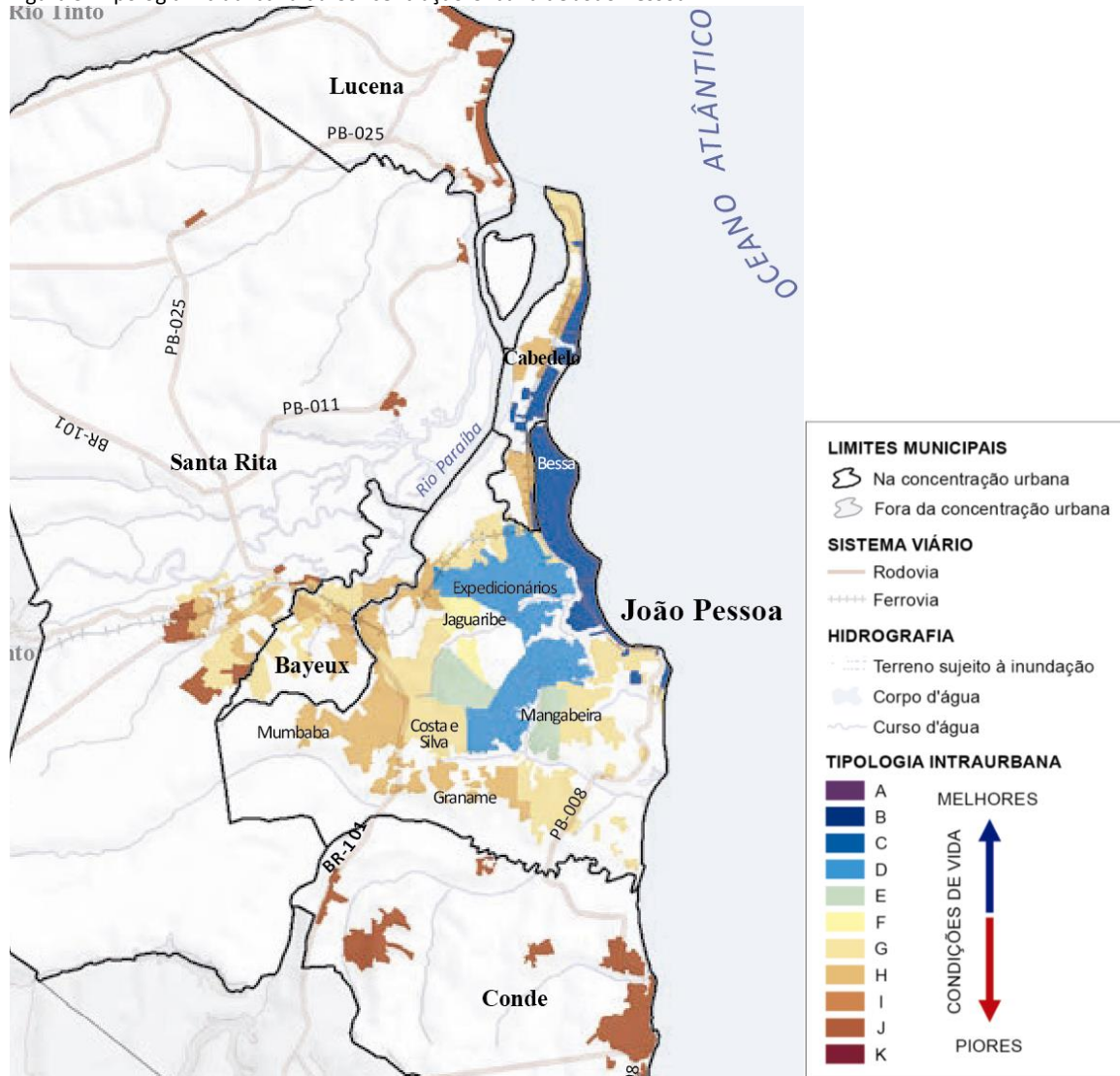
Na sequência, descreve-se os resultados do quarto trabalho aqui adotado para entender a posição de João Pessoa e sua Região Metropolitana em contextos geográficos maiores: Tipologia Intraurbana: Espaços de diferenciação socioeconômica nas Concentrações Urbanas do Brasil (IBGE, 2017).

Este trabalho classifica (de A a K) as condições de vida das concentrações urbanas avaliadas, refletindo perfis populacionais diversos quanto aos seguintes quesitos: coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza; água distribuída por rede geral de abastecimento; rede geral de esgoto ou pluvial, ou fossa séptica; domicílios com densidade de até dois moradores por dormitório; domicílios com alvenaria predominante nas redes externas; razão de dependência de menores de 15 anos; domicílios com existência de computador com acesso à Internet; domicílios com existência de máquina de lavar; pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto e 18 anos ou mais de idade e pessoas com superior completo e 18 anos ou mais de idade; e rendimento domiciliar per capita.

João Pessoa, em relação às suas capitais estaduais vizinhas, é assim resumida:

“As Concentrações Urbanas de “Natal/RN”, “João Pessoa/PB” e “Maceió/AL” possuem em comum grande parcela da população residindo em áreas dos tipos G ou H (...). As classes com melhores condições de vida formam áreas residenciais dos tipos C e D, principalmente. As três Concentrações são capitais estaduais nordestinas localizadas no litoral, com uma hierarquia de capital regional (REGIÕES..., 2008). Apesar da similaridade no padrão de distribuição da população, pode-se notar que “João Pessoa/PB” possui, no geral, condições de vida um pouco melhores do que as demais. Tal característica se deve às maiores proporções no conjunto formado pelos tipos C e D e aos menores percentuais no G e H, mesmo que possuindo aproximadamente 7,8% de sua população no tipo J.”
(IBGE, 2017)

Figura 9: Tipologia intraurbana da Concentração Urbana de João Pessoa
Rio Imto



Fonte: Tipologia Intraurbana (IBGE, 2017)

A Figura 9 pode ser assim resumida:

“Na Concentração (...), as áreas com boas condições de vida, tipo C, são registradas no litoral, com destaque para os bairros pessoenses de Manaíra e Bessa. A parcela da mancha urbanizada classificada como tipo C se estende, ainda, até o litoral sul do Município de Cabedelo. As áreas mais antigas e tradicionais de João Pessoa também preservam boas condições de vida, com tipo D (26,4 km²), a exemplo dos Bairros de Estados, Expedicionários e Bancários. Medianas condições de vida registram-se em áreas entremeadas no tecido urbano da capital. No tipo E são lugares como Mangabeira e

Cidade Redenção e, no tipo F, lugares como Varjão e Jaguaribe. As baixas condições de vida, tipo G (46,5 km²), conformam grandes machas em João Pessoa, no entorno das áreas com boas condições de vida, a exemplo de Costa e Silva ou Cruz das Armas. Esse tipo se faz presente, também, nas áreas centrais do Município de Bayeux, Cabedelo e Santa Rita. O tipo H (36,1 km²) posiciona-se à borda da mancha urbanizada principal, tendo como exemplos, na capital, bairros como Colinas do Sul e Mumbaba. Em Bayeux pode-se citar Mario Andreazza e, em Santa Rita, Vila Tibiri. As baixíssimas condições de vida, tipo J, estão localizadas em fragmentos urbanizados mais afastados, sendo significativos nos Municípios de Conde e Lucena.” (IBGE, 2017)

Em síntese, pode-se listar os seguintes pontos em termos da hierarquia funcional de João Pessoa e sua capacidade de atrair atividades economicas diversas em seu território:

- João Pessoa está fortemente integrada com o interior do estado da Paraíba, porém tem uma área de influência significativamente menos consolidada que Campina Grande, a qual conta com menor volume demográfico. Provavelmente seu papel político de capital de estado e o posicionamento estratégico entre Natal e Recife mantenha-a na posição de Capital Regional A, superior, portanto, à Campina Grande, que é classificada como Capital Regional B.
- Contribui para a organização de atividades rurais na Zona da Mata, em faixa restrita a 150Km a partir da costa e submetida à centralidade exercida por Recife em relação à atividade principal, a açucareira.
- Quase que totalmente, o diálogo de João Pessoa com os centros de decisão brasileiros (que ocorrem nas chamadas Metrôpoles Nacionais ou Globais), ocorre via Recife (essa, sim, classificada como Metrôpole Nacional). Tal diálogo é definido pelas centralidades da gestão pública, gestão empresarial, ligações aéreas e ligações rodoviárias.

- No cenário regional, essa centralidade de João Pessoa rivaliza em termos de área com Maceió, mas perde para Natal e Campina Grande.
- A composição de sua Região Metropolitana formal não corresponde com precisão a outras regionalizações decorrentes de estudos hierárquicos ou mesmo de manchas urbanas mais metropolitanizadas.
- João Pessoa conta com grandes parcelas de espaços intraurbanos que não correspondem ao nível de centralidade exercido por ela de modo geral, confirmando a concentração de decisões econômicas em compartimentos restritos.
- Dificilmente a posição hierárquica competitiva de João Pessoa frente a outros polos nacionais e mesmo regionais será alterada a médio ou longo prazo. Posicionamentos mais altos nessa rede de cidades seriam mais possíveis na determinação de nichos de especialidades, apenas.
- A revisão da composição da atual Região Metropolitana de João Pessoa, a criação e consolidação de um órgão metropolitano e a elaboração de um Plano Estratégico Metropolitano (ou Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, conforme nomenclatura do Estatuto da Metrópole) certamente se constituíram em elementos fundamentais para a identificação de tais nichos.

2.5 DINÂMICA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

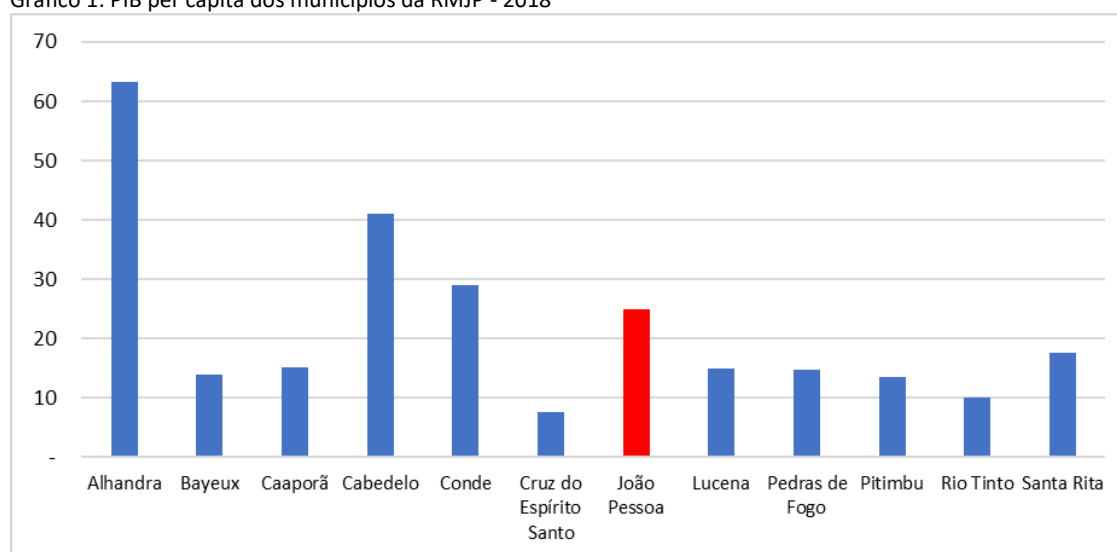
A análise da dinâmica econômica do município de João Pessoa visa contextualizar a centralidade de suas funções urbanas¹, o que constitui uma referência que pode ser útil para a formulação de diretrizes para o seu Plano Diretor.

Essa análise terá por base dados do Produto Interno Bruto (PIB) municipal e dos demais municípios da Região Metropolitana de João Pessoa.

¹O que define uma centralidade é o movimento pelas vias - os fluxos - referenciados pelos fixos, ou seja, a circulação contínua de consumidores, trabalhadores, automóveis, mercadorias, informações e ideias entorno dos equipamentos urbanos existentes (estabelecimentos comerciais ou industriais, escolas, hospitais, repartições públicas etc.). *“A presença desses elementos e suas dinâmicas dão função aos espaços e definem territórios.”* Conforme: MILANI, Patrícia H.; SILVA, Edima A. Centralidade urbana: um estudo do centro principal de Três Lagoas - MS. Geografia em Atos, n. 9, v.1. UNESP, Presidente Prudente, 2009.

Em 2018,² o Produto Interno Bruto do Município de João Pessoa ou a escala de seu processo de geração de riquezas na forma de bens e serviços ou de suas “funções urbanas” alcançou R\$ 20,0 bilhões. Nesse ano, o PIB do município representou 31,1% do total do Estado. Com uma população de 800.323 habitantes, em 2018, o seu PIB per capita atingiu R\$ 25,0 mil, superior ao do estado da Paraíba (R\$ 16,1 mil), mas inferior ao do Brasil (R\$ 33,6 mil) -Gráfico 1.

Gráfico 1: PIB per capita dos municípios da RMJP - 2018



Fonte: IBGE (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Pela dimensão de seu PIB, João Pessoa exerce expressiva centralidade em seus municípios circunvizinhos (Tabela 8). Cerca de 67% do PIB da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) é gerado nesse município. Esse percentual aumentou entre 2002-2004 (média trienal) e 2016-2018.

Nesse período, merecem também destaque os ganhos de centralidade dos municípios de Cabedelo e Alhandra. Vários municípios dessa RM estão perdendo centralidade: Bayeux, Caaporã, Cruz do Espírito Santo, Pedras do Fogo, Rio Tinto e Santa Rita.

² Último ano para o qual os dados do PIB dos municípios brasileiros encontram-se disponíveis. Ver: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>>

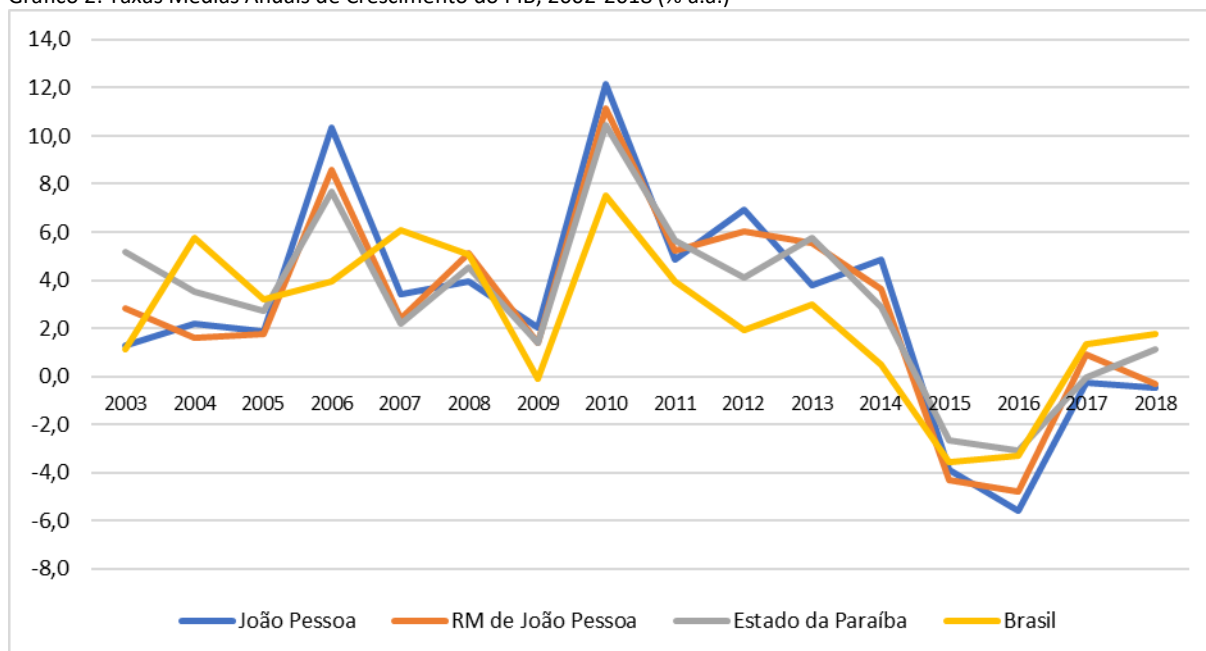
Tabela 8: PIB dos municípios circunvizinhos de João Pessoa

Nome do Município	Produto Interno Bruto da RM de João Pessoa = 100		Ganho (+) ou Perda (-) Centralidade (pp)
	2002-2004	2016-2018	
Alhandra	1,7	3,7	2,0
Bayeux	5,4	4,5	-0,9
Caaporã	4,1	1,1	-3,0
Cabedelo	7,1	9,3	2,2
Conde	1,7	2,2	0,5
Cruz do Espírito Santo	0,6	0,5	-0,2
João Pessoa	65,9	67,1	1,2
Lucena	0,5	0,7	0,1
Pedras de Fogo	2,9	1,5	-1,4
Pitimbu	0,6	0,9	0,3
Rio Tinto	1,0	0,9	-0,1
Santa Rita	8,5	7,8	-0,7
RM de João Pessoa	100,0	100,0	-

Fonte: IBGE (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Como pode ser observado no Gráfico 2, o desempenho das Taxas de Crescimento do PIB de João Pessoa no período 2002-2015 apresentou um padrão muito instável, semelhante aos da RM de João Pessoa, do estado da Paraíba e do Brasil. O ano de 2009, foi marcado pela retração dos mercados (interno e externo) em decorrência da crise econômica internacional, iniciada em fins de 2008, cujos desdobramentos, associados a problemas internos da economia brasileira (p. ex., baixa capacidade de investimento do setor público em decorrência da fragilidade de sua situação fiscal), ainda perduram.

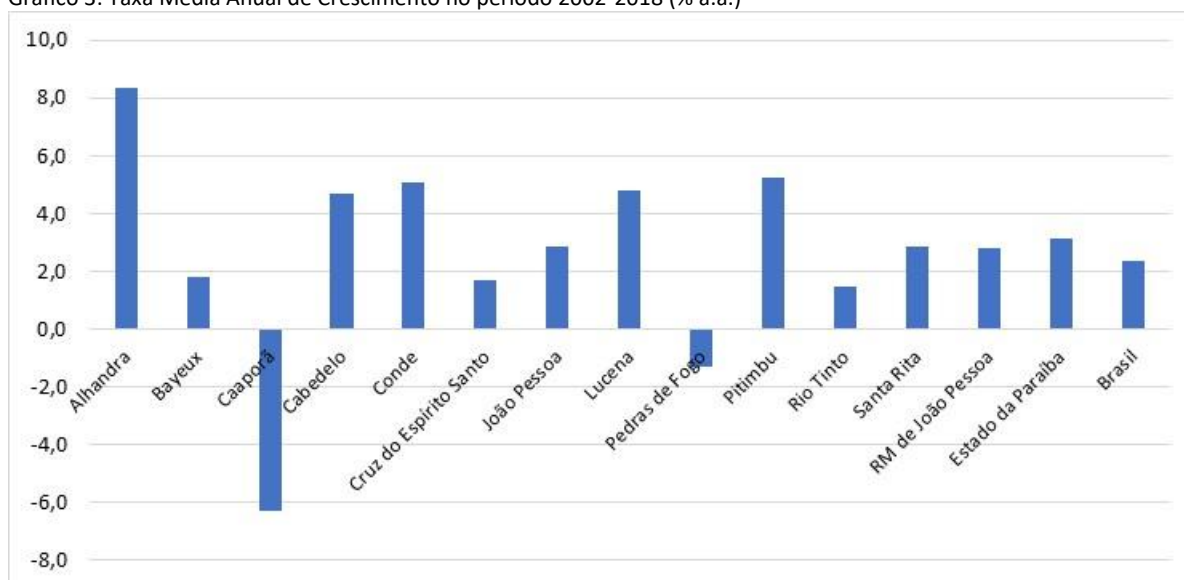
Gráfico 2: Taxas Médias Anuais de Crescimento do PIB, 2002-2018 (% a.a.)



Fonte: IBGE (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

No período 2002-2018, é possível constatar que o PIB do estado da Paraíba cresceu a uma taxa média anual (3,2% a.a.) superior à do PIB do Brasil (2,4% a.a.). Nesse período, a taxa média anual de crescimento do PIB de João Pessoa alcançou 2,9% a.a..

Gráfico 3: Taxa Média Anual de Crescimento no período 2002-2018 (% a.a.)



Fonte: IBGE (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Como pode ser observado na Tabela 9 e na Tabela 4, grande parte do PIB de atividades da indústria e dos serviços da RM de João Pessoa está concentrada no seu

município polo. Merece destaque a importância relativa da indústria nos municípios de Caaporã e de Santa Rita, este com mancha urbana contígua a João Pessoa.

A centralidade de João Pessoa na sua Região Metropolitana é muito expressiva. Observa-se também que, entre 2002-2004 e 2016-2018, essa centralidade aumentou.

Converge com essa constatação o fato de que grande parte do PIB do município de João Pessoa decorre de suas atividades industriais e de serviços.

Tabela 9: Participação do PIB dos municípios no PIB Total da RM de João Pessoa, segundo setores de atividade econômica

Nome do Município	Valor adicionado bruto da Agropecuária, a preços correntes (%)	Valor adicionado bruto da Indústria, a preços correntes (%)	Valor adicionado bruto dos Serviços,- exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (%)	Valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, a preços correntes (%)	Valor adicionado bruto total, a preços correntes (%)
2002-2004 (média trienal)					
Alhandra	6,4	1,2	1,3	1,6	1,5
Bayeux*	0,6	4,5	4,9	8,0	5,3
Caaporã	5,5	10,2	1,3	2,1	4,0
Cabedelo*	0,6	4,9	9,0	5,1	6,8
Conde	4,6	2,6	0,9	1,8	1,7
Cruz do Espírito Santo	7,3	0,2	0,2	1,3	0,7
João Pessoa*	2,0	57,9	75,9	62,2	65,9
Lucena*	4,8	0,2	0,3	1,0	0,6
Pedras de Fogo	36,2	3,6	0,8	2,6	3,1
Pitimbu	7,5	0,1	0,3	1,4	0,7
Rio Tinto	6,7	0,6	0,5	2,2	1,1
Santa Rita*	17,7	13,9	4,4	10,7	8,7
RM de João Pessoa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2016-2018 (média trienal)					
Alhandra	6,0	1,8	4,5	1,8	3,4
Bayeux*	1,8	2,6	4,2	7,4	4,6
Caaporã	3,6	1,5	0,5	2,0	1,1
Cabedelo*	1,6	9,5	9,9	6,8	8,9
Conde	6,0	3,1	1,7	2,1	2,2
Cruz do Espírito Santo	3,8	0,2	0,2	1,3	0,5
João Pessoa*	8,0	65,4	72,0	62,2	67,4
Lucena*	3,3	1,0	0,4	1,1	0,7
Pedras de Fogo	26,7	1,5	0,6	2,4	1,6

Nome do Município	Valor adicionado bruto da Agropecuária, a preços correntes (%)	Valor adicionado bruto da Indústria, a preços correntes (%)	Valor adicionado bruto dos Serviços,- exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (%)	Valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, a preços correntes (%)	Valor adicionado bruto total, a preços correntes (%)
Pitimbu	10,6	1,5	0,4	1,1	0,9
Rio Tinto	7,3	0,5	0,5	1,9	0,9
Santa Rita*	21,2	11,6	5,2	10,0	7,8
RM de João Pessoa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
LEGENDA					
* Municípios do Arranjo Populacional de João Pessoa e que apresentam uma mancha urbana contígua					

Fonte: IBGE (2018), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Tabela 10: Participação de cada setor de atividade econômica no PIB Total dos municípios da RM de João Pessoa

Nome do Município	Valor adicionado bruto da Agropecuária (%)	Valor adicionado bruto da Indústria (%)	Valor adicionado bruto dos Serviços,- exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (%)	Valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (%)	Valor adicionado bruto total
2002-2004 (média trienal)					
Alhandra	13,1	22,5	42,2	22,1	100
Bayeux*	0,4	23,2	45,2	31,3	100
Caaporã	4,3	68,6	16,3	10,8	100
Cabedelo*	0,3	19,7	64,6	15,5	100
Conde	8,6	41,8	27,3	22,3	100
Cruz do Espírito Santo	33,6	8,2	17,1	41,1	100
João Pessoa*	0,1	23,8	56,5	19,6	100
Lucena*	25,9	11,7	26,8	35,6	100
Pedras de Fogo	36,8	31,9	13,5	17,7	100
Pitimbu	33,2	4,2	21,3	41,4	100
Rio Tinto	19,6	14,1	24,5	41,7	100
Santa Rita*	6,3	43,3	24,8	25,6	100
RM De João Pessoa	3,1	27,1	49,0	20,8	100
2016-2018 (média trienal)					
Alhandra	3,0	10,1	74,4	12,5	100
Bayeux*	0,6	11,0	51,1	37,2	100
Caaporã	5,5	25,5	26,7	42,3	100
Cabedelo*	0,3	20,5	61,7	17,6	100
Conde	4,6	27,7	44,9	22,8	100
Cruz do Espírito Santo	12,7	7,3	21,2	58,8	100

Nome do Município	Valor adicionado bruto da Agropecuária (%)	Valor adicionado bruto da Indústria (%)	Valor adicionado bruto dos Serviços, - exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (%)	Valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (%)	Valor adicionado bruto total
João Pessoa*	0,2	18,7	59,7	21,4	100
Lucena*	7,9	27,2	28,9	36,0	100
Pedras de Fogo	27,5	17,5	20,0	35,0	100
Pitimbu	18,7	30,2	25,0	26,1	100
Rio Tinto	13,1	10,7	28,1	48,1	100
Santa Rita*	4,5	28,8	37,0	29,7	100
RM de João Pessoa	1,7	19,3	55,8	23,2	100
LEGENDA					
* Municípios do Arranjo Populacional de João Pessoa e que apresentam uma mancha urbana contígua					

Fonte: IBGE (2018), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Tabela 11: Ganhos e perdas de participação econômica no PIB Total dos Municípios da RM de João Pessoa

Nome do Município	Valor adicionado bruto da Agropecuária (%)	Valor adicionado bruto da Indústria (%)	Valor adicionado bruto dos Serviços, - exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (%)	Valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (%)	Valor adicionado bruto total
Alhandra	-10,2	-12,4	32,2	-9,6	0,0
Bayeux	0,3	-12,2	5,9	6,0	0,0
Caaporã	1,2	-43,2	10,4	31,6	0,0
Cabedelo	0,0	0,8	-2,9	2,1	0,0
Conde	-4,0	-14,2	17,7	0,5	0,0
Cruz do Espírito Santo	-20,9	-0,9	4,1	17,7	0,0
João Pessoa	0,1	-5,1	3,2	1,8	0,0
Lucena	-18,0	15,5	2,1	0,4	0,0
Pedras de Fogo	-9,3	-14,4	6,5	17,3	0,0
Pitimbu	-14,5	26,0	3,7	-15,2	0,0
Rio Tinto	-6,5	-3,4	3,5	6,3	0,0
Santa Rita	-1,8	-14,5	12,2	4,1	0,0
RM de João Pessoa	-1,5	-7,8	6,8	2,4	0,0

Fonte: IBGE (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

2.6 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

Tendo em vista a compreensão do papel de João Pessoa no cenário regional, caracterizando sua inserção no contexto metropolitano, este tópico apresenta a análise de dados demográficos e dos principais indicadores sintéticos de bem-estar social, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).

Faz-se necessário ressaltar que os dados analisados são anteriores à emergência da pandemia de Covid-19 em 2020, cujas consequências são imprevisíveis e ainda incomensuráveis, mesmo que os primeiros efeitos já tenham impactado fortemente todas as esferas da sociedade brasileira. Neste sentido, apesar de contribuírem para a compreensão do perfil socioeconômico regional, os dados aqui apresentados são insuficientes para revelar os primeiros efeitos da pandemia, que abrangeram todo o território brasileiro, especialmente no que diz respeito ao acirramento das desigualdades sociais – marcado pelo aumento da pobreza, do desemprego e do contingente de populações em situação de vulnerabilidade –; à elevação dos índices de violência e criminalidade, particularmente a violência doméstica contra a mulher; às modificações nos padrões de mortalidade; à redução da expectativa de vida; e à desestabilização das tendências demográficas.

De acordo com o Consórcio de Veículos de Imprensa (2021), até o dia 13 de julho de 2021 o Brasil já havia registrado 535.924 óbitos e 19.152.065 casos de Covid-19. Na mesma data, foram totalizados, desde o início da pandemia, 8.815 óbitos e 408.440 casos no estado da Paraíba e 2.823 óbitos e 100.993 casos em João Pessoa.

2.6.1 DEMOGRAFIA

A Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) está distribuída em uma área total de 279.424 hectares (4,9% do território estadual), sendo aproximadamente 45% desta superfície ocupada pelo Arranjo Populacional de João Pessoa (AP João Pessoa). Conforme detalhado na Tabela 12, de acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a RMJP abrigava 1.156.273 habitantes (30,7% da população paraibana) e, segundo as estimativas do instituto para 2020, já conta com mais de 1,2 milhão de habitantes, dos quais aproximadamente 90% residem no AP João Pessoa (IBGE, 2010, 2016, 2020b; PARAÍBA, 2009).

Polo articulador e o Município mais populoso do Estado, com uma população estimada em 817,5 mil habitantes em 2020, João Pessoa concentra mais de 60% do contingente populacional da RMJP e cerca de 70% do contingente de seu arranjo. Distribuído em uma área de 21.148 hectares, em 2020 sua densidade demográfica estimada correspondeu a 38,66 hab./ha, superior às médias metropolitana (4,62 hab./ha) e estadual (0,72 hab./ha) e a maior entre os municípios paraibanos. João Pessoa está entre municípios mais urbanizados da RMJP, sendo que em 2010 contava com um grau de urbanização de 99,6%, índice inferior apenas ao de Cabedelo, o qual já se encontrava totalmente urbanizado. (IBGE, 2010, 2020b)

Considerando-se o padrão de ocupação da RMJP, concentrando a dinâmica regional mais intensa, o AP João Pessoa é composto por municípios mais urbanizados e que apresentam contiguidade ou proximidade (no caso de Conde) com a mancha urbana central da capital. Ainda assim, dentre os municípios do arranjo, apenas a capital paraibana e Santa Rita são municípios de grande porte (acima de 100 mil habitantes), sendo Bayeux e Cabedelo de médio porte (entre 50 mil e 100 mil habitantes) e Conde e Lucena de pequeno porte (até 50 mil habitantes). Já as demais áreas metropolitanas são ocupadas por pequenos municípios – da mesma forma que a grande maioria dos municípios da Paraíba –, com contingentes populacionais inferiores a 30 mil habitantes e com maior participação relativa da população rural. (IBGE, 2010, 2020b)

Tabela 12: Área, população, densidade demográfica e grau de urbanização dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP), com destaque para o Arranjo Populacional de João Pessoa (AP João Pessoa), e do estado da Paraíba - 2010, 2020

Unidade	Área (ha) 2010	População (habitantes)		Densidade demográfica (hab./ha)		Grau de urbanização (%) 2010
		2010	2020	2010	2020	
<i>AP João Pessoa</i>	126.410	1.034.615	1.159.054	8,18	9,17	97,2
João Pessoa	21.148	723.515	817.511	34,21	38,66	99,6
Santa Rita ⁽¹⁾	72.685	120.310	137.349	1,66	1,89	86,2
Bayeux ⁽¹⁾	3.197	99.716	97.203	31,19	30,40	99,1
Cabedelo ⁽¹⁾	3.192	57.944	68.767	18,16	21,55	100,0
Conde ⁽¹⁾	17.295	21.400	25.010	1,24	1,45	67,7
Lucena	8.894	11.730	13.214	1,32	1,49	86,5
Pedras de Fogo	40.039	27.032	28.533	0,68	0,71	60,5
Rio Tinto	46.489	22.976	24.218	0,49	0,52	56,8
Caaporã	15.017	20.362	21.955	1,36	1,46	86,2
Alhandra	18.266	18.007	19.727	0,99	1,08	61,9
Pitimbu	13.644	17.024	19.275	1,25	1,41	61,0
Cruz do Espírito Santo	19.560	16.257	17.461	0,83	0,89	45,8
RMJP	279.424	1.156.273	1.290.223	4,14	4,62	93,6
PARAÍBA	5.646.978	3.766.528	4.039.277	0,67	0,72	75,4

Fonte: IBGE (2010, 2016, 2020b); PARAÍBA (2009)

A análise da evolução populacional das últimas décadas revela que, mesmo com significativos incrementos demográficos e taxas de crescimento superiores às médias da Paraíba, a RMJP tem registrado uma paulatina desaceleração em seu ritmo de crescimento. Conforme detalhado na Tabela 13, considerando-se a atual conformação da RMJP, a taxa média de crescimento do conjunto de municípios metropolitanos, que no período 1991/2000 correspondeu a 2,00% a.a., no período 2000/2010 caiu para 1,66% a.a. e, no período 2010/2020, para 1,10% a.a. Esses resultados refletem, em grande medida, o peso demográfico da capital paraibana, cujas taxas de crescimento equivaleram, respectivamente, a 2,06% a.a., a 1,92% a.a. e a 1,23% a.a. (IBGE, 1991, 2000, 2010, 2020b).

Os dados apontam para algumas diferenças nas dinâmicas demográficas municipais da RMJP. Dentre os municípios do AP João Pessoa, Cabedelo, Conde e Lucena seguiram o comportamento da capital, apresentando desaceleração no ritmo de crescimento entre os períodos analisados, mas registraram incrementos demográficos mais expressivos, especialmente no período 1991/2000. Noutro sentido, o município de Bayeux registrou perdas populacionais no período 2010/2020, o que resultou em uma taxa média de -0,25% a.a. Por sua vez, o município de Santa Rita – segundo mais populoso da RMJP –, apresentou uma aceleração no ritmo de crescimento no último período, com sua taxa subindo de 0,38% a.a., no período 2000/2010, para 1,33% a.a. no período 2010/2020. (IBGE, 1991, 2000, 2010, 2020b)

No caso dos demais municípios metropolitanos, Caaporã, Alhandra e Pitimbu também seguiram o comportamento da capital e do conjunto da RMJP, apresentando reduções nas taxas de crescimento. Já o município de Cruz do Espírito Santo, que havia registrado uma ligeira aceleração no crescimento entre os períodos 1991/2000 e 2000/2010, no último período teve sua taxa média reduzida para 0,72% a.a. Por fim, os municípios de Pedras de Fogo e Rio Tinto, que haviam contado com perdas populacionais período de 1991/2000, nos períodos seguintes registraram taxas positivas e ligeiramente crescentes, ainda que inferiores a 1% a.a. (IBGE, 1991, 2000, 2010, 2020b).

Tabela 13: População e taxa média de crescimento anual populacional dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP), com destaque para o Arranjo Populacional de João Pessoa (AP João Pessoa), e do estado da Paraíba - 1991, 2000, 2010, 2020

Unidade	População (habitantes)				Taxa de crescimento (% a.a.)		
	1991	2000	2010	2020	1991/2000	2000/2010	2010/2020
<i>AP João Pessoa</i>	716.646	870.339	1.034.615	1.159.054	2,18	1,74	1,14
João Pessoa	497.600	597.934	723.515	817.511	2,06	1,92	1,23
Santa Rita ⁽¹⁾	94.413	115.844	120.310	137.349	2,30	0,38	1,33
Bayeux ⁽¹⁾	77.491	87.561	99.716	97.203	1,37	1,31	-0,25
Cabedelo ⁽¹⁾	29.052	42.832	57.944	68.767	4,41	3,07	1,73
Conde ⁽¹⁾	10.391	16.413	21.400	25.010	5,21	2,69	1,57
Lucena	7.699	9.755	11.730	13.214	2,66	1,86	1,20
Pedras de Fogo	26.614	25.861	27.032	28.533	-0,32	0,44	0,54
Rio Tinto	27.127	22.311	22.976	24.218	-2,15	0,29	0,53
Caaporã	15.007	18.441	20.362	21.955	2,32	1,00	0,76
Alhandra	13.270	15.914	18.007	19.727	2,04	1,24	0,92
Pitimbu	9.463	13.927	17.024	19.275	4,39	2,03	1,25
Cruz do Espírito Santo	12.651	14.081	16.257	17.461	1,20	1,45	0,72
RMJP ⁽²⁾	820.778	980.874	1.156.273	1.290.223	2,00	1,66	1,10
PARAÍBA	3.201.114	3.443.825	3.766.528	4.039.277	0,82	0,90	0,70
LEGENDA							
(1)	Município limítrofe à João Pessoa; (2) Considerando-se a atual conformação da RMJP, conforme Lei Complementar Nº 93/2009						

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010, 2016, 2020b); PARAÍBA (2009).

2.6.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

O conceito de desenvolvimento esteve, por muito tempo, associado a indicadores econômicos como o PIB per capita. No entanto, o conceito de Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que, para aferir o avanço qualidade de vida de uma população, é preciso ir além do viés econômico e considerar também as características sociais que influenciam a qualidade de vida e, portanto, também condicionam o desenvolvimento econômico.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida resumida do desenvolvimento humano, em longo prazo, que engloba três componentes básicos: Educação, Saúde e Renda. Calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), e divulgado no “Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil” (PNUD/IPEA/FJP, 2013), o IDHM é resultado do cruzamento de indicadores socioeconômicos, com base nos dados dos Censos Demográficos do IBGE³.

³ O IDHM foi desenvolvido com base no IDH, índice criado pelo PNUD. O IDHM que oferece contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Não obstante, é importante notar que os Relatórios de

As dimensões do IDHM são as seguintes:

- Longevidade: Vida longa e saudável. “Ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer a garantia de um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que as pessoas possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental”;
- Educação: Acesso ao conhecimento. “O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar, essencial para o exercício das liberdades individuais e da autonomia. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida”; e
- Renda: Padrão de vida. “A renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades⁴.”

O cálculo do IDHM é obtido pela média geométrica dos três componentes (ou subíndices) que, por sua vez, são calculados a partir de indicadores específicos:

- IDHM-Educação – resultante da média geométrica dos indicadores relativos à escolaridade da população adulta e ao fluxo escolar da população jovem: (a) percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo; (b) e média aritmética do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

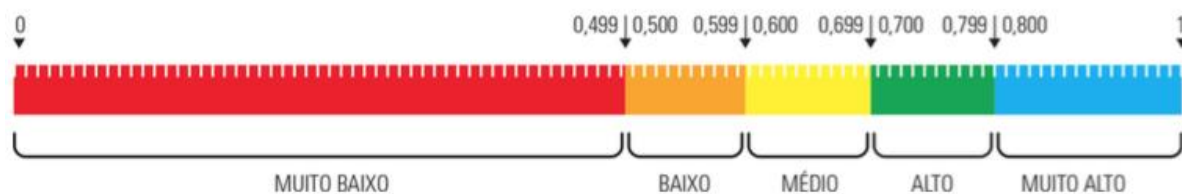
Desenvolvimento Humano publicados pela Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que o desenvolvimento dos aspectos de saúde, educação e rendimento a nível individual, apesar de fundamentais, não significam uma correlação direta com as melhorias nas condições de desenvolvimento humano se “as conquistas individuais e se as percepções sobre o progresso diferirem”. (PNUD/IPEA/FJP, 2013)

⁴ Informações disponíveis no sítio: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>.

- IDHM-Longevidade – resultante da medida da expectativa de vida ao nascer: número médio de anos que uma pessoa viverá a partir do nascimento, mantidos os padrões de mortalidade.
- IDHM-Renda – resultante da medida da renda mensal per capita: soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram em um determinado lugar (PNUD/IPEA/FJP, 2013).

Tanto o índice geral como o de seus componentes apresentam valores que variam entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de um, maior o nível de desenvolvimento da unidade territorial em relação ao indicador. De acordo com a metodologia do IDHM, os valores são assim classificados: superiores a 0,800, de muito alto desenvolvimento; entre 0,700 e 0,799, de alto desenvolvimento; entre 0,600 e 0,699, de médio desenvolvimento; entre 0,500 e 0,599, de baixo desenvolvimento; e inferiores a 0,499, de muito baixo desenvolvimento (PNUD/IPEA/FJP, 2013).

Figura 10: Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2013, p. 27).

Conforme apresentado na Tabela 14, João Pessoa acompanhou o movimento de variação positiva do IDHM no período 1991/2010, que, de maneira geral, também abrangeu os demais municípios brasileiros. Com uma variação de 0,212 pontos (38,5%), o IDHM da capital paraibana, que era de 0,551 em 1991, subiu para 0,644 em 2000, e para 0,763 em 2010. Este índice foi suficiente para João Pessoa integrar-se ao grupo das unidades territoriais de alto desenvolvimento humano, que incluía as nove capitais nordestinas, e ocupar a primeira posição no *ranking* dos 223 municípios paraibanos (PNUD/IPEA/FJP, 2013).

Considerando-se o contexto metropolitano, a análise dos valores do IDHM sinaliza importantes discrepâncias socioeconômicas entre os municípios. Em 2010, além de João

Pessoa, apenas Cabedelo registrou índice de alto desenvolvimento humano (0,748). Assim como o conjunto paraibano, os municípios de Santa Rita, Bayeux, Conde e Caaporã registraram índices de médio desenvolvimento. Já nos demais, apesar das variações significativas no período analisado, em 2010 os índices figuraram de baixo desenvolvimento (PNUD/IPEA/FJP, 2013).

Tabela 14: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e do estado da Paraíba - 1991, 2000, 2010

Unidade	IDHM			Faixa de desenvolvimento - 2010	Posição no ranking - 2010	
	1991	2000	2010		RMJP	PARAÍBA
João Pessoa ⁽¹⁾	0,551	0,644	0,763	Alto	1	1
Santa Rita ^{(1) (2)}	0,367	0,472	0,627	Médio	4	22
Bayeux ^{(1) (2)}	0,407	0,505	0,649	Médio	3	10
Cabedelo ^{(1) (2)}	0,444	0,599	0,748	Alto	2	2
Conde ^{(1) (2)}	0,303	0,422	0,618	Médio	5	37
Lucena ⁽¹⁾	0,267	0,391	0,583	Baixo	9	112
Pedras de Fogo	0,303	0,401	0,590	Baixo	7	98
Rio Tinto	0,345	0,447	0,585	Baixo	8	107
Caaporã	0,278	0,407	0,602	Médio	6	69
Alhandra	0,276	0,415	0,582	Baixo	10	114
Pitimbu	0,276	0,429	0,570	Baixo	11	147
Cruz do Espírito Santo	0,289	0,406	0,552	Baixo	12	190
PARAÍBA	0,382	0,506	0,658	Médio	-	-
LEGENDA						
(1)	Município integrante do Arranjo Populacional de João Pessoa					
(2)	Município limítrofe à João Pessoa					

Fonte: PNUD/IPEA/FJP (2013); IBGE (2016); PARAÍBA (2009).

Quando analisados separadamente, os componentes do IDHM refletem situações socioeconômicas com diferentes desempenhos na RMJP, tal como apresentado na Tabela 15. Assim como no contexto nacional, apesar das expressivas variações positivas em relação a 1991, em 2010, o índice do componente Educação permaneceu como o mais baixo na composição do IDHM dos municípios metropolitanos. Ainda que de médio desenvolvimento humano, índices mais elevados foram registrados na capital paraibana (0,693) e em Cabedelo (0,651). Já nos demais municípios, os índices figuraram de baixo ou muito baixo desenvolvimento, sendo que apenas Bayeux superou o índice do conjunto estadual, que equivaleu a 0,555 (PNUD/IPEA/FJP, 2013).

O melhor índice da RMJP continua sendo o do componente Longevidade. Em 2010, João Pessoa e Cabedelo registraram índices de muito alto desenvolvimento humano (respectivamente, 0,693 e 0,651), enquanto os demais de alto desenvolvimento, assim como o conjunto paraibano (PNUD/IPEA/FJP, 2013).

No caso do componente Renda, exceto em Bayeux, Cabedelo, Conde e Lucena, nos demais municípios da RMJP este foi o índice de menor variação no período 1991/2010. Em 2010, registraram índices mais elevados, de alto desenvolvimento humano, João Pessoa (0,770) e Cabedelo (0,782), e de médio desenvolvimento, Bayeux (0,619). Já os demais municípios metropolitanos registraram índices de médio desenvolvimento (PNUD/IPEA/FJP, 2013).

Tabela 15: Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e do estado da Paraíba - 2010

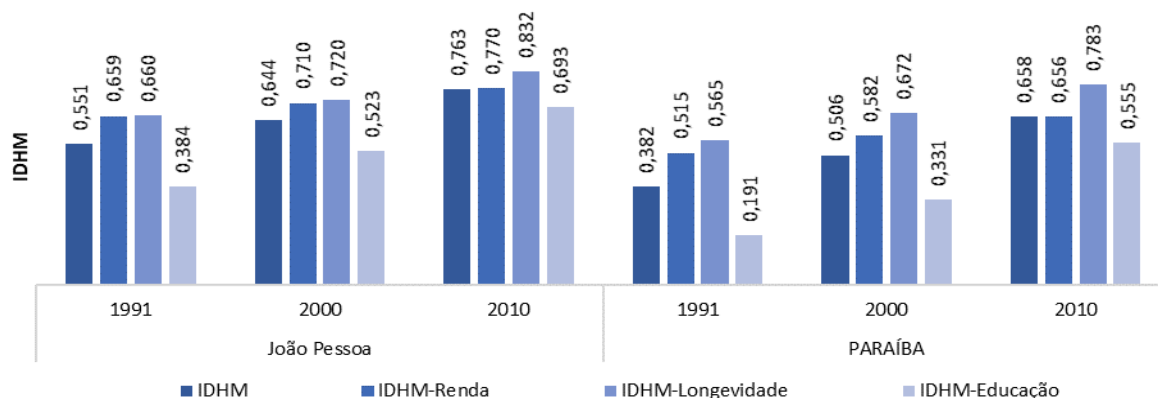
Unidade	IDHM			Faixa de desenvolvimento		
	Renda	Longevidade	Educação	Renda	Longevidade	Educação
João Pessoa ⁽¹⁾	0,770	0,832	0,693	Alto	Muito alto	Médio
Santa Rita ^{(1) (2)}	0,597	0,774	0,534	Baixo	Alto	Baixo
Bayeux ^{(1) (2)}	0,619	0,779	0,566	Médio	Alto	Baixo
Cabedelo ^{(1) (2)}	0,782	0,822	0,651	Alto	Muito alto	Médio
Conde ^{(1) (2)}	0,591	0,797	0,500	Baixo	Alto	Baixo
Lucena ⁽¹⁾	0,577	0,734	0,469	Baixo	Alto	Muito baixo
Pedras de Fogo	0,568	0,771	0,468	Baixo	Alto	Muito baixo
Rio Tinto	0,562	0,742	0,480	Baixo	Alto	Muito baixo
Caaporã	0,565	0,757	0,509	Baixo	Alto	Baixo
Alhandra	0,544	0,778	0,465	Baixo	Alto	Muito baixo
Pitimbu	0,538	0,753	0,456	Baixo	Alto	Muito baixo
Cruz do Espírito Santo	0,531	0,778	0,408	Baixo	Alto	Muito baixo
PARAÍBA	0,656	0,783	0,555	Médio	Alto	Baixo

LEGENDA
 (1) Município integrante do Arranjo Populacional de João Pessoa
 (2) Município limítrofe à João Pessoa

Fonte: PNUD/IPEA/FJP (2013); IBGE (2016); PARAÍBA (2009)

A Figura 11 ilustra a evolução do IDHM, geral e por componente, da capital e do estado paraibano entre os anos 1991 e 2010.

Figura 11: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), geral e por componente, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 1991, 2000, 2010



Fonte: PNUD/IPEA/FJP (2013)

2.6.3 ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) constitui-se como uma alternativa que (dialoga e) complementa o IDHM, e que sinaliza as condições de vulnerabilidade social, apontando a ausência ou insuficiência de recursos e condições mínimas necessárias ao bem-estar e à qualidade de vida das populações.

Calculado pelo IPEA, também com base nas variáveis dos Censos Demográficos do IBGE e por meio do cruzamento de indicadores socioeconômicos, e divulgado no “Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros” (IPEA, 2015), o IVS é o resultado da média aritmética de três componentes: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho.

a) IVS Infraestrutura urbana

Resultante da média dos indicadores relativos às condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana: (a) percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; (b) percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo; (c) e percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho.

O Quadro 3 apresenta os indicadores e respectivos pesos relativos que estruturam esse subíndice.

Quadro 3: Descrição e peso dos indicadores que compõem o subíndice IVS Infraestrutura Urbana

Indicador	Descrição	Peso
a) Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	Razão entre o número de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,300
b) Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo	Razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora	0,300

	do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes, localizados em área urbana.	
c) Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.	Razão entre o número de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade, que vivem em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho, e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que retornam diariamente do trabalho, multiplicado por 100.	0,400

Fonte: IPEA (2015, p. 14), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

b) IVS Capital Humano

Segundo o IPEA:

“[Este subíndice] referente a capital humano envolve dois aspectos (ou ativos e estruturas) que determinam as perspectivas (atuais e futuras) de inclusão social dos indivíduos: saúde e educação. Neste sentido, foram selecionados para compô-lo indicadores que retratam não só a presença atual destes ativos e recursos nas populações, mas também o potencial que suas gerações mais novas apresentam de ampliá-lo. Adotou-se, para isso, indicadores de mortalidade infantil; da presença, nos domicílios, de crianças e jovens que não frequentam a escola; da presença, nos domicílios, de mães precoces, e de mães chefes de família, com baixa escolaridade e filhos menores; da ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos do domicílio; e da presença de jovens que não trabalham e não estudam.”⁵

Resultante da média dos indicadores relativos às condições de saúde e acesso à educação: (a) mortalidade até um ano de idade; (b) percentual de crianças de até 5 anos que não frequentam a escola; (c) percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; (d) percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos; (e) percentual

⁵ IPEA (2015, p.14).

de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família; (f) taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade; (g) percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo; (h) e percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo, na população total dessa faixa etária.

O Quadro 4 apresenta os indicadores e respectivos pesos relativos que estruturam esse subíndice.

Quadro 4: Descrição e peso dos indicadores que compõem o subíndice IVS Capital Humano

Indicador	Descrição	Peso
a) Mortalidade até um ano de idade	Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida, em cada mil crianças nascidas vivas.	0,125
b) Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	Razão entre o número de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam creche ou escola, e o total de crianças nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
c) Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	Razão entre o número de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola, e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
d) Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	Razão entre o número de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos, e o total de mulheres nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
e) Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família	Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, que não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos um filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio, e o número total de mulheres chefes de família (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,125
f) Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	Razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples, e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).	0,125
g) Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	Razão entre o número de crianças de até 14 anos que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo, e a população total nesta faixa etária residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).	0,125
h) Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária	Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e a população total nesta faixa etária (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,125

Fonte: IPEA (2015, p. 15), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

c) IVS Renda e Trabalho

Resultante da média dos indicadores relativos à insuficiência e insegurança de renda:

(a) proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo; (b) taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; (c) percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal; (d) percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e dependentes de idosos; (e) taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (IPEA, 2015).

O Quadro 5 apresenta os indicadores e respectivos pesos relativos que estruturam esse subíndice.

Quadro 5: Descrição e peso dos indicadores que compõem o subíndice IVS Renda e Trabalho

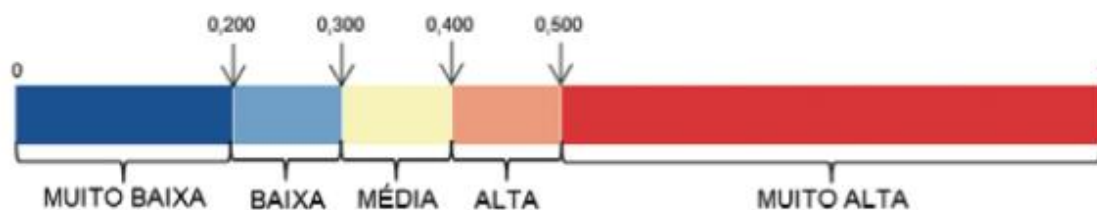
Indicador	Descrição	Peso
a) Proporção de pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo (2010)	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais (em reais de agosto de 2010), equivalente a meio salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.	0,200
b) Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.	0,200
c) Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo, em ocupação informal, e a população total nesta faixa etária, multiplicada por 100. Ocupação informal implica que trabalham, mas não são: empregados com carteira de trabalho assinada, militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição a instituto de previdência oficial.	0,200
d) Percentual de pessoas em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e nos quais a renda de moradores com 65 anos ou mais de idade (idosos) corresponde a mais da metade do total da renda domiciliar, e a população total residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).	0,200
e) Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do censo entre o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100). Considera-se desocupada a	0,200

Indicador	Descrição	Peso
	<p>peessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.</p>	

Fonte: IPEA (2015, p. 16), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Do mesmo modo que o IDHM, os índices do IVS apresentam valores que variam entre zero e um. No entanto, neste caso a leitura é realizada de forma inversa, sendo os valores assim classificados: inferiores a 0,200, de muito baixa vulnerabilidade; entre 0,201 e 0,300, de baixa vulnerabilidade; entre 0,301 e 0,400, de média vulnerabilidade; entre 0,401 e 0,500, de alta vulnerabilidade; e superiores a 0,500, de muita alta vulnerabilidade (IPEA, 2015).

Figura 12: Faixas do IVS



Fonte: IPEA (2015, p. 18), adaptada pelo Consórcio (2021)

Conforme apresentado na Tabela 16, no período 2000/2010, tal como o conjunto estadual e os demais municípios metropolitanos, João Pessoa registrou redução no valor do IVS. Com uma queda de 0,107 pontos (27,2%). O índice geral da capital paraibana caiu de 0,393, em 2000, para 0,286 em 2010. Este índice correspondeu ao segundo menor da RMJP – ligeiramente acima do índice de Cabedelo (0,285) – e ao quinto menor do estado, posicionando João Pessoa no grupo das unidades territoriais de baixa vulnerabilidade, que incluía outras três capitais nordestinas (Teresina, Natal e Aracajú) (IPEA, 2015).

Considerando-se o contexto metropolitano, a análise dos valores do IVS aponta para cenários de exclusão e vulnerabilidade social. Em 2010, tal como no caso do IDHM, apenas a capital paraibana e Cabedelo se destacaram pelos índices mais favoráveis, de baixa vulnerabilidade social. Os valores do IVS dos demais municípios da RMJP expressam situações bastante críticas, com destaque para Rio Tinto, Pitimbu e Cruz do Espírito Santo, que registraram índices de muito alta vulnerabilidade (IPEA, 2015).

Tabela 16: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e do estado da Paraíba - 2000, 2010.

Unidade	IVS		Faixa de vulnerabilidade - 2010	Posição no ranking - 2010	
	2000	2010		RMJP	PARAÍBA
João Pessoa ⁽¹⁾	0,393	0,286	Baixa	2	5
Santa Rita ^{(1) (2)}	0,598	0,444	Alta	6	106
Bayeux ^{(1) (2)}	0,544	0,405	Alta	3	69
Cabedelo ^{(1) (2)}	0,398	0,285	Baixa	1	4
Conde ^{(1) (2)}	0,723	0,475	Alta	9	147
Lucena ⁽¹⁾	0,704	0,468	Alta	8	139
Pedras de Fogo	0,645	0,442	Alta	5	105
Rio Tinto	0,672	0,505	Muito Alta	10	173
Caaporã	0,658	0,423	Alta	4	90
Alhandra	0,628	0,445	Alta	7	107
Pitimbu	0,706	0,538	Muito Alta	12	205
Cruz do Espírito Santo	0,630	0,518	Muito Alta	11	188
PARAÍBA	0,526	0,385	Média	-	-
LEGENDA					
(1)	Município integrante do Arranjo Populacional de João Pessoa				
(2)	Município limítrofe à João Pessoa				

Fonte: IPEA (2015); IBGE (2016); PARAÍBA (2009)

No que se refere à composição do IVS, os dados sinalizam diferentes processos de desenvolvimento social nos municípios metropolitanos, mas revelam que os maiores desafios da RMJP, assim como do conjunto paraibano, continuam relacionados aos componentes Capital Humano e Renda e Trabalho (IPEA, 2015).

Conforme apresentado na Tabela 17, sobre o componente Capital Humano, em 2010, embora de média vulnerabilidade social, índices mais favoráveis foram registrados em João Pessoa (0,329) e Cabedelo (0,388). Já nos demais municípios, os índices figuraram de alta ou muito alta vulnerabilidade, sendo que Lucena, Pitimbu e Cruz do Espírito Santo registraram valores superiores a 0,600 (IPEA, 2015).

Em relação ao componente Renda e Trabalho, a capital paraibana se destacou positivamente, registrando um índice de baixa vulnerabilidade social (0,292) em 2010. No caso dos demais municípios da RMJP, com exceção de Cabedelo, que registrou um valor de média vulnerabilidade (0,345), os índices figuraram de alta ou muito alta vulnerabilidade (IPEA, 2015).

No que diz respeito ao componente Infraestrutura Urbana, exceto em Conde, nos demais municípios da RMJP este foi o melhor índice na composição dos IVS municipais de 2000 e 2010. No último ano, se destacaram positivamente, com índice de muito baixa vulnerabilidade social, Cabedelo (0,122), e com índices de baixa vulnerabilidade, João Pessoa (0,238), Lucena (0,216), Pedras de Fogo (0,297), Caaporã (0,224) e Alhandra (0,223). Noutro

sentido, Conde e Pitimbu sobressaíram pelos índices menos favoráveis, de alta vulnerabilidade (respectivamente, 0,416 e 0,402). Já os municípios de Santa Rita, Bayeux, Rio Tinto e Cruz do Espírito Santo registraram índices de média vulnerabilidade (IPEA, 2015).

Tabela 17: Componentes do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e do estado da Paraíba - 2010.

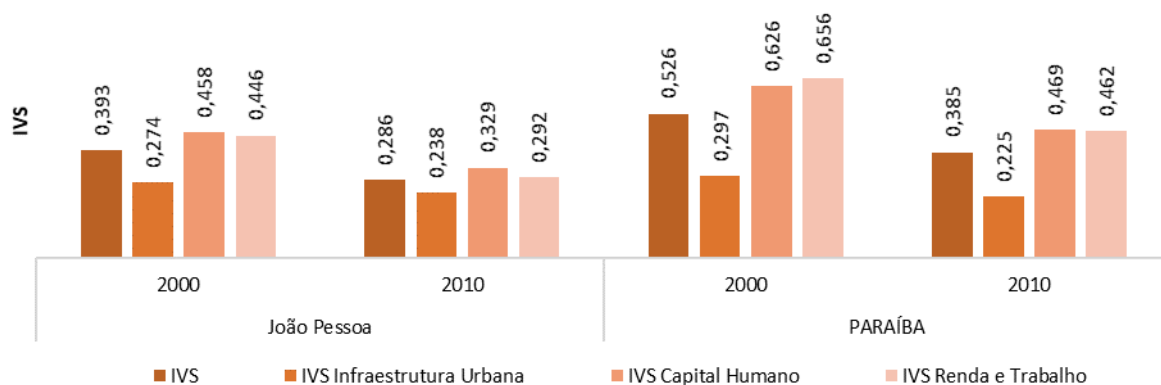
Unidade	IVS			Faixa de vulnerabilidade		
	Infraestrutura Urbana	Capital Humano	Renda e Trabalho	Infraestrutura Urbana	Capital Humano	Renda e Trabalho
João Pessoa ⁽¹⁾	0,238	0,329	0,292	Baixa	Média	Baixa
Santa Rita ^{(1) (2)}	0,362	0,504	0,465	Média	Muito alta	Alta
Bayeux ^{(1) (2)}	0,342	0,443	0,431	Média	Alta	Alta
Cabedelo ^{(1) (2)}	0,122	0,388	0,345	Muito baixa	Média	Média
Conde ^{(1) (2)}	0,416	0,596	0,413	Alta	Muito alta	Alta
Lucena ⁽¹⁾	0,216	0,660	0,528	Baixa	Muito alta	Muito alta
Pedras de Fogo	0,297	0,495	0,533	Baixa	Alta	Muito alta
Rio Tinto	0,388	0,549	0,579	Média	Muito alta	Muito alta
Caaporã	0,224	0,571	0,475	Baixa	Muito alta	Alta
Alhandra	0,223	0,552	0,559	Baixa	Muito alta	Muito alta
Pitimbu	0,402	0,654	0,558	Alta	Muito alta	Muito alta
Cruz do Espírito Santo	0,360	0,613	0,581	Média	Muito alta	Muito alta
PARAÍBA	0,225	0,469	0,462	Baixa	Alta	Alta

LEGENDA
 (1) Município integrante do Arranjo Populacional de João Pessoa
 (2) Município limítrofe à João Pessoa

Fonte: IPEA (2015); IBGE (2016); PARAÍBA (2009)

A Figura 13 ilustra a evolução do IVS, geral e por componente, da capital e do estado paraibano entre os anos 2000 e 2010.

Figura 13: Evolução do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), geral e por componente, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2000, 2010



Fonte: IPEA (2015)

2.7 CONDICIONANTES AMBIENTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA

Em termos ambientais, a Região Metropolitana de João Pessoa (PMJP) possui uma cobertura da terra razoavelmente diversificada, composta por tecidos urbanos mais ou menos integrados entre si, áreas de vegetação nativa, mangues, planícies fluvio marinhas e ilhas. Os rios da região são grandes divisores dos municípios e contribuem para moldar a forma e a extensão da mancha urbana e propiciar importantes atrativos naturais para o turismo, principalmente no sul e norte de João Pessoa.

A conurbação com Conde, na porção sul, ocorre pela BR-101 e pela PB-008, amortecida por uma larga área de vegetação que prevalece no entorno das margens dos rios Gramame e Mumbaba. Esses dois rios se encontram entre as duas rodovias supracitadas, formando um corredor verde que termina na Praia da Barra do Gramame, importante atrativo turístico sustentado pelas belezas do encontro do rio com o mar. Tal atrativo é positivamente influenciado pela grande área verde existente entre a Sede Municipal de Conde e o Distrito de Jacumã, conferindo menor alteração na qualidade hídrica do Riacho Água Boa, um dos mais importantes tributários da margem direita do Rio Gramame.

Na porção oeste, a conurbação com Bayeux e Santa Rita é condicionada pela BR-230, havendo apenas uma estreita faixa de vegetação no entorno do rio Marés, cujo açude de importância para o abastecimento público de água, localiza-se a montante da rodovia. Além da rodovia, a conexão se dá pela ferrovia que liga Santa Rita a Cabedelo, superando o limite imposto pelo rio Marés no entorno do bairro pessoense do Alto São Mateus. A última e mais ao norte conexão com o leste, é realizada a partir da ponte da Avenida Nova Liberdade sobre rio Paraíba em uma área de estreita vegetação e ocupações urbanas próximas a vegetação de mangue. Partindo desta ponte rumo ao nordeste da cidade, predominam os ambientes naturais formados por mangues, remanescentes de Mata Atlântica, lagoas e planícies fluvio marinhas que caracterizam a desembocadura de rios como o rio Jaguaribe. A grandiosidade do rio Paraíba nesta região, condiciona a separação da mancha urbana de João Pessoa com os distritos de Nossa Senhora do Livramento, Ribeira e Forte Velho, pertencentes ao Município de Santa Rita.

No extremo norte, o Rio Paraíba, separa as cidades de Cabedelo e Lucena, no entanto, a balsa Costinha-Cabedelo propicia a conexão de pessoas e mercadorias diariamente. Na mesma região há o Porto de Cabedelo. Seguindo no sentido sul, a rodovia

BR-230 estrutura a cidade cabedelense, cuja mancha urbana se espalha por todos os cantos. Exceções ocorrem no entorno do perímetro do Parque Natural Municipal de Cabedelo, com vasta área vegetada; na margem esquerda do rio Paraíba em frente a Ilha da Restinga; e na Área de Relevante Interesse Ecológico Manguezais da Foz do Rio Jaguaribe, demarcando a divisa de Cabedelo com João Pessoa.

A precipitação na Grande João Pessoa é maior no outono e no inverno em um gradiente decrescente do Leste para Oeste do Estado, alcançando índices de 2.300 mm em João Pessoa e 1.200 mm na faixa urbana de Santa Rita. Tal distribuição evidencia a importância de uma gestão adequada do uso e ocupação do solo nas faixas mais próximas do litoral, com vistas a propiciar o retardamento do escoamento pluvial e a máxima infiltração da água, permitindo minimizar as alterações do ciclo hidrológico local e propiciar melhor recarga dos mananciais superficiais e subterrâneos.

A antropização do solo é minimizada pela existência de áreas com restrições ambientais legais, notadamente marcadas por Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Terras Quilombolas e Assentamentos Agrícolas. São mais de dez unidades de conservação, quatro quilombos e três assentamentos.

Em âmbito nacional, a região abriga a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, a Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo e o Monumento Natural do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, todas no município de Cabedelo, ao norte de João Pessoa.

Além disso, entre Rio Tinto e Mamanguape há a Reserva Biológica Guaribás, em Santa Rita há a Reserva Particular do Patrimônio Natural Engenho Gargaú, e entre Lucena, Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação, há Área de Proteção Ambiental Barra do Rio Mamanguape.

Em âmbito estadual, a região abriga o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Buraquinho, o Parque Estadual de Jacarapé, o Parque Estadual do Aratu, o Parque Estadual das Trilhas dos Cinco Rios, situados em João Pessoa, o Parque Estadual Mata do Xem-Xem, localizado entre João Pessoa, Santa Rita e Bayeux, a Área de Proteção Ambiental de Tambaba, situada entre Alhandra, Conde e Pitimbu, e o Parque Estadual Marinho Areia Vermelha, em Cabedelo.

As comunidades quilombolas estão situadas principalmente no Sul de João Pessoa (Paratibe), e em Conde (Mituaçu, Gurugi e Ipiranga). Os assentamentos agrícolas aparecem em Pitimbu (Nova Vida), em João Pessoa (Barra de Gramame), e em Conde (Tambaba).

Os municípios da RMJP estão situados na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba e na Bacia Hidrográfica do Rio Gramame. Em Conde, situa-se o Açude Gramame, com capacidade de 56.937.000 m³, cujo volume nos dias atuais encontra-se em 78%, e abastece a ETA Gramame que contribui para o abastecimento de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita (PERH/PB, 2006). Em João Pessoa, situa-se o Açude das Marés, com capacidade de 2.136.637 m³, cujo volume nos dias atuais encontra-se acima de 90%. Além dos açudes existem duas captações superficiais com barragem de nível (Rio Mumbaba e Rio Abiaí) e o sistema de captação subterrânea na Mata dos Buraquinhos. De acordo com o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSI, 2019) estão previstos investimentos na ordem de 173 milhões de reais para o Sistema Adutor Abiaí-Papocas (2ª Etapa do projeto Translitorânea), para o atendimento do abastecimento na RMJP. A barragem do Capissura, pertencente a esse sistema, está sendo construída no município de Caaporã, sul da Paraíba.

De acordo com o Plano Estadual de Resíduos Sólidos da Paraíba (PERS/PB, 2014), João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Conde, Caaporã, Alhandra e Cabedelo formam o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal da Região Metropolitana de João Pessoa para compartilhamento do Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa.

2.8 CONDICIONANTES E SANEAMENTO METROPOLITANO

Dados referente ao 1º trimestre de 2020 e de 2021 apontam que a RM de João Pessoa teve a maior média do coeficiente Gini em todo o período em comparação a outras regiões metropolitanas do país. Nos últimos quatro trimestres, a média móvel do coeficiente de Gini na região passou de 0,672 para 0,729, um crescimento de 8,5%, valor superior à média das regiões metropolitanas que correspondeu a 4,8% (SALATA E RIBEIRO, 2021).

O coeficiente Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor 0 (zero) representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda; e o valor 1 (um) representa uma situação de completa desigualdade. Sendo assim, observa-se que a RM de João Pessoa se encontra próxima a 1 evidenciando essa desigualdade entre as regiões, cerca de 43,2% de indivíduos na região metropolitana de João Pessoa vivem com um rendimento per capita de até até ¼ do salário mínimo (SALATA E RIBEIRO, 2021).

Essa expressiva desigualdade também é refletida em serviços básicos como acesso a água potável e a coleta e tratamento de esgoto. De acordo com o painel de saneamento do Trata Brasil (2019), 83,4% da população da RM de João Pessoa possui acesso a água e apenas 53% da população possui acesso a coleta do esgoto sanitário e apenas 60,9% do esgoto gerado na RM é tratado.

É notório que há falta de investimentos direcionados, especificamente, para as Regiões Metropolitanas do país. Ocorre uma certa polarização de receitas, serviços e políticas públicas nas capitais ou cidades-polo dessas regiões, sendo assim, os municípios contam com os Consórcios Públicos. Os consórcios são vistos como uma possibilidade de garantir melhores serviços, reduzir custos, captar mais recursos e ganhar notoriedade pública como forma de superar suas deficiências e conseguir atender às demandas locais (NASCIMENTO E FERNANDES, 2015).

Em 2002, o Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa (ASMJP) foi implantado por meio de um Consórcio Intermunicipal com mais seis Municípios circunvizinhos (Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena e Santa Rita), com os objetivos de encerrar as atividades dos lixões existentes. O Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal da Área Metropolitana de João Pessoa (Condiam) tem como objetivo o gerenciamento e a destinação final dos resíduos (IDOM-COBRAPE, 2014). Sendo que, cobra-se uma taxa por tonelada depositada aos municípios que utilizam o aterro sanitário. Contudo, percebe-se a influência na tomada de decisões pela capital, apesar de ser um consórcio não há uma relação entre si, os municípios vizinhos seguem o que é determinado por João Pessoa, através da EMLUR – Autarquia Especial de Limpeza Urbana (NASCIMENTO E FERNANDES, 2015).

Em relação ao sistema de tratamento de água as estações Marés e Gramame operam em sistemas integrado com os sistemas dos Municípios de Cabedelo, Bayeux e o Distrito de Várzea Nova, em Santa Rita e o Sistema de Esgotamento Sanitário do Município encontra-se dividido em duas grandes Bacias Hidrográficas: a bacia do Paraíba e do Rio Paratibe/Cuiá, sendo que a bacia do Paraíba situado ao noroeste do município, atender a aproximadamente 70% da população de João Pessoa, além dos Municípios de Bayeux e Cabedelo (PMSB-JP, 2015).

As cidades da RM de João Pessoa possuem sistemas de abastecimento de água que não têm condições de atender suas demandas, principalmente devido à baixa capacidade de vazão de seus mananciais, que estão no limite máximo de utilização dos recursos hídricos

disponíveis. A última ampliação do sistema de abastecimento de água da Grande João Pessoa (incluindo também as cidades de Cabedelo, Bayeux e Santa Rita) ocorreu em 1986, com a construção das barragens geminadas de Gramame e Mumbaba. O sistema foi inaugurado em março de 1991, e, ao lado dos sistemas Marés e Buraquinho, vêm possibilitando o atendimento da população (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2017).

Sendo assim, o Governo do Estado da Paraíba projetou um novo sistema para produção e abastecimento de água que possa suprir a demanda atual e futura da Região Metropolitana de João Pessoa denominado de Sistema Adutor Abiaí-Papocas ou Transposição Litorânea, que possibilitou ampliar a capacidade de abastecimento de água tratada das cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Conde e Alhandra. O projeto consistia em construir uma adutora e uma estação elevatória, além da implantação de uma barragem de acumulação com capacidade de 9,56 milhões de m³, de modo a atender 100% da população com água tratada até o ano de 2030 (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2017).

Em 2019 o Estado da Paraíba obteve mais de R\$ 1,9 bilhão em recursos para obras de adutoras, barragens, ramais e canais presentes dentro do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), o qual apresenta 11 obras, como o Sistema Adutor Transparaíba, eixo norte da transposição do São Francisco e estudo para aproveitamento de recursos hídricos em João Pessoa com a Barragem Cupissura, com um custo de R\$ 3 milhões com período de estudo em 2019 e 2020 (PORTAL CORREIO, 2019).

No mesmo ano, aprovou a ordem de serviço para a construção da segunda etapa da Adutora Translitorânea, que visa ampliar o sistema de abastecimento d'água na Região Metropolitana de João Pessoa para atender cerca de ,9 milhão de habitantes de João Pessoa, Cabedelo, Conde, Alhandra, Bayeux e Santa Rita, com um orçamento correspondente a R\$ 23 milhões. O projeto conta com 1.500 km de adutoras em execução, desses, 700 km já operando o que permitiu o incremento de mais 600 l/s no sistema, o que eleva a capacidade de produção de água, observando o crescimento populacional da Grande João Pessoa até 2040 (PARAÍBA, 2019).

3 PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

3.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

A análise do planejamento e gestão territorial de João Pessoa tem o objetivo de compreender a capacidade da gestão municipal em ordenar o território e cumprir com as diretrizes estabelecidas nos instrumentos de planejamento. Sendo o instrumento básico de desenvolvimento e expansão urbana, é de suma importância a análise do Plano Diretor Municipal (PDM) vigente e outros instrumentos de planejamento e gestão do território no município de João Pessoa. De forma geral, o PDM deve:

“Estabelecer como normas imperativas aos particulares e agentes privados as metas e diretrizes da política urbana, os critérios para verificar se a propriedade atende sua função social, as normas condicionadoras do exercício desse direito, a fim de alcançar os objetivos da política urbana: garantir as condições dignas de vida urbana, o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o cumprimento da função social da propriedade.” (POLIS, 2001)

É possível observar princípios fundamentais do plano que perpassam o texto constitucional, como a função social da cidade e da propriedade, o desenvolvimento sustentável, a igualdade e a justiça social, e participação popular. A instituição do PDM deve objetivar esses princípios, assim como as diretrizes da política urbana definidas na Lei Federal Nº 10.257/2001. Conhecida como Estatuto da Cidade, a lei estabelece o prazo de revisão do PDM a cada 10 anos. O Plano Diretor vigente no Município de João Pessoa foi instituído pela Lei Complementar Nº 03/1992 e teve sua adequação ao Estatuto da Cidade pela Lei Complementar Nº 54/2008. A contar o prazo da última revisão do PDM, pode-se concluir que o município tem a revisão do seu Plano atrasada em três anos.

Faz-se necessário ler o Plano vigente dentro do contexto da Lei Orgânica (LO), visto a hierarquia jurídica. É importante atentar ao fato de que a LO do Município já contém disposições sobre o tema. A LO define no seu art. 5º como competências privativas municipais a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (inc. III) e planejar o uso e ocupação do solo em seu território (inc. XIII). Há uma série de outras competências privativas e comuns relacionadas ao planejamento e gestão territoriais, configurando o município como um importante ator nesse processo.

Na última parte da LO, o Título VI – Do desenvolvimento estabelece o posicionamento público sobre a promoção do desenvolvimento a partir de três pilares: planejamento, ordem econômica e ordem social.

No capítulo sobre planejamento, a LO institui no art. 131 um processo permanente de planejamento, como o objetivo de “promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.” O planejamento deve ter como princípios básicos (art. 133):

- I. *Democracia e transparência no acesso às informações disponíveis*
- II. *Eficiência na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis*
- III. *Complementaridade e integração de políticas, planos e programas setoriais*
- IV. *Viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse da solução e dos benefícios públicos*
- V. *Respeito e adequação à realidade local e regional e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.*

Esses princípios devem ser levados em conta no processo de revisão do Plano Diretor por ora em curso e serão concretizados na metodologia aplicada.

Mais à frente, no Capítulo da Ordem Econômica, a LO define também princípios de atuação perante a ordem econômica e que precisam ser levados em consideração no processo de revisão do Plano Diretor. Esses princípios configuram-se como meta-objetivos, não só para o Plano, mas também para a atuação municipal em outros âmbitos (art. 142):

- I. *fomentar a livre iniciativa*
- II. *privilegiar a geração de emprego*
- III. *utilizar a tecnologia de uso intensivo de mão-de-obra*
- IV. *racionalizar a utilização de recursos naturais*
- V. *proteger o meio ambiente*
- VI. *proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos e dos consumidores*
- VII. *dar tratamento diferenciado à pequena produção artesanal ou mercantil, às microempresas e às pequenas empresas locais, considerando sua contribuição para a democratização de*

- oportunidades econômicas, inclusive para os grupos sociais mais carentes*
- VIII. *estimular o associativismo, o cooperativismo e as microempresas, mediante legislação suplementar*
- IX. *eliminar entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica*
- X. *desenvolver ação direta ou reivindicativa junto a outras esferas do Governo, de modo que sejam, entre outros, efetivados:*
- a. assistência técnica*
 - b. crédito especializado ou subsidiado*
 - c. estímulos fiscais e financeiros*
 - d. serviços de suporte informativo ou de mercado.*
- XI. *reconhecer que o ato cooperativo, como definido em Lei, não constitui fatos gerados para efeitos de tributação.*

A LO definiu também as políticas setoriais que norteiam a Política de Desenvolvimento Econômico Municipal: Política Urbana, Ciência e Tecnologia, Política de Meio Ambiente e Turismo. Em análise feita especificamente no Capítulo sobre a Política Urbana, percebe-se que o § 1º do art. 151 objetiva o conceito de função social da cidade, que a Constituição Federal relacionou às exigências de ordenação expressas no Plano Diretor. O artigo municipal dita que as funções sociais da cidade “dependem do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos, assegurando-lhes condições de vida e moradia compatíveis com estágio de desenvolvimento do Município.”

A função social da cidade assim se baseia em critérios objetivos que devem ser trabalhados no Plano Diretor: acesso aos bens e serviços urbanos, condições de vida e moradia, e estágio de desenvolvimento do município.

Já a função social da propriedade, definida no artigo posterior, é relegada ao Plano Diretor, mantendo o vínculo da propriedade no seu uso e ocupação a partir de restrições e prioridades que também estão objetivadas conforme se evidencia na sua redação: “art. 152 [...] § 1º O plano diretor fixará os critérios que asseguram a função social da propriedade, cujo uso e ocupação deverão respeitar a legislação urbanística, a proteção do patrimônio ambiental natural e construído e o interesse da coletividade.”

Desta forma, a LO consegue se antecipar ao Plano Diretor e incorporar, de maneira objetiva, os critérios que definem a relação pública do Município tanto na generalidade

/público (funções sociais da cidade) quanto na especificidade/privado (funções sociais da propriedade).

A LO também estabelece a relação entre o Plano Diretor e a definição de limitações administrativas, explicitando inclusive a forma de fazê-lo. É importante apontar a forma de Lei Municipal como instrumento jurídico a ser utilizado visto o Município atualmente emitir Decretos para regular essas questões. É possível observar que se estabelece também um princípio participativo no processo de elaboração desses diplomas legais, o que corrobora o que é definido pelo Estatuto da Cidade. O que diz a LO no seu art. 152:

§ 4º Lei Municipal, de cujo processo da elaboração as entidades representativas da comunidade participarão, estabelecerá, com base no Plano Diretor, normas sobre saneamento, parcelamento e loteamento, uso e ocupação de solo, índice urbanístico, proteção ambiental e demais limitações administrativas sobre edificações, construção e imóveis em geral, fixando prazos para a expedição de licenças e autoridades.

Continuando com o detalhamento da Política Urbana, a LO define também temas prioritários nos quais são estabelecidos objetivos e diretrizes:

- Programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do Município.
- Programas de saneamento básico destinados a melhorar as condições sanitárias e ambientais das áreas urbanas e os níveis de saúde da população.
- Racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas.
- Planos e programas setoriais destinados a melhorar as condições de transporte público, da circulação de veículos e da segurança do trânsito (incluindo a criação do Conselho Municipal de Transporte Público).
- Tratamento diferenciado e incentivo fiscal e financeiro a todas as áreas de edificações, logradouros e demais elementos urbanos tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, quando conservados adequadamente.

A LO traz um artigo instituindo o Conselho de Desenvolvimento Urbano, órgão de assessoramento superior para a definição da Política de Desenvolvimento Urbano, com o

objetivo de promover “articulação intersetorial e intergovernamental com vistas à geração de uma política de promoção do bem-estar coletivo e o ordenamento das diferentes funções do espaço urbano municipal.” (art. 159 da LO) A atuação do conselho será detalhada em item específico neste Relatório.

Por fim, para a consecução da Política Urbana, a LO também se antecipa ao Plano Diretor e institui instrumentos com o objetivo de assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade, porém sem mencionar a sua regulamentação (art. 161 da LO):

- I. *imposto progressivo sobre imóvel*
- II. *desapropriação por interesse social ou utilidade pública*
- III. *discriminação de terras públicas, destinadas prioritariamente a assentamentos de baixa renda*
- IV. *inventários, registros, vigilância e tombamento de imóveis*
- V. *contribuição de melhoria*
- VI. *tributação dos vazios urbanos*
- VII. *extrafiscalidade na tributação.*

Os instrumentos serão melhor detalhados no item 3.3 deste Relatório. Será possível analisar a relação com outros instrumentos e a eficácia na sua operacionalização.

A LO ainda trata de outros temas correlatos e transversais ao Plano Diretor e ao ordenamento territorial sejam nas políticas restantes sobre a Ordem Econômica assim como nos temas tratados na Ordem Social. A análise de mérito de cada um desses componentes está distribuída por esse Relatório de diagnóstico nos capítulos que tratam dos temas específicos. Para focar a análise nos Instrumentos de Planejamento e Gestão Territorial de João Pessoa, a seguir faz-se uma análise específica da Lei do Plano Diretor para compreender o ambiente institucional e legal estabelecido pela Lei vigente.

3.2 PRINCÍPIOS E FINS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL VIGENTE

O Plano Diretor de João Pessoa foi instituído em 1992 pela Lei Complementar Nº 03 e inicia, na sua parte principiológica, definindo objetivos para assegurar a consecução do plano. Com o processo de adequação ao plano ao Estatuto da Cidade em 2008, foram incluídos novos objetivos e consolidados os objetivos que constavam no primeiro plano. O art. 2º define o objetivo geral do plano em “assegurar o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, garantir o uso socialmente justo da propriedade e do solo urbano e reservar, em todo o seu território, os bens culturais, o meio ambiente e promover o bem estar da população.” O objetivo está em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei Orgânica do município conforme foi visto no item anterior.

O Plano estabelece então objetivos-meios (art. 3º) e condições fundamentais (art. 4º). Os objetivos a partir do inciso XI foram incluídos no processo de adequação de 2008 e estão relacionados aos objetivos da política urbana definidas no Estatuto da Cidade. Apesar da redação diferenciada, a comparação entre os objetivos mostra que a grande maioria das definições de âmbito nacional estão incorporadas ao Plano Diretor, de forma que é possível concluir que as diferenças entre as leis municipal e nacional não trazem prejuízo à implantação dos objetivos da política urbana em João Pessoa. Pelo contrário, ajudam a traduzir os objetivos nacionais à realidade local. O quadro abaixo explicita os objetivos e condições definidos pelo Plano.

Quadro 6: Objetivos-meio e condições fundamentais do Plano Diretor de João Pessoa

Objetivos-meio
I - a distribuição equânime dos custos e benefícios das obras e serviços de infraestrutura urbana e a recuperação, para a coletividade, da valorização imobiliária dos investimentos públicos.
II - a adequação do uso da infraestrutura urbana à demanda da população usuária, evitando-se a ociosidade ou sobrecarga da capacidade instalada.
III - a regularização fundiária e a urbanização das áreas habitadas pela população de baixa renda.
IV - a racionalização da rede viária e dos serviços de transportes, com vista à redução do custo e do tempo de deslocamento da população ocupada.
V - a participação da iniciativa privada nos investimentos destinados à transformação e urbanização dos espaços de uso coletivo.
VI - a preservação e recuperação do meio-ambiente e do patrimônio histórico-cultural e paisagístico da cidade.

VII - a compatibilização dos objetivos estratégicos do desenvolvimento local com os programas e projetos dos governos Federal e Estadual, com vistas à complementariedade e integração de objetivos.

VIII - a compreensão ampla do espaço de planejamento, de forma a contemplar como espaço homogêneo todo o território polarizado pela cidade de João Pessoa.

IX - a prioridade para os pedestres nas áreas de maior concentração de transeuntes e nas proximidades dos estabelecimentos de ensino e obrigatoriedade de calçadas e passeios, em forma de proteção da vida humana.

X – REVOGADO

XI - garantia à cidade sustentável, à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para a população.

XII - planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população, do transporte e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

XIII - gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

XIV - audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população.

XV - oferta de serviços públicos e equipamentos urbanos e comunitários, adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

XVI - ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos.

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes.

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infraestrutura urbana.

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente.

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.

f) a deterioração das áreas urbanas.

g) a poluição e a degradação ambiental.

XVII - integração e complementariedade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do Município e ordenamento do seu território.

XVIII - adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento sustentável da cidade, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais.

XIX - simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta de lotes e unidades habitacionais.

XX - isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

Condições fundamentais

I - o uso e a ocupação do solo terão sua distribuição compatibilizada à infra-estrutura disponível, aos transportes e ao meio-ambiente, evitando o risco de ociosidade ou sobrecarga dos investimentos públicos.

II - a dinâmica de ocupação do solo será condicionada à extensão e ampliação da capacidade da infra-estrutura.

III - a ocupação do sítio urbano será limitada por sua adequação às características físico-ambientais, de forma a impedir a deterioração ou desequilíbrio do meio.

IV - a gestão urbana protegerá os lugares históricos, os monumentos naturais, as reservas biológicas e, especialmente, as fontes e mananciais de abastecimento de água da população.

V - as áreas deterioradas ou em processo de deterioração terão sua recuperação contemplada de forma a devolver-lhes as condições da habitabilidade ou de uso coletivo.

VI - a política habitacional terá como ponto de partida estratégico o acesso à terra e a oferta de moradia às faixas da população situadas em níveis médios e baixos de renda.

VII - o balanço locacional equilibrado entre habitação e lugar de trabalho determinará a política de localização das atividades produtivas e de moradia, no sentido de aproximar as zonas residenciais das fontes de ocupação.

VIII - a regulamentação do parcelamento, uso e ocupação do solo terá caráter incentivador dos seus agentes promotores.

IX - o sistema de transporte coletivo terá prioridade nas ações governamentais voltadas para infra-estrutura e serviços de apoio.

X - as restrições às formas de poluição serão abrangentes em todas as suas manifestações, inclusive sonoras, estéticas e visuais, sobretudo nas áreas de maior densidade populacional, e nas áreas de proteção da paisagem e do ambiente cultural.

XI - a estratégia de utilização dos recursos energéticos no âmbito da cidade deverá contemplar fontes alternativas de energia limpa ou de menor entropia, como a energia solar, eólica e elétrica, em substituição aos combustíveis fósseis poluentes, lenha e carvão, preservando-se as reservas florestais.

XII - o sistema de planejamento do Município terá suas atribuições comprometidas com a continuidade dos estudos e diagnóstico das peculiaridades locais, as quais deverão orientar permanentemente as revisões do Plano Diretor de forma a torná-lo sempre atual, participativo e democrático;

XIII - o planejamento e a gestão municipais estabelecerão mecanismos estáveis de articulação entre o Município de João Pessoa, os Governos do Estado da Paraíba e da União e, os demais Municípios com interesses comuns, notadamente aqueles concernentes ao transporte coletivo, sistema viário, meio ambiente, suprimento alimentar, abastecimento de água, tratamento de esgotos, disposição final do lixo, energia, localização industrial, incentivos ao investimento privado e parcelamento do uso do solo.

XIV - a lei definirá os mecanismos de atuação conjunta do Município e do setor privado nas intervenções que contemplem transformações urbanísticas de interesse coletivo.

XV - o Município organizará o sistema de defesa civil em sua área de competência, assegurando, em articulação com as outras esferas de Governo, o controle das situações emergenciais em áreas de risco.

Parágrafo único - A comunidade será estimulada a participar do planejamento da cidade e da fiscalização dos atos executivos no cumprimento das diretrizes do Plano Diretor.

Fonte: PMJP (1992, 2008)

Ainda na parte principiológica, o Plano Diretor regulamenta os conceitos de função social da cidade e da propriedade. Ao analisar a Constituição Federal no art. 182 e o Estatuto da Cidade, conclui-se que a função social diz respeito a regular o uso da propriedade em prol do bem coletivo garantindo o bem-estar dos habitantes. É preciso lembrar também que a LO regulamentou a função social da cidade relacionando-a ao acesso a bens e serviços urbanos, e relegou ao Plano Diretor a regulamentação da função social da propriedade.

A regulamentação da função social no Plano Diretor segue então por duas linhas: consolida o interesse coletivo e a preservação do patrimônio ambiental e cultural; e compatibiliza o uso e ocupação do solo com a capacidade da infraestrutura instalada, conforme é possível observar abaixo. Esta relação irá influenciar o macrozoneamento no momento em que o adensamento da área urbanizada estará atrelado à existência ou não de infraestrutura adequada.

Art. 5º. Para cumprir sua função social a propriedade urbana deve satisfazer, simultaneamente, as seguintes condições:

I - uso para atividades urbanas, em razão compatível com a capacidade da infraestrutura instalada e do suprimento dos serviços público;

II - aproveitamento e utilização integrados a preservação da qualidade do meio ambiente e do patrimônio cultural, compatíveis com a segurança e saúde de seus usuários e das propriedades vizinhas.

Art. 6g. A propriedade urbana cumpre sua função social quando o exercício dos direitos a ela inerentes se submete aos interesses coletivos.

Na parte sobre a definição da política de desenvolvimento, o Plano de 1992 estabeleceu diretrizes a partir de temas separados em desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. Porém, a adequação do Plano em 2008 revogou as diretrizes

mantendo apenas a Seção sobre habitação e áreas de interesse social. Desta forma, ficam valendo as políticas definidas pela lei maior, ou seja, a Lei Orgânica do município, que já foi alvo de análise anterior. A Seção da habitação estabelece critérios para programas de moradia e regularização fundiária. Abaixo, é possível observar que os temas vetados da política de desenvolvimento estão assegurados em equivalência pelas políticas definidas na LO.

Quadro 7: Estrutura do Título IV - das Políticas de Desenvolvimento por vigência e equivalência com a LO

Capítulo ou Seção	Vigência	Equivalência LO
Capítulo I - Do Desenvolvimento Social	Sim	Ordem social
Seção I - Da Habitação e das Áreas Especiais de Interesse Social	Sim	Ordem econômica – política urbana
Seção II - Da Saúde	Não	Ordem social – da saúde
Seção IV - Da Cultura	Não	Ordem social – da cultura
Seção III - Da Educação	Não	Ordem social – da educação
Seção V - Do Esporte	Não	Ordem social – do esporte e lazer
Seção VI - Do Lazer	Não	Ordem social – do esporte e lazer
Seção VII - Do Serviço Social	Não	Ordem social – da assistência social
Capítulo II - Do Desenvolvimento Econômico	Não	Ordem econômica
Seção I - Das Atividades Econômicas Formais	Não	Ordem econômica – política econômica
Seção II - Do Abastecimento	Não	Ordem econômica – política econômica
Seção III - Das Microempresas e do Setor Informal	Não	Ordem econômica – política econômica
Seção IV - Do Turismo	Não	Ordem econômica – do turismo

Fonte: PMJP (1992, 2008)

Como não há definição de metas claras e específicas para cada uma das diretrizes, a relação do Plano Diretor com o orçamento foi realizada por aproximação temática, tendo sido observado a convergência entre os programas estabelecidos pela Prefeitura e as políticas estabelecidas no Plano. Porém, reafirma-se aqui a não definição de metas claras no plano fazendo o processo carecer de análise mais objetiva. Isso tem impacto no sistema de gestão, já que a análise da implantação do Plano Diretor e seu acompanhamento se estabelecem por questões contextuais. A revisão em curso tem como proposta a implantação do Plano de Ação e Investimentos (PAI). Ele estabelece metas e indicadores específicos, formando um cenário de maior controle sobre a consecução dos objetivos do Plano Diretor.

3.3 LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS

O arcabouço legal do Município na matéria urbanística é formado por um conjunto de Leis relacionadas ao Plano Diretor. No caso de João Pessoa, esse arcabouço tem sido construído com o tempo e é anterior à instituição do Plano Diretor. Apesar de ciclos mais antigos de regulamentação do Direito Urbanístico, é possível identificar a partir dos anos de 1970 a estruturação em três Códigos específicos: Obras, Urbanismo e Postura. Os três códigos sofreram alterações durante o tempo e hoje muitas das disposições estão espalhadas por uma quantidade razoável de Leis.

Quadro 8: Legislação urbanística básica municipal

Legislação	Lei originária	Revisão/alterações
Código de Obras	Lei Nº 1.347/1971	diversas alterações
Código de Urbanismo	Lei Nº 2.102/1975	diversas alterações
Código de Posturas	Lei Nº 1.344/1970	Lei Nº 07/1995

Fonte: PMJP (2021)

O Código de Urbanismo funcionou, por vezes, como legislação sobre o uso e ocupação do solo urbano e parcelamento do solo. Tendo essa parte sido substituída pela instituição do Plano Diretor de 1992, a legislação ficou desatualizada, sendo utilizada em outros aspectos da Lei que sofreram modificações e regulamentações durante os anos. Mesmo o Código de Posturas, revisto na totalidade em 1995, carece de reanálise devido ao tempo de criação. Fica necessária a revisão dos instrumentos para dar agilidade aos processos de aprovação, licenciamento e fiscalização por meio da legislação complementar.

A parte da legislação referente especificamente ao uso e ocupação do solo tem sido modificada desde 2008 por sucessivos Decretos. O último deles, o Decreto Municipal Nº 9.718/2021, reviu toda a lei e estabeleceu instruções normativas relacionadas ao uso e ocupação. No sentido geral, mesmo tendo estabelecido todo um novo regramento para a matéria, o novo Decreto fez modificações pontuais na legislação anterior. As modificações estão analisadas mais à frente.

Outras legislações de interesse na revisão do Plano Diretor são os Instrumentos Urbanísticos que se encontram em uso. Mesmo tendo tido Instrumentos instituídos já na LOE outros no Plano Diretor, o Município teve regulamentados o Fundo de Urbanização (FUNDURB), a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e a Transferência do Potencial Construtivo.

Quadro 9: Instrumentos instituídos pelo Plano Diretor de João Pessoa

Instrumentos instituídos pelo Plano Diretor	Regulamentado
Fundo de Urbanização	Sim (1995)
Outorga Onerosa do Direito de Construir	Sim (2005)
Transferência do Potencial Construtivo	Sim (2011)
Outorga Onerosa de Alteração de Uso	Sim (2011)
Usucapião Urbano	Não
Direito de Superfície	Não
IPTU Progressivo e PEUC	Não
Operação Urbana	Não
Direito de Preempção	Não
Consortio Imobiliário e da Operação de Interesse Social	Não

Fonte: PMJP (1992, 2008)

Os três Instrumentos regulamentados funcionam de forma integrada, visto que a venda da Outorga alimenta o Fundo de Urbanização e tanto Outorga quanto Transferência trabalham com a disposição da densidade demográfica e construída no território. A tríade é melhor analisada na sequência deste Relatório.

3.3.1 LEGISLAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

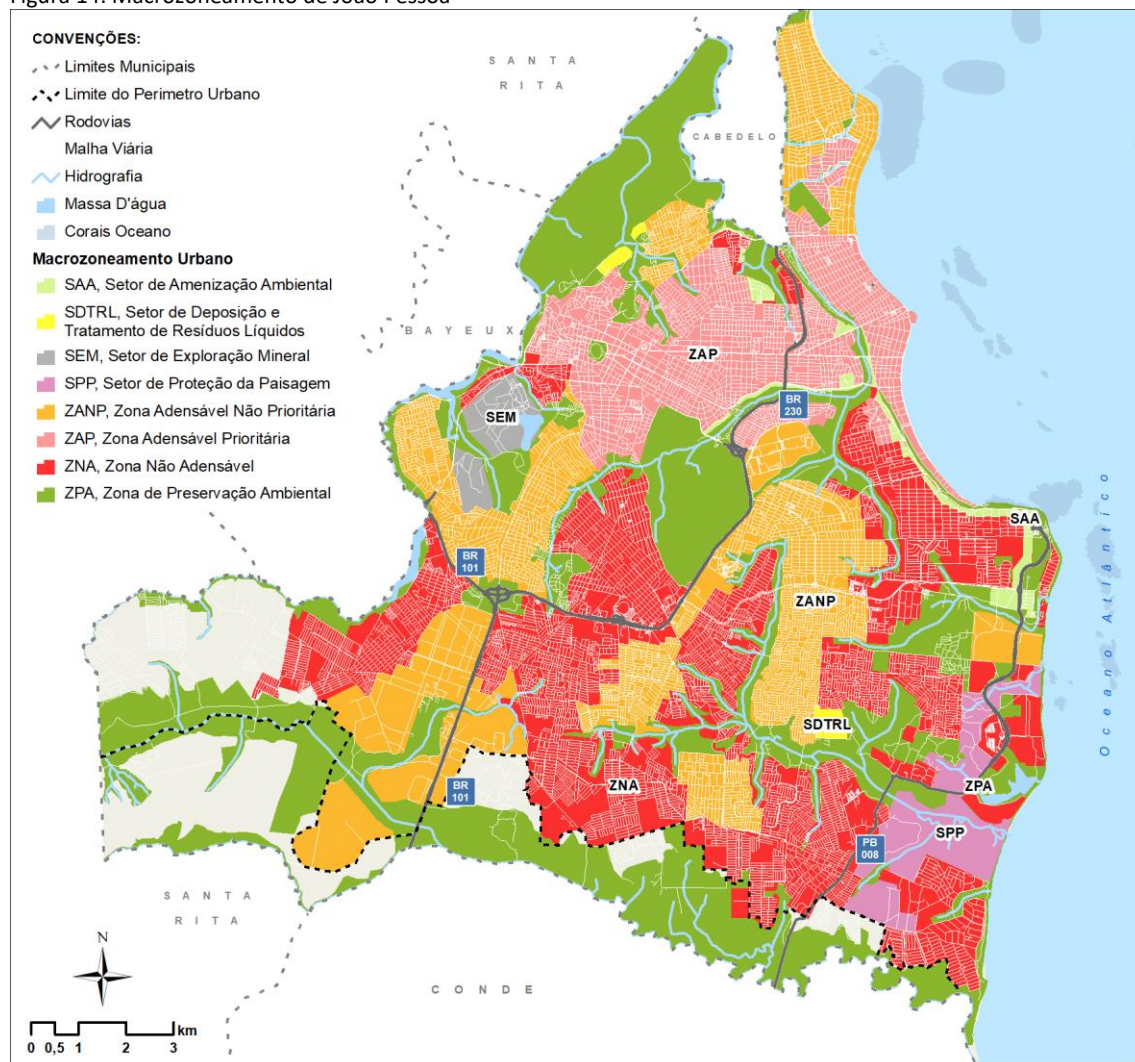
Pela Lei do Plano Diretor em vigor João Pessoa conta com 64 bairros (o mais recente deles sendo Costa do Sol e quatro deles ainda sem legislação de criação: Barra do Gramame, Gramame, Mussuré e Mumbaba). Tais bairros são agrupados em quatro regiões: Zona Norte, Zona Oeste, Zona Leste e Zona Sul. O macrozoneamento do município compreende:

- I. Zonas Adensáveis Prioritárias – ZAP: disponibilidade de infraestrutura básica, rede viária e o meio ambiente permitem a intensificação do uso e ocupação do solo e na qual o índice de aproveitamento único poderá ser ultrapassado até o limite de 4,0.
- II. Zonas Adensáveis Não Prioritárias – ZANP: disponibilidade ou a falta de um dos sistemas da infraestrutura básica permite uma intensificação moderada do uso e ocupação do solo e na qual o índice de aproveitamento único poderá ser ultrapassado até o limite de 2,0.
- III. Zonas Não Adensáveis – ZNA: carência da infraestrutura básica, da rede viária e o meio ambiente restringem a intensificação do uso e ocupação do solo e na qual o limite máximo de construção é o do índice de aproveitamento único (1,0), podendo

chegar a 1,5 se constatada infraestrutura subutilizada, e até 2,0, se consultado o CDU.

- IV. Zonas de Restrição Adicional: são partes da Área Urbana, situadas em zonas adensáveis ou não, nas quais o interesse social de preservação de características ambientais, paisagísticas, históricas e culturais, como patrimônio comum, impõe restrições adicionais ao uso e ocupação do solo. Integram essa macrozona: Centro Principal da Cidade, Orla Marítima, Altiplano Cabo Branco, Mumbaba, Mussuré e áreas com ocorrência de cerrado e vegetação relictual de cerrado.
- V. Zonas Especiais: porções do território do Município com destinação específica e normas próprias de parcelamento, uso e ocupação do solo: Zonas Especiais de Interesse Social (destinadas primordialmente a produção, manutenção e a recuperação de habitações de interesse social), Zonas Especiais de Preservação (porções do território, localizadas tanto na Área Urbana como na Área Rural, nas quais o interesse social de preservação, manutenção e recuperação de características paisagísticas, ambientais, históricas e culturais, impõe normas específicas e diferenciadas para o uso e ocupação do solo). Ainda integram essa classificação: Setor de Amenização Ambiental – SAA, Setor de Deposição e Tratamento de Resíduos Líquidos, Setor de Exploração Mineral, Setor de Proteção da Paisagem (SPP), e Zona de Preservação Ambiental (ZPA).

Figura 14: Macrozoneamento de João Pessoa



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PDMJP (1992)

De imediato, dessas macrozonas, dois fatores chamam a atenção: crescimento acelerado do bairro Mangabeira, mesmo estando localizado em Zona Adensável Não Prioritária, e a sua proximidade com Setores de Deposição e Tratamento de Resíduos Líquidos (PMJP, 2018).

De acordo com o Plano Diretor (PMJP, 2009) e seu posterior Decreto Nº 9.718/2021), João Pessoa tem suas zonas especializadas conforme o mapa abaixo. Vale lembrar que os Parques Jacarapé e Aratu foram incorporados ao Parque Estadual das Trilhas dos Cinco Rios pelo Decreto Estadual Nº 37.653/2017.

Propostas já em discussão junto aos técnicos da Prefeitura e usuários privados da referida legislação de uso do solo de João Pessoa têm indicado a necessidade de mudanças nessa categorização e nos seus parâmetros.

O descumprimento da legislação, causado por dubiedades no seu entendimento, faz com que os parâmetros idealizados para essas zonas não sejam atingidos. Esse déficit entre os parâmetros idealizados e a ocupação real confirma a necessidade de tais mudanças. Exemplificam essas situações: a Zona do Altiplano (com codificação por decreto de 2005, de usos diferentes do restante da cidade); o zoneamento do Centro Histórico com incongruências entre o entendimento da instância Estadual e Municipal, assim como não atendimento a demandas mais atuais do setor imobiliário.

Em síntese, a leitura da legislação de uso do solo urbano indica a necessidade de mudanças, sobretudo no que diz respeito:

1. Ao prazo legal de 10 anos para a revisão da legislação que institui o Plano Diretor, estipulado pelo Estatuto das Cidades (Lei Nº 10.257/2001), considerando que o Plano Diretor vigente foi aprovado por meio da Lei Nº 03/1992 e alterado pela Lei Nº 54/2009.
2. Ao fato de o corpo de leis e decretos constituírem um conjunto de difícil manuseio por parte dos técnicos municipais e de difícil familiaridade por parte do setor privado.
3. Ao fato de se legislarem processos importantes por meio de Decretos (relativamente mais fáceis de alteração segundo interesses pontuais) e não de Leis.
4. Ao fato de se contar com uma cartografia que não permite precisão em decisões de licenciamento por parte dos setores competentes da Prefeitura.
5. Ao fato de haver, no atual Decreto que regula o uso do solo do município, problemas de inserção de parâmetros e normas em corpos legais com outros propósitos. Fala-se aqui especificamente de parâmetros e normas que deveriam estar no Código de Obras ou na Lei de Parcelamento Municipal, porém, perdem-se meio a questões específicas de diretrizes gerais ou de uso e ocupação do solo.

3.3.2 FUNDO DE URBANIZAÇÃO, OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO

Optou-se por analisar os três instrumentos em conjunto pois trabalham de forma integrada na aplicação dos objetivos do Plano diretor. O Fundo de Urbanização (FUNDURB) e a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) foram instituídos ainda no Plano de 1992, sendo regulamentados, respectivamente, em 1995 e 2005. Já a Transferência de Potencial Construtivo foi instituída pelo Decreto que regulamenta a OODC, sendo incluída no plano de 2008 e regulamentada na sua especificidade em 2011.

O Plano Diretor define um zoneamento com coeficiente de aproveitamento básico igual a 1,0. Isso significa, por exemplo, que em um terreno de 1.000 m² é possível construir uma edificação com até 1.000 m². Só é possível construir acima desse valor (com um coeficiente maior que 1,0) com o uso da OODC ou Transferência de Potencial Construtivo.

O Plano define áreas em seu macrozoneamento onde é permitido fazer a construção com coeficiente superior a 1,0. Na Macrozona de Adensamento Prioritário, o coeficiente máximo pode chegar a 4,0, já na Macrozona de Adensamento Não Prioritário, esse valor pode alcançar um coeficiente máximo de 2,0. O coeficiente máximo é definido levando em conta a existência de infraestrutura e serviços urbanos. Na Figura 14, do Macrozoneamento de João Pessoa, apresentada no item anterior, é possível perceber a localização das macrozonas adensáveis e identificar o adensamento prioritário na área central do município em direção à leste, até o oceano.

As construções feitas acima do coeficiente de aproveitamento básico podem então atuar de duas formas. A primeira é a partir do pagamento pecuniário relativo à quantidade de metros quadrados que se quer construir para além do coeficiente de 1,0 – esta é a Outorga Onerosa. Já no caso da Transferência, o proprietário que não pode exercer a totalidade do coeficiente em seu terreno (por questões de preservação histórica ou ambiental), podem então transferir esse potencial para outros terrenos, sendo uma transferência entre privados.

Os recursos levantados pela OODC são pagos diretamente ao FUNDURB, caracterizando-se como seu principal financiador — assim, há relação direta entre os instrumentos. O valor é definido por instrução interna da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e leva em consideração a metragem quadrada a ser construída acima do coeficiente 1,0, o valor do imóvel e um redutor de 30% - o que torna o valor final extremamente baixo se

comparado a outras realidades. O Fundo tem sido alterado com o tempo, sendo a última alteração de 2020, que consolidou as finalidades para uso do fundo conforme segue:

- Regularização fundiária
- Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, prioritariamente nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)
- Constituição de reserva fundiária
- Ordenamento e direcionamento da expansão urbana
- Implantação de equipamentos urbanos e comunitários
- Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes
- Criação de Unidades de Conservação ou Proteção de outras áreas de interesse ambiental
- Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

A alteração restringiu o uso dos valores arrecadados em obras de implantação, ampliação e manutenção da infraestrutura básica e em obras viárias sem vinculação com outras políticas de prioridade. Esse dispositivo fazia do Fundo um recurso para uso indiscriminado na área de pavimentação. Com a exclusão, o fundo se consolida para projetos de moradia e regularização fundiária, de equipamento urbanos e de preservação ambiental e cultural, além de dar prioridade para a aplicação em zonas especiais de interesse social.

3.4 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

O Plano Diretor cria um Sistema de Planejamento e Gestão vinculado com a Lei Orgânica do município. Como já comentado, a LO estabelece um processo de planejamento que deve ser gerido de forma objetiva, como é possível observar no art. 132.

“Art. 132 O processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, propiciando que autoridade civil participe do debate sobre os problemas locais e as alternativas para o seu enfrentamento, buscando conciliar interesses e solucionar conflitos.”

A primeira questão a ser colocada é que, no sentido de objetivos, diretrizes e metas, o plano diretor fica a dever instrumentos mais específicos para essa análise. Isso é devido aos objetivos e diretrizes não terem sido traduzidas em metas, ficando precária qualquer análise sobre a aplicação do Plano. Ponto positivo é que a LO garante ao Plano Diretor o papel de condutor da política de desenvolvimento ao definir a obediência às suas diretrizes:

“Art. 134 A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal obedecerão às diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanente, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no horizonte de tempo necessário.”

Para tal, a própria LO já traz o Conselho de Desenvolvimento Urbano como responsável por esse acompanhamento e compatibilização das políticas de desenvolvimento, conforme já explícito no primeiro item deste capítulo: “promove(r) articulação intersetorial e intergovernamental com vistas à geração de uma política de promoção do bem-estar coletivo e o ordenamento das diferentes funções do espaço urbano municipal.” (art. 159 da LO)

Direcionando a análise à Lei do Plano Diretor, o sistema de planejamento é definido no seu art. 93, especificando os instrumentos evidenciados em itálico:

“Art. 93. Fica institucionalizado o Sistema de Planejamento do Município de João Pessoa integrado pela Secretaria de Planejamento, como órgão central, pelos órgãos de planejamento descentralizado - setorial ou regionalmente - conforme vier a estabelecer a organização administrativa e territorial do Município, pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano com as funções que lhe são atribuídas pelo artigo 159 da Lei Orgânica para o Município e demais Conselhos setoriais, criados por lei.”

Não se encontra no artigo a objetivação do Conselho da Cidade, que consta nos Arts. 99A, 99B e 99C, incluídos posteriormente ao Plano Diretor. Porém, mesmo que aparente ser um órgão de debate político plural e representativo, o Conselho não está regulamentado. Desta forma, o sistema de planejamento recai principalmente em dois órgãos: a Secretaria de Planejamento enquanto órgão central e o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) enquanto órgão deliberativo. O conselho tem 18 conselheiros titulares com o mesmo número de suplentes divididos paritariamente em 9 representantes governamentais e 9 representantes sociais conforme segue (art. 99):

- Secretário Municipal do Planejamento (Presidente do CDU)
- Secretário Municipal das Finanças
- Secretário Municipal da Infraestrutura
- Secretário Municipal da Administração
- Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
- Secretário Municipal da Articulação Política
- Secretaria Estadual da Infraestrutura
- Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA)
- Caixa Econômica Federal
- Três representantes das Associações Comunitárias e Entidades Populares
- Três representantes de Conselhos, Entidades Profissionais e Sindicato de Trabalhadores

- Três representantes dos Sindicatos Patronais.

O Plano permite também que outros órgãos estaduais, metropolitanos e dos municípios da Grande João Pessoa possam participar das reuniões do CDU em caráter extraordinário. Isso lhes garante voz e um processo de consulta permanente a esses mesmos órgãos por parte do sistema de planejamento de João Pessoa. O CDU tem atribuições muito importantes na gestão urbana municipal (art. 98):

- Manifestar-se sobre as políticas, diretrizes e estratégias de zoneamento, produção, ocupação e uso do solo da cidade;
- Pronunciar-se sobre as propostas e iniciativas voltadas ou que repercutam no desenvolvimento do Município, originárias do setor público ou privado, notadamente as que exerçam impacto sobre o espaço urbano;
- Propor dispositivos e instrumentos de fiscalização e controle das normas de ocupação do solo.

Dentro desse contexto, o CDU se tornou durante os anos o órgão de aconselhamento às políticas de planejamento. Isso significa não só que por lá passam as propostas de políticas e instrumentos como também de lá surgem propostas. É no conselho, por exemplo, que as propostas de Zonas de Interesse Social são aprovadas antes de serem instituídas por Decreto. *O modus operandi* – debate no Conselho e publicação de Decreto – pode parecer um contexto deveras aberto onde os próprios instrumentos de planejamento (como o Plano Diretor) podem perder força – ainda mais se levarmos em consideração que o próprio zoneamento da cidade é hoje definido por Decreto – mas significa também que há um ambiente de importância nas ações de gestão, garantindo uma velocidade maior de resposta a problemas (mas infelizmente podendo ser em detrimento da consolidação dos objetivos e diretrizes do Plano).

Já o órgão central, a Secretaria de Planejamento, é responsável pela programação orçamentária, controle do uso e ocupação do solo, elaboração de estudos e projetos, elaboração do cadastro imobiliário e outras atividades correlatas. Isso é feito a partir de quatro diretorias: Controle Urbano, Geoprocessamento e Cadastro Urbano, Planejamento Urbano, e Programação Orçamentária. A relação direta entre a programação orçamentária e

o planejamento é ponto decisivo para entender às áreas estarem em uma mesma Secretaria, o que torna a estrutura mais eficiente para a tomada de decisão sobre as políticas de desenvolvimento urbano. Esta proximidade também é benéfica para a implantação de programas estruturais e estratégicos, como é o caso do Programa João Pessoa Sustentável, que estabelece uma série de projetos para o Município – inclusive a própria revisão do Plano Diretor. Um desses projeto diz respeito à qualificação dos serviços de geoprocessamento, facilitando a atuação da Secretaria de Planejamento enquanto órgão central do sistema de planejamento municipal. O projeto inclui adequação de maquinário, software, treinamento e a realização de levantamento aerofotogramétrico de todo o território municipal, com o objetivo de fortalecimento da gestão municipal.

4 CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

O presente capítulo apresenta a caracterização socioeconômica de João Pessoa, cujo estudo foi conduzido visando dimensionar o perfil demográfico, as condições de vida da população pessoense e a dinâmica econômica municipal, permitindo o reconhecimento da distribuição espacial da população e das atividades econômicas e sociais, bem como a tomada de decisões mais assertivas. Deste modo, foram objetos de análise os seguintes temas: (i) dinâmica populacional; (ii) aspectos sociais; e (iii) aspectos econômicos.

Ressalta-se que aqui também se aplica o disposto na introdução do item 2.6 deste Relatório. As análises que se seguem contribuem para a compreensão dos principais aspectos socioeconômicos que até recentemente caracterizavam a capital paraibana. Torna-se imprescindível reforçar que os efeitos e desafios da pandemia de Covid-19, presentes e futuros, são incapazes de serem devidamente contemplados neste estudo. Deste modo, os cenários aqui apresentados podem não refletir os prováveis agravos do último ano, principalmente em relação à aspectos como educação, saúde, emprego, renda, segurança e habitação, fundamentais tanto para o desenvolvimento municipal como para a garantia da qualidade de vida da população pessoense.

4.1 DINÂMICA POPULACIONAL

4.1.1 EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

No que diz respeito à evolução populacional de João Pessoa, conforme discorrido no item 2.6.1 deste Relatório, mesmo com significativos acréscimos no contingente e taxas de crescimento superiores às médias metropolitana e estadual, a capital paraibana tem registrado uma paulatina desaceleração em seu ritmo de crescimento (IBGE, 1991, 2000, 2010). E, de acordo com as projeções populacionais elaboradas pelo Consórcio IDOM-COBRAPE (2014)⁶⁷ para até 2050, para os municípios do AP João Pessoa, prevê-se a continuidade da tendência de arrefecimento do ritmo de crescimento da capital paraibana.

⁶ Consórcio formado pelas empresas Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos e Ingeniería Idom Internacional S.A.

⁷ As projeções são apresentadas no documento “Estudo 3: Crescimento urbano da região de João Pessoa” (IDOM-COBRAPE, 2014), um dos denominados Estudos de Base que subsidiaram o “Plano de Ação João Pessoa

Conforme apresentado no gráfico da Figura 15 e na Tabela 18, entre os anos 1991 e 2000 João Pessoa registrou um aumento de 20,2% em seu contingente populacional, que subiu de 497,6 mil para 597,9 mil habitantes, com uma taxa média de crescimento de 2,06% a.a. Já no último período censitário, entre os anos 2000 e 2010, a capital paraibana contou com um acréscimo de 125,5 mil habitantes, registrando um aumento de 21% e uma taxa de crescimento ligeiramente inferior à da década anterior, de 1,92% a.a. Vale destacar que os incrementos neste período também ocorreram em áreas consideradas pelo Censo Demográfico como rurais. O município, que desde o ano censitário de 1991 se apresentava totalmente urbanizado, em 2010 registrou uma população rural de 2.730 habitantes. (IBGE, 1991, 2000, 2010)

No que se refere ao comportamento demográfico da última década, dispõe-se de duas fontes de dados para o ano 2020: as estimativas do IBGE (2020b) e as projeções do Consórcio IDOM-COBRAPE (2014). Segundo o IBGE, João Pessoa teria totalizado 817.511 habitantes em 2020, o que representa um acréscimo de 13% no contingente populacional e uma taxa média de crescimento de 1,23% a.a. no período 2010/2020. Já de acordo com o consórcio, o contingente populacional da capital paraibana teria chegado a 863.970 habitantes (46,5 mil a mais do que o estimado pelo IBGE), representando um acréscimo de 19,4%, com uma taxa média de 1,65% a.a. Em que pesem as diferenças entre os contingentes estimados e projetados – resultantes das diferenças entre as metodologias aplicadas –, ambos os cálculos apontam para uma queda na taxa de crescimento de João Pessoa em relação ao período 2000/2010. (IBGE, 2000, 2020b; IDOM-COBRAPE, 2014)

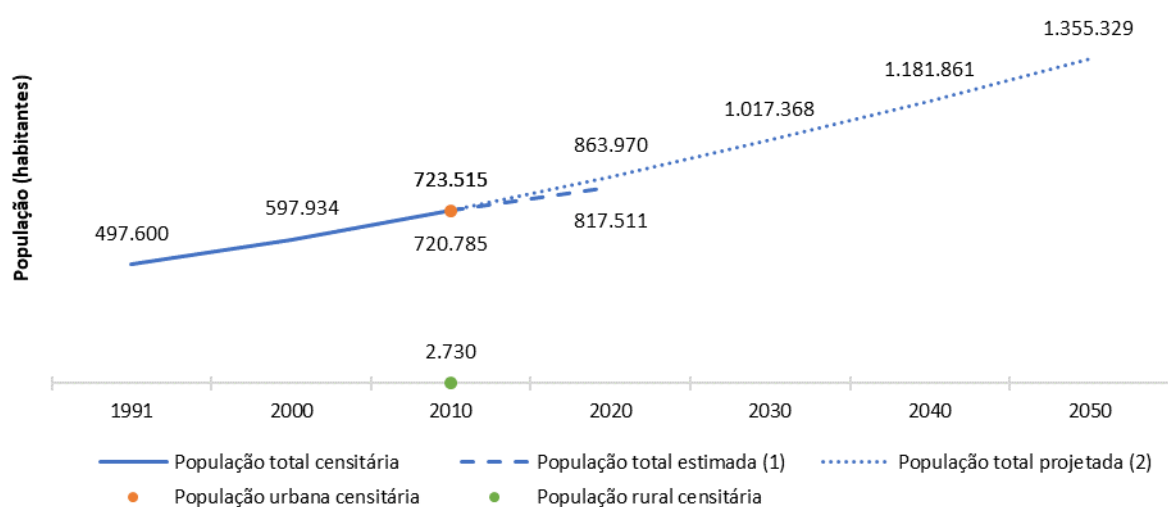
Ainda no que diz respeito às distinções entre as estimativas e projeções para 2020, considerando-se o conjunto do AP João Pessoa, cabe notar que as projeções do Consórcio IDOM-COBRAPE apontam para uma desaceleração no ritmo de crescimento menos acentuada: para o período 2010/2020, enquanto as estimativas do IBGE resultaram em uma taxa média de crescimento de 1,14% a.a., as projeções do Consórcio resultaram em uma taxa de 1,31% a.a. Além disso, segundo as projeções, o município de Santa Rita teria mantido sua taxa em 0,38% a.a. (e não aumentado para 1,33% a.a.) e o município de Lucena teria elevado

Sustentável” (BID, 2014), o qual foi desenvolvido no âmbito da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no município de João Pessoa.

sua taxa de 1,86% a.a. para 1,91% a.a. (e não diminuído para 1,14% a.a.) (IBGE, 2000, 2020b; IDOM-COBRAPE, 2014).

Com relação ao cenário subseqüente, de acordo com as projeções, prevê-se a manutenção de baixas e decrescentes taxas de crescimento populacional para João Pessoa. Não obstante, apesar do ritmo de crescimento conservador, os dados apontam que em 2030 a capital paraibana atingirá a marca de um milhão de habitantes e, em 2050, de 1,3 milhão (IDOM-COBRAPE, 2014).

Figura 15: Evolução populacional do município de João Pessoa - 1991, 2000, 2010, 2020, 2030, 2040, 2050



Nota: (1) População estimada por IBGE; (2) População projetada por IDOM-COBRAPE
Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010, 2020b); IDOM-COBRAPE (2014)

Tabela 18: Taxa média de crescimento anual populacional dos municípios do Arranjo Populacional de João Pessoa (AP João Pessoa) - 1991, 2000, 2010, 2020, 2030, 2040, 2050

Unidade	Censitária (1)		Estimada (1)		Projetada (2)		
	1991/ 2000	2000/ 2010	2010/ 2020	2010/ 2020	2020/ 2030	2030/ 2040	2040/ 2050
João Pessoa	2,06	1,92	1,23	1,79	1,65	1,51	1,38
Santa Rita	2,30	0,38	1,33	0,38	0,38	0,38	0,38
Bayeux	1,37	1,31	-0,25	1,25	1,19	1,13	1,07
Cabedelo	4,41	3,07	1,73	2,63	2,19	1,75	1,31
Conde	5,21	2,69	1,57	1,77	0,84	-0,08	-1,01
Lucena	2,66	1,86	1,20	1,91	1,96	2,01	2,06
AP João Pessoa	2,18	1,74	1,14	1,31	0,87	0,43	-0,01

LEGENDA
(1) Populações censitárias e estimadas por IBGE
(2) Projetado por IDOM-COBRAPE

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010, 2016, 2020b); IDOM-COBRAPE (2014)

Faz-se necessário destacar que, além de indicarem um cenário de crescimento conservador, as taxas de crescimento registradas nas últimas décadas também sugerem um arrefecimento dos movimentos migratórios em direção à capital paraibana. Os resultados da mensuração indireta do saldo migratório corroboram esta interpretação.

Em função da ausência de estatísticas oficiais sobre as migrações, especialmente nos contextos municipais e regionais, o saldo migratório constitui-se como um importante indicador que permite dimensionar o papel da migração em uma população. O saldo migratório consiste na diferença entre a imigração (entradas) e a emigração (saídas) para uma determinada região, num dado período, sendo seu valor obtido a partir da seguinte equação básica:

$$P_n - P_0 = N_t - O_t + I_t - E_t \text{ ou } I_t - E_t = P_n - P_0 - N_t + O_t$$

Onde: P_n = população em um instante n ; P_0 = população inicial, instante 0; N_t = nascimentos no período t ($t = n - 0$); O_t = óbitos no período t ($t = n - 0$); I_t = imigrações no período t ; E_t = emigrações no período t .

Também devido à insuficiência de dados, uma das formas de mensuração indireta do saldo migratório consiste no cálculo obtido a partir da diferença entre a população esperada (fechada) para o final do período, com base no crescimento vegetativo (diferença entre nascimentos e óbitos ocorridos no período), e a população observada no final deste período⁸. Para o presente trabalho foram utilizados os últimos dados de nascidos vivos e de mortalidade total, disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (DATASUS/MS, 2021), assim como as populações recenseadas e estimada pelo IBGE (2000, 2010, 2019a).

Conforme detalhado na Tabela 19, considerando-se as datas de referência dos Censos Demográficos, João Pessoa registrou 113 mil nascimentos e 37,3 mil óbitos no período 2000/2010, resultando num crescimento vegetativo estimado em 75,6 mil pessoas. Tendo em vista a população esperada para o final do período, com base no crescimento vegetativo, estima-se que o município registrou um saldo migratório positivo de 49,8 mil pessoas na referida década censitária. Já na última década, entre 2010 e 2019, estima-se que João Pessoa também registrou um saldo migratório positivo, mas significativamente inferior ao da década passada: de aproximadamente 22,9 mil pessoas. Estes dados sugerem uma redução da

⁸ Vale ressaltar as limitações desta técnica, que não considera as pessoas que, dentro do período, saíram e retornaram e as que entraram e saíram.

importância relativa do componente migratório no crescimento demográfico da capital paraibana (IBGE, 2010, 2019a; DATASUS/MS, 2021).

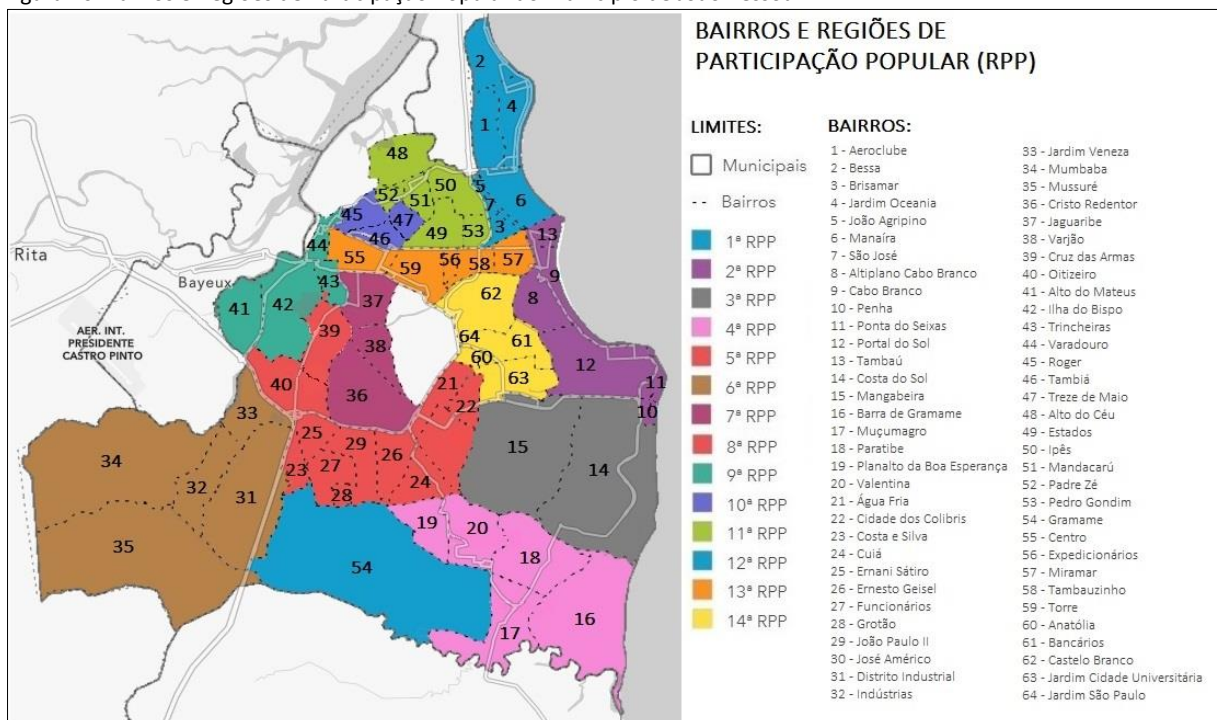
Tabela 19: Nascidos vivos, mortalidade total, crescimento vegetativo, populações esperadas e observadas e saldo migratório estimado do município de João Pessoa - 2000/2010, 2010/2019

Indicador	2000/2010	2010/2019
Nascidos vivos	113.057	106.676
Mortalidade total	37.364	44.170
Crescimento vegetativo	75.693	62.506
População esperada para o final do período	673.627	786.021
População observada no final do período	723.515	809.015
Saldo migratório	49.888	22.994

Fonte: IBGE (2000, 2010, 2019a); DATASUS/MS (2021). Calculado pelo Consórcio PDMJP (2021)

Em relação ao arranjo espacial da população pessoense, os municípios estão distribuídos em 64 bairros legalmente delimitados, os quais abrigam cerca de 150 comunidades e 40 conjuntos habitacionais. Conforme ilustrado na Figura 16, esses bairros estão agrupados em 14 Regiões de Participação Popular, que consistem nas regiões orçamentárias instituídas pelo Poder Público Municipal, destinadas à operacionalização das discussões no processo decisório descentralizado do Orçamento Participativo e, conseqüentemente, à gestão de políticas públicas de acordo com as especificidades, demandas e prioridades locais (JOÃO PESSOA, 2021a, 2021b).

Figura 16: Bairros e Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa



Fonte: JOÃO PESSOA (2021a)

Para a análise da distribuição populacional e da recente evolução demográfica nas diferentes porções do território da capital, tendo o bairro como unidade de referência, foram considerados os dados dos dois últimos Censos Demográficos (IBGE, 2000, 2010) e, face ao afastamento temporal do último levantamento censitário, realizadas projeções para 2020, com base na projeção elaborada pelo Consórcio IDOM-COBRAPE (2014) para o município.

As projeções foram realizadas com a aplicação do método matemático baseado na tendência de crescimento denominado AiBi. Tradicionalmente utilizado pelo IBGE para projeção das estimativas dos totais populacionais dos municípios brasileiros (IBGE, 2020b), o AiBi é um dos métodos que permitem projetar a participação relativa das áreas menores, ou subáreas (um bairro, por exemplo), para o momento desejado, com base na população conhecida da área maior para esse momento (o Município deste Bairro). Ajustando uma função matemática às proporções existentes entre as populações das áreas menores e a população da área maior – deste modo, assumindo que o crescimento populacional da área menor é proporcional ao da área maior –, o método garante a consistência interna entre as áreas, não sendo, portanto, necessário qualquer outro ajuste para a compatibilização desses valores (WALDVOGEL, 1998).

Conforme apresentado por Frias (1988), a aplicação deste método permite estimar as populações das áreas menores nos anos especificados (t) através de uma função linear da população da área maior, onde a população da área menor $P_i(t)$ é a variável resposta (dependente) e a população da área maior $P(t)$ é a variável explicativa (independente). Assim, a população da área maior, em um tempo t , é igual à soma das populações das áreas menores no mesmo tempo t :

$$P(t) = \sum_{i=1}^n P_i(t)$$

Assumindo que a população de cada área menor varia linearmente com a população da área maior, tem-se uma função linear composta por dois coeficientes: a_i , coeficiente de proporcionalidade do incremento da área menor i em relação ao incremento da população da área maior; e b_i , coeficiente linear de correção.

$$P_i(t) = a_i P(t) + b_i$$

Dados dois pontos de tempos, t_0 e t_1 , conhecendo o tamanho das populações das áreas menores e da área maior nos dois pontos, tem-se o sistema de equações:

$$\begin{cases} P_i(t_0) = a_i P(t_0) + b_i \\ P_i(t_1) = a_i P(t_1) + b_i \end{cases}$$

Onde:

$$a_i = \frac{P_i(t_1) - P_i(t_0)}{P(t_1) - P(t_0)}$$

$$b_i = P_i(t_1) - a_i P(t_1)$$

Dentre as vantagens do Método AiBi estão a facilidade de aplicação e a exigência de poucos dados para sua operacionalização. Não obstante, conforme apontado por Corrêa *et al* (2011), o método pode gerar algumas inconsistências quando o crescimento populacional da área maior e o das áreas menores apresentam direções opostas, ou seja, quando uma parcela das áreas menores decresce enquanto a área maior cresce, ou vice-versa. Ainda que geralmente se espere uma forte correlação entre as tendências de crescimento em dois períodos intercensitários consecutivos, em função da linearidade imposta pelo método, a aplicação do AiBi pode manter ou acentuar irregularidades na distribuição populacional, inclusive gerando populações negativas.

Neste sentido, uma das formas de contornar essa restrição do método consiste em dividir a área maior em dois grupos, de acordo com a direção de crescimento – sendo um composto pelas áreas menores com decrescimento populacional e outro pelas áreas menores com crescimento populacional –, e aplicar o método separadamente para cada grupo (CORRÊA *et al*, 2011).

Para a elaboração das projeções populacionais para os bairros de João Pessoa, considerando a manutenção das tendências de crescimento, os bairros foram agrupados segundo a direção de crescimento observada entre os dois últimos levantamentos censitários,

sendo o método AiBi aplicado separadamente para cada grupo. Para tanto, foram realizados os seguintes procedimentos: (1) Os bairros foram separados de acordo com o sinal de crescimento populacional entre os anos 2000 e 2010, resultando no grupo dos bairros que cresceram (a) e no grupo dos bairros que decresceram (b); (2) Foram realizadas projeções para 2020 para as populações totais dos dois grupos, sendo primeiramente calculada a projeção do grupo (b), considerando a razão de crescimento registrada por seu conjunto de bairros no período 2000/2010 (-0,008%), e, em seguida, efetuada a projeção do grupo (a), que é resultado da diferença da população projetada para o município e da população projetada para o grupo (b); (3) O Método AiBi foi aplicado em cada grupo, considerando a população total projetada para cada um.

Em conjunto com os dados dos anos censitários 2000 e 2010, os resultados das projeções para os bairros pessoenses são apresentados na Tabela 20, sendo as compilações por Regiões de Participação Popular ilustradas nos gráficos das Figura 17, Figura 18 e Figura 19.

A análise da evolução populacional no contexto intramunicipal evidencia importantes transformações na dinâmica demográfica da capital paraibana, bem como aponta para a configuração de diferentes cenários, sob os quais as políticas públicas podem ser delineadas no planejamento municipal.

Localizadas na zona oeste do território municipal, as 7ª e 8ª Regiões apresentam sinais de esvaziamento ou estagnação populacional, em grande medida por conta de seus expressivos adensamentos. De acordo com as projeções para 2020, enquanto a densidade demográfica municipal equivaleu a 40,85 hab./ha, na 7ª Região correspondeu a 85,13 hab./ha e na 8ª a 107,15 hab./ha. Destaca-se, na 7ª Região, a presença do bairro Cristo Redentor, que, em 2010, abrigava 37,5 mil habitantes, figurando como o segundo bairro mais populoso da capital (IBGE, 2000, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a).

As 9ª e 13ª Regiões também apresentam indicativos de esvaziamento ou estagnação, mas contam com densidades demográficas relativamente mais baixas, projetadas, respectivamente, em 37,96 hab./ha e 55,11 hab./ha para 2020. Na 9ª Região, situada na zona oeste, somente o bairro Ilha do Bispo registrou crescimento populacional positivo no período 2000/2010. Na 13ª Região, situada na zona norte, os bairros Miramar e Expedicionários são exceções no que se refere ao adensamento, contando com densidades projetadas em mais de 90 hab./ha para 2020. (IBGE, 2000, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a)

Localizadas na zona norte, as 10ª e 11ª Regiões apresentam densidades demográficas superiores à da média municipal, projetadas em aproximadamente 70 hab./ha para 2020, e registraram baixo crescimento populacional no período analisado, sendo que bairros mais adensados registraram crescimento negativo: o Bairro Treze de Maio, da 10ª Região, e os Bairros Mandacarú e Padre Zé, da 11ª Regiões (com densidades projetadas, respectivamente, em 98,10 hab./ha, 120,33 hab./ha e 148,76 hab./ha para 2020) (IBGE, 2000, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a).

As 1ª, 5ª e 14ª Regiões apresentaram taxas de crescimento populacional elevadas e intensificação das densidades demográficas, resultando em porções territoriais consideravelmente adensadas. Localizada na zona leste, com uma densidade projetada em mais de 100 hab./ha para 2020, a 1ª Região abriga, dentre outros, os bairros Aeroclubes, Bessa e Jardim Oceania, que estão entre os que mais cresceram nos períodos analisados (com taxas acima de 4,3% a.a. entre 2000 e 2010, e acima de 3,2% a.a. entre 2010 e 2020), e os bairros Manaíra e São José, os quais estão entre os mais adensados (com densidades projetadas, respectivamente, em 148,48 hab./ha e 179,98 hab./ha para 2020). A 5ª Região, situada na zona sul, apresenta a maior participação relativa na população do município (projetada em 15% para 2020) e também abriga alguns dos bairros com maior crescimento nos períodos: Água Fria, Cidade dos Colibris, Cuiá, João Paulo II e José Américo (com taxas acima de 4,5% a.a. entre 2000 e 2010, e acima de 3,3% a.a. entre 2010 e 2020). Na 14ª Região, situada na zona sul, destacam-se os bairros Jardim Cidade Universitária e Jardim São Paulo, que registraram crescimento expressivo (com taxas acima de 5,9% a.a. entre 2000 e 2010, e acima de 4,0% a.a. entre 2010 e 2020) e estão entre os mais adensados do município (com densidades projetadas, respectivamente, em 135,11 hab./ha e 175,78 hab./ha para 2020) (IBGE, 2000, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a).

As 2ª, 3ª, 6ª e 12ª Regiões também registraram taxas de crescimento elevadas, mas se apresentam menos adensadas, com densidades demográficas inferiores à da média municipal. Localizada na zona leste, a 2ª Região abriga, dentre outros, os bairros Cabo Branco, Portal do Sol e Tambaú, que estão entre os que mais cresceram nos períodos analisados (com taxas acima de 3,8% a.a. entre 2000 e 2010, e acima de 2,9% a.a. entre 2010 e 2020), sendo Tambaú uma das exceções desta configuração em termos de adensamento, contando com uma densidade projetada em 163,96 hab./ha para 2020. Na 3ª Região, situada na zona sul, destaca-se a presença de seus dois bairros, Mangabeira, que abrigava 75,9 mil habitantes em

2010, com uma população projetada em 85,4 mil habitantes para 2020, figurando como o bairro mais populoso de João Pessoa; e Costa do Sol, o mais extenso e um dos menos adensados do município (com 1,9 mil hectares e uma densidade projetada em 8,62 hab./ha para 2020), e cuja população cresceu a uma taxa média de aproximadamente 30% a.a. entre 2000 e 2010. Também localizadas na zona sul, as 6ª e 12ª Regiões destacam-se pelas menores densidades demográfica entre as Regiões do município (projetadas, respectivamente, em 9,48 hab./ha e 23,15 hab./ha para 2020) e por abrigarem os bairros que registraram expressivas taxas de crescimento populacional no período 2000/2010: o bairro Mumbaba, da 6ª Região, que registrou a maior taxa de crescimento entre os bairros da capital, de 32,85% a.a., e o bairro Gramame, o qual delimita a 12ª Região e registrou uma taxa de 14,72% a.a. Sobre a 6ª Região, também vale destacar o bairro Mussuré, que em 2000 abrigava 18 habitantes e em 2010 não registrou população (IBGE, 2000, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a).

Por fim, localizada na zona sul, a 4ª Região apresenta uma densidade demográfica relativamente baixa, projetada em aproximadamente 25,27 hab./ha para 2020, e registrou crescimento populacional acima da média municipal (com taxas de 2,03% a.a. entre 2000 e 2010, e de 1,84% a.a. entre 2010 e 2020). Destacam-se os bairros Paratibe e Planalto da Boa Esperança, que estão entre os que mais cresceram nos períodos analisados (com taxas acima de 4,3% a.a. entre 2000 e 2010, e acima de 3,6% a.a. entre 2010 e 2020) (IBGE, 2000, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a).

Tabela 20: Área, população, taxa média de crescimento anual populacional e densidade demográfica das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa - 2000, 2010, 2020

Região / Bairro	Área (ha)	População (habitantes) ⁽¹⁾			Densidade demográfica (hab./ha)			Variação População					
								Habitantes		%		Taxa de crescimento (% a.a.)	
		2000	2010	2020	2000	2010	2020	2000/ 2010	2010/ 2020	2000/ 2010	2010/ 2020	2000/ 2010	2010/ 2020
1ª REGIÃO	984	53.749	76.904	102.494	54,64	78,18	104,19	23.155	25.590	43,1	33,3	3,65	2,91
Aeroclube	206	4.057	9.649	15.792	19,71	46,88	76,72	5.592	6.143	137,8	63,7	9,05	5,05
Bessa	204	7.111	13.096	19.671	34,84	64,17	96,38	5.985	6.575	84,2	50,2	6,30	4,15
Brisamar	58	4.148	4.268	4.400	71,30	73,37	75,63	120	132	2,9	3,1	0,29	0,30
Jardim Oceania	228	10.015	15.283	21.070	43,92	67,02	92,40	5.268	5.787	52,6	37,9	4,32	3,26
João Agripino	23	1.206	1.161	1.119	53,24	51,25	49,41	-45	-42	-3,7	-3,6	-0,38	-0,36
Manaira	230	19.289	26.369	34.146	83,87	114,66	148,48	7.080	7.777	36,7	29,5	3,18	2,62
São José	35	7.923	7.078	6.296	226,50	202,34	179,98	-845	-782	-10,7	-11,1	-1,12	-1,16
2ª REGIÃO	1.073	19.406	28.684	38.876	18,08	26,73	36,23	9.278	10.192	47,8	35,5	3,98	3,09
Altiplano Cabo Branco	217	4.151	5.233	6.422	19,13	24,11	29,59	1.082	1.189	26,1	22,7	2,34	2,07
Cabo Branco	137	5.439	7.906	10.616	39,61	57,57	77,31	2.467	2.710	45,4	34,3	3,81	2,99
Penha	39	773	772	771	19,90	19,87	19,85	-1	-1	-0,1	-0,1	-0,01	-0,01
Ponta do Seixas	59	383	474	574	6,52	8,07	9,78	91	100	23,8	21,1	2,15	1,93
Portal do Sol	537	1.878	4.136	6.616	3,50	7,71	12,33	2.258	2.480	120,2	60,0	8,22	4,81
Tambaú	85	6.782	10.163	13.877	80,13	120,08	163,96	3.381	3.714	49,9	36,5	4,13	3,16
3ª REGIÃO	2.996	68.007	84.329	102.259	22,70	28,14	34,13	16.322	17.930	24,0	21,3	2,17	1,95
Costa do Sol	1.952	609	8.341	16.835	0,31	4,27	8,62	7.732	8.494	1.269,6	101,8	29,92	7,28
Mangabeira	1.044	67.398	75.988	85.424	64,54	72,77	81,80	8.590	9.436	12,7	12,4	1,21	1,18
4ª REGIÃO	2.265	38.997	47.684	57.229	17,22	21,05	25,27	8.687	9.545	22,3	20,0	2,03	1,84
Barra de Gramame	875	357	347	338	0,41	0,40	0,39	-10	-9	-2,8	-2,7	-0,28	-0,27
Muçumagro	438	4.882	6.276	7.807	11,14	14,32	17,82	1.394	1.531	28,6	24,4	2,54	2,21
Paratibe	435	8.134	12.396	17.078	18,71	28,51	39,28	4.262	4.682	52,4	37,8	4,30	3,26
Planalto da Boa Esperança	203	3.318	6.213	9.393	16,32	30,56	46,20	2.895	3.180	87,3	51,2	6,47	4,22
Valentina	314	22.306	22.452	22.612	71,05	71,51	72,03	146	160	0,7	0,7	0,07	0,07
5ª REGIÃO	1.563	77.195	102.063	129.445	49,40	65,31	82,84	24.868	27.382	32,2	26,8	2,83	2,41
Água Fria	158	3.069	6.269	9.784	19,46	39,75	62,04	3.200	3.515	104,3	56,1	7,40	4,55
Cidade dos Colibris	108	1.802	4.095	6.614	16,61	37,76	60,98	2.293	2.519	127,2	61,5	8,56	4,91
Costa e Silva	100	7.716	8.208	8.748	77,21	82,14	87,54	492	540	6,4	6,6	0,62	0,64
Cuíá	191	3.418	6.944	10.817	17,88	36,33	56,59	3.526	3.873	103,2	55,8	7,35	4,53
Ernani Sátiro	129	8.447	8.641	8.854	65,28	66,78	68,43	194	213	2,3	2,5	0,23	0,24

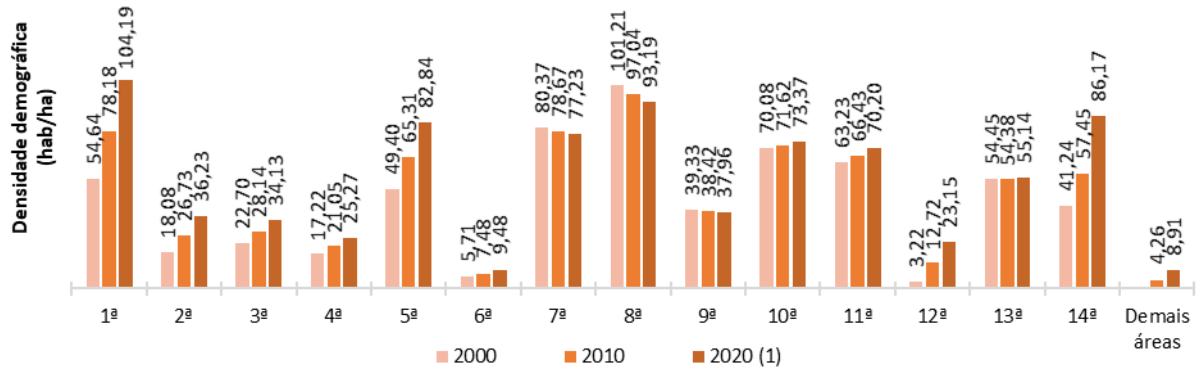
Região / Bairro	Área (ha)	População (habitantes) ⁽¹⁾			Densidade demográfica (hab./ha)			Variação População					
		2000	2010	2020	2000	2010	2020	Habitantes		%		Taxa de crescimento (% a.a.)	
								2000/ 2010	2010/ 2020	2000/ 2010	2010/ 2020	2000/ 2010	2010/ 2020
Ernesto Geisel	191	12.049	14.184	16.529	63,23	74,43	86,74	2.135	2.345	17,7	16,5	1,64	1,54
Funcionários	173	16.222	15.848	15.502	93,58	91,42	89,43	-374	-346	-2,3	-2,2	-0,23	-0,22
Grotão	34	5.784	6.159	6.571	171,98	183,13	195,38	375	412	6,5	6,7	0,63	0,65
João Paulo II	223	9.912	15.446	21.525	44,51	69,36	96,65	5.534	6.079	55,8	39,4	4,54	3,37
José Américo	256	8.776	16.269	24.500	34,31	63,61	95,79	7.493	8.231	85,4	50,6	6,37	4,18
6ª REGIÃO	4.189	23.934	31.337	39.716	5,71	7,48	9,48	7.403	8.379	30,9	26,7	2,73	2,40
Distrito Industrial	783	3.204	1.887	668	4,09	2,41	0,85	-1.317	-1.219	-41,1	-64,6	-5,16	-9,87
Indústrias	277	7.755	8.712	9.763	28,00	31,45	35,25	957	1.051	12,3	12,1	1,17	1,15
Jardim Veneza	242	12.494	12.812	13.161	51,58	52,90	54,34	318	349	2,5	2,7	0,25	0,27
Mumbaba	1.396	463	7.926	16.124	0,33	5,68	11,55	7.463	8.198	1.611,9	103,4	32,85	7,36
Mussurê	1.492	18	-	-	0,01	-	-	-18	-	-	-	-100,00	-
7ª REGIÃO	879	70.650	69.162	67.897	80,37	78,67	77,23	-1.488	-1.265	-2,1	-1,8	-0,21	-0,18
Cristo Redentor	489	37.170	37.538	37.942	76,05	76,80	77,63	368	404	1,0	1,1	0,10	0,11
Jaguaribe	236	14.368	14.651	14.962	60,75	61,95	63,27	283	311	2,0	2,1	0,20	0,21
Varjão	154	19.112	16.973	14.993	124,22	110,32	97,45	-2.139	-1.980	-11,2	-11,7	-1,18	-1,23
8ª REGIÃO	563	57.022	54.674	52.500	101,21	97,04	93,19	-2.348	-2.174	-4,1	-4,0	-0,42	-0,40
Cruz das Armas	249	25.994	25.549	25.137	104,22	102,43	100,78	-445	-412	-1,7	-1,6	-0,17	-0,16
Oitizeiro	314	31.028	29.125	27.363	98,83	92,76	87,15	-1.903	-1.762	-6,1	-6,0	-0,63	-0,62
9ª REGIÃO	910	35.804	34.982	34.560	39,33	38,42	37,96	-822	-422	-2,3	-1,2	-0,23	-0,12
Alto do Mateus	255	16.898	16.281	15.710	66,28	63,86	61,62	-617	-571	-3,7	-3,5	-0,37	-0,36
Ilha do Bispo	481	6.020	7.986	10.146	12,50	16,59	21,07	1.966	2.160	32,7	27,0	2,87	2,42
Trincheiras	92	8.765	6.995	5.356	95,76	76,42	58,52	-1.770	-1.639	-20,2	-23,4	-2,23	-2,63
Varadouro	83	4.121	3.720	3.349	49,93	45,08	40,58	-401	-371	-9,7	-10,0	-1,02	-1,05
10ª REGIÃO	289	20.237	20.682	21.186	70,08	71,62	73,37	445	504	2,2	2,4	0,22	0,24
Roger	130	10.215	10.381	10.563	78,41	79,69	81,09	166	182	1,6	1,8	0,16	0,17
Tambiá	80	2.172	2.541	2.946	27,07	31,67	36,72	369	405	17,0	16,0	1,58	1,49
Treze de Maio	78	7.850	7.760	7.677	100,31	99,16	98,10	-90	-83	-1,1	-1,1	-0,12	-0,11
11ª REGIÃO	844	53.355	56.053	59.236	63,23	66,43	70,20	2.698	3.183	5,1	5,7	0,49	0,55
Alto do Céu	252	14.187	16.557	19.160	56,23	65,62	75,94	2.370	2.603	16,7	15,7	1,56	1,47
Estados	182	6.479	7.458	8.533	35,67	41,06	46,99	979	1.075	15,1	14,4	1,42	1,36
Ipês	183	10.121	9.121	8.195	55,24	49,79	44,73	-1.000	-926	-9,9	-10,2	-1,03	-1,06
Mandacarú	103	12.776	12.593	12.424	123,75	121,98	120,33	-183	-169	-1,4	-1,3	-0,14	-0,14
Padre Zé	46	7.053	6.964	6.882	152,46	150,54	148,76	-89	-82	-1,3	-1,2	-0,13	-0,12

Região / Bairro	Área (ha)	População (habitantes) ⁽¹⁾			Densidade demográfica (hab./ha)			Variação População					
								Habitantes		%		Taxa de crescimento (% a.a.)	
		2000	2010	2020	2000	2010	2020	2000/ 2010	2010/ 2020	2000/ 2010	2010/ 2020	2000/ 2010	2010/ 2020
Pedro Gondim	77	2.739	3.360	4.042	35,49	43,54	52,38	621	682	22,7	20,3	2,06	1,87
12ª REGIÃO	1.952	6.288	24.829	45.197	3,22	12,72	23,15	18.541	20.368	294,9	82,0	14,72	6,17
Gramame	1.952	6.288	24.829	45.197	3,22	12,72	23,15	18.541	20.368	294,9	82,0	14,72	6,17
13ª REGIÃO	678	36.938	36.894	37.409	54,45	54,38	55,14	-44	515	-0,1	1,4	-0,01	0,14
Centro	189	4.998	3.644	2.390	26,48	19,31	12,67	-1.354	-1.254	-27,1	-34,4	-3,11	-4,13
Expedicionários	40	3.384	3.625	3.890	84,71	90,74	97,37	241	265	7,1	7,3	0,69	0,71
Miramar	133	6.986	9.500	12.262	52,36	71,20	91,90	2.514	2.762	36,0	29,1	3,12	2,58
Tambauzinho	100	4.466	4.932	5.444	44,50	49,15	54,25	466	512	10,4	10,4	1,00	0,99
Torre	216	17.104	15.193	13.424	79,19	70,34	62,15	-1.911	-1.769	-11,2	-11,6	-1,18	-1,23
14ª REGIÃO	882	36.352	50.642	75.965	41,24	57,45	86,17	14.290	25.323	39,3	50,0	3,37	4,14
Anatólia	17	1.126	1.162	1.202	65,16	67,24	69,53	36	40	3,2	3,4	0,32	0,34
Bancários	219	10.367	11.863	13.506	47,34	54,18	61,68	1.496	1.643	14,4	13,9	1,36	1,31
Castelo Branco	364	11.208	11.642	12.119	30,76	31,95	33,26	434	477	3,9	4,1	0,38	0,40
Jardim Cidade Universitária	242	11.108	21.425	32.758	45,81	88,37	135,11	10.317	11.333	92,9	52,9	6,79	4,34
Jardim São Paulo	38	2.543	4.550	6.755	66,18	118,41	175,78	2.007	2.205	78,9	48,5	5,99	4,03
DEMAIS ÁREAS	1.080	-	4.596	9.625	-	4,26	8,91	4.596	5.029	-	109,4	-	7,67
JOÃO PESSOA	21.148	597.934	723.515	863.970	28,27	34,21	40,85	125.581	140.455	21,0	19,4	1,92	1,79

Nota: (1) Projeções para 2020 realizadas pelo Consórcio PDMJP. As projeções foram calculadas para os bairros, sendo as populações das regiões de planejamento resultantes do somatório de seus respectivos bairros.

Fonte: IBGE (2000, 2010), IDOM-COBRAPÉ (2014), JOÃO PESSOA (2021a).

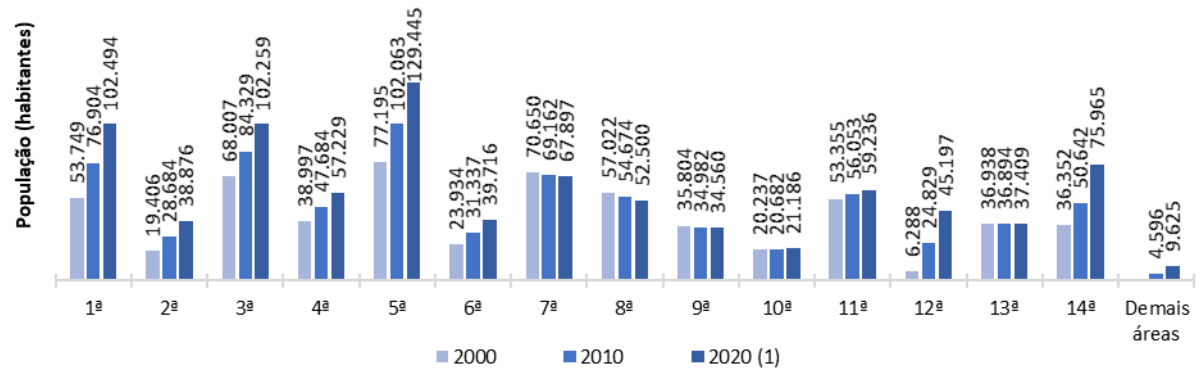
Figura 17: Evolução da densidade demográfica das Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa - 2000, 2010, 2020



Nota: (1) Projeções realizadas pelo Consórcio PDMJP

Fonte: IBGE (2000, 2010), IDOM-COBRAPÉ (2014), JOÃO PESSOA (2021a)

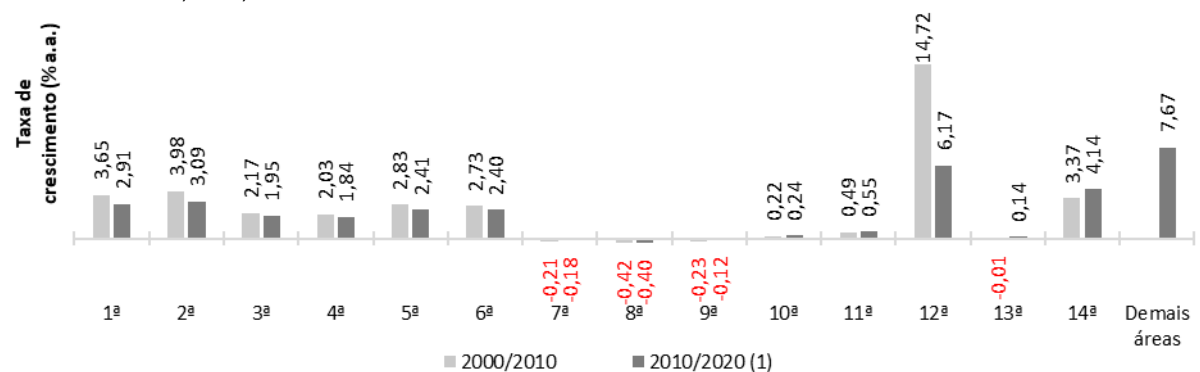
Figura 18: Evolução populacional das Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa - 2000, 2010, 2020



Nota: (1) Projeções realizadas pelo Consórcio PDMJP

Fonte: IBGE (2000, 2010), IDOM-COBRAPÉ (2014), JOÃO PESSOA (2021a)

Figura 19: Evolução da taxa média de crescimento anual populacional das Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa - 2000, 2010, 2020

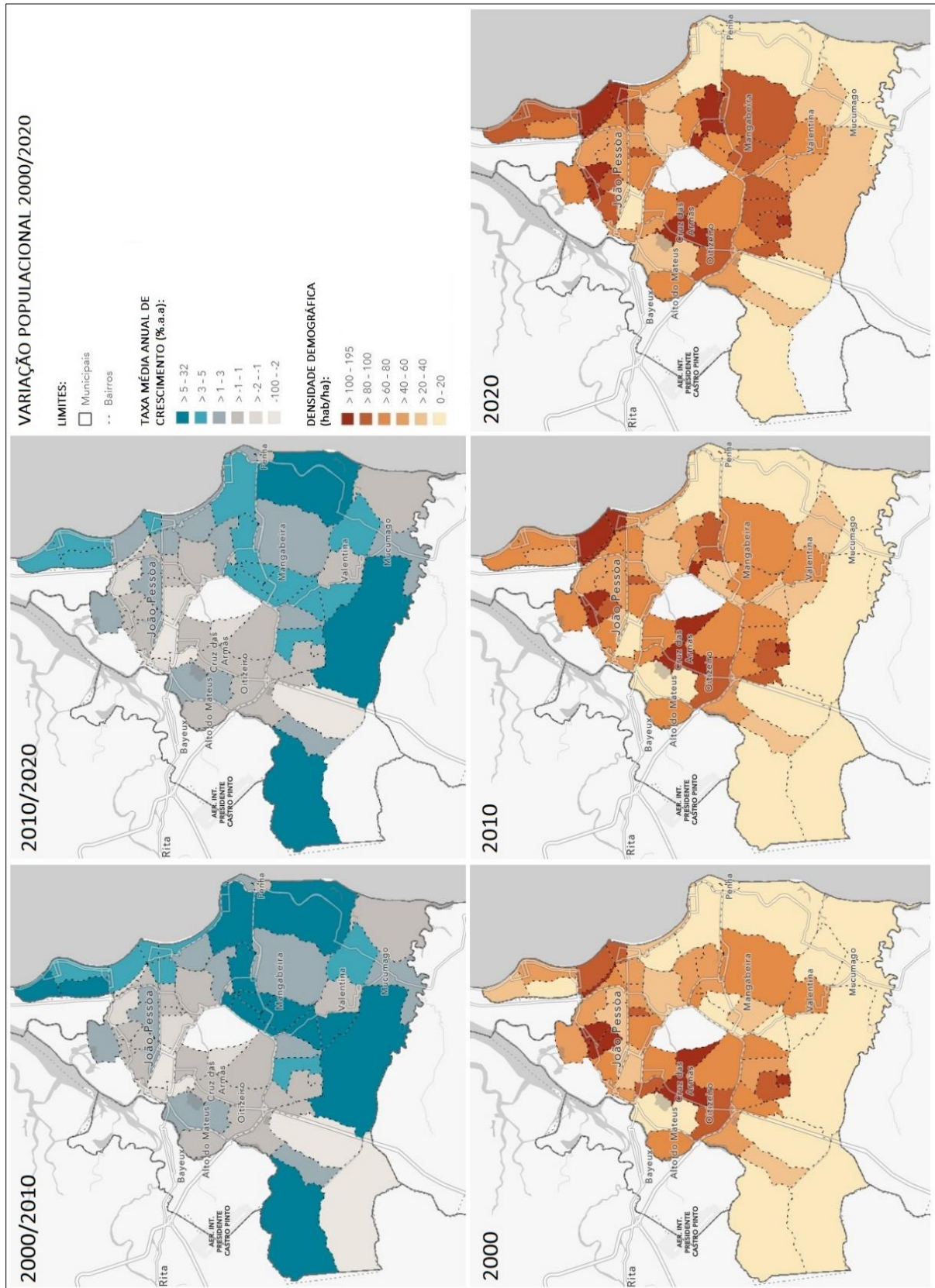


Nota: (1) Projeções realizadas pelo Consórcio PDMJP

Fonte: IBGE (2000, 2010), IDOM-COBRAPÉ (2014), JOÃO PESSOA (2021a)

A Figura 20 ilustra a evolução da taxa de crescimento e da densidade demográfica dos bairros da capital paraibana no período 2000/2020.

Figura 20: Evolução da taxa média de crescimento anual populacional e da densidade demográfica dos bairros do município de João Pessoa - 2000, 2010, 2020



Fonte: IBGE (2000, 2010), IDOM-COBRAPÉ (2014), JOÃO PESSOA (2021a)

Os dados domiciliares dos dois últimos levantamentos censitários também revelam modificações significativas na disposição da população pessoense no território municipal, sinalizando o estabelecimento de novas formas de consumo do espaço, assim como a emergência de novas estruturas familiares, conforme será discorrido no item deste 4.2.5 Relatório.

Entre os anos 2000 e 2010, enquanto o contingente populacional pessoense cresceu 21%, o número de domicílios⁹ da capital paraibana aumentou 40,1%, passando de 151,8 mil para 213,2 mil unidades. A densidade habitacional, que era de 7,18 dom./ha em 2000, subiu para 10,08 dom./ha em 2010. Noutro sentido, o número médio de habitantes por domicílio diminuiu no período, passando de 3,9 para 3,4. (IBGE, 2000, 2010)

Em maior ou menor grau, este mesmo comportamento se reflete em todas as Regiões de Participação Popular do município. Conforme ilustrado nos gráficos das Figura 21 e Figura 22 e detalhado na Tabela 21, entre 2000 e 2010 todas as Regiões registraram aumento da densidade habitacional, concomitantemente à redução do número médio de habitantes por domicílio (IBGE, 2000, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a).

No período analisado, apenas cinco bairros registraram queda no contingente de domicílios: Mussuré e Distrito Industrial, da 6ª Região; Trincheiras, da 9ª Região; Varjão, da 7ª Região; e Centro, da 13ª Região. Excluindo-se Mussuré, que em 2010 não contabilizou população, os demais são os que apresentaram as maiores perdas relativas de população entre os anos 2000 e 2010 (IBGE, 2000, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a).

Tabela 21: Número de domicílios, densidade habitacional, média de habitantes por domicílio e variação percentual domiciliar e populacional das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa - 2000, 2010.

Região / Bairro	Domicílios (nº)		Densidade habitacional (dom/ha)		Média hab./dom		Variação 2000/2010			
							Domicílios		População (%)	Hab./dom
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Nº	%		
1ª REGIÃO	14.375	24.788	14,61	25,20	3,7	3,1	10.413	72,4	43,1	-0,6
Aeroclube	1.165	3.205	5,66	15,57	3,5	3,0	2.040	175,1	137,8	-0,5
Bessa	1.915	4.235	9,38	20,75	3,7	3,1	2.320	121,1	84,2	-0,6
Brisamar	1.096	1.324	18,84	22,76	3,8	3,2	228	20,8	2,9	-0,6
Jardim Oceania	2.698	4.978	11,83	21,83	3,7	3,1	2.280	84,5	52,6	-0,6
João Agripino	325	345	14,35	15,23	3,7	3,4	20	6,2	-3,7	-0,3
Manaira	5.117	8.567	22,25	37,25	3,8	3,1	3.450	67,4	36,7	-0,7
São José	2.059	2.134	58,86	61,01	3,8	3,3	75	3,6	-10,7	-0,5
2ª REGIÃO	5.155	9.033	4,80	8,42	3,8	3,2	3.878	75,2	47,8	-0,6

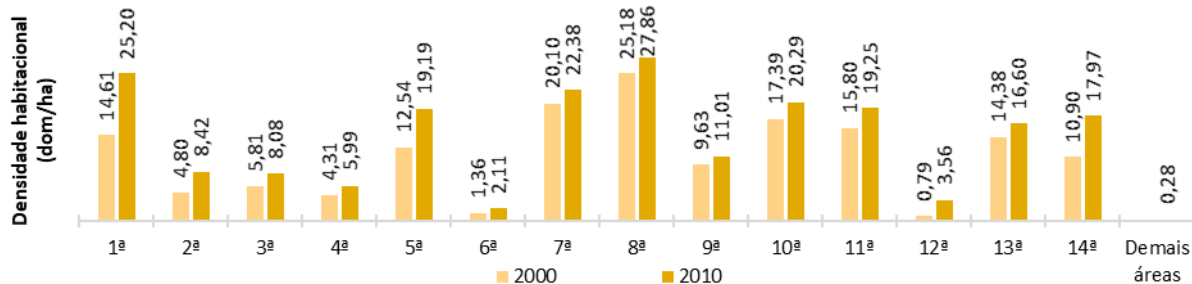
⁹ Aos dados analisados referem-se aos domicílios particulares permanentes, que consistem nos domicílios que foram construídos a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinham a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas (IBGE, 2010).

Região / Bairro	Domicílios (nº)		Densidade habitacional (dom/ha)		Média hab./dom		Variação 2000/2010			
							Domicílios		População (%)	Hab./dom
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Nº	%		
Altiplano Cabo Branco	992	1.448	4,57	6,67	4,2	3,6	456	46,0	26,1	-0,6
Cabo Branco	1.576	2.649	11,48	19,29	3,5	3,0	1.073	68,1	45,4	-0,5
Penha	170	205	4,38	5,28	4,5	3,8	35	20,6	-0,1	-0,8
Ponta do Seixas	100	128	1,70	2,18	3,8	3,7	28	28,0	23,8	-0,1
Portal do Sol	444	1.136	0,83	2,12	4,2	3,6	692	155,9	120,2	-0,6
Tambaú	1.873	3.467	22,13	40,96	3,6	2,9	1.594	85,1	49,9	-0,7
3ª REGIÃO	17.416	24.200	5,81	8,08	3,9	3,5	6.784	39,0	24,0	-0,4
Costa do Sol	157	2.307	0,08	1,18	3,9	3,6	2.150	1.369	1.270	-0,3
Mangabeira	17.259	21.893	16,53	20,97	3,9	3,5	4.634	26,8	12,7	-0,4
4ª REGIÃO	9.766	13.576	4,31	5,99	4,0	3,5	3.810	39,0	22,3	-0,5
Barra de Gramame	73	91	0,08	0,10	4,9	3,8	18	24,7	-2,8	-1,1
Muçumagro	1.182	1.732	2,70	3,95	4,1	3,6	550	46,5	28,6	-0,5
Paratibe	2.128	3.608	4,89	8,30	3,8	3,4	1.480	69,5	52,4	-0,4
Planalto da Boa Esperança	865	1.858	4,25	9,14	3,8	3,3	993	114,8	87,3	-0,5
Valentina	5.518	6.287	17,58	20,03	4,0	3,6	769	13,9	0,7	-0,5
5ª REGIÃO	19.594	29.992	12,54	19,19	3,9	3,4	10.398	53,1	32,2	-0,5
Água Fria	1.003	2.220	6,36	14,08	3,1	2,8	1.217	121,3	104,3	-0,2
Cidade dos Colibris	459	1.184	4,23	10,92	3,9	3,5	725	158,0	127,2	-0,5
Costa e Silva	1.855	2.336	18,56	23,38	4,2	3,5	481	25,9	6,4	-0,6
Cuiá	907	2.077	4,74	10,87	3,8	3,3	1.170	129,0	103,2	-0,4
Ernani Sátiro	2.139	2.472	16,53	19,10	3,9	3,5	333	15,6	2,3	-0,5
Ernesto Geisel	3.190	4.273	16,74	22,42	3,8	3,3	1.083	33,9	17,7	-0,5
Funcionários	4.008	4.508	23,12	26,01	4,0	3,5	500	12,5	-2,3	-0,5
Grotão	1.391	1.711	41,36	50,87	4,2	3,6	320	23,0	6,5	-0,6
João Paulo II	2.402	4.529	10,79	20,34	4,1	3,4	2.127	88,6	55,8	-0,7
José Américo	2.240	4.682	8,76	18,31	3,9	3,5	2.442	109,0	85,4	-0,4
6ª REGIÃO	5.682	8.838	1,36	2,11	4,2	3,5	3.156	55,5	30,9	-0,7
Distrito Industrial	725	507	0,93	0,65	4,4	3,7	-218	-30,1	-41,1	-0,7
Indústrias	1.828	2.430	6,60	8,77	4,2	3,6	602	32,9	12,3	-0,7
Jardim Veneza	3.022	3.671	12,48	15,16	4,1	3,5	649	21,5	2,5	-0,6
Mumbaba	100	2.230	0,07	1,60	4,6	3,6	2.130	2.130	1.612	-1,1
Mussurú	7	-	0,005	-	2,6	-	-7	-100,0	-	-
7ª REGIÃO	17.670	19.672	20,10	22,38	4,0	3,5	2.002	11,3	-2,1	-0,5
Cristo Redentor	9.156	10.623	18,73	21,73	4,1	3,5	1.467	16,0	1,0	-0,5
Jaguaribe	3.805	4.348	16,09	18,39	3,8	3,4	543	14,3	2,0	-0,4
Varjão	4.709	4.701	30,61	30,55	4,1	3,6	-8	-0,2	-11,2	-0,4
8ª REGIÃO	14.189	15.698	25,18	27,86	4,0	3,5	1.509	10,6	-4,1	-0,5
Cruz das Armas	6.551	7.350	26,26	29,47	4,0	3,5	799	12,2	-1,7	-0,5
Oitizeiro	7.638	8.348	24,33	26,59	4,1	3,5	710	9,3	-6,1	-0,6
9ª REGIÃO	8.766	10.028	9,63	11,01	4,1	3,5	1.262	14,4	-2,3	-0,6
Alto do Mateus	3.978	4.608	15,60	18,08	4,2	3,5	630	15,8	-3,7	-0,7
Ilha do Bispo	1.443	2.242	3,00	4,66	4,2	3,6	799	55,4	32,7	-0,6
Trincheiras	2.243	2.051	24,51	22,41	3,9	3,4	-192	-8,6	-20,2	-0,5
Varadouro	1.102	1.127	13,35	13,66	3,7	3,3	25	2,3	-9,7	-0,4
10ª REGIÃO	5.023	5.859	17,39	20,29	4,0	3,5	836	16,6	2,2	-0,5
Roger	2.470	2.871	18,96	22,04	4,1	3,6	401	16,2	1,6	-0,5
Tambiá	580	773	7,23	9,63	3,7	3,3	193	33,3	17,0	-0,5
Treze de Maio	1.973	2.215	25,21	28,30	4,0	3,5	242	12,3	-1,1	-0,5
11ª REGIÃO	13.331	16.241	15,80	19,25	4,0	3,5	2.910	21,8	5,1	-0,6
Alto do Céu	3.392	4.643	13,44	18,40	4,2	3,6	1.251	36,9	16,7	-0,6
Estados	1.639	2.133	9,02	11,74	4,0	3,5	494	30,1	15,1	-0,5
Ipês	2.681	2.732	14,63	14,91	3,8	3,3	51	1,9	-9,9	-0,4
Mandacarú	3.284	3.744	31,81	36,26	3,9	3,4	460	14,0	-1,4	-0,5
Padre Zé	1.630	1.956	35,23	42,28	4,3	3,6	326	20,0	-1,3	-0,8
Pedro Gondim	705	1.033	9,13	13,38	3,9	3,3	328	46,5	22,7	-0,6

Região / Bairro	Domicílios (nº)		Densidade habitacional (dom/ha)		Média hab./dom		Variação 2000/2010			
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Domicílios		População (%)	Hab./dom
							Nº	%		
12ª REGIÃO	1.534	6.943	0,79	3,56	4,1	3,6	5.409	352,6	294,9	-0,5
Gramame	1.534	6.943	0,79	3,56	4,1	3,6	5.409	352,6	294,9	-0,5
13ª REGIÃO	9.754	11.263	14,38	16,60	3,8	3,3	1.509	15,5	-0,1	-0,5
Centro	1.418	1.184	7,51	6,27	3,5	3,1	-234	-16,5	-27,1	-0,4
Expedicionários	913	1.112	22,86	27,84	3,7	3,3	199	21,8	7,1	-0,4
Miramar	1.779	2.807	13,33	21,04	3,9	3,4	1.028	57,8	36,0	-0,5
Tambauzinho	1.146	1.506	11,42	15,01	3,9	3,3	360	31,4	10,4	-0,6
Torre	4.498	4.654	20,82	21,55	3,8	3,3	156	3,5	-11,2	-0,5
14ª REGIÃO	9.610	15.843	10,90	17,97	3,8	3,2	6.233	64,9	39,3	-0,6
Anatólia	291	387	16,84	22,39	3,9	3,0	96	33,0	3,2	-0,9
Bancários	2.576	3.596	11,76	16,42	4,0	3,3	1.020	39,6	14,4	-0,7
Castelo Branco	2.746	3.283	7,54	9,01	4,1	3,5	537	19,6	3,9	-0,5
Jardim Cidade Universitária	3.188	6.979	13,15	28,78	3,5	3,1	3.791	118,9	92,9	-0,4
Jardim São Paulo	809	1.598	21,05	41,59	3,1	2,8	789	97,5	78,9	-0,3
DEMAIS ÁREAS	-	1.282	-	0,28	-	0,3	1.282	-	-	-
JOÃO PESSOA	151.865	213.256	7,18	10,08	3,9	3,4	61.391	40,4	21,0	-0,5

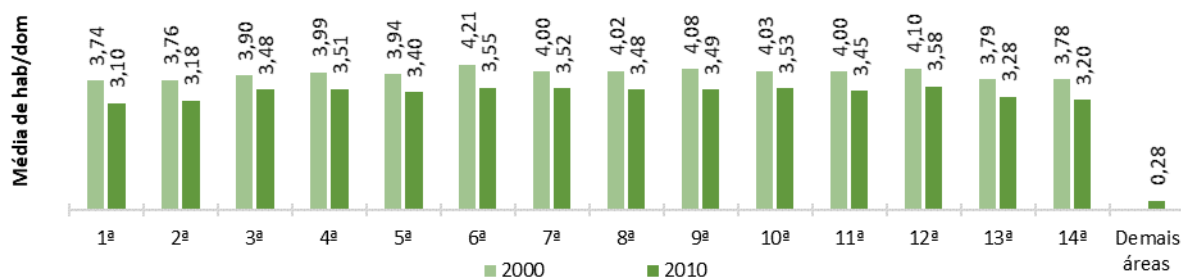
Fonte: IBGE (2000, 2010), JOÃO PESSOA (2021a)

Figura 21: Evolução da densidade habitacional das Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa - 2000, 2010



Fonte: IBGE (2000, 2010), JOÃO PESSOA (2021a)

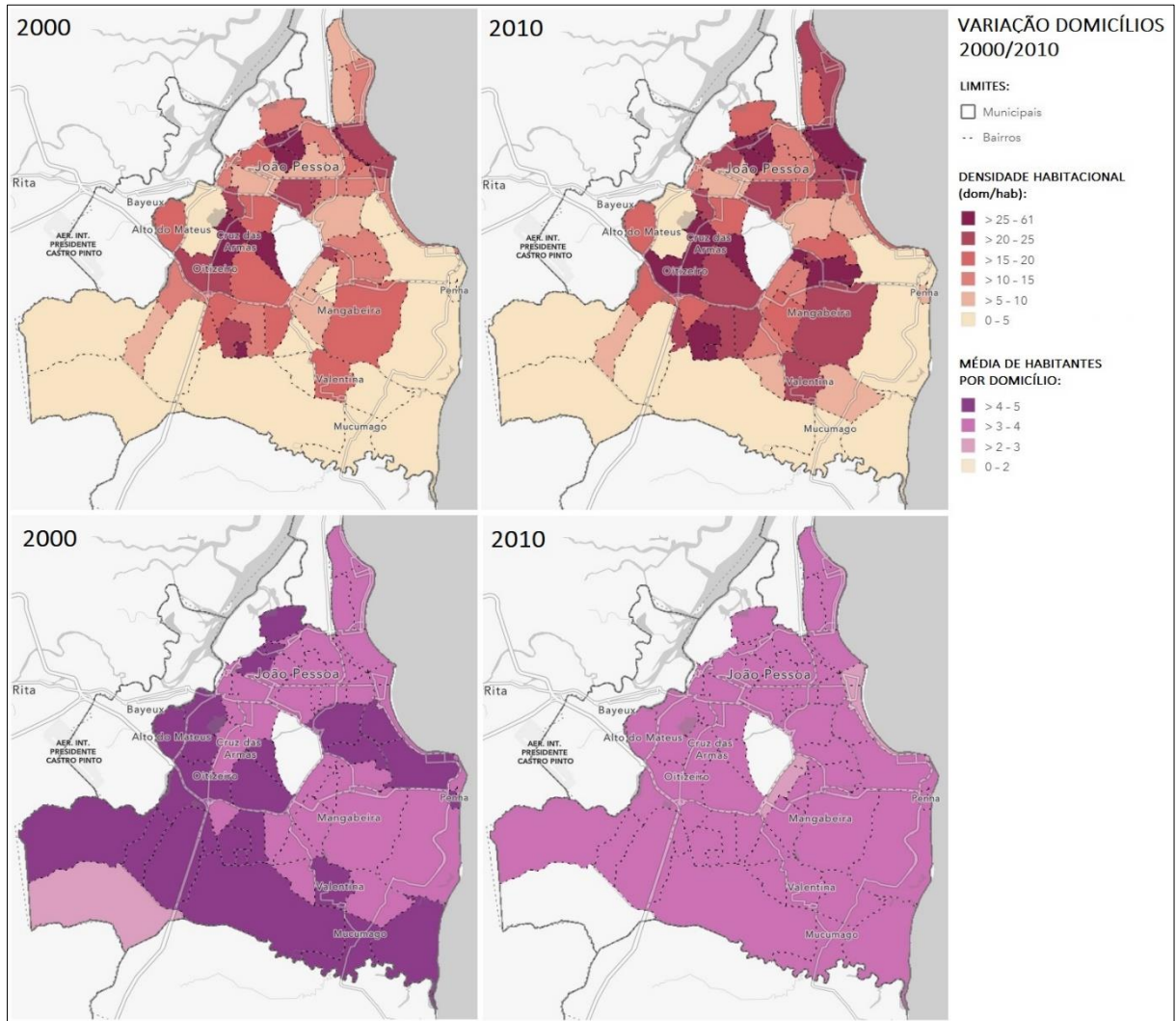
Figura 22: Evolução da média de habitantes por domicílio das Regiões de Participação Popular do município de João Pessoa - 2000, 2010



Fonte: IBGE (2000, 2010), JOÃO PESSOA (2021a)

A Figura 23 ilustra a evolução da densidade habitacional e da média de habitantes por domicílios dos bairros do município no período 2000/2010.

Figura 23: Evolução da densidade habitacional e da média de habitantes por domicílio dos bairros do município de João Pessoa - 2000, 2010



Fonte: IBGE (2000, 2010), JOÃO PESSOA (2021a)

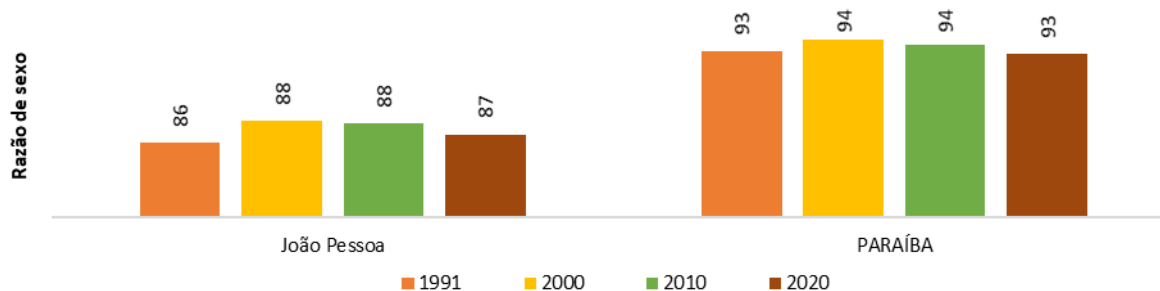
4.1.2 ESTRUTURA POPULACIONAL

No que se refere à distribuição da população segundo o sexo, conforme apresentado no gráfico da Figura 24, comparado ao conjunto paraibano, o município de João Pessoa apresenta maior participação relativa de mulheres no total da população. Com acréscimo na comparação com 1991, a razão de sexo (número de homens para cada cem mulheres) da capital equivaliu a 88 em 2000 e 2010 e, de acordo com as estimativas do IBGE, caiu para 87 em 2020 (IBGE, 1991, 2000, 2010, 2020b).

No Brasil, de um modo geral, a razão de sexo vem declinando ao longo dos anos em consequência da elevada mortalidade da população jovem masculina por causas externas (que incluem acidentes e violências), crescentemente frequentes nos grandes centros

urbanos. Assim, quando comparadas aos respectivos conjuntos estaduais, nota-se que as regiões metropolitanas apresentam uma maior participação da população feminina (IBGE, 1991, 2000, 2010).

Figura 24: Evolução da razão de sexo do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 1991, 2000, 2010, 2020

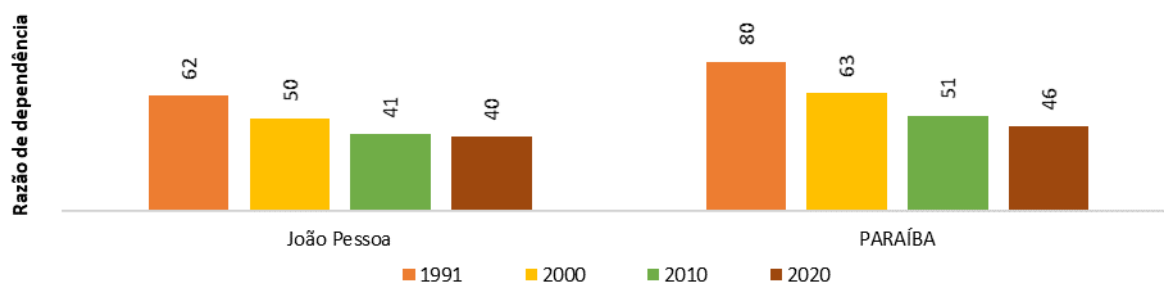


Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010, 2020b)

A análise da estrutura etária dos municípios demonstra o declínio da razão de dependência ocorrido nas últimas décadas, bem como sinaliza sua tendência de reversão, tal como observado no contexto nacional. A razão de dependência consiste na relação entre a população definida como economicamente dependente – os menores de 15 anos de idade e os maiores de 65 anos –, e a população definida como potencialmente ativa – as pessoas com idade entre 15 e 64 anos. Assim, valores elevados indicam um maior contingente de dependentes que a população em idade produtiva deve sustentar, o que significa maiores demandas por políticas públicas, especialmente nas áreas de educação e saúde. A razão de dependência, que desde a década de 1970 vinha diminuindo gradativamente no Brasil, em função da queda das taxas de fecundidade (número médio de filhos por mulher) e do paulatino envelhecimento populacional, a partir de 2010 aponta sinais de reversão, derivada da transição demográfica de uma população relativamente jovem para uma população envelhecida (IBGE, 2010).

Conforme apresentado no gráfico da Figura 25, em 1991 João Pessoa contava com uma razão de dependência de 62, o que equivale a dizer que para cada grupo de cem pessoas havia potencialmente 62 dependentes. Já em 2000 este índice caiu para 50, em 2010, para 41 e, segundo as estimativas do IBGE, em 2020 caiu para 40. Na comparação com o conjunto do estado, a capital paraibana apresenta um processo mais acelerado de reversão da curva de razão de dependência (IBGE, 1991, 2000, 2010, 2020b).

Figura 25: Evolução da razão de dependência do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 1991, 2000, 2010, 2020



Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010, 2020b)

A Tabela 22 apresenta as populações censitárias e estimadas, por faixa etária, entre os anos 1991 e 2020, evidenciando o paulatino envelhecimento da população pessoense. Verifica-se uma tendência de queda das participações relativas de grupos mais jovens, em especial de pessoas abaixo de 30 anos, concomitante ao aumento das participações dos grupos mais velhos. Também se destacam as reduções dos contingentes das faixas etárias de até 9 anos. (IBGE, 1991, 2000, 2010, 2020b)

Esta redução do contingente de crianças vem acompanhada do declínio da taxa de fecundidade. Conforme apresentado no “Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil” (PNUD/IPEA/FJP, 2013), o número médio de filhos por mulher da capital paraibana, que era de 2,5 em 1991, caiu para 1,9 em 2000, e para 1,5 em 2010.

Tabela 22: População censitária e estimada, por faixa etária, do município de João Pessoa - 1991, 2000, 2010, 2020.

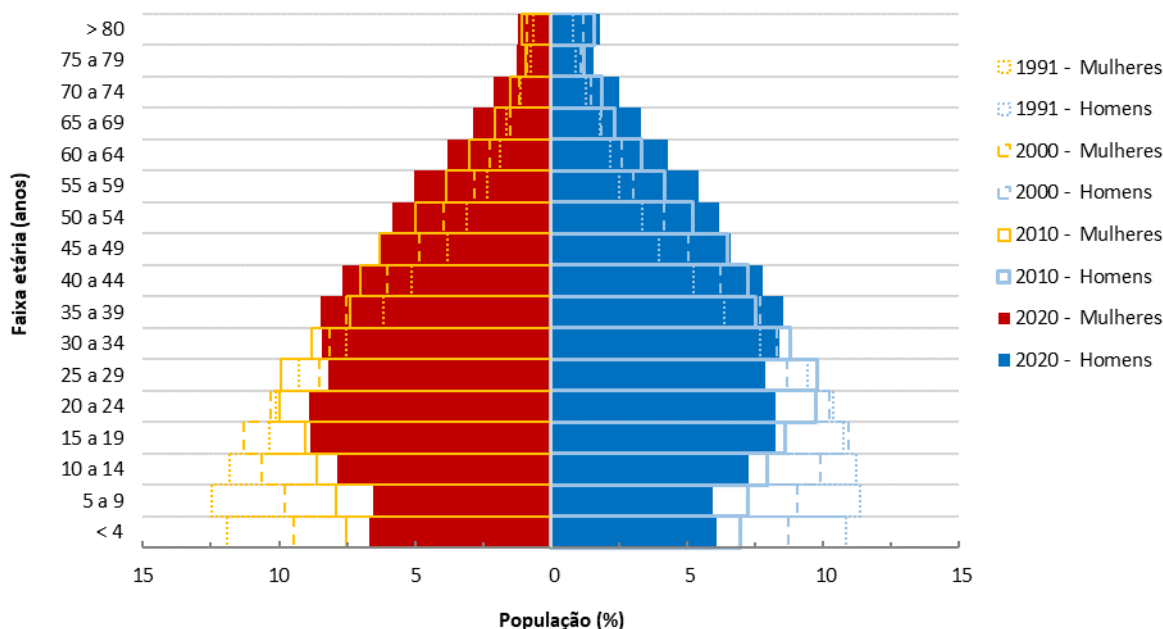
Faixa etária	Ano / População								Variação (%)		
	1991		2000		2010		2020		1991/2000	2000/2010	2010/2020
	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%			
< 4	54.000	10,9	52.039	8,7	50.294	7,0	49.677	6,1	-3,6	-3,4	-1,2
5 a 9	56.469	11,3	54.137	9,1	52.412	7,2	48.603	5,9	-4,1	-3,2	-7,3
10 a 14	55.793	11,2	59.256	9,9	57.450	7,9	59.523	7,3	6,2	-3,0	3,6
15 a 19	53.363	10,7	65.303	10,9	62.114	8,6	67.394	8,2	22,4	-4,9	8,5
20 a 24	51.542	10,4	61.057	10,2	70.458	9,7	67.533	8,3	18,5	15,4	-4,2
25 a 29	46.894	9,4	51.787	8,7	70.789	9,8	64.209	7,9	10,4	36,7	-9,3
30 a 34	38.125	7,7	49.664	8,3	63.554	8,8	68.512	8,4	30,3	28,0	7,8
35 a 39	31.686	6,4	45.918	7,7	54.564	7,5	69.716	8,5	44,9	18,8	27,8
40 a 44	26.112	5,2	37.084	6,2	52.332	7,2	63.483	7,8	42,0	41,1	21,3
45 a 49	19.603	3,9	30.242	5,1	46.972	6,5	54.040	6,6	54,3	55,3	15,0
50 a 54	16.681	3,4	24.831	4,2	37.773	5,2	50.458	6,2	48,9	52,1	33,6
55 a 59	12.536	2,5	17.944	3,0	30.168	4,2	44.223	5,4	43,1	68,1	46,6
60 a 64	10.900	2,2	15.397	2,6	24.084	3,3	34.931	4,3	41,3	56,4	45,0
65 a 69	8.962	1,8	10.880	1,8	17.016	2,4	27.155	3,3	21,4	56,4	59,6
70 a 74	6.440	1,3	8.901	1,5	13.381	1,8	20.415	2,5	38,2	50,3	52,6
75 a 79	4.403	0,9	6.392	1,1	8.639	1,2	12.893	1,6	45,2	35,2	49,2
> 80	4.091	0,8	7.102	1,2	11.515	1,6	14.746	1,8	73,6	62,1	28,1
Total	497.600	100,0	597.934	100,0	723.515	100,0	817.511	100,0	20,2	21,0	13,0

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010, 2020b)

A Figura 26 ilustra as transformações na estrutura etária das populações censitárias e estimadas no período 1991/2020, através das pirâmides etárias do município. Nota-se o estreitamento das bases, em função do declínio da fecundidade, e o concomitante alargamento dos topos, retratando o processo de envelhecimento da população (IBGE, 1991, 2000, 2010, 2020b).

Cabe destacar as possíveis consequências advindas da pandemia de Covid-19 para a estrutura etária da população pessoense (e brasileira). Conforme apontado por Camarano (2021), no Brasil, face ao cenário pandêmico, nota-se uma redução maior do que a prevista no número de nascimentos, assim como o aumento da mortalidade materna (gestantes e puérperas até 42 dias após o parto), o que refletirá em uma queda ainda maior de nascimentos. E, ao mesmo tempo, a mortalidade em decorrência de Covid-19 que atinge especialmente a população idosa: ao longo da pandemia, os idosos representaram cerca de 70% do total de óbitos pelo vírus no país (CAMARANO, 2021).

Figura 26: Pirâmides etárias da população, por sexo, do município de João Pessoa - 1991, 2000, 2010, 2020



Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010, 2020b)

4.2 ASPECTOS SOCIAIS

4.2.1 EDUCAÇÃO

Apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas, a área da educação continua apresentando a menor contribuição entre os componentes do IDHM de João Pessoa (PNUD/IPEA/FJP, 2013). A análise de outros indicadores educacionais evidencia o desempenho mediano do município.

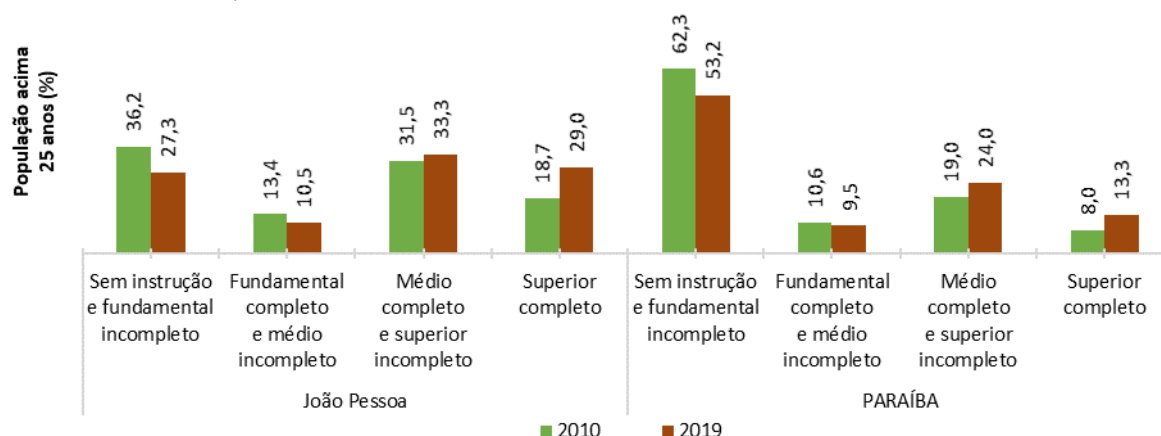
A expectativa de anos de estudo de uma população corresponde ao número médio de anos que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões se mantiverem ao longo de sua vida escolar. Em 2010, a capital paraibana apresentou uma média de aproximadamente 10 anos esperados de estudo, cujo período é suficiente para completar apenas o ensino fundamental regular (PNUD/IPEA/FJP, 2013).

No que diz respeito ao nível de instrução da população, de acordo com dados mais recentes, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 2019, assim como o conjunto paraibano, João Pessoa apresentou avanços positivos desde o último levantamento censitário. No entanto, mesmo com desempenho mais favorável comparado ao do conjunto estadual, a capital ainda apresenta índices elevados de baixa escolaridade. (IBGE, 2010, 2019b)

Conforme apresentado no gráfico da Figura 27, em 2019, dentre os municípios acima de 25 anos, 27,3% não possuíam instrução e/ou ensino fundamental completo e 10,5% possuíam ensino fundamental completo e/ou ensino médio incompleto (IBGE, 2019b). Nesse sentido, quase 40% da população pessoense da referida faixa etária não havia concluído o ensino médio, ou ainda, a Educação Básica. Formação essencial para o exercício da cidadania, a Educação Básica consiste no primeiro nível do ensino escolar no país e compreende três grandes etapas: educação infantil (para crianças com até 5 anos, dividida em creche e pré-escola), ensino fundamental (para alunos de 6 a 14 anos, dividido em anos iniciais e anos finais) e ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos)¹⁰ (SEB/MEC, 2021).

¹⁰ De acordo com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), o objetivo desta modalidade de educação é assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável tanto para o exercício da cidadania, quanto para progredir no trabalho e em estudos posteriores (SEB/MEC, 2021).

Figura 27: Evolução do percentual da população acima de 25 anos, por nível de instrução, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010, 2019



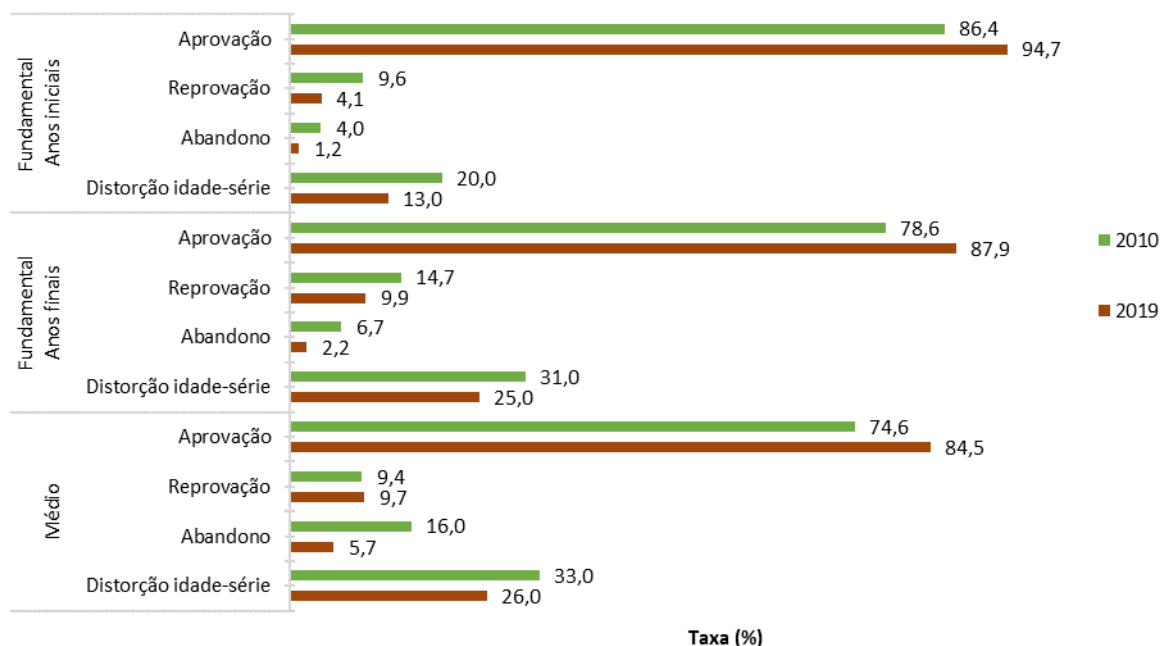
Fonte: IBGE (2010, 2019b)

As taxas de desempenho escolar (proporção de alunos aprovados, reprovados ou desistentes) e de distorção idade-série (proporção de alunos com idade superior a recomendada às etapas de ensino) sinalizam dificuldades enfrentadas pelos estudantes ao longo do percurso escolar da Educação Básica.

De acordo com os dados do Censo Escolar, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apresentados no gráfico da Figura 28, João Pessoa apresentou evoluções positivas das taxas de desempenho e de distorção idade-série entre os levantamentos de 2010 e 2019. Não obstante, no que se refere ao desempenho escolar entre as diferentes etapas de ensino, tal como observado no contexto nacional, na capital paraibana as taxas continuam declinando conforme o avanço das etapas. Na capital, em 2019, enquanto nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) o percentual de aprovados correspondeu a 94,7%, nos anos finais (6º ao 9º ano) foi de 87,9% e no ensino médio de 84,5%. Por outro lado, as taxas de abandono (situação de desistência) mostram-se progressivas ao longo de todas as etapas, sendo que a do ensino médio equivaleu a 5,7% em 2019. (MEC/INEP, 2010, 2019)

Elevados índices de abandono e de reprovação, assim como de casos de matrícula tardia do aluno na escola, acabam refletindo em elevadas taxas de distorção idade-série. Em relação a estas, a capital paraibana apresentou melhora na comparação com 2010, mas ainda conta com taxas elevadas. Em 2019, as taxas de distorção idade-série dos alunos pessoenses corresponderam a 13% para os anos iniciais do ensino fundamental, a 25% para os anos finais e a 26% para o ensino médio (MEC/INEP, 2010, 2019).

Figura 28: Evolução das taxas de desempenho escolar e de distorção idade-série, por etapa de ensino, do município de João Pessoa - 2010, 2019



Fonte: MEC/INEP (2010, 2019)

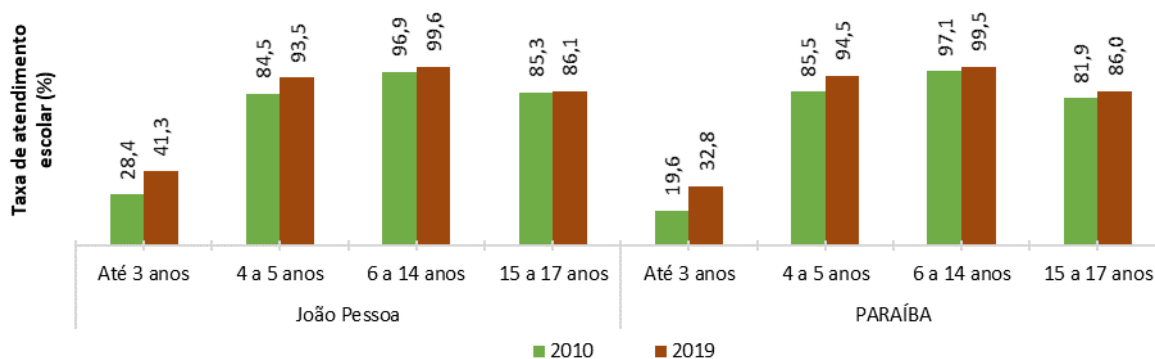
A análise das taxas de atendimento escolar (proporção de pessoas que frequentam a escola) constitui-se como um bom ponto de partida para mensurar a capacidade de atendimento da Educação Básica do município. Conforme estabelecido no Plano Nacional de Educação, referente ao decênio 2014/2024, as principais metas consistiram em: (i) universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até 2024; (ii) universalizar o ensino fundamental para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até 2024; e (iii) universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (BRASIL, 2014b).

Segundo os dados do Censo Escolar, apresentados no gráfico da Figura 29, assim como o conjunto paraibano, João Pessoa apresentou evoluções positivas no período 2010/2019, especialmente no que se refere ao atendimento da educação infantil. Com aumentos, respectivamente, de 12,9 p.p. e de 9 p.p. na comparação com 2010, as taxas de atendimento das faixas etárias de até 3 anos (relativa à idade escolar da creche) e de 4 a 5 anos (relativa à idade escolar da pré-escola) do município corresponderam a 41,3% e a 93,5% em 2019,

aproximando-se das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (MEC/INEP, 2010, 2019; BRASIL, 2014b).

Em relação às demais etapas, em João Pessoa a taxa de atendimento da faixa etária de 6 a 14 anos (relativa à idade escolar do ensino fundamental) correspondeu a 99,6% em 2019. Por outro lado, a taxa de atendimento da faixa etária de 15 a 17 anos (relativa à idade escolar do ensino médio) foi de 86,1%, mais aquém das metas do referido Plano, constituindo-se como um dos desafios da capital paraibana (MEC/INEP, 2010, 2019; BRASIL, 2014).

Figura 29: Evolução da taxa de atendimento escolar, por faixa etária, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010, 2019



Fonte: MEC/INEP (2010, 2019)

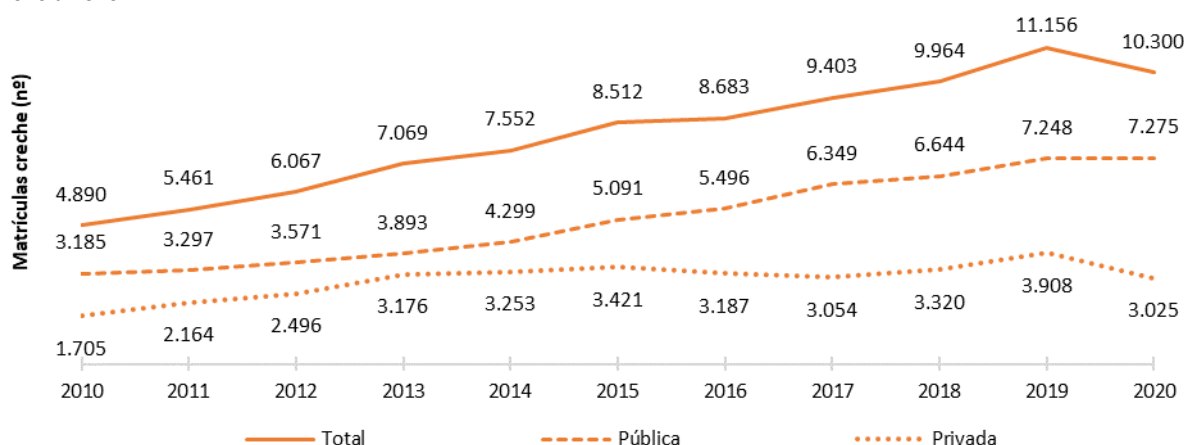
No que se refere ao contingente de estudantes pessoenses da Educação Básica, de acordo com os dados do Censo Escolar relativos à última década, João Pessoa apresentou um crescimento expressivo no número de crianças matriculadas na educação infantil, em especial na etapa da creche, concomitantemente a uma paulatina redução do número estudantes matriculados nos ensinos fundamental e médio (MEC/INEP, 2010 a 2020).

Quando à primeira etapa da educação infantil, conforme ilustrado na Figura 30, entre 2010 e 2019 o número total de crianças matriculadas na creche mais que dobrou no município (128,1%), subindo de 4.890 para 11.156. Além disso, entre 2013 e 2018 houve um aumento significativo da participação relativa da rede pública de ensino no total de matriculados, que passou de 55,1% para 66,7%. Já em 2020, o número total de crianças matriculadas na creche caiu para 10.300 (uma queda de 7,6% na comparação com o ano anterior), cuja situação reflete a redução das matrículas na rede privada. De acordo com o Censo Escolar (MEC/INEP, 2020), esta redução ocorreu no contexto nacional e atingiu todas as etapas da Educação Básica, sendo que os resultados do levantamento de 2020 (que têm como data de referência o dia 11 de março) refletem a situação anterior à pandemia de Covid-19. Ainda assim, cabe

notar que as creches e pré-escolas, especialmente as da rede privada, vêm registrando significativas reduções de número de alunos matriculados ao longo da pandemia. (MEC/INEP, 2010 a 2020)

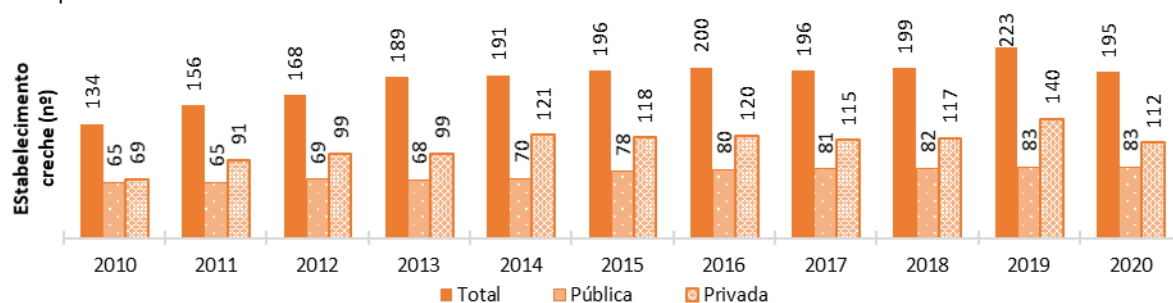
O crescimento do número de crianças em creche veio acompanhado do aumento do número de estabelecimentos com oferta desta etapa de ensino, destacadamente de estabelecimentos da rede privada. Conforme ilustrado na Figura 31, entre 2010 e 2019 o número total de estabelecimentos com oferta de creche aumentou cerca de 65%, subindo de 134 para 223. No entanto, no mesmo período, enquanto os estabelecimentos da rede pública subiram de 65 para 83 (27,7%), os da rede privada praticamente dobraram, subindo de 69 para 140 (102,9%). Já em 2020, o número de creches da rede privada caiu consideravelmente, para 112 (uma queda de 20% na comparação com o anterior), resultando na redução do número total de creches do município, que passou para 195. (MEC/INEP, 2010 a 2020)

Figura 30: Evolução do número de matrículas na creche, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020



Fonte: MEC/INEP (2010 a 2020)

Figura 31: Evolução do número de estabelecimentos com oferta de creche, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020

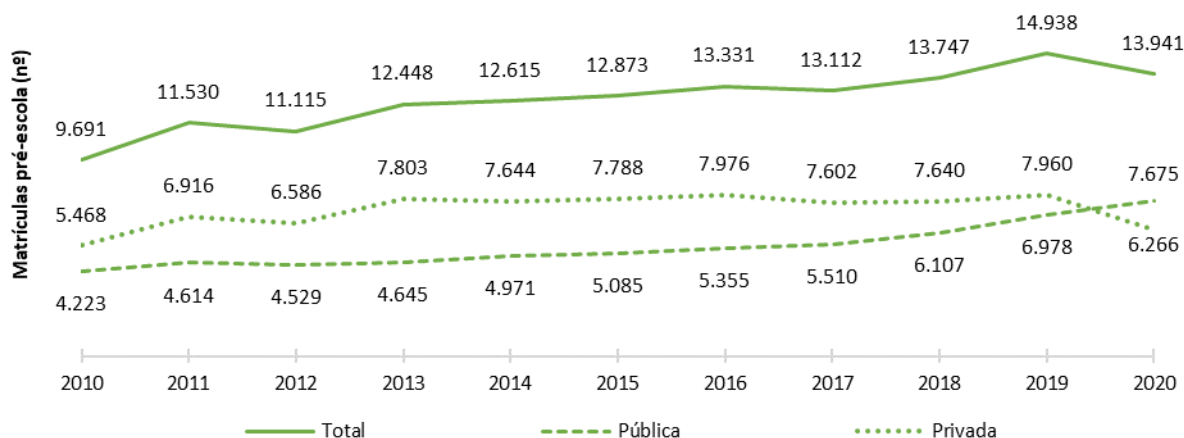


Fonte: MEC/INEP (2010 a 2020)

Com relação à etapa pré-escolar da educação infantil, conforme ilustrado na Figura 32, ainda que com menos intensidade, entre os anos 2010 e 2019 o número de crianças matriculadas em pré-escolas da capital também aumentou consideravelmente, quase 55%, subindo de 9.691 para 14.938, sendo a rede privada de ensino responsável pelas maiores participações relativas no total de matriculados. Ainda assim, em 2020 o número total de crianças na pré-escola caiu para 13.941 (uma queda de 6,7% na comparação com o ano anterior), sendo, neste caso também, consequência da redução do número de matrículas da rede privada, que caiu de 7.960, em 2019, para 6.266 em 2020. (MEC/INEP, 2010 a 2020)

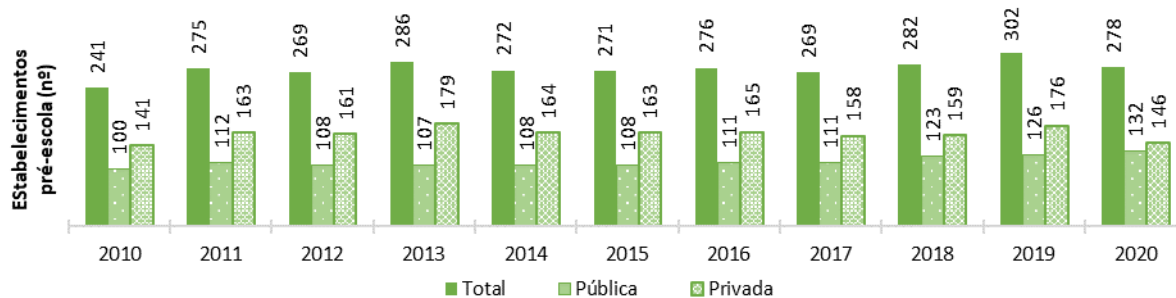
Tal como no caso das creches, o aumento do número de crianças matriculadas na pré-escola veio seguido do aumento do número de estabelecimentos do município com oferta desta etapa de ensino. No entanto, neste caso, entre os anos 2010 e 2019 o aumento do número de estabelecimentos da rede pública foi relativamente proporcional ao da rede privada. Conforme ilustrado na Figura 33, entre 2010 e 2019 o número total de estabelecimentos com oferta de pré-escola aumentou cerca de 25%, subindo de 241 para 302, sendo que os da rede pública subiram de 100 para 126 e os da rede privada subiram de 141 para 176. Já em 2020, enquanto o número de pré-escolas da rede pública subiu para 132 (um acréscimo de 4,8% na comparação com o ano anterior), o número de pré-escolas da rede privada caiu para 146 (uma queda de 17% na comparação com o ano anterior), resultando na redução do número total de pré-escolas do município, que passou para 278 (MEC/INEP, 2010 a 2020).

Figura 32: Evolução do número de matrículas na pré-escola, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020



Fonte: MEC/INEP (2010 a 2020)

Figura 33: Evolução do número de estabelecimentos com oferta de pré-escola, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020

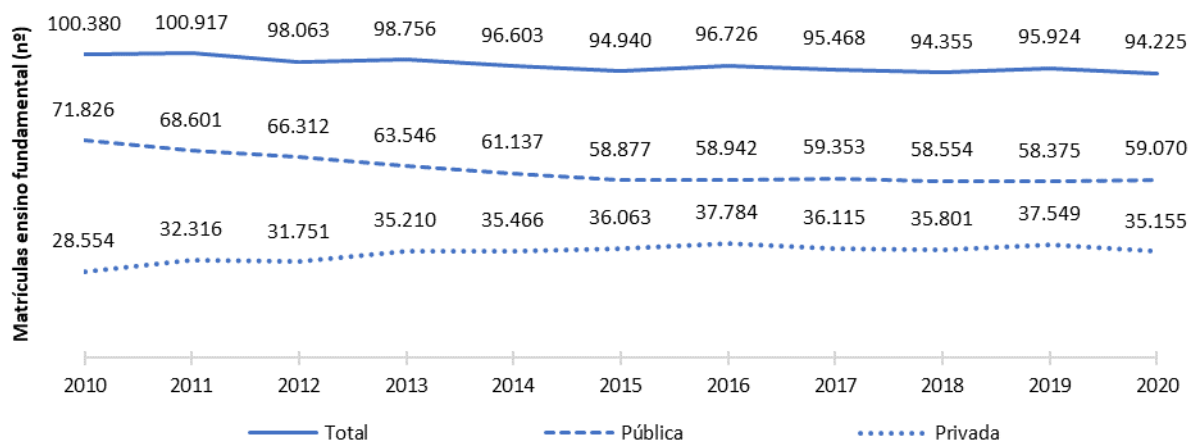


Fonte: MEC/INEP (2010 a 2020)

No que diz respeito à etapa do ensino fundamental, conforme ilustrado na Figura 34, com oscilações ao longo do período, entre os anos 2010 e 2020 o número de estudantes matriculados em João Pessoa nesta etapa caiu 6,1%, passando de 100.380 para 94.225. Durante a primeira metade da década nota-se uma significativa reconfiguração na distribuição dos estudantes nas redes de ensino: entre 2010 e 2015, enquanto a rede pública registrou uma expressiva redução de 18% no número de matriculados, que caiu de 71.826 para 58.877, a rede privada contou com um aumento de 26,3%, subindo de 28.554 para 36.063. Já entre os anos 2010 e 2020, tanto a rede pública como a privada apresentaram relativa estabilização no número de estudantes matriculados. Ainda assim, entre os dois últimos anos analisados, a rede pública registrou ligeiro aumento de 1,2%, passando de 58.375 para 59.070 matriculados, e a rede privada contou com uma queda de 6,4%, passando de 37.519 para 35.155 matriculados. (MEC/INEP, 2010 a 2020)

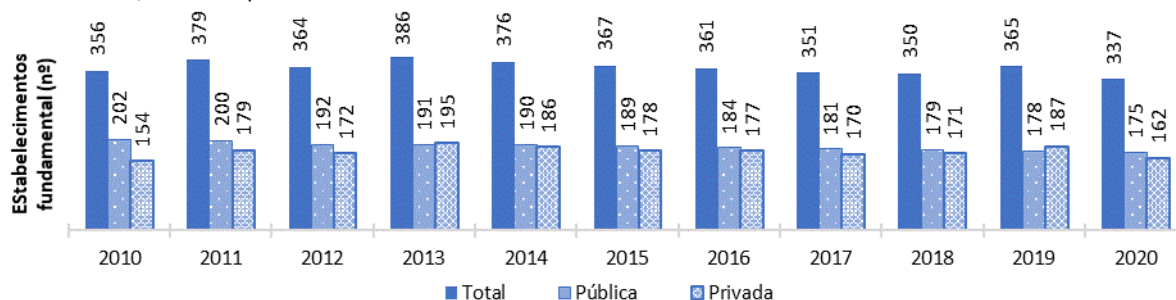
Conforme ilustrado na Figura 35, no período 2010/2020, o número de estabelecimentos do município com oferta de ensino fundamental também reduziu, passando de 356 para 337 (uma queda de 2,5%), especialmente em função da diminuição do número de estabelecimentos da rede pública, que, no mesmo período, passou de 202 para 175 (uma queda de 13,4%). No caso da rede privada, mesmo com variações significativas ao longo do período, entre 2010 e 2020 o número de estabelecimentos com oferta de ensino fundamental aumentou de 154 para 162 (um acréscimo de 5%) (MEC/INEP, 2010 a 2020).

Figura 34: Evolução do número de matrículas no ensino fundamental, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020



Fonte: MEC/INEP (2010 a 2020)

Figura 35: Evolução do número de estabelecimentos com oferta de ensino fundamental, total e por dependência administrativa, do Município de João Pessoa - 2010 a 2020



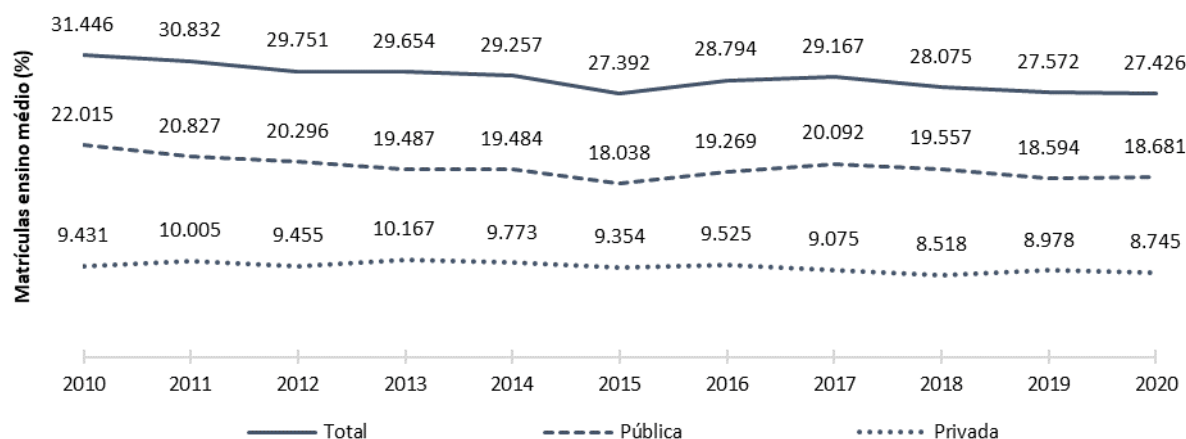
Fonte: MEC/INEP (2010 a 2020)

Quanto à etapa do ensino médio, conforme ilustrado na Figura 36, com maior intensidade do que no caso do ensino fundamental, entre os anos 2010 e 2020 o número de estudantes matriculados em estabelecimentos de João Pessoa com oferta de ensino médio também diminuiu, caindo de 31.446 para 27.426 (uma redução de 12,3%). Nota-se uma queda acentuada no total de matriculados entre 2014 e 2015, que equivaleu a 6,4%, sendo a da rede pública mais significativa, de 7,4%. Mesmo com os incrementos registrados entre 2015 e 2017, entre 2017 e 2020 o número total de matriculados do município voltou a cair, sendo que o total registrado no último ano foi semelhante ao de 2015. No caso da rede pública de ensino, apesar do ligeiro aumento entre 2015 e 2017, no período 2010/2020 o número de estudantes matriculados caiu cerca de 15%, passando de 22.015 para 18.681. Já na rede privada esta redução foi menor, de 7,3%, passando de 9.431 para 8.745 estudantes matriculados. (MEC/INEP, 2010 a 2020)

Conforme ilustrado na Figura 37, mesmo diante da redução no número de matriculados, no período 2010/2020 o número de estabelecimentos do município com oferta

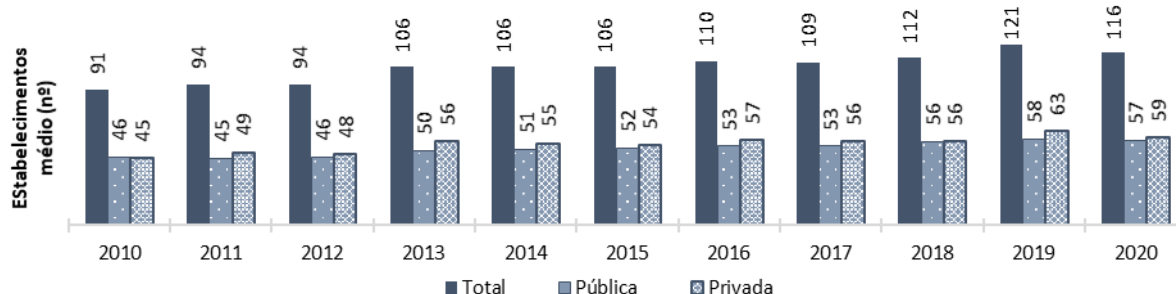
de ensino médio aumentou quase 30%, passando de 91 para 116, sendo que os da rede pública passaram de 46 para 57 (um acréscimo de 23,9%) e os da rede privada de 45 para 59 (um acréscimo de 31,1% (MEC/INEP, 2010 a 2020).

Figura 36: Evolução do número de matrículas no ensino médio, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020



Fonte: MEC/INEP (2010 a 2020)

Figura 37: Evolução do número de estabelecimentos com oferta de ensino médio, total e por dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020



Fonte: MEC/INEP (2010 a 2020)

A análise comparativa entre a evolução das matrículas e do número de estabelecimentos de ensino da capital paraibana aponta para diferentes configurações, tanto entre as etapas de ensino como entre as redes pública e privada. Considerando-se o número médio de alunos por estabelecimento de ensino, conforme detalhado na Tabela 23, a rede pública conta índices superiores aos da rede privada, em especial na etapa da creche. Em relação a esta, ao mesmo tempo que o número de crianças matriculadas em creches da rede pública aumentou cerca de 130% no período 2010/2020, a média de crianças por estabelecimento público cresceu quase 80%, passando de 49 para 88 crianças/estabelecimento. Já na rede privada, ao longo do período analisado, a maior média foi de 32 crianças/estabelecimento, registrada em 2013 (MEC/INEP, 2010 a 2020).

Esta discrepância entre as médias dos estabelecimentos públicos e privados apresenta-se menos acentuada na etapa pré-escolar, sendo que entre 2010 e 2018 as duas redes de ensino registraram médias semelhantes e crescentes. No entanto, nos dois últimos anos analisados, enquanto a média da rede privada caiu de 48 crianças/estabelecimento, em 2018, para 45 em 2019, e para 43 em 2020, a média da rede pública aumentou, respectivamente, de 50, para 55 e para 58 crianças/estabelecimento (MEC/INEP, 2010 a 2020).

No caso do ensino fundamental, apesar da redução e estabilização dos números de matriculados e de estabelecimentos no período analisado, a rede pública de ensino ainda apresenta uma média elevada de estudantes por estabelecimento, que correspondeu a 338 estudantes/estabelecimento em 2020 (uma queda de apenas 5,1% na comparação com 2010). Já a rede privada, apesar do aumento de 17% na média de estudantes por estabelecimento no período 2010/2020, no último ano registrou uma média de 217 estudantes/estabelecimento (MEC/INEP, 2010 a 2020).

No que se refere ao ensino médio, diante da paulatina redução do número de matriculados e do concomitante aumento do número de estabelecimentos no período analisado, as médias de estudantes por estabelecimento reduziram significativamente entre 2010 e 2020, tanto na rede pública como na rede privada de ensino, sendo que ambas registraram quedas de aproximadamente 30%. No entanto, em 2020, ao mesmo tempo que a média da rede privada correspondeu a 148 estudantes/estabelecimento, a média da rede pública foi de 328 estudantes/estabelecimento (MEC/INEP, 2010 a 2020).

Tabela 23: Média de alunos por estabelecimento de ensino, por etapa de ensino e dependência administrativa, do município de João Pessoa - 2010 a 2020

Etapa / Dependência administrativa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2010/ 2020 (%)
Creche												
Total	36	35	36	37	40	43	43	48	50	50	53	44,7
Pública	49	51	52	57	61	65	69	78	81	87	88	78,9
Privada	25	24	25	32	27	29	27	27	28	28	27	9,3
Pré-escola												
Total	40	42	41	44	46	48	48	49	49	49	50	24,7
Pública	42	41	42	43	46	47	48	50	50	55	58	37,7
Privada	39	42	41	44	47	48	48	48	48	45	43	10,7
Ensino fundamental												
Total	282	266	269	256	257	259	268	272	270	263	280	-0,8
Pública	356	343	345	333	322	312	320	328	327	328	338	-5,1
Privada	185	181	185	181	191	203	213	212	209	201	217	17,0
Ensino médio												
Total	346	328	317	280	276	258	262	268	251	228	236	-31,6
Pública	479	463	441	390	382	347	364	379	349	321	328	-31,5
Privada	210	204	197	182	178	173	167	162	152	143	148	-29,3

Fonte: MEC/INEP (2010 a 2020). Calculado por Consórcio PDMJP (2021)

4.2.2 SAÚDE

De acordo com os valores do IDHM, a capital paraibana continua apresentando índice elevado no componente longevidade, o que sugere boas condições de saúde e salubridade locais (PNUD/IPEA/FJP, 2013). No entanto, os valores medianos do IVS Capital Humano do município sinalizam deficiências na área da saúde (IPEA, 2015).

A apreensão dos problemas de saúde enfrentados por uma população é restringida devido ao caráter limitado e difuso das informações. As informações acerca das morbidades são provenientes dos serviços ofertados, sendo que os sistemas de informações não conseguem contemplar a diversidade de serviços disponibilizados pelo próprio Sistema Único de Saúde (SUS), pela rede privada, tão pouco as várias alternativas recorridas pela população para sanar ou minimizar suas enfermidades, tais como as práticas tradicionais.

Ainda assim, a análise das informações sobre morbidade e mortalidade do SUS permite um dimensionamento dos problemas de saúde que afetam a população pessoense usuária do sistema. Vale lembrar que os dados analisados se referem a um contexto anterior à pandemia de Covid-19, cujo fenômeno vem desestabilizando os padrões de mortalidade e adoecimento da população brasileira.

No que se refere ao coeficiente de morbidade hospitalar (número total de internamentos hospitalares por determinado número de habitantes), de acordo com os dados disponibilizados pelo DATASUS/MS (2021), o valor médio de coeficiente registrado entre os anos 2015 e 2019 em João Pessoa foi de 50,8 internamentos/mil habitantes, índice superior ao do conjunto paraibano (46,4 internamentos/mil habitantes). Os dados de internamentos ocorridos no referido período, ilustrados no gráfico da Figura 38, revelam que estão entre as principais causas de internamentos na capital: a gravidez, parto e puerpério (23,5%), as doenças dos aparelhos respiratório (12,4%), digestivo (9%) e circulatório (7,9%), as lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas (9,4%), as neoplasias (tumores) (7,7%) e as doenças infecciosas e parasitárias (7,2%) (DATASUS/MS, 2021).

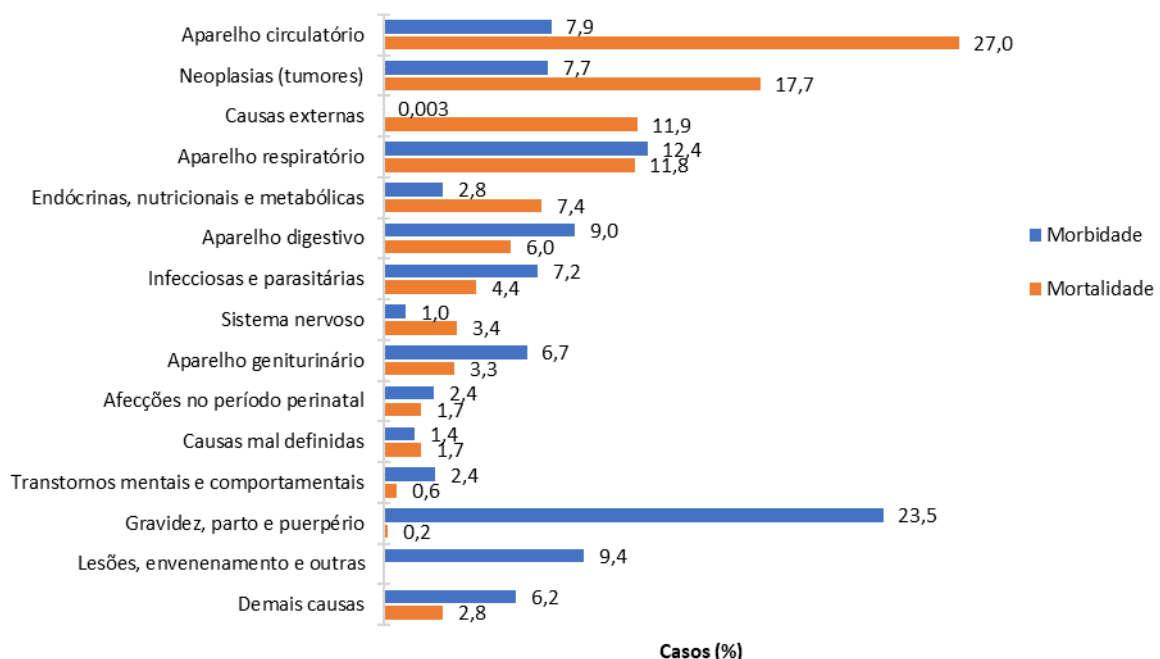
Com relação ao coeficiente de mortalidade (número total de óbitos por determinado número de habitantes), também de acordo com os dados do DATASUS/MS (2021), em João Pessoa o valor médio de coeficiente registrado entre os anos 2015 e 2019 foi de 6,3 óbitos/mil habitantes, índice ligeiramente inferior ao do conjunto estadual (6,8 óbitos/mil habitantes). No que diz respeito às causas que levaram a óbitos neste período, também ilustradas no

gráfico da Figura 38, as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis pelo maior índice da capital, correspondendo a 27% dos óbitos registrados. Em seguida estão os percentuais de óbitos registrados em decorrência das neoplasias (17,7%), das doenças do aparelho circulatório (11,8%) e de causas externas (11,9%).

Vale ressaltar que, geralmente associadas à má alimentação, ao tabagismo e ao consumo excessivo de álcool, as doenças do aparelho circulatório lideram as causas de óbitos no Brasil, dentre as quais predominam acidentes vasculares cerebrais e infartos do miocárdio. Liderando o *ranking* brasileiro, também estão os óbitos decorrentes de causas externas, que consistem principalmente nas mortalidades por acidentes (relacionados ao trânsito, afogamento, envenenamento, quedas ou queimaduras) e violências (agressões/homicídios, suicídios, tentativas de suicídio, abusos físicos, sexuais e psicológicos) (DATASUS/MS, 2021).

Cabe destacar ainda, que no grupo das doenças infecciosas e parasitárias estão inseridas as doenças frequentemente relacionadas à precariedade das condições (ou à falta) de saneamento básico e ao contato com substâncias alergênicas, tóxicas e picadas de insetos (tais como febre tifoide e paratifoide, cólera, leptospirose, leishmanioses, hepatites, tétano, malária, dengue, febre amarela, zika e Chikungunya). Em João Pessoa, as doenças infecciosas e parasitárias foram responsáveis por 4,4% dos óbitos registrados no período analisado (DATASUS/MS, 2021).

Figura 38: Distribuição percentual de casos de morbidade e mortalidade, por grupo de doenças/causas, do município de João Pessoa - 2015/2019



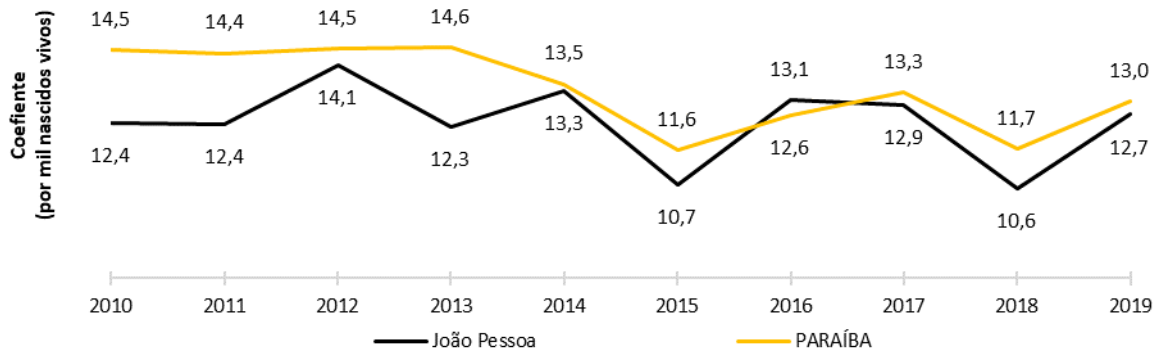
Fonte: DATASUS/MS (2021)

Os coeficientes de mortalidade infantil e materna constituem-se como importantes indicadores da qualidade dos serviços de saúde, saneamento básico e educação de determinada região. O coeficiente de mortalidade infantil (número total de óbitos de crianças com menos de um ano de idade por determinado número de nascidos vivos) sinaliza o risco de uma criança não sobreviver em seu primeiro ano de vida. Por sua vez, o coeficiente de mortalidade materna (número total de óbitos femininos, por causas maternas, por determinado número de nascidos vivos) reflete a qualidade da assistência à saúde da mulher. A redução da mortalidade infantil e materna consta na “Agenda 2030” dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um plano de ação global estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) que define metas para até 2030, dentre as quais estão: reduzir a mortalidade de crianças brasileiras menores de 5 anos para no máximo 8 mortes/mil nascidos vivos e reduzir a mortalidade materna brasileira para no máximo 30 mortes/cem mil nascidos vivos (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

Conforme apresentado nos gráficos da Figura 39 e da Figura 40, entre os anos 2010 e 2019, a capital e o estado paraibano registraram oscilação e valores desfavoráveis nos dois indicadores. Ainda assim, na comparação com o conjunto estadual, o município registrou valores menos críticos no período, e mais próximos das metas da Agenda 2030. Em João Pessoa, os valores do coeficiente de mortalidade infantil (de até um ano) variaram entre 10,6 e 14,1 óbitos/mil nascidos vivos no período. Já os valores do coeficiente de mortalidade materna do município tiveram maior oscilação, chegando a 95,2 óbitos/cem mil nascidos vivos em 2013 (DATASUS/MS, 2021).

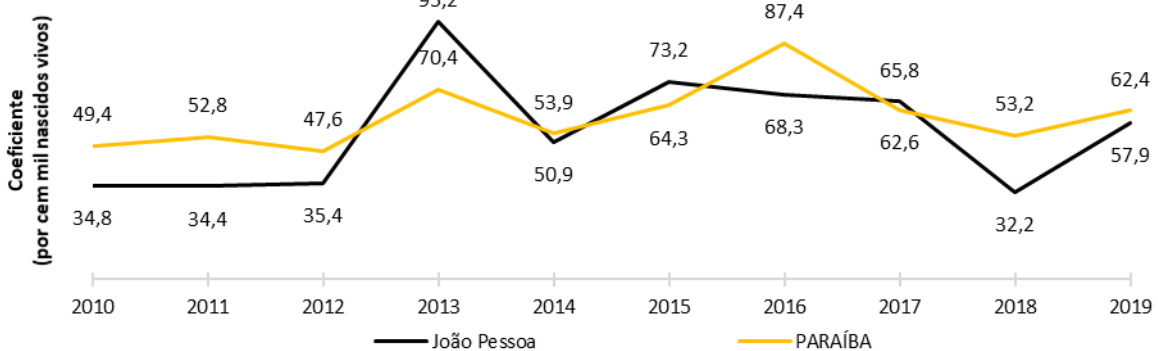
Quanto à mortalidade materna, conforme destacado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2021), as gestantes e puérperas têm sido o grupo de grande preocupação no Brasil diante da pandemia, uma vez que a gestação apresenta um risco aumentado para doenças com as características de Covid-19 e, ainda, para a evolução de casos mais graves da doença. Fortemente marcada pelo acesso e disponibilidade de recursos assistenciais (pré-natal, parto e puerpério), a mortalidade materna têm aumentado expressivamente no país, sendo que os óbitos de gestantes puérperas registrados entre janeiro e maio de 2021 já haviam superado o total de óbitos de 2020 (FIOCRUZ, 2021).

Figura 39: Evolução do coeficiente de mortalidade infantil (de até um ano) do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010 a 2019



Fonte: DATASUS/MS (2021)

Figura 40: Evolução do coeficiente de mortalidade materna do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010 a 2019



Fonte: DATASUS/MS (2021)

As taxas de cobertura do programa Estratégia de Saúde da Família constituem-se como importantes indicadores da capacidade municipal de atendimento da rede de Atenção Primária à Saúde, que configura o primeiro nível de atenção em saúde do Brasil¹¹ (SAPS/MS, 2021c).

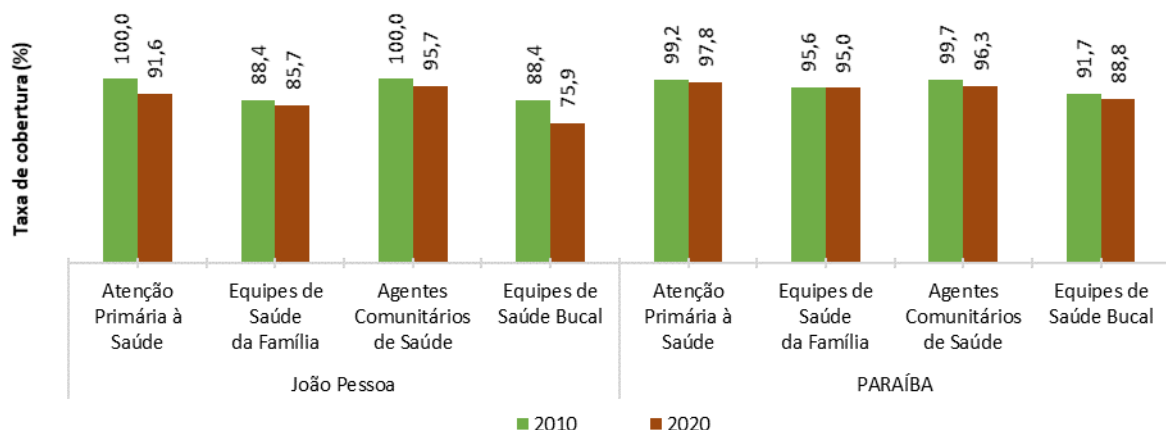
Compondo a Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2017), a Estratégia Saúde da Família se apresenta como base prioritária de estruturação do sistema de saúde brasileiro, sendo suas ações operacionalizadas pelas Equipes de Saúde da Família. Segundo os parâmetros do Ministério da Saúde, multiprofissionais, estas equipes devem ser compostas por, no mínimo: médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade; enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família; auxiliar ou técnico

¹¹ De acordo com a Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (SAPS/MS), com o objetivo é desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades, a Atenção Primária se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde. (SAPS/MS, 2021c).

de enfermagem; e Agentes Comunitários de Saúde, os quais atuam principalmente nas unidades básicas e por meio de visitas domiciliares nos territórios de suas responsabilidades. Também podem ser integradas na estratégia as Equipes de Saúde Bucal, compostas por cirurgião-dentista generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar e/ou técnico em saúde bucal. Em relação à cobertura de atendimento, a quantidade de equipes e agentes é definida de acordo com base populacional (critérios demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos), no entanto, cada Equipe de Saúde da Família deve ser responsável por, no máximo, 4 mil habitantes (sendo a média recomendada de 3 mil habitantes), e cada Agente Comunitário de Saúde por, no máximo, 750 habitantes. (BRASIL, 2017; SAPS/MS, 2021b)

De acordo com os dados estimados pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (SAPS/MS, 2021a), apresentados no gráfico da Figura 41, tal como o conjunto paraibano, João Pessoa apresentou reduções das taxas de cobertura da rede de Atenção Primária à Saúde entre os levantamentos de 2010 e 2020. Com índices inferiores aos do conjunto do estado, no último ano analisado o município registrou *déficits* de cobertura pela rede de Atenção Primária à Saúde, em especial pela Estratégia de Saúde da Família. Em 2020, as taxas de cobertura por Equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde da capital corresponderam, respectivamente, a 85,7% e a 95,7%. Já as Equipes de Saúde Bucal cobriram cerca de 75% da população pessoense (SAPS/MS, 2021a).

Figura 41: Evolução das taxas de cobertura populacional pela rede de Atenção Primária à Saúde e por equipes e agentes da Estratégia Saúde da Família, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010, 2020



Fonte: SAPS/MS (2021a)

Outros indicadores relevantes para mensurar a capacidade de atendimento à saúde pública são os que medem a relação entre a oferta e a população residente em determinado

território, como a razão de leitos hospitalares e as razões de profissionais, especialmente de médicos. Além de possibilitar a avaliação de variações geográficas e temporais, indicando situações de desigualdade e tendências que demandem ações específicas, a análise destes indicadores de assistência médica (e hospitalar) contribui para dimensionar a capacidade de atendimento nos níveis de Atenção Secundária e Terciária à Saúde, que abrangem os atendimentos ambulatorial e hospitalar de alta e média complexidade (SAES/MS, 2021).

Conforme ilustrado no gráfico da

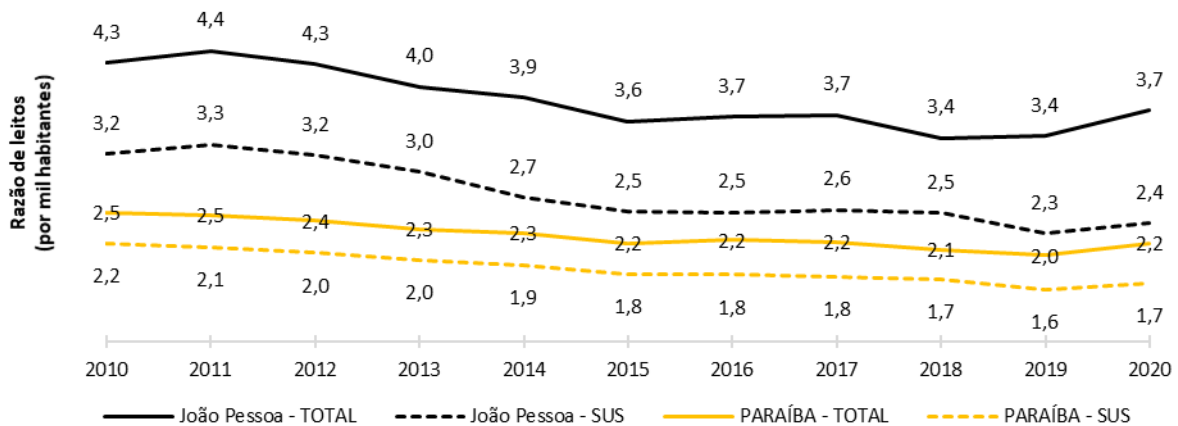
Figura 42, a capital e o Estado paraibano registraram redução da razão de leitos hospitalares – tanto do total de leitos como dos leitos com atendimento no SUS – entre os anos 2010 e 2019, e, em 2020, um acréscimo na comparação com o ano anterior (aumento provavelmente em decorrência da implantação de novos leitos para tratamento de pacientes com Covid-19). Ainda assim, na comparação com o conjunto estadual, João Pessoa registrou valores mais elevados ao longo do período: enquanto no município a razão de leitos total figurou entre 3,4 e 4,4 leitos/mil habitantes e a razão de leitos SUS entre 2,3 e 3,3 leitos/mil habitantes, no conjunto estadual os índices oscilaram, respectivamente, entre 2,0 e 2,5 leitos/mil habitantes e entre 1,6 e 2,2 leitos/mil habitantes. Não obstante, conforme será discutido em item específico deste Relatório (capítulo 9.1.2), vale ressaltar que a rede hospitalar de João Pessoa é composta por equipamentos de referência regional e estadual e, portanto, atende populações de outros municípios, o que acaba sobrecarregando os serviços (DATASUS/MS, 2021; CNES/MS, 2021).

No período analisado, os índices dos leitos SUS da capital superaram os índices dos leitos totais do conjunto paraibano. Tendo em vista a população atendida, na comparação com o conjunto estadual, em João Pessoa nota-se uma menor e decrescente participação relativa dos leitos SUS no total de leitos do município: esta participação, que correspondia a 75% em 2010, caiu para aproximadamente 65% em 2020 (DATASUS/MS, 2021).

Em relação à quantidade ideal de leitos hospitalares, cabe ressaltar que, em 2002, por meio da Portaria Nº 1.101/2002, o Ministério da Saúde estabeleceu como parâmetro 2,5 a 3 leitos hospitalares para cada mil habitantes (BRASIL, 2002). No entanto, passados mais de uma década, em 2015, por meio da nova e vigente Portaria Nº 1.631/2015, o Ministério da Saúde redefiniu, dentre outros, os parâmetros para leitos e internações. Diante de fatores como redução das taxas de natalidade e aumento da proporcionalidade de idosos (que reconfiguraram as demandas por cada tipo de leito), a nova Portaria definiu que a necessidade de leitos de uma

dada população deve ser calculada, primeiramente, com base na necessidade de internações esperadas para cada especialidade (clínica médica, cirúrgica, obstetrícia, pediatria, outras especialidades e Hospital Dia), considerando-se diversas variáveis: população de referência, taxa de internação esperada, taxa de recusa esperada (fila), tempo médio de permanência esperado e taxa de ocupação esperada dos hospitais (segundo o porte hospitalar) (BRASIL, 2015b).

Figura 42: Evolução da razão de leitos hospitalares, total e com atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010 a 2020



Fonte: DATASUS/MS (2021). Calculado por Consórcio PDMJP (2021)

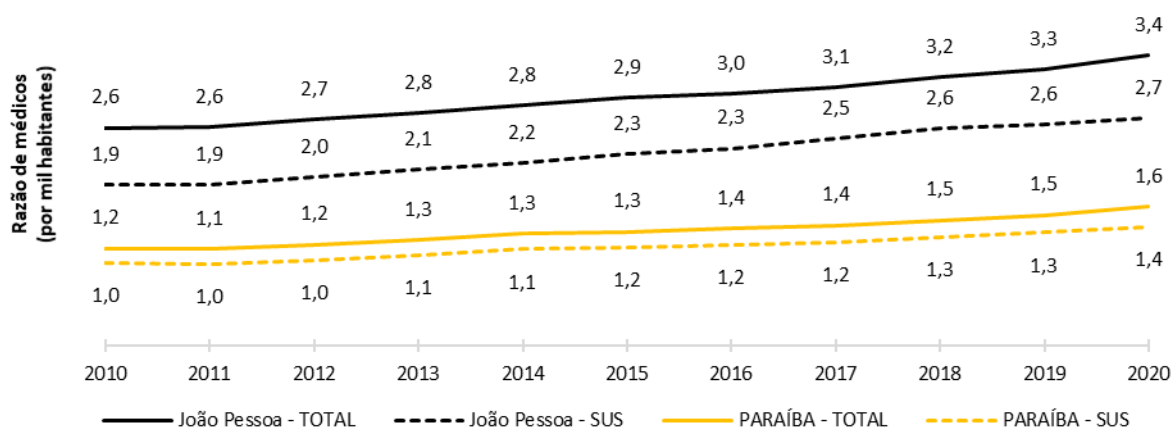
No que se refere à disponibilidade de médicos, conforme ilustrado no gráfico da Figura 43, ao contrário do caso anterior, no período 2010/2020, a capital e o estado paraibano registraram aumento constante da razão de médicos, tanto do total de profissionais como de profissionais com atendimento no SUS. E, nestes indicadores, na comparação com o conjunto estadual, João Pessoa também registrou razões superiores, assim como menores participações relativas dos médicos disponibilizados pelo SUS no total destes profissionais do município (DATASUS/MS, 2021).

Na capital paraibana, a razão de médicos total e a razão de médicos SUS, que corresponderam, respectivamente, a 2,6 e a 1,9 médicos/mil habitantes em 2010, subiram para 3,4 e 2,7 médicos/mil habitantes em 2020. Destaca-se que, embora inferiores às registradas pelo conjunto paraibano, as participações relativas de médicos SUS no total de médicos da capital aumentaram ao longo do período 2010/2019, subindo de 73,7% para 80% (DATASUS/MS, 2021).

Sobre a quantidade ideal de médicos, em 2013, no âmbito do Programa Mais Médicos, o Governo Federal teve como meta a expansão da razão de médicos do Brasil, que naquele

ano era de 1,8 médico/mil habitantes, para atingir a marca de 2,7 médicos/mil habitantes em 2026. Tendo em vista a inexistência de parâmetro específico reconhecido e validado internacionalmente e que a média brasileira estava abaixo de outros países – inclusive da média dos países da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE)¹², que era de 3,2 médicos/mil habitantes –, a meta estabelecida no Programa teve como referência a razão de médicos do Reino Unido, cujo país conta com o mesmo modelo assistencial do Brasil (sistema de saúde público de caráter universal orientado pela Atenção Primária) (SGTES/MS, 2015).

Figura 43: Evolução da razão de médicos, total e com atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010 a 2020



Fonte: DATASUS/MS (2021). Calculado por Consórcio PDMJP (2021)

4.2.3 RENDA

Na área da renda, a capital paraibana apresenta um IDHM de alto desenvolvimento e um IVS de baixa vulnerabilidade (PNUD/IPEA/FJP, 2013; IPEA, 2015). Não obstante, a análise de outros indicadores aponta para um cenário de concentração e desigualdade de renda, com significativo contingente de pessoas em situações de vulnerabilidade, o que sinaliza demandas socioassistenciais.

Os indicadores de renda da capital e do estado paraibano evidenciam uma situação historicamente existente no Brasil, que é a elevada concentração de renda. Uma das medidas de desigualdade comumente utilizadas é o índice de Gini, que relaciona a quantidade de

¹² A OCDE constitui um foro composto atualmente por 38 países membros e 5 países considerados parceiros estratégicos (incluindo o Brasil), dedicado à promoção de padrões internacionais em questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais (OCDE, 2021).

indivíduos classificados como 20% mais pobres com a quantidade de indivíduos classificados como 20% mais ricos. Desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, o índice apresenta um valor que varia entre zero e um, sendo que o zero representa uma situação de igualdade plena, em que a renda é distribuída na mesma proporção para todos os domicílios, e, ao contrário, o valor um representa uma situação de extrema desigualdade, na qual a renda domiciliar per capita é totalmente apropriada por uma única pessoa. Conforme apresentado na Tabela 24, de acordo com os levantamentos do último Censo Demográfico e, mais recentemente, da PNAD, tal como observado no conjunto paraibano, apesar da redução na última década, o índice de Gini de João Pessoa continua elevado e acima da média estadual. Em 2019, enquanto o índice do estado equivaleu a 0,559, no município foi de 0,592 (IBGE, 2010, 2019b).

O nível de concentração de renda fica mais evidente quando analisados os valores de renda domiciliar *per capita* e a apropriação por grupos de renda. No período 2010/2019, João Pessoa registrou um incremento real da renda média *per capita* de 76%, passando de R\$ 964,82 (pouco menos de um salário mínimo) para R\$ 1.698,46 (mais de um salário mínimo e meio), mantendo um valor bem acima da média do estado, que equivaleu a R\$ 908,68 em 2019. Ainda assim, a diferença de rendimento médio entre os grupos mais pobres e os mais ricos da capital paraibana permaneceu expressiva: em 2019, enquanto a renda média do grupo dos 10% mais ricos correspondeu a R\$ 7.943,89 (quase 8 salários mínimos), a do grupo dos 40% mais pobres foi de R\$ 352,56 (cerca de 1/3 do salário mínimo) e a do grupo dos 20% mais pobres de apenas R\$ 207,70 (cerca de 1/5 do salário mínimo). Considerando-se apenas os grupos dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres, o rendimento médio do primeiro grupo foi 22,5 vezes maior que o do segundo. Esta razão de renda figurou acima da (também elevada) razão registrada no conjunto estadual, que equivaleu a 18,8 (IBGE, 2010, 2019b).

Tabela 24: Índice de Gini, renda domiciliar *per capita* e razão de renda de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010, 2019

Indicador	João Pessoa			PARAÍBA			
	2010	2019	Variação 2010/2019	2010	2019	Variação 2010/2019	
Índice de Gini	0,620	0,592	-0,028	0,610	0,559	-0,051	
Renda domiciliar per capita (R\$) ⁽¹⁾	Total	964,82	1.698,46	76,0%	474,94	908,68	91,3%
	20% mais pobres	122,35	207,70	69,8%	51,98	118,87	128,7%
	40% mais pobres	262,23	352,56	34,4%	145,48	215,26	48,0%
	20% mais ricos	3.210,60	5.416,67	68,7%	1.546,19	2.711,60	75,4%
	10% mais ricos	4.879,21	7.943,89	62,8%	2.386,40	4.036,28	69,1%

Indicador	João Pessoa			PARAÍBA		
	2010	2019	Varição 2010/2019	2010	2019	Varição 2010/2019
Razão renda 10% mais ricos / 40% mais pobres	18,6	22,5	3,9	16,4	18,8	2,3

Nota: Valores de 2010 deflacionados para 2019, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

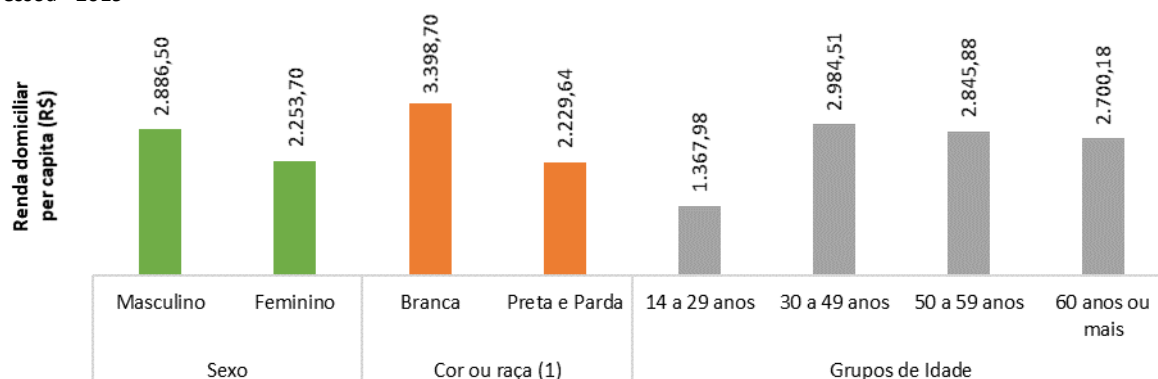
Fonte: IBGE (2010, 2019b; IPEA, 2021)

Da mesma forma que historicamente ocorre na sociedade brasileira, e nos diversos âmbitos sociais, econômicos e culturais, as desigualdades de gênero, cor/raça e grupos de idade se manifestam na composição e distribuição da renda de João Pessoa. De acordo com os dados da PNAD (IBGE, 2019b), ilustrados no gráfico da Figura 44, em 2019, a diferença da renda média entre as populações masculina e feminina da capital correspondeu a 21,9%: enquanto a renda média dos homens equivaleu a R\$ 2.886,50, a das mulheres foi de R\$ 2.253,70.

Esta assimetria é ainda mais expressiva entre as populações brancas e pardas ou pretas. Em João Pessoa – que, no último levantamento censitário, contava com 44,8% de sua população autodeclarada branca e 53,6% autodeclarada parda ou preta (IBGE, 2010) –, a diferença dos rendimentos chegou a quase 35% em 2019: a renda média dos brancos foi de R\$ 3.398,70, enquanto a dos pardos e pretos equivaleu a R\$ 2.229,64 (IBGE, 2019b).

Considerando-se os grupos de idade, os menores rendimentos são observados nas populações mais jovens. Na capital paraibana, em 2019 a renda média do grupo com idade entre 14 e 29 anos foi de R\$ 1.367,98, menos da metade dos rendimentos registrados nos grupos com maior idade (IBGE, 2019b).

Figura 44: Renda domiciliar *per capita*, por sexo, autodeclaração de cor ou raça e grupos de idade, do município de João Pessoa - 2019



Nota: (1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Fonte: IBGE (2019b)

O contingente de população em situação de vulnerabilidade econômica pode ser dimensionado com base nas informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que se consolidou como o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, sendo utilizado para seleção e inclusão de beneficiários em programas sociais, em especial no programa Bolsa Família¹³ (BRASIL, 2007; SAGI/MC, 2021).

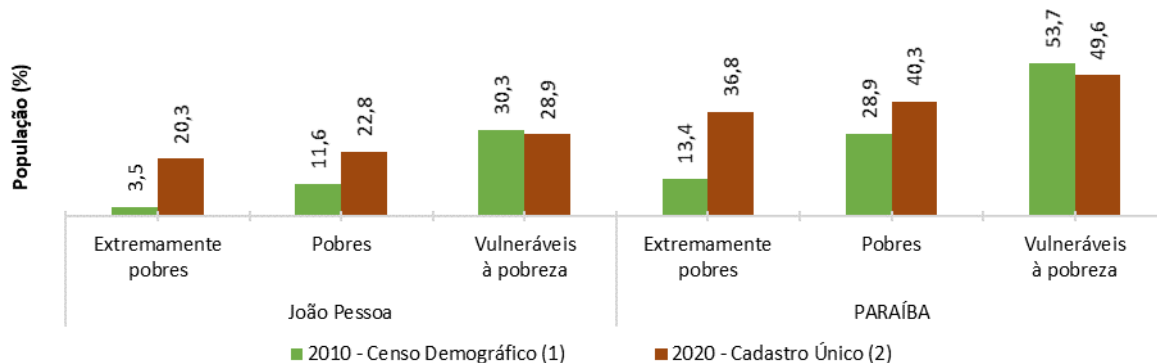
Considerando-se a classificação apresentada no “Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil” (PNUD/IPEA/FJP, 2013) e considerada no Cadastro Único (SAGI/MC, 2021), tem-se três grupos de populações em situação de vulnerabilidade de renda (de acordo com os valores vigentes): (i) extremamente pobres, os indivíduos com renda média domiciliar mensal de até R\$ 89,00; (ii) pobres, os indivíduos com renda média domiciliar mensal de até R\$ 178,00 (incluindo o grupo anterior); e (iii) vulneráveis à pobreza, os indivíduos com renda média domiciliar mensal de até meio salário mínimo (incluindo os grupos anteriores).

Conforme ilustrado no gráfico da Figura 45, de acordo com o cruzamento das informações do Cadastro Único (setembro de 2020) e das estimativas populacionais do IBGE para 2020, a capital e o Estado paraibano registraram aumento expressivo da participação relativa das populações pobres e extremamente pobres desde o último levantamento censitário. Mesmo revelando um cenário menos crítico comparado ao do conjunto estadual, em 2020 João Pessoa contava com cerca de 20% dos munícipes em situação de extrema pobreza. (PNUD/IPEA/FJP, 2013; IBGE, 2020b; SAGI/MC, 2021)

Tendo em vista que as informações analisadas do Cadastro Único são relativas ao mês de setembro de 2020, pode-se inferir que este cenário reflete, entre outros fenômenos, os primeiros efeitos da pandemia de Covid-19.

¹³ O programa Bolsa Família foi criado em 2004, por meio da Lei Federal Nº 10.836/2004, posteriormente integrando Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal, instituído pelo Decreto Federal Nº 7.492/2011, tendo por objetivo superar a extrema pobreza do país baseando-se na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2004, 2011a). A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania estima as famílias pobres com perfil de atendimento para o programa Bolsa Família a partir dos dados do Censo Demográfico do 2010, considerando tanto a renda familiar de até R\$ 178,00 por pessoa quanto um coeficiente de volatilidade de renda (BRASIL, 2007; SAGI/MC, 2021).

Figura 45: Evolução da participação relativa da população de baixa renda em relação à população total, por classificação de grupos de renda, do município de João Pessoa e do estado da Paraíba - 2010, 2020

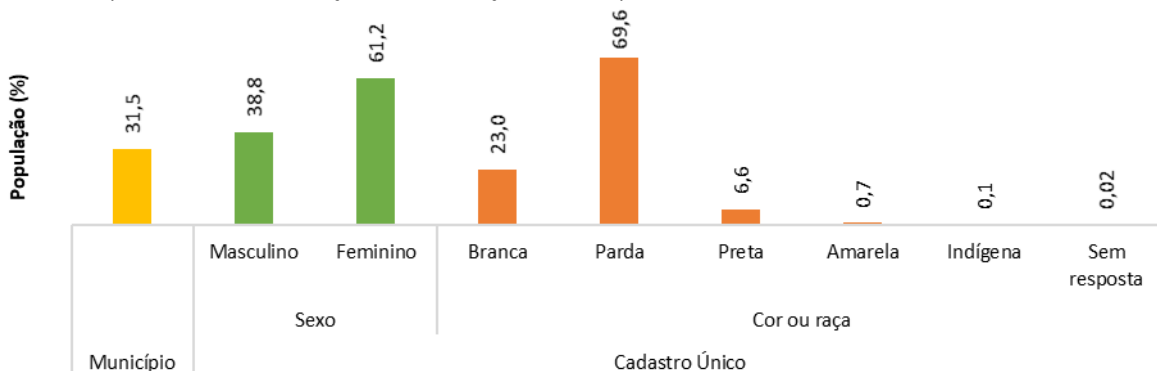


Nota: (1) Calculado por PNUD/IPEA/FJP; (2) Calculado pelo Consórcio PDMJP, com base nos dados de setembro/2020 do Cadastro Único (SAGI/MC) e nas estimativas populacionais do IBGE
 Fonte: PNUD/IPEA/FJP (2013); IBGE (2020b); SAGI/MC (2021)

De acordo com os dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania (SAGI/MC, 2021), no mês de setembro de 2020, João Pessoa contabilizou 105.520 famílias inscritas no Cadastro Único, somando 257.754 pessoas, o que corresponde a mais de 30% da população pessoense estimada para 2020 (IBGE, 2020b).

Os dados do Cadastro Único também expõem o cenário brasileiro marcado pelas desigualdades de gênero e cor/raça. Conforme ilustrado na Figura 46, na capital paraibana, do total de inscritos em setembro de 2020, aproximadamente 60% eram mulheres e cerca de 75% pessoas (autodeclaradas) pardas ou pretas (SAGI/MC, 2021).

Figura 46: Percentual estimado da população residente inscrita no Cadastro Único e participação relativa em relação ao total de inscritos, por sexo e autodeclaração de cor ou raça, do município de João Pessoa - 2020



Fonte: IBGE (2020b); SAGI/MC (2021)

Tendo como premissa um planejamento voltado às especificidades e demandas locais, faz-se necessário verificar as diferentes condições socioeconômicas presentes no território municipal, buscando identificar, principalmente, as áreas de maior vulnerabilidade e risco social. Neste sentido, considerando as latentes desigualdades de renda e de cor/raça, as

informações acerca destas temáticas constituem-se como importantes subsídios para apreensão das especificidades dos bairros de João Pessoa.

A Tabela 25 apresenta os dados do último levantamento censitário (IBGE, 2010), relativos à renda média domiciliar e aos percentuais de domicílios com baixa e elevada renda e de populações autodeclaradas brancas e pardas ou pretas, dos bairros do município e as compilações por Região de Participação Popular (JOÃO PESSOA, 2021a). Estes dados revelam importantes discrepâncias entre as condições socioeconômicas locais.

Em 2010, na zona leste, as 1ª e 2ª Regiões despontaram com grande parte de seus bairros apresentando rendimentos médios equivalentes, pelo menos, ao dobro da renda média municipal (que correspondeu a R\$ 2.613,92), contando com elevados percentuais de domicílios com renda média superior a cinco salários mínimos, bem como de população autodeclarada branca. Nestas Regiões, as exceções são os bairros São José e Penha (respectivamente, das 1ª e 2ª Regiões), em especial o primeiro, que registrou a menor renda média domiciliar entre os bairros do município (R\$ 660,43), e uns dos maiores percentuais de população autodeclarada parda ou preta (68,4%) e de domicílios com renda de até meio salário mínimo (67,6%) (IBGE, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a).

As 13ª e 14ª Regiões também se destacaram pelos elevados rendimentos médios apresentados por seus bairros, sendo que a 13ª contava com elevados percentuais de domicílios com renda média acima de cinco salários mínimos (IBGE, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a).

Por outro lado, na extrema zona sul, as 6ª e 12ª Regiões sobressaíram pela alta vulnerabilidade de renda. Grande parte de seus bairros registraram os menores rendimentos médios, sendo que todos contavam com rendas médias domiciliares inferiores a R\$ 1.200,00. Além de elevados percentuais de população autodeclarada parda ou preta, os bairros destas regiões apresentavam mais da metade dos domicílios com renda média inferior a meio salário mínimo (IBGE, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a).

As 4ª e 9ª Regiões também sobressaíram pela vulnerabilidade de renda, com seus bairros apresentando rendimentos médios domiciliares abaixo da média do município, sendo que grande parte contava com mais da metade dos domicílios com renda média inferior a meio salário mínimo (IBGE, 2010; JOÃO PESSOA, 2021a).

Tabela 25: Renda média domiciliar, domicílios total e percentual com renda média de até meio salário mínimo e de acima de cinco salários mínimos, população total e percentual por autodeclaração de cor ou raça branca e parda/preta, por Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa - 2010

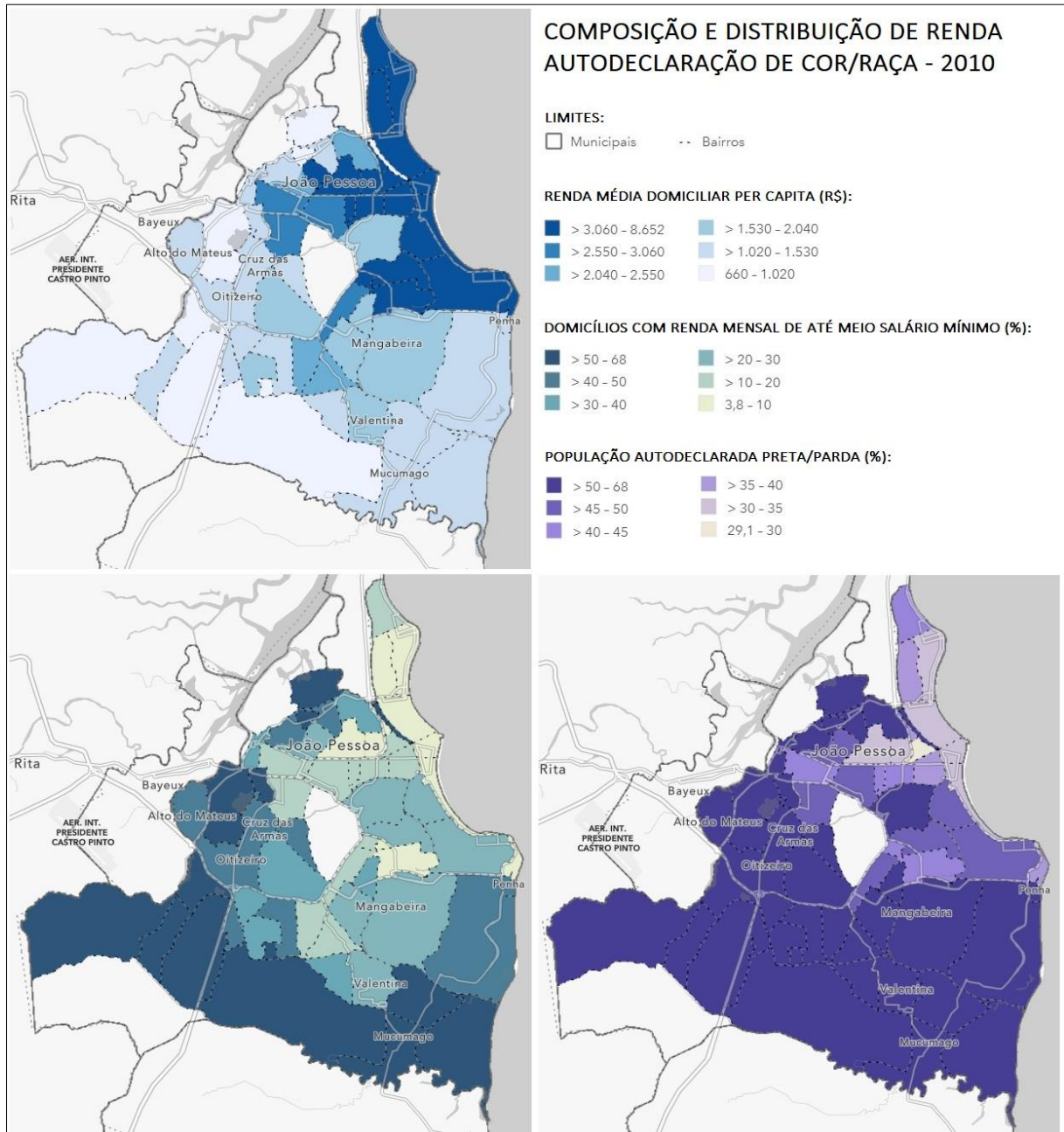
Unidade	Renda média domiciliar (R\$)	Domicílios			População		
		Total (nº)	Renda média (% unidade)		Total (habitantes)	Autodeclaração cor ou raça (% unidade)	
			< 1/2 sm	> 5 sm		Branca	Parda/preta
1ª REGIÃO	-	24.788	12,3	29,7	76.904	61,5	37,1
Aeroclube	5.419,25	3.205	4,5	23,9	9.649	63,1	35,4
Bessa	4.732,95	4.235	11,2	19,9	13.096	57,7	40,8
Brisamar	6.871,95	1.324	11,9	31,9	4.268	70,1	29,1
Jardim Oceania	7.062,24	4.978	4,2	35,3	15.283	68,5	30,1
João Agripino	5.502,69	345	10,1	19,1	1.161	59,9	38,8
Manaira	7.620,48	8.567	6,8	41,0	26.369	65,9	32,8
São José	660,43	2.134	67,6	0,0	7.078	30,3	68,4
2ª REGIÃO	-	9.033	12,0	37,0	28.684	61,0	37,5
Altiplano Cabo Branco	5.032,20	1.448	21,6	17,7	5.233	52,8	45,8
Cabo Branco	8.652,35	2.649	4,7	50,1	7.906	68,4	30,1
Penha	1.401,20	205	47,8	1,0	772	32,8	64,4
Ponta do Seixas	6.621,63	128	6,3	37,5	474	58,2	39,0
Portal do Sol	5.268,96	1.136	25,6	18,9	4.136	51,1	47,6
Tambaú	7.865,29	3.467	7,2	43,1	10.163	65,7	32,8
3ª REGIÃO	-	24.200	30,3	0,9	84.329	40,7	57,2
Costa do Sol	1.070,09	2.307	46,8	0,3	8.341	35,5	62,7
Mangabeira	1.610,07	21.893	28,6	1,0	75.988	41,3	56,6
4ª REGIÃO	-	13.576	38,9	0,8	47.684	40,3	57,5
Barra de Gramame	1.110,49	91	57,1	2,2	347	45,0	53,9
Muçumagro	1.032,08	1.732	55,5	0,6	6.276	34,2	64,1
Paratibe	1.037,40	3.608	50,5	0,5	12.396	35,8	61,7
Planalto da Boa Esperança	1.352,52	1.858	37,1	0,9	6.213	37,7	60,2
Valentina	1.763,11	6.287	28,0	1,0	22.452	45,1	52,7
5ª REGIÃO	-	29.992	32,0	1,8	102.063	40,8	57,4
Água Fria	2.626,45	2.220	12,4	7,0	6.269	51,4	47,0
Cidade dos Colibris	1.693,56	1.184	34,7	2,3	4.095	36,4	62,8
Costa e Silva	1.151,89	2.336	46,6	0,4	8.208	34,8	63,8
Cuiá	2.286,22	2.077	17,8	2,6	6.944	44,1	52,4
Ernani Sátiro	1.406,69	2.472	35,4	0,4	8.641	36,3	62,1
Ernesto Geisel	2.138,99	4.273	16,4	2,4	14.184	47,0	51,3
Funcionários	1.531,59	4.508	36,6	0,9	15.848	41,0	57,6
Grotão	960,00	1.711	56,0	0,1	6.159	31,5	65,9
João Paulo II	1.454,56	4.529	41,6	1,2	15.446	36,4	62,2
José Américo	1.932,39	4.682	29,7	2,0	16.269	44,0	54,1
6ª REGIÃO	-	8.838	55,3	0,3	31.337	34,9	63,4
Distrito Industrial	901,86	507	61,7	0,4	1.887	32,9	66,3
Indústrias	1.139,17	2.430	50,5	0,4	8.712	38,4	59,1
Jardim Veneza	919,92	3.671	57,5	0,3	12.812	36,1	62,8
Mumbaba	940,49	2.230	55,2	0,3	7.926	29,5	68,4
Mussurú	-	-	-	0,0	-	-	-
7ª REGIÃO	-	19.672	36,6	3,2	69.162	41,0	57,3
Cristo Redentor	1.926,09	10.623	38,5	3,0	37.538	40,2	57,7
Jaguaribe	2.786,95	4.348	18,0	6,3	14.651	49,1	49,3
Varjão	1.191,51	4.701	49,4	0,7	16.973	35,6	63,3
8ª REGIÃO	-	15.698	46,4	0,5	54.674	36,4	62,1
Cruz das Armas	1.285,15	7.350	43,8	0,8	25.549	36,1	62,4
Oitizeiro	1.103,95	8.348	48,6	0,3	29.125	36,7	61,8
9ª REGIÃO	-	10.028	53,0	0,8	34.982	35,2	62,8
Alto do Mateus	1.144,32	4.608	50,0	0,5	16.281	34,7	63,5
Ilha do Bispo	729,98	2.242	68,3	0,2	7.986	30,1	67,8
Trincheiras	1.301,24	2.051	50,2	2,0	6.995	38,2	60,0
Varadouro	1.233,11	1.127	39,8	1,0	3.720	43,1	54,5

Unidade	Renda média domiciliar (R\$)	Domicílios			População		
		Total (nº)	Renda média (% unidade)		Total (habitantes)	Autodeclaração cor ou raça (% unidade)	
			< 1/2 sm	> 5 sm		Branca	Parda/preta
10ª REGIÃO	-	5.859	31,3	4,7	20.682	45,6	52,6
Roger	1.457,69	2.871	41,9	1,8	10.381	40,2	57,7
Tambiá	2.482,41	773	21,6	6,1	2.541	52,9	46,1
Treze de Maio	3.124,22	2.215	20,8	7,9	7.760	50,4	47,8
11ª REGIÃO	-	16.241	39,9	6,7	56.053	41,5	56,1
Alto do Céu	878,41	4.643	61,9	0,3	16.557	30,4	67,5
Estados	6.773,86	2.133	3,9	29,6	7.458	66,5	32,3
Ipês	2.274,22	2.732	31,9	5,0	9.121	44,3	53,5
Mandacarú	1.334,90	3.744	42,7	1,5	12.593	37,4	58,1
Padre Zé	1.005,42	1.956	50,7	0,3	6.964	33,0	64,9
Pedro Gondim	5.682,95	1.033	5,5	23,0	3.360	65,7	33,7
12ª REGIÃO	-	6.943	55,4	0,4	24.829	37,9	59,9
Gramame	988,63	6.943	55,4	0,4	24.829	37,9	59,9
13ª REGIÃO	-	11.263	16,0	16,8	36.894	54,6	44,0
Centro	2.869,04	1.184	18,1	11,3	3.644	55,7	42,8
Expedicionários	4.099,64	1.112	13,8	16,1	3.625	57,4	40,7
Miramar	6.595,55	2.807	15,9	30,3	9.500	61,1	38,3
Tambauzinho	6.511,23	1.506	12,0	25,0	4.932	57,2	41,6
Torre	2.877,08	4.654	17,4	7,6	15.193	48,7	49,3
14ª REGIÃO	-	15.843	16,0	8,2	50.642	50,2	47,6
Anatólia	3.996,00	387	6,7	14,2	1.162	53,0	46,7
Bancários	3.323,79	3.596	21,5	9,9	11.863	49,6	48,6
Castelo Branco	2.017,03	3.283	28,2	2,9	11.642	44,4	53,6
Jardim Cidade Universitária	3.378,92	6.979	9,2	9,1	21.425	52,7	45,0
Jardim São Paulo	3.174,86	1.598	10,7	9,4	4.550	53,6	42,6
JOÃO PESSOA	2.613,92	213.256	32,0	8,0	723.515	44,3	53,9

Fonte: IBGE (2010), JOÃO PESSOA (2021a)

A Figura 47 ilustra a renda média domiciliar, o percentual de domicílios com renda média de até meio salário mínimo e o percentual da população por autodeclaração de cor ou raça parda/preta dos bairros da capital paraibana.

Figura 47: Renda média domiciliar, percentual de domicílios com renda média de até meio salário mínimo e percentual da população por autodeclaração de cor ou raça parda/preta, dos bairros do município de João Pessoa - 2010



Fonte: IBGE (2010), JOÃO PESSOA (2021a)

4.2.4 SEGURANÇA

Para a compreensão das condições de segurança pública e bem-estar da população, pode-se tomar como ponto de partida os fenômenos de criminalidade e vitimização. Neste sentido, uma das formas de mensurar a magnitude destes fenômenos é por meio da análise dos coeficientes de criminalidade (relação entre o número total de ocorrências e uma

determinada população), tendo como referências índices de outras unidades geográficas com características semelhantes (tamanho da população, por exemplo).

Deste modo, para a análise dos indicadores de João Pessoa, foram utilizados como valores de referência as médias do conjunto de capitais brasileiras. Os dados observados são provenientes das compilações realizadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresentadas nos “Anuários Brasileiros de Segurança Pública”, pautadas em informações fornecidas pelas Secretarias de Segurança Pública Estaduais, pelo Tesouro Nacional, pelas Polícias Cíveis, Militares e Federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública (FBSP, 2020).

Conforme ilustrado na Figura 48, comparado às médias das capitais brasileiras, João Pessoa apresenta índices expressivos de criminalidade e violência. No que diz respeito aos crimes violentos letais intencionais (CVLI), entre os anos 2014 e 2019, o município registrou uma média de 42,6 ocorrências por/cem mil habitantes, índice bem acima da (também elevada) média das capitais brasileiras (28,3 ocorrências/cem mil habitantes). Tal como no contexto nacional, em João Pessoa o crime de homicídio doloso lidera o grupo de CVLI: no período analisado, a média de casos registrados no município foi de 42,1 ocorrências/cem mil habitantes, índice também superior ao do conjunto das capitais (26,3 ocorrências/cem mil habitantes) (FSPBP, 2015 a 2020).

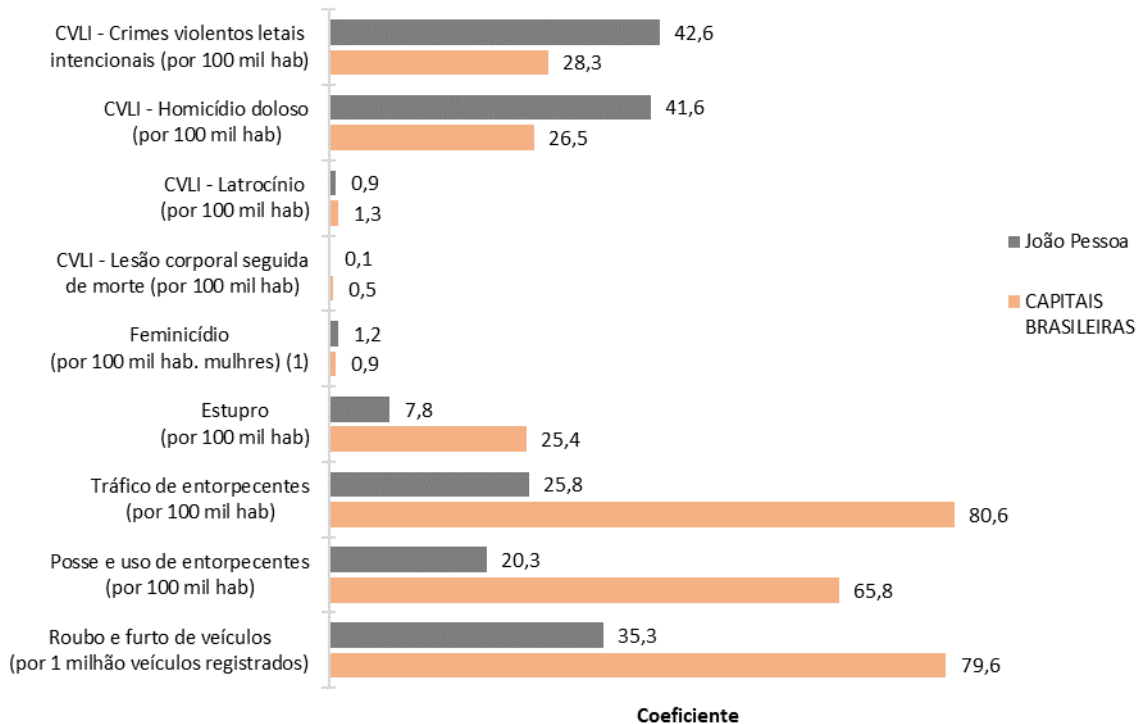
No que se refere aos homicídios, faz-se necessário ressaltar que a Lei Federal Nº 13.104/2015 alterou o Código Penal brasileiro e instituiu, como circunstância qualificadora do crime de homicídio, o feminicídio: quando o crime ocorrer contra a mulher em razão de discriminação de gênero, ou seja, quando o crime envolver violência doméstica, menosprezo ou discriminação por sua condição social de mulher (BRASIL, 2015a). Com relação aos casos de feminicídios registrados nas capitais brasileiras, tendo em vista a data da promulgação da Lei e a morosidade na sua implementação, os dados divulgados pelo FBSP são relativos a 2018 e 2019. Neste período, a média de casos de feminicídios registrados em João Pessoa equivaleu a 1,2/cem mil habitantes mulheres, índice acima da média do conjunto das capitais (0,9/cem mil habitantes mulheres) (FSPBP, 2020).

Ainda com relação aos crimes de violência doméstica e sexual, embora com índice inferior à média das capitais, João Pessoa registrou uma média de 7,8 ocorrências/cem mil habitantes de casos de estupro no período analisado (FSPBP, 2015 a 2020).

No que diz respeito aos crimes contra o patrimônio e entorpecentes, na comparação com as médias das capitais, João Pessoa registrou índices menos críticos. Sobre os casos de tráfico e de posse/uso de entorpecentes, no período 2014/2019, enquanto o conjunto das capitais registrou médias, respectivamente, de 80,6 e 65,8 ocorrências/cem mil habitantes, em João Pessoa as médias equivaleram, respectivamente, a 25,8 e a 20,3 ocorrências/cem mil habitantes. Em relação aos roubos e furtos de veículos, o município registrou uma média de 35,3 ocorrências/um milhão de veículos, índice abaixo da média das capitais (79,6 ocorrências/um milhão de veículos) (FSPBP, 2015, a 2020).

Considerando-se o contexto da pandemia de Covid-19, conforme destacado por Marques e Barros (2020), os dados do primeiro semestre de 2020 apontam para um processo de reconfiguração do cenário criminal e da segurança pública brasileiros: nota-se, por um lado, o retorno do crescimento das mortes violentas intencionais, e por outro, a redução de crimes patrimoniais, especialmente de roubos. Pimentel e Martins (2020) também destacam que houve redução de registros de lesão corporal dolosa, ameaça, estupro e estupro de vulnerável, concomitante ao aumento da violência letal contra as mulheres, e que este aumento não foi acompanhado pelos registros de criminalidade. Neste sentido, observa-se uma queda nos registros de crimes que dependem, principalmente, da presença física da vítima nas delegacias, em especial os crimes de estupro, que também demandam exame pericial (PIMENTEL & MARTINS, 2020).

Figura 48: Média dos coeficientes de criminalidade, por tipologia criminal, do município de João Pessoa e das capitais brasileiras - 2014/2019



Nota: Média entre os anos 2018 e 2019

Fonte: FBSP (2015 a 2020). Calculado por Consórcio PDMJP

4.2.5 HABITAÇÃO

Conforme apresentado no item 4.1.1 deste Relatório, entre os dois últimos levantamentos censitários (2000 e 2010), o número de domicílios de João Pessoa cresceu cerca de 40,1% (passando para 213,2 mil unidades), praticamente o dobro do crescimento da população municipal (21%) e, por outro lado, a média de habitantes por domicílio caiu de 3,9 para 3,4 (IBGE, 2000, 2010).

Estes e outros dados apontam para uma paulatina mudança nos arranjos espaciais e nas composições familiares do país, cujo processo mostra-se mais acelerado nas capitais e nos grandes centros urbanos. Conforme ilustrado no gráfico da Figura 49, no período 2000/2010, as participações relativas dos domicílios pessoenses ocupados por um e por dois moradores aumentaram, respectivamente, de 7,1% para 10,4% e de 15,2% para 21,4%. Noutro sentido, a proporção de domicílios ocupados por cinco ou mais moradores caiu e 31,5% para 20% (IBGE, 2000, 2010).

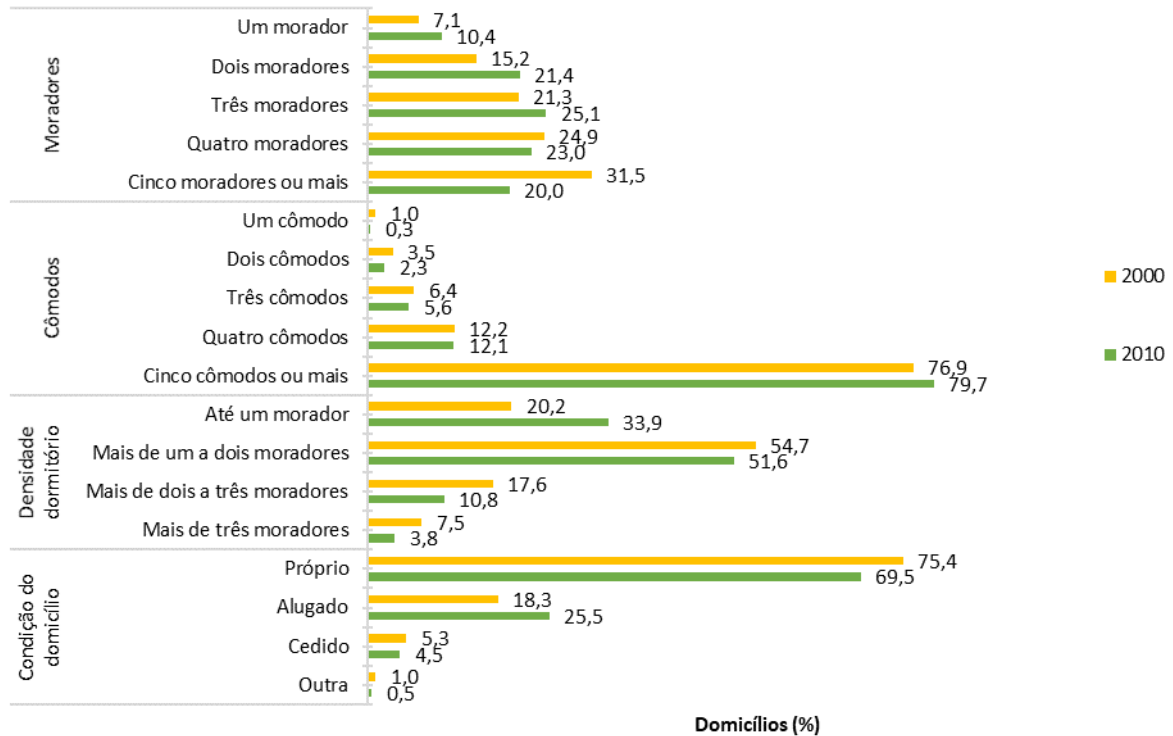
Cabe mencionar que, segundo o último levantamento censitário, apesar do aumento da proporção de domicílios ocupados por apenas um morador, os quais configuram-se como

uma unidade doméstica do tipo unipessoal (constituída por uma única pessoa), nos municípios brasileiros prevalecem as unidades do tipo nuclear (constituída por um casal, um casal com filhos/enteados ou uma pessoa com filhos/enteados). Na capital paraibana, em 2010 estas unidades corresponderam a 62,6% dos domicílios. Em seguida, equivalendo a 22,4% dos domicílios pessoenses, sobressaíram as unidades do tipo estendida (constituída somente pela pessoa responsável com pelo menos um parente, formando uma família que não se enquadre no tipo nuclear). Já as unidades domésticas do tipo composta (constituída pela pessoa responsável, com ou sem parentes, e pelo menos uma pessoa sem parentesco) corresponderam a 4,6% (IBGE, 2010).

Quanto aos aspectos relacionados ao bem-estar dos moradores, os dados sugerem uma ligeira redução das proporções de domicílios pessoenses com espaço interno insatisfatório. No período 2000/2010, o percentual de domicílios cujos dormitórios acolhiam mais de três moradores caiu de 25,1% para 14,5%, e o percentual dos que dispunham de até três cômodos caiu de 10,9% para 8,2%. Ainda assim, cabe notar que o índice de domicílios pessoense com até três cômodos permanece significativo, tendo em vista o pressuposto de que as habitações devem cumprir funções sanitárias, de cozinha, estar e repouso, e, portanto, necessitam, pelos menos, de banheiro, cozinha, sala e dormitório (IBGE, 2000, 2010).

No que diz respeito à condição de ocupação dos domicílios, no período 2000/2010 João Pessoa registrou redução da participação relativa dos domicílios próprios (quitados ou em processo de quitação), que caiu de 75,4% para 69,5%, concomitantemente ao aumento da participação dos domicílios alugados, que subiu de 18,3% para 25,5%. (IBGE, 2000, 2010). Considerando-se o significativo aumento do número de domicílios do município no período, esta elevação da proporção de domicílios alugados pode indicar uma intensificação de casos de imóveis destinados à investimento, ou seja, para criação de renda (aluguel).

Figura 49: Evolução da distribuição percentual de domicílios, por número moradores e de cômodos, densidade de moradores por dormitório e condição do domicílio, do município de João Pessoa - 2000, 2010



Fonte: (IBGE, 2000, 2010)

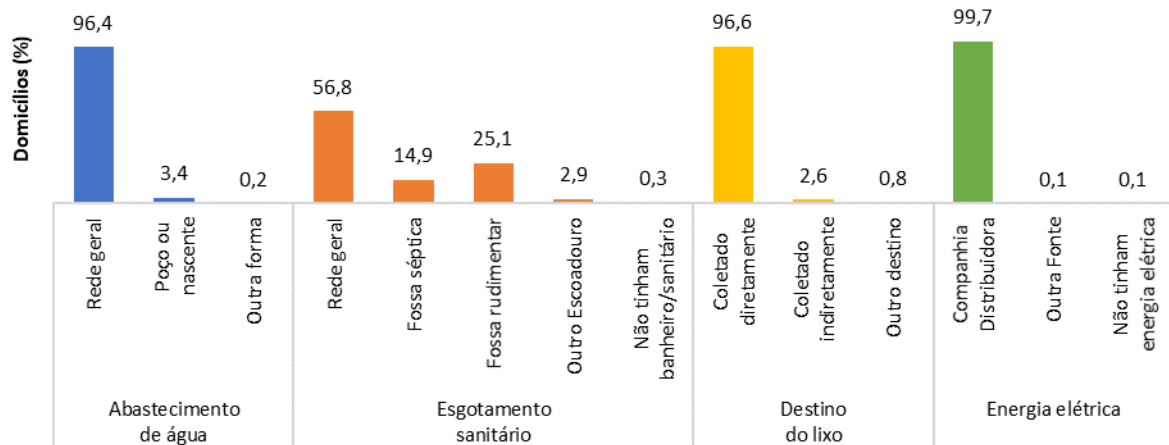
Os dados relativos ao acesso dos domicílios aos serviços de saneamento básico e energia elétrica permitem identificar em que medida estão garantidas a qualidade de vida e a promoção da saúde da população, assim como possibilita a análise da ocorrência de problemas ambientais decorrentes.

De acordo com o último levantamento censitário, conforme ilustrado nas Figura 50 e Figura 51, com exceção do componente esgotamento sanitário, João Pessoa contava com índices de cobertura muito positivos em 2010, o que possivelmente contribuiu para o município registrar um IVS Infraestrutura Urbana de baixa vulnerabilidade (IBGE, 2010, IPEA, 2015).

Quanto à forma de abastecimento de água, mais de 95% dos domicílios pessoenses contavam com abastecimento por rede geral em 2010, sendo as principais alternativas de abastecimento os poços ou nascentes. Por outro lado, em relação ao esgotamento sanitário, menos de 60% dos domicílios contavam com lançamento em rede geral de esgoto ou pluvial, sendo que aproximadamente 25% faziam uso de fossa rudimentar, o que torna passível a contaminação do solo e da água subterrânea (IBGE, 2010).

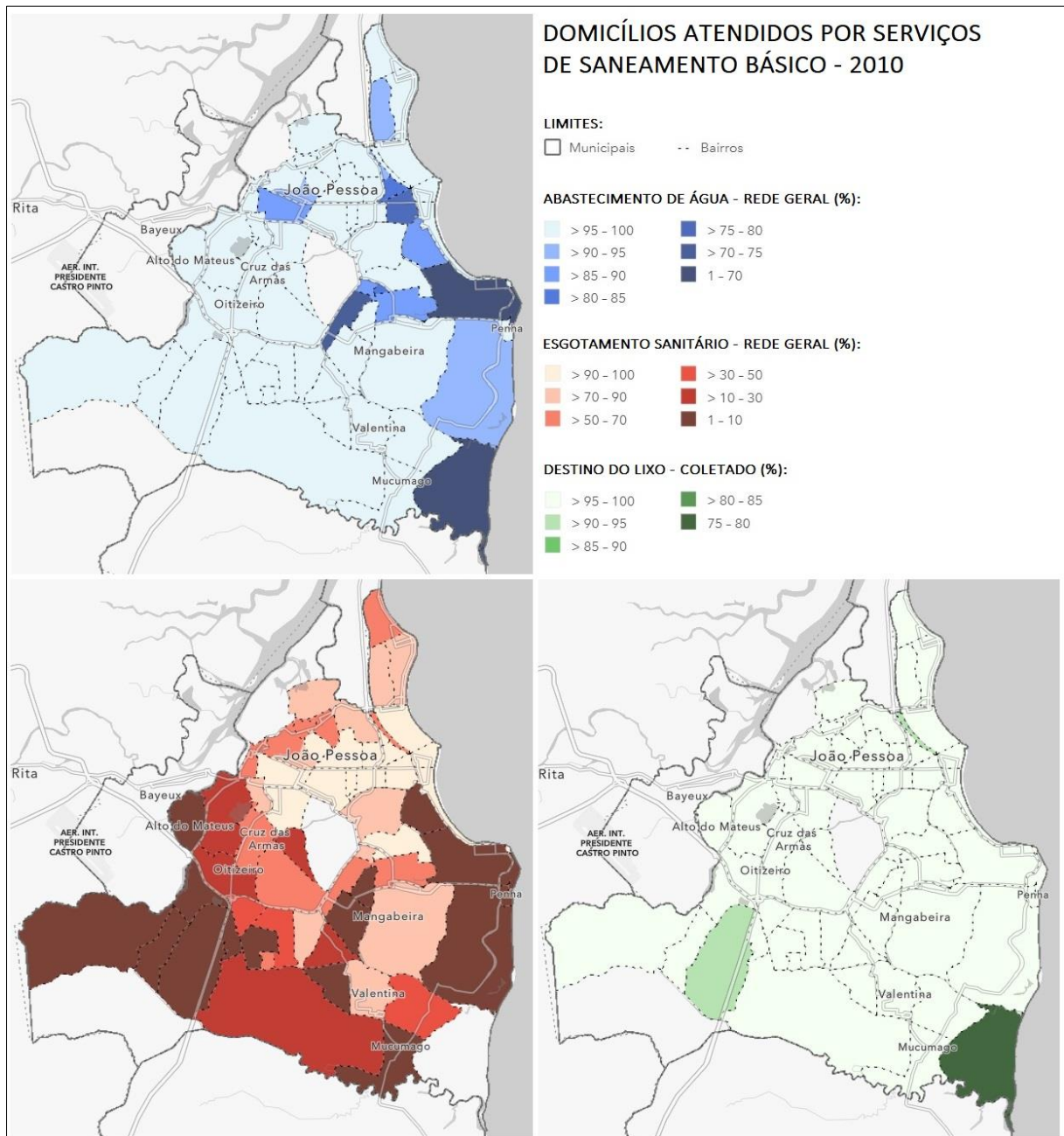
Sobre o destino do lixo (resíduos sólidos), 96,6% dos domicílios contavam com sistema de coleta direta (realizada no domicílio) e 2,6% com coleta indireta (depositado em caçamba ou outro depósito, sendo coletado posteriormente). Quanto à provisão de energia elétrica, praticamente a totalidade dos domicílios (99,7%) dispunham de energia elétrica proveniente de companhia distribuidora (IBGE, 2010).

Figura 50: Distribuição percentual de domicílios, por forma de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário, destino do lixo e provisão de energia elétrica, do município de João Pessoa - 2010



Fonte: IBGE (2010)

Figura 51: Percentual de domicílios atendidos por serviços de saneamento básico dos bairros do município de João Pessoa - 2010



Fonte: IBGE (2010)

No que se refere às condições de habitação, apesar dos positivos índices de cobertura em relação aos serviços de saneamento básico e energia elétrica, o município de João Pessoa também é marcado pela presença de elevado contingente populacional que reside em locais precários e de forma inadequada.

De acordo com o último levantamento censitário, em 2010 a capital paraibana contava com 53 aglomerados subnormais, os quais são caracterizados pela ocupação irregular e precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (saneamento básico e energia

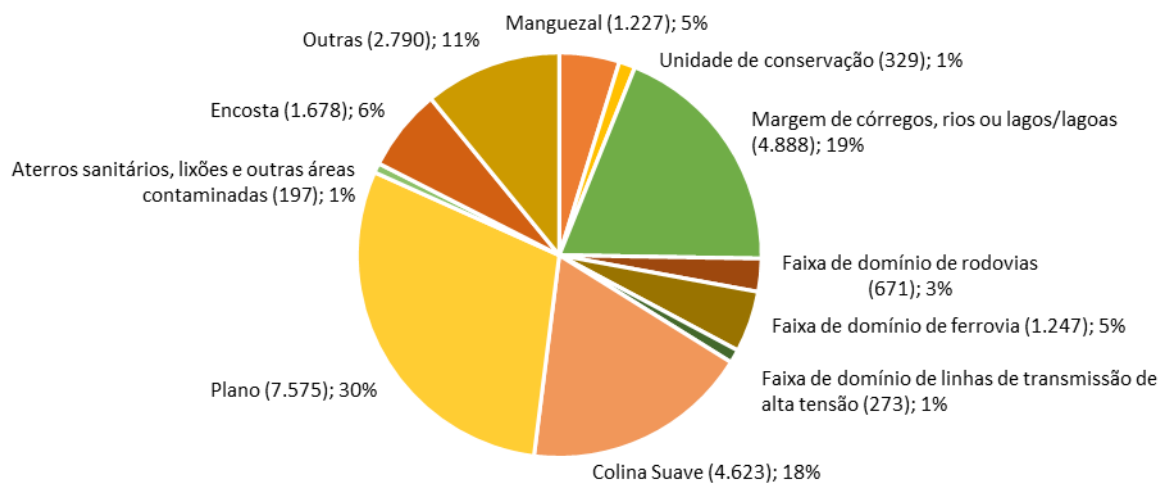
elétrica)¹⁴. Juntos, estes aglomerados abrigavam 25.524 domicílios e 91.351 habitantes, correspondendo, respectivamente, a 12% dos domicílios a 12,6% do contingente populacional do município em 2010. (IBGE, 2010)

Não obstante, segundo os dados preliminares do recente mapeamento realizado pelo IBGE, em 2019 foram identificados 103 aglomerados subnormais na capital paraibana, os quais abrigavam 33.969 domicílios, o que representa um acréscimo de 33,2% no número de domicílios em aglomerados na comparação com 2010. Vale mencionar que o IBGE realizou este levantamento tendo em vista fornecer informações acerca das áreas vulneráveis brasileiras para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 (IBGE, 2010, 2020b).

Dentre os domicílios pessoenses situados nos aglomerados subnormais identificados em 2010, quase 60% contavam com renda média domiciliar mensal de até meio salário mínimo e 7,4% não possuíam rendimento, corroborando para um cenário de alta vulnerabilidade. No que se refere à localização, conforme ilustrado no gráfico da Figura 52, os domicílios estavam distribuídos em áreas com restrições variadas e nas quais a ocupação manifesta os mais diversos impactos sociais e ambientais, o que acaba refletindo nas condições de saúde e segurança da população. Nota-se que 19% dos domicílios estavam localizados às margens de córregos, rios ou lagos/lagos e 5% em manguezais, contribuindo negativamente para a degradação de áreas de manutenção dos recursos hídricos e do meio biótico. Também cabe ressaltar que 9% estavam situados em faixas de domínio de rodovias, ferrovias ou linhas de transmissão de alta tensão, representando grande risco aos seus habitantes. E, em função do alto impacto nas condições de saúde e qualidade de vida, destaca-se que 1% dos domicílios (197 unidades) estavam alocados em aterros sanitários, lixões ou outras áreas contaminadas (IBGE, 2010).

¹⁴ Segundo a classificação do IBGE, os aglomerados subnormais são formas de ocupação irregular de áreas de propriedade alheia (públicas ou privadas) para fins de habitação em áreas urbanas, sendo caracterizados, em geral, por um padrão urbanístico irregular e pela carência ou restrição de acesso aos serviços públicos essenciais de saneamento básico e energia elétrica (IBGE, 2010, 2020b).

Figura 52: Distribuição percentual dos domicílios situados em aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano, do município de João Pessoa - 2010



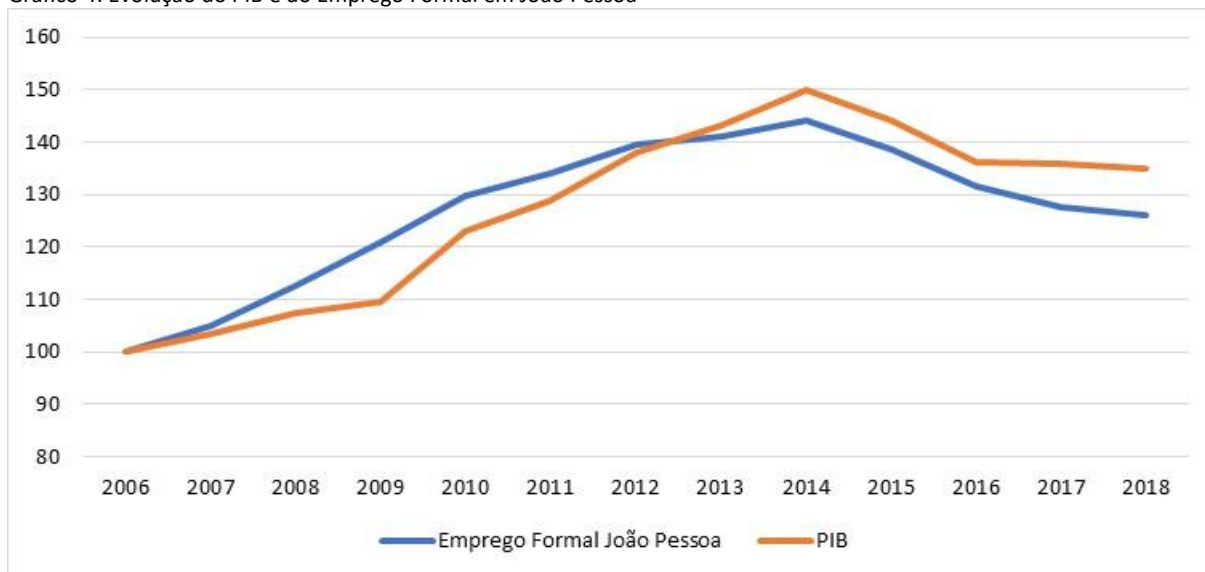
Fonte: IBGE (2010)

4.3 POTENCIAL DOS SETORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Tendo por referência o ano de 2006 (= 100), o Gráfico 4 apresenta as trajetórias do número de vínculos de empregos formais, conforme informado pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS),¹⁵ e do Produto Interno Bruto do município de João Pessoa, no período 2006-2018.

¹⁵ São relacionadas pela RAIS, os seguintes vínculos de emprego: empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da CLT, por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência; servidores da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como das fundações supervisionadas; trabalhadores avulsos (aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, ou do sindicato da categoria); empregados de cartórios extrajudiciais; trabalhadores temporários, regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998; diretores sem vínculo empregatício, para os quais o estabelecimento/entidade tenha optado pelo recolhimento do FGTS (Circular CEF nº 46, de 29 de março de 1995); servidores públicos não-efetivos (*demissíveis ad nutum* ou admitidos por meio de legislação especial, não-regidos pela CLT); trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973); aprendiz (maior de 14 anos e menor de 24 anos), contratado nos termos do art. 428 da CLT, regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei nº 8.745, de 9 de

Gráfico 4: Evolução do PIB e do Emprego Formal em João Pessoa



Fonte: RAIS; IBGE (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

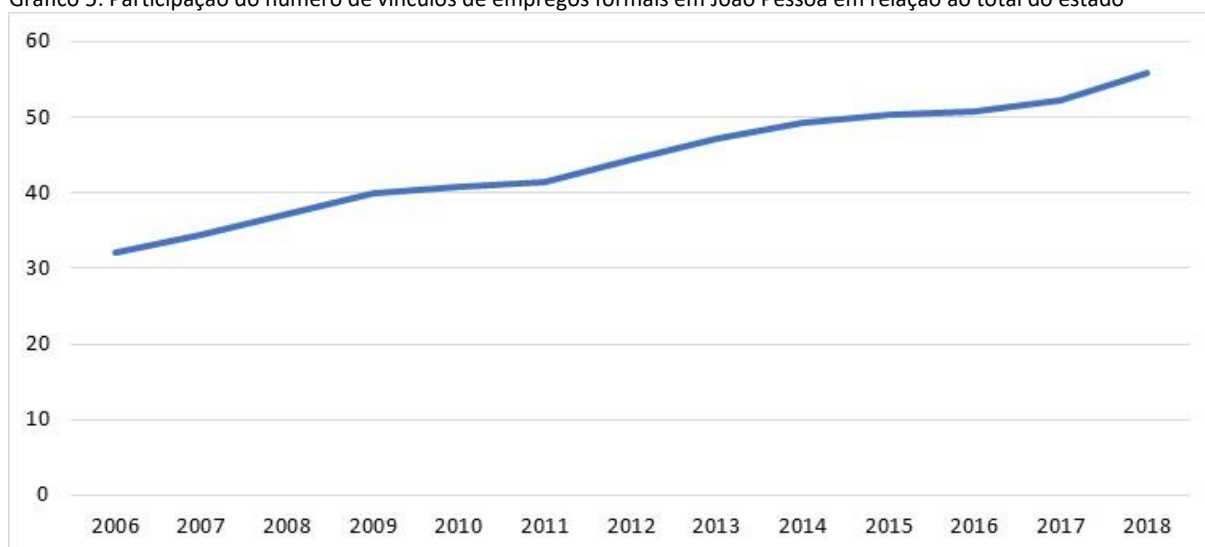
Como pode ser observado, essas trajetórias apresentam um padrão semelhante. É possível constatar que são ascendentes até 2014, quando, a partir desse ano, passam a descendentes, acompanhando, desde então, o aprofundamento da crise econômica brasileira.

Além disso, é possível constatar que a participação do número de vínculos de empregos formais em João Pessoa em relação ao total do estado aumentou no decorrer do período 2006-2018 (Gráfico 5). Na média do triênio 2006-2018, 52,9% do emprego formal no estado da Paraíba encontrava-se localizado nesse município.

dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.849, de 26 de outubro de 1999; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por Lei Estadual; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por Lei Municipal; servidores e trabalhadores licenciados; servidores públicos cedidos e requisitados; e dirigentes sindicais. Informação Disponível em:

<http://www.rais.gov.br/sitio/quem_deve_ser_relacionado.jsf>

Gráfico 5: Participação do número de vínculos de empregos formais em João Pessoa em relação ao total do estado



Fonte: RAIS (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Uma avaliação do potencial dos setores primário, secundário e terciário do município de João Pessoa pode ser feita a partir do desempenho do emprego formal, particularmente entre 2006 e 2014, período ainda não condicionado pela conjuntura de crise econômica. É possível afirmar que a relevância e a intensidade do crescimento do emprego formal em um determinado segmento de atividade econômica revelam a importância e o potencial dessa atividade em um município ou região. A formalidade dos vínculos de emprego implica em custos relativamente elevados de encargos trabalhistas, assumidos, portanto, somente por entidades empregadoras de maior produtividade e dinamismo.

As principais atividades econômicas do município de João Pessoa podem ser observadas na Tabela 26.

De elevado potencial no município de João Pessoa, merecem destaques as atividades econômicas: Educação, Saúde, Turismo, Fabricação de produtos cerâmicos, Fabricação de produtos têxteis e Atividades dos serviços de tecnologia da informação.

Tabela 26: Número de vínculos de empregos formais nas principais atividades econômicas do município de João Pessoa

Atividade Econômica - CNAE 2.0 Seção, Divisão ou Grupo	2006	2014	2018	2019
Agropecuária, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	843	552	616	520
011:Produção de lavouras temporárias	175	179	216	52
015:Pecuária	95	101	260	235
016:Atividades de apoio à agricultura e à pecuária	516	251	260	235
Indústrias Extrativas	49	107	22	24
081:Extração de pedra, areia e argila	21	32	22	24

Atividade Econômica - CNAE 2.0 Seção, Divisão ou Grupo	2006	2014	2018	2019
Fabricação de produtos alimentícios	1.282	1.927	2.086	2.133
101:Abate e fabricação de produtos de carne	71	70	139	79
102:Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	15	143	13	13
103:Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	150	340	305	333
105:Laticínios	127	158	77	96
106:Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	103	217	183	183
109:Fabricação de outros produtos alimentícios	810	998	1.364	1.423
Fabricação de bebidas	1.002	1.209	773	255
Fabricação de produtos têxteis	1.214	4.070	2.876	2.824
Fabricação de artigos de vestuário e acessórios	932	995	799	699
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	1.102	577	387	317
Fabricação de produtos de madeira	115	106	40	19
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	113	62	60	37
Impressão e reprodução de gravações	677	991	1.159	858
Fabricação de produtos químicos	112	72	85	80
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	620	1.453	1.150	981
Fabricação de produtos minerais não metálicos	1.280	1.847	1.436	1.594
Fabricação de produtos cerâmicos	854	1.267	1.085	1.218
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	235	551	244	324
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e óticos	42	175	149	127
Fabricação de móveis	267	453	235	279
Manutenção, reparação e instalações de máquinas e equipamentos	318	439	483	502
Eletricidade, gás e outras utilidades	1.650	2.307	2.160	2.323
Captação, tratamento e distribuição de água	834	1.249	1.157	1.178
Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	711	1.531	1.107	867
Construção de edifícios	7.197	21.970	13.090	16.457
Obras de construção	2.022	3.639	1.939	1.638
Obras de construção	2.022	3.639	1.939	1.638
Serviços especializados de construção	2.220	5.476	2.141	2.735
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2.891	4.782	4.283	4.378
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	3.681	6.834	6.486	6.956
Comércio varejista	18.848	30.441	27.747	29.807
Transporte terrestre	4.387	5.242	4.725	4.925
Transporte rodoviário de passageiros	3.202	5.242	4.725	4.925
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	81	562	592	825
Correios e outras atividades de entrega	829	1.052	406	1.043

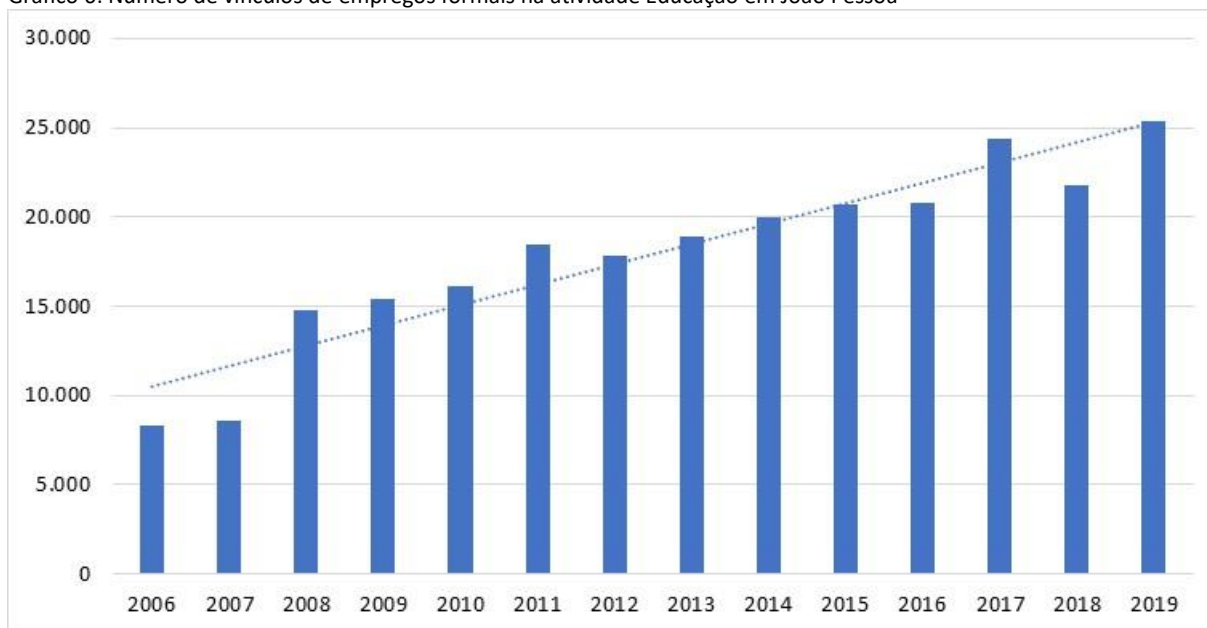
Atividade Econômica - CNAE 2.0 Seção, Divisão ou Grupo	2006	2014	2018	2019
Alojamento	1.221	1.958	1.647	1.949
Hotéis e similares	1.143	1.822	1.508	1.819
Alimentação	4.096	9.059	10.442	9.718
561:Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	3.675	7.969	9.055	8.749
562:Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	421	1.090	1.387	969
Edição e edição integrada à impressão	793	623	150	414
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e edição de música	81	240	158	169
Atividades de rádio e televisão	739	943	821	803
Telecomunicações	573	618	875	880
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	242	985	1.635	2.134
Atividades de prestação de serviços de informação	1.345	655	403	384
Atividade de serviços financeiros	1.934	2.405	2.431	2.876
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	730	951	970	1.052
Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde	381	359	474	397
Atividades imobiliárias	276	1.218	895	802
Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	578	1.866	1.944	1.986
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	157	263	268	165
Serviços de arquitetura e engenharia, testes e análises técnicas	190	601	858	1.188
Pesquisa e desenvolvimento científico	358	332	300	105
Publicidade e pesquisa de mercado	241	375	443	464
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	199	1.487	226	257
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros	282	726	719	872
Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	2.742	900	923	697
Agências de viagem, operadores turísticos e serviços de reservas	210	569	433	420
Atividades de vigilância, segurança e investigação	2.336	5.141	4.805	4.987
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	5.145	8.453	9.360	9.686
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente às empresas	1.085	7.192	5.318	6.867
Administração pública, defesa e seguridade social	103.737	114.967	93.242	92.072
Educação	8.345	19.987	21.736	25.326
851:Educação infantil e ensino fundamental	3.002	4.645	5.150	5.849
852:Ensino médio	1.132	1.474	1.910	1.389
853:Educação superior	2.583	9.844	10.068	9.122
854:Educação profissional de nível técnico e tecnológico	799	2.155	2.734	2.790
859:Outras atividades de ensino	792	1.838	1.779	1.875
Atividades de atenção à saúde humana	6.075	10.770	13.060	13.404

Atividade Econômica - CNAE 2.0 Seção, Divisão ou Grupo	2006	2014	2018	2019
Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	196	539	757	585
Serviços de assistência social sem alojamento	408	831	853	865
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	33	325	269	253
Atividades esportivas e de recreação e lazer	517	933	1.106	1.092
Atividades de organizações associativas	3.419	3.006	6.547	6.213
Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	327	865	736	575
Total	209.992	302.603	265.079	276.071

Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da RAIS (2021)

No período 2006-2019, o número de vínculos formais de emprego na atividade Educação no município foi crescente. Em 2019, esse número alcançou 25.236 vínculos (Gráfico 6). Esse número é muito expressivo, haja vista que, nesse mesmo ano, as atividades do Comércio Varejista apresentaram 29.807 vínculos.

Gráfico 6: Número de vínculos de empregos formais na atividade Educação em João Pessoa



Fonte: RAIS (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021).

Na atividade Educação, em João Pessoa, merecem destaque a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Instituto Federal da Paraíba (Campus João Pessoa e Mangabeira). Atualmente, instituições dessa natureza estão servindo de base para iniciativas de empreendedorismo, inclusive de organizações empresariais ou societárias, nascentes, cuja

atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados (*startups*).¹⁶

Segundo a Associação Brasileira de Startups (ABStartups), esse tipo de iniciativa empresarial vem crescendo em João Pessoa: “na capital, 18,2% das *startups* estão atuando nas áreas de energia e *e-commerce*, enquanto 9,5% estão nos segmentos de desenvolvimento de *software*. Em seguida aparecem as startups de finanças, direito, mobilidade, saúde e bem-estar, *marketing* e construção civil - todos com 9% de abrangência cada.¹⁷

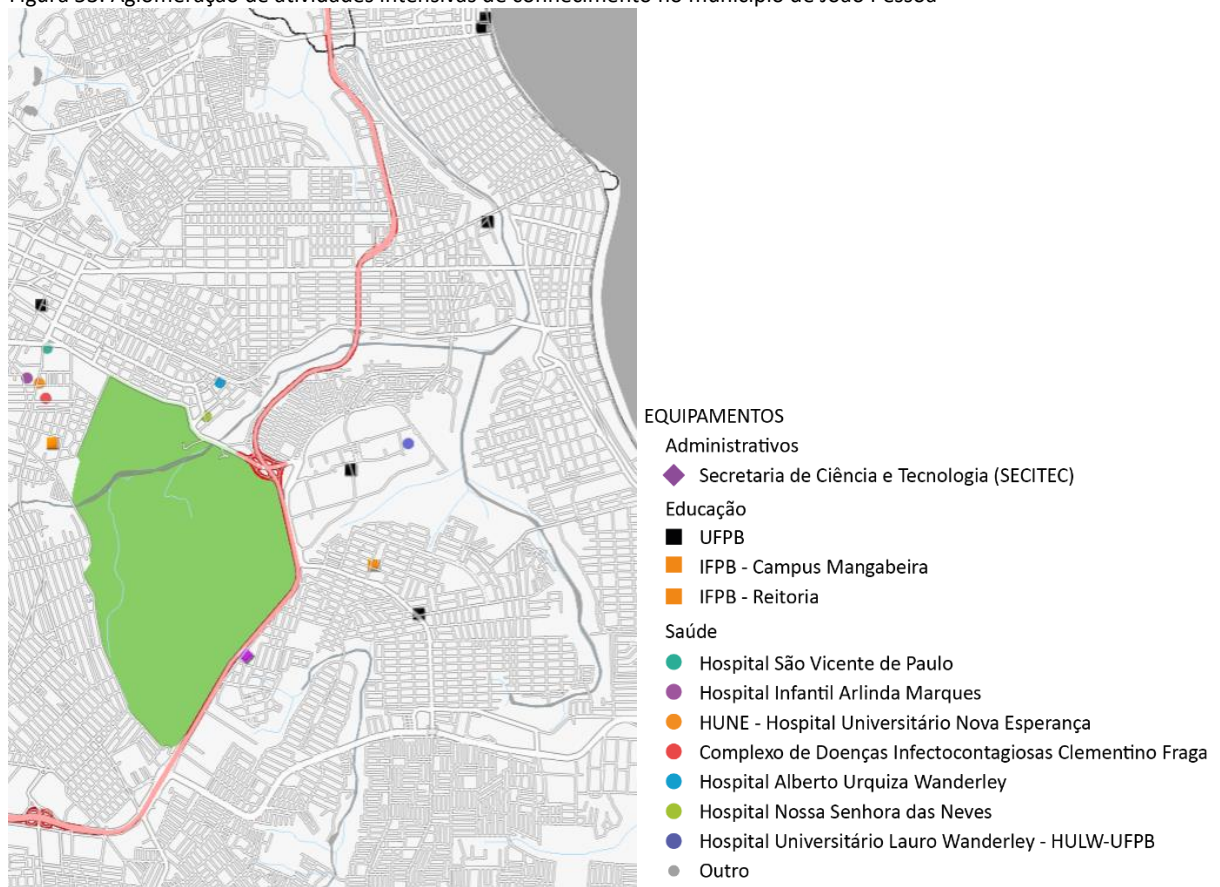
Como pode ser observado no Gráfico 7, em João Pessoa, o número de vínculos de empregos formais na atividade de atenção à saúde humana é também expressivo (13.404, em 2019) e cresceu continuamente no período 2006-2019.

Vários hospitais de João Pessoa apresentam uma relativa proximidade, a exemplo dos seguintes: Hospital São Vicente de Paula, Hospital Infantil Arlinda Marques, HUNE - Hospital Universitário Nova Esperança, Complexo de Doenças Infecto Contagiosas Clementino Fraga, Hospital Alberto Urquiza Wanderley, Hospital Nossa Senhora das Neves e Hospital Universitário Lauro Wanderley – UFPB, conforme pode ser observado na Figura 53.

¹⁶ Conceito de *startups*, conforme o estabelecido pela Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, que instituiu o marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador.

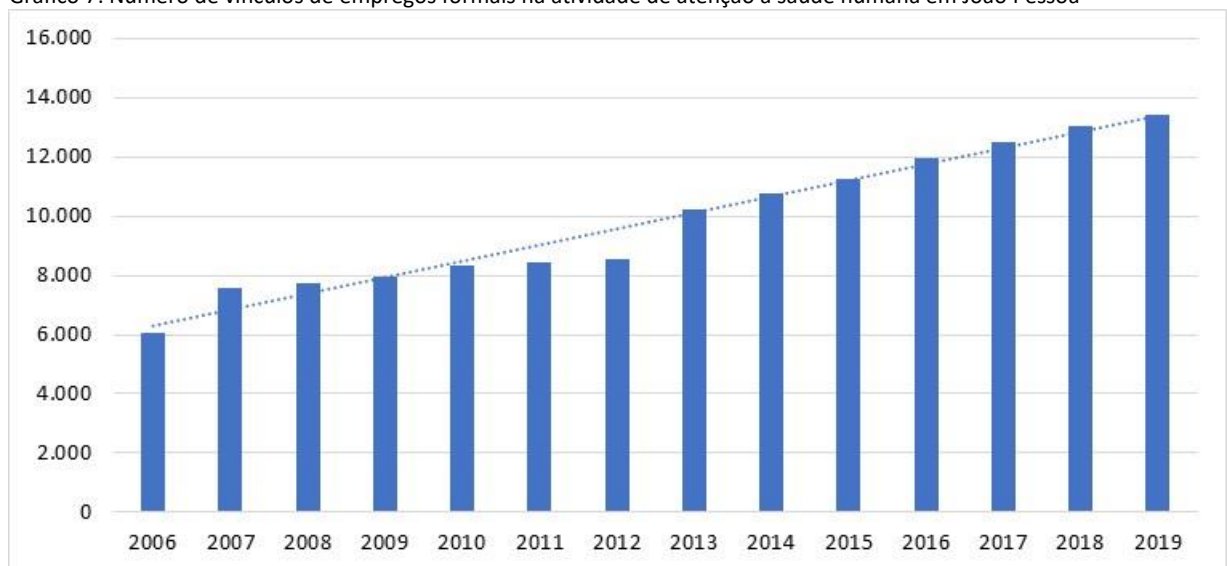
¹⁷ Informação Disponível em: “Conheça o ecossistema de inovação na Paraíba” (Eric Visintainer, em 22 de fevereiro de 2021, <https://www.whow.com.br/eficiencia/conheca-o-ecossistema-de-inovacao-na-paraiba/>).

Figura 53: Aglomeração de atividades intensivas de conhecimento no município de João Pessoa



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Gráfico 7: Número de vínculos de empregos formais na atividade de atenção à saúde humana em João Pessoa



Fonte: RAIS (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Esse segmento de atividade econômica vem apresentando, em geral, uma elevada taxa de crescimento com alto grau de endogenia e intensidade tecnológica (hospitais, serviços

laboratoriais, clínicas médicas, farmácias, serviços de apoio - alimentação, alojamento, transporte e etc.). Além disso, tais serviços atendem a uma demanda local e regional. Vale destacar a diversidade da prestação de serviços ligados às especialidades médicas, em particular de alta complexidade. De acordo com Ramires (2007), “os serviços de alta complexidade concentram-se em cidades de grande e médio porte, produzindo fluxos de pessoas, produtos e informações que reforçam o papel polarizador das atividades econômicas dessas localidades “. ¹⁸

KATZ et al (2014) cita exemplos de hospitais como “âncoras” de *knowledge locations*: Mass General Hospital no Kendall Square (Cambridge, EUA,; Barnes Jewish Hospital (St. Louis, EUA) e Texas Medical Center in Houston (Texas, EUA).¹⁹ Em Portugal, pode-se recorrer aos estudos de casos realizados por Mendes (2012).²⁰ No Brasil, é possível mencionar estudos de *knowledge locations* em saúde em Ribeirão Preto²¹, Recife²² e Teresina.²³ O Quadro 10 apresenta o conceito de *knowledge locations*.

Quadro 10: Conceitos de *Knowledge locations* / Distritos de inovação

Conceitos de <i>Knowledge locations</i> / Distritos de inovação
<p>Muitas cidades e regiões vêm promovendo a "economia do conhecimento". O conhecimento se tornou a principal fonte de riqueza nas economias avançadas.</p> <p>A criação de <i>knowledge locations</i> (concentrações físicas de atividades intensivas ou criativas de conhecimento) vem se tornando um instrumento para promover a economia do conhecimento nas cidades.</p>

¹⁸ RAMIRES, J. C. L. Cidades médias e serviços de saúde: algumas reflexões sobre os fixos e fluxos. In: SPOSITO, M.E. B. (Org.) Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 173-186. Citado por: ARAÚJO, José Arimatéia. A consolidação de um polo regional: Serviços de saúde e centralidade em Campina Grande, Paraíba. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, julho/ dezembro 2016, p. 205 a 220. Disponível em:

<http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/A-consolidacao-de-um-polo-regional-servicos-de-saude-e-centralidade-em-Campina-GrandePB.pdf>

¹⁹ KATZ et al (2014).

²⁰ MENDES, Fernando R.. O Cluster da Saúde e Bem-estar: uma Aposta de Futuro – Estudo de Casos. Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, 2012.

²¹ TELLES, Luciana. Cluster e a indústria ligada à saúde em Ribeirão Preto. São Paulo, FEA/USP, 2002.

²² FERNANDES, Ana C.; LIMA, João P. Cluster de serviços: contribuições conceituais com base em evidências do polo médico do Recife. Nova Economia, Belo Horizonte, janeiro-abril de 2006.

²³ LOPES, Reinaldo. O cluster de saúde na cidade de Teresina: uma estratégia empreendedora para o desenvolvimento regional. XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Salvador, 2013.

Usa-se este termo para incluir uma grande variedade de políticas visando aglomerar atividades intensivas de conhecimento em uma área designada ou distrito da cidade.

O conceito de *knowledge locations* inclui conceitos como parques científicos, parques tecnológicos, campi abertos de inovação, distritos criativos, distritos de inovação, dentre outras iniciativas semelhantes.

Alguns *knowledge locations* se concentram em um segmento específico (p. ex., educação ou saúde), outros são mais diversificados.

Em geral, supõe-se que a aglomeração de atividades intensivas em conhecimento em um determinado local tenha uma série de vantagens. As *knowledge locations* oferecem oportunidades para o compartilhamento de instalações (por exemplo, o uso conjunto de instalações caras, como salas limpas ou instalações laboratoriais). Tendem a favorecer o trabalho em rede e a interação face a face e promovem a interação inesperada entre pessoas ou empresas, com impactos positivos na inovação das atividades econômicas a que se referem. Acredita-se que elas oferecem um conjunto de benefícios econômicos, fomentando os vínculos entre a indústria e as instituições de ciência e tecnologia locais (por exemplo, universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia), proporcionando um ambiente favorável para as *startups*. Além disso, como o *marketing* e a marca da cidade assumem um papel cada vez mais importante na gestão urbana, *knowledge locations* podem ajudar a fomentar a identidade de uma cidade como uma cidade progressista ou inovadora, baseada no conhecimento (VAN WINDEN et al, 2012, p. 19 e 20).

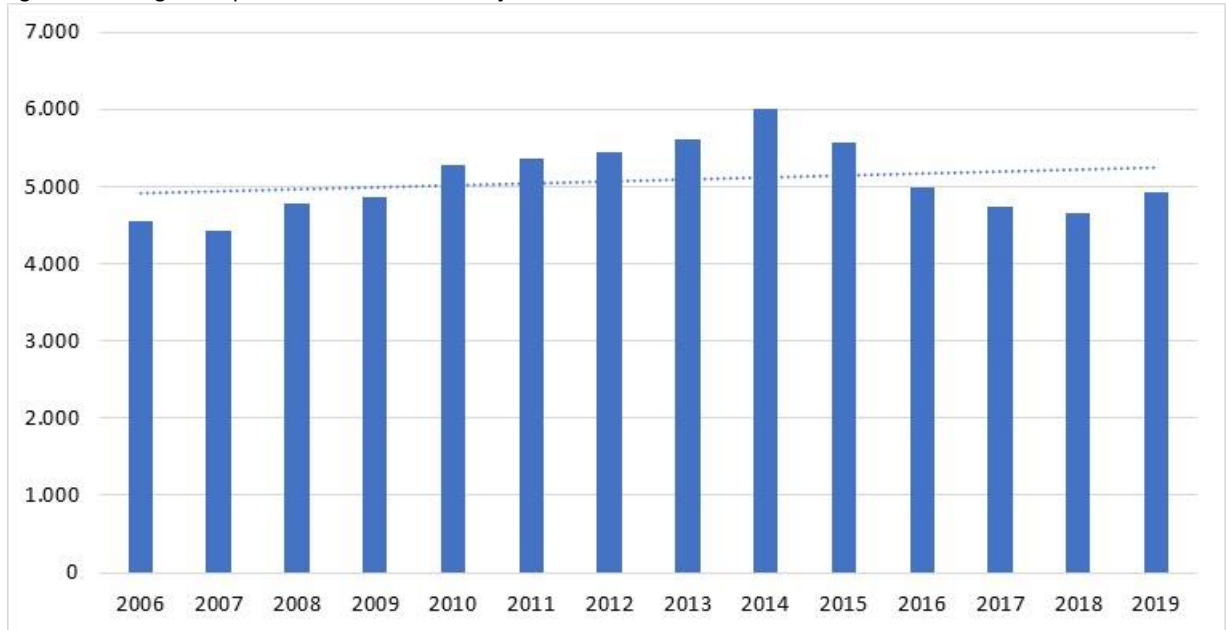
Segundo Katz et al (2014), "um novo modelo urbano está emergindo, dando origem às que nós e outros estão chamando de *knowledge locations* / distritos de inovação. Estes distritos, (...), são áreas geográficas onde instituições e empresas de maior densidade tecnológica se aglomeram e se conectam com *startups*, incubadoras de empresas e aceleradoras. São fisicamente compactos, acessíveis ao trânsito e tecnicamente conectados e tendem a oferecer moradia de uso misto, escritório e varejo. (...)

Fonte: VAN WINDEN, CARVALHO, Luis, VAN TUIJL, Erwin, VAN HAAREN, Jeroen; VAN DEN BERG, Leo. Creating Knowledge Locations in Cities Innovation and integration challenges. London : Routledge, Department of Regional, Port and Transport Economics, Erasmus University Rotterdam, 2012

KATZ, Bruce; WAGNER, Julie. The Rise of Innovation Districts: A New Geography of Innovation in America. Metropolitan Policy Policy. Brookings Institution, May, 2014.

No município de João Pessoa, o número de vínculos de empregos formais nas atividades econômicas típicas do turismo (hotéis e similares, agências de viagem, operadores turísticos e serviços de reservas) é relevante (6.015, em 2014; e 4.937, em 2019), cresceu continuamente no período 2006-2014 e, desde então, vem sendo impactado pela conjuntura de crise em que se encontra a economia brasileira, conforme pode ser observado no Gráfico 8. Essas atividades possuem um elevado efeito multiplicador na economia municipal.

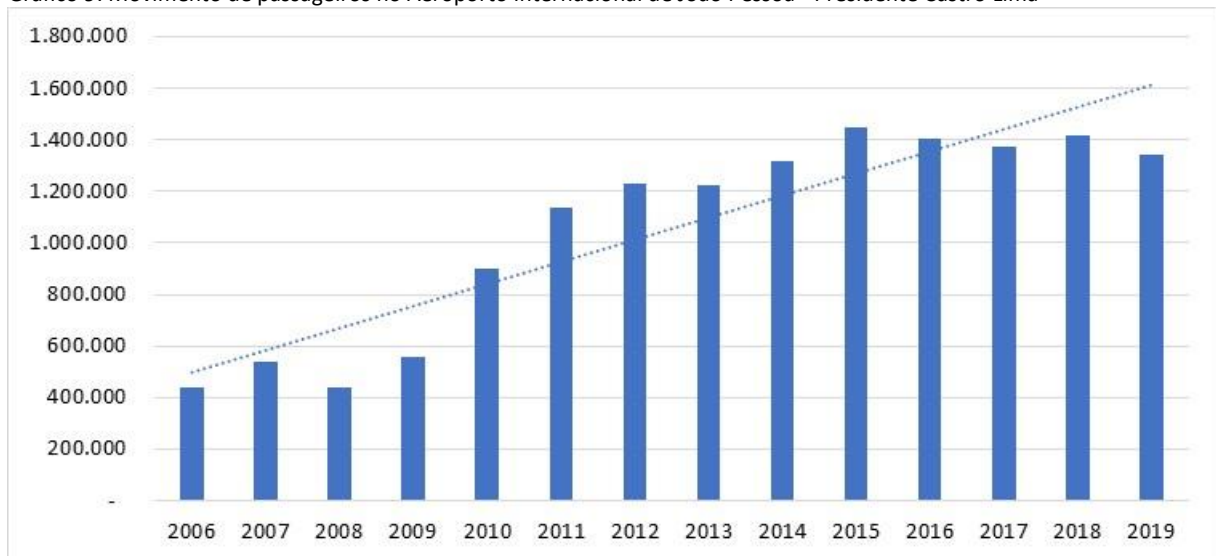
Gráfico 8: Número de vínculos de empregos formais em atividades típicas de turismo em João Pessoa: hotéis e similares, agências de viagem e operadores turísticos e serviços de reservas



Fonte: RAIS (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Observa-se também, no período 2006-2015, um crescimento expressivo no movimento de passageiros no Aeroporto Internacional de João Pessoa. Desde então, esse movimento, com certa resiliência, vem também sofrendo os impactos da crise da economia brasileira, conforme observa-se no Gráfico 9.

Gráfico 9: Movimento de passageiros no Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Lima



Fonte: Wikidata e Anac (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

O potencial turístico do município de João Pessoa está indicado no item 4.4 deste Relatório e a conclusão que poderá ser observada mais adiante é que mesmo em uma conjuntura de descenso do PIB do município, em decorrência da crise que atinge a economia brasileira desde 2014, o Fluxo Global de Turismo, no período 2017-2019, aumentou de forma expressiva e manteve o mesmo padrão de sazonalidade mensal, o que indica a vitalidade e potencial da “indústria do turismo” no município de João Pessoa.

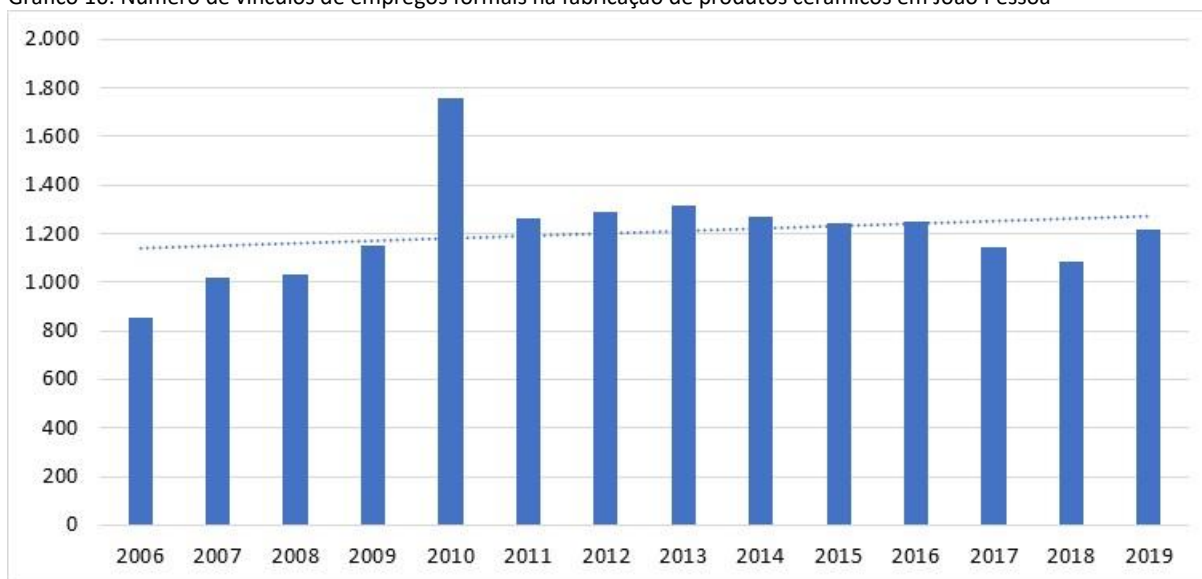
A “geografia dos espaços turísticos” do município de João Pessoa está concentrada no Centro Histórico e, principalmente, na Orla Marítima, em Tambaú e no eixo dado pela Av. Cabo Branco, em direção ao Farol do Cabo Branco. O Polo Turístico Cabo Branco, na forma de um grande projeto urbano, vem promovendo a extensão dessa “geografia” mais ao sul de João Pessoa.

No caso da indústria de transformação, merecem destaque as atividades relativas à fabricação de produtos cerâmicos e de produtos têxteis.

A fabricação de produtos cerâmicos em João Pessoa alcançou, em 2019, 1.218 vínculos de empregos formais (Gráfico 10). Nessa atividade, merece destaque a Cerâmica Elizabeth, localizada no Distrito Industrial.²⁴

²⁴ “Com mais de 35 anos de tradição em revestimentos Cerâmicos, a Elizabeth é hoje uma das principais produtoras do Brasil e uma das líderes na produção de porcelanato. Possui capacidade fabril instalada de mais de 4,3 milhões de m²/mês. Destes, dois milhões são de porcelanato. Com quatro unidades fabris, sendo duas na Paraíba, uma em Santa Catarina e outra no Rio Grande do Norte.” Informação Disponível em: <http://www.ceramicaelizabeth.com.br/pt/institucional>

Gráfico 10: Número de vínculos de empregos formais na fabricação de produtos cerâmicos em João Pessoa



Fonte: RAIS (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021).

A fabricação de produtos têxteis em João Pessoa alcançou, em 2019, 2.824 vínculos de empregos formais, após uma persistente queda desde 2013 (Gráfico 11). No município, nessa atividade econômica, merecem destaque as seguintes empresas na área de fiação de algodão (Bratex,²⁵ Norfil²⁶ e a Monte Alegre Fios - Mafios)²⁷ e têxtil (Coteminas).²⁸

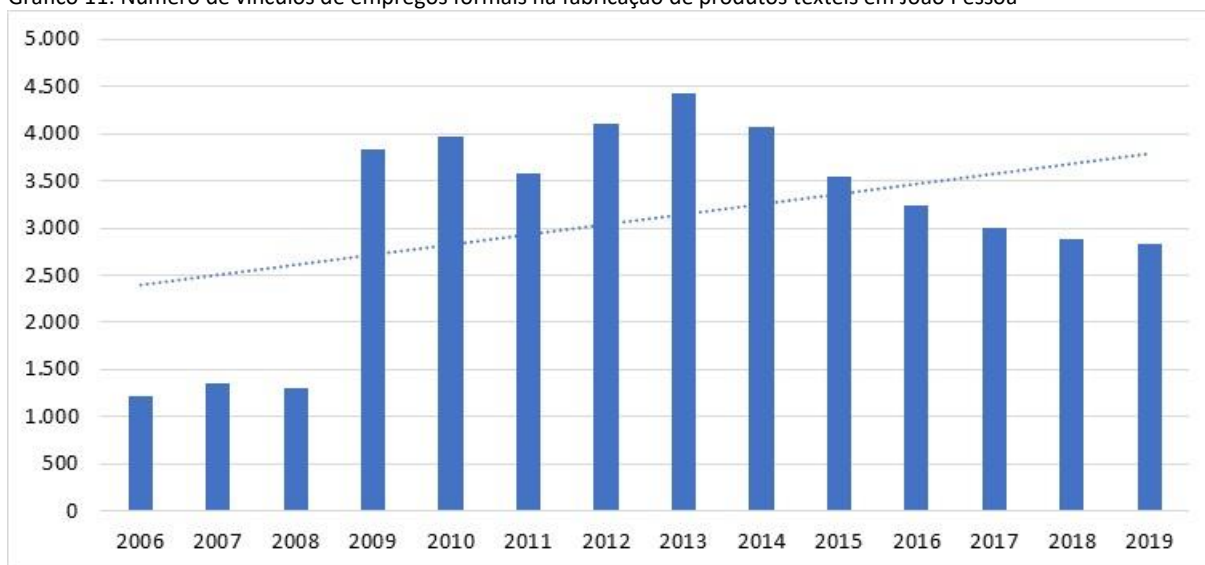
²⁵ “A Brastex atua no setor têxtil, fabricando fios de algodão. Possui cinco unidades industriais, localizadas duas em João Pessoa e três em Santa Rita, no estado da Paraíba. Mantém um processo permanente de modernização de maquinário e ampliação da capacidade produtiva apresentando atualmente um parque industrial dos mais modernos do país. A Brastex produz fio de puro algodão, cardado, penteado, open-end e retorcido, de vários títulos, utilizando tecnologia de última geração e operando a 100.000 fusos. A produção é dirigida ao consumo das modernas tecelagens e malharias no país e no exterior.” Informação Disponível em: https://brastex.ind.br/?page_id=8.

²⁶ Ver: <http://pt.norfil.com.br/produtos/>.

²⁷ Ver: <http://www.mafios.com.br/empresa>.

²⁸ A Coteminas (Companhia Tecidos Norte de Minas) é uma empresa do ramo têxtil. Além das Minas Gerais, a empresa mantém filiações no Rio Grande do Norte, Paraíba, Santa Catarina, além de unidades na Argentina, Estados Unidos e México. A Unidade João Pessoa está localizada no Distrito Industrial da capital paraibana.

Gráfico 11: Número de vínculos de empregos formais na fabricação de produtos têxteis em João Pessoa



Fonte: RAIS (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021).

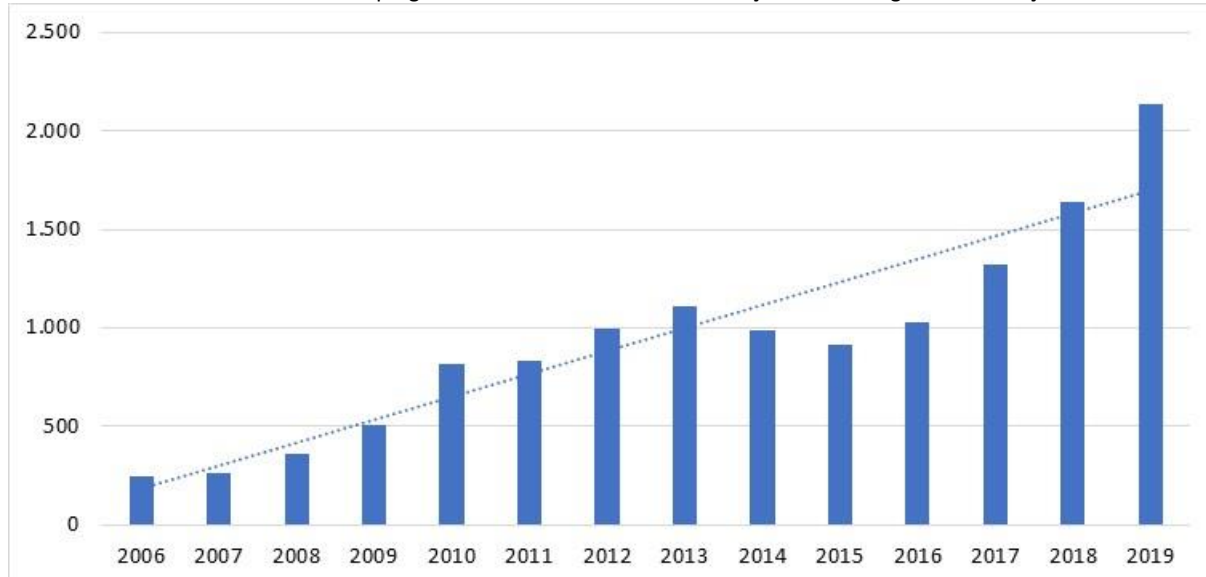
Segundo o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), além da conjuntura de crise que afeta a economia brasileira, particularmente a partir de 2014, um dos fatores que afetou esse segmento de atividade no Brasil foi a expressiva valorização cambial (R\$/US\$), acelerada a partir de janeiro de 2015, o que implicou no aumento do custo de produção têxtil, em decorrência de insumos que são importados, tais como fibras ou filamentos sintéticos ou artificiais e até mesmo o algodão, não incentivando a produção. Para o futuro da indústria têxtil do Nordeste, o ETENE espera “que a consolidação da Ferrovia Transnordestina permita baratear o custo de frete do algodão produzido nas áreas de cerrados, e a diminuição da dependência externa no fornecimento de filamentos sintéticos tornem a indústria nordestina mais competitiva nos mercados interno e externo.”²⁹

Merece também destaque o número de vínculos de empregos formais nas atividades dos serviços de tecnologia da informação: desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; consultoria em tecnologia da informação; e suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (Gráfico 12).

²⁹ MENDES JÚNIOR, Biagio. A indústria têxtil no Nordeste, Norte de Minas e Norte do Espírito Santo - contextualização e perspectivas. Caderno Setorial ETENE, ano 4, nº 101, outubro, 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6132087/101_Textil.pdf/96bf5a85-2f64-43cf-2885-e603fc83f2db

Apesar da inflexão da tendência de crescimento do número de vínculos de empregos formais nas atividades dos serviços de tecnologia da informação verificada no período 2014-2016, em 2019, esse número alcançou 2.134 vínculos.

Gráfico 12: Número de vínculos de empregos formais nas atividades dos serviços de tecnologia da informação em João Pessoa



Fonte: RAIS (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Nesse contexto, a Lei Municipal nº 13.546, de 29/12/2017, criou o Extremotec - Polo de Tecnologia Extremo Oriental das Américas:

*“[Esse polo] foi pensado para atender a vocação de mercado de João Pessoa, e tem como objetivo principal fomentar o setor de Tecnologia da Informação (TI) e **Economia Criativa (EC)**, oferecendo um ambiente que incentive novos negócios para estimular o desenvolvimento de startups, atraindo indústrias e empresas. A ênfase em desenvolvimento de sistemas, programação, desenvolvimento de softwares, aplicativos mobile, jogos eletrônicos, projetos de moda e marketing abre oportunidades para empresas do ramo que podem ter acesso a incentivos fiscais, como a redução da alíquota do ISS até o limite de 2%. O Extremotec também atua no apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão em ciência e tecnologia. (...) Em dezembro de 2019, foi inaugurado o Espaço Extremotec, localizado no bairro de*

Água Fria. São 10.170 m² de área para serem utilizados para feiras e eventos de tecnologia promovidos por entidades filiadas ao Extremotec. A estrutura oferece espaço para coworking, sala de reuniões, auditório, ambiente para desconpressão, estrutura para eventos de grande porte ao ar livre. O Espaço Extremotec está localizado dentro do prédio da nova sede da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Município, [relativamente próxima aos campi da UFPB e do IFPB, Campus Mangabeira].”³⁰

Outra iniciativa convergente que fortalece o ecossistema de inovação local é a criação do Parque Tecnológico Horizontes de Inovação. O lançamento ocorreu em 15/01/2021. Esse Parque tem com sede o antigo Colégio Nossa Senhora das Neves, no centro histórico de João Pessoa, ao lado da catedral da cidade. Esse parque tecnológico visa fortalecer o ecossistema de inovação e de empreendedorismo inovador local e, em particular, impulsionar o avanço da inovação especialmente nas áreas das tecnologias sociais para a saúde, tecnologias educacionais, a **economia criativa**, soluções governamentais, turismo, planejamento urbano e cidades inteligentes e de tecnologias sustentáveis. A ocupação do prédio erguido no século XIX também é uma ação de revitalização do Centro Histórico da capital paraibana.

“[A] estrutura física do parque abrigará diferentes espaços construídos com o intuito de se estabelecerem como ambientes de inovação: espaços de convivência; espaços para empresas âncoras; recepção interativa; espaço de conhecimento (com paredes de pesquisa e mesas touchscreen); espaços de coworking; espaços makers; espaços de P&D de soluções de alto rendimento; espaços de incubadoras e aceleradoras; espaço de robótica; praça de alimentação; e um auditório.”³¹

³⁰ Informações disponíveis no sítio: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Extremotec>

³¹ Informações disponíveis no sítio:

<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/noticias/governador-lanca-projeto-do-parque-tecnologico-horizontes-de-inovacao-em-joao-pessoa>

A **economia criativa**, já relevante em João Pessoa, apresenta um elevado potencial de crescimento. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) define economia criativa da seguinte forma:³²

“A “economia criativa” é um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico.

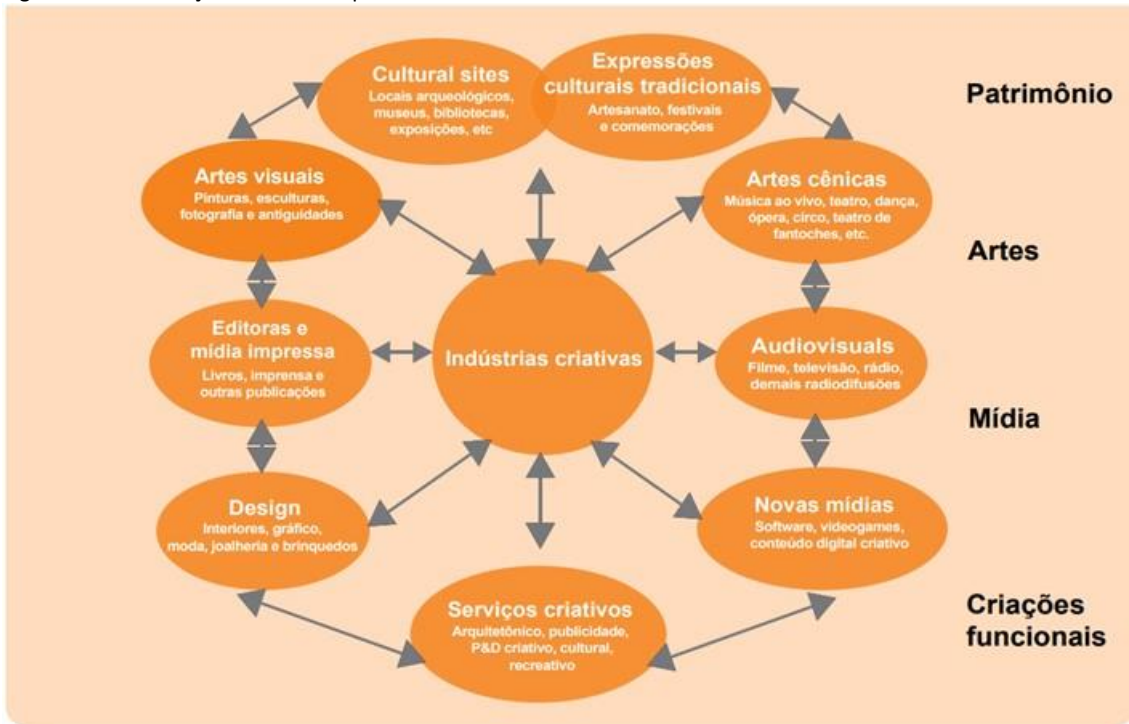
- *Ela pode estimular a geração de renda, criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano.*
- *Ela abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo.*
- *É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral.*
- *É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial.*
- *No centro da economia criativa, localizam-se as indústrias criativas.”*

“As indústrias criativas:

- *São os ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam criatividade e capital intelectual como insumos primários;*
- *Constituem um conjunto de atividades baseadas em conhecimento, focadas, entre outros, nas artes, que potencialmente gerem receitas de vendas e direitos de propriedade intelectual;*
- *Constituem produtos tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado;*
- *Posicionam-se no cruzamento entre os setores artísticos, de serviços e industriais; e*
- *Constituem um novo setor dinâmico no comércio mundial [Figura 54]”*

³² Relatório de Economia Criativa 2010 (Nações Unidas, Unctad, Itaú Cultural e Ministério da Cultura). Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf

Figura 54: Classificação da UNCTAD para as indústrias criativas



Fonte: UNCTAD (2010)

Nesse contexto, uma questão relevante para a revisão do Plano Diretor de João Pessoa refere-se à “geografia da economia criativa” no município, inclusive no que se refere aos usos dos espaços públicos.

4.4 POTENCIAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO

Um conceito relevante para avaliar o potencial turístico do Município de João Pessoa e orientar a revisão de seu Plano Diretor Municipal é o de “geografia dos espaços turísticos”. Segundo a Prefeitura de Florianópolis (s/d, p. 35):

A geografia dos espaços turísticos se explicita através da mobilização dos fluxos de visitantes, de capital, de trabalhadores prestadores de serviços, dos padrões de ocupação, das modificações do uso do espaço,

das transformações no valor do solo urbano, produzindo nova ordem espacial. (...).³³

Conforme citado por Serafim (2020), Fratucci (2009) explica que “o turismo ao se apropriar dos diferentes espaços, passa a reordená-los a partir da lógica dos agentes que o produzem, influenciando numa nova organização territorial, que por sua vez expõe o espaço do turismo.”³⁴

O Mapa 2, a seguir, apresenta a “geografia dos espaços turísticos” do município de João Pessoa. Esses espaços estão concentrados no Centro Histórico e, principalmente, na Orla Marítima, em Tambaú / Busto de Tamandaré e no eixo dado pela Av. Cabo Branco, em direção ao Farol.

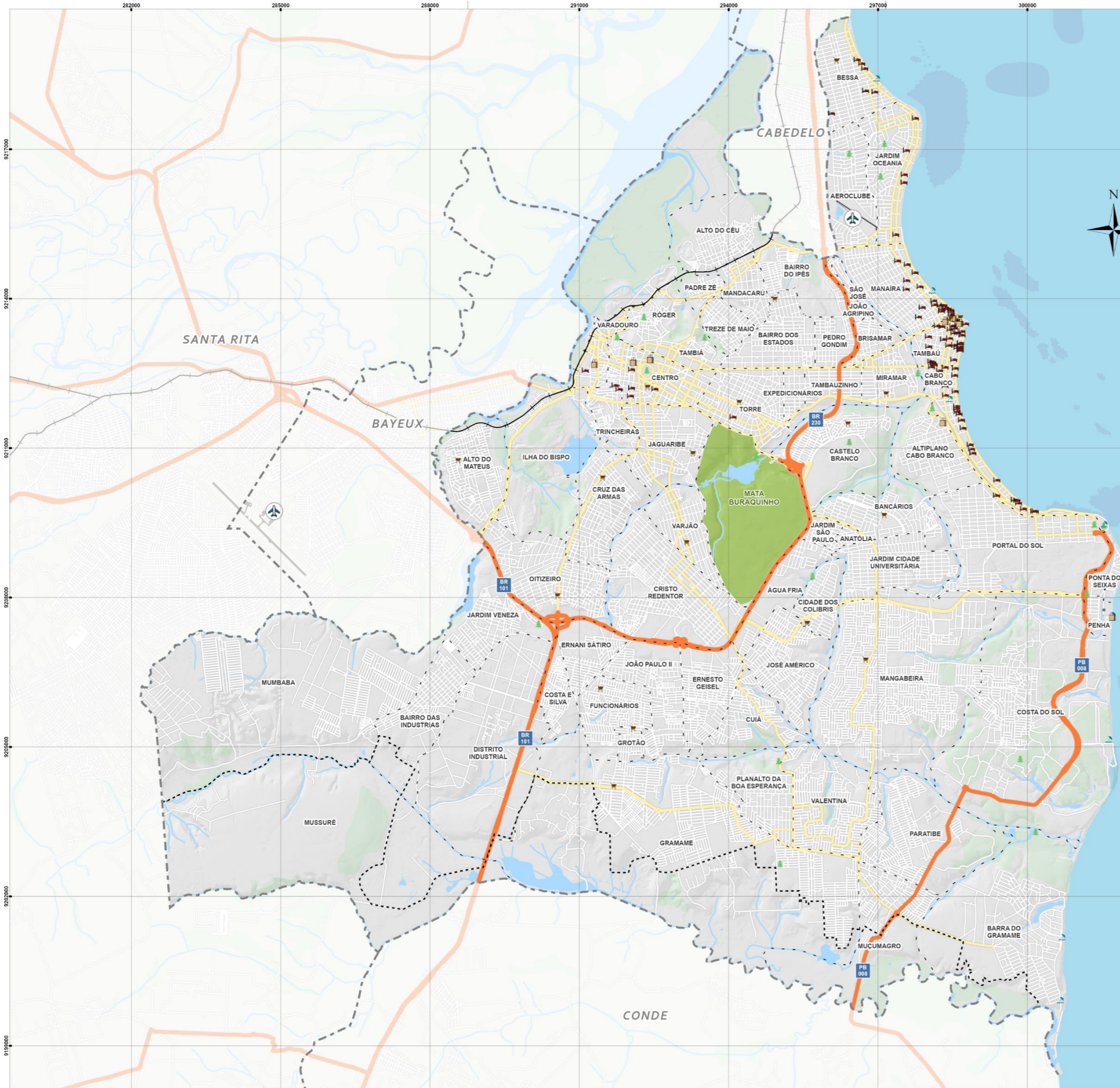
³³ PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Noções básicas do Turismo. S/r, s/d. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/11_11_2009_12.49.07.432d004c9d8ab2ee89f865e5710b8bd7.pdf.

³⁴ SERAFIM, Lubiane. Turismo, geografia e a educação turística: o caso de uma escola básica em Nova Iguaçu, RJ. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, orientada pelo Prof. Dr. Wilson Martins Lopes Júnior. Niterói, 2020. Disponível em:

https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/16370/1/Dissertacao_Lubiane_Serafim.pdf;

CORIOLANO, L. N. M. T. Do local ao global: o turismo litorâneo cearense. Campinas: Papirus, 1998; e

FRATUCCI, A. C. Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. Revista Turismo em Análise, v. 20, n. 3, p. 391-408, 2009.



CONVENÇÕES:

- Aeroportos
- Ferrovias
- Hidrografia
- Limites de Bairros
- Limite do Perimetro Urbano
- Limites Municipais
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias
- Corais Oceano
- Massa D'água
- Mata Buraquinho
- Remanescentes Florestais

Atrativos Turísticos

- Centro Comercial / Artesanato (8)
- Mercado / Horto (19)
- Praias (8)
- Hotelaria (102)
- Parques

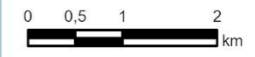


Oceano Atlântico



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOAL SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021]
 DIGEOC [2021] | IBGE [2020] | ANA [2020]
 AESA [2020] | PMJP [2021]
 DATA: setembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



O Polo Turístico Cabo Branco, na forma de um grande projeto urbano, vem promovendo a extensão dessa “geografia” mais ao sul de João Pessoa (Figura 55).³⁵

O Plano Diretor vigente da Cidade de João Pessoa, já especifica, no seu Art. 90, que o Polo Turístico do Cabo Branco viria a merecer do Poder Público Municipal “atenção especial e prioritária”.

Figura 55: Polo Turístico Cabo Branco



Fonte: Polo Cabo Branco, CINEP (s/d)

Esse projeto vem sendo executado pela Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP).³⁶ Podem ser observadas no Box 1, as informações relativas ao 3º Edital referente a esse projeto,³⁷ publicado em 2020, visando “a alienação de imóveis, de propriedade da

³⁵ Disponível em:

<http://www.cinep.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2020/11/Apresentac%CC%A7a%CC%83o-POLO-3%C2%AA-etapa.pdf>

³⁶ Informações disponíveis no sítio: <http://www.cinep.pb.gov.br/portal/>

³⁷ Esse Edital encontra-se disponível em:

<http://www.cinep.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2020/11/1.-Edital-3%C2%AA-Publicac%CC%A7a%CC%83o-assinado.pdf>

CINEP,³⁸ localizados no **Distrito Industrial do Turismo - DITur**,³⁹ no município de João Pessoa”. Segundo a CINEP, “os imóveis descritos neste Edital terão como finalidade a implantação de empreendimentos econômicos voltados à hospedagem, comércio e serviços (conceito de “shopping a céu aberto”), considerando a melhor destinação a ser dada ao bem.” **As apostas recentes que vem sendo realizadas nesse projeto é um indicativo do potencial turístico do município de João Pessoa.**

O **Distrito Industrial do Turismo - DITur** foi criado pela Lei Estadual 10.781, de 22 de novembro de 2016, com o objetivo, dentre outros, de, “com base na infraestrutura implantada pelo Governo Estadual na área, promover a instalação de equipamentos destinados à exploração da indústria do turismo, respeitando o zoneamento da área, conforme projeto urbanístico registrado em cartório” (Art. 3º).

³⁸ O Decreto Estadual nº 37.192/2016 marcou a transferência das áreas destinadas à implantação do Polo Turístico do Cabo, vinculada à Empresa Paraibana de Turismo (PBTur), para a CINEP, a fim de acelerar a efetivação do projeto, que foi idealizado ainda na década de 1980. Segundo esse Decreto (Art. 2º), essas áreas devem ser destinadas, exclusivamente, aos empreendimentos e atividades próprios à instalação do Distrito Industrial do Turismo do Estado da Paraíba, ou seja, empreendimentos voltados para hospedagem, comércio, serviços e entretenimento.

³⁹ “A área hoje denominada Polo Turístico, foi incorporada ao patrimônio público através da aquisição da Fazenda Mangabeiras, comprada pelo governo da Paraíba com o objetivo de retirar lenha para a produção de energia elétrica. Com a chegada da energia da CHESF, o imóvel ficou ocioso e o Estado da Paraíba, passou então a desmembrá-lo afim de atrair projetos para o estado, inicialmente foi retirado um quinhão para instalar a UFPB, posteriormente outras partes foram oferecidas como contrapartida do governo em projetos de construção de casas populares a exemplo dos conjuntos Mangabeira, Bancários, Valentina Figueiredo entre outros que foram lá edificadas. Também foi cedida uma parte do imóvel à EMBRAPA, quando da fundação da EMEPA, e outra para construir o Distrito Industrial de Mangabeira.” Conforme: Audiência Pública: Apresentação do Estudo Ambiental Complementar, referente à Licença de Instalação para o Distrito Industrial do Turismo) e à Licença de Operação para o Centro de Convenções (novembro, 2017). Disponível em:

<http://sudema.pb.gov.br/consultas/downloads/arquivos-eia-rima/apresentacao-polo-turistico.pdf>

Quadro 11: Edital Polo Turístico Cabo Branco

Polo Turístico Cabo Branco - 3º Edital: novembro de 2020
Companhia de Desenvolvimento da Paraíba – CINEP

“Nesta terceira etapa estão sendo oferecidos três lotes. Dois destinados à construção de hotéis/resorts (lote 02 - 4,53 ha e lote 05 - 3,3 ha), e outro, lote 09 (16,55 ha), pertencente à área de comércio e serviços, à construção de um grande “shopping a céu aberto”.

É importante destacar que, como produto dos editais anteriores [1º e 2º], já foram firmados contratos para a construção de três equipamentos. Um deles, o Surf World Park, será um grande parque aquático, implantado em um terreno de 24 hectares, e que conterà a maior piscina de ondas do Brasil, e uma das maiores do mundo, com 31mil m² de superfície e 200 m de diâmetro. Além disso, foram assinados contratos para a construção de mais dois resorts, o Ocean Palace Jampa Eco Beach Resort e o Amado Bio Spa.

Para esse projeto, serão concedidos incentivos relacionados tanto à aquisição dos imóveis propriamente ditos (incentivo locacional), quanto aos incentivos fiscais (ICMS), estes pertinentes às aquisições de alguns equipamentos necessários à implantação dos empreendimentos. Além disso, o Polo Turístico Cabo Branco possui uma legislação específica no que diz respeito aos tributos municipais (ISS), com incentivos da ordem de 60%.

O Polo Turístico Cabo Branco, maior **polo turístico planejado** do Nordeste, possui uma área de 654 hectares com 35 lotes, sendo 19 para o setor hoteleiro, 5 para o setor de animação, 10 para comercial e serviços e 1 para o setor de eventos.

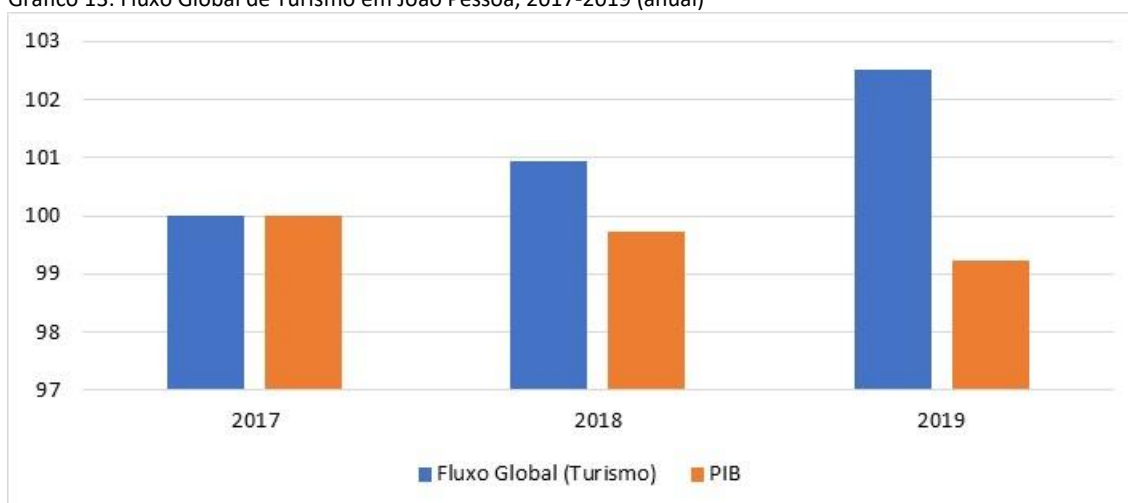
Atualmente o projeto já conta com o Centro de Convenções que já está em operação. O equipamento possui mais de 48 mil m² de área construída e capacidade para receber 20 mil pessoas, simultaneamente, em seus quatro prédios principais, dentre os quais se destaca um dos mais modernos teatros do Brasil, com capacidade para 3 mil espectadores: o Teatro Pedra do Reino.”

O Polo Turístico situa-se entre o mar do litoral sul paraibano e a Mata Atlântica da região, tendo no seu entorno a “maior reserva ambiental de **mata atlântica nativa, inserida na malha urbana**, do Brasil”: o Parque das Trilhas (575 ha).

Fonte: CINEP, disponível no sítio: http://www.cinep.pb.gov.br/portal/?page_id=5921. Adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

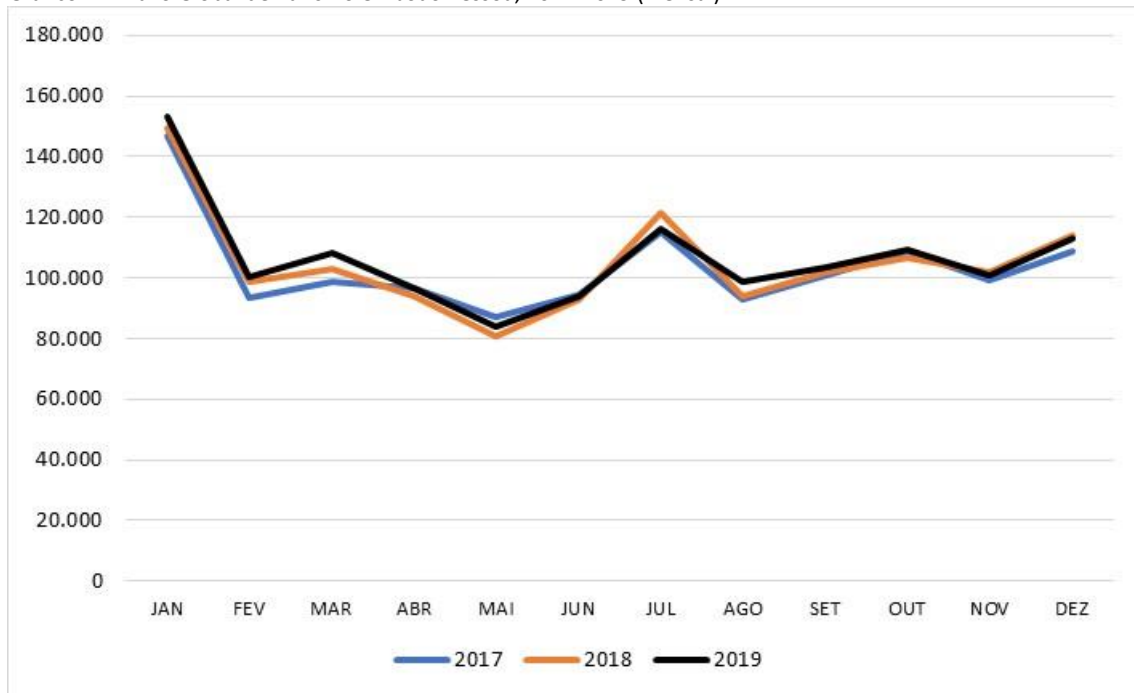
Nesse contexto, são relevantes as informações fornecidas pela Empresa Paraibana de Turismo relativas ao “Fluxo Global de Turismo” em João Pessoa, no período 2017-2019 (Gráficos 13 e 14).

Gráfico 13: Fluxo Global de Turismo em João Pessoa, 2017-2019 (anual)



Fonte: IBGE (2021) e BOH/Pesquisas/Fecomércio/Setor de Estatística (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Gráfico 14: Fluxo Global de Turismo em João Pessoa, 2017-2019 (mensal)



Fonte: IBGE (2021) e BOH/Pesquisas/Fecomércio/Setor de Estatística (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

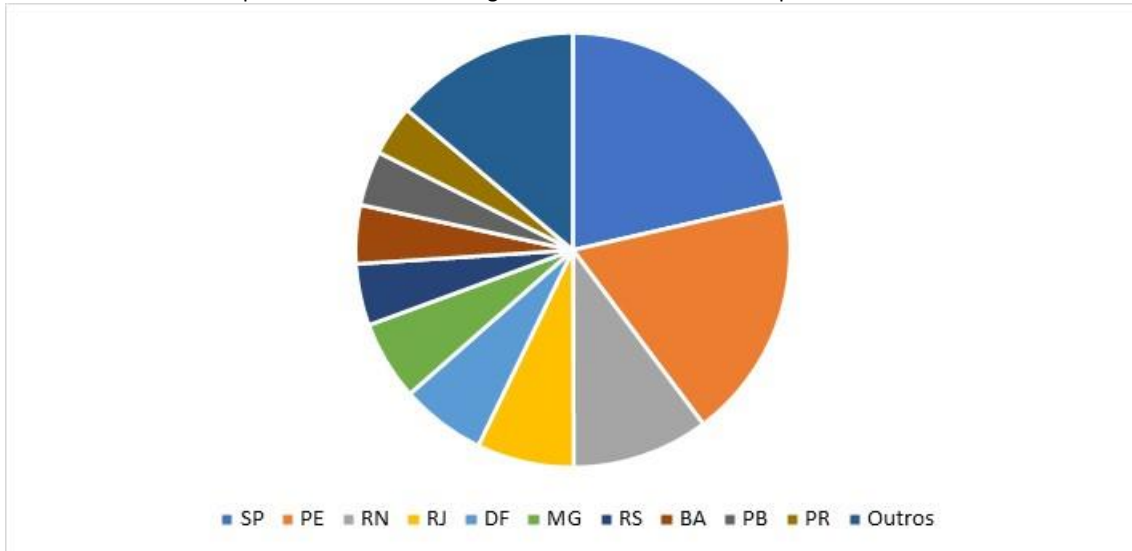
Nota: Em média 38% do Fluxo fica em hotéis, 47% em casa de parentes ou amigos e 15% em outros meios de hospedagem

Como pode ser observado, mesmo em uma conjuntura de descenso do PIB do Município, em decorrência da crise que atinge a economia brasileira, o Fluxo Global de Turismo, no período 2017-2019, aumentou de forma expressiva (Gráfico 13) e manteve o mesmo padrão de sazonalidade mensal (Gráfico 14).⁴⁰ **Isso indica a vitalidade e potencial da “indústria do turismo” no município de João Pessoa.**

Contribui para essa conclusão o fato de que cerca de 49% do fluxo de hóspedes tem como procedência estados relativamente distantes de João Pessoa: São Paulo, 21,4%; Rio de Janeiro, 7,2%; Distrito Federal, 6,3%; Minas Gerais, 5,9%; Rio Grande do Sul, 4,6%; e Paraná, 3,8% (Gráfico 15).

⁴⁰ Informações disponíveis no sítio: <https://www.pbtur.pb.gov.br/indicadores-turisticos/>

Gráfico 15: Fluxo de Hóspedes em João Pessoa segundo o estado de residência permanente



Fonte: Empresa Paraibana de Turismo: Ficha Nacional de Registros de Hóspedes, adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Em **2015**, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgaram resultados da edição 2015 do Índice de Competitividade do Turismo Nacional relativo ao município de João Pessoa.⁴¹

Esse índice se refere à “capacidade crescente [do município de destino] de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.”⁴²

Segundo a FGV et al (2015), “a competitividade do destino é avaliada de acordo com 13 dimensões e mais de 60 variáveis. A soma ponderada dos resultados conquistados pelo destino em cada uma dessas dimensões resulta no índice geral de competitividade do destino.” Merece ser realçado que essas diferentes dimensões são compreendidas em seu conjunto, como um sistema.

⁴¹ Disponível em:

http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2015/Joao%20Pessoa_RA_2015.pdf

⁴² FGV/MTUR/SEBRAE (2015, p. 4).

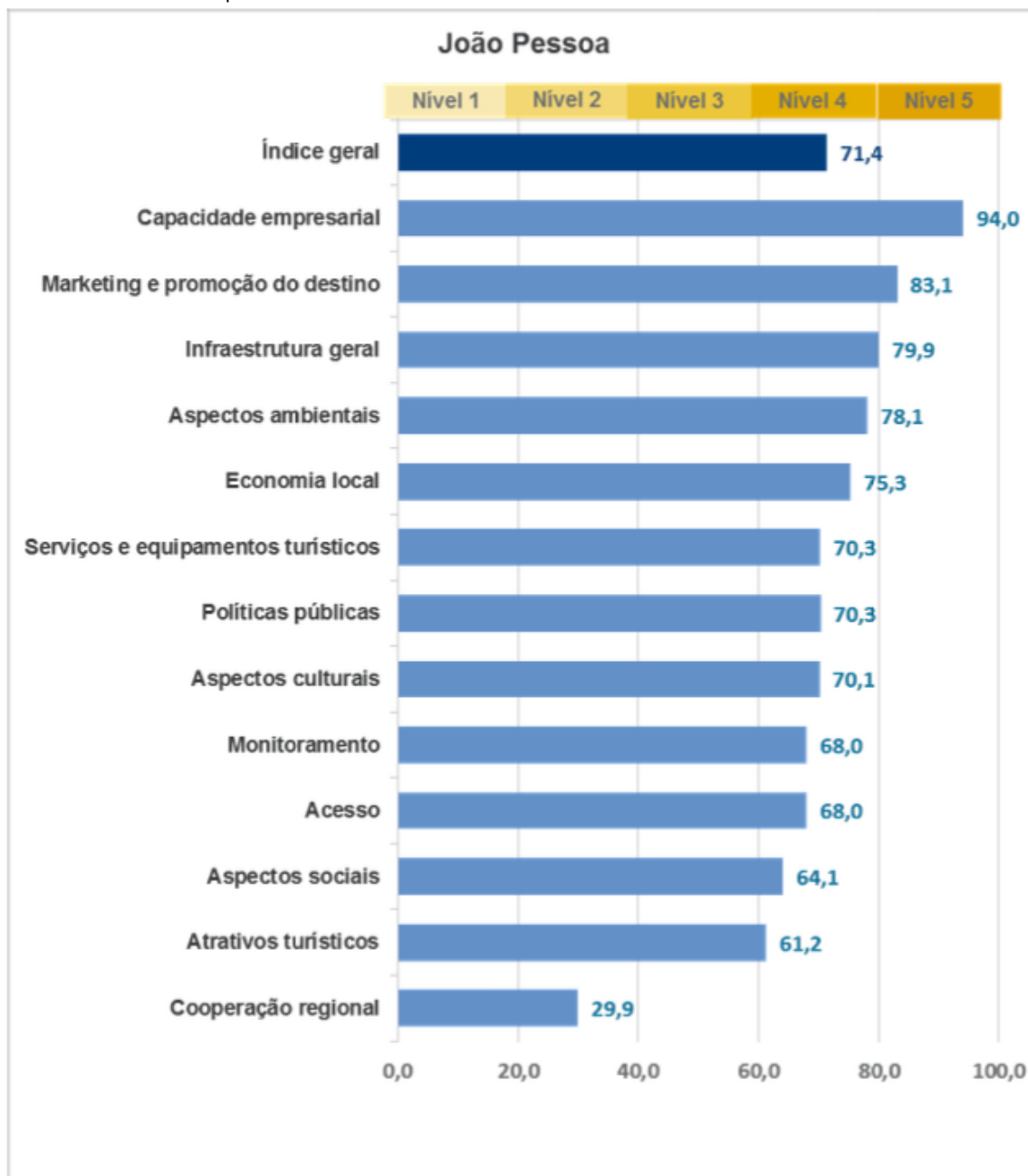
Quadro 12: Dimensões e variáveis que compõem o Índice de Competitividade do Turismo

DIMENSÃO		VARIÁVEIS																						
INFRAESTRUTURA GERAL	Capacidade de atendimento médico para o turista no destino	Formecimento de energia	Serviço de proteção ao turista	Estrutura urbana nas áreas turísticas	Sistema de transporte no destino	Proximidade de grandes centros emissores de turistas	Capacidade dos restaurantes	ACESSO	Acesso aéreo	Acesso rodoviário	Acesso aquaviário	Acesso ferroviário	SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	Capacidade de atendimento turístico	Centro de atendimento ao turista	Espaço para eventos	Capacidade dos meios de hospedagem	Capacidade do turismo receptivo	ATRATIVOS TURÍSTICOS	Atrativos naturais	Atrativos culturais	Eventos programados	Realizações técnicas, científicas ou artísticas	Diversidade de atrativos, opções e equipamentos de lazer
	MARKETING E PROMOÇÃO DO DESTINO	Participação em feiras e eventos	Promoção do destino	Estratégias de promoção digital	Planejamento para a cidade e para a atividade turística	Promoção e apoio à comercialização de forma integrada	Planejamento para a cidade e para a atividade turística		Planejamento turístico regional	Medição dos impactos da atividade turística	Empreendimentos ou eventos alavancadores	Geração de negócios e empreendedorismo		Cidadania, sensibilização e participação na atividade turística	Política de enfrentamento e prevenção à exploração de crianças e adolescentes									
POLÍTICAS PÚBLICAS	Estrutura municipal para apoio ao turismo	Grau de cooperação com o governo estadual	Grau de cooperação com o governo federal	Planejamento para a cidade e para a atividade turística	Promoção e apoio à comercialização de forma integrada	Planejamento para a cidade e para a atividade turística	Planejamento turístico regional	Sistema de estatísticas do turismo	Medição dos impactos da atividade turística	Empreendimentos ou eventos alavancadores	Geração de negócios e empreendedorismo	Cidadania, sensibilização e participação na atividade turística	Rede pública de coleta e tratamento de esgoto	COOPERAÇÃO REGIONAL	Projetos de cooperação regional	Planejamento turístico regional	Roteirização	Promoção e apoio à comercialização de forma integrada	MONITORAMENTO	Pesquisas de oferta	Pesquisas de demanda	Realizações técnicas, científicas ou artísticas	Diversidade de atrativos, opções e equipamentos de lazer	
	ECONOMIA LOCAL	Aspectos da economia local	Infraestrutura de comunicação	Infraestrutura e facilidades para negócios	Empreendimentos ou eventos alavancadores	Geração de negócios e empreendedorismo	Cidadania, sensibilização e participação na atividade turística	Rede pública de coleta e tratamento de esgoto	CAPACIDADE EMPRESARIAL	Presença de grupos nacionais e internacionais do setor do turismo	Concorrência e barreiras de entrada	Uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população	Rede pública de distribuição de água		ASPECTOS SOCIAIS	Empregos gerados pelo turismo	Atividades em curso potencialmente poluidoras	Atividades em curso potencialmente poluidoras		Atividades em curso potencialmente poluidoras	ASPECTOS AMBIENTAIS	Estrutura e legislação municipal de meio ambiente	Estrutura e legislação municipal de meio ambiente	Atividades em curso potencialmente poluidoras
ASPECTOS CULTURAIS	Produção cultural associada ao turismo	Patrimônio histórico cultural	Estrutura municipal para apoio à cultura	Estrutura municipal para apoio à cultura	Patrimônio histórico cultural	Patrimônio histórico cultural	Patrimônio histórico cultural	Patrimônio histórico cultural		Patrimônio histórico cultural	Patrimônio histórico cultural	Patrimônio histórico cultural	Patrimônio histórico cultural	Patrimônio histórico cultural		ASPECTOS CULTURAIS	Produção cultural associada ao turismo	Patrimônio histórico cultural	Estrutura municipal para apoio à cultura	Estrutura municipal para apoio à cultura		ASPECTOS CULTURAIS	Produção cultural associada ao turismo	Patrimônio histórico cultural

Fonte: FGV/MTUR/SEBRAE (2015)

Os resultados referentes ao Índice de Competitividade do Turismo em João Pessoa (2015), geral e de suas diferentes dimensões podem ser observadas no Gráfico 16.

Gráfico 16: Índice de Competitividade do Turismo em João Pessoa



Fonte: FGV/MTUR/SEBRAE (2015)

Como pode ser observado, as dimensões com os maiores índices são “Capacidade empresarial” e “Marketing e promoção do destino”, resultados que atingiram o nível 5, o mais alto de competitividade na escala utilizada. As demais dimensões alcançaram o nível 4, exceto a dimensão “Cooperação regional”, com o nível 2.

No que se refere a essa dimensão, é possível que essa avaliação, realizada em 2015, possa ter se alterado, haja vista os avanços recentes nas bases legais e operacionais, com vistas à estruturação e dinamização do Polo Turístico Cabo Branco (Decreto Estadual no 37.192/2016; Lei Estadual 10.781/2016; Editais da CINEP etc.).

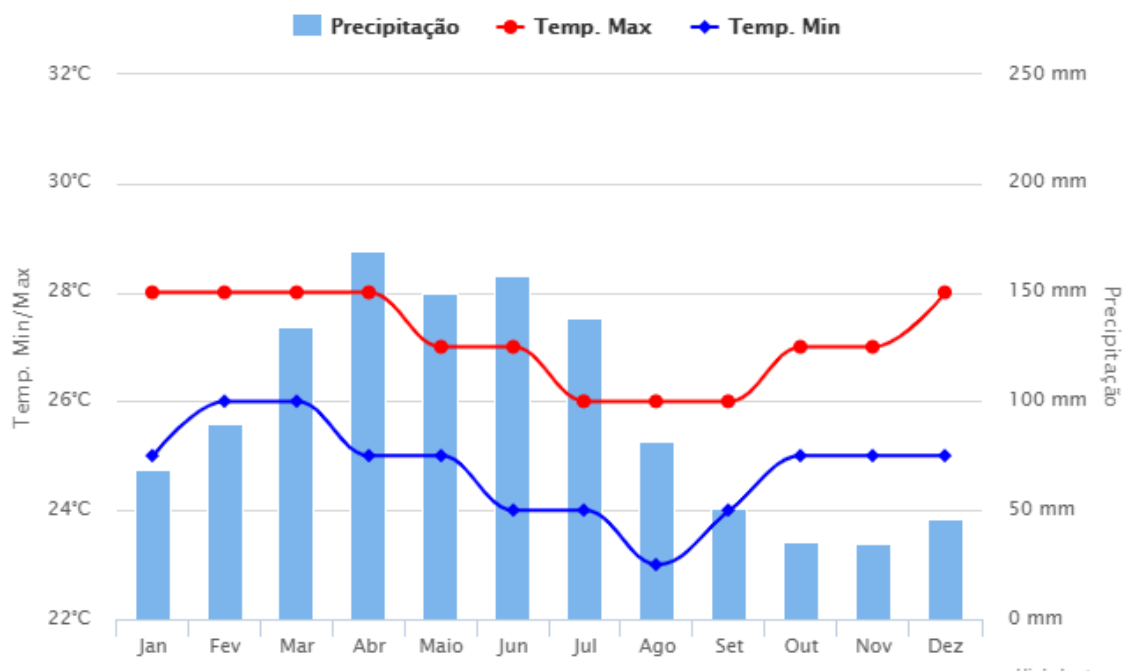
Pode-se afirmar que esses resultados, pelos altos níveis alcançados, também indicam um elevado potencial da “geografia dos espaços turísticos” no município de João Pessoa.

5 CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE AMBIENTAL

5.1 CLIMA

O clima de João Pessoa se define como tropical úmido, de acordo com a classificação de Köppen, com temperaturas médias em torno de 25°C. A amplitude térmica das médias mensais é de apenas 3°C entre os meses frios (julho a agosto) e os quentes (dezembro a fevereiro), e a precipitação média anual é de 1.200 a 1.600 mm (IDOM-COBRAPE, 2014). A época de chuvas se concentra em janeiro a julho, sendo os meses menos chuvosos os de setembro a dezembro, conforme demonstra a Figura 56.

Figura 56: Dados do comportamento da chuva e da temperatura ao longo do ano do município de João Pessoa, a partir de uma série de dados de 30 anos



Fonte: CLIMATEMPO (2021)

O clima de João Pessoa é marcado por uma estação seca no verão, com a ausência de períodos frios. Já o período de março a julho apresenta temperaturas inferiores a 18°C e chuvas concentradas, com precipitação mensal que varia entre 100mm a 150mm.

A localização geográfica do município de João Pessoa, aliada a fatores como os baixos índices de nebulosidade, proporciona uma quantidade de horas anuais de insolação elevada, principalmente entre os meses de setembro e janeiro. No mês de novembro, o índice de insolação pode chegar a 275 horas de exposição à luz solar (PEREGRINO, 2014). Anualmente

são cerca de 2.566,74 horas de sol com uma média de 84,42 horas de sol por mês, sendo o mês de dezembro, o que apresenta maior número de horas diárias de sol correspondendo a 7,65 horas de sol por dia (CLIMATE DATA.ORG, 2021).

A região também apresenta uma elevada umidade relativa do ar, cuja média anual é de 80%, podendo atingir até 87% no período entre maio e julho, caracterizando o “período das chuvas”. Os ventos predominantes são a 150° nas rosas dos ventos (direção sudeste), com outros ventos de menor predominância a 90° (direção leste) (SILVA, 1999 apud PEREGRINO, 2014).

5.2 GEOLOGIA

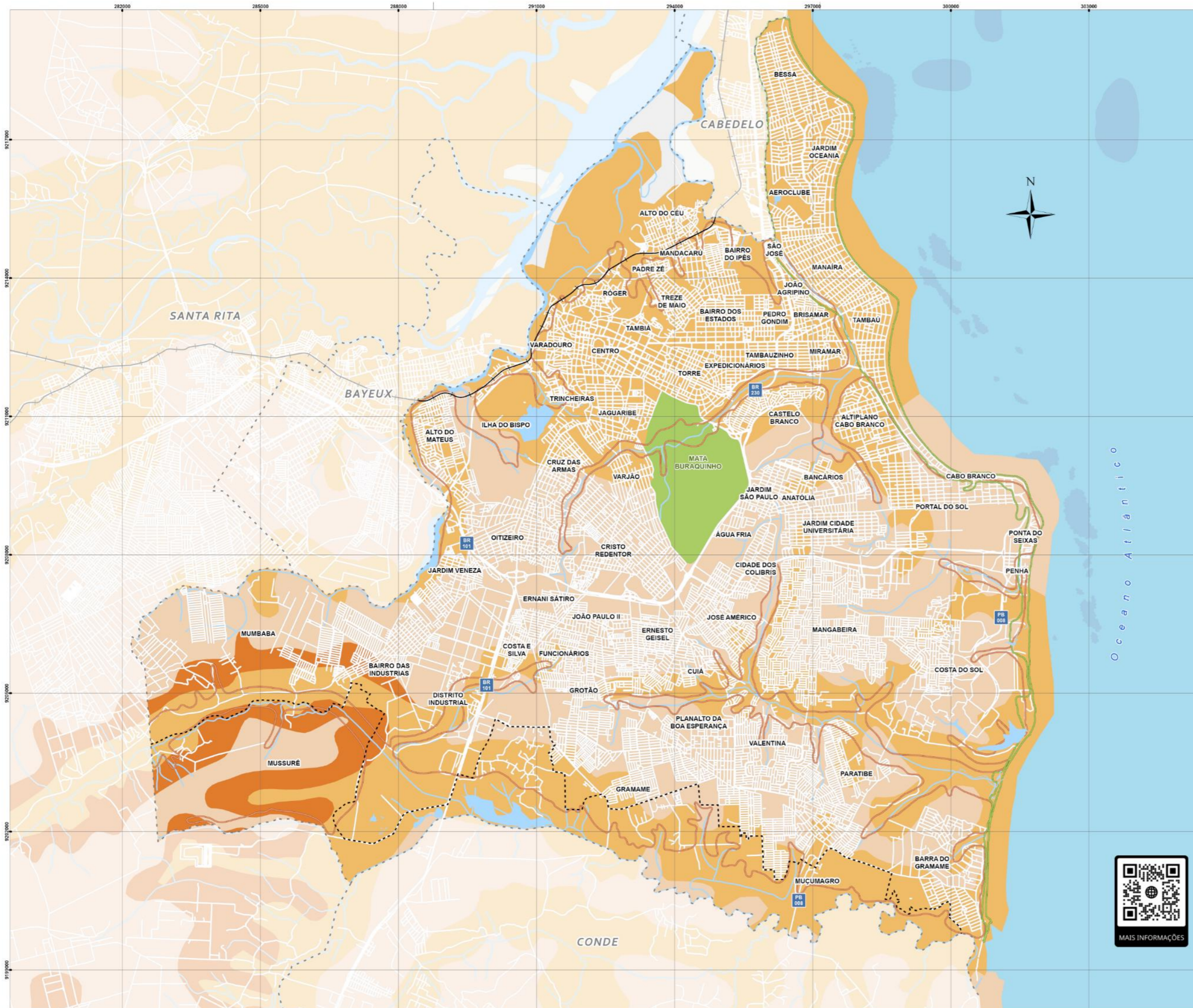
De acordo com o Mapa da Geodiversidade da Paraíba (CPRM, 2008), o município de João Pessoa encontra-se inserido no Domínio dos Sedimentos Cenozoicos e no Domínio das Sequências Sedimentares Mesozoicas Clastocarbonáticas, formados, respectivamente, pela alternância irregular entre camadas de sedimentos de composição diversa (arenito, siltito, argilito e cascalho) e pelo predomínio de sedimentos quartzoarenosos e conglomeráticos, com intercalações de sedimentos siltico-argilosos e/ou calcíferos.

As principais unidades geológicas existentes em João Pessoa que fazem parte desses dois domínios são: Formação Barreiras, Formação Gramame, Formação Beberibe e Aluviões e sedimentos de praia. A Tabela 27, a seguir, apresenta o quantitativo dessas unidades em João Pessoa, e o Mapa 3, espacializa as informações.

Tabela 27: Unidades Geológicas em % presentes no município de João Pessoa

Classes	Área em km ²	Área em %
Formação Barreiras	136,57	67
Aluviões e sedimentos de praia	71,79	32
Formação Gramame	1,89	0,9
Formação Beberibe	1,22	0,1

Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados de BARBOSA (2015)



CONVENÇÕES:

- Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limite Baixa Vertente
 - Limite do Perímetro Urbano
 - Limites Municipais
 - Malha Viária
 - Planície Costeira
 - Corais Oceano
 - Massa D'água
 - Mata Buraquinho
- Litologia**
- Barreiras
 - Beberibe
 - Depósitos flúvio-marinhos

REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: URBTEC™ e TECHNUM CONSULTORIA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 DIGEOC [2021] | IBGE [2010,2020]
 SEMAM [2021] | TAVARES [2021]

DATA: julho de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



A formação Barreiras compreende 67% da área de João Pessoa, se distribui entre os interflúvios e planaltos e corresponde a sedimentos arenoargilosos mal consolidados, que repousam de forma discordante, respectivamente de oeste para leste, sobre o embasamento cristalino pré-cambriano e sobre os sedimentos da Bacia Sedimentar Marginal da Paraíba.

Os aluviões e sedimentos de praia, notadamente situados na baixada litorânea, compreendem 32% da área de João Pessoa e zonas com materiais inconsolidados, restingas, dunas e mangues. Os solos são formados por sedimentos areno-quartzosos, caracterizados especialmente pela baixa fertilidade e capacidade de armazenamento de água (EMBRAPA, 2021).

As demais unidades representam cerca de 1% do território e aparecem em porções específicas, como no extremo oeste do município (Formação Beberibe) e em áreas da bacia do Rio Gramame (Formação Gramame). Ambas unidades são constituídas por rochas de pouco a moderadamente fraturadas (CPRM, 2008).

Com relação à geomorfologia, João Pessoa situa-se predominantemente sobre a unidade dos Tabuleiros Costeiros, disposta por todo o litoral do nordeste brasileiro. Os Tabuleiros abrangem “platôs de origem sedimentar, apresentando graus de entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora com abertos com encostas suaves e fundos de amplas várzeas” (IDOM-COBRAPE, 2014). Segundo a Embrapa (2021), a altitude média dos tabuleiros varia de 50 a 100 metros e seus solos são profundos e de baixa fertilidade natural.

5.3 PEDOLOGIA

Os solos no município de João Pessoa apresentam predominância do Argissolo Vermelho Amarelo associado aos Latossolos Vermelho-Amarelos e aos Espodossolos (Mapa 4). Em regiões de planícies fluviais caracterizadas por várzeas aluviais, desenvolvem-se os solos Neossolos Flúvicos e os Gleissolos, e em áreas marinha e de Mangue são encontrados os Neossolos Quartzarênicos (BEZERRA, 2018).

Segundo Furrier (2007), os espodossolos na região do município apresentam uma intensa translocação de ferro, alumínio e matéria orgânica, que se acumulam no horizonte B formado pela dissolução química e apresentam uma textura arenosa e coloração predominante cinza claro. Esses solos ocorrem próximos à área litorânea da restinga de

Cabedelo, nos topos dos tabuleiros planos ao norte do Rio Paraíba. Nas regiões da Ponta de Cabo Branco, Ponta do Seixas, Praia do Arraial e Praia de Jacarapé e nos topos dos tabuleiros, identifica-se a presença dos Argissolos associados a latossolos e espodosolos.

De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (2018) esses solos são descritos como (SANTOS, 2018):

- **Argissolos:** São solos formados por material mineral, que têm como características diferenciais a presença de horizonte B textural de argila de atividade baixa, ou atividade alta desde que conjugada com saturação por bases baixa ou com caráter alumínico.
- **Espodosolos:** são solos constituídos por material mineral (arenoquartzosos), desenvolvidos sob condições de umidade elevada. Eles apresentam o horizonte B espódico imediatamente abaixo de horizonte E, A ou horizonte hístico dentro de 200 cm a partir da superfície do solo. Em geral, são solos pobres em fertilidade pela baixa reserva de nutrientes, de moderados a fortemente ácidos.
- **Latossolos:** compreendem solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico (evidenciam avançado estágio de intemperização e com frações de argila e silte) imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial. São considerados solos fortemente ácidos.
- **Gleissolos:** correspondem a solos minerais, hidromórficos, ou seja, são solos que se encontram permanente ou periodicamente saturados por água, salvo se artificialmente drenados. A água permanece estagnada internamente ou a saturação ocorre por fluxo lateral no solo. Isso deve-se à proximidade com o lençol freático. Em qualquer circunstância, a água do solo pode se elevar por ascensão capilar, atingindo a superfície. Apresentam horizonte glei dentro de 50 cm a partir da superfície ou à profundidade maior que 50 cm e menor ou igual a 150 cm.
- **Neossolos Flúvicos:** Solos derivados de sedimentos aluviais com horizonte A assente sobre camada ou horizonte C e que apresentam caráter flúvico dentro de 150 cm a partir da superfície do solo. Admitem um horizonte Bi com menos de 10 cm de espessura. Ausência de gleização expressiva dentro de 50 cm da superfície do solo.
- **Neossolos Quartzarênicos:** solos sem contato lítico ou lítico fragmentário dentro de 50 cm a partir da superfície, com sequência de horizontes A-C, porém apresentando

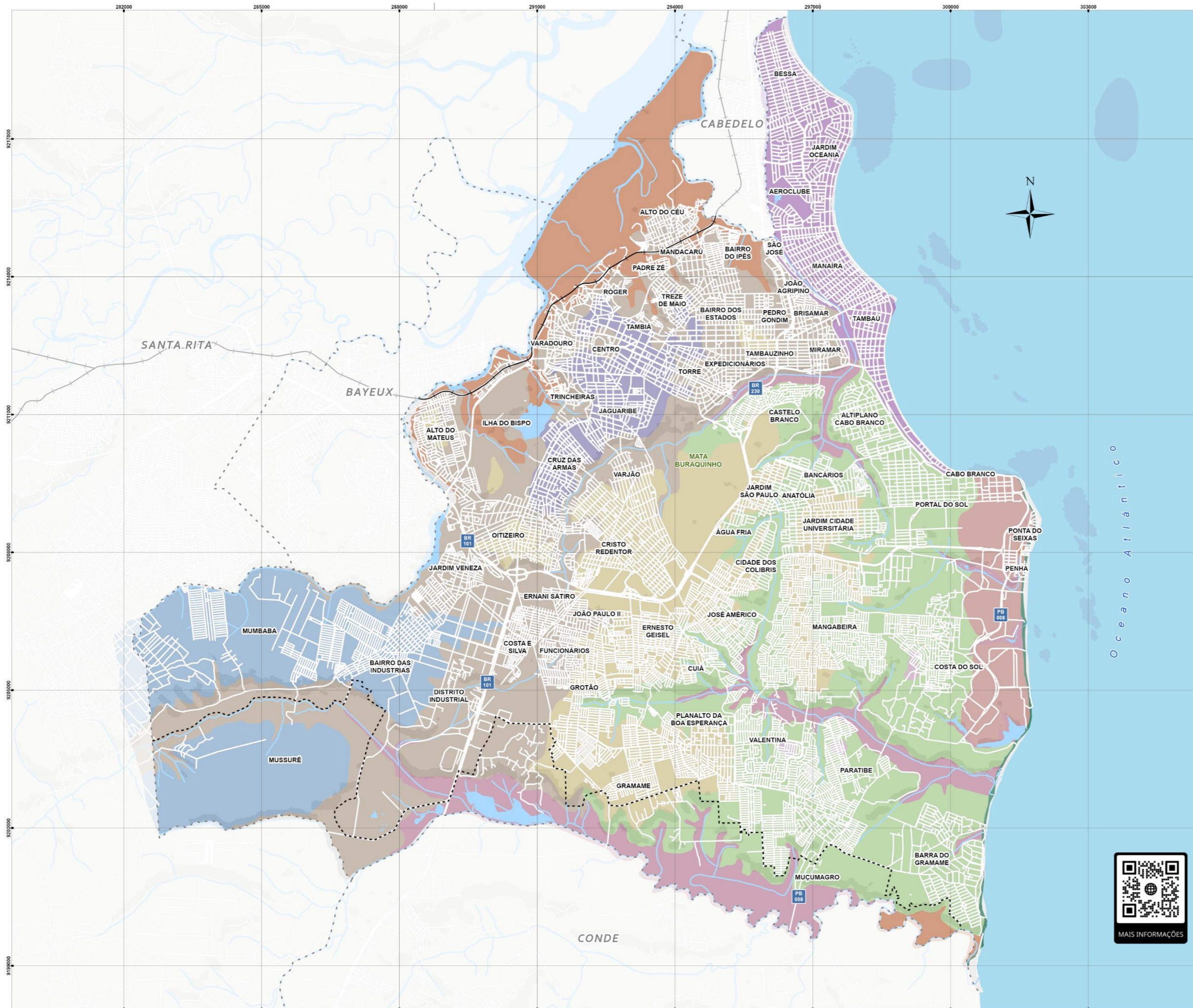
textura areia ou areia franca em todos os horizontes até, no mínimo, a profundidade de 150 cm a partir da superfície do solo ou até um contato lítico ou lítico fragmentário. São essencialmente quartzosos, tendo, nas frações areia grossa e areia fina, 95% ou mais de quartzo, calcedônia e opala e praticamente ausência de minerais primários alteráveis (menos resistentes ao intemperismo).

- Solos indiscriminados de Mangue: São solos predominantemente halomórficos, alagados, que se distribuem nos estuários. Não são solos desenvolvidos, apresentam alto teor de sais devido à influência da água do mar. Sua textura varia de argilosa a arenosa (FURRIER, 2007).

O município de João Pessoa encontra-se inserido sobre os sedimentos mal consolidados da Formação Barreiras. Essa formação é descrita como areníticas argilosas e argilas arenosas, mal selecionadas e pouco consolidadas, produto da sedimentação continental de origem fluvial em condições áridas (IDAM-COBRAPE, 2014).

Os solos arenosos da região apresentam predominância de grãos de quartzos com frações de areia grossa e fina. Devido à sua textura, possuem baixa coesão e grande suscetibilidade à erosão. Os solos argilosos apresentam dificuldade para a infiltração, o que resulta em uma rápida saturação de água no solo e, conseqüentemente, no escoamento superficial que contribui para a remoção da camada superficial do solo. Apesar de apresentarem composições distintas, esses dois solos possuem condições em suas características físicas que os tornam vulneráveis à ocorrência de movimentos de massas (PEREIRA, 2017).

As características dos solos são intrínsecas a outros fatores como relevo, litologia, clima e cronologia de formação, elementos patogêneses e fatores das características físicas e químicas do solo. Sendo assim, os solos apresentam variabilidade quanto à suscetibilidade à erosão, dependendo principalmente das suas características físicas, como textura, permeabilidade e profundidade (FURRIER, 2007). Na sequência é apresentado o Mapa 4, de Classificação dos Solos de João Pessoa.



CONVENÇÕES:

- Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limite do Perímetro Urbano
 - Limites Municipais
 - Malha Viária
 - Corais Oceano
 - Massa D'água
- Solos**
- Áreas Quartzosas Marinha
 - Áreas Quartzosas distrófica + Podzol + Podzólico
 - Áreas Quartzosas distrófica profundo
 - Latossolo Amarelo Eutrófico profundo + Podzólico Vermelho Amarelo
 - Latossolo Amarelo Eutrófico profundo
 - Podzol
 - Podzólico + Áreas Quartzosas distrófica profundo
 - Podzólico + Latossolo Amarelo Eutrófico profundo
 - Podzólico Vermelho Amarelo Eutrófico profundo textura média
 - Solos Aluviais Eutróficos textura indiscriminada pouco profundo
 - Solos de Mangue



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: URBTEC™ e TECHNUM CONSULTORIA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 DIGEOC [2021] | IBGE [2010,2020]
 SEMAM [2007] | PMJP [2021]

DATA: julho de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



5.4 RELEVO E DECLIVIDADE

O relevo é o principal componente para a identificação do grau de fragilidade das áreas, e a análise da declividade é de suma importância, pois contribui para compreender os riscos geológicos-geomorfológicos que certas formas de relevo podem causar ou potencializar, e assim auxiliar nas tomadas de decisões e determinação de traçados adequados para edificação, abertura de vias e implantação de loteamentos na cidade. A partir do levantamento das declividades, é possível identificar o sistema de escoamento superficial e infiltração de águas pluviais, a erodibilidade dos terrenos, a estabilidade e a instabilidade de encostas e taludes.

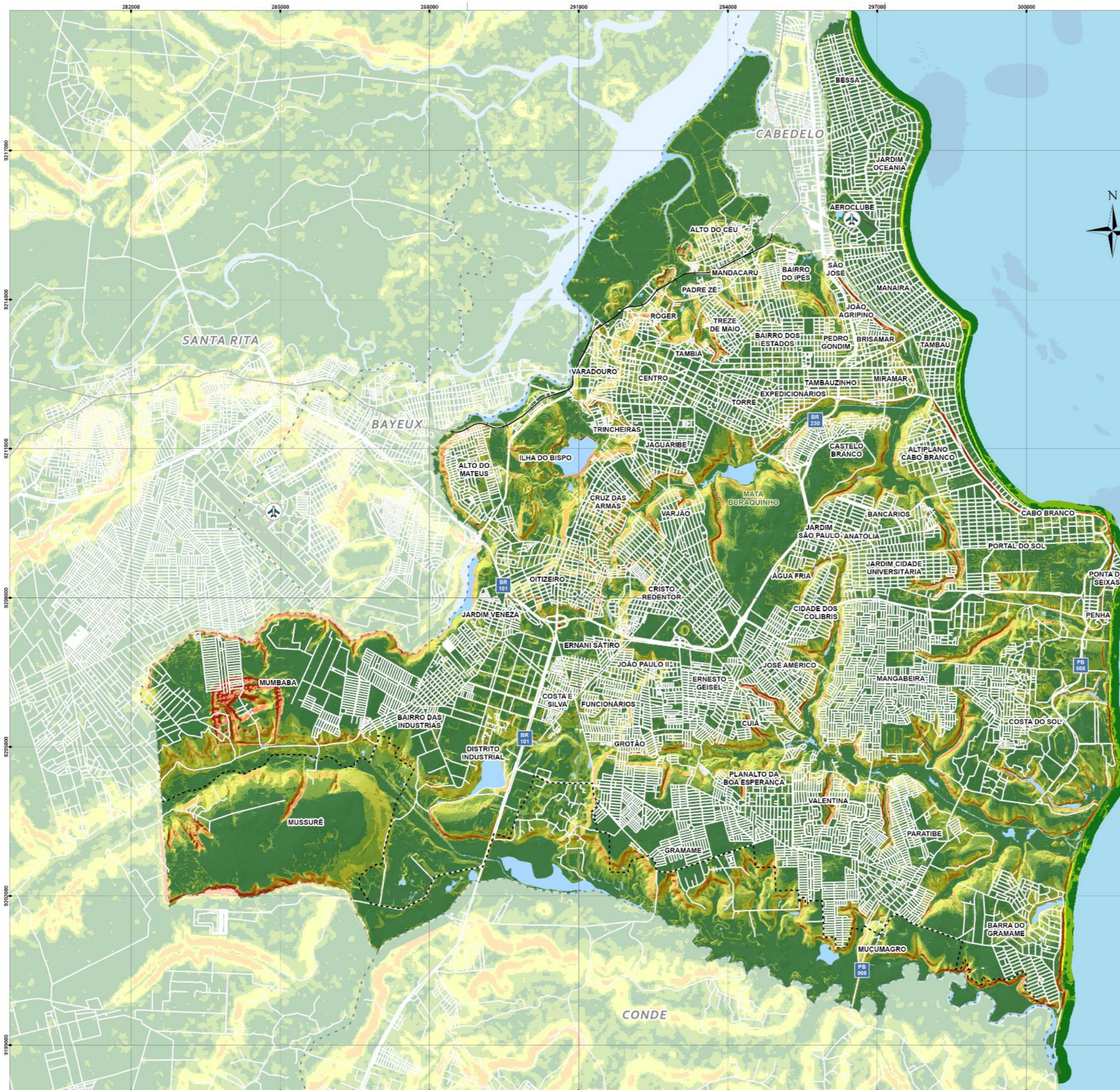
De acordo com Barbosa (2015), o território de João Pessoa apresenta uma topografia plana com apenas alguns trechos semicolinosos, com uma predominância de cotas entre 0 e 10 m, podendo conter cotas de 20 m, caracterizando as áreas de planícies fluviais, situadas na baixada litorânea. Os dados de altimetria da Shuttle Radar Topography Mission (SRTM) corroboram com a autora, sobretudo quanto às diferenças de cotas nas áreas mais altas e aplainadas em relação às planícies fluviais. Seguindo em direção ao interior do município, percebe-se aumento das cotas, que variam de 30 a 80 m, sendo está a cota mais alta localizada na região extremo oeste. Na Tabela 28, é possível identificar o valor de hipsometria do território de João Pessoa de acordo com a autora.

Tabela 28: Medida das Classes de Hipsometria do município de João Pessoa

Classes (m)	Área (km ²)	Área (%)
0 - 10	41,91	21
10 - 20	20,13	10
20 - 30	29,77	15
30 - 40	50,97	25
40 - 50	33,30	17
50 - 60	13,19	7
60 - 70	10,55	4,5
70 - 80	0,85	0,5
Área total classificada	200,67	100

Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados de BARBOSA (2015)

Em relação à declividade, a maior parte do município apresenta valores que variam entre 0 a 12% (Mapa 5), caracterizando o típico relevo tabular com extensas áreas de topos aplainados, amplos terraços e planícies marinhas.



CONVENÇÕES:

- Aeroportos
- Ferrovias
- Hidrografia
- Limite do Perímetro Urbano
- Limites Municipais
- Malha Viária
- Corais Oceano
- Massa D'água
- Declividade (%)
- <VALUE>
- 0 - 3 | Plano
- 3 - 8 | Suave Ondulado
- 8 - 20 | Ondulado
- 20 - 45 | Forte Ondulado
- 45 - 75 | Montanhoso



Oceano Atlântico



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP[2021] | DIGEOC [2021]
 IBGE [2010,2020] | ANA [2020]
 AESA [2020] | TAVARES [2021]
 DATA: setembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



5.5 FALÉSIAS

As falésias são feições encontradas na área de ruptura da Formação Barreiras e constituídas por formações de face abrupta, originada pela ação erosiva das ondas sobre as rochas e os sedimentos existentes ao longo da planície costeira do Nordeste. Além disso, são constituídas tanto por rochas sedimentares de variada composição mineralógica e compactação quanto por materiais inconsolidados (LOUREIRO e CASTRO, 2019).

Esses compartimentos ambientais podem ser classificados como mortos, quando estão afastados da ação do mar, e vivos, quando ainda estão sujeitos ao processo de abrasão marinha, ou seja, quando sofrem desgastes decorrentes dos movimentos da água do mar, conhecido como erosão marinha. A principal força que provoca alterações nas falésias vivas é o movimento das grandes massas de água por meio das ondas, das correntes e das marés. A erosão é “ocasionada pelo choque das partículas transportadas pelas ondas contra a costa, assim como os processos de meteorização química e bioquímica nas rochas, o que unido à atividade da fauna produz cavidades nas rochas” (IDOM-COPRAPE, 2014)

De acordo com DA SILVA (2014), “às falésias ativas são formações com alta declividade e que sofrem com a ação marinha, a qual é responsável pela modelagem da mesma, possuindo um equilíbrio morfodinâmico instável e suscetível a desmoronamento”, enquanto as consideradas inativas não sofrem mais com a ação marinha e encontram-se moderadamente estáveis.

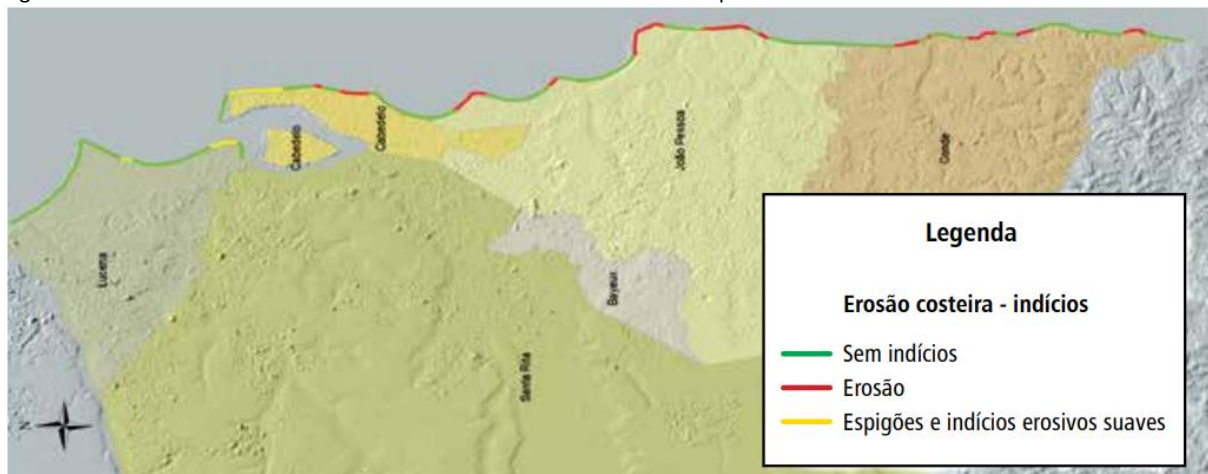
“As falésias apresentam características morfológicas distintas resultantes da interação dos agentes dinâmicos como, a ação das marés, ventos, chuvas, drenagens, além da geomorfogênese Quaternária” (DA SILVA, 2014). Esses ambientes são considerados frágeis à ocupação antrópica, pois a zona costeira caracteriza-se por ser um ambiente muito dinâmico e capaz de sofrer alterações em seu equilíbrio com facilidade (SOUZA E FURRIER, 2015).

A ação antrópica pode ser considerada um agente geológico de dinâmica externa, atuando diretamente nas dinâmicas naturais de sedimentação e erosão, por exemplo. As inserções humanas, por mais técnicas que sejam, não são capazes de criar a natureza, “apenas interferem nos fluxos de energia e matéria, alterando suas intensidades, e forçam a natureza a encontrar novos pontos de equilíbrio funcional” (CHAVES JUNIOR, 2016). Sendo assim, verifica-se que, ao tentar criar ambientes propícios para a ocupação humana, os resultados

obtidos nem sempre são satisfatórios, ocorrem impactos aos elementos naturais da paisagem e os riscos nos ambientes são intensificados.

Salienta-se que a pressão exercida pelas atividades humanas sobre os solos é uma das principais causas da erosão, ocasionadas por uma série de fatores, como a supressão da vegetação, falta de planejamento urbano com ocupação indevida, agricultura e pecuária, construções de rodovias sem cuidados específicos e mineração (NÓBREGA JÚNIOR, 2016). A Figura 57 apresenta o mapa das áreas com indícios de erosão costeira em João Pessoa e municípios vizinhos. Destaca-se a área da Falésia de Cabo Branco, no centro do mapa.

Figura 57: Áreas com indícios de erosão costeira em João Pessoa e municípios vizinhos



Fonte: IDOM-COBRAPE (2014)

Considerando os ambientes de falésias, observa-se que as atividades existentes nessas áreas ultrapassam a sua capacidade de suporte. Isso se deve à falta de estudos sobre esses compartimentos e à ausência de planejamento da cidade. Entre as principais ações e usos no topo e sopé das falésias, estão a instalação de barracas de praia; na borda dessas feições, a existência de vias de acesso; e no topo, a circulação de automóveis e ocupações verticais. A instalação dessas estruturas e a dinâmica da mobilidade urbana contribuem para a compactação e impermeabilização do solo, aumento do escoamento superficial, elevação da mobilização de sedimentos e erosão acelerada, conseqüentemente, intensificam-se os problemas relacionados ao movimento de massa das encostas, provocados e intensificados pelas atividades de terraplanagem, retirada de sedimentos e cobertura vegetal das falésias (LOUREIRO e CASTRO, 2019).

A alteração das paisagens litorâneas não é recente. “As áreas litorâneas em diferentes sociedades e escalas de tempo produzem um atrativo que se expressa no uso e na ocupação do solo” (CHAVES JUNIOR, 2016). Os ambientes costeiros são terrenos propícios a intensa especulação imobiliária e turismo, sobretudo em função dos atrativos de recreação que esses espaços oferecem (SOUZA E FURRIER, 2015).

“A especulação imobiliária, a construção civil e a atividade turística são, em geral, as forças responsáveis pela sua ocupação” (DA SILVA, GUIMARÃES E MARQUES, 2003). Nessa perspectiva, “a paisagem acaba sendo emoldurada pelas diversas intervenções humanas, que alteram sua característica” (CHAVES JUNIOR, 2016). Conseqüentemente, nota-se a fragilização das áreas litorâneas por meio das profundas alterações em suas paisagens.

A partir dos meados da década de 70, a ocupação da paisagem litorânea na cidade de João Pessoa foi intensificada e trouxe diversos problemas em relação ao uso e ocupação do solo, principalmente os impactos atrelados à erosão das falésias localizadas em Ponta do Seixas e Cabo Branco.

Essas áreas possuem um alto fluxo turístico que impulsiona o comércio de barracas de praia, hotéis, pousadas e casas de veraneio. Todavia, não apresentam estudos suficientes sobre a demanda turística e, a cada ano, as obras de infraestrutura se aproximam mais das falésias, e a falta de planejamento ambiental ou de manejo costeiro integrado compromete a capacidade de suporte dessa área natural protegida (DA SILVA, 2014).

No caso da Ponta do Seixas, constata-se, nos últimos anos, uma série de problemas que envolvem a erosão costeira, degradação da vegetação nativa e ocupação irregular da orla praial por ação antrópica (SOUZA E FURRIER, 2015).

No caso da Ponta do Seixas há uma incidência maior de erosão durante as marés altas, quando ocorre um maior contato de ondas refratadas na praia. Esses processos têm sido visivelmente intensificados em decorrência de uma série de construções impróprias, inseridas a partir da faixa limítrofe da berma em trechos onde se faz sentir forte influência da maré e que estão ocupando indevidamente a zona de pós-praia.

Em relação a Cabo Branco, a região é considerada um Polo Turístico, com um crescimento expressivo durante as décadas de 80 e 90 com a atividade turística. Conseqüentemente, houve a implementação de hotéis, loteamento de casas, áreas de bares, restaurantes, clubes e parques e a construção da rodovia PB-008 na região, acarretando um maior fluxo de carros e pessoas sobre a região da falésia (NÓBREGA JÚNIOR, 2016). De acordo

com Chaves Junior (2016), o uso e a ocupação do solo se intensificaram de tal modo que o adensamento construtivo seguido do processo de verticalização, em conjunto de grande mobilidade urbana, resultou em complexo desafio para a conservação desse ambiente.

Essa região caracteriza-se por ser “uma falésia viva, que se projeta mar adentro, e que por este motivo, sofre abrasão marinha, eólica e pluvial. Esse fato ocasiona constantes desmoronamentos dos blocos sedimentares que compõem aquela unidade de relevo” (CHAVES JUNIOR, 2016). A falésia de Cabo Branco apresenta 20 a 30 m de altura, formada pelos materiais da Formação Barreiras. Em vários pontos, essas falésias são ativas com desprendimentos e desmoronamentos, que chegaram a afetar a infraestrutura viária, como no caso de Cabo Branco (IDOM-COPRAPE, 2014).

Sendo assim, verifica-se a ausência da ação de fiscalização do poder público sobre o uso do solo da linha de costa. Por omissão, acaba por permitir o adensamento e o uso inadequado no local, que por sua vez é considerado Área de Preservação Permanente (APP), e, portanto, protegido por lei (DA SILVA E MARQUES, 2003). Essas áreas sofrem respaldos do Código Florestal (Lei Federal Nº 12.651/2012 e Nº 12.727/2012), que considera como APP as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 metros em projeções, conforme disposto no Art. 4, inciso VIII. Assim sendo, entende-se falésias como APPs, partindo daí o reconhecimento da necessidade de gestão dessas feições. Além disso, a Resolução CONAMA Nº 303/02, reforça que as falésias são consideradas APPs, sendo proibido qualquer tipo de ocupação numa faixa de cem metros, contados da sua borda. Portanto, percebe-se a necessidade de intensificar o cumprimento da legislação, assim como fomentar a pesquisa e a capacitação de profissionais que possam monitorar permanentemente os desdobramentos dos impactos produzidos e as possibilidades de reversão dos mesmos.

De acordo com Silva (2009), até 1994 “não havia, de fato, um planejamento urbano-territorial, mas sim, ações isoladas de regulamentação do uso e ocupação do solo”. As atividades promovidas em João Pessoa consistiram em um planejamento urbano executado por meio de decretos de acordo com os interesses e os diferentes momentos políticos, evidenciando o descaso em relação às legislações urbanas e ambientais, pois estas não tiveram força política para a preservação das áreas de proteção ambiental.

Assim como descrito no CONAMA nº 303/02 (no Código Florestal, na Constituição Estadual da Paraíba), as áreas de falésias são consideradas APPs, mas as legislações

impeditivas não foram suficientes para inibir as construções na orla. Muitas construções foram aprovadas pelo Governo Municipal, em desacordo com as legislações municipais e estaduais. Contudo, não se encontram especificações sobre as restrições do uso e ocupação do solo nas legislações, apenas é disposto que as restrições de construções em faixa costeira serão conforme disposto no plano diretor dos Municípios.

No Plano diretor de João Pessoa (2009), há um capítulo específico sobre as Zonas de Restrições Adicionais. Conforme Art. 23, correspondem a “zonas adensáveis ou não, nas quais o interesse social de preservação de características ambientais, paisagísticas, históricas e culturais, como patrimônio comum, impõe restrições adicionais ao uso e ocupação do solo”. Nesse capítulo, encontra-se uma seção específica para o Altiplano do Cabo Branco:

“Art. 26. A restrição adicional do Altiplano do Cabo Branco deve ser objeto de regulamentação específica no Código de Zoneamento, no Código de Parcelamento do Solo e no Código de Obras e Edificações, para permitir sua ocupação ordenada contemplando obrigatoriamente:

II - uma Densidade Bruta de até 50 hab./ha e limitação na altura das edificações de modo a preservar paisagisticamente a falésia e a Ponta do Cabo Branco;

Art. 39. Zonas Especiais de Preservação são porções do território, localizadas tanto na Área Urbana como na Área Rural, nas quais o interesse social de preservação, manutenção e recuperação acho de características paisagísticas, ambientais, históricas e culturais, impõe normas específicas e diferenciados para o uso e ocupação do solo, abrangendo:

II - a Falésia do Cabo Branco, o Parque Arruda Câmara, a Mata do Buraquinho, a Mata do Cabo Branco, os manguezais, os mananciais de Marés Mumbaba e de Gramame, o Altiplano do Cabo Branco, a Ponta e a Praia do Seixas e o Sítio da Graça;”

De acordo com Silva (2009), a região do Altiplano Cabo Branco, apesar de ser uma área considerada de preservação e considerada uma Zona de Restrições Adicionais pelo Plano Diretor, passou a ser Zona de Adensamento Prioritário a partir de decretos do poder público municipal. O Decreto Nº. 5.363 de 28 de junho de 2005, por exemplo, estabelece a delimitação do parque do Cabo Branco, instruções normativas de zoneamento urbano e ambiental e em seu artigo 5º, permitiu a apresentação de projetos turísticos naquela área transformando assim, por decreto, uma Zona Especial de Preservação em Setor Turístico Especial. Esses fatos evidenciam o que foi descrito anteriormente: o planejamento da cidade ocorreu por meio de decretos ditados pelos interesses.

Especificando a análise sobre uso e ocupação do solo referente ao Altiplano Cabo Branco, conforme o Decreto Nº 5363/05, nota-se diferentes restrições:

“Art. 3º Nas subzonas A, B e C e na ZR-3 do Altiplano Cabo Branco fica delimitado o SETOR de AMENIZAÇÃO AMBIENTAL, compreendendo as quadras localizadas ao longo da Av. Panorâmica e do perímetro do Parque, e definido os indicadores urbanísticos de uso e ocupação do solo, de acordo com o quadro a seguir:”

USOS (1)	ÁREA MÍNIMA (m ²)	TAXA OCUP. %	ÍNDICE APROV.	ALTURA	AFASTAMENTOS (em metros)		
					Frente	Lateral	Fundo
HT1, HT2, ASS1, C2, DV2, DV3,	5.000	40,0	1,0/3 Pávs.		10,0	5,0	5,0
HT3, TR1, TR2, HL	1.250	40,0	1,0/3 Pávs.		10,0	5,0	3,0
H2 (Condomínio Horizontal) (2)	10.000		1,0/2 Pávs				20,00
CV1, CV2, CV3 (3)	2.500	40,0	1,0/3 Pávs.		10,0	3,0	3,0

“Art. 4º Nas subzonas A, B e C e, na ZONA RESIDENCIAL-3 do Altiplano do Cabo Branco, serão tolerados novos usos com tipologias de acordo com o quadro abaixo:”

USOS (4)	ÁREA MÍNIMA (m ²)	TAXA OCUP. %	ÍNDICE APROV.	ALTURA	AFASTAMENTOS (em metros)		
					frente	lateral	fundo
H1	360	50,0	1,0	2 Pav.	5,00	2,00	3,00
H2 (Condomínio Horizontal) (5)	10.000	-	1,0	2 Pav.			20,00
H4, HT2	2.500	40,0	1,0	5 Pav.	5,00	5,00	5,00
H5,	10.000	30,0	1,0	5 Pav.	10,00	5,00	5,00
CV1, CV2, CV3, E1, E2, E3 (6)	2.500	40,0	1,0	3 Pav.	5,00	3,00	3,00
DV2, DV3, ASS1, C1, AS1, AS2, (7)	5.000	30,0	1,0	2 Pav.	10,00	5,00	5,00

Diante do exposto, nota-se que, apesar da existência de algumas tentativas para executar legislações urbanas que garantam a preservação das áreas de proteção ambiental, como as falésias, tal questão ainda é bastante complexa. Apesar dos estudos científicos apontarem sobre as fragilidades desses ambientes e a necessidade de sua preservação, eles não são suficientes para impedir a construção e instalação de equipamentos urbanos com potencial impacto negativo nessas áreas, seja pelo aumento considerável dos fluxos de veículos leves e até mesmo pesados ou pelo maior comprometimento da capacidade ambiental que pode desencadear maiores riscos de movimentos de massa. Silva (2009) relata que em 2001 houve a necessidade de proibir o trânsito no local para veículos pesados devido aos movimentos de massa que estavam ocorrendo. Sendo assim, salienta-se a importância de estabelecer limites mais restritivos sobre essas áreas e realizar estudos mais aprofundados em relação à capacidade de carga, como foi realizado por Da Silva (2014) sobre as falésias de Canoa Quebrada – CE.

Entretanto, essas restrições não condizem com a realidade do Altiplano e Portal do Sul no município de João Pessoa. No sentido sudeste, esses bairros são uma opção para a expansão, configurando-se como uma grande alternativa de verticalização da cidade. Nesses casos, é importante considerar a densidade ideal média na cidade (em torno de 200 hab./ha) e a disponibilidade de infraestrutura, com destaque para sistema viário e esgotamento sanitário.

O bairro do Altiplano, por exemplo, apresenta uma densidade considerada baixa e implantação e acesso à rede coletora de esgotos, tornando viável a ampliação do zoneamento para ZAP (Zona de Adensamento Prioritário) nas partes onde se tem o saneamento implantado, como o já presente na Macrozona Adensável criada pelo decreto 5.844/2007.

Salienta-se a importância de permanecer com todos os parâmetros estabelecidos nesse decreto, que delimitou a Zona Adensável do Bairro e tem condicionantes ambientais importantes diferenciados do restante da cidade, principalmente o solo permeável de 30%.

O bairro Portal do Sol, por sua vez, é um dos bairros com maior índice de crescimento nos últimos 10 anos. Isso demonstra que, naturalmente, é um bairro que aparece como grande alternativa para aliviar a intensa ocupação de Tambaú e Manaíra. Sendo assim, sugere-se a redefinição da Zona de restrição Adicional, relativa ao polígono do Altiplano, e a revisão do Decreto Nº 5.363/2005, que estabelece a implantação do Parque Cabo Branco. Especificamente nas subzonas A, B e C do bairro, onde a falésia, considerada morta, não estaria ameaçada, passaria a ser uma ZANP (Zona de Adensamento Não Prioritário), expandindo também o zoneamento ZR3 (zoneamento atual do bairro do Altiplano), assim possibilitando a verticalização nessa parte do bairro.

Ressalta-se que a finalidade da Zona de Restrição Adicional do Altiplano Cabo Branco é preservar a falésia ativa, com a ponta do Cabo Branco continuando preservada, pois se manteriam as devidas restrições no local, inclusive nas proximidades da Ponta do Cabo Branco, onde é preciso respeitar e preservar a falésia que se encontra viva. Além disso, é importante, também, abrir possibilidades à criação de empreendimentos de impacto, com índices e usos especiais que, conforme Decreto Nº 9.718/2021 (artigos 6º, 7º, 8º e 9º), estariam submetidos a análises dos órgãos responsáveis pela mobilidade e meio ambiente, com devidos estudos necessários à mitigação dos impactos previstos. De acordo com o Decreto Nº 9.718/2021, a aprovação de empreendimentos de impacto ficaria condicionada à análise e deliberação do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU). Esses equipamentos especiais, devidamente licenciados, agregam valor social e espacial ao entorno, produzindo um efeito bastante positivo do ponto de vista turístico e econômico.

Ainda sobre os bairros do Altiplano e Portal do Sol, é necessário manter o SAA (Setor de Amenização Ambiental), definido no Decreto Nº 5.363/2005, ao longo da Avenida João Cirilo da Silva, conhecida como Avenida Panorâmica. Atualmente, essa via é um importante eixo de transporte da cidade e, potencialmente, se constitui como um grande vetor de crescimento de comércio e serviço. Contudo é importante rever alguns parâmetros estabelecidos no decreto citado, onde uma pequena flexibilização viabilizaria os empreendimentos e não implicaria em maiores impactos ambientais.

5.6 BACIAS HIDROGRÁFICAS E HIDROGRAFIA

As Bacias hidrográficas são delimitadas por um divisor de águas, compõem-se de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos de água que direciona as águas pluviais de uma área mais elevada para uma porção mais baixa do terreno, formando vários afluentes e um curso de água principal. Esses cursos de água e seu entorno são diretamente afetados pelas ações antrópicas que ocorrem nas suas proximidades. O solo, o relevo, a vegetação, as formas de uso e as atividades (industriais, rurais, urbanas, etc.) desenvolvidas no seu entorno alteram a qualidade dessas águas (TUCCI, 1997; PORTO, 2008). O município de João Pessoa encontra-se inserido nas Bacias Hidrográficas do Paraíba e do Gramame (Figura 58), cuja região é caracterizada pela presença de muitos rios e afluentes, além do ecossistema costeiro e estuarino, com presença de mangues, falésias e vegetação nativa (IDOM-COBRAPE, 2014).

Figura 58: Bacias Hidrográficas



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados de GeoPortal AESA (2019)

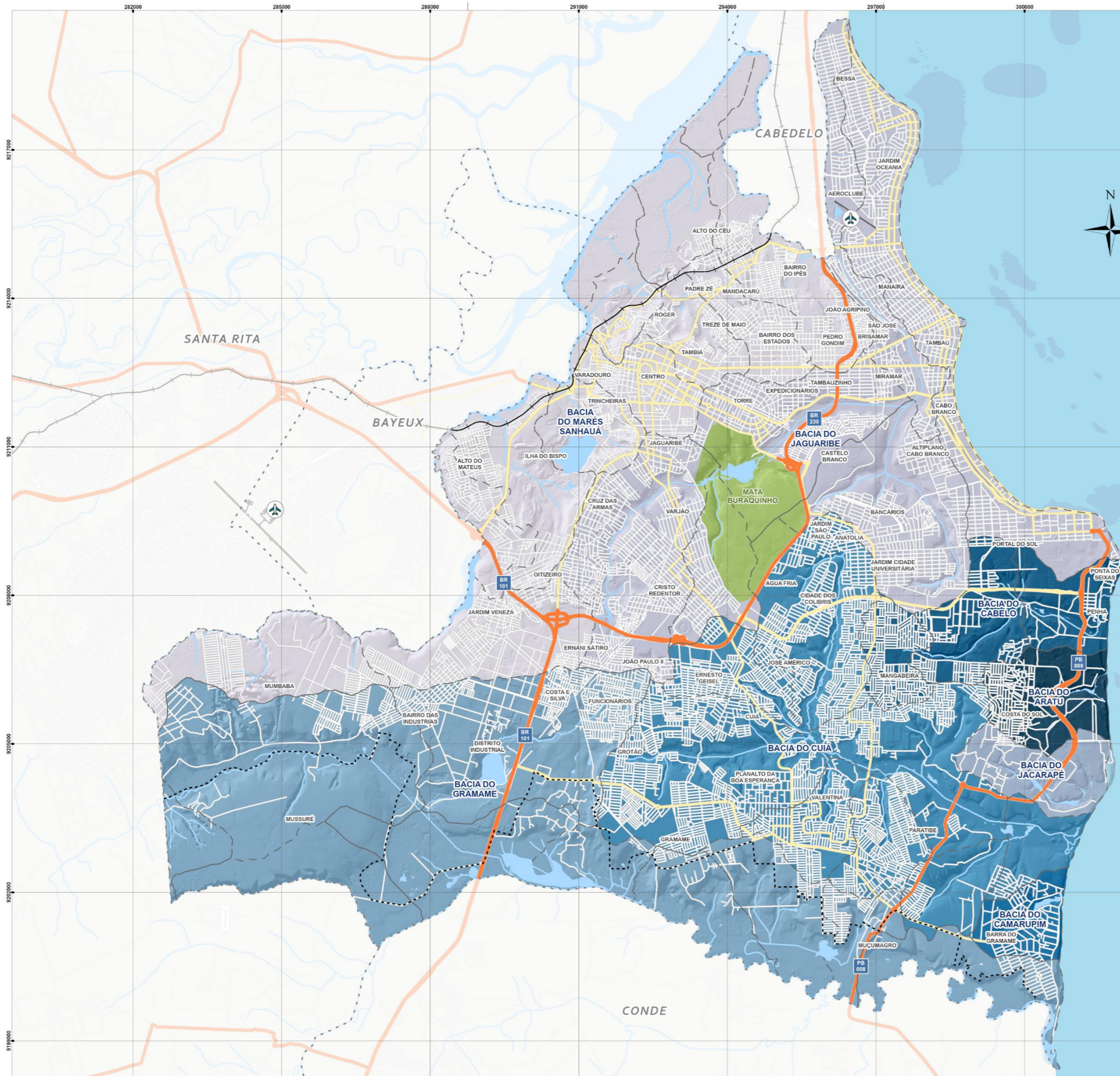
A bacia hidrográfica do Rio Gramame localiza-se entre as latitudes 7°11' e 7°23' sul e as longitudes 34°48' e 35°10' oeste, no litoral sul do Estado da Paraíba, possui uma área de

aproximadamente 588,59 km² (PEDROSA FILHO et. al, 2002), é composta pelos municípios de Alhandra, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Santa Rita e Pedras de Fogo, além de um pequeno trecho do município de São Miguel do Taipu.

O Rio Gramame apresenta uma grande importância para o município, pois suas águas fornecem subsídios para o desenvolvimento de atividades econômicas, como o cultivo extensivo de cana-de-açúcar e a exploração de minerais não metálicos (como a areia), e é responsável por cerca de 60% do abastecimento público por meio das barragens de Gramame–Mamuaba (PMJP, 2012). O Rio Gramame, em seu curso principal, totaliza 54,3 km, medido desde a sua nascente na região do Oratório, município de Pedras de Fogo, até a praia de Barra de Gramame, onde limita os municípios de João Pessoa e Conde. As principais sub-bacias formadoras da bacia do Rio Gramame são: Mumbaba, Mamuaba e Água Boa (GEOCONSULT, 2010).

Já a bacia do Rio Paraíba é a segunda maior do Estado da Paraíba, abrange 38% do seu território e é considerada a mais importante por permear cidades como João Pessoa, capital do Estado, e Campina Grande, seu segundo maior centro urbano (AESAs, 2021). Os principais rios da bacia do Paraíba são o Paraíba, Taperoá, Umbuzeiro, Boa Vista, Ingá e Sucuru (MARCUSO et. al, 2012). Na área da bacia, encontram-se vários reservatórios que são as principais fontes de água de muitos municípios, principalmente para o abastecimento público, dessedentação de animais, irrigação, pesca e algumas iniciativas de lazer e turismo regional. Os principais conflitos da bacia do Rio Paraíba contemplam a contaminação das águas, esgotamento da capacidade produtiva do solo, erosão generalizada, degradação da mata ciliar e escassez hídrica em períodos de estiagem (AESAs, 2021). O Rio Paraíba apresenta uma extensão aproximada de 300 km, nasce na serra do Jabitacá, no município de Monteiro, em uma das regiões mais secas do país (DA SILVA, 2003).

O Mapa 6, a seguir, apresenta a distribuição das sub-bacias hidrográficas dos Rios Gramame e Paraíba, destacando as bacias Aratu, Cabelo, Camarupim, Cuiá, Gramame, Jacarapé, Jaguaribe e Marés-Sanhauá.



CONVENÇÕES:

- Aeroportos
 - Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limite do Perimetro Urbano
 - Limites Municipais
 - Rodovias
 - Vias Principais
 - Vias
 - Corais Oceano
 - Massa D'água
 - Mata Buraquinho
 - Sub Bacias Hidrográficas
- Bacias Hidrográficas**
- Bacia do Aratu
 - Bacia do Cabelo
 - Bacia do Camarupim
 - Bacia do Cuiá
 - Bacia do Gramame
 - Bacia do Jaguaribe
 - Bacia do Marés Sanháú



Oceano Atlântico



REFERÊNCIAS:
 ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 DIGEOC [2021] | IBGE [2010,2020]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: setembro de 2021
ESCALA: 1:80.000
ESCALA GRÁFICA:

O Rio Sanhauá apresenta aproximadamente 8 km de extensão, nasce a partir do encontro dos rios do Meio e Marés e realiza o limite dos municípios de Bayeux e João Pessoa. Pertence à porção central do litoral da Paraíba e constitui parte do estuário do Rio Paraíba do Norte, desaguando no baixo curso do Rio Paraíba (PEREIRA et. al, 2016). A Figura 59 apresenta um trecho do Rio do Meio, na cidade de Bayeux, próximo à divisa com João Pessoa.

Figura 59: Aspecto visual da margem do Rio do Meio, afluente do Rio Sanhauá



Fonte: Google Street View (2019)

Outro rio que permeia a bacia do Sanhauá é o Rio Tambiá, que nasce aos fundos do Instituto Hospitalar General Edson Ramalho, percorre o centro do Parque Municipal Lauro Pires Xavier e se encontra com seu tributário da margem direita, na proximidade da comunidade Cidade do Padre Zé. Esse tributário nasce em uma área paralela à Rua Pedro Fortunato Alves, com cabeceiras na região do Centro Histórico, percorre uma área vegetada e segue dividindo a comunidade do Padre Zé e o bairro Mandacaru. Ao longo desses rios, são encontradas edificações e muitos bolsões de disposição inadequada de resíduos sólidos. A Figura 60 apresenta o aspecto desses dois cursos hídricos da microbacia do Tambiá, com destaque para a remoção de edificações nas margens do Rio Tambiá, próximo à Avenida Airton Senna da Silva.

Figura 60: Aspectos da margem do Rio Tambiá



Fonte: Google Street View (2019)

A bacia do Jaguaribe é considerada uma bacia intraurbana, concentra uma ocupação desordenada do solo e, conseqüentemente, sofre com degradação ambiental. O rio Jaguaribe apresenta uma extensão aproximada de 21 km, sendo responsável pela drenagem de uma área de 4.824,52 ha que abriga vários bairros de João Pessoa e perpassa inclusive por dentro da Mata dos Buraquinhos. A nascente do Rio Jaguaribe localiza-se ao sul da malha urbana, nas proximidades da Comunidade Boa Esperança. Ao longo de sua margem existem situações diversas, mas há predomínio de margens vegetadas. A situação mais crítica aparece na divisa do bairro São José com Manaíra, onde há centenas de edificações muito próximas do curso hídrico e com histórico de inundação. Depois desse trecho, o rio segue serpenteando uma área vegetada, até desaguar no manguezal do rio Mandacaru (DIEB E MARTINS, 2017). Além do rio principal, a bacia do Rio Jaguaribe tem como principal afluente o Rio Timbó, que nasce no Jardim Cidade Universitária, percorre dividindo os bairros Portal do Sol, Bancários, Castelo Branco e Altiplano de Cabo Branco, até desaguar no Rio Jaguaribe. As margens do Rio Timbó

são majoritariamente livres de edificação, com vegetação variada de arbustiva a arbórea. A Figura 61 apresenta registros de dois trechos de margem do Rio Jaguaribe e do Rio Timbó.

Figura 61: Aspectos da margem do Rio Jaguaribe e do Rio Timbó



Fonte: Google Street View (2019)

Outro possível braço pretérito do Rio Jaguaribe é um curso hídrico que tem início próximo ao Manaíra Shopping e percorre no sentido sul-nordeste, permeando toda a planície litorânea do norte de João Pessoa. Conforme mostra o esquema da Figura 62, esse rio, também denominado de Rio Jaguaribe, possui diversos tipos de ocupação em sua margem, sendo identificados desde parques lineares urbanos (Parque Parahyba 1 e 2), até edificações possivelmente irregulares (Jardim América). Trata-se um rio de baixa energia que vai ganhando volume com seus dois pequenos afluentes, até desaguar no mar, junto à Área de Relevante Interesse Ecológico Manguezais da Foz do Rio Jaguaribe, já na divisa com Cabedelo.

Figura 62: Situação do Rio Jaguaribe na planície litorânea do norte de João Pessoa



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), com imagens obtidas pelo Google Earth Pró e Google Street View (2019)

A bacia hidrográfica do Rio do Cabelo consiste em uma área de drenagem de aproximadamente 9 km², permeada por um rio perene principal, cuja nascente encontra-se aterrada devido à expansão urbana no bairro Mangabeira. Conforme mostra a Figura 63, as margens do Rio Cabelo estão em razoáveis condições de preservação, pois as edificações urbanas encontram-se bastante afastadas de suas margens na maioria dos trechos. No entanto, avista-se algumas alterações antrópicas como a construção de vias bem próximas à sua margem, inclusive ocupações irregulares na vegetação da zona de amortecimento na porção leste, próximo à Escola Mestre Sivuca. O Rio do Cabelo tem sua foz no mar, entre Penha e Ponta do Seixas.

Figura 63: Aspecto visual das margens do Rio Cabelo



Fonte: Elaborado pelo Consórcio (2021). Imagens obtidas pelo Google Street View (2019)

A bacia hidrográfica do Rio Cuiá é outra importante bacia de João Pessoa que drena para o mar e ocupa aproximadamente 40 km², envolvendo 21 bairros. A nascente principal está localizada no Conjunto Habitacional do Grotão, onde o curso hídrico apresenta baixo volume hídrico. O traçado do Rio Cuiá percorre o sentido leste-oeste, passando por áreas livres de edificação que auxiliam na preservação de suas margens. A jusante da Rua Adalgisa Carneiro Cavalcante, entre os bairros Cuiá, Mangabeira e Valentina, há confluência com dois tributários, um na margem esquerda (Rio Laranjeiras) e um na margem direita (Riacho Marimbondo). Desse ponto em diante, o Rio Cuiá continua seu percurso e recebe a afluência do Riacho Sanhavá. Em seguida, adentra a área do Parque do Aratu, onde ocorre confluência com o Riacho da Estiva. Seu trecho final apresenta maior largura e presença de manguezais. A foz do Rio Cuiá ocorre próxima à Praia do Arraial, entre os bairros Barra do Gramame e Costa do Sol. O Rio Laranjeiras é um dos principais afluentes do Rio Cuiá e nasce próximo à

Casa São Miguel, no bairro da Água Fria, e percorre sentido norte-sul, dividindo os bairros Mangabeira, Cidade dos Colibris, José Américo e Cuiá. A Figura 64 apresenta o aspecto visual de alguns trechos dos rios pertencentes à bacia do Rio Cuiá.

Figura 64: Aspecto visual dos cursos hídricos da Bacia do Cuiá



Fonte: Google Street View (2019)

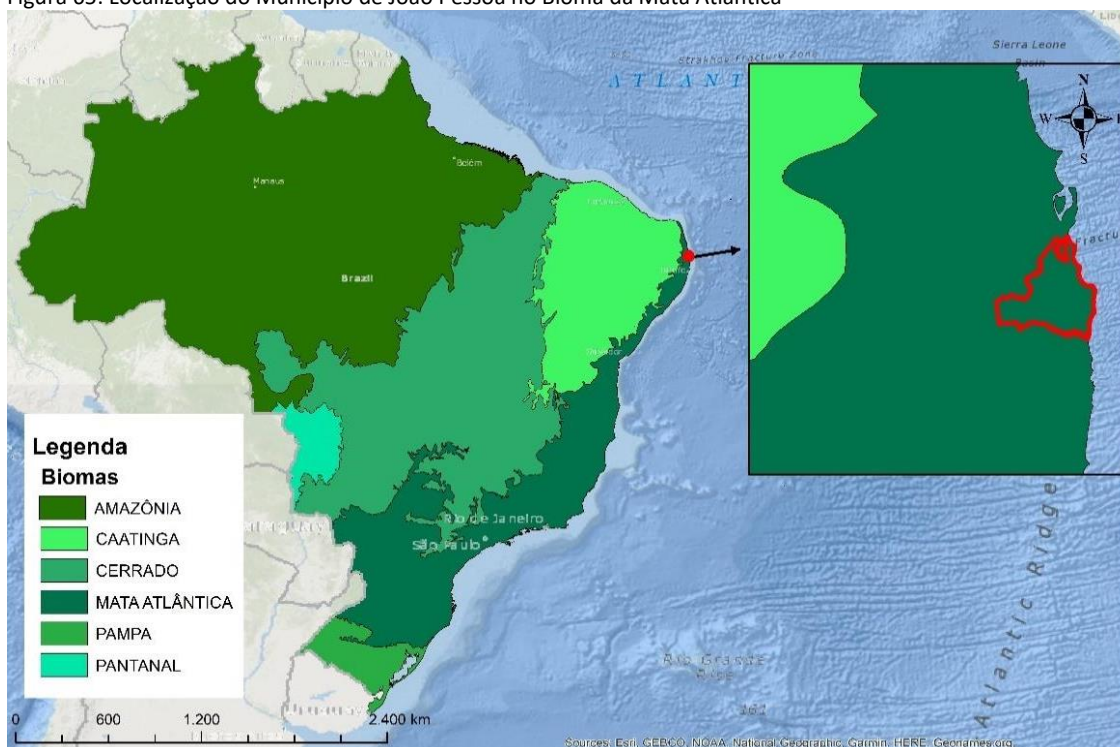
Por fim, os rios Aratu e Jacarapé permeiam parques estaduais de zonas de preservação permanente e possuem pequenas áreas de drenagem, com aproximadamente 4,27 km² e 5,22 km², respectivamente. Além desses, há o riacho Camurupim, ao sul do Rio Cuiá. O Rio Aratu tem suas cabeceiras a leste do Conjunto ASPOL e percorre uma área bem vegetada e de ótimas condições de APP, até desaguar em uma pequena praia do bairro Costa do Sol. O Rio Jacarapé tem suas cabeceiras nos fundos da Penitenciária de Segurança Máxima e percorre a porção norte da Comunidade do Jacarapé, ganhando bastante volume hídrico entre a estrada e a PB-008. Desse ponto em diante, o rio é fortemente influenciado pela maré e abriga manguezais bem desenvolvidos até sua foz na Praia de Jacarapé, considerada um

ponto turístico de beleza natural. A mesma situação ocorre no riacho Camurupim, cujas cabeceiras encontram-se na Barra do Gramame, cujo pequeno trecho é repleto de vegetação nativa com boas condições de APP até a sua foz na Praia do Sol.

5.7 BIOMAS

O município de João Pessoa encontra-se inserido no Bioma Mata Atlântica, Lei Federal 11.428/2006, conforme a Figura 65. A mata atlântica consiste em um conjunto de formações florestais e ecossistemas associados que incluem a floresta ombrófila densa, floresta ombrófila mista, floresta ombrófila aberta, floresta estacional, Floresta Estacional Semidecidual, além dos ecossistemas, como os campos de altitude, brejos interioranos, manguezais, restingas e ilhas oceânicas no litoral. Entre os tipos de formação florestais existentes, o município de João Pessoa abrange a Floresta Estacional Semidecidual (BRASIL, 1981), a Floresta Ombrófila Densa e os manguezais (BARBOSA, 2015).

Figura 65: Localização do Município de João Pessoa no Bioma da Mata Atlântica



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da base Forest – GIS (2019)

As principais características desse bioma são as altas temperaturas, o alto índice de precipitação e uma exuberância de espécies de fauna e flora (BARBOSA, 2015). Além disso, 55% das espécies arbóreas e 40% das não-arbóreas são espécies endêmicas, ou seja, só existem na Mata Atlântica. As copas das árvores podem chegar a 60 m de altura, resultando em uma região de sombra que cria o microclima típico da mata, sempre úmido e sombreado. As suas florestas têm um papel essencial para a manutenção dos processos hidrológicos que garantem a qualidade e volume dos cursos d'água (IBF, 2020). Trata-se de um bioma protegido pela Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Além disso, os manguezais, ecossistema pertencente ao bioma da mata atlântica, são protegidos pelo código florestal, Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012, em seu artigo 4º, inciso VII, que considera Áreas de Preservação Permanente (APPs) os manguezais, em toda a sua extensão.

Os manguezais, segundo a lei nº 12.651/2012, é um ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluviomarinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas. Esses ecossistemas apresentam diversas funções para o ambiente, como: proteção da linha de costa, retenção de sedimentos carregados pelos rios, ação depuradora, área com grande concentração de nutrientes, sendo um berçário natural para muitas espécies e uma área de alimentação, abrigo, nidificação e repouso de aves (BARBOSA, 2015).

Contudo, apesar de existir uma lei voltada para a proteção, esses ecossistemas sofrem degradação devido ao avanço da urbanização sobre essas áreas, onde são aterrados e utilizados como local de despejo de dejetos e resíduos.

De acordo com Furrier (2007), a vegetação nativa foi desmatada, restando apenas alguns remanescentes de Mata Atlântica que foram transformados em área de preservação, como a mata do Gargaú, no município de Santa Rita; Mata do Buraquinho, em João Pessoa e a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, no município de Cabedelo

5.8 FLORA E FAUNA

A cidade de João Pessoa está inserida no Bioma Mata Atlântica e sua flora, segundo o Plano Municipal da Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMJP, 2012), é

classificada como Floresta Estacional Semidecidual das Terras Baixas. O Quadro 13 apresenta algumas espécies da flora de João Pessoa.

Quadro 13: Espécies da Flora de João Pessoa

Zonas		Nome Popular	Nome Científico
Floresta Estacional Semidecidual das Terras Baixas	Gerais 1	Pau-Brasil	<i>Caesalpinia echinata</i>
		Sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i>
		Imbiriba	<i>Eschweilera ovata</i>
		Sucupira	<i>Bowdichia virgilioides</i>
		Amescla	<i>Protium heptaphyllum e P. giganteum</i>
		Ipê-Branco	<i>Tabebuia elliptica</i>
		Jatobá	<i>Hymenaea courbaril e H. rubriflora</i>
		Ipê-Amarelo	<i>Handroanthus chrysotrichus</i>
		Ipê-Roxo	<i>Handroanthus impetiginosus</i>
	Tabuleiros 2	Munguba	<i>Eriotheca macrophylla</i>
		Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>
		Mangabeira	<i>Hancornia speciosa</i>
		Guajiru	<i>Chrysobalanus icaco</i>
		Sucupira	<i>Bowdichia virgilioides</i>
		Murici-da-Praia	<i>Byrsonima cf. gardneriana</i>
	Várzeas e Mata Ciliares	Perobinha	<i>Tabebuia roseolba</i>
		Bulandi	<i>Symphonia globulifera</i>
	Costeiras Estuarinas	Mangue-vermelho	<i>Rhizophora mangle</i>
Mangue-manso		<i>Avicennia schaueriana</i>	
Mangue-branco		<i>Laguncularia racemosa</i>	
Mangue-de-botão		<i>Conocarpus erecta</i>	

Nota: Gerais: Zonas que envolvem a região urbanas da cidade, incluindo parques e praças.

Tabuleiro: Vegetação de formação campestre com arvoretas, exclusivas de áreas arenosas lixiviadas (Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, 2012).

Fonte: Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, 2012. Adaptado pelo Consórcio.

Já o Quadro 14 apresenta algumas espécies da região ameaçadas de extinção. Para a lista, são apresentadas as espécies indicadas por Araújo *et. al* (2020) — que avaliou zonas da região urbana da cidade, incluindo parques urbanos, praças, canteiros centrais das avenidas, áreas de preservação permanentes das bacias hidrográficas, falésias vivas e mortas, entre outros —, e as espécies listadas no Plano de Recuperação da Mata Atlântica (PMJP, 2012).

Quadro 14: Espécies da Flora de João Pessoa ameaçadas de extinção

Nome Popular	Espécie
Jítai	<i>Apuleia leiocarpa</i>
Cedro-cheiroso	<i>Cedrela odorata</i>
Louro-cheiroso	<i>Ocotea odorifera</i>
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>
Mangabeira	<i>Hancornia speciosa</i>
VU	<i>Stilonopappus cearenses</i>
Azeitona-do-Mato	<i>Chrysobalanus icaco L.</i>

Nome Popular	Espécie
Sucupira	<i>Bowdichia virgilioides Kunth</i>
Pau-Brasil	<i>Caesalpinia echinata Lam.</i>
Jacarandá-branco	<i>Swartzia pickelii Killip ex Ducke</i>
barbasco, pimenteira, tingüi ou capororoca	<i>Jacquinia armillaris Jac.</i>

Fonte: ARAÚJO et al. (2020); Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, 2012. Adaptado por Consórcio PDMJP (2021).

O Plano Municipal de Recuperação da Mata Atlântica levantou 275 táxons da fauna de vertebrados, dentre elas 12 táxons ameaçados de extinção, conforme consta no o Quadro 15. No entanto, o Plano destaca a necessidade reavaliação do “status” de conservação da fauna, tendo em vista a perda de habitat ocorrida nos últimos anos, provocada pelo desmatamento no município

Quadro 15: Alguns exemplos da Fauna de João Pessoa

Nome Popular	Espécie
Rã-pimenta	<i>Leptodactylus labyrinthicus</i>
Surucucu	<i>Lachesis muta rhabeata</i>
Cágado-de-barbicha	<i>Phrynops cf. geoffroanus</i>
Jucupemba	<i>Penelope superciliaris alagoensis</i>
Apuim-de-cauda-amarela	<i>Touit surdus</i>
Picapauzinho-de-Pernambuco	<i>Picumnus exilis pernambucensis</i>
Chupa-dente	<i>Conopophaga lineata cearae</i>
Saíra-pintor	<i>Tangara fastuosa</i>
Preguiça-comum	<i>Bradypus variegatus</i>
Lontra-neotropical	<i>Lontra longicaudis Olfers</i>
Gato-do-mato-pequeno	<i>Leopardus tigrinus</i>
Peixe-boi-marinho	<i>Trichechus manatus</i>
Caxinguelê	<i>Sciurus aestuans</i>

Fonte: Anexo 2 do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, 2012. Adaptado pelo Consórcio.

5.9 ÁREAS VERDES

As áreas verdes são consideradas um indicador na avaliação da qualidade ambiental urbana e também asseguradas por lei, conforme descrito no Art. 25 da Lei Federal nº12.651 de 25 de maio de 2012.

As áreas verdes urbanas desempenham um importante conjunto de funções responsáveis pela melhoria da qualidade do ambiente, ou seja, responsáveis pelos serviços ambientais duecossistêmicos. Elas proporcionam a valorização paisagística do local, redução dos efeitos da poluição melhorando a qualidade do ar e conseqüentemente a redução de doenças respiratórias, agem diretamente na redução da temperatura contribuindo para o controle do microclima urbano e a formação de “ilhas de calor”, há um aumento da

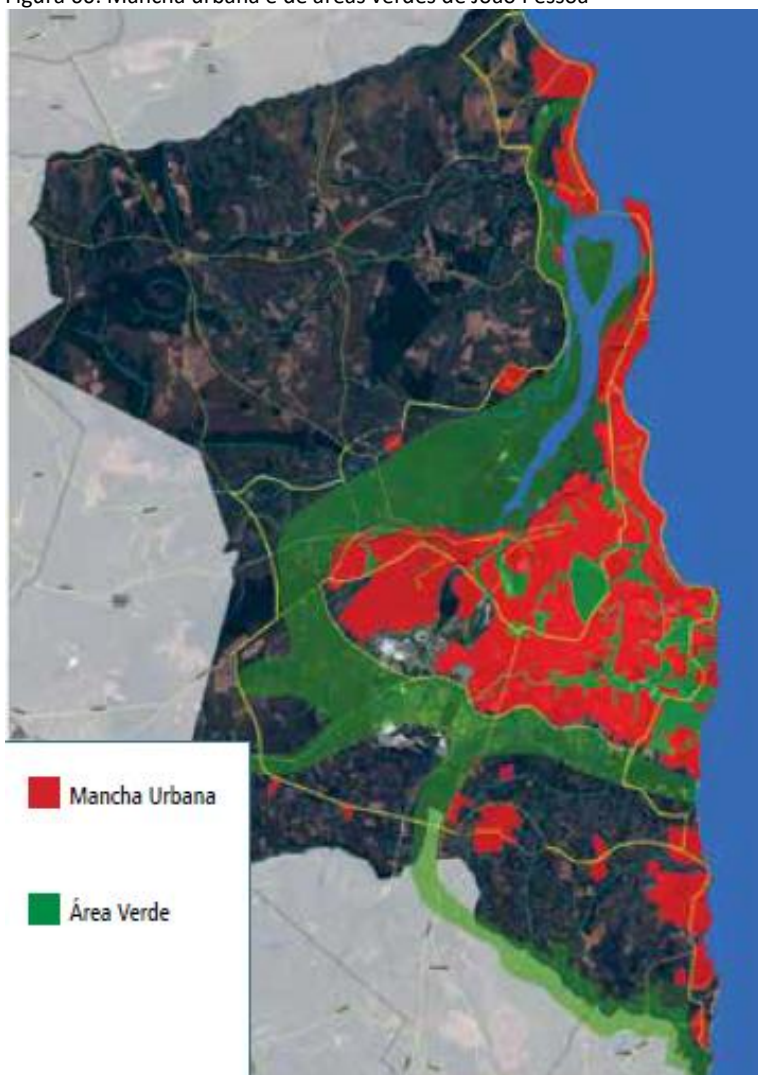
permeabilidade do solo que ameniza situações como alagamentos em centros urbanos e além disso, são locais de abrigo para a fauna local.

Para o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Resolução nº 369/2006, as áreas verdes de domínio público são representadas por espaços verdes com as funções ecológica, paisagística e recreativa e, além disso, devem possibilitar a melhoria das propriedades estética, funcional e ambiental das cidades.

O município de João Pessoa se destaca pela quantidade de áreas verdes urbanas em seu território (Figura 66), que correspondem a cerca de 30,67% do território do município, equivalente a 47,11 metros quadrados de área verde por habitante (CAMPOS, 2017), sendo compostas por remanescentes vegetais, arborização urbana e mangues.

Entretanto, há necessidade de incluir em políticas públicas ambientais os programas de corredores ecológicos por meio de incentivos fiscais e implantação de UC's e outras áreas protegidas (Plano Municipal da Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, 2012; Lei Municipal Nº 12.101/ 2011 - SMAP), a fim de garantir a conectividade entre os remanescentes florestais e área verdes do município para a conservação da biodiversidade.

Figura 66: Mancha urbana e de áreas verdes de João Pessoa



Fonte: IDOM-COBRAPE, 2014.

Em 2019 a cidade recebeu o prêmio Arbor & Urbe por ter o maior percentual de áreas verdes urbanas entre as capitais do Norte e Nordeste. Reflexo dos projetos da prefeitura como o programa “João Pessoa, Cidade Jardim”, onde mais de 200 mil mudas foram plantadas nos últimos sete anos, além da área de cobertura vegetal preservada (G1, 2019).

A premiação foi recebida no 2º Congresso Ibero-americano de Arborização Urbana (CIAU) e o 23º Congresso Brasileiro de Arborização Urbana (CBAU) realizadas no município em 2019, sendo uma realização da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU), International Society of Arboriculture (ISA), em parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e com apoio do Crea-PB (CREA-PB, 2019), e nota-se que a premiação é resultado das ações do município desde 2012.

De acordo com o Plano de Arborização Urbana de João Pessoa (2012) até 2005 o município apresentava um índice de cobertura vegetal correspondente a 59,15% de acordo com estudos realizados na SEPLAN (PMJP). No entanto, até 2007 este número caiu para 30,67% em todo o território municipal, entre áreas públicas e privadas.

Contudo, em 2012 foi elaborado o Plano de Arborização Urbana de João Pessoa para nortear essas ações na cidade. Os objetivos do Plano de Arborização Urbana de João Pessoa são desde a criação de diretrizes para as atividades de arborização em 2012, quanto melhorar a distribuição das árvores urbanas, promovendo a arborização como instrumento de desenvolvimento urbano, melhorando a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental e ainda, aumentar e melhorar a cobertura e qualidade da arborização urbana da cidade. Estimava-se uma meta de um “plantio mínimo de 9.950 plantas nos canteiros centrais, calçadas, escolas e postos de saúde, áreas verdes e corredores ecológicos no ano de 2012” (Dantas, 2017).

Para o plantio em zonas residenciais, a meta estipulada no Plano de Arborização Urbana de João Pessoa foi atingir o número mínimo de 10 mudas plantadas por rua, sendo estas, 285 ruas distribuídas por oito bairros da cidade, totalizando então 2.850 mudas. Também foram escolhidas 133 escolas e creches e 127 postos de saúde, com a meta de plantio de cinco plantas em cada uma dessas áreas, estipulando o plantio de 1.300 mudas, além de, áreas de Preservação Permanente, Corredores Ecológicos e Áreas Verdes, onde estimou-se o plantio de, no mínimo, 5.800 mudas em todas essas áreas (Plano de Arborização Urbana de João Pessoa, 2012 apud Dantas, 2017).

Desde o início da execução do Programa de Arborização haviam sido plantadas na cidade mais de 58 mil mudas e a previsão era de que 100 mil novas árvores de espécies distintas seriam plantadas na cidade até o dezembro de 2016 (PMJP,2015). Em 2014, o Projeto “João Pessoa, Cidade Jardim” totalizou 140 mil metros quadrados de área verde trabalhados. O projeto foi desenvolvido pela Diretoria de Paisagismo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB) da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) com o objetivo de restaurar e revitalizar locais de incontestável valor ambiental (JOÃO PESSOA, 2014). Neste projeto foram mapeadas as áreas com menor índice de cobertura arbórea para que recebam as ações de recomposição necessárias. Além do plantio de árvores, o projeto também incluiu o paisagismo de diversas avenidas e praças de João Pessoa (SILVEIRA, 2015).

João Pessoa contempla duas grandes reservas de Mata Atlântica original preservadas: a primeira delas localiza-se no bairro central do Roger nomeada como Parque Arruda Câmara,

popularmente conhecida como “Bica”, devido à presença da Fonte Tambiá no local e a outra reserva florestal importante é a Mata do Buraquinho, da qual uma parte foi recentemente transformada em Jardim Botânico. A Mata do Buraquinho apresenta cerca de 515 hectares de vegetação em avançado estágio de regeneração e formação primária, cortada por riachos e fontes naturais, fica situada num dos maiores reservatórios que abasteciam a cidade. A mata é preservada e cercada com intuito de proteção contra depredação, servindo como local de estudo para pesquisadores (DE ANDRADE E JERONIMO, 2015).

A Mata do Buraquinho foi considerada área prioritária de extrema importância biológica sendo transformada em julho de 2014, em unidade de conservação, através do Decreto nº 35.195/2014, na categoria de proteção integral, como Refúgio de Vida Silvestre (RVS) (ALMEIDA, 2021). De acordo com a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o RVS tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória (BRASIL, 2000).

A seguir, apresenta-se uma breve caracterização dos Parques situados em João Pessoa, que em sua maior, apresentam as maiores concentrações de vegetação arbórea preservada.

a) Parque Ecológico Jaguaribe

O Parque Ecológico Jaguaribe está localizado, segundo a Lei Complementar nº 46 de 23 de julho de 2007, entre a Avenida Beira Rio e a Avenida Epitácio Pessoa, à margem do rio Jaguaribe. Segundo o art. 2º da mesma Lei, o projeto de obra foi de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, com um conjunto de recomendações para a restauração e manutenção da fauna aquática, terrestre e da mata ciliar observada no local, segundo o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMJP, 2012).

b) Parque Cabo Branco

O Decreto nº 5.363 de 28 de junho de 2005 estabelece as delimitações do Parque de Cabo Branco, juntamente com suas instruções normativas de Zoneamento Urbano e Ambiental. Segundo o parágrafo 1º do mesmo Decreto, a área inicial e referencial do parque localiza-se na ponta do Cabo Branco, em torno do Farol, onde será o núcleo principal do parque, definido como um setor destinado a implantação de equipamentos de apoio à difusão cultural, estudos científicos e a pesquisas, considerando também o turismo, lazer e

educação ambiental na região. Segundo o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMJP, 2012), o objetivo principal do parque é preservar e recuperar todo seu ecossistema, juntamente com o patrimônio genético da região e a sua biodiversidade.

c) Parque Augusto dos Anjos

O parque Ecológico Augusto dos Anjos foi estabelecido pela Lei nº 10.739 de maio de 2006 e no que diz em seu artigo 1º, a região localiza-se na Quadra 605, do Loteamento Caminho do Mar, no Conjunto Valentina de Figueiredo. Segundo o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMJP, 2012), o parque possui 14.202,74 m², contando com 73 árvores, distribuídas entre 16 espécies vegetais arbóreas, segundo dados da equipe técnica da SEMAM (2009).

d) Parque Natural Municipal do Cuiá

Com aproximadamente 42,07 hectares, o Parque Natural Municipal do Cuiá localiza-se no bairro Planalto da Boa Esperança, na Zona Sul de João Pessoa. O Parque foi a primeira Unidade de Conservação de Preservação Integral da cidade, criada em conformidade com o SNUC - Lei Federal Nº 9.985/2000. Seu ecossistema é composto pela Mata Atlântica, definida pela política de preservação ambiental, com áreas de uso intensivo e restritivo. A área sofre muita degradação ambiental devido à grande pressão urbana imobiliária na região (SILVA et al. 2017). O Parque, portanto, oferece oportunidades para educação ambiental, pesquisa científica, turismo ecológico e lazer das comunidades ao entorno (SILVA et al. 2017).

e) Horto Municipal

Com previsão de inauguração para 2010, o Horto Florestal Municipal Cidade Verde seria localizado na rua José Feliciano da Silva, no bairro Mangabeira, ocupando 22 hectares, com remanescentes da Mata Atlântica. Projetado com o objetivo de cuidar e preservar de toda a flora da cidade de João Pessoa, incluindo a produção de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica para arborização urbana e atividades de educação ambiental, a área onde inicialmente seria o horto nunca foi construída, estando hoje, ocupada de forma irregular por moradias.

f) Bosque das Águas

O Bosque das Águas, instituído pela Lei Nº 11.368, de 10 de janeiro de 2008, teve seu projeto de construção aprovado em 08 de setembro de 2020 e será implantado no bairro Mangabeira (Zona Sul), na área da nascente principal do Rio do Cabelo, com uma área aproximada de 40 mil m². Funcionará como um espaço de cidadania e bem-estar, proporcionando práticas esportivas, atividades culturais e de lazer, ao qual, conterá espaços como campo de futebol, espaço para caminhada, playground, bosques para trilhas, bancos para leitura e entre outros. O Bosque também tem o objetivo de promover a conscientização sobre a sustentabilidade e a importância de ser preservados os recursos naturais (ASEVÊDO, 2020). A obra também irá contemplar a revitalização do Rio do Cabelo na região.

g) Parque Lauro Pires Xavier

Formando um corredor ecológico com o Parque Zoobotânico Arruda Câmara, o Parque Lauro Pires Xavier localiza-se entre os bairros Jardim 13 de Maio e Tambiá e tem aproximadamente 22,33 hectares de Mata Atlântica, ao qual possui um relevo bem acentuado, com encostas íngremes e vale, no formato V, bem profundos (Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, 2012). O parque possui problemas como: poluição da nascente (que recebe esgoto in natura das comunidades próximas); depósito de resíduos sólidos; e erosão antrópica do solo (por trilhas abertas pela população e pelos resíduos sólidos despejados).

h) Parque Zoobotânico Arruda Câmara

Previsto no artigo 178 da Lei Orgânica de João Pessoa e localizado no bairro Tambiá, o Parque Zoobotânico Arruda Câmara é considerado o parque mais antigo de João Pessoa e possui uma extensão de 26,8 hectares. Segundo o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMJP, 2012), é caracterizada com uma fauna diversificada, com espécies vegetais seculares, sendo que a mata ainda possui árvores nativas de grande porte. Segundo o site da Prefeitura de João Pessoa, o parque possui diversas opções de lazer e atende duas funções: zoológica (abrigo de diversas espécies de animais, como aves, répteis e mamíferos) e ecológica.

i) Parque Sólon de Lucena

Localizado no Centro de João Pessoa, o Parque Sólon de Lucena (popularmente conhecido como “Lagoa”) é considerado o cartão postal da cidade, sendo um dos recantos mais belos e atrativos. Seu nome foi instaurado através do Decreto N° 110 de 27 de setembro de 1924, ao qual possui uma área de aproximadamente 150 mil m² (segundo Patrimônio Cultural Brasileiro). Ainda hoje é possível identificar alguns elementos da vegetação originais oriundas da Mata Atlântica, como Ipê-amarelo e Ipê-roxo. Devido a sua importância, o Parque Sólon de Lucena possui um inventário arbóreo realizado pela SEMAM, além de ser tombado em 26 de agosto de 1980, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP).

Além dos parques, João Pessoa possui diversas praças espalhadas por toda a cidade

5.10 ÁREAS COM RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

As áreas com restrições ambientais legais compreendem porções do território que estão legalmente protegidas por algum nível de restrição, para resguardar especificidades de ordem física ou natural, que favorecem a conservação da biodiversidade e/ou exercem relevantes funções ambientais e ecossistêmicas. Em João Pessoa, podem-se citar como áreas com restrições ambientais legais: Unidades de Conservação (UCs), Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas de Mananciais e zonas com restrições ambientais específicas instituídas pela legislação municipal.

As UCs são porções do território nacional dotadas de características naturais de relevante valor, de domínio público ou privado, legalmente instituídas com objetivos e limites definidos e sob regimes especiais de administração, às quais aplicam-se garantias adequadas de proteção (IBAMA, 1997). Assim como as UCs, as APPs são áreas protegidas e cobertas, ou não, por vegetação nativa que possuem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade. Essas áreas incluem diversos tipos de ambientes, desde as matas ciliares de corpos hídricos, até áreas de elevada altitude. Brejos, restingas, encostas íngremes, nascentes, bordas de tabuleiros, manguezais e topos de morros são mais alguns dos ecossistemas previstos como APP.

Já as áreas de mananciais são normalmente delimitadas com base nos divisores topográficos das bacias de drenagem a montante de um ponto de captação. Especificamente no âmbito municipal de João Pessoa, existem algumas porções legalmente instituídas como de interesse ambiental em dispositivos legais vigentes, das quais pode-se destacar: Zona de Preservação Ambiental, Zona Especial de Preservação e Setor de Amenização Ambiental.

5.10.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

De acordo com os dados consolidados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação Brasileiras, João Pessoa abriga as seguintes unidades de conservação em âmbito federal, estadual e municipal: Refúgio de Vida Silvestre Mata do Buraquinho, Parque Estadual das Trilhas, Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo e Parque Natural Municipal do Cuiá. Há ainda, a pretensão de instituir uma UC de proteção da vida marinha, denominada Parque Estadual Marinho do Naufrágio Queimado. A seguir, apresenta-se uma breve caracterização dessas unidades.

a) Refúgio de Vida Silvestre Mata do Buraquinho

A Mata do Buraquinho, criada por meio do Decreto Nº 35.195/2014 e localizada no Jardim Botânico Benjamin Maranhão é uma Unidade de Conservação da categoria de Refúgio de Vida Silvestre, que representa um dos maiores resquícios de Mata Atlântica em perímetro urbano do Brasil, reunindo mais de 540 espécies de plantas - como ipê, embaúba e imbiriba - 113 espécies de aves, 8 táxons endêmicos do Brasil e do Bioma Mata Atlântica e seis espécies ameaçadas de extinção (ALMEIDA, 2021).

O Decreto Presidencial Nº 98.181, de 26 de setembro de 1989, declarou, visando proteger os mananciais ali existentes e conservar amostra da flora e fauna da Mata Atlântica, como de preservação permanente, a floresta e demais formas de vegetação autóctone, situadas na região conhecida como Mata do Buraquinho, no município de João Pessoa, Estado da Paraíba. Apesar de estar cercada pelo tecido urbano, o comparativo de imagens apresentado na Figura 67, demonstra que a unidade não sofreu alterações nos últimos anos e permanece densamente vegetada.

Figura 67: Evolução da cobertura da terra na RVS Mata do Buraquinho



Fonte: Consórcio PDMJP (2021) com imagens do Google Earth Pro.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a unidade não possui Plano de Manejo nem Conselho Gestor, e atualmente é administrada pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA).

b) Parque Estadual das Trilhas dos Cinco Rios

O Parque Estadual das Trilhas possui um total de 514 hectares e está localizado na porção Sul de João Pessoa. O Parque foi criado pelo Decreto Estadual nº 35.325 de 16 de setembro de 2014 com objetivo de preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, garantir a conservação do remanescente florestal conhecido popularmente como a antiga fazenda Mangabeira, garantir a conservação das populações de flora e fauna, garantir a conservação das porções dos rios Cuiá, Jacarapé, Aratú, Mangabeira, Mussuré, e dos riachos Estivas e Sanhavá. Por meio do Decreto 37.653/2017 o Parque passou a englobar o Parque Estadual do Aratu e o Parque Estadual do Jacarapé, estes foram incorporados ao parque estadual das trilhas juntamente com a alteração do parque das trilhas dos cinco rios por meio do Decreto Nº 37.653/2017.

O Parque do Aratu foi criado pelo Decreto Estadual nº 23.838 de 27 de dezembro de 2002, tendo sua área alterada pelo Decreto Estadual de nº 28.086 de 30 de março de 2007. Por ter seu limite a leste com o Oceano Atlântico, o Parque apresenta vegetação com influência fluviomarinha, próprias do ambiente de praia (PESSOA, 2017). O Parque Aratu apresenta grandes degradações ambientais, aos quais envolvem: desmatamentos, queimadas, ocupações irregulares, aterramento do rio, extração de mata ciliar, extração de solo, plantios de flora não condizente com a local e entre outros (PESSOA, 2017).

O Parque Estadual do Jacarapé possui um total de 380 hectares e está localizado na porção Sul de João Pessoa, entre o rio Jacarapé e a Praia do Sol, ao norte e ao sul, respectivamente. A vegetação do Parque é composta pela Mata Atlântica juntamente com vegetação de influência fluviomarinha. O Parque foi criado pelo Decreto Estadual nº 23.836 de 27 de dezembro de 2002, tendo sua área alterada pelo Decreto Estadual de nº 28.087 de 27 de março de 2007. Embora o Parque esteja bastante preservado, no local encontram-se algumas ocupações irregulares com uma extensão de cerca de 12,8 hectares (PESSOA, 2017). As ocupações são definidas como propriedades de alto padrão econômico, restaurantes e entre outros. Alguns locais também apresentam erosões e degradações ambientais.

Conforme mostra o comparativo de imagens apresentado na Figura 68, o Parque Estadual das Trilhas vem sofrendo algumas pressões da expansão urbana tanto na porção oeste quanto na porção nordeste do Parque. Tal situação é agravada pelo traçado irregular da unidade, que acaba por adentrar diferentes porções dos bairros Mangabeira, Paratibe e Costa do Sol.

Figura 68: Evolução da cobertura no Parque das Trilhas



Fonte: Consórcio PDMJP (2021) com imagens do Google Earth Pro.

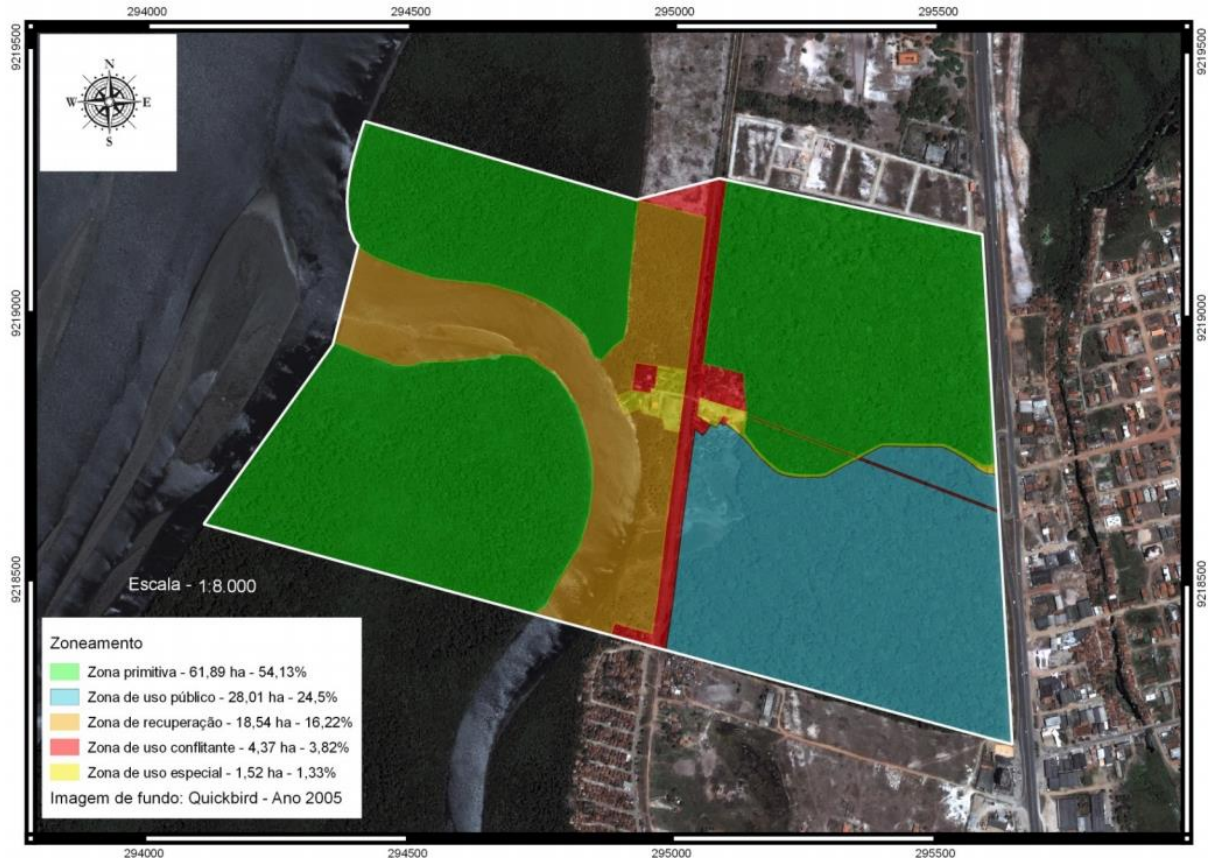
De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a unidade não possui Plano de Manejo nem Conselho Gestor, e atualmente é administrada pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA).

c) Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo

Instituída pelo Decreto s/n de 02/06/2004, a Floresta ocupa 115 hectares de área. Trata-se uma UC de uso sustentável que possui Plano de Manejo e conselho gestor instituídos. A unidade está localizada majoritariamente no município de Cabedelo, com algumas porções no norte de João Pessoa e caracteriza-se pela presença de neossolo quartzarênico, característico dos terraços marinhos de restinga de Cabedelo (ARAÚJO, 2018). A vegetação do local é definida como floresta ombrófila densa, que cobre cerca de 45% da UC (com árvores de médio a grande porte). Na área remanescente de mata alta de Restinga, denominada Costa do Sol, destacam-se falésias, estuários, dunas, planícies e tabuleiros (PEREIRA, 2007). De acordo com o Plano de Manejo da unidade, elaborado em 2016 pelo Instituto Chico Mendes

de Conservação e Biodiversidade, a unidade está distribuída em cinco zonas ilustradas na Figura 69 e descritas na sequência.

Figura 69: Zoneamento da Flona da Restinga do Cabedelo



Fonte: ICMBio (2016)

Zona Primitiva: objetiva a preservação dos ecossistemas de floresta de restinga, manguezais e ambientes associados inseridos na FLONA em seu estado natural, com a menor intervenção possível;

Zona de Uso Público: Objetiva preservar e ordenar as atividades de visitação já existentes na UC, incluindo a promoção e realização de atividades de educação e interpretação ambiental;

Zona de Recuperação: Objetiva o manejo transitório de áreas significativamente degradadas pela atividade humana e que necessitam de intervenções para a sua recuperação ou restauração;

Zona de Uso Conflitante: Constituem-se em espaços, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da unidade, conflitam com os objetivos de conservação. Nesta zona, objetiva-se contemporizar a situação atual, minimizar os impactos decorrentes das

atividades humanas e estabelecer metas e procedimentos para a regularização do conflito (ICMBio, 2009);

Zona de Uso Especial: destinada às áreas necessárias à administração, infraestrutura, equipamentos, manutenção e gestão da FLONA e unidades demonstrativas de tecnologias. Estas áreas foram escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e nas quais os impactos gerados pelas atividades próprias da administração da UC serão intensivamente controlados.

Apesar de estar suscetível ao efeito de borda causado pela BR-230, a FLONA não vem sofrendo pressões antrópicas (Figura 70). O comparativo de imagens demonstra que a Floresta apresenta condições de vegetação bastante semelhantes nos períodos analisados.

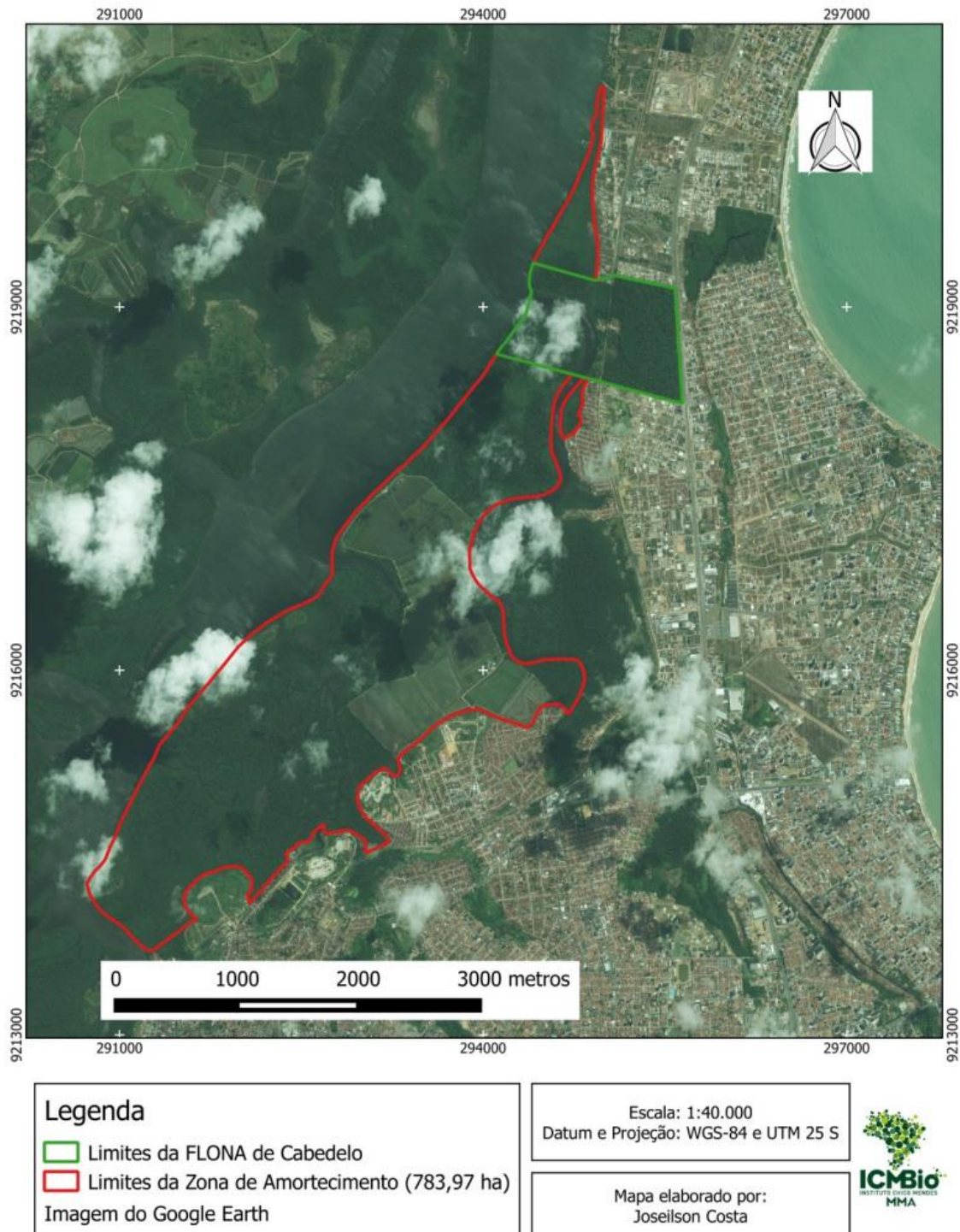
Figura 70: Evolução da cobertura da terra na Flona da Restinga de Cabedelo



Fonte: Consórcio PDMJP (2021) com imagens do Google Earth Pro.

Ainda com relação a FLONA, seu Plano de Manejo apresenta uma Zona de Amortecimento, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, visando minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Além das ações de controle ambiental da ZA, deverão ser desenvolvidas atividades visando aprofundar o conhecimento da região e a conscientização ambiental das populações vizinhas, além de oferecer alternativas de desenvolvimento e possibilidades de integração aos objetivos da FLONA. A Figura 71 apresenta a delimitação da Zona de Amortecimento da FLONA, englobando toda a região centro norte de João Pessoa.

Figura 71: Zona de Amortecimento da Flona Restinga de Cabedelo



Fonte: ICMBio (2016)

d) Parque Natural Municipal do Cuiá

Instituído pelo Decreto Nº 7517 de 17/04/2012, o Parque ocupa 43 hectares de área. Trata-se uma UC de proteção integral que objetiva a preservação e recuperação das características dos ecossistemas originais do Bioma Mata Atlântica, com a biodiversidade, manutenção dos processos ecológicos, realização de pesquisas científicas e o

desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação, contemplação da paisagem e turismo ecológico, compatibilizando a preservação ambiental com a inclusão social.

O comparativo de imagens de satélite (Figura 72) evidência, que embora cercado pelo tecido urbano, o parque vem conseguindo manter suas características vegetais, não havendo indícios de pressões antrópicas que possam suprimir parcialmente sua vegetação. Todavia, o Rio Cuiá encontra-se poluído por lançamentos de esgoto e dejetos pelas comunidades subnormais e propriedades irregulares à montante do parque.

Figura 72: Evolução da cobertura da terra no Parque do Cuiá



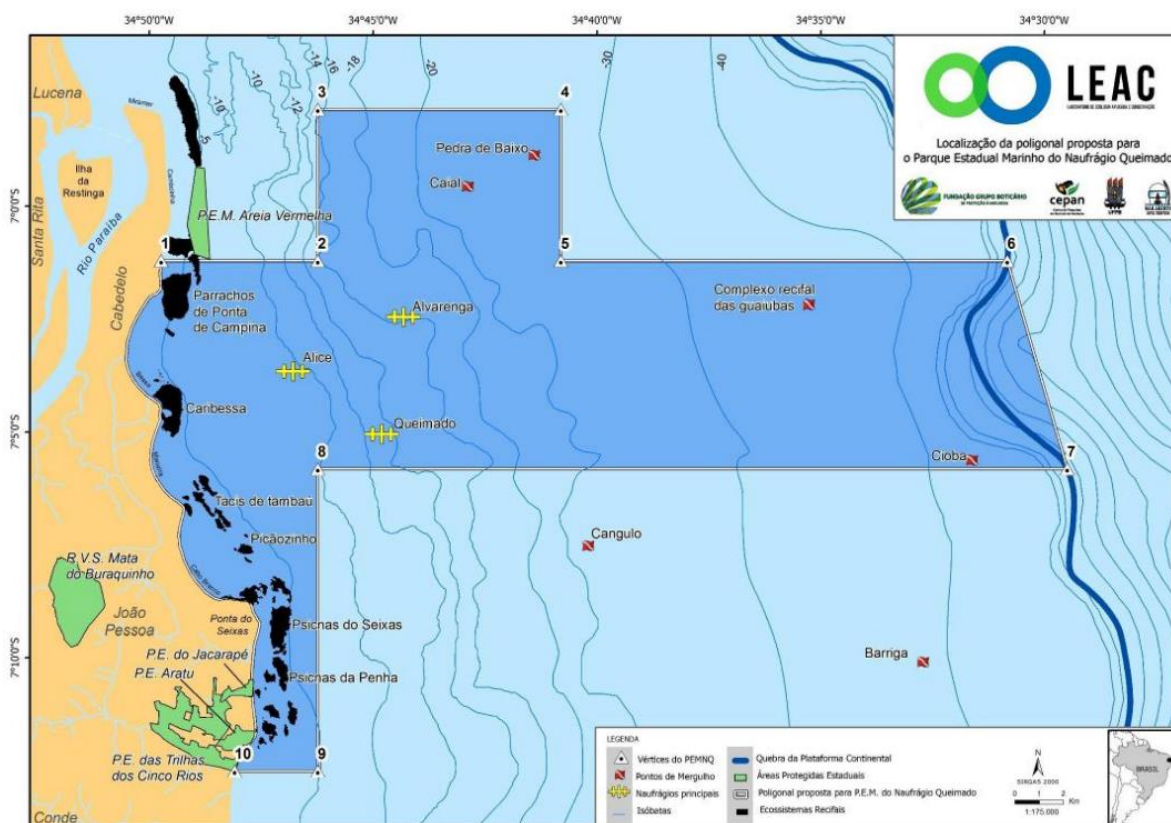
Fonte: Consórcio PDMJP (2021) com imagens do Google Earth Pro.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a unidade não possui Plano de Manejo nem Conselho Gestor, e atualmente é administrada pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de João Pessoa (SEMAM).

e) Parque Estadual Marinho do Naufrágio Queimado

Trata-se de uma unidade de conservação marinha que está sendo proposta para o litoral dos municípios de João Pessoa e Cabedelo (Figura 73). Segundo a SUDEMA (2021), a proposta de delimitação consiste em uma área marinha delimitada por 10 pontos, com início na Ponta na Campina, segue mar adentro até os limites da plataforma continental, segue para o sul e retorna para o continente em traçado irregular até o Parque das Trilhas dos Cinco Rios.

Figura 73: Mapa com o perímetro proposto para o Parque Marinho do Naufrágio Queimado



Fonte: SUDEMA (2018)

O Parque abrigaria ecossistemas recifais (Parrachos de Ponta de Campina, Caribessa, Tacis de Tambaú, Picãozinho, Piscinas do Seixas, Piscinas da Penha), naufrágios principais (Queimado, Alice e Alvarenga) e pontos de Mergulho (Caial, Pedra de Baixo, Complexo Recifal das Guaiubas e Cioba).

De acordo com o estudo da UFPB (2018) para criação do Parque Estadual, o objetivo é criar uma unidade de conservação marinha voltada a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

5.10.2 ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

A Prefeitura Municipal de João Pessoa não possui mapeamento sistemático das áreas de preservação permanente (APP) no município. No entanto há alguns estudos e

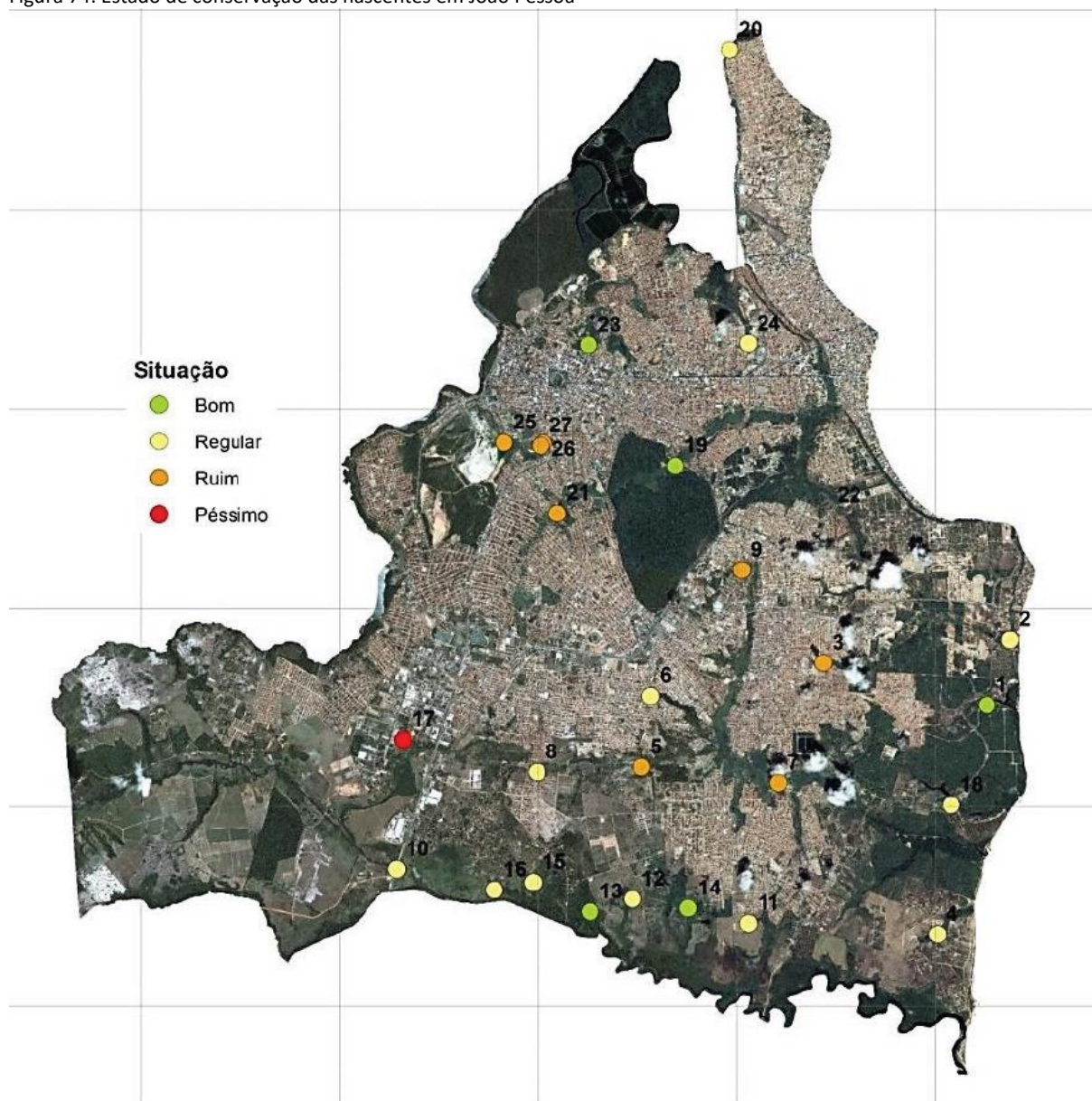
mapeamentos de algumas dessas áreas, especialmente as matas ciliares ao longo de rios e nascentes. A seguir, apresenta-se a descrição analítica da situação de algumas APPs.

a) Nascentes e matas ciliares

De acordo com o Relatório Técnico de Mapeamento e Monitoramento das Nascentes e Corpos Hídricos de João Pessoa, elaborado em 2020 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, dos 27 pontos analisados, sendo 15 trechos de corpo hídrico e 12 nascentes, 92% das áreas analisadas apresentam mata ciliar, sendo 46% em estágio inicial, 35% em estágio inicial a médio e 19% em estágio médio de regeneração. Os maiores impactos negativos nesses locais foram os desmatamentos e disposição inadequada de resíduos sólidos. Mais da metade dos locais amostrados apresentaram lançamentos de efluentes não tratados, ocupações irregulares e criação de animais. Como proposição, o relatório indicou a necessidade de cercamento de locais, limpeza dos resíduos dispostos, plantio de árvores nativas e ações de fiscalização e educação ambiental.

A Figura 74 apresenta o estado de conservação das nascentes e corpos hídricos em 2019. Em termos quantitativos, o estudo da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (2013) aponta que dos mais de 1240 hectares de APPs de mata ciliar de João Pessoa, 42% não possuem cobertura vegetal adequada às funções ambientais exercidas por essas áreas.

Figura 74: Estado de conservação das nascentes em João Pessoa



Fonte: SEMAM/PMJP – Relatório de monitoramento das nascentes e cursos hídricos.

b) Restingas

Restingas são formações vegetais pioneiras existentes sobre depósitos arenosos, localizado ao longo da costa brasileira, caracterizada por herbáceas praianas e até florestas fechadas (ARAÚJO et. al, 1987). De acordo com Brasil (1981), o surgimento desse tipo de vegetação está caracterizado com os eventos de transgressão e regressão dos oceanos, ocorridos durante o período Quaternário (BIGARELLA, 1965). Na região nordeste do Brasil, os ecossistemas de restinga estão localizados (em sua maioria) sobre a formação geológica do Grupo Barreiras (MABESOONE & CASTRO, 1975). Apesar de ser um ambiente bem

diversificado, esse ambiente está entre os ambientes mais ameaçados da Mata Atlântica (STEHMANN et al., 2009). Em João Pessoa, as restingas estão situadas em toda faixa leste do município, especialmente nas áreas próximas da praia.

Um dos exemplos de pressão para as áreas de restinga é a recente expansão urbana no bairro Barra do Gramame. Conforme mostra o comparativo de imagens da Figura 75, o solo anteriormente coberto por vegetação herbácea e arbustiva com ambientes transacionais entre a restinga e a mata atlântica foi substituído por parcelamentos de solo, vias e edificações. Embora as edificações tenham sido construídas em áreas permitidas pelo zoneamento, a proximidade das mesmas ameaça à integridade das restingas existentes na região.

Figura 75: Evolução da ocupação urbana na Barra do Gramame



Fonte: Consórcio PDMJP (2021) com imagens do Google Earth Pro

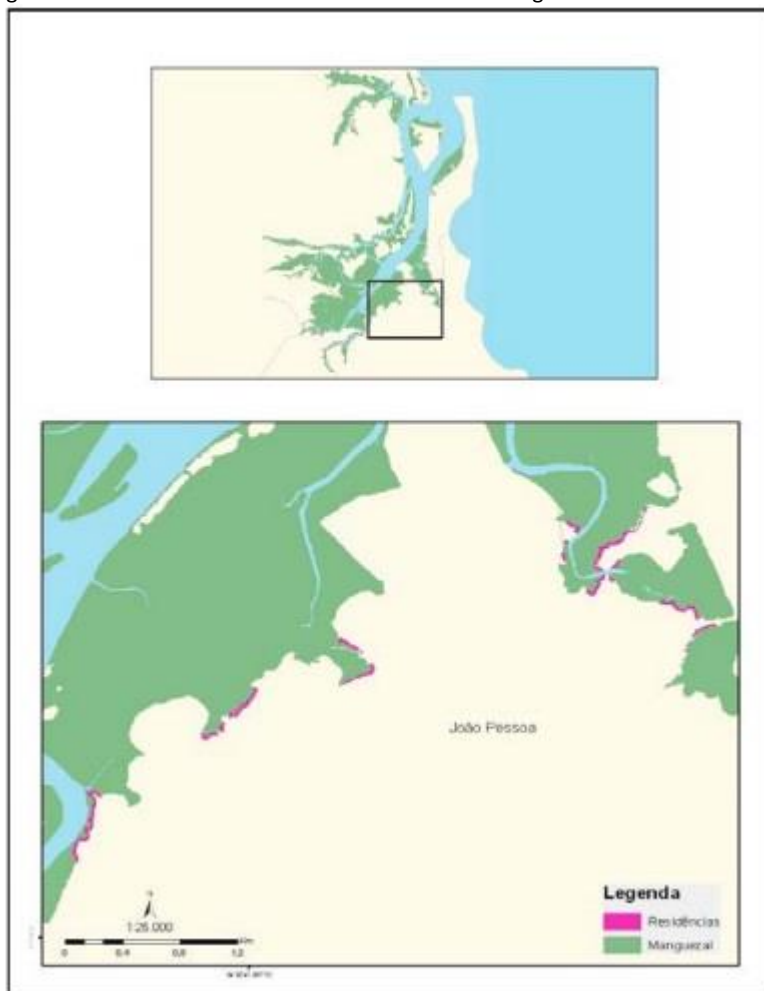
c) Manguezais

Os manguezais são regiões caracterizadas por serem uma zona de transição entre os ambientes marinhos e terrestres, apresentando solo rico em água e sal, e pobre em oxigênio (ARAÚJO, 2018). Uma das características marcantes desses ambientes são as raízes aéreas das vegetações que permite a sustentação das árvores no solo lodoso (ARAÚJO, 2018). Os mangues são protegidos pela Lei Federal de nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

As áreas de mangues em João Pessoa têm sido historicamente poluídas por esgotos e resíduos sólidos (PESSOA, 2018). Sem sistema de esgoto adequado, a qualidade dos mangues se encontra em estado crítico nas regiões citadas, o que acaba afastando os animais dessa região e, conseqüentemente, afetando economicamente a população, pois resulta na falta de

peixes, caranguejos e outras espécies, colocando a população em situação de pobreza e marginalização (PESSOA, 2018). Dentre os mangues mais conhecidos de João Pessoa, cita-se: o Porto do Capim e o Varadouro. A Figura 76, a seguir, possibilita a identificação das regiões dos mangues no Estuário do Rio Paraíba, que faz parte do município de João Pessoa. Em algumas dessas áreas, encontram-se comunidades em manguezais (ARAÚJO et al., 2017) nos bairros de: Varadouro, Bairro dos Ipês, Alto do Céu, Mandacaru, Roger, Alto do Mateus e Ilha do Bispo.

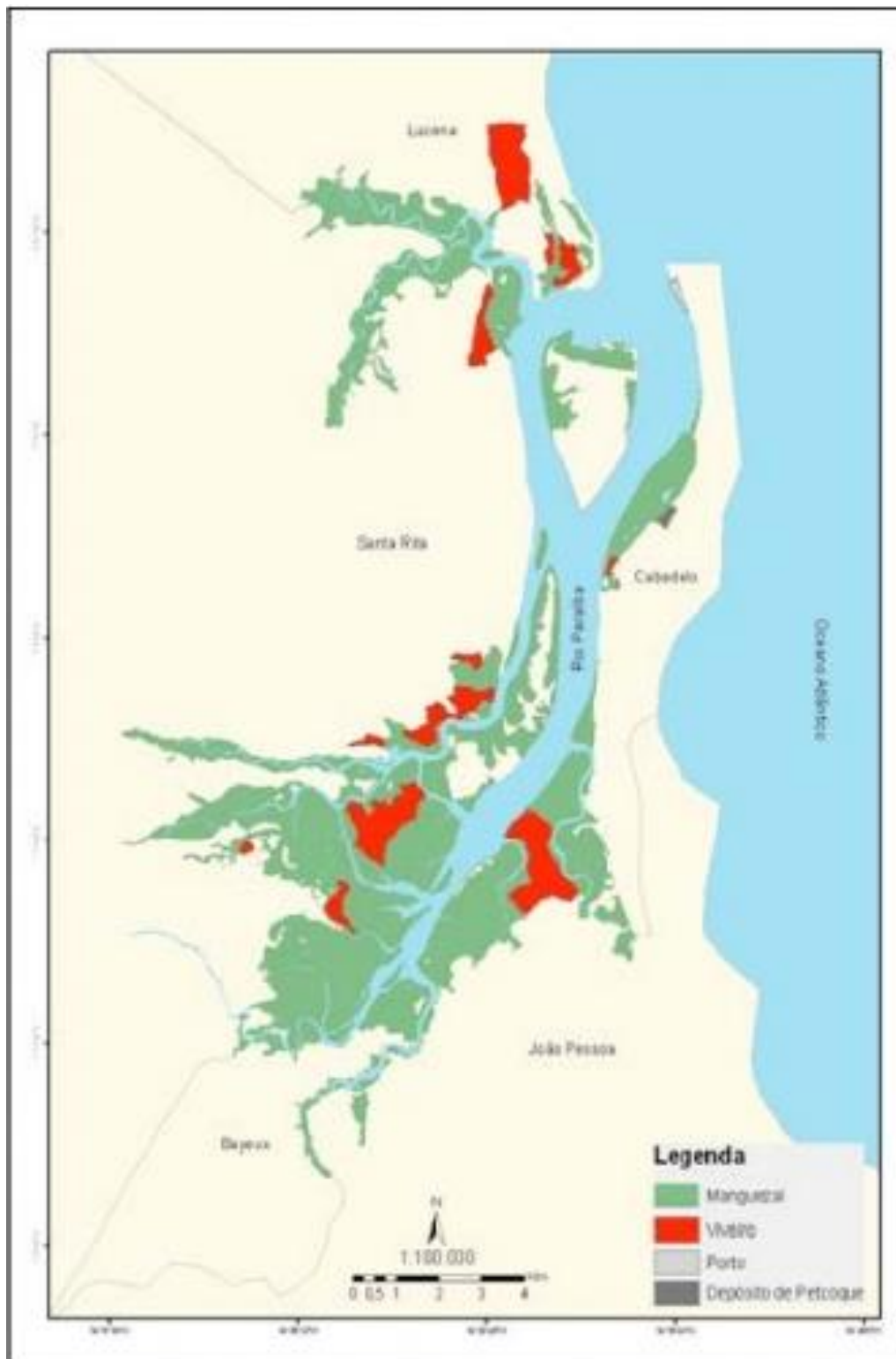
Figura 76: Residências localizadas em até 20 m dos mangues do Estuário do Rio Paraíba com limite em João Pessoa



Fonte: Base cartográfica: Google Earth (2013); IBGE (2012). Autor: Diandra Soares de Araújo.

A Figura 77, a seguir, possibilita a identificação de regiões de viveiros de camarões nos mangues em torno do Estuário do Rio Paraíba, que faz parte do município de João Pessoa.

Figura 77: Identificação de viveiros destinados a criação de camarão e sua influência nas áreas de mangues

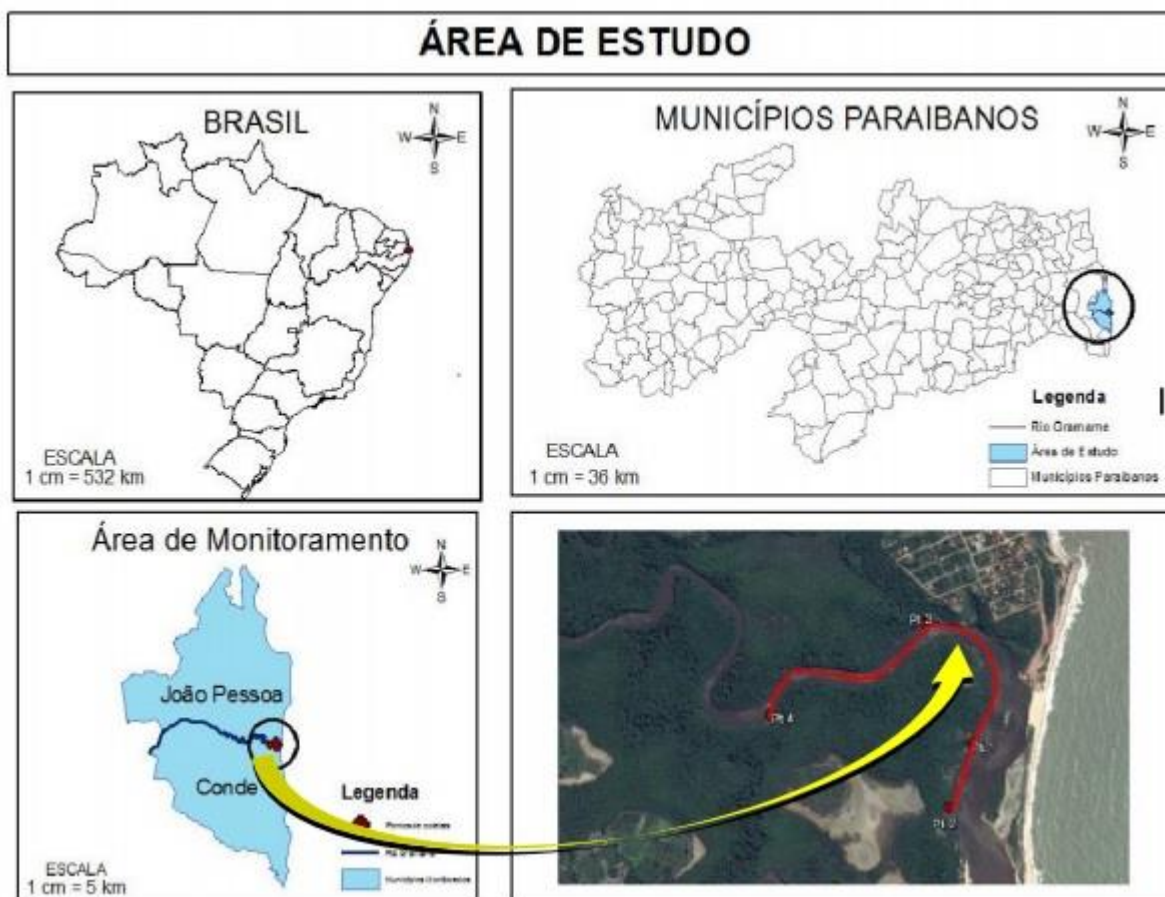


Fonte: Base cartográfica: Google Earth (2013); IBGE (2012). Autor: Diandra Soares de Araújo (2017)

Destaca-se que boa parte dessa região pertence a Zona de Amortecimento da Flona de Cabedelo, cujas intervenções devem ter anuência do órgão gestor da unidade.

Uma outra região, caracterizada pela presença dos mangues, localiza-se no sul de João Pessoa (Figura 78), na região do bairro Barra de Gramame. SOUSA *et al.* 2017 fizeram a análise de poluição pela existência de lançamento de efluentes domésticos e pela falta de saneamento básico. O Mangue desta região possui uma área de 589,1 Km², com extensão de 54,3 km (SOUSA et al., 2017). No estudo realizado na região, encontrou-se, portanto, índices de coliformes totais, *Escherichia coli* e a bactéria *Salmonella sp.* nos mangues. Esses dados confirmam o descarte irregular de efluentes domésticos na região, principalmente pela identificação da bactéria *Salmonella sp.* nos mangues, pois o habitat natural da mesma é o intestino de animais homeotérmicos (SOUSA et al., 2017).

Figura 78: Mapa de localização da área do mangue Barra de Gramame, João Pessoa



Fonte: Cabral, L (2014) e Sousa et al., 2017. Adaptado pelo Consórcio PDMJP (2021)

d) Bordas de Tabuleiros

De acordo com a Resolução CONAMA Nº 303 de 20/03/20023, os tabuleiros são constituídos por uma paisagem de topografia plana, com declividade média inferior a 10% e superfície superior a dez hectares, terminada de forma abrupta em escarpa. O Código Florestal considera como APP, as bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura em faixa nunca inferior a cem metros em projeção horizontal no sentido do reverso da escarpa. No caso das cidades litorâneas, é muito comum a ocorrência de falésias nas bordas dos tabuleiros, cuja feição geralmente é construída pela força do intemperismo físico, notadamente da força das ondas do mar e dos elementos do clima (vento, precipitação, temperatura, etc.). As falésias podem ser consideradas vivas - quando ainda estão em processo de formação, ou mortas - quando estão relativamente estabilizadas e/ou com baixa ou nula vulnerabilidade ao processo de abrasão.

O município de João Pessoa é caracterizado por sua extensa malha urbana sobre os topos dos Tabuleiros Costeiros, com urbanização chegando até as bordas de vertentes de vales de rios e falésias (Barbosa e Furrier, 2017).

A seguir, descreve-se brevemente algumas das situações constatadas sobre as bordas de tabuleiros em João Pessoa:

As bordas dos tabuleiros da porção sul, isto é, entre Barra do Gramame e o Parque das Trilhas, abrigam falésias ativas que estão muito próximas da linha de costa e possuem declividade variável. Em alguns pontos, como no extremo sul do município, a linha de falésia está bastante ativa e apresenta acentuada declividade, conferindo paisagens bastante atrativas, com exposição do solo e deposição de fragmentos rochosos. Boa parte das bordas das falésias mortas estão cobertas por vegetação nativa e típica de formações abertas, como representantes florísticos de Cerrado, tal como o murici-velho (*Byrsonimacrassifolia* (L.) Kunth.), incluindo a presença da restinga próximo ao mar. No entanto, há alguns locais com a presença de edificações residenciais e comerciais associadas a pontos específicos de visitação, como a Praia do Sol e a Praia do Jacarapé. A Figura 79 apresenta uma imagem com exagero vertical da Praia da Barra do Gramame e uma fotografia da área, postada no Google Earth, onde nota-se a presença marcante de bordas abruptas e próximas ao mar.

Figura 79: Representação esquemática e fotografia de falésias na porção sul de João Pessoa



Fonte: Plano Municipal da Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (2012)

As bordas dos tabuleiros da porção central, isto é, entre o Parque das Trilhas e final do bairro do Tambaú, apresentam menor declividade em comparação ao sul e abrigam falésias geralmente mais afastadas do mar. Em algumas porções, a área entre a borda dos tabuleiros abriga estreita planície marinha ocupada por bairros residenciais inteiros. Boa parte dessas falésias podem ser consideradas mortas ou inativas, tanto por sua localização mais afastada do mar, como pela presença da vegetação em avançado estágio de regeneração. No entanto, há porções que se encontram ativas, principalmente na divisa entre a Ponta do Seixas e o Portal do Sol, onde grandes paredões também conferem uma beleza cênica de grande atratividade turística.

Ressalta-se que apesar das falésias mortas serem consideradas mais estáveis e aparentemente menos dinâmicas em comparação com as falésias vivas, deve-se considerar que esses ambientes são bastante frágeis e muito vulneráveis aos agentes intempéricos,

principalmente quando associados a antropização. A Figura 80 apresenta uma imagem com exagero vertical das bordas dos tabuleiros da porção central, com destaque para a desconstrução de um trecho da Avenida João Cirilo da Silva, cuja região já sofreu eventos de desabamento (G1/PB, 2021).

Figura 80: Representação esquemática das falésias da porção central da costa de João Pessoa



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Por fim, as bordas dos tabuleiros da porção norte, isto é, ao norte de Manaíra e adentrando o bairro dos Ipês, abrigam falésias mortas bastante distantes da linha de costa. Nesta região, como há maior predomínio de planícies fluviais e marinhas, os tabuleiros são mais baixos, por vezes extremamente recuados ou ainda suavemente conectados com a planície, de forma que não mais se destacam facilmente na paisagem. A menor declividade das bordas dos tabuleiros propiciou o surgimento de edificações residenciais em algumas porções da linha de falésia morta, principalmente no bairro São José. Nesta região, conforme mostra a Figura 81, outros condicionantes socioambientais como o traçado da rodovia BR-230 e a presença da calha do Rio Jaguaribe, já em seu terço inferior, parecem ter moldado um tecido urbano bastante específico, pouco conectado com o restante da cidade e sujeito à riscos ambientais, como enchentes e processos erosivos.

Figura 81: Representação esquemática e imagem da linha de falésia na porção norte de João Pessoa.



Fonte: Consórcio PDMJP (2021).

Por fim, destaca-se que as Áreas de Preservação Permanente (APP) do município necessitam de mapeamento a ser incluído no Zoneamento Municipal, a fim de garantir o cumprimento da legislação ambiental vigente, como a Lei Federal Nº 12.651/2012 (Art. 4º), o Novo Código Florestal, particularmente nos processos de licenciamento ambiental e fiscalização.

5.10.3 ÁREAS DE MANANCIAIS

O município de João Pessoa é atualmente abastecido por mananciais superficiais e subterrâneos. Os mananciais superficiais decorrem de dois grandes açudes: o Açude Marés e o Açude Gramame-Mamuaba, e futuramente deverá entrar em operação o Açude a ser formado com a barragem do Rio Cupissura, no município de Caaporã. Há também mais dois mananciais a fio d'água: Rio Abiaí - Papocas e o Rio Mumbaba, próximo do Distrito Industrial.

O Açude Marés, localizado no noroeste do município, na divisa com Bayeux, possui uma área de drenagem de 22 km² e vem sofrendo grande pressão antrópica, até mesmo próximo da barragem. A Figura 82 mostra o surgimento de um condomínio de alto padrão próximo ao Açude.

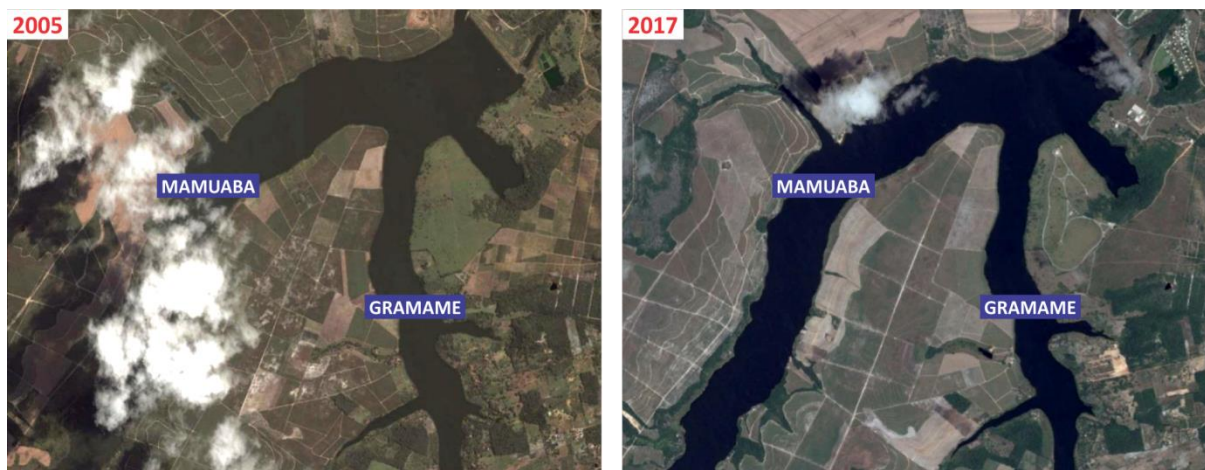
Figura 82: Novos loteamentos próximos do Açude das Marés



Fonte: Consórcio PDMJP (2021) com imagens do Google Earth Pro

O Açude Gramame-Mamuaba, localizado entre os municípios de Alhandra e Santa Rita, possui uma área de drenagem de 256 km² e abriga diversas propriedades rurais com cultivos agrícolas. A Figura 83 evidencia que não há grandes pressões urbanas em direção a esse manancial, embora Cordeiro (2016) alerte sobre o potencial de interferência na qualidade hídrica advinda do escoamento de agrotóxicos oriundos das plantações de cana-de-açúcar que margeiam os rios que formam o açude. As nascentes do Rio Gramame estão localizadas ao norte do município de Pedras de Fogo.

Figura 83: Evolução da cobertura da terra, próximo do Açude Mamuaba-Gramame



Fonte: Consórcio PDMJP (2021) com imagens do Google Earth Pro

A captação superficial no Rio Mumbaba está localizada no oeste do município de João Pessoa, na divisa dos bairros Mumbaba e das Indústrias. O Rio Mumbaba nasce no município

de Pedras de Fogo e percorre encaixado no sentido oeste-leste, gradualmente alargando sua calha até desaguar no Rio Gramame. A região à montante da captação é ocupada por propriedades agrícolas - muitas mantidas por irrigação, pequenos barramentos no rio, além de localidades e distritos dos municípios da região. As condições das APPs do Rio Mumbaba, próximo ao ponto de captação são boas e há a presença de chácaras e atividades de ecoturismo.

Os demais mananciais como o Rio Abiaí e o futuro Açude do Cupissura, situam-se no município de Alhandra, portanto, fora da área de João Pessoa. O Açude do Capissura, reservará águas de uma bacia de aproximadamente 108 km² de extensão territorial, ocupada por propriedades agrícolas. As cabeceiras dos rios que drenam para a futura barragem abrigam a estrada PB-044 e as franjas urbanas do município de Caaporã.

5.10.4 ÁREAS MUNICIPAIS DE INTERESSE AMBIENTAL

De acordo com o atual zoneamento do município de João Pessoa (Decreto Municipal Nº 7.537/2012 e alterações), existem algumas áreas municipais de interesse ambiental, definidas a partir de critérios ecológicos nas quais serão permitidas ou restringidas determinadas atividades, de modo absoluto ou parcial e para as quais serão previstas ações que terão como objetivo a proteção, manutenção e recuperação do padrão de qualidade do meio ambiente. Dentre essas áreas pode-se citar: a Zona Especial de Preservação Ambiental, o Setor de Amenização Ambiental e as Áreas Quilombolas.

a) Zona de Preservação Ambiental

Compreende áreas protegidas por instrumentos legais diversos devido à existência de remanescentes de Mata Atlântica e de ambientes associados tais como: matas de restingas, matas de encosta e manguezais, assim como à suscetibilidade do meio a riscos elevados. A ZPA compreende, basicamente, as planícies fluviais dos rios em faixas mais extensas que as APPs, as bordas dos tabuleiros, algumas áreas de restinga e de mangue e demais áreas consideradas ambientalmente frágeis. Dentro da ZPA, existem setores específicos, voltados ao maior controle de uso e ocupação do solo, como o Parque do Cabo Branco.

O Parque do Cabo Branco foi instituído como Zona de Preservação Ambiental e de Proteção Paisagística pelo Decreto Nº 5.363 de 28/06/2005. Dentre as disposições do decreto

consta a delimitação do Setor de Amenização Ambiental, do Setor Turístico Especial e instituição de outras zonas com parâmetros específicos de uso e ocupação do solo. O Setor de Amenização Ambiental é uma faixa de transição entre as zonas habitáveis e as zonas especiais de preservação e compreende basicamente uma área de aproximadamente cem metros de largura entre a linha de ruptura das falésias e as áreas altas e aplainadas dos tabuleiros, especialmente ao longo dos bairros Costa do Sol, Portal do Sol e Altiplano Cabo Branco.

b) Setor de Proteção da Paisagem

Situado na porção sul da cidade, compreende partes do bairro Barra de Gramame, Paratibe e Costa do Sol. A partir da instituição do Decreto Nº 7.018 de 08/10/2010, o Setor foi subdividido em três partes: Setor de Proteção da Paisagem 1, com os mesmos parâmetros da Zona Residencial 2; o Setor de Proteção da Paisagem 2, com os mesmos parâmetros da Zona de Grandes Equipamentos; e o Setor de Proteção da Paisagem 3, onde não é permitido nenhum tipo de ocupação. Algumas das áreas desse setor, principalmente as do tipo 3, sobrepõem-se ao perímetro do Parque das Trilhas.

c) Área Quilombola Paratibe

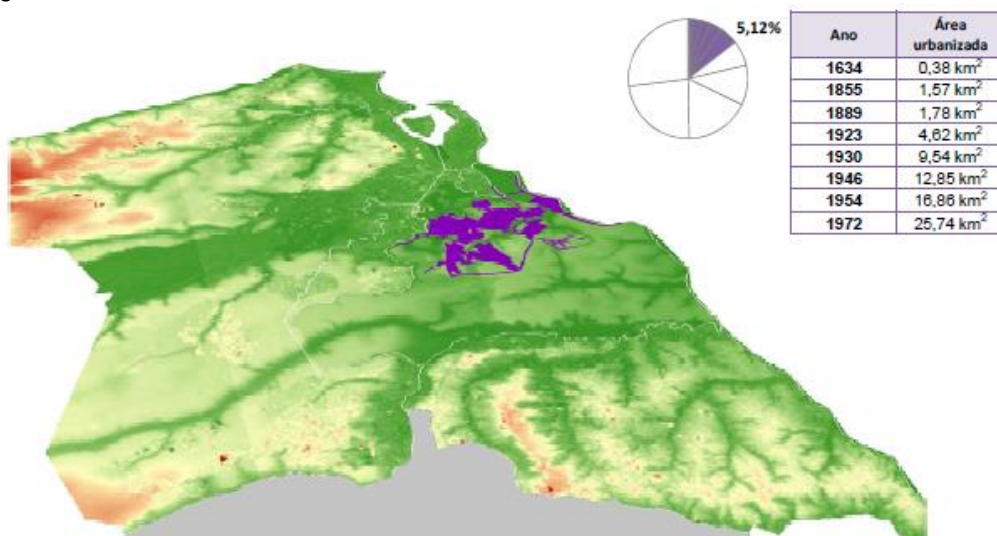
Localizada a aproximadamente 19 km do centro de João Pessoa, a área quilombola possui 267 hectares, onde habitam 134 famílias cadastradas em um perímetro urbano/rural. De acordo com Veras (2019), a organização do espaço se dá através de pequenos sítios, que se dividem em núcleos familiares. A autora também aponta que, em virtude da existência da rodovia, a parte dos sítios e casas é separada da área produtiva, o que desencadeou nos últimos anos, a ação de especuladores imobiliários e granjeiros, que disputam a propriedade das terras com a comunidade.

Destaca-se que o quilombo Paratibe não possui um zoneamento específico, estando sujeito aos parâmetros de uso e ocupação relativos às zonas urbanas das quais se encontra. Sendo assim, há necessidade de definir indicadores urbanísticos para essa área, a fim de evitar construções e intervenções não permitidas em território Quilombola, partindo-se de uma discussão coletiva de uso do solo pelos quilombolas em Paratibe.

5.11 CRESCIMENTO URBANO

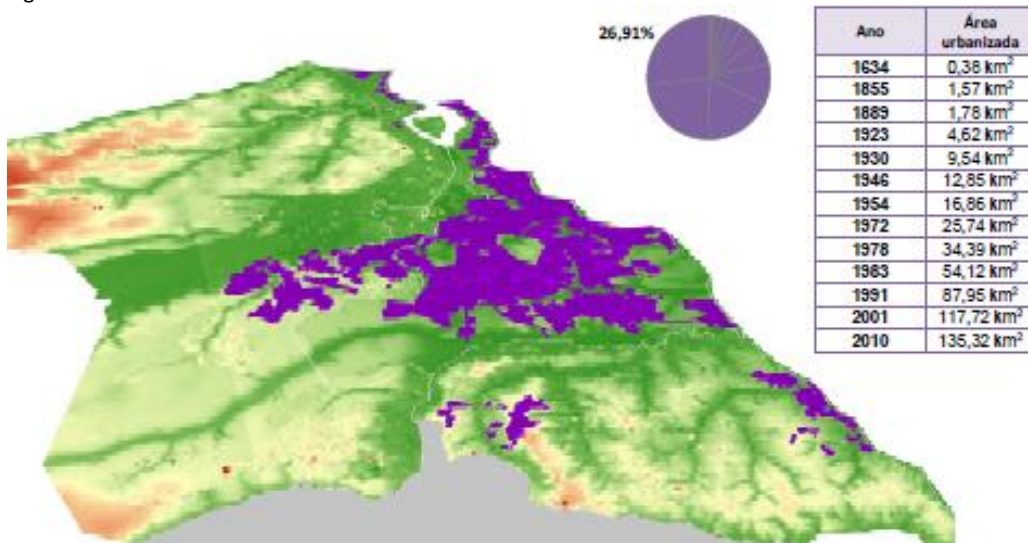
Nas últimas décadas, João Pessoa apresentou intensas transformações, especialmente em seu espaço urbano. O município apresenta uma das maiores taxas de crescimento da região, segundo os dados do IBGE, a sua população cresceu 254,2% em 49 anos, passando de 228,4 mil pessoas em 1970, para 809 mil em 2019 (JORNAL DA PARAÍBA, 2020), esse crescimento é representado pelas Figura 84 e Figura 85 que demonstram essa dinâmica de expansão das manchas urbana no território.

Figura 84: Mancha Urbana em João Pessoa em 1972



Fonte: IDOM – COBRAPE (2014).

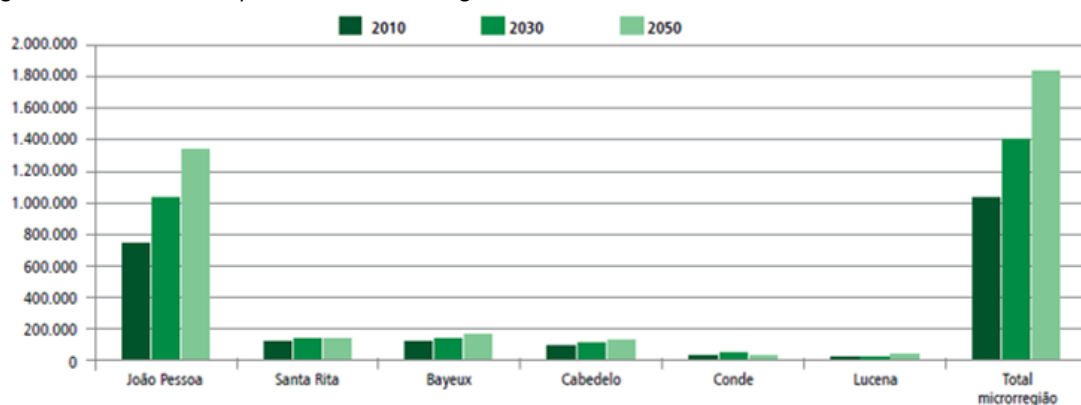
Figura 85: Mancha Urbana em João Pessoa em 2010



Fonte: IDOM – COBRAPE (2014).

Considerando a evolução demográfica dos últimos 30 anos, as projeções apontam um pouco mais de 1.000.000 de habitantes no ano de 2030 e em torno de 1.350.000 habitantes para o ano de 2050, conforme o gráfico desenvolvido pelo IDOM-COBRAPE representado pela Figura 86.

Figura 86: Crescimento Populacional da Microrregião de João Pessoa



Fonte: IDOM-COBRAPE apud ICES (2014).

Durante os períodos de 1991 e 2001, as áreas com maior crescimento ocorreram ao sul do Rio Jaguaribe, atingindo inclusive a margem sul do Rio Cuiá. Além disso, consolidou-se claramente uma tendência de crescimento em toda a orla, partindo do centro histórico de Cabedelo (extremo norte) e chegando até a bacia do Rio Gramame (ICES, 2014).

É notável a expansão da mancha urbana de João Pessoa ao longo das décadas, com um crescimento intenso nos últimos anos, esse fator exige uma atenção especial do município em relação ao planejamento urbano da cidade para garantir a sustentabilidade e qualidade de vida da sua população.

O crescimento súbito pode gerar diversos problemas no ambiente urbano, pois, sabe-se das dificuldades de aquisição de solo urbano para construção de moradias por famílias de menor renda, principalmente em áreas mais consolidadas, que tendem a um maior preço do solo. Esse fator resultaria em um aumento da população vivendo em áreas de risco, além, das pressões sobre o meio ambiente, pois, também haveria uma população habitando irregularmente em áreas sensíveis, como os manguezais, bem como as áreas de preservação ambiental ou faixas de servidão, o que acarretaria na diminuição da qualidade de vida e da qualidade ambiental da microrregião de João Pessoa (ICES, 2014).

5.12 PONTOS DE INSALUBRIDADE AMBIENTAL

A poluição é definida como a introdução de qualquer forma de matéria ou energia no meio ambiente que possa afetar negativamente o homem ou outros organismos, ou seja, a poluição é entendida, basicamente, como uma condição do entorno dos seres vivos que lhes possa ser danosa, sendo a causa principal as atividades humanas (SÁNCHEZ, 2013). Percebe-se que a poluição é um termo correlacionado com a degradação ambiental, esta, segundo o autor, é definida como qualquer alteração adversa dos processos, funções ou componentes ambientais, ou alteração adversa da qualidade ambiental.

Os dois termos são definidos pela Lei N^o 6.938, de 31 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, em seu art. 3^o que define a degradação da qualidade ambiental como alteração adversa das características do meio ambiente, enquanto a poluição, é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente pode prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população; resulta em condições adversas às atividades sociais e econômicas; afeta negativamente a biota e prejudica as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.

A poluição do meio ambiente não consiste apenas naquilo que podemos enxergar, ela pode se apresentar tanto como matéria visível, mas também como matéria de dimensões fora do alcance a olho nu, como é o caso dos gases e de micropartículas suspensas no ar, ou mesmo sob a forma de energia, como a eletromagnética, o ruído e o calor, que não são visíveis (SANTOS, 2017). A poluição pode ocorrer de forma natural, como o caso da ocorrência de erupções vulcânicas que liberam para a atmosfera uma quantidade de particulados e substâncias, ou de forma antrópica, ou seja, oriunda das atividades humanas, que têm influência direta dos processos de industrialização e do crescimento urbano. As ações do homem sobre o ambiente resultam na alteração da qualidade do solo, da água e do ar, resultando na degradação ambiental, acidentes e riscos ambientais (MELLER et. al, 2017).

A poluição pode ocorrer de forma pontual ou difusa. A poluição pontual pode ser identificada e diagnosticada, sendo que, em muitos casos, é possível estabelecer ações corretivas ou mesmo punitivas. O descarte de esgotos domésticos ou industriais, tratados ou não, são exemplos de fontes pontuais, assim como as chaminés de indústrias (SODRÉ, 2012).

Ao contrário das fontes pontuais, as fontes difusas de poluição, são aquelas cuja origem não é identificada facilmente. Podem ser originadas em extensas áreas e são transportadas

de diversas maneiras, como por meio do escoamento das águas pluviais, da deposição atmosférica e da lixiviação de compostos do solo (SODRÉ, 2012).

Em áreas rurais, as cargas difusas podem surgir a partir de atividades agrícolas, por meio da contaminação da água por fertilizantes ou agrotóxicos que são aplicados ao solo, enquanto nas áreas urbanas, a poluição difusa ocorre por meio das águas de drenagem, que podem carrear substâncias potencialmente tóxicas para corpos hídricos receptores.

No município de João Pessoa, estudos realizados por pesquisadores da UFPB - Universidade Federal da Paraíba (2020), identificaram que a poluição e a degradação ambiental estão vinculadas a falta de saneamento e a construção de obras e equipamentos públicos de grande porte, como o Centro de Convenções, a Reurbanização da Lagoa e o Parque Ecológico Sanhauá.

O rio Gramame recebe diariamente rejeitos industriais, domésticos e agrícolas. Atualmente, segundo os estudos, apresenta mais de 29 metais pesados na água, entre eles o mercúrio, em quantidade superior aos níveis aceitáveis. As águas do rio Jaguaribe sofrem com a ocupação desordenada das suas margens e lançamento irregular de esgoto e lixo nas várzeas e no rio, resultado da falta de investimento público na urbanização dos assentamentos, bem como na universalização da coleta e tratamento de esgoto (UFPB, 2020).

Já os corais estão ameaçados pelo turismo predatório no Seixas, Picãozinho e Bessa, em especial com as atividades dos catamarãs, emissão de efluentes e pelos turistas que pisam nesses corais. Além disso, o turismo predatório acaba interferindo nas dinâmicas da pesca artesanal da região da ponta do Seixas até a Barreira do Cabo Branco, considerada sensível (UFPB, 2020).

Além da poluição ocasionada pelas deficiências da coleta e tratamento de esgoto, a disposição de resíduos em locais inapropriados contribui tanto para a poluição do solo como das águas.

5.13 ÁREAS DE RISCO

Em relação aos riscos de desastres, estes estão associados com perdas e danos humanos e materiais socialmente significativos. Os riscos apresentam uma probabilidade de ocorrência de um evento adverso, capaz de causar danos ou prejuízos, sendo uma relação entre ameaças e vulnerabilidade. Portanto, os desastres, consistem em um resultado de

eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais (DEFESA CIVIL, 2012).

Sabe-se que os processos de desenvolvimento interferem, modificam e ampliam os padrões das ameaças. “Nessa perspectiva, os desastres são o produto de processos de transformação e crescimento da sociedade, que não garantem uma adequada relação com o ambiente natural e o construído” (DEFESA CIVIL, 2012).

Os principais riscos no município de João Pessoa estão relacionados com inundações e alagamentos, que ocorrem em áreas de planície com baixas cotas de altimetria, e os movimentos de massas que ocorrem nas vertentes das falésias e dos rios. As ameaças e desastres relacionados às inundações concentram-se principalmente no bairro São José que está localizado em terraços marinhos e às margens da jusante do rio Jaguaribe (BARBOSA, 2015). Além das características do relevo e da declividade, a impermeabilização contribui para a redução da infiltração e consequentemente a intensificação do escoamento superficial das chuvas, principalmente em períodos de chuvas intensas. Nesses casos, há uma rápida elevação do nível da água dos rios, que acaba afetando habitações que se encontram próximos aos corpos hídricos e, portanto, ocasionam as enchentes e inundações no município

As áreas que apresentam maior declividade são compostas por materiais sedimentares e solos espessos, suscetíveis a ações do intemperismo químico e físico. A ação climática, principalmente decorrente das águas pluviais, aumentam o risco da ocorrência de movimentos de massa. Esse risco pode ser identificado nos bairros Brisamar e São José pois, encontram-se em terraço marinho e estão localizados na parte inferior de em uma falésia que se caracteriza por declividades que variam entre 30 a 100% nessa região (BARBOSA, 2015).

As regiões próximas aos corpos hídricos são suscetíveis a inundações (Figura 87 e Figura 88), de acordo com os relatórios da IDOM-COBRAPÉ (2014), é um dos riscos ambientais que mais se destaca no município. Segundo ICES (2014), a inundação é uma das ameaças com maior incidência para a população atual e futura em João Pessoa, com uma ocorrência anual de aproximadamente 50% principalmente em ruas e avenidas que acompanham os canais.

Figura 87: Identificação das pegadas de inundação dos quatro canais modelados



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), adaptado de IDOM-COBRAPE (2014).

Figura 88: Área afetada por inundações - Comunidade de São José próxima ao rio Jaguaribe.



Fonte: IDOM-COBRAPE (2014).

De acordo com a Defesa Civil, a cidade de João Pessoa conta com um plano de contingência a desastres naturais, criado em 2006, realizando simulações pelo menos uma

vez por ano. No entanto, esse plano está desatualizado, tendo sido atualizado pela última vez em 2011.

Existem, atualmente, 35 áreas de risco mapeadas em João Pessoa; número em constante atualização a partir de estudos de áreas de risco encomendados pela Prefeitura à Defesa Civil municipal. Os principais problemas encontrados nessas áreas são os deslizamentos de terra, desabamento de imóveis, devido à ausência do atendimento a critérios básicos de edificação e inundações, todos predominando nos períodos chuvosos.

5.14 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O Decreto Municipal Nº 4.691, de 16 de setembro de 2002 e o Código Municipal de Meio Ambiente – Lei Complementar Nº 029 de 05 de agosto de 2002, estabelecem normas, critérios e procedimentos para o Licenciamento Ambiental, para a Avaliação de Impactos Ambientais, para Audiências Públicas e para o cadastro Técnico de atividades Poluidoras ou Degradadoras no município de João Pessoa, a serem exercidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM). Estão sujeitos ao Licenciamento Ambiental do Município os empreendimentos listados no Decreto Municipal nº 4.691, de 16 de setembro de 2002.

Segundo o parágrafo terceiro (§ 3º), do Art. 4º, do Decreto Municipal Nº 4.691, o Licenciamento Ambiental de atividades e empreendimentos (mencionados em seu anexo), que forem desenvolvidas direta ou indiretamente pelo Município, deverá ouvir o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM). Os empreendimentos ou atividades que causem impacto local deverão possuir o licenciamento expedido pela SEMAM, mesmo se possuírem qualquer espécie de licença provenientes do Estado ou da Federação.

Para efetivação do Licenciamento Ambiental e da Avaliação do Impacto Ambiental, a Prefeitura se utiliza dos documentos listados a seguir, provenientes dos Instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente:

- Certidão Negativa de Débito junto a Dívida Ativa do Município.
- O Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.
- As Licenças de Localização, Licença Simplificada.
- As Auditorias Ambientais.

- o Cadastro Ambiental
- As Resoluções de Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM.

Em convergência, também se faz uso dos estudos ambientais que são encaminhados a Diretoria de Estudos e Pesquisas Ambientais para serem analisados pela equipe técnica da DIEP, para avaliação quanto as normas previstas pelos dispositivos legais municipais no que tange as questões ambientais.

Os procedimentos realizados pela SEMAM para regularização do Licenciamento constam no Art.7º do Decreto Municipal nº 4.691/02, demonstrado a seguir:

- I. definição fundamentada pela SEMAM, com participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida.*
- II. requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos pertinentes, dando-se a devida publicidade.*
- III. análise pela SEMAM, no prazo máximo 180 (cento e oitenta) dias, dos documentos, projetos e estudos apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias.*
- IV. solicitação de esclarecimentos e complementações, em decorrências da análise dos documentos, projetos e estudos apresentados, uma única vez, quando couber, podendo haver reiteração caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios (nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 4.691).*
- V. Audiência Pública, quando couber, de acordo com as prescrições legais estabelecidas.*
- VI. solicitação de esclarecimentos e complementações pela SEMAM, decorrentes de Audiência Pública, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os mesmos não tenham sido satisfatórios.*
- VII. deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.*

A SEMAM expede as seguintes modalidades de licenças:

- Licença de Localização (LL)
- Licença Simplificada (LS)
- Licença Prévia (LP)
- Licença de Instalação (LI)
- Licença de Operação (LO)

As LP, LI e LO serão expedidas pela SEMAM após a aprovação do COMAM (segundo Parágrafo Único do Art. 54 da Lei Complementar n° 29, de 05 de agosto de 2002). As validades das Licenças estão dispostas na Tabela 29, sendo que seus prazos podem ser modificados, com apresentação das devidas justificativas (de acordo com os parágrafos §1º ao §4º do Art. 55, Lei Complementar n° 29/02).

Tabela 29 - Prazos das Licenças expedidas pelo SEMAM

Licença	Prazo
Simplificada (LS)	Máximo de 2 anos
Prévia (LP)	Máximo de 2 anos
Instalação (LI)	Máximo de 2 anos
Operação (LO)	Máximo de 2 anos

Fonte: Lei Complementar n° 29, de 05 de agosto de 2002. Elaborado pelo Consórcio PDMJP (2021)

As tabelas a seguir apresentam os documentos exigidos para as modalidades de licenças ambientais expedidas no âmbito municipal:

- Autorização Ambiental

Tabela 30: Documentos exigidos para Autorização Ambiental no município de João Pessoa

EMPREENDIMENTO	REQUISITOS
	Documentos comuns a todo tipo de Licença:
Licença simplificada para Uso de Som em Templos, Igrejas e Similares	Cópia dos documentos de pessoa física ou jurídica, e procuração legal do mesmo (se necessário);
	Cópia de registro do imóvel e comprovação legal de utilização da área (se necessário);
	Cópia do último recibo de água ou outorga de poço emitida pela AESA;
	Certidão de uso e ocupação do solo emitida pela SEPLAN;
	Memorial descritivo das atividades exercidas, de acordo com modelo fornecido pela SEMAM;
	Planta de situação e planta baixa do empreendimento;
	Certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros;
Memorial descritivo do projeto acústico;	

	Cópia da Licença de Operação anterior, em caso de renovação.
	Prazo:
	180 dias
	Local de Acesso:
	Telefone: 3218-9000 ou 3218-9410
	Atendimento Presencial DIVA/SEMAM, localizada no CAM
	Horário de Atendimento:
	Das 08:00 às 12:00h e das 13:00 às 17:00h de segunda a sexta-feira

Fonte: Carta de Serviço ao Usuário de 2019 do Município de João Pessoa. Elaborado pelo Consórcio PDMJP (2021)

- Solicitação de Dispensa de Licença Ambiental:

Tabela 31: Documentos exigidos para Solicitação de Dispensa de Licença Ambiental de João Pessoa

EMPREENDIMENTO	REQUISITOS
	Documentos comuns a todo tipo de Licença:
Solicitação de Dispensa de Licença Ambiental	Carta de solicitação ou requerimento devidamente preenchido;
	Cópia dos documentos pessoais do responsável, e procuração legal do mesmo (se necessário);
	Comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ, e contrato social.
	Prazo:
	10 dias úteis contados a partir da chegada da solicitação ao setor
	Local de Acesso:
	Telefone: 3218-9000 ou 3214-4937
	Atendimento Presencial: ASSEJUR/SEMAM, localizada no CAM
	Horário de Atendimento:
	Das 08:00 às 12:00h e das 13:00 às 17:00h de segunda a sexta-feira

Fonte: Carta de Serviço ao Usuário de 2019 do Município de João Pessoa. Elaborado pelo Consórcio PDMJP (2021)

- Termo de Compromisso Ambiental

Tabela 32: Documentos exigidos para Termo de Compromisso Ambiental no município de João Pessoa

EMPREENDIMENTO	REQUISITOS
	Documentos comuns a todo tipo de Licença:
Solicitação de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e de Termo de Compromisso Ambiental (TAC)	Carta de solicitação ou requerimento devidamente preenchido;
	Cópia dos documentos pessoais do responsável, e procuração legal do mesmo (se necessário);
	Cópia da notificação ou auto de infração.
	Prazo:
	30 dias
	Local de Acesso:
	Telefone: 3218-9000 ou 3214-4937
	Atendimento Presencial: ASSEJUR/SEMAM, localizada no CAM

Horário de Atendimento:

Das 08:00 às 12:00h e das 13:00 às 17:00h de segunda a sexta-feira

Fonte: Carta de Serviço ao Usuário de 2019 do Município de João Pessoa. Elaborado pelo Consórcio PDMJP (2021)

Segundo o parágrafo primeiro (§1º) do Art. 8º do Decreto Municipal nº 4.691/02, para atividades e empreendimentos considerados de pequeno porte, deverão ser realizados procedimentos administrativos simplificados (aprovados pelo COMAM), desde que enquadrados em parecer técnico pela SEMAM.

Institucionalmente, segundo a Lei Complementar nº 29, de 05 de agosto de 2002, é de competência da SEMAM aplicar as penalidades previstas, inclusive pecuniárias, a agentes que desrespeitem a legislação ambiental, especificamente no que se refere às atividades poluidoras, ao funcionamento indevido de atividades públicas ou privadas e à falta de licenciamento ambiental (Inciso X, art.9º). Cabe a SEMAM proceder a fiscalização das atividades de exploração florestal, da flora, fauna e recursos hídricos, devidamente licenciados, visando a qualidade ambiental (Inciso XIV, art.9º).

A SEMAM é composta pelas seguintes diretorias e divisões: Diretoria de Controle Ambiental, Divisão de Vistoria e Análise, Divisão de Fiscalização, Divisão de Arborização e Reflorestamento, Diretoria de Administração Financeira e equipe do Parque Zoobotânico Arruda Câmara. Especificamente quanto a Fiscalização Ambiental, exercida pela Divisão de Fiscalização, compete as seguintes ações:

- Auto de advertência
- Auto de Infração
- Auto de Apreensão e/ou Depósito
- Auto de Embargo de obras e de atividades
- Auto de Interdição de áreas ou de atividades
- Auto de Desfazimento ou Demolição.

A fiscalização ambiental tem o intuito de verificar, controlar, vigiar e examinar se os empreendimentos e as atividades estão respeitando a Legislação Ambiental, notadamente o Código Municipal de Meio Ambiente e demais legislações correlatas.

Destaca-se que além da SEMAM, o código de meio ambiente prevê a existência do COMAM, órgão colegiado responsável por estabelecer as normas gerais para o licenciamento.

6 CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL

6.1 ADENSAMENTO DEMOGRÁFICO

Para o estudo do adensamento de João Pessoa tem-se como referência inicial os seguintes dados (IBGE, 2010): População no último censo, 2010, de 723.515 habitantes, resultando numa densidade demográfica para esse período de 3.421,28 hab./km². A população estimada pelo IBGE para 2020 é de 817.511 habitantes.

O Censo de 2010 indica ainda que João Pessoa tem 70.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 78.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 25.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

As ações de pavimentação viária mais recentes da Prefeitura Municipal certamente melhoraram esses indicadores. O Programa Agora Tem Trabalho foi lançado em junho de 2021, e propõe a pavimentação e melhoria de 500 vias. Problemas de espraiamento e vazios observados na malha da cidade certamente colaboram para esse cenário de não atendimento das demandas por infraestruturas básicas.

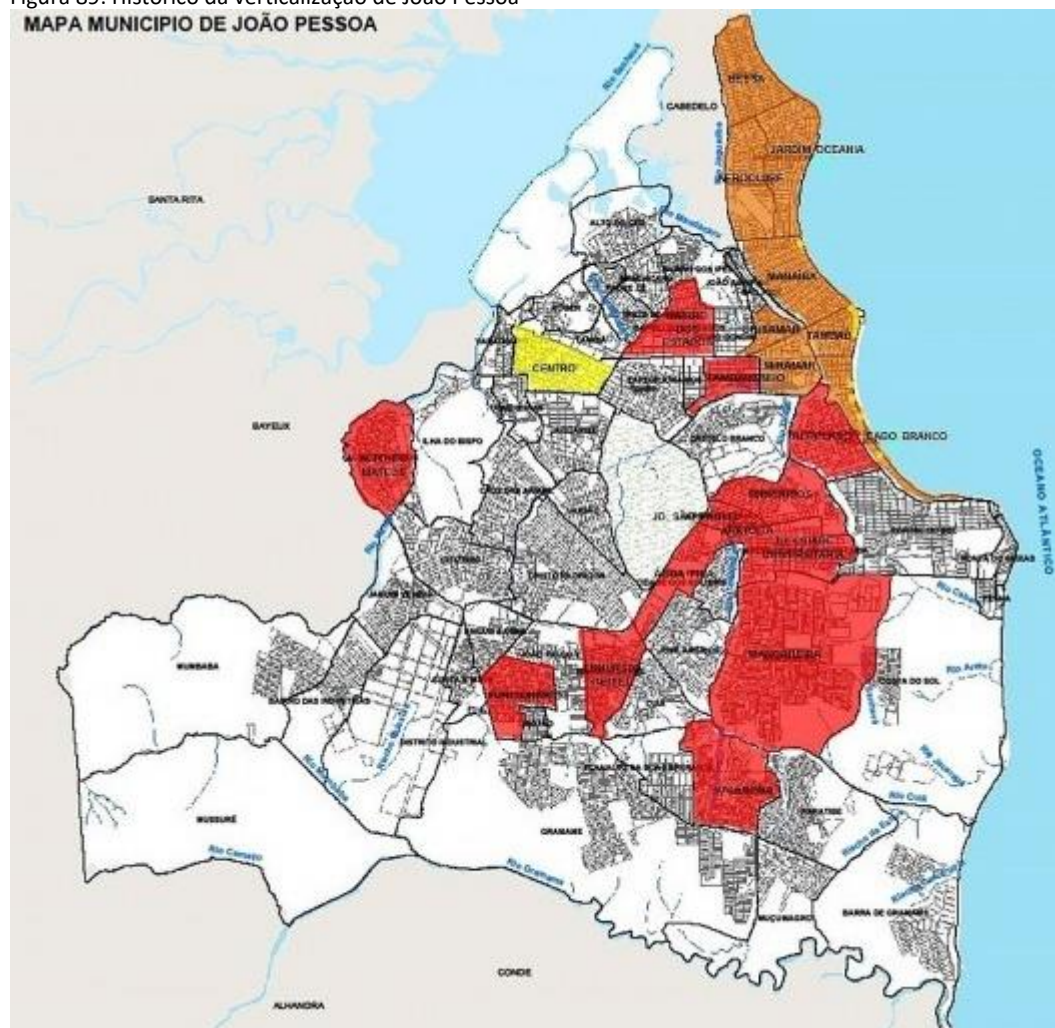
Para entender o adensamento da cidade de João Pessoa, estruturou-se esse item do seguinte modo: o comportamento e avanços do adensamento horizontal e vertical em João Pessoa, a maneira e espacialização da ocupação e da densificação do solo por diferentes usos, a constituição de áreas de proteção ambiental e o avanço dos assentamentos informais. Na sequência e com a especificidade de uma leitura da legislação em vigor, procede-se uma análise do Zoneamento.

6.2 ADENSAMENTO HORIZONTAL E VERTICAL

Diferentemente do adensamento de modo horizontal, a verticalização resulta não apenas de uma opção do morador, mas, sobretudo, de uma política urbana de uso do solo que a permite. Assim, em João Pessoa, como nas demais cidades brasileiras, tal verticalização – do mesmo modo que a horizontalização – segue mudanças, incentivos e permissividades estabelecidas na legislação municipal.

Alonso de Andrade (2017) estabelece três fases dessa verticalização em João Pessoa (conforme apresentado na Figura 89). A primeira, dos anos 1950 aos anos 1970, quando a introdução de edifícios altos na paisagem urbana fez parte das estratégias de modernização da cidade (indicada em amarelo na imagem abaixo). A segunda, de fins da década de 1970 até 2005, com edifícios habitacionais com mais de dez pavimentos, sobretudo na região norte, incluindo os bairros do Bessa, Jardim Oceania, Aeroclub, Manaíra, Tambaú, Cabo Branco, Miramar e Brisamar (indicado em alaranjado na figura abaixo). A terceira fase (indicada em vermelho na figura abaixo) se inicia a partir do Decreto Municipal Nº 5.454/2005 (revogado pelo Plano Diretor de 2008), que regulamentou a Outorga Onerosa em João Pessoa (ainda está em vigor). Os valores dessa Outorga hoje são destinados ao Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB).

Figura 89: Histórico da verticalização de João Pessoa



Fonte: Alonso de Andrade (2017)

Assim, ainda tomando como referência os estudos de Alonso de Andrade (2017), é possível construir o seguinte resumo do adensamento de João Pessoa:

Até o início da década de 2000: verticalização residencial é concentrada em bairros da região norte, confirmando a preocupação da Prefeitura em permitir e incentivar essa ocupação, por meio de maiores índices de aproveitamento, justamente nas áreas com maior oferta de infraestrutura básica. Entretanto, tal processo já apresenta sinais de saturação e alastramento para outros bairros.

Nos bairros periféricos, sobretudo no sul e oeste da cidade, há um predomínio de verticalização habitacional com três a cinco pavimentos, ainda que em áreas carentes de infraestrutura e serviços. De modo geral, ainda é evidente que verticalização com mais de 20 pavimentos é fenômeno reservado aos bairros para população de mais alta renda. Tal processo, entretanto, dá sinais de esgotamento, devido a um possível excesso de ofertas. Mudanças muito recentes, já nos anos de 2020/2021, com a dinamização do mercado imobiliário, parecem, todavia, reverter essa desaceleração.

Vários compartimentos seguem sob pressão de parte do setor imobiliário para flexibilizar os índices construtivos e permitirem mais pavimentos. De fato, as atuais Zonas Adensáveis Prioritárias (ZAP), onde o índice de aproveitamento máximo pode chegar a 4, seguem sob pressão de parte do setor imobiliário para flexibilização dos índices construtivos e permissão para construção de maior número de pavimentos.

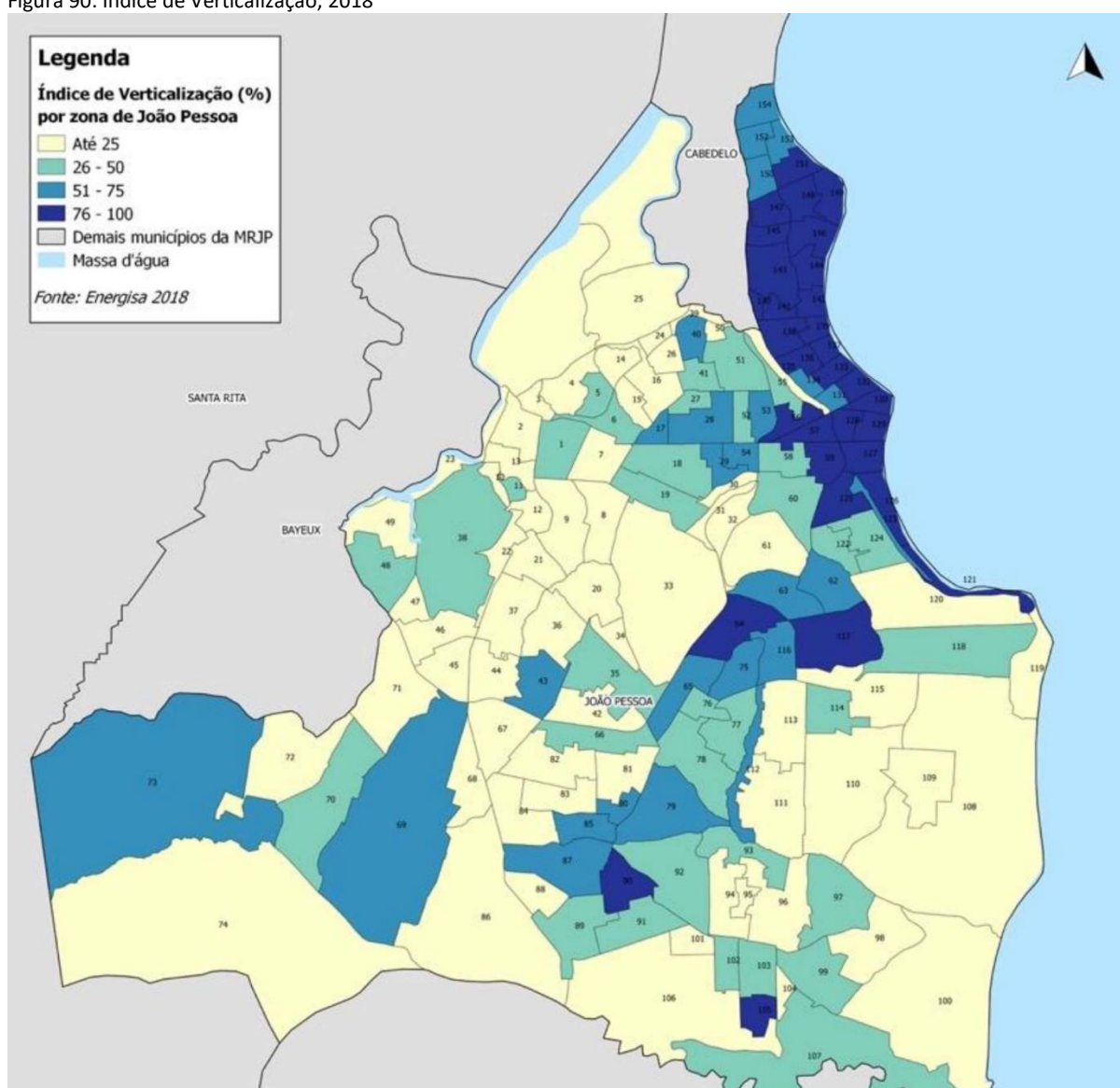
Outros exemplos dessa pressão ocorrem nas parcelas da orla nos bairros Bessa e Jardim Oceania, que hoje já contam com infraestrutura para maiores adensamentos. Essas poderiam passar de uma Zona Adensável não Prioritária (ZANP) para Zona Adensável Prioritária (ZAP).

A importância econômica do turismo também implica no desenho do uso do solo atual e futuro de João Pessoa, seja com verticalização, seja com a ocupação de grandes áreas, sobretudo ao longo da costa. Em ambos os casos, adicionam justificativas às demandas do setor privado imobiliário. Assim, outro exemplo dessas demandas é a respeito do Bairro Costa do Sol, o qual conta com uma zona específica para o Polo Turístico, inclui o Centro de Convenções (de iniciativa do Governo Estadual), mas com problemas de mobilidade, parâmetros urbanísticos lançados, por decreto, em 2010, e restrições para o uso habitacional que poderiam garantir o saudável uso misto do solo.

Em termos de ampliação da mancha urbana de João Pessoa, é claro que o vetor do período de maiores taxas de crescimento demográfico se deu em direção à zona leste: bairros

de Altiplano, Cabo Branco e Portal do Sol, em direção à zona sul: Bancários, Gramame e Cuiá e em direção ao norte com Brisamar. Gramame apresenta o maior crescimento demográfico absoluto no período, passando de aproximadamente 25 mil habitantes, em 2010, para 52 mil habitantes, em 2018.

Figura 90: Índice de Verticalização, 2018

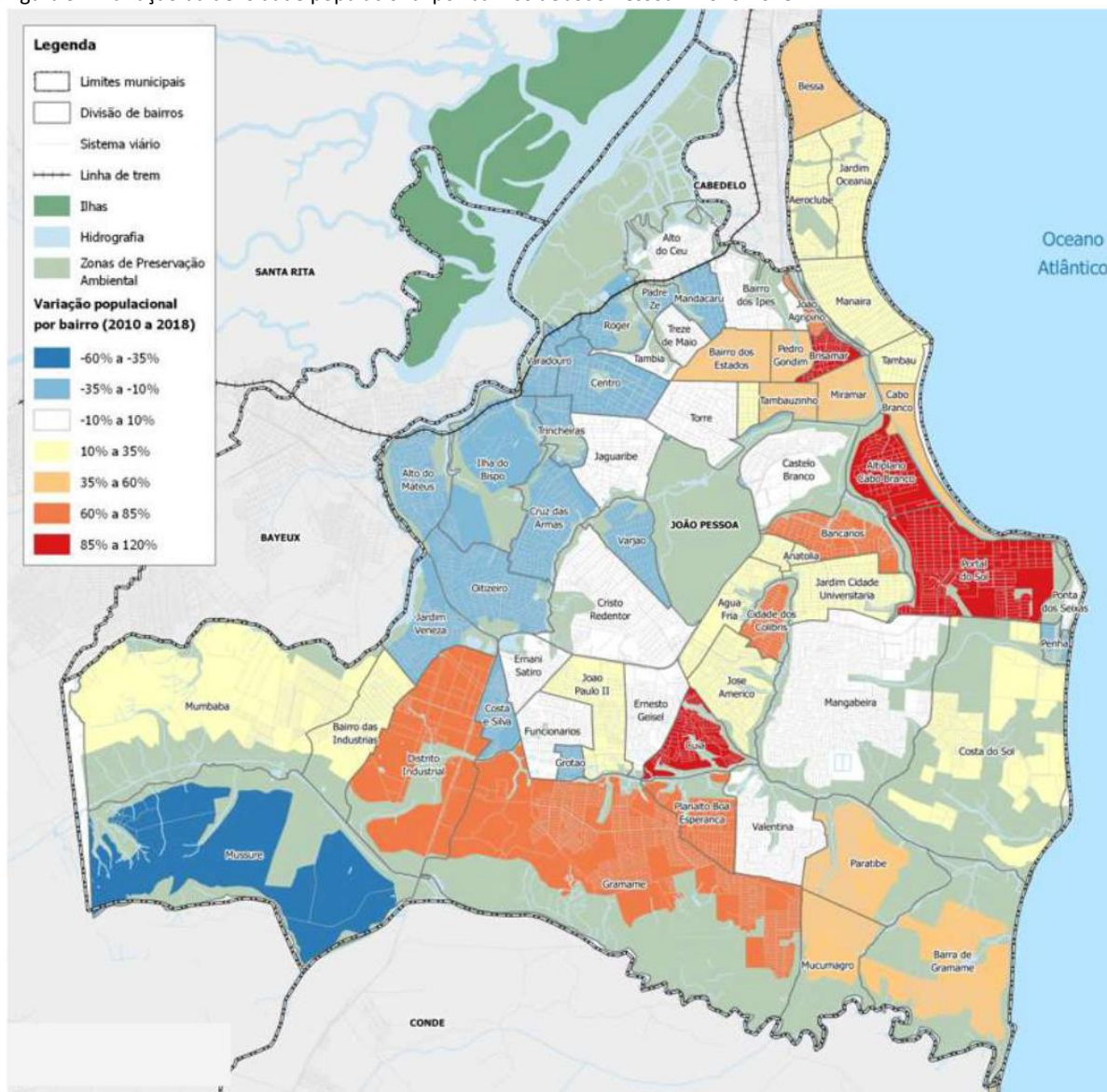


Fonte: Planmob (2020)

Resumidamente, tem-se que mais de 76% da verticalização do município se encontra na zona leste, nos bairros do Bessa, Aeroclub, Jardim Oceania, Manaíra, Tambaú, Cabo Branco, Miramar e Altiplano Cabo Branco. Há também verticalização na zona sul, nos bairros Jardim Cidade Universitária, Anatólia e Gramame. Nos demais bairros, incluindo os centrais, mais da metade dos setores censitários não apresentam índices de verticalização acima de

25%. Isso significa, então, um cenário de ocupação do solo ainda horizontalizado, porém, alguns com alta densidade, sugerindo a necessidade de mudanças na legislação urbana de uso solo e/ou ações de reurbanização.

Figura 91: Variação da densidade populacional por bairros de João Pessoa – 2010-2018



Fonte: Planmob (2020)

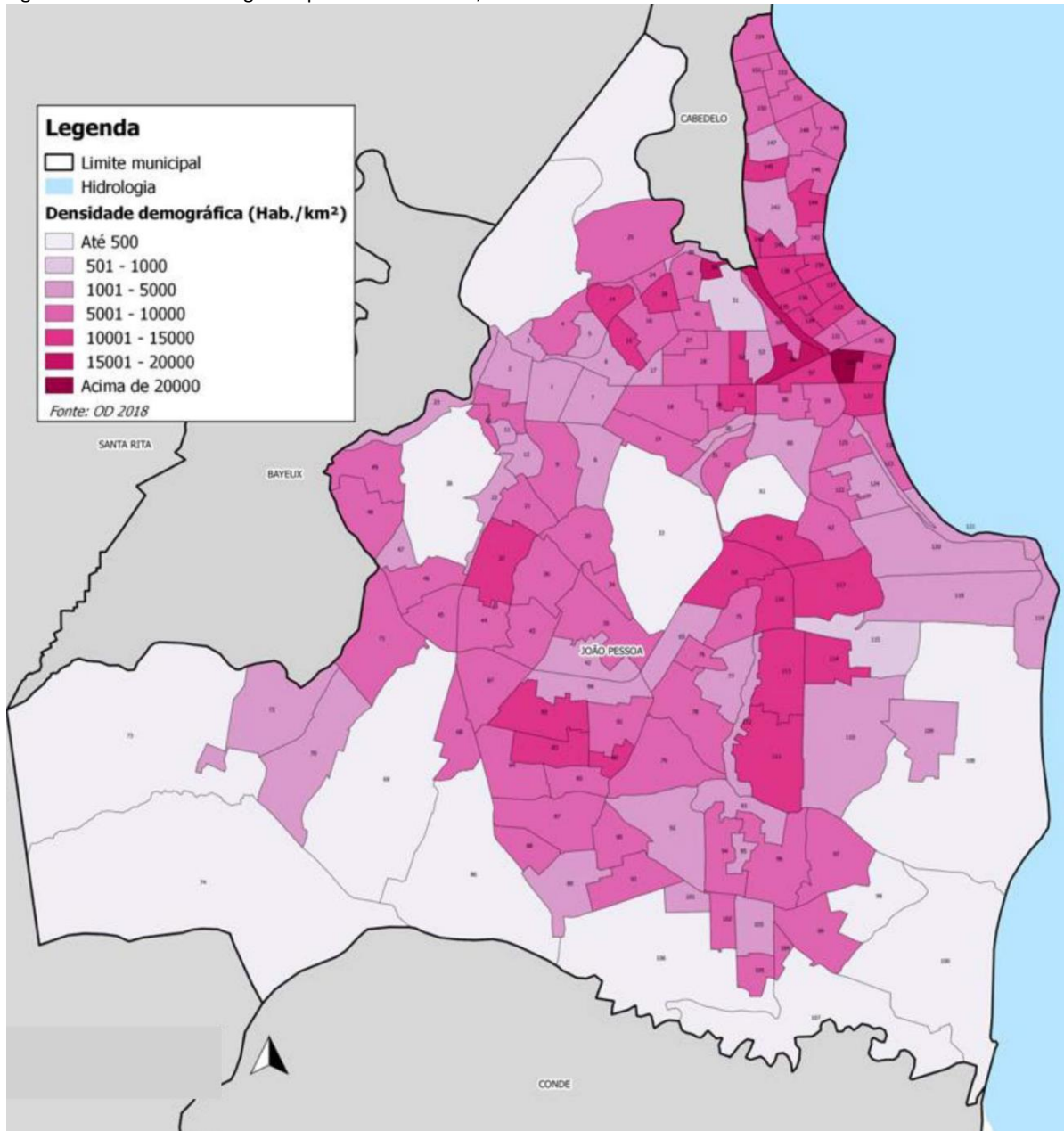
Como resultado do processo demonstrado na figura anterior, em 2018, as densidades demográficas mais altas observadas por bairros são superiores a 11.500 habitantes/km², e são encontradas nas áreas consolidadas com maior verticalização: Jardim Cidade Universitária, Brisamar e Manaíra, e em localidades com baixa verticalização como

Expedicionários e Anatolia. As maiores densidades são encontradas nos Bairros Tambiá, Grotão e Tambaú (acima de 17.500 habitantes/km² (Planmob, 2020).

Densidades médias (de 7.000 a 11.500 habitantes/km²) podem ser observadas nos Bairros Bessa, Jardim Oceania, Tambaúzinho, Bancários, Mangabeira, José Américo, Ernesto Geisel, João Paulo II, Funcionários, Costa e Silva, Oitizeiro, Cruz das Armas e Varjão. E as baixas densidades (abaixo de 7.000 habitantes/km²) concentram-se nos Bairros do Varadouro, Centro, Jaguaribe, Torre, dos Estados e dos Ipês (PlanMob, 2020).

Conforme indicado na Figura 92, observa-se que a maior densidade demográfica por setor censitário é encontrada entre os Bairros Tambaú e Manaíra, com valor superior a 20.000 habitantes/km². Esse valor é oriundo da Pesquisa Origem e Destino (PlanMob, 2020).

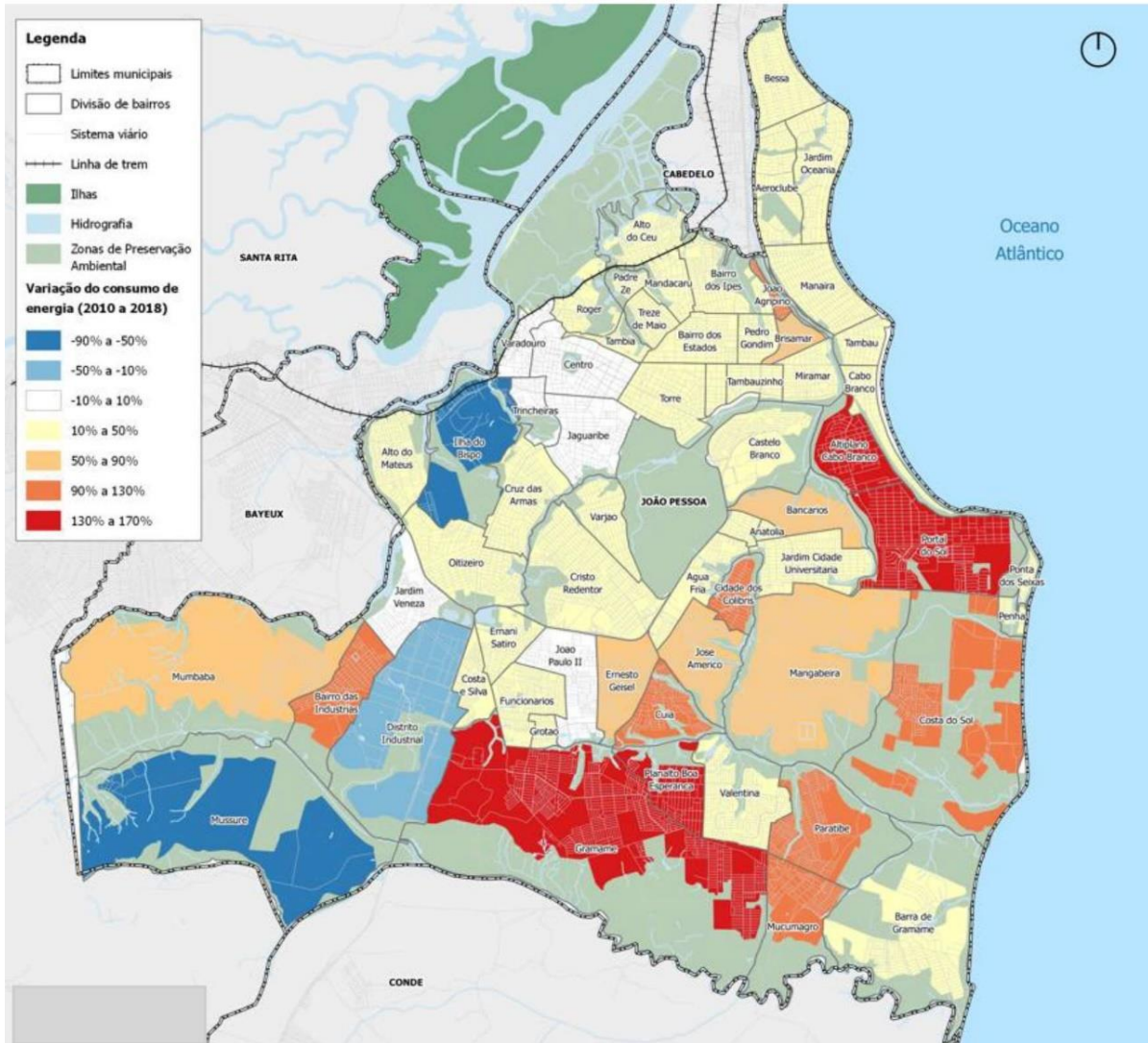
Figura 92: Densidade demográfica por setor censitário, 2018



Fonte: Planmob (2020)

É possível observar também o crescimento urbano pelos dados de variação de consumo de energia fornecidos pela Energisa e mapeados pelo Consórcio CONCREMAT-COMAP-SISTRAN, indicando a variação do consumo entre os anos de 2010 e 2018, conforme indicado na Figura 93. Verifica-se que os maiores aumentos se deram nas regiões leste (Bairros do Altiplano Cabo Branco e Portal do Sol) e na região sul (Bairros Gramame e Planalto Boa Esperança), conforme indicado no Plano de Mobilidade Urbana de João Pessoa (Planmob, 2020).

Figura 93: Variações no consumo de energia elétrica por bairro – 2010-2018



Fonte: Planmob (2020).

Conforme indicado no Relatório de Consolidação do Diagnóstico da Mobilidade (PlanMob, 2020), pode-se resumir os vetores de crescimento urbano de João Pessoa em quatro principais:

“Sul: loteamentos e conjuntos habitacionais de baixa renda, em eixos organizados por Cruz das Armas (a oeste) e Mangabeira (a leste);

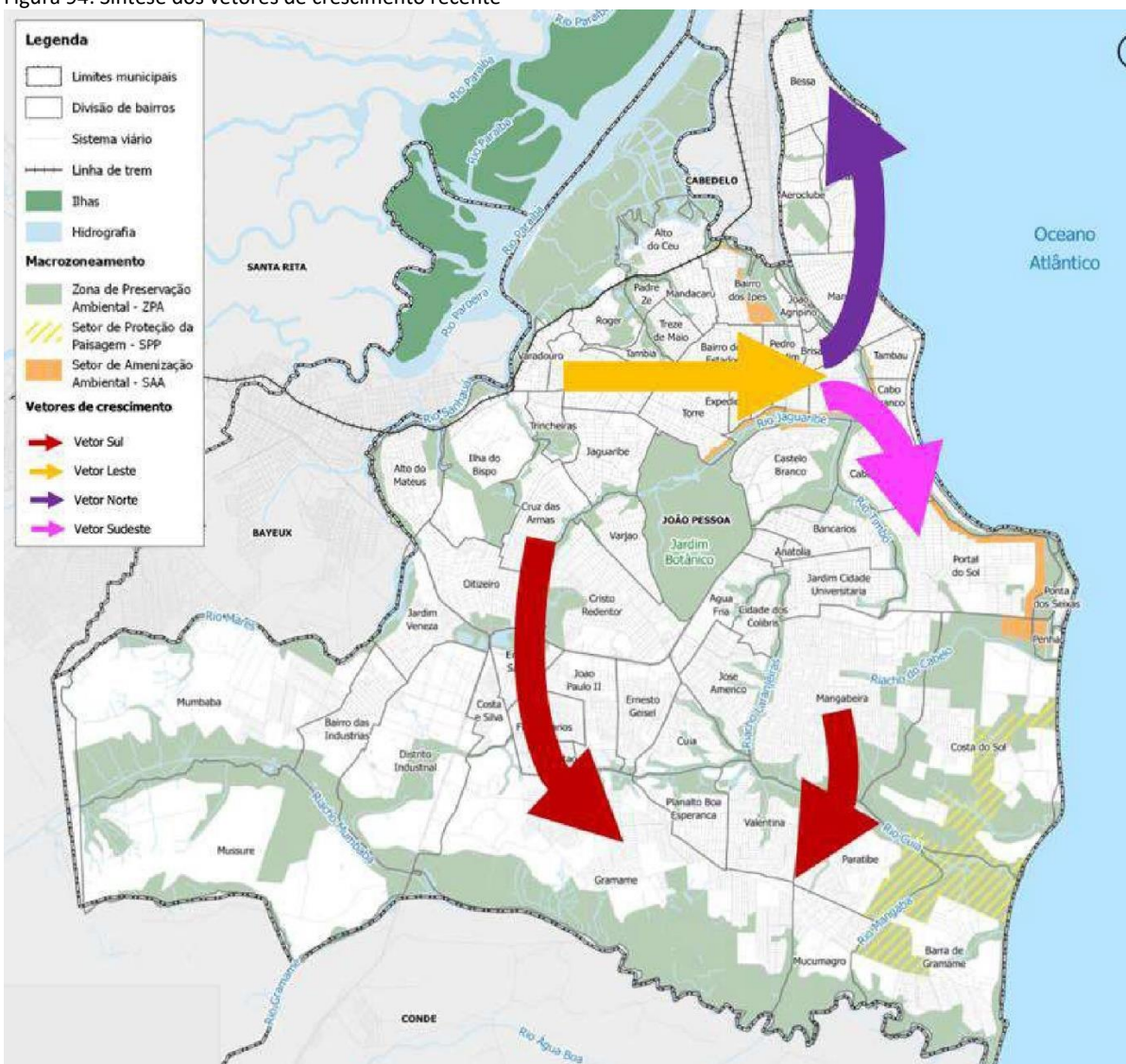
Leste: expansão dos polos de negócios e verticalização de alta e média renda em direção à orla, a partir do Centro pela Av. Epitácio Pessoa;

Norte: verticalização de alta e média renda ao longo da orla, a partir de Brisamar e Tambaú, em direção ao Bessa; e

Sudeste: expansão do uso residencial de média e alta renda por meio de condomínios horizontais e verticalização, de Cabo Branco a Altiplano e Portal do Sol.”

A síntese desses vetores pode ser observada na Figura a seguir:

Figura 94: Síntese dos vetores de crescimento recente



Fonte: Planmob (2020)

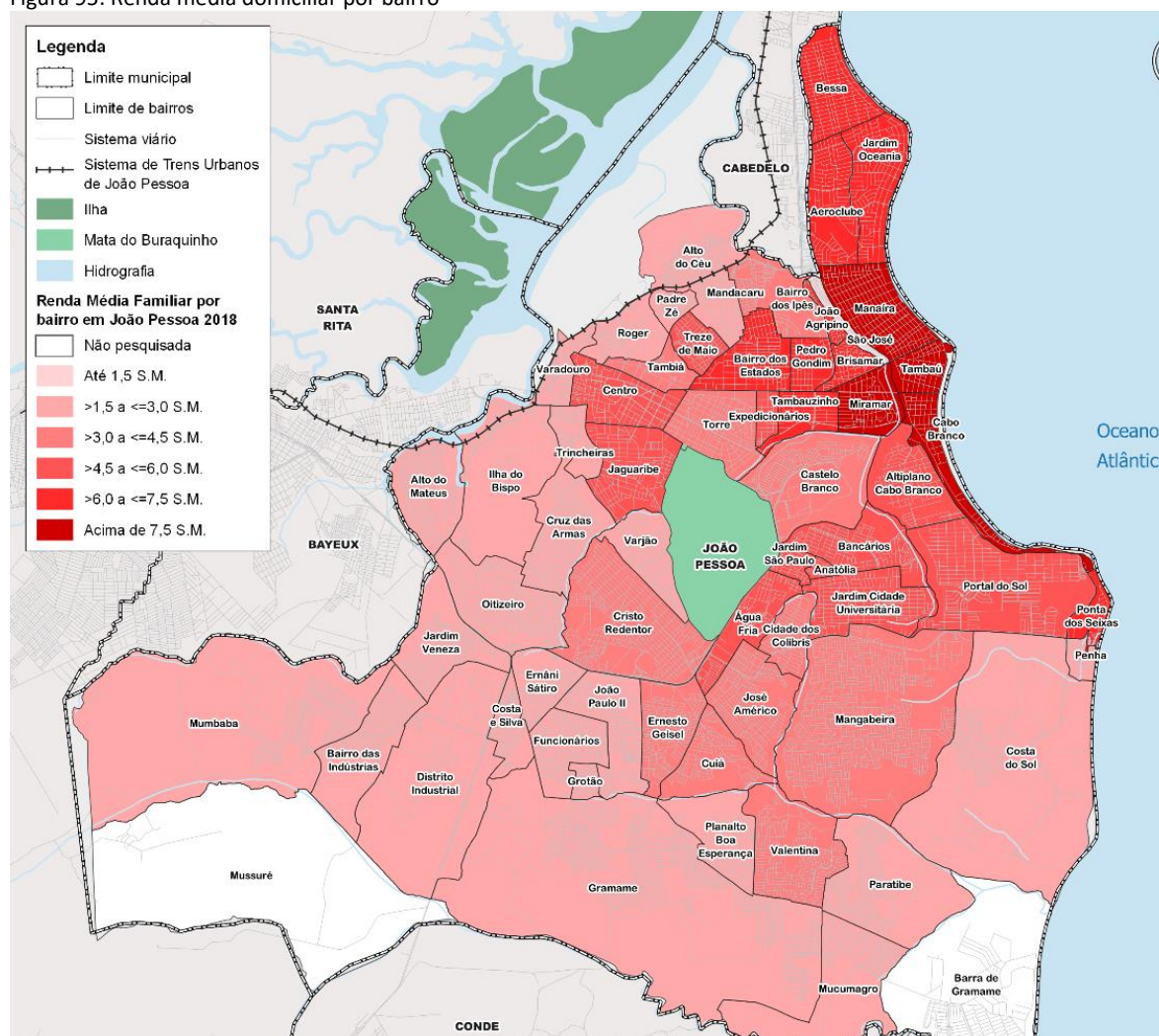
Fica evidente que o processo desordenado de expansão intraurbana de João Pessoa tem provocado prejuízos à sustentabilidade e à qualidade de vida no município: inicialmente radioconcêntrica, assimilando compartimentos periféricos e segregação.

Conforme observado no Diagnóstico realizado para o Plano de Mobilidade, e do mesmo modo que em outras cidades brasileiras, a população de alta renda conta com mais

infraestrutura e serviços, e ocupou as áreas elevadas, planas e litorâneas (setor centro-leste, classes de alta renda, e sudeste, classe média). Tal processo explica a constituição de subcentros nos bairros de Cabo Branco, Tambaú, Manaíra, Jardim Oceania e Bessa.

No entanto, os setores de classe média-baixa (centro-sul/sudeste) e de baixa renda (setores centro-sul e oeste) situam-se predominantemente em áreas ambientalmente frágeis (áreas alagadas do bairro de Mandacaru, do Rio Jaguaribe e do Bairro São José) e áreas desvalorizadas do centro. Todas essas informações foram objeto de análise do Diagnóstico elaborado para o Plano de Mobilidade da cidade e podem ser observadas na Figura abaixo:

Figura 95: Renda média domiciliar por bairro

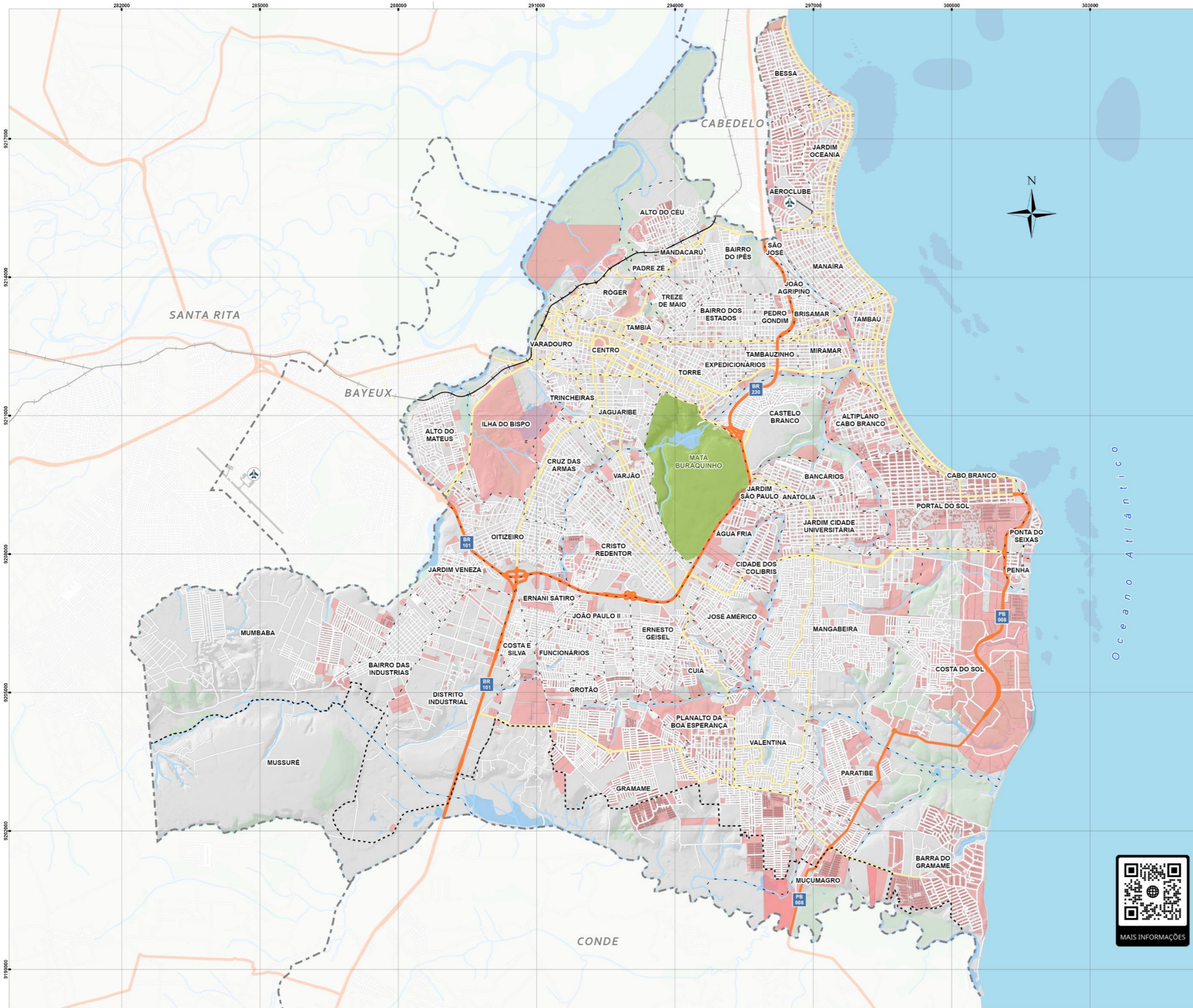


Fonte: Planmob (2020)

Ao se considerar uma densidade ideal média na cidade como aquela em torno de 200 hab./ha, é evidente que muitas zonas ainda podem e devem receber mais empreendimentos.

Porém, sempre dependente da disponibilidade de infraestrutura, com destaque para sistema viário e esgotamento sanitário. No caso do esgotamento, de modo informal, mas tecnicamente cancelado, tem-se a proposta de ampliar a rede de esgoto já com dimensões que suportem essa densidade.

Além das grandes áreas ou zonas que não atingem o limite superior da densidade adequada ou proposta pelo zoneamento, ainda se observam grandes manchas de vazios urbanos no município de João Pessoa, sobretudo na sua extremidade sul (Mumbaba, Mussuré, Distrito Industrial, Gramame, Muçumagro, Barra de Gramame, parte do Paratibe, Costa do Sol, Ilha do Bispo e parte do Castelo Branco). O Mapa 7, a seguir apresenta os lotes vazios no Município de João Pessoa.



CONVENÇÕES:

- Aeroportos
- Ferrovias
- Hidrografia
- Limite do Perimetro Urbano
- Limites de Bairros
- Limites Municipais
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias
- Corais Oceano
- Lotes Desocupados
- Massa D'água
- Mata Buraquinho
- Remanescentes Florestais



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: setembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



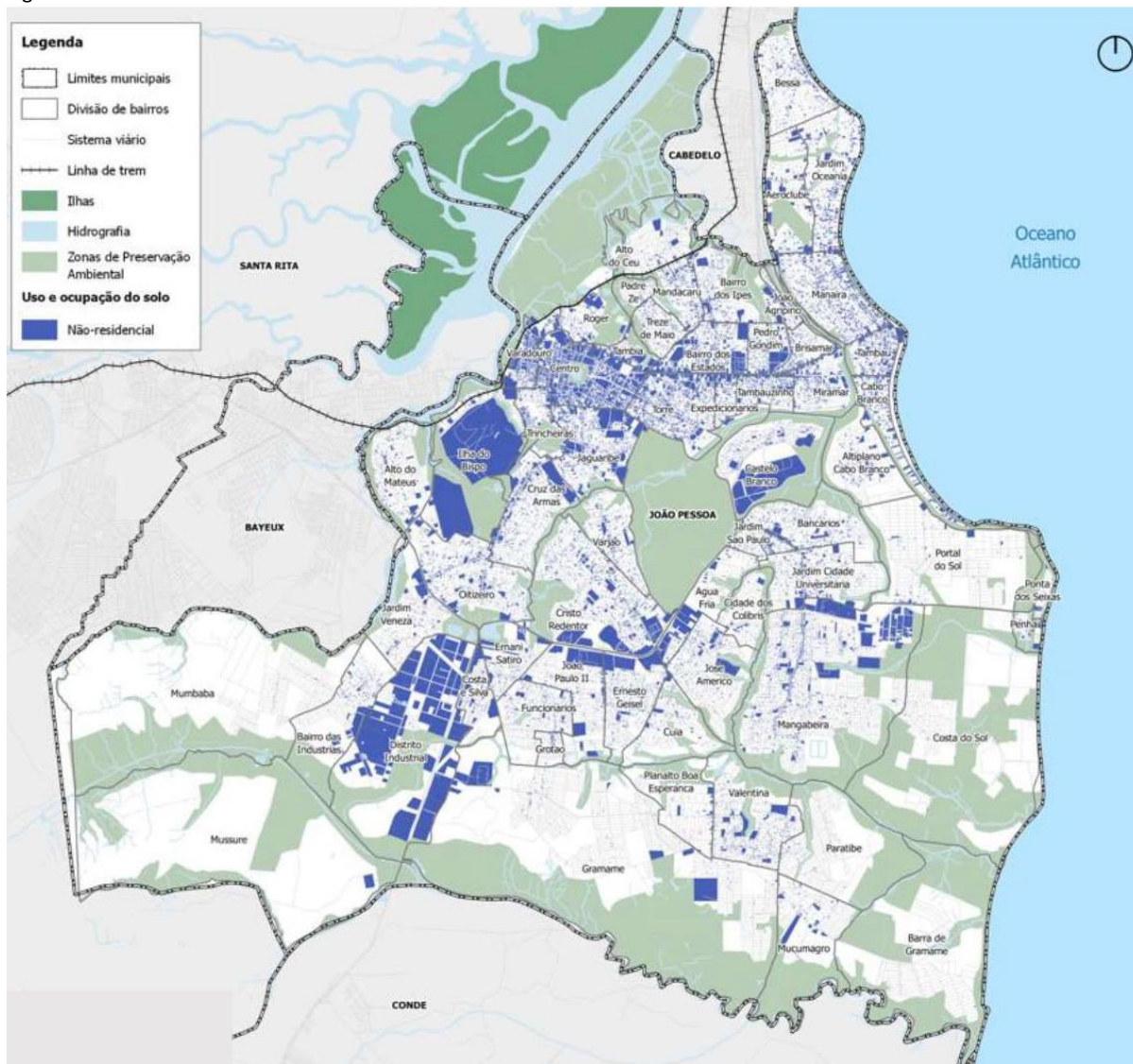
6.3 OCUPAÇÃO E DENSIFICAÇÃO POR USOS

Segundo o Plano de Mobilidade Urbana de João Pessoa (2020), tem-se uma concentração de usos não residenciais no Bairro das Indústrias, no centro da cidade e ao longo de grandes eixos, como o da Av. Epitácio Pessoa, Av. Sen. Ruy Carneiro, Av. Gov. Flávio Ribeiro Coutinho, Av. Hilton Souto Maior, Av. Min. José Américo de Almeida e no trecho urbano da Rod. Gov. Antônio Mariz e Avenida General Edson Ramalho. Evidentemente, tais atividades também ocorrem de modo disperso.

Conclui-se então haver um uso de comércio e serviços majoritariamente ao longo de corredores – avenidas – e o no Centro Histórico. Enquanto no Centro Histórico essas atividades são importantes para a dinamização e valorização do patrimônio, também alertam para a necessidade de incentivo para uso misto e manutenção das unidades residenciais hoje aí existentes.

No caso dessa concentração em corredores, é necessária a observação dos parâmetros de uso para que não conflituem com o perfil de corredores de grande fluxo que as avenidas que os suportam necessitam ter.

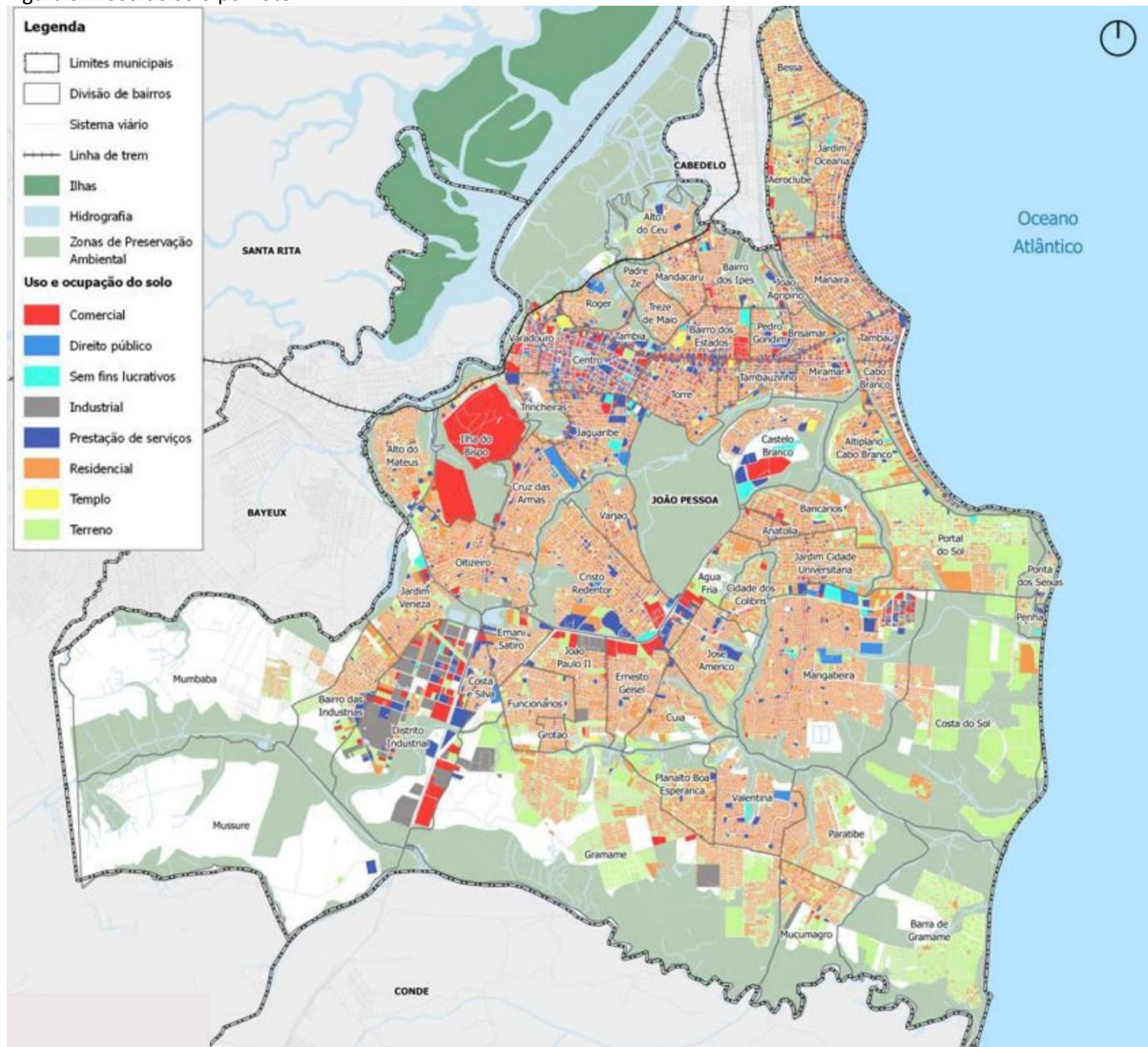
Figura 96: Usos não residenciais



Fonte: Planmob (2020)

A Figura 97, a seguir, ilustra os usos diversos por lote, segundo o PlanMob (2020), o qual não considera atividades informais que ocorrem de modo espalhado na cidade, com maior evidência nas áreas informais.

Figura 97: Uso do solo por lote

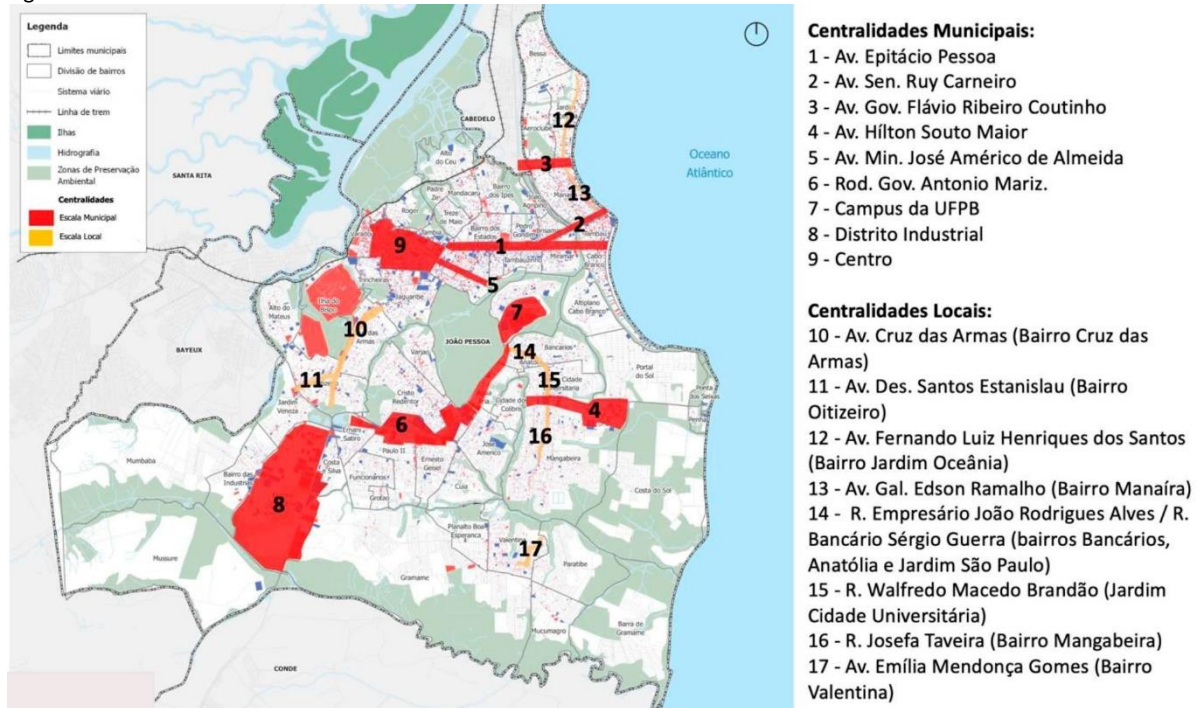


Fonte: Planmob (2020)

Tais figuras ainda podem ser complementadas pela espacialização da arrecadação do ISS (PMJP, 2018), confirmando as centralidades de nível local e de nível municipal em João Pessoa em termos de comércio e serviço.

Esta mesma figura também indica, indiretamente, os compartimentos geradores de tráfego. Mais uma vez, o centro histórico, a despeito de ser apresentado nas discussões com a comunidade como área degradada e em processo de esvaziamento, segue sendo um polo importante e de nível municipal ou mesmo metropolitano.

Figura 98: Centralidades em João Pessoa



Fonte: Planmob (2020)

Resumidamente, pode-se dizer que: No setor sudoeste, concentram-se as atividades industriais, junto à BR-101. O uso residencial encontra-se presente e predominante em todos os demais bairros, com exceção do Centro; comércio e serviços apresentam particularidades de dispersão, mas com grande concentração no centro da cidade e ao longo de grandes eixos, como o da Av. Epitácio Pessoa, da Av. Sen. Ruy Carneiro, da Av. Gov. Flávio Ribeiro Coutinho, da Av. Hilton Souto Maior, da Av. Min. José Américo de Almeida e no trecho urbano da Rod. Gov. Antônio Mariz. Chama a atenção o campus da Universidade Federal da Paraíba, com geração de viagens e impactos na configuração de seus arredores. Atividades não residenciais também ocorrem nos miolos de bairros ou em eixos específicos com concentrações de comércio e serviços, configurando centralidades terciárias de âmbito local, como R. Josefa Taveira (Bairro Mangabeira), Av. Emília Mendonça Gomes (Bairro Valentina), Av. Cruz das Armas (Bairro Cruz das Armas), Av. Des. Santos Estanislau (Bairro Oitizeiro), Av. Fernando Luiz Henriques dos Santos (Bairro Jardim Oceania), Av. Gal. Edson Ramalho (Bairro Manaíra), R. Empresário João Rodrigues Alves/R. Bancário Sérgio Guerra (bairros Bancários, Anatólia e Jardim São Paulo), R. Walfredo Macedo Brandão (Jardim Cidade Universitária) (Planmob, 2020).

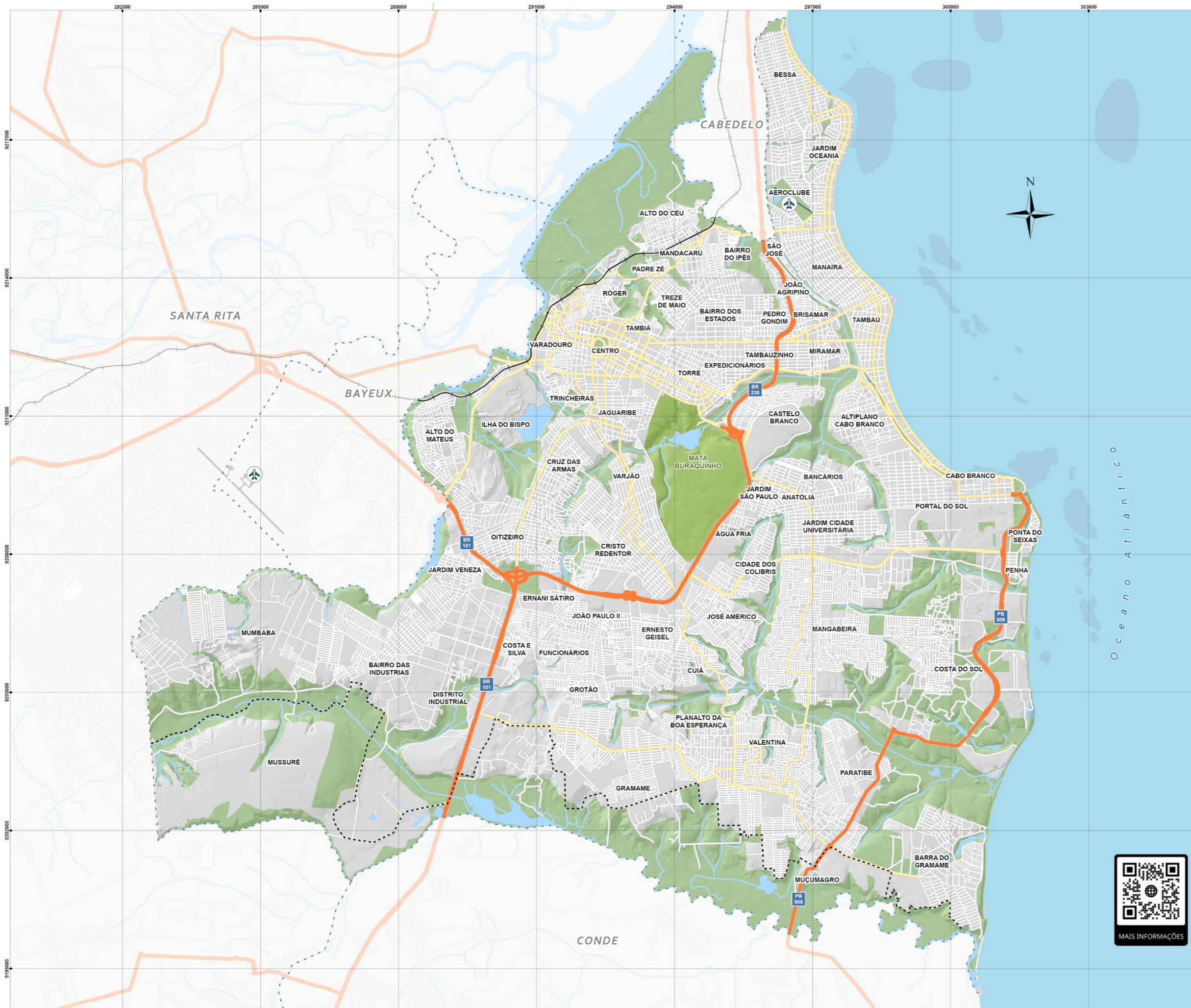
6.4 ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Por último, considerando que item específico deste Diagnóstico trata das restrições e potencialidades ambientais, resume-se aqui aquilo que pode implicar diretamente no uso do solo por meio da legislação urbana em vigor. De fato, para o entendimento da mancha urbana de João Pessoa é igualmente fundamental reconhecer a importância de suas áreas de proteção ambiental, as quais ocorrem de modo disperso, mas também em grandes extensões.







São destaques: Refúgio de Vida Silvestre Mata do Buraquinho, Parque Estadual da Trilha dos Cinco Rios, Parque Natural Municipal Cuiá e as APP's (Rio Paraíba, Rio Marés, Rio Cuiá, Rio Jaguaribe, Rio do Cabelo, e corpos d'água menores).

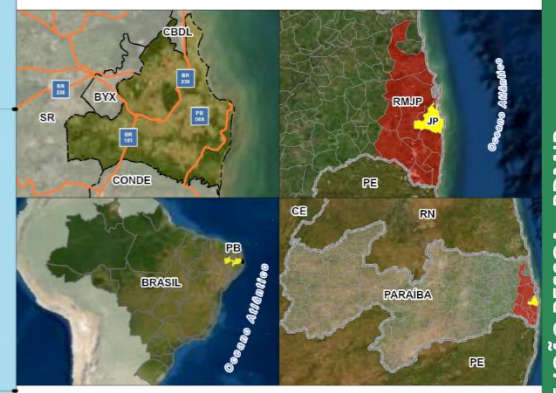
A urbanização ocorre entremeada por tais áreas, variando os níveis de preservação e de titularidade ou de regularidade. É justamente nestas ZPA que se observam as maiores polêmicas de uso e parâmetros, havendo propostas de serem assumidas pelas Zonas que as contornam, porém, mantendo as faixas de preservação permanentes nelas contidas.

Para tanto será necessária informação cartográfica e de restrições ou riscos ambientais com maior precisão que as atualmente disponíveis e utilizadas. De acordo com o atual zoneamento existem também áreas municipais de interesse ambiental, com usos permitidos ou restringidos, parcial ou integralmente: São exemplos: Zona de Preservação Ambiental, o Setor de Amenização Ambiental e as Áreas Quilombolas.



CONVENÇÕES:

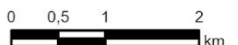
-  Aeroportos
-  Ferrovias
-  Hidrografia
-  Limite do Perímetro Urbano
-  Limites Municipais
-  Rodovias
-  Vias Principais
-  Vias
-  Corais Oceano
-  Macrozona de Preservação Ambiental
-  Massa D'água
-  Mata Buraquinho



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 DIGEOC [2021] | IBGE [2010,2020]
 AESA [2020] | MAPBIOMAS [2019]

DATA: setembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



6.5 CARACTERIZAÇÃO, MAPEAMENTO E ANÁLISE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL TOMBADO

João Pessoa é uma das cidades mais antigas do Brasil. Esse fato explica, em parte, a já antiga sucessão de instituições e documentos legais que buscam sua proteção arquitetônico-urbanística.

Em 1971, por meio de Decreto Estadual, cria-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), o qual seria mantido pelo Fundo Estadual da Cultura (fato que não aconteceu).

Em 1975, o então Plano Diretor da cidade define uma poligonal de interesse do patrimônio. Em 1982, Decreto Estadual define a poligonal da área central como de interesse de preservação e, a partir de 1992, o patrimônio da área central passa a constar definitivamente do Plano Diretor da cidade, com a criação de zonas específicas.

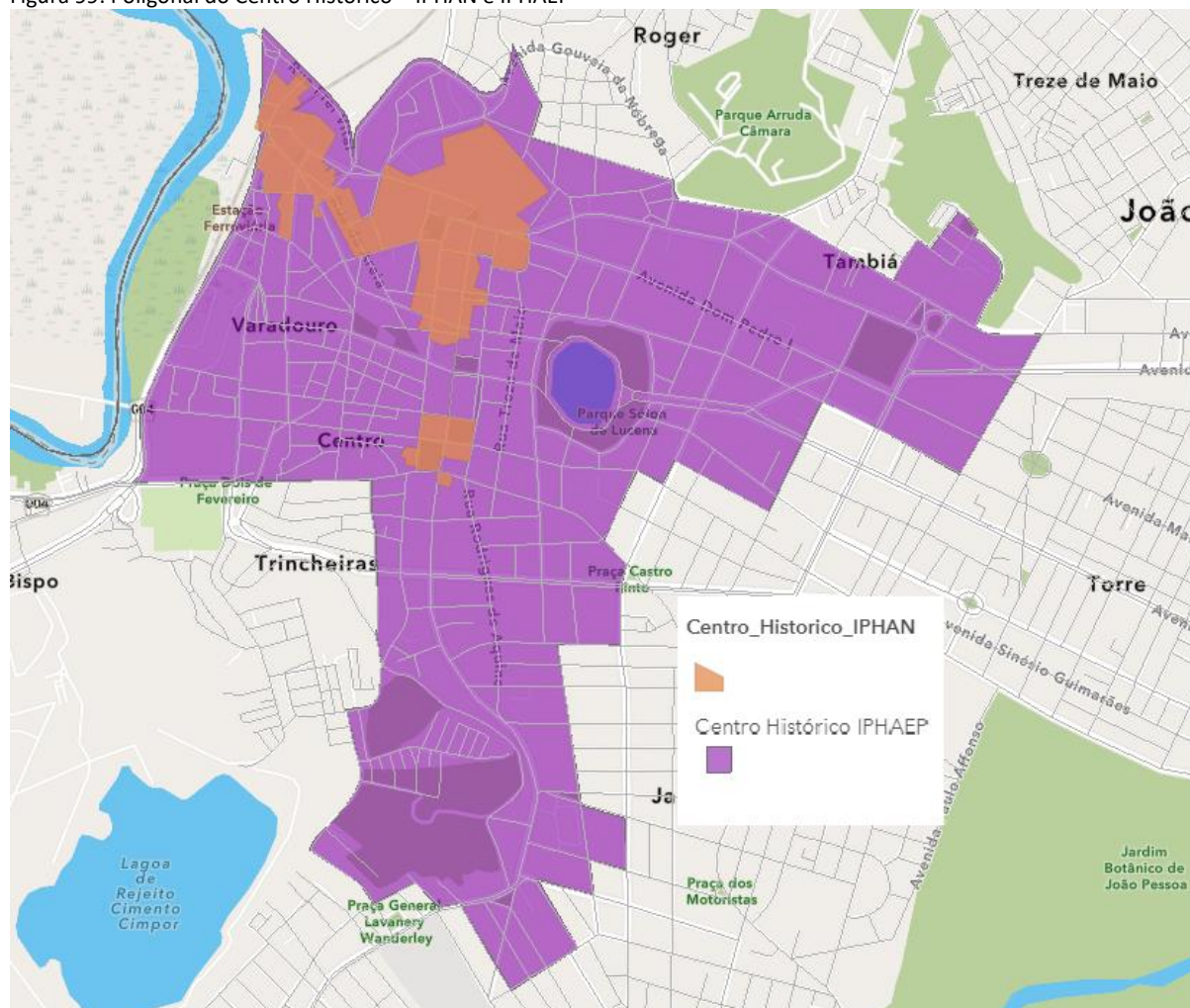
Também em 1982, o Decreto Estadual Nº 9.484 tomba o centro histórico de João Pessoa. Em 2004, a área delimitada pelo IPHAEP foi reformulada pelo Decreto Estadual Nº 25.138, passando a atuar em todo o perímetro tombado a Comissão Permanente do Centro Histórico, que totaliza 401 hectares e 6.452 edificações (Nogueira da Silva, 2016).

Em 2009, o mesmo se dá pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disso resulta a preservação de 502 edificações e seus entornos, e formando dois polígonos protegidos e em sua maior parte sobrepostos.

Já em 1997, iniciaram-se esforços de preservação de alguns edifícios, porém esse processo sofreu revezes de prioridades por parte das diferentes administrações municipais, seja devido à falta de recursos e mesmo da necessidade de já se intervir em edifícios que uma vez foram recuperados.

Na Figura 99 é apresentada a poligonal do Centro Histórico tombado pelo IPHAN e pelo IPHAEP.

Figura 99: Poligonal do Centro Histórico – IPHAN e IPHAEP



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PMJP (2021)

A maior parte dessas edificações está concentrada na Cidade Baixa (Varadouro) e Cidade Alta. As edificações listadas pelo IPHAN dizem respeito a vários períodos históricos: o Barroco, o Rococó, o Maneirista, Colonial, Eclético (essas duas últimas observadas em construções privadas), *Art Nouveau* e *Art Déco* (essas já das décadas de 1920 e 1930). Integra a paisagem deste patrimônio um relevo pouco acidentado e ainda forte presença de vegetação.

A cidade se desenvolveu a partir de dois núcleos principais: o Varadouro e a Cidade Alta, ligados pela Ladeira de São Francisco. Da época da formação de João Pessoa, na chamada Cidade Alta, tem-se o acervo mais importante, que se acumula até o século XX com a chegada de atividades comerciais mais caras e valorização dos terrenos.

Segundo informações do IPHAN (2021), são destaques entre os bens tombados do Centro Histórico de João Pessoa:

- Capela do Engenho da Graça
- Casa do Erário
- Convento e Igreja de Santo Antônio
- Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (Capela Dourada)
- Casa de Oração e Claustro da Ordem Terceira de São Francisco
- Igreja da Misericórdia
- Igreja da Ordem Terceira do Carmo ou Igreja de Santa Teresa de Jesus
- Igreja do Mosteiro de São Bento
- Ruínas da Casa da Pólvora
- Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho
- Ponte Pública do Tambiá e Porto do Capim
- Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho, nº117
- Fonte do Tambiá
- Rua das Trincheiras e as proximidades da Rua Odon Bezerra (Bairro de Tambiá)
- Intendência da Antiga Alfândega (Prédio Amarelo)
- Porto do Capim (região de comércio do Varadouro, com armazéns e a Alfândega)
- Estação Ferroviária
- Fábrica de Vinho Tito Silva (tombados também a maquinaria)
- Ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes
- Convento e Igreja de Santo Antônio e Casa de Oração e Claustro da Ordem Terceira de São Francisco (Atual Museu Sacro-Escola da Paraíba)
- Igreja da Santa Casa da Misericórdia
- Igreja da Ordem Terceira do Carmo
- Igreja de São Bento (Igreja do Mosteiro de São Bento)

Frente a falta de recursos, fato resultante de diferentes motivos, os aspectos gerais no Centro Histórico são de: abandono de edifícios que não se prestam à habitação do modo como se apresentam ou são dispendiosos para reformas; reformas ou usos em desrespeito ao interesse do patrimônio ou; ações com sucesso pontuais. São exemplos mais recentes dessas ações pontuais a intervenção na Praça Anthenor Navarro e a do Largo de São Frei

Pedro Gonçalves. Ambas as intervenções, a despeito de seu valor pontual, foram incapazes de atrair o setor imobiliário para o local ou de dinamizá-lo intensamente por meio do turismo.

Historicamente, a intervenção mais importante para a conservação do patrimônio de João Pessoa, foi em 1987 com o Convênio entre Brasil e Espanha, envolvendo localmente o IPHAN, o Governo da Paraíba e Prefeitura de João Pessoa. É desse período o término da área central de João Pessoa como receptor de investimentos imobiliários:

“Durante a década de 1980, o Centro Histórico ainda representa o coração da vida econômica da cidade de João Pessoa. O que observaremos é que esse espaço lentamente passa a não ser mais visualizado como área receptora de grandes investimentos [...] Em algumas partes do Centro, sobretudo na Cidade Baixa, as atividades econômicas diminuem paulatinamente, a estrutura urbana torna-se obsoleta, e o investimento público diminui, apesar de ainda encontrarmos instituições públicas e serviços bancários.” (Nogueira da Silva, 2016: 79).

A mesma autora é explícita ao afirmar que, a despeito de um visível estado de obsolescência de algumas partes desse Centro Histórico, tal compartimento ainda detém o maior número de atividades de serviços licenciados no Município.

Já no início dos anos 2000, tem-se o Projeto de Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim, passando-se da intervenção pontual para a requalificação de compartimentos do Centro Histórico, já inserindo infraestruturas, reurbanizações, e preocupações sociais e econômica (Scocuglia, 2004). Tais ações correspondem ao Programa de Reabilitação de Sítios Históricos (PRSH) da Caixa Econômica Federal (CEF), o qual combinava preservação do patrimônio, planejamento urbano e interesse socioeconômico. Mesmo com essa diretriz pouco se avançou em termos de habitação devido ao fato de muitos dos imóveis propostos para esse fim exigirem altos custos para suas reformas.

Em termos institucionais, João Pessoa conta com a sede do IPHAEP, criado nos anos 1970, e com atuação estadual. Para além dos trabalhos de proteção propriamente ditos, o IPHAEP também atua no recebimento de denúncias, prestação de informações sobre áreas e bens públicos protegidos, emissão de certidões declarando ser o imóvel não pertencente à área de proteção do IPHAEP, declarações a proprietários de imóveis tombados para

requerimento de isenção ou redução de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) junto à PMJP e autorizações para reformas e demolições.

Hoje, esse Instituto não conta com quadro de funcionários próprio, fato que dificulta uma ação consolidada para atingimento de seus objetivos e mesmo execução de suas responsabilidades mínimas. Além de não contar com quadro próprio, o IPHAEP conta com um número reduzido de funcionários para atender a todo o estado, ou minimamente João Pessoa.

Em termos de legislações, que interessam à presente revisão do Plano Diretor, tem-se os destaques abaixo indicadas. Para além da legislação federal e estadual que determina os polígonos de tombamento, estão em vigor:

- Lei do Plano Diretor – Lei Complementar Nº 3/1992:

Art. 23 As zonas de restrições adicionais são pormos da Área Urbana, situadas em zonas adensáveis ou não, nas quais o interesse social de preservação de características ambientais, paisagísticas, históricas e culturais, como patrimônio comum, impõe restrições adicionais ao uso e ocupas ao do solo.

Parágrafo único. Constituem-se zonas de restrições adicionais o Centro Principal da Cidade, a Orla Marítima, o Altiplano do Cabo Branco e o Cone de Proteção ao Vôo do Aeroclube, conforme delimitação do Mapa 2, que é parte integrante desta Lei.

[...]

Art. 24 O Centro Principal, incluindo o Centro Histórico da Cidade, e a portão da Área Urbana que sofre processo acelerado de transformação e que abriga funções urbanas conflitantes, tais como: maior concentração de tráfego de veículos e pessoas e um número significativo de edificações de uso institucional, comercial e de serviços, sendo portanto, objeto de regulamentação complementar específica, submetidas a apreciação do órgão estadual de preservação do Patrimônio Histórico, e que deve contemplar:

I - a restrição à circulação de veículos;

II - a regulamentação de horários e percursos para operação de carga e descarga;

III - a exigência um número suficiente de vagas para estacionamento, em todos os projetos de construções novas e reformas;

IV - a recuperação e livre desimpedimento das vias para circulação de pedestres;

V - o estabelecimento de índices urbanísticos específicos para cada quadra considerando a proximidade da área do Centro Histórico,

o entorno do Parque Sólon de Lucena e as áreas onde e possível o uso residencial ou o adensamento dos outros usos.

Art. 39 Zonas Especiais de Preservação são porções do território, localizadas tanto na Área Urbana como na Área Rural, nas quais o interesse social de preservação, manutenção e recuperação de características paisagísticas, ambientais, históricas e culturais, impõe normas específicas e diferenciados para o uso e ocupação do solo, abrangendo:

I - O Centro Histórico da cidade;

[...]

Art. 40 O Centro Histórico e a portão da Área Urbana definida pelo Decreto Estadual nº 9484, de 10/5/82, e que deve ser objeto de regulamentação específica, contemplando:

I - o estabelecimento de mecanismo conjunto de consulta, aprovação e fiscalização de projetos e obras entre o Poder Executivo e os órgãos de preservação;

II - a utilização do instrumento da Operação Urbana;

III - uma política gradual de substituição de usos, para aqueles mais adequados a preservação do Centro Histórico e a utilização de lotes vazios e áreas deterioradas em projetos de interesse social;

IV - a restrição ao tráfego de veículos;

V - o uso de incentivos fiscais definidos em lei, que inclusive, estimule a preservação dos imóveis;

VI - uma política de intervenção para recuperação das fachadas e volumetrias de imóveis tombados, cadastrados ou de interesse ambiental.

[...]

- Lei Complementar Nº 54 de 23 de dezembro de 2008:

Art. 28º

[...]

§ 1º Dependerá de apresentação prévia de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), para a obtenção das licenças e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público, os empreendimentos e atividades, privados ou públicos, que provoquem impacto na qualidade de vida da população residente na área de influência do impacto considerado; § 2º Para efeito desta Lei os empreendimentos ou atividades de impacto são aqueles que: I - quando implantados venham a sobrecarregar a infraestrutura urbana; II - tenham repercussão ambiental significativa, provocando alterações nos padrões funcionais e urbanísticos de vizinhança ou na paisagem urbana; III - afetem o patrimônio cultural, artístico ou histórico do Município;

[...]

Art. 16. O art. 30 da Lei Complementar nº 03/92, acrescido do inciso VII, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. O Poder Executivo regulamentará, através de decreto, os procedimentos para elaboração do relatório de impacto de vizinhança - RIV que deverá, obrigatoriamente, conter a caracterização do empreendimento, da sua área de influência e prognóstico que contemple estudos a respeito das possíveis mudanças na referida área, relativo aos itens abaixo: I - adensamento populacional; II - equipamentos urbanos e comunitários; III - uso e ocupação do solo; IV - valorização imobiliária; V - geração e atração de tráfego e demanda por transporte público; VI - ventilação e iluminação; VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.”

[...]

Art. 19. O art. 40, incisos I, II, III, IV, V e VI da Lei Complementar nº 03/92 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. O Centro Histórico é constituído pela porção da Área Urbana definida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, objeto de regulamentação complementar, a cargo do Poder Executivo Municipal.”

[...]

- Lei Municipal Nº 11.950, de 2010, a qual dispõe sobre o processo de tombamento e registro do Patrimônio Cultural do Município de João Pessoa:

Art. 2º

[...]

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio cultural de João Pessoa depois de inscritos, separada ou agrupadamente, no Livro do Tombo, de que trata o art. 5º desta lei.

[...]

Art. 5º Fica instituído o Livro do Tombo Municipal, destinado à inscrição dos bens que a Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa - COPAC/JP considerar de interesse de preservação do município e o Livro de Registro do Patrimônio Imaterial ou Intangível, designado a registrar os saberes, celebrações, formas de expressão, entre outras manifestações intangíveis de domínio público.

[...]

Art. 11. O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado far-se-á voluntária ou compulsoriamente.

[...]

Art. 14. O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - COMPACTU poderá solicitar à Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa - COPAC/JP novos estudos, pareceres, vistorias ou

qualquer outra medida que possa instruir o julgamento do processo de tombamento.

[...]

Art. 22. Cabe ao proprietário a proteção e conservação do bem tombado.

[...]

Art. 23. As coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas, mutiladas ou, de qualquer forma, descaracterizadas, nem tampouco ser reparadas, pintadas ou restauradas, sem prévia autorização especial da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa - COPAC/JP, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) do dano causado.

[...]

Art. 24. O Município pode limitar o uso do bem tombado, de sua vizinhança e ambiência, quando houver risco de dano ou quando lhe prejudicar a visibilidade.

[...]

Art. 25. As construções, demolições, paisagismo, na vizinhança ou ambiência do bem tombado, deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento, devendo, em caso de dúvida, ser consultado o COMPACTU.

§ 1º As restrições contidas no presente artigo estendem-se à colocação de painéis de propaganda, tapumes ou quaisquer outros objetos.

[...]

Art. 26. O Poder Público Municipal poderá instituir incentivos legais que estimulem o proprietário ao cumprimento do art. 22 e aqueles que vierem a ser instituídos mediante a edição desta lei.

[...]

Art. 32. As Secretarias Municipais e demais Órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta deverão ser notificadas dos tombamentos e, no caso de concessão de licenças, alvarás e outras autorizações para construção, reforma e utilização, desmembramento de terrenos, poda ou derrubada de espécies vegetais, deverão consultar previamente a COPAC/JP antes de qualquer deliberação, respeitando ainda as respectivas áreas envoltórias.

[...]

Art. 40. Fica reconhecido pelo Município de João Pessoa o tombamento do perímetro urbano do Centro Histórico de João Pessoa como Patrimônio Estadual, conforme certificação conferida pelo Decreto Estadual nº 25.138, de 28 de junho de 2004, e através da Deliberação nº 005/2004 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos e Culturais do Estado da Paraíba - CONPEC/IPHAEP, emitida nos termos do Decreto - Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e da Portaria IPHAN nº 11, de 11 de novembro de 1986, e registrado no Livro do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

- Decreto Estadual Nº 25.138, de 28 de junho de 2004, e através da Deliberação Nº 005/2004 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos e Culturais do Estado da Paraíba: redefine a delimitação da área tombada e aprova o Zoneamento municipal. Nos seus anexos, determina-se a nova área.
- Lei Nº 12.401, de 5 de julho de 2012, que cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (FUMPAC):

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade de João Pessoa - FUMPAC, de natureza contábil-financeira, sem personalidade jurídica própria, de duração indeterminada, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

[...]

Art. 2º Os recursos do FUMPAC têm por finalidade, exclusivamente, financiar:

I - Programas, projetos, pesquisas, promoção e divulgação do Patrimônio Cultural do Município de João Pessoa, em suas dimensões material e imaterial;

II - Ações de inventário, preservação, conservação, restauração e revitalização dos bens da dimensão material do Patrimônio Cultural do Município de João Pessoa;

III - Ações de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural do Município de João Pessoa;

IV - Programas, projetos e pesquisas na área de educação patrimonial.

Art. 3º O FUMPAC ficará sujeito à supervisão e às normas gerais editadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - COMPACTU, instituído nos termos das Leis nº 11.459, de 18 de Junho de 2008 e nº 11.952 de 2010.

[...]

Art. 6º Será aberto pelo menos um edital por ano, facultando a pessoas físicas e jurídicas apresentação de projetos a serem custeados pelo FUMPAC.

[...]

Art. 2º Os recursos do FUMPAC têm por finalidade, exclusivamente, financiar:

I - Programas, projetos, pesquisas, promoção e divulgação do Patrimônio Cultural do Município de João Pessoa, em suas dimensões material e imaterial;

II - Ações de inventário, preservação, conservação, restauração e revitalização dos bens da dimensão material do Patrimônio Cultural do Município de João Pessoa;

III - Ações de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural do Município de João Pessoa;

IV - Programas, projetos e pesquisas na área de educação patrimonial.

Art. 3º O FUMPAC ficará sujeito à supervisão e às normas gerais editadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPACTU

[...]

Art. 5º Os recursos financeiros do FUMPAC serão depositados em conta corrente especial, a ser aberta e mantida para este fim exclusivo em instituição financeira oficial designada pela Secretaria Municipal de Finanças, constituindo-se de:

I - Dotações previstas no orçamento anual do Município de João Pessoa;

II - Resgate de empréstimos concedidos a proprietários de imóveis privados restaurados com recursos públicos e/ou do FUMPAC;

III - Rendas provenientes da aplicação de seus próprios recursos;

IV - Quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados;

V - Transferências de recursos estaduais e federais voltados à implementação de instrumentos de preservação ao patrimônio cultural;

VI - Recursos provenientes de convênios firmadas com instituições públicas e privadas;

VII - Contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

VIII - Receitas provenientes rendimentos de aplicações financeiras, de serviços e eventos diversos;

IX - Receitas diretas provenientes de remuneração de capital, locações, concessões de uso, resultados pecuniários de franqueamento público de imóvel e arrendamento de imóveis;

X - receitas provenientes da aplicação de multas administrativas por infrações ou crimes contra o patrimônio cultural, previstos na Legislação e decorrentes de ações de fiscalização empreendidas pelo Poder Público, cumulativamente.

XI - Outras receitas.

[...]

Art. 6º Será aberto pelo menos um edital por ano, facultando a pessoas físicas e jurídicas apresentação de projetos a serem custeados pelo FUMPAC.

[...]

Art. 7º Os recursos vinculados ao FUMPAC serão aplicados, mediante decisão do COMPACTU, nas ações de preservação, conservação e salvaguarda do patrimônio Cultural da Cidade de João Pessoa,

preferencialmente, naqueles bens tombados ou registrados em nível federal, estadual e municipal.

[...]

Art. 10 O Gestor e ordenador de despesas do FUMPAC será o Secretário de Planejamento - SEPLAN.

- Lei Complementar Nº 84/2013, a qual acrescenta dispositivos na Lei Complementar Nº 53, de 23 de dezembro de 2008:

Art. 265. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção do IPTU e da TCR incidentes sobre os imóveis edificados que estejam situados no perímetro do Centro Histórico do Município de João Pessoa, conforme delimitação fixada no Decreto do Estado da Paraíba nº 9484, de 13 de maio de 1982.

Parágrafo único. A isenção restringir-se-á aos imóveis cujo proprietário se disponha a participar de plano de revitalização, para fins de restauração integral, parcial ou reestruturação, nos termos do Regulamento.

Art. 265. O proprietário interessado no incentivo fiscal deverá solicitar sua concessão mediante requerimento, onde fará prova de que obteve aprovação de plano de revitalização perante os órgãos de licenciamento, nos termos do Regulamento.

§ 1º O julgamento do pedido compete a um Comitê, que será formado pelos titulares das Secretarias Municipais de Planejamento, Receita, Finanças e Ciências e Tecnologia.
§ 2º As isenções de IPTU e TCR serão concedidas por até 08 (oito) anos, com início no exercício imediatamente seguinte àquele em que o requerimento foi apresentado, sendo necessária a constatação do início das obras decorrentes do plano de revitalização, após decorridos os primeiros 04 (quatro) anos.

§ 3º A restauração integral, parcial ou reestruturação, decorrente do plano de revitalização deverá ser executada pelo proprietário até o final do prazo fixado para gozo das isenções, nos termos do parágrafo anterior.

§ 4º Ao final do prazo estipulado para gozo das isenções:

I - os tributos objeto do incentivo fiscal serão lançados, aplicando-se as penalidades previstas nesta Lei Complementar, caso o plano de revitalização não tenha sido executado ou, tenha sido executado em desconformidade com os termos do projeto aprovado; ou

II - serão prorrogadas por igual período inicialmente concedido, caso haja constatação de que o imóvel tenha a restauração integral, parcial ou reestruturação decorrente do plano de revitalização executado."

Em tramitação junto à Câmara Municipal de João Pessoa (de 2010 até a presente data e limitada ao tema Patrimônio Histórico, com implicações diretas no espaço construído), foram identificados os seguintes processos em andamento:

1. Indicação ao Prefeito de João Pessoa, no sentido de determinar o cumprimento da Lei Ordinária Nº 13.265/2016, que declara Patrimônio Cultural os campos de futebol no âmbito do Município de João Pessoa – ano de 2021. Sua justificativa é a de ampliar e garantir a oferta de espaço de sociabilidade. As implicações possíveis que se pode observar são a garantia de uso social de compartimentos urbanos ora já em uso e impacto na arrecadação via IPTU desses espaços. A referida indicação refere-se à Lei Ordinária que não contem anexo de que áreas seriam essas, nem que características deveriam ter para assim serem classificadas ou as decorrências de tal classificação.
2. Projeto de Lei Ordinária Nº 018/2021, que declara a Feira de Jaguaribe como Patrimônio Imaterial de João Pessoa. Sua justificativa é o fato de considerar a referida Feira semanal um dos elementos mais expressivos da identidade do Bairro do Jaguaribe, na Avenida Generino Maciel. As implicações possíveis: adequações definitivas do sistema viário e sugestão de projeto urbanístico de valorização e adequação dos usos.
3. Projeto de Lei Ordinária Nº 94/2021, que declara as feiras livres do município de João Pessoa como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial por considerá-las espaços de convívio público de uso consolidado. Suas implicações possíveis não puderam ser observadas pela falta de detalhes apresentados no texto.
4. Projeto de Lei Ordinária Nº 69/2021, que reconhece o Parque de Diversão como Patrimônio Cultural da Cidade de João Pessoa. Tal projeto não conta com justificativa detalhadas no texto. Do mesmo modo, as implicações possíveis não podem ser determinadas por falta de detalhes.
5. Projeto de Lei Ordinária Nº 887/2018, que institui o Dia Municipal de Preservação, Proteção e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural, Material e Imaterial (17

de agosto). Sua justificativa é a de homenagear o patrimônio da cidade e sensibilizar a população da sua importância. Suas implicações possíveis são indiretas.

6. Projeto de Lei Ordinária Nº 250/2013, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal Do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de João Pessoa. A justificativa apresentada refere-se ao objetivo do referido Conselho, de realizar ações voltadas para a defesa e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de João Pessoa e demais atribuições previstas na presente Lei. Suas implicações possíveis serão: a) A necessária seção de funcionários da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio da Fundação Cultural de João Pessoa, para auxiliar o Conselho, podendo gerar sobrecarga de demandas sobre um quadro de funcionários já reduzido; b) O Conselho, por ser proposto de modo multissetorial, pode se constituir ambiente positivo para a discussão de temas do Patrimônio da Cidade de João Pessoa; c) Considerando que caberá ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de João Pessoa emitir parecer e deliberar sobre os pedidos de tombamento de bens imóveis, João Pessoa contaria com estrutura adicional àquela hoje já existente, porém com maior poder de chancela para os casos polêmicos; d) Todo bem tombado no Município de João Pessoa será classificado em cinco categorias, assim denominadas: Preservação Arquitetônica Integral; Preservação Arquitetônica Parcial; Imóveis e Reconstituição Arquitetônica de Acompanhamento e Renovação. Esta classificação, a ser colocada em prática pelo Conselho a ser criado contribuirá para a operacionalização de intervenção e incentivo à preservação pelo município; e) Considerando que a fixação de painéis e letreiros sobre imóveis tombados e nas respectivas áreas de entorno deverá ter prévia aprovação deste Conselho, contar-se-á com um nível colegiado, e portanto mais forte, para decisões polêmicas para se cumprir a lei; f) O entorno do bem tombado, sempre uma discussão polêmica, será delimitado em processo instruído pelo Conselho.

Se esse é o cenário no legislativo municipal, no executivo, vale o destaque para a Coordenadoria de Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC), vinculada à Secretaria de Planejamento e criado por lei, em 2008. Tal coordenadoria tem a finalidade de implementar

medidas relacionadas à gestão, atividades e obras da proteção, requalificação e restauração do patrimônio municipal. Desta Coordenadoria, vale destacar o resultado de sua parceria com a Superintendência do IPHAN- PB: A Casa do Patrimônio da Paraíba, com o objetivo de desenvolver ações relacionada à educação patrimonial no Estado.

O programa, a Casa do Patrimônio da Paraíba, merece atenção de todos, sobretudo no que diz respeito ao seu poder de alcance. Para o cumprimento do plano de Educação Patrimonial na Paraíba a casa envolve alunos, professores, gestores e a comunidade, tendo como centro, o diálogo com o Patrimônio Cultural e as ações de Educação Patrimonial (Carvalho, 2015).

Outro destaque que merece ser feito é referente ao Comitê Gestor de incentivos fiscais incidentes sobre imóveis situados no perímetro do Centro Histórico de João Pessoa. Tal Comitê tem sua gestão feita pela Secretaria das Finanças do município, porém, a COPAC tem papel relevante na elaboração dos pareceres técnicos que embasam tais incentivos.

Por último, tem-se o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (FUNPAC), criado por lei, em 2007, gerenciado pela SEPLAN, com fundos advindos de incentivos fiscais, multas e de eventuais projetos ou convênios. No caso desse último, ressalta-se a importância do convênio com o Banco do Nordeste para recuperação de imóveis privados (financiamento favorável ao proprietário de bens de interesse e inseridos no interior do perímetro histórico).

Em termos de ações realizadas mais recentemente e referentes à preservação do patrimônio urbanístico e arquitetônico, tem-se: Praça Dr. Napoleão Laureano, Parque da Lagoa, Vila Sanhauá, Praça João Pessoa, Praça Venâncio Neiva, Praça 1817, Praça Cel. Antônio Pessoa e Praça da Independência.

Em síntese, tem-se que o Patrimônio Histórico Arquitetônico e Imaterial de João Pessoa conta um corpo legal que garante certa proteção em termos de manutenção daquilo construído. Porém, carece de recursos, incentivos (estes limitados à isenção ou redução do IPTU, tradicionalmente já reduzido) e pessoal em número suficiente para responder a demandas de análise, monitoramento, fiscalização e sugestão de ações.

Em termos de aplicação da legislação em vigor, não foram observados conflitos entre aquilo considerado patrimônio pela União, Estado e Município. Entretanto, a não permissão de renovações no interior dos imóveis tombados (com a preservação da fachada) parece se

constituir no maior conflito com o setor imobiliário, e mesmo com desejos de dinamização da área central histórica por parte das instâncias de planejamento do município.

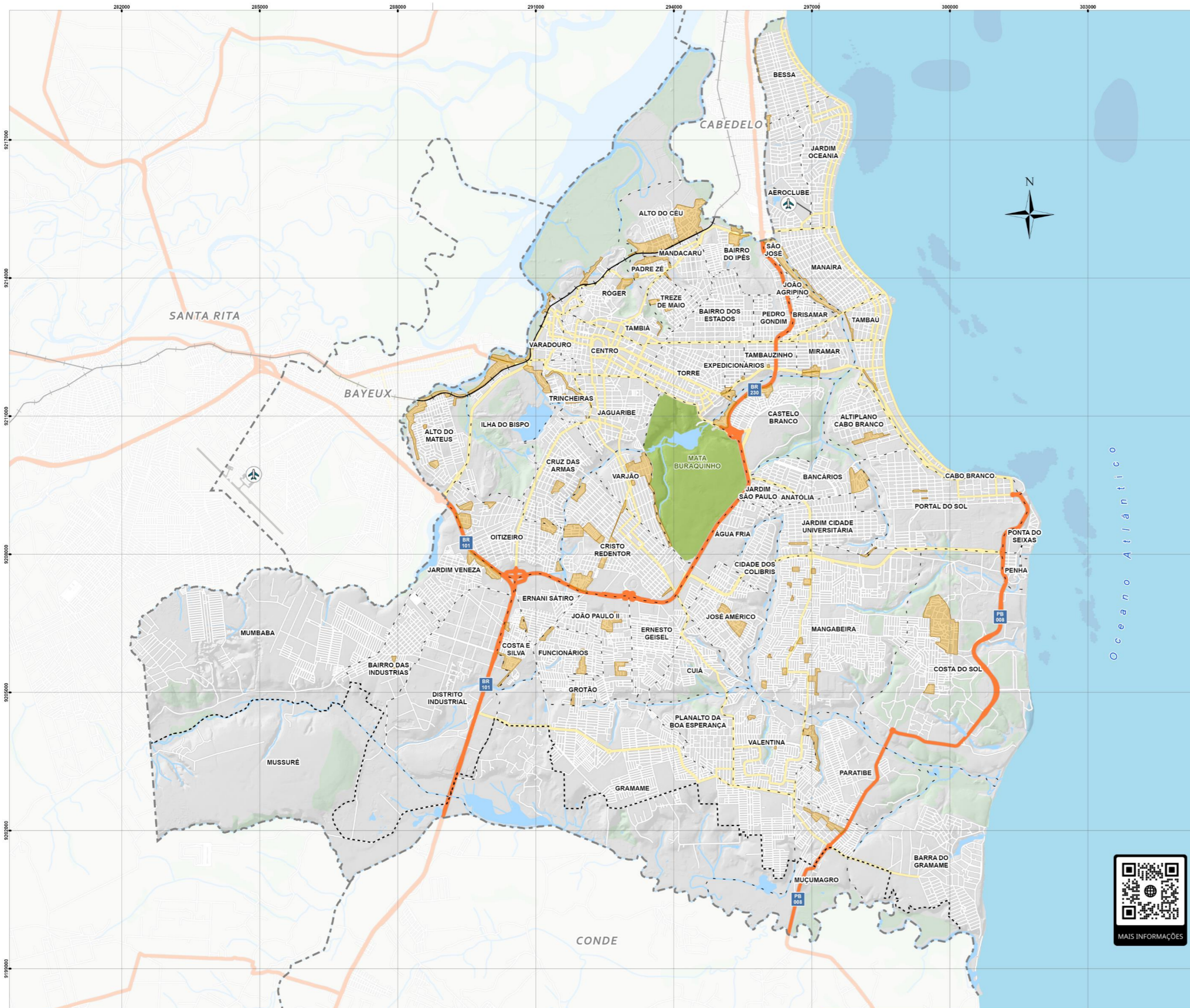
Em termos de legislação em tramitação, observa-se uma série de propostas no legislativo municipal, com baixo impacto na conservação do patrimônio pessoense. É destaque a proposta do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de João Pessoa, proposta em 2013, e que poderia, de imediato, enriquecer os processos decisórios a respeito do Patrimônio de João Pessoa.

7 QUESTÃO FUNDIÁRIA E MORADIA

7.1 ASSENTAMENTOS INFORMAIS

De acordo com o documento Assentamentos informais de João Pessoa (Technun, 2007), tem-se a população de baixa renda em processo de intensa periferação na capital, fato que provoca intensos movimentos pendulares, adensamento das suas áreas centrais degradadas e invasões em áreas sem infraestrutura urbana e/ou inadequadas à ocupação.

O município apresenta uma série de comunidades espalhadas pelo território com diferentes níveis de infraestrutura e integração urbana que têm sido alvo de diferentes políticas públicas. O Mapa 9, a seguir revela, segundo dados de 2021, as comunidades de João Pessoa.



CONVENÇÕES:

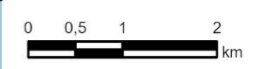
-  Aeroportos
-  Ferrovias
-  Hidrografia
-  Limites Municipais
-  Limite do Perimetro Urbano
-  Limites de Bairros
-  Rodovias
-  Vias Principais
-  Vias
-  Comunidades
-  Corais Oceano
-  Massa D'água
-  Mata Burauquinho
-  Remanescentes Florestais



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: setembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



COMUNIDADES

Como ações encaminhadas para fazer frente a esses assentamentos informais, vale mencionar:

1. Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa (2017): Programa multisetorial de múltiplas obras, a ser implementado pela Prefeitura, com financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo geral de promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa, e que prevê a urbanização de oito comunidades (Santa Clara, Tito Silva, Miramar, Vila Tambauzinho, Cafofo-Liberdade, Brasília de Palha, Padre Hildon Bandeira e São Rafael). Essas comunidades compõem o Complexo Beira Rio com reassentamento de famílias e construção de conjuntos habitacionais na Av. Beira Rio. Como contrapartida do projeto. e com financiamento do MCMV, o município implantou os conjuntos habitacionais: Saturnino de Brito (Bairro Trincheiras), Colinas de Gramame (Bairro Gramame) e São José (Bairro Manaíra), e ainda está implantando o Conjunto Habitacional Vista Alegre (Bairro Gramame).
2. Estudos, Planos e Projetos para Ocupações no Vale do Rio Sanhauá (2014), resultando em diagnósticos e projetos de urbanismo, infraestrutura e habitacionais (Plano de Recuperação de Área Degradada, Plano de Regularização Fundiária e Projeto de Trabalho Social), no trecho inferior do Rio Sanhauá, ainda no compartimento central de João Pessoa. O trabalho tratou da Comunidade do S (Bairro do Roger) e das Comunidades Porto do Capim, Frei Vital, 15 de Novembro e Nassau (Bairro Varadouro).
3. Projeto Social de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, que ocorre em todas as intervenções de habitação social. Vinculadas a essas ações estão àquelas da Secretaria da Cidadania (antiga Secretaria de Desenvolvimento Social), como cozinhas comunitárias, centro de referências a adolescentes, dentre outros.

4. Assistência técnica para reformas, melhorias e manutenção nas unidades habitacionais, sobretudo para aquelas áreas em situação de risco ou sem instalação sanitária. Essas assistências ainda estão em fase de projeto.
5. Programa de Regularização Fundiária Morar Legal, que trata das políticas de titularidade do município. Já desenvolveu diversas ações e entrega de títulos a partir de REURB (Lei Federal nº 13.465/2007). João Pessoa possui legislação para o programa municipal desde 2012 (Lei Municipal Nº 12.410/2012). Essa regulamentação foi posteriormente alterada e revogada pela Lei Ordinária Nº 14.236 de 1º de setembro de 2021.
6. Ao mesmo tempo que se tem a atuação municipal, João Pessoa também conta com a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), tendo entre contratadas e entregues mais de 600 unidades habitacionais para João Pessoa em 2020 (CEHAP, 2021). A companhia tem atuado, nos últimos anos, com recursos estaduais, do Minha Casa Minha Vida e também pelo programa de Parceiros da Habitação, com a finalidade de construir unidades habitacionais em parceria com municípios, movimentos de moradia, entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. Além disso, a CEHAP tem priorizado também a regularização fundiária, tanto em núcleos urbanos informais consolidados como conjuntos implantados pela própria companhia – como foi o caso do conjunto Colinas do Sul, com 900 unidades e titulado em 2020 depois de 13 anos de espera. Outros projetos são pensados com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em parceria com o empreendedor, a Caixa Econômica Federal e a própria CEHAP, o que reduz o valor final para as famílias. Com isso pode-se inclusive atingir famílias na faixa de um salário mínimo e meio. A região sul de João Pessoa é o setor prioritário, por aí haver maior concentração do patrimônio de terras do Estado da Paraíba ou da própria CEHAP (ainda que já reduzido).

7.2 HABITAÇÃO SOCIAL

A Prefeitura de Joao Pessoa conta com financiamento aprovado do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para custear o Programa Joao Pessoa Sustentável, o qual também apoia o presente Plano Diretor. Especificamente para o caso da habitação, o financiamento prioriza o Projeto do Complexo Beira Rio. Os diagnósticos já realizados para esse Programa de financiamento permitem o entendimento da situação da habitação no município, conforme descrito a seguir.

O Município de Joao Pessoa conta com mais de 90% de seus bairros com núcleos urbanos informais, correspondendo a 100 mil pessoas vivendo em condições subnormais. De fato, segundo IBGE (2010), dos 64 bairros de João Pessoa, os núcleos urbanos informais (nomenclatura adotado pelo IBGE para favelas) estão presentes em 59 deles.

Esta é uma situação que desafia o planejamento urbano municipal, o qual deve conviver com uma situação de carências sociais, mas também de falta de clarezas legais para o adequado uso do solo urbano municipal e escassos recursos de fiscalização que também contribuem para esse cenário.

Das áreas de subhabitação, é destaque o Complexo Beira Rio, citado acima, e que já conta com recursos aprovados para intervenção. Esse complexo compreende oito comunidades e aproximadamente 2.000 famílias.

Trata-se de um projeto habitacional e ambiental em área caracterizada pela irregularidade fundiária sobre terras da União e do Município, e outras provenientes de doação ou sujeitas a inundação, como aquelas em APP's. Este compartimento integra a Zona Especial de Preservação 2 (ZEP2), as Zonas Residenciais 1 e 2 (ZR1 e ZR2), o Setor de Amenização Ambiental (SAA) e a Zona Axial 1 (ZA1).

Figura 100: Comunidades Integrantes do Complexo Beira Rio



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PMJP (2021)

Conforme indicado na Figura 100, acima, as áreas que receberão usos e projetos de requalificação deste Programa são: Comunidade Brasília de Palha, Cafofo/Liberdade, Miramar, Padre Hildon Bandeira, Santa Clara, São Rafael, Tito Silva, Vila Tambauzinho e margens do Rio Jaguaribe, para implantação do Parque Linear (Unidade de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa, 2020).

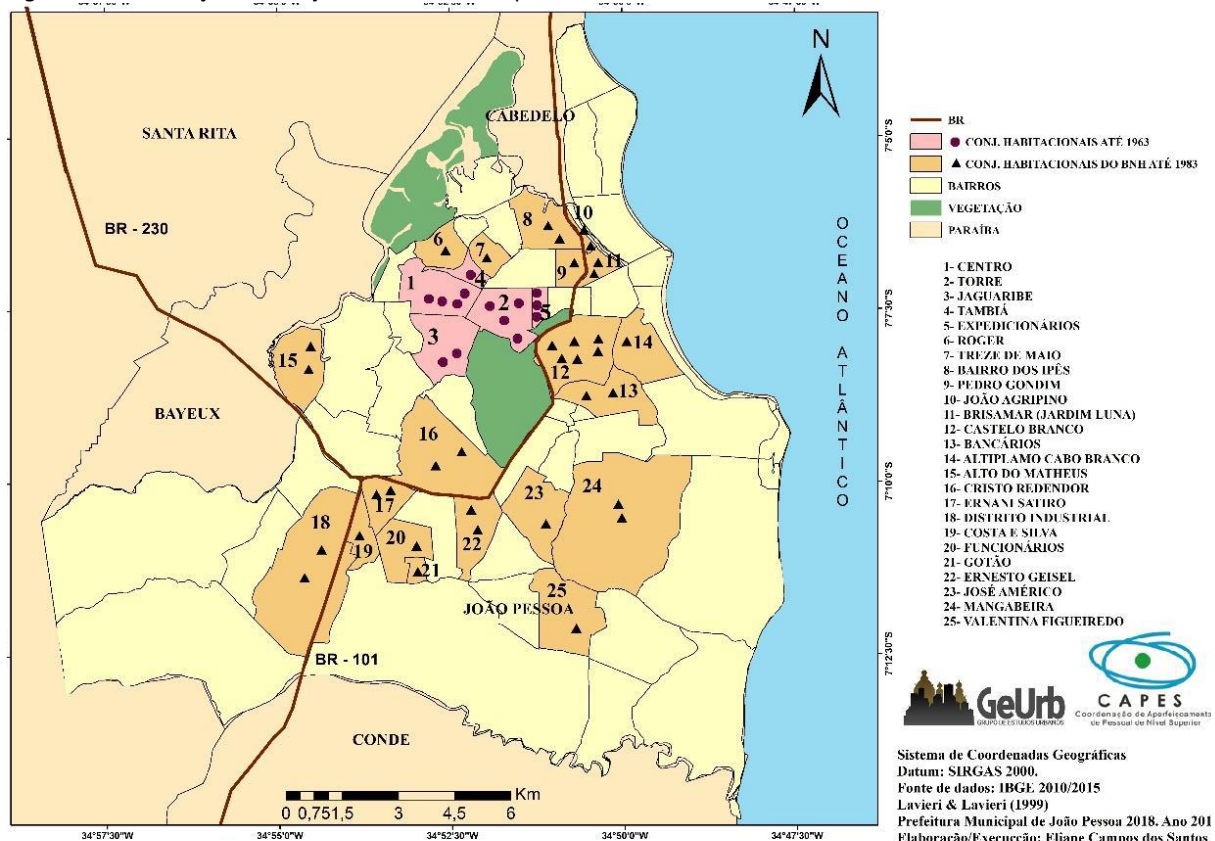
Complementarmente, o Governo do Estado, por meio de sua Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), foi responsável pela construção do Conjunto Mangabeira, hoje configurado como bairro. Este exemplo serve para demonstrar que o governo do estado tem papel relevante na configuração do uso do solo de João Pessoa, seja por meio de projetos estratégicos (vide o Polo Turístico e seu Centro de Convenções), seja por ações em habitação social.

Em termos históricos, pode-se apresentar a situação da habitação de João Pessoa da seguinte maneira: até os anos 1960, as favelas eram compartimentos de baixa ocorrência. Na década seguinte, do mesmo modo que em outras cidades de médio e grande porte no Brasil, o processo de favelização se avoluma, se confirma como um elemento presente na paisagem e como demandante de políticas municipais cada vez mais exigentes em termos de recursos e de legislação.

Assim, no final da década de 1970 e 1980, as favelas se proliferaram, sendo destaque as ocupações na faixa de domínio da BR-230, ligação de João Pessoa com Cabedelo (o primeiro município a configurar aquilo que viria se constituir em Região Metropolitana de João Pessoa) e em outras áreas de modo mais espalhado. A despeito de tais concentrações, pode-se afirmar que ocorrem majoritariamente sobre vales dos rios, mangues e regiões de topografia acidentada e áreas *non aedificandi* diversas.

As políticas habitacionais do período também reforçaram o processo de periferização, ao incorporar áreas cada vez mais distantes, com pouca dinâmica urbana nos seus padrões de uso e ocupação. A figura abaixo, mostra os conjuntos habitacionais implantados até 1985 onde é possível observar a tendência de espraiamento urbano a partir do final dos anos de 1960.

Figura 101: Localização dos conjuntos habitacionais produzidos até 1985 em João Pessoa



Fonte: Campos dos Santos (2019)

Atualmente, o processo de expansão urbana de João Pessoa, e seus consequentes padrões de uso e ocupação resultaram na necessidade de aplicar instrumentos urbanísticos que pudessem auxiliar no processo de integração socioespacial do tecido urbano.

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), são um instrumento urbanístico que define áreas do território para a implantação de habitação de interesse social e programas de regularização fundiária. O instrumento foi instituído em João Pessoa pela adequação do Plano Diretor ao Estatuto da Cidade, no ano de 2009, estipulando que as ZEIS deveriam ser aprovadas por lei municipal, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Urbano.

João Pessoa conta com 94 ZEIS, listadas na tabela e no mapa abaixo, com suas previsões legais, bairro e existência de infraestruturas. Porém, é possível observar que a partir de 2012 a grande maioria das ZEIS não possuem leis específicas, tendo sido definidas apenas pelo Conselho, apresentando assim fragilidades legais.

Tabela 33: ZEIS de João Pessoa

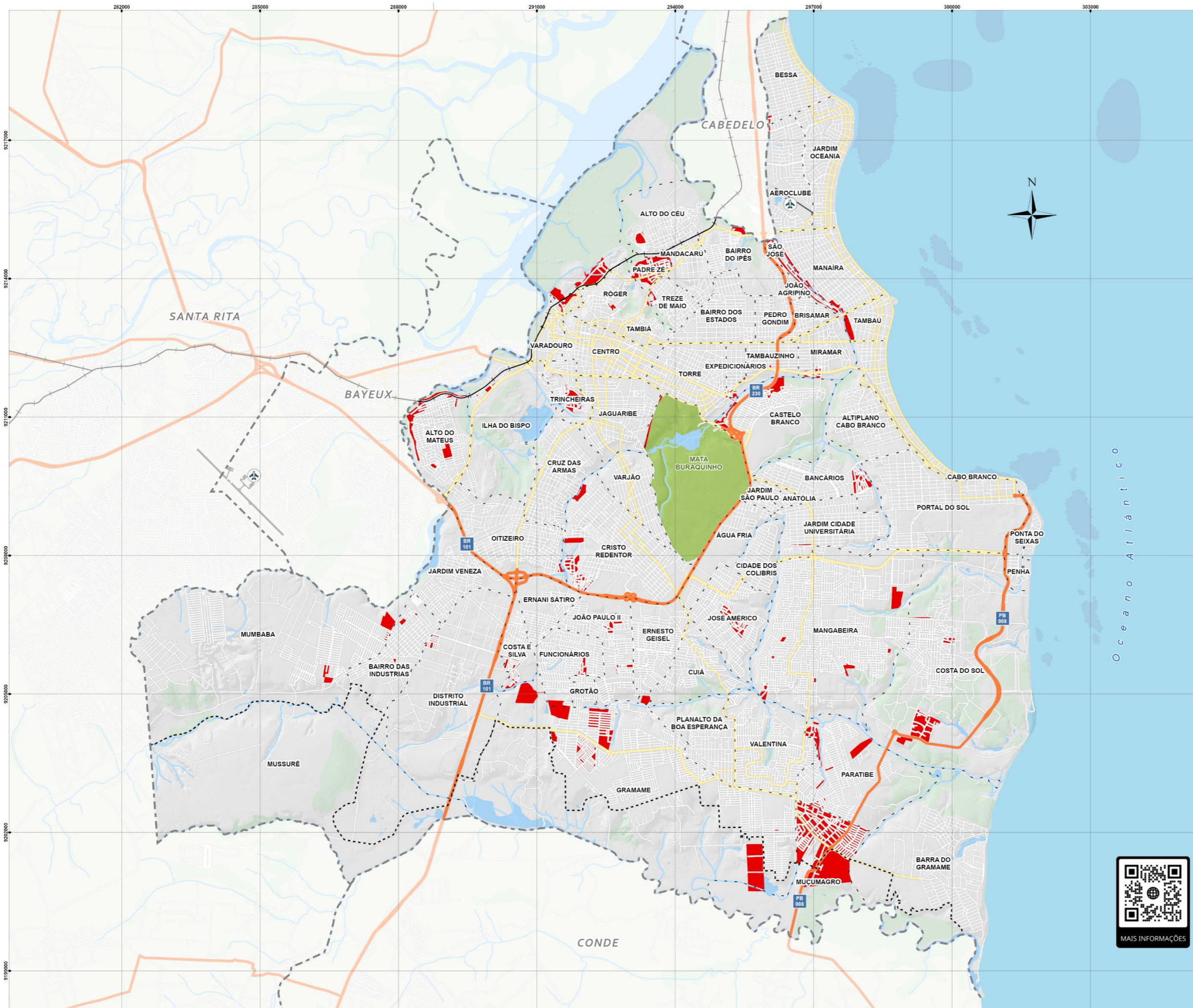
ZEIS	LEI MUNICIPAL	PROCESSO	BAIRRO	INFRAESTRUTURA
Nossa Senhora de Nazaré	Lei 11.702/2009	120.219/17-12-08	Funcionários	NÃO
Ilha do Bispo	Lei 11.704/2009	99.964/16-10-08	Ilha do Bispo	SIM
Taipa Nova Vida	Lei 11.603/2008	66.359/11-07-08	Costa e Silva	SIM
Timbó	Lei 11.602/2008	65.315/09-07-08	Bancários	SIM
Citex	Lei 11.707/2009	120.219/17-12-08	João Paulo II	NÃO
Riacho	Lei 11.711/2009	120.219/17-12-08	Treze de Maio	NÃO
Saturnino de Brito	Lei 11.710/2009	120.219/17-12-08	Trincheiras	NÃO
Padre Ibiapina	Lei 10.926/2006	-	Bairro das Industrias	NÃO
Parque Sul	Lei 10.636/2005	-	Gramame	PARCIAL
Coopercasa - Travessa Murilo Buarque	Lei 10.886/2006	67.824/19-06-06	Cristo Redentor	NÃO
Condominio Residencial da Amizade	Lei 10.835/2006	31.669/08-03-06	Paratibe	SIM
Terra do Nunca	Lei 11.604/2008	60.788/27-06-08	Roger	SIM
Área A Jaguaribe	Lei 10.884/2006	71.948/12-07-06	Jaguaribe	SIM
Área B Jaguaribe	Lei 10.884/2006	71.948/12-07-06	Jaguaribe	NÃO
Parque do Sol	Lei 11.601/2008	62.180/01-07-08	Gramame	SIM
Padre Zé	Lei 11.853/2010	28.743/28-03-08	Padre Zé e Mandacaru	PARCIAL
Alto do Mateus	Lei 11.947/2010	48.216/2007	Alto do Mateus	PARCIAL
Zeis Alto do Céu	Lei 11.946/2010	48.216/2007	Alto do Céu	PARCIAL
Porto do Capim - Poligono 1	Lei 11.913/2010	48.216/2007	Varadouro	NÃO
Porto do Capim - Poligono 2	Lei 11.913/2010	48.216/2007	Varadouro	NÃO
Condominio da Fraternidade	Lei 11.914/2010	63.896/08-07-09	Funcionários	SIM
Condominio Independência	Lei 11.949/2010	48.824/07-05-10	Paratibe	SIM
Comunidade São Luis	Lei 11.917/2010	50.354/12-05-10	Bessa e Aeroclube	PARCIAL

ZEIS	LEI MUNICIPAL	PROCESSO	BAIRRO	INFRAESTRUTURA
Condominio Girassol I	LEI 12.248/2011	53.194/12-05-11	Mangabeira	SIM
Condominio Indio Piragibe	LEI 12.249/2011	53.383/12-05-11	Ilha do Bispo	SIM
Condominio da Paz	LEI 12.251/2012	53.387/12-05-11	Jardim Veneza	SIM
Condominio Manacá	LEI 12.246/2011	53.191/12-05-11	Paratibe	SIM
Condominio Liberdade	LEI 12.252/2012	53.196/12-05-11	Paratibe	SIM
Expansão Zeis Riachinho	LEI 12.253/2012	67.240/15-06-11	Treze de Maio	PARCIAL
Expansão Zeis Saturnino de Brito	LEI 12.247/2011	67.246/15-06-11	Trincheiras	PARCIAL
Beira da Linha/São Judas Tadeu	LEI 12.262/2012	2011/087353	Alto do Mateus	NÃO
Boa Esperança	LEI 12.257/2012	2011/087360	Cristo Redentor	PARCIAL
Jardim Guaíba	LEI 12.258/2012	2011/087341	Oitizeiro	SIM
Novo Horizonte/Buraco da Gia	LEI 12.255/2012	2011/087338	Cristo Redentor e Cruz das Arm	SIM
Rio da Bomba	LEI 12.264/2012	2011/087357	Roger e Padre Zé	NÃO
Santa Clara	LEI 12.265/2012	2011/087362	Castelo Branco	PARCIAL
São Rafael	LEI 12.263/2012	2011/087354	Castelo Branco e Torre	PARCIAL
São José/Chatuba	LEI 12.260/2012	2011/087345	São José, Manaira e + 4	PARCIAL
Tito Silva	LEI 12.261/2012	2011/087349	Miramar	PARCIAL
Travessa Yayá	LEI 12.259/2012	2011/087337	Miramar	NÃO
Vale das Palmeiras	LEI 12.256/2012	2011/087343	Cristo Redentor	SIM
Gadanhó	LEI 12.254/2012	2011/067251	Tambiá	SIM
Zeis Anaide Beiriz	LEI 10.926/2006		Distrito Industrial	SIM
Cinco de Junho	LEI 12.408/2012	2012/006189	Alto do Mateus	SIM
Eucalipto	LEI 12.409/2012	2012/006190	Jardim Cidade Universitária	SIM
Laranjeiras		2012/006187	José Américo	PARCIAL
Nova República	LEI 12.407/2012	2012/006184	João Paulo II	PARCIAL
Santa Bárbara		2012/006188	Paratibe	PARCIAL
Tancredo Neves		2012/015709	Bairro dos Ipês	NÃO
Muçumagro		2012/054275	Muçumagro	PARCIAL
Cafofo/Liberdade		2012/054280	Tambauzinho	PARCIAL
Padre Hildon Bandeira		2012/054285	Tambauzinho e Torre	PARCIAL
Colibris I		2012/077739	Cidade dos Colibris	
Colibris II		2012/077730	Cidade dos Colibris	NÃO
Retificação Alto do Céu		2012/080708	Alto do Céu	PARCIAL
Vila Mangueira		2012/101984	Mangabeira	SIM

ZEIS	LEI MUNICIPAL	PROCESSO	BAIRRO	INFRAESTRUTURA
Arame		2012/111030	Gramame	NÃO
Colinas do Sul		2012/116783	Gramame	PARCIAL
Girassol II		2012/121752	Mangabeira	SIM
Vila da Mangueira		2012/121758	Mangabeira	NÃO
Nice Oliveira		2013/042113	Paratibe	SIM
Comtérmica		2013/042113	Funcionários	NÃO
Reunidas	LC 083/2013		Muçumagro e Gramame	NÃO
Diana Nóbrega		2013/045557	Bairro das Industrias	NÃO
Colinas de Gramame	LEI 12.879/2014	2013/052998	Gramame	SIM
Mangabeira Sul		2013/078302	Mangabeira	PARCIAL
Vista Alegre		2013/069036	Gramame e Funcionários	SIM
Em Tambiá		2013/103524	Tambiá	SIM
Júlio Rafael		2013/076403	Costa do Sol	NÃO
Carlos Mariguela		2013/087722	Costa do Sol e Mangabeira	PARCIAL
Nelson Mandela		2013/078845	Mangabeira	NÃO
Nova Esperança		2013/135926	Mangabeira	SIM
Nossa Senhora Aparecida		2014/001655	Manaira	SIM
Célio Pires de Sá		2014/023052	Gramame	NÃO
Bom Jesus		2014/023052	Bairro das Indústrias	SIM
Comunidade do S	LEI 12.970/2015	2014/030176	Roger	PARCIAL
Atualização Cizone de Souza Acioly		2013/042113	Mumbaba	NÃO
ZEIS Jacarapé Poligonal 1		2013/049358	Costa do Sol	PARCIAL
ZEIS Jacarapé Poligonal 2		2013/049358	Costa do Sol	PARCIAL
Modificação ZEIS Porto do Capim		2014/076349	Varadouro	NÃO
Retificação ZEIS São José/Chatubas		2014/086766	São José e + 5 bairros	PARCIAL
Vieira Diniz		2014/089062	Bairro das Indústrias	SIM
Do Curtume	LEI 12.969/2015	2014/099000	Roger e Varadouro	NÃO
Vista Verde		2015/015452	Mumbaba	SIM
Granja Paraíso		2015/015452	Ernesto Geisel e Gramame	NÃO
Vista das Mangabeiras		2015/123294	Paratibe	NÃO
Girassol III		2015/011334	Mangabeira	NÃO
Casarões	LEI 13.304/2016	2016/025598	Varadouro	SIM
Residencial Vitória	LEI 13.333/2016	2016/081123	João Paulo II	PARCIAL

ZEIS	LEI MUNICIPAL	PROCESSO	BAIRRO	INFRAESTRUTURA
Residencial Canaã		2017/061020	Mumbaba	SIM
Residencial Sul		2017/114487	Costa e Silva	NÃO
Brasília de Palha		2019/037940	Expedicionários e Torre	PARCIAL
Miramar		2019/037940	Miramar	PARCIAL
Vila Tambauzinho		2019/037940	Tambauzinho	PARCIAL

Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PMJP (2021)



- CONVENÇÕES:**
- Aeroportos
 - Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limites de Bairros
 - Limite do Perimetro Urbano
 - Limites Municipais
 - Rodovias
 - Vias Principais
 - Vias
 - Corais Oceano
 - Massa D'água
 - Mata Buraquinho
 - Remanescentes Florestais
 - Zonas Especiais de Interesse Social



REFERÊNCIAS:
 ELABORAÇÃO: URBTEC™ e TECHNUM CONSULTORIA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]
 DATA: setembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:
 0 0,5 1 2 km

Para além das ZEIS acima apresentadas, existem os três assentamentos às margens do Rio Jaguaribe, que compõem o Complexo do Beira Rio (já citado anteriormente), e que também serão transformadas em ZEIS para implantação dos programas de reurbanização.

O Mapa 10, acima, revela uma concentração de ZEIS, mas também é observada a existência de subhabitação de modo pontual, não constituindo compartimentos urbanos. Estabelecido inicialmente pelo Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), no seu Artigo 4º, tal instrumento já era discutido no Plano Diretor de João Pessoa de 1992. O Artigo 57 deste Plano já estabelecia que a política habitacional do município deveria priorizar ações nas Macrozonas Adensáveis Não Prioritária, Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, e, excepcionalmente, nas Zonas Não Adensáveis.

Porém, é partir do Plano Diretor de 2008 que as ZEIS começam a ser implementadas. O Decreto Municipal Nº 6.499, de 20 de março de 2009, que atualiza e compila o Plano de 2008, entende a habitação de interesse social da seguinte maneira (destaques):

[...]

Art. 18. O Poder Executivo poderá outorgar de forma gratuita, para a iniciativa privada e demais agentes promotores, autorização para construir habitação de interesse social com área edificada superior àquela permitida pelo índice básico estabelecido no Art. 10, desta lei.

[...]

Art. 35. O Poder Executivo, para promover a regularização fundiária nas Zonas Especiais de Interesse Social, poderá: I - utilizar a Concessão Real de Uso, quando o assentamento for sobre área pública Municipal, mediante lei específica; II - assegurar a prestação de serviço de assistência jurídica e técnica gratuita à população de baixa renda, para a promoção da Ação de Usucapião Urbano; III - promover as ações discriminatórias cabíveis, quando for o caso.

[...]

Art. 36. Não são passíveis de urbanização e regularização fundiária as favelas, ou assentamentos assemelhados, localizados em áreas de uso público, nos seguintes casos: I - localizados sobre rede principal de água ou esgotos ou sob redes de alta tensão; II - localizados em área que apresente risco à segurança de seus ocupantes, constatado através de laudo técnico de órgão competente; III - localizados

em área destinada à realização de obras de interesse coletivo, sobretudo nas áreas de praças e de equipamentos de uso institucional; IV - existentes há menos de doze meses, contados a partir da publicação desta lei.

[...]

Art. 38. O Poder Executivo deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal, anexo à proposta orçamentária, programa de intervenção nas Zonas Especiais de Interesse Social, com indicação dos recursos correspondentes.

[...]

Art. 57 A. Nos casos dos programas e projetos habitacionais de interesse social poderão ser utilizados os instrumentos do Consórcio Imobiliário, da Operação de Interesse Social, da Concessão de Direito Real de Uso e da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia. Parágrafo Único - A assistência técnica, urbanística, jurídica e social gratuita será prestada pelo Poder Executivo aos indivíduos, entidades, grupos comunitários e movimentos nas áreas de Habitação de Interesse Social, buscando promover a inclusão da população de baixa renda na Cidade.”

Em termos gerais, excluindo as áreas que possuem alguma infraestrutura (conforme Tabela 33, apresentada anteriormente), os resultados do processo de criação de ZEIS ainda não foram capazes de reverter ou minimizar o quadro de segregação socioespacial, mantendo tais áreas, a despeito de sua formalização pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) ou mesmo em lei, ainda carentes de infraestruturas e serviços públicos básicos.

Há demanda por encaminhamentos legais para essas zonas, e de modo geral, desenvolvimento de projetos habitacionais e urbanísticos que possam assimilá-las, de fato, à malha urbana da cidade formal e com infraestrutura e serviços urbanos mínimos.

O município possui atualmente 829ha definidos como ZEIS, frente a 4.582ha de vazios urbanos, que podem ser utilizados para novos empreendimentos. Segundo a SEMHAB, a implantação de ZEIS para promoção habitacional e para regularização fundiária é feita por demanda, a partir das necessidades que se apresentam e da disponibilidade financeira.

Mesmo assim, é necessário analisar as áreas hoje informais, de invasão ou não, com potencial para serem adicionadas como ZEIS. Esse encaminhamento deve resultar

de uma análise integrada, a partir das restrições e potencialidades identificadas no uso do solo municipal e traduzidas na nova legislação de uso do solo.

A constituição de um estoque de terras no município de João Pessoa é dificultada pelo fato de 30% de seu território ser considerado como de área verde, e algumas com restrição: 36 áreas totalizando 3.500ha de remanescentes vegetais, oito áreas totalizando 1.000ha de manguezais, 114 unidades totalizando 1.700ha de áreas degradadas, e 160ha de arborização urbana (Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, 2012).

Se esse fato é um limitante para programas de habitação de interesse social ou mesmo de desenvolvimento imobiliário, o município tem uma confortável média de 47 metros quadrados de área verde por habitante (PMJP, 2021).

Outra limitação é o estoque de terra existente fora do mercado, configurado pelos lotes não ocupados. A ocupação de lotes parcelados e, principalmente, já infraestruturados torna o custo de urbanização mais barato e os sistemas urbanos mais eficientes. Os 45.773 lotes vazios existentes atualmente no município perfazem 25% dos 183.233 lotes totais (Cadastro Municipal PMJP, 2021). O número é muito próximo das famílias inscritas no cadastro habitacional. São 4.582ha em terra à disposição que podem ser trabalhadas pelo Plano Diretor para melhor acomodar a população.

Para o caso de criação de novas ZEIS, algumas regras devem ser observadas, a partir de uma tipologia mínima:

“ZEIS 1: Áreas públicas ou privadas ocupadas por assentamentos precários tais como: favelas e assemelhados, cortiços, loteamentos e conjuntos habitacionais irregulares, habitados por famílias de baixa renda.

ZEIS 2: Áreas, terrenos e imóveis vazios, subutilizados ou não utilizados, adequados para a produção de habitação de interesse social (HIS).” (Brasil, 2009)

Segundo Leite (2011), até 1963, João Pessoa contava com 12 conjuntos habitacionais, todos de pequeno porte e inseridos no interior da malha urbana, sem ainda caracterizarem-se como compartimentos periféricos. A partir desse ano, com a implantação do Anel Rodoviário, do campus universitário da UFPB e do Distrito Industrial, os conjuntos avançam na direção sul. Após 1964, com a ação do então Banco

Nacional de Habitação (BNH), proliferem-se pequenos conjuntos. A partir de finais da década de 1960, novos conjuntos consolidam o crescimento do vetor sudeste da cidade, confirmando assim um modelo periférico de política habitacional social, tal qual em outras cidades brasileiras. Na década de 1970, mais conjuntos foram construídos, porém com falta de infraestruturas e serviços básicos (Cavalcanti, 1999).

O legado dos conjuntos construídos pelo BNH na cidade é de monotonia paisagística, repetitivos e desvinculados da malha urbana, além de uma clara prioridade para atendimento da classe média e superior (Leite, 2011). É deste período o crescimento da favelização no município.

Após o longo vazio deixado pelos anos 1980, nas duas décadas seguintes teve destaque a atuação da Caixa Econômica Federal, com intervenções em áreas diversas, destacando-se Tambaú e Bancários. Posteriormente, a partir do final da década de 1990, tem-se o programa municipal “É para morar”, dirigido para pessoas de baixa renda, o “Habitar Brasil” e o “Morar Melhor”, os quais totalizaram um benefício para mais de 1000 famílias.

Na virada para os anos 2000, o município contou com o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), favorecendo a ocupação e adensamento de bairros Tambauzinho, Estados e Miramar. Em 2006, é criada a Secretaria Municipal de Habitação, a qual seria responsável pelo atendimento de quase 1400 famílias em um único conjunto, o Gervásio Maia, no bairro Gramame (a primeira ZEIS de João Pessoa).

Em termos de déficit habitacional, segundo o Censo de 2010 (o último realizado), o déficit habitacional no município é de quase 14%, concentrando-se entre as famílias com renda abaixo de três salários mínimos, e integralmente na área urbana. Em termos de perfil do déficit, a sua grande parcela diz respeito à coabitação, com pouco mais de 50% do total. Em termos de inadequação domiciliar, também segundo IBGE (2010) e Fundação João Pinheiro (FJP) (2013), o maior problema é a carência de infraestrutura (responsável por quase 30% deste déficit), ou seja, com pelo menos uma carência em termos de água, iluminação, esgoto e/ou coleta de lixo.

Quadro 16: Déficit Habitacional, 2019

Recorte	Total Absoluto	Habitação precária			Coabitação			Ônus excessivo com aluguel
		Domicílios Rústicos	Domicílios Improvisados	Total Hab. Precária	Unidades Famílias Conviventes	Domicílio Comodo	Total Coabitação	
RM João Pessoa	46.937	2.611	7.243	9.854	10.619	2.567	13.186	23.897
João Pessoa	Na falta de um cálculo mais atual por município, pode-se utilizar como referência a situação em 26 de agosto de 2021. O número de famílias inscritas no cadastro da Secretaria de Habitação do município: 45.691.							

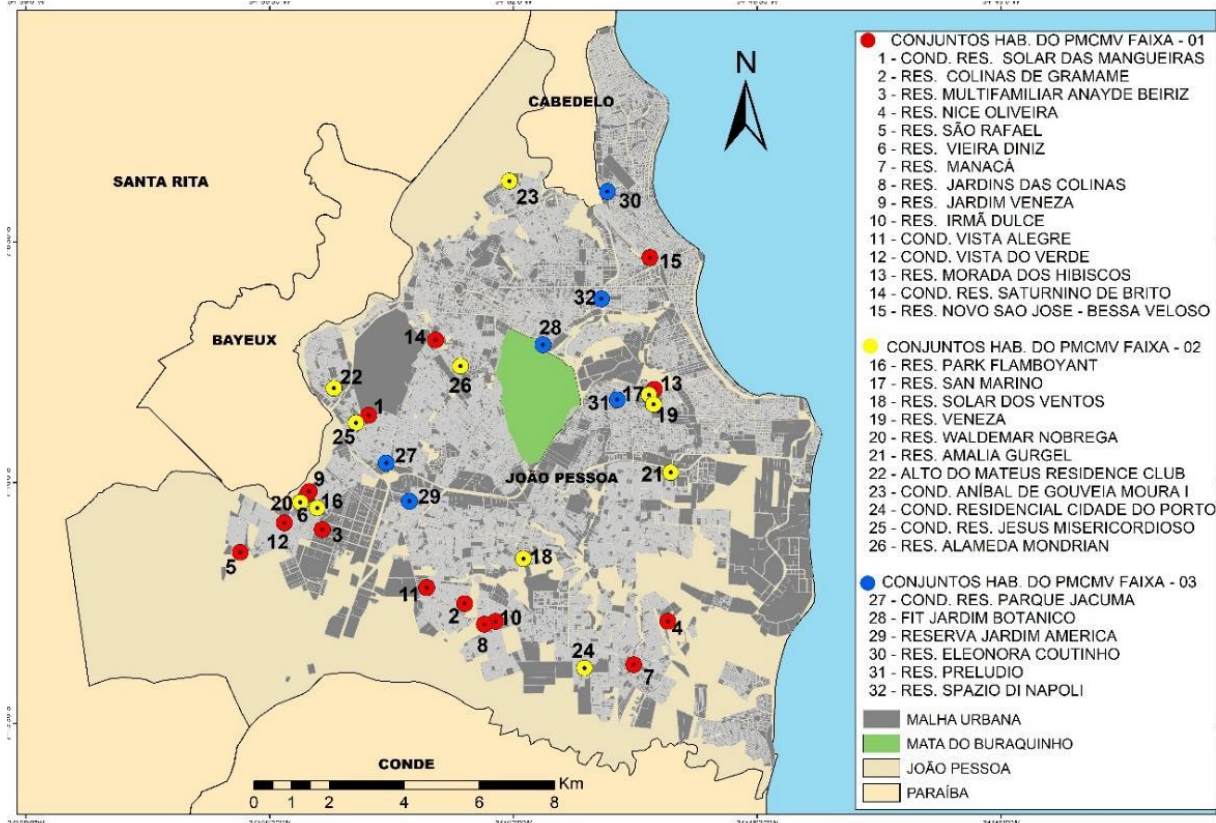
Fonte: FJP (2021), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Vale notar que o total apresentado como famílias inscritas na SEMHAB de João Pessoa pode conter diferenças para mais ou para menos: inscritos são contemplados com moradia por outras fontes, como pela CEHAP, e outros não são contemplados pelo fato de a renda ser superior ao limite máximo de três salários-mínimos. Quanto a esse limite, tem-se exceções em casos como o da área central, onde, por interesses de conservação do patrimônio no setor histórico, ele foi desconsiderado.

Do mesmo modo, as políticas federais de habitação implantadas na última década (Programa Minha Casa Minha Vida e o recém criado Programa Casa Verde e Amarela) oportunizam moradias prioritariamente a famílias que recebem até R\$2.000,00.”

A Figura 102, a seguir, especializa a implantação dos empreendimentos do PMCMV de 2009 a 2016, sendo possível observar a concentração de empreendimentos para famílias de menor renda em áreas mais periféricas, ao sul. De acordo com a Caixa Econômica Federal, até 2018, foram entregues 5.653 unidades para o faixa 1, frente a 33.072 para o faixa 2, e 1.815 para o faixa 3.

Figura 102: Localização dos conjuntos habitacionais do PMCMV em João Pessoa, até 2016



LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PMCMV NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB

Sistema de Coordenadas Geográficas. Datum: SIRGAS 2000.
Fonte de dados: IBGE 2015. Ministério das Cidades 2013/ 2016.
Caixa Econômica Federal 2018, Ano2018.
Elaboração /Execução: Eliane Campos dos Santos

Fonte: Campos dos Santos (2019)

O Plano Diretor em vigor, por sua vez, generaliza a prioridade municipal para famílias com renda de até cinco salários-mínimos. Mas há aqui necessidade em avaliar as prioridades frente ao contexto socioeconômico pós-pandêmico ao rever a linha de corte das políticas municipais de habitação. Em termos de volume da produção de habitação social, pode-se fazer o seguinte resumo por período:

Quadro 17: Período e construção de conjuntos habitacionais na cidade de João Pessoa

Década	Unidades hab. construídas	Conjunto Hab. de destaque	Observações
1960	3.184	Expedicionários	Construído antes da criação da SEMHAB em compartimento que já indicava o crescimento da cidade para leste.
1970	7.100	Castelo Branco (1969), Costa e Silva, Ernesto Geisel	Cada qual em um quadrante da mancha urbana e hoje já incorporados no interior do tecido seu tecido.
1980	Levantamentos indicam 100 mil pessoas, ou seja,	Mangabeira (1983), oito conjuntos ou etapas.	O maior complexo habitacional até hoje.

Década	Unidades hab. construídas	Conjunto Hab. de destaque	Observações
	aproximadamente 25mil moradias		
1990	Sem relevância	-	-
2000		Gervásio Maia (2007)	Localizado no sul do município, reforçando o vetor de crescimento nesta direção
2010-2020	Com exceção de Vista Alegre, todos os demais contam com número de unidades inferior a 2mil, com média de 400 unidades.	Vista Alegre (em construção, com 2.016 unidades), Irmã Dulce (1.036 unidades)	Os destaques são aqueles do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Fonte: Leite (2021), adaptado pelo Consórcio PDMJP (2021)

No Plano Diretor em vigor, há duas diretrizes específicas para a questão habitacional, que é a referente a políticas e à ocupação de áreas de interesse social, porém ainda de modo mais genérico.

Em 2013 foi elaborado o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de João Pessoa. Resumidamente, o Plano propõe o transcrito no Quadro 18, a seguir. Atualizando-se tais diretrizes, avançou-se na análise daquelas que foram e daquelas que não foram encaminhadas.

Quadro 18: Programas do PLHIS de João Pessoa

Programas propostos em 2013	Subprogramas propostos em 2013	Avaliação em 2021
Suporte Institucional	Implementação do Fundo Municipal de Fomento à Habitação e seu Conselho Municipal de Habitação e de Desenvolvimento Social.	O Fundo Municipal de Habitação existe, porém está inativo, ou seja, não conta com recursos. O Conselho, também inativo, foi criado por Decreto, estando no momento dependendo de Lei.
	Fortalecimento do órgão gestor da Política Municipal de Habitação.	O órgão corresponde à própria SEMHAB. Não é possível identificar questões claras de avanço institucional. O PMCMV colaborou para dinamizar a atuação da Secretaria, que depende de recursos não programados para sua atuação.
	Criação do Sistema Municipal de Informações Habitacionais.	O cadastro é uma evolução, mas ainda há outros avanços a serem realizados, como a proposta de se poder fazer a inscrição online. Utilizam informações da SEPLAN e do geoprocessamento da própria SEMHAB para um banco de terras. A SEPLAN faz esse controle de informações. É possível dizer que existe um banco de terras, sob coordenação da SEPLAN.
	Formação de Estoques de Terras.	Há um estoque de terras, sempre sob o controle de informações da SEPLAN. E há um volume que atenderia a uma situação, caso tenha-se recursos para obras.

Programas propostos em 2013	Subprogramas propostos em 2013	Avaliação em 2021
	Criação de Novas ZEIS.	De 2013 para agora, muitas ZEIS foram criadas. Atualmente essa demanda é menor. O estoque de ZEIS atual é suficiente para responder à capacidade de resposta SEMHAB.
	Regulamentação de ZEIS.	Em parte, todas aprovadas em Conselho, mas ainda algumas carentes de lei.
Provisão Habitacional	Relocação Emergencial (transitória) e Provisão de Unidades para Famílias em Áreas de Risco e Preservação Permanente.	Há o Aluguel Social no caso de situações emergenciais. Há também realocações Emergenciais, pontuais. De 2013 (data do PLHIS) para 2021, duas áreas, apenas, podem ser consideradas de risco e já em trabalho: São José (alagamentos) e Saturnino de Brito.
	Provisão de Novas Unidades.	É destaque o Programa federal Casa Verde e Amarela, que atenderá ao Grupo 01 e que ora se encontra em andamento. A Prefeitura lançou recentemente isenção de ITBI e IPTU para primeira moradia para famílias com renda mensal de até 02 SM.
	Provisão de Unidades de Habitação de Interesse Social no Centro Histórico.	Já houve uma ação inicial, pequena, e com projeto de expansão, em parceria com a Superintendência de Patrimônio da União. A Prefeitura Municipal adquiriu e tem perspectiva de adquirir imóveis com expectativa de implantação do programa.
Urbanização e Requalificação Urbana	Urbanização de Assentamentos Precários.	Vide acima. Havia previsão para o Complexo Linha Férrea, mas que não foi contemplada na versão final do Programa João Pessoa Sustentável. Entretanto, a Comunidade do S (vizinha ao Lixão do Roger) está sendo contemplada dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Também com recursos residuais do PAC serão contemplados: Maria de Nazaré (em obra, com infraestrutura e urbanismo, e reorganização de casas com estruturas abaladas) e Saturnino de Brito.
	Recuperação e Manutenção dos Empreendimentos Municipais de Habitação de Interesse Social (HIS).	Houve reforma de quatro empreendimentos habitacionais. A Caixa Econômica Federal dá garantia de reforma e recuperação dos empreendimentos em caso de vício construtivo.
	Acompanhamento Pós-Ocupação.	Há acompanhamento, realizado pela equipe do trabalho técnico-social da SEMHAB, no mínimo, até um ano após entregue a obra.
	Regularização Fundiária.	Esta é uma atividade corrente da SEMHAB. Há uma diretoria específica para as regularizações fundiárias. A previsão é ter mais de 3 mil títulos entregues, ou seja, que estão sendo trabalhados.
	Legislação de apoio.	Há necessidade de se rever a legislação hoje disponível para as ZEIS já criadas. Há propostas de flexibilização no uso e ocupação de conjuntos habitacionais, como não exigência de elevador para edificações até cinco pavimentos e de estacionamento.

Fonte: PLHIS (2013), adaptado pelo Consórcio PDMJP (2021)

8 MOBILIDADE (URBANA, RURAL E REGIONAL)

8.1 PRINCIPAIS ACESSOS AO MUNICÍPIO

Os principais acessos a João Pessoa, a partir dos municípios vizinhos acontecem pelas rodovias: BR-230, a partir de Cabedelo, ao norte; BR-101, a partir de Santa Rita e Bayeux, a oeste, e Conde, ao sul, o qual tem acesso a João Pessoa também pela PB-008.

Cabedelo, Bayeux e Santa Rita ainda podem acessar João Pessoa pelo Sistema de Trens Urbanos da Capital Paraibana. Porém, este sistema não possui nenhum sistema de integração com outros modais do município.

O fluxo vindo de Campina Grande também tem acesso a João Pessoa pela BR- 230 a qual, por sua vez, se conecta à BR-101, sentido norte, possibilitando acesso a partir de Natal, no Rio Grande do Norte. A BR-101, por sua vez permite a chegada do fluxo advindo de Recife, em Pernambuco. O acesso a partir de Pernambuco pode ainda ser realizado pela PB-008, a qual vai margeando a costa do Estado até acessar João Pessoa.

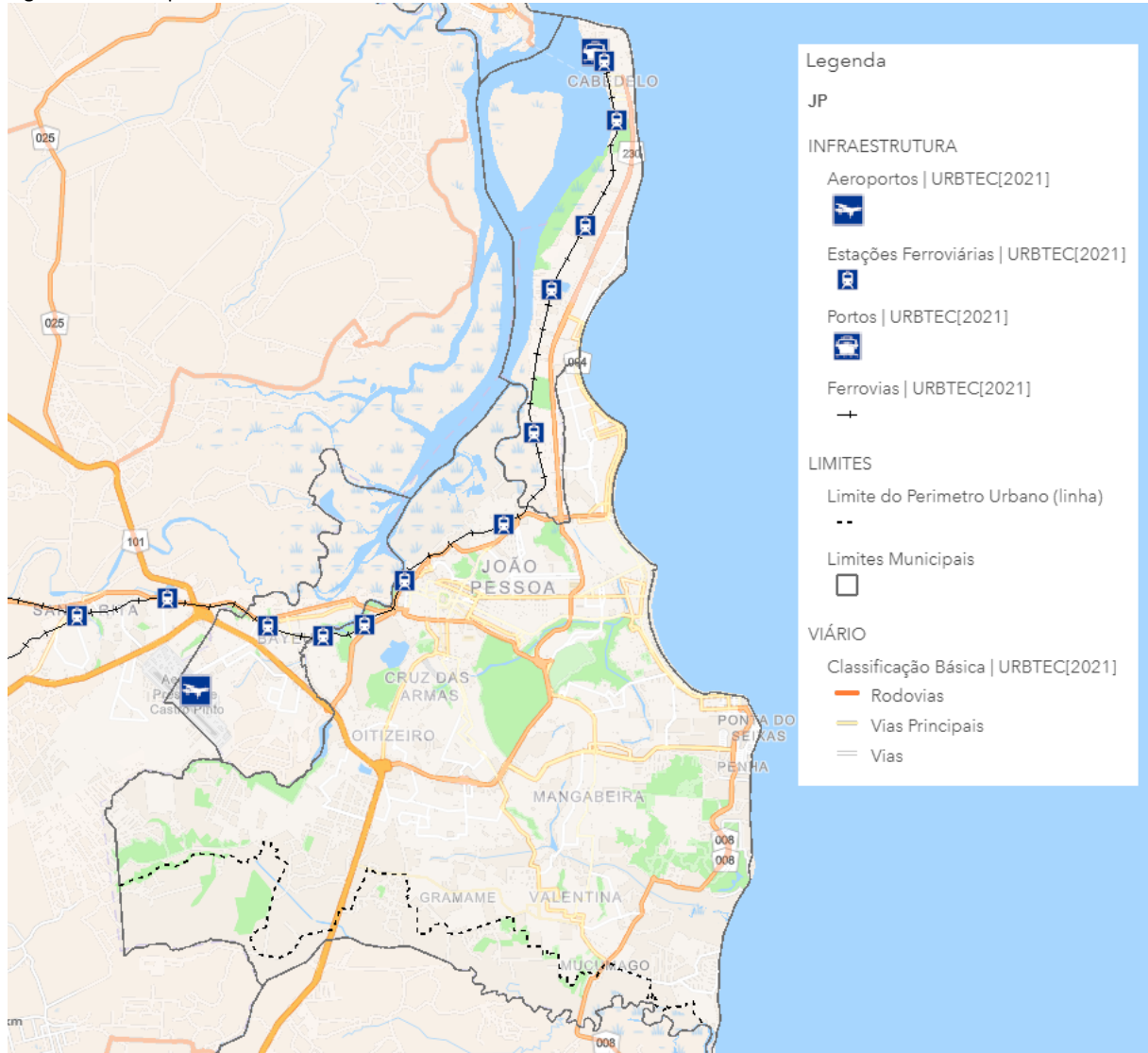
Já o Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto encontra-se localizado no município vizinho de Santa Rita⁴³, a 12 km do centro de João Pessoa. Atualmente os voos ofertados tem destino ou origem em Brasília, Recife, São Paulo e Salvador. Segundo a AENA Brasil, Gestora do Aeroporto, o mesmo tem capacidade para receber 2,3 milhões de passageiros/ano e recebeu 1.315.767 de passageiros em 2019. O acesso ao aeroporto, a partir de João Pessoa fica dificultado pela falta de transporte público direto entre a área central do município e o aeroporto. Desta forma o usuário necessita se deslocar para o município vizinho, e uma vez lá, realizar um segundo deslocamento para então acessar o aeroporto.

Em termos de deslocamento metropolitano, a região conta com um sistema de balsas que faz a conexão Cabedelo/Santa Rita e Cabedelo/Lucena.

Esses acessos estão indicados na Figura 103.

⁴³ Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/stf-decide-que-aeroporto-castro-pinto-pertence-apenas-a-santa-rita/> - acessado em 07 de outubro de 2021.

Figura 103: Principais acessos de João Pessoa

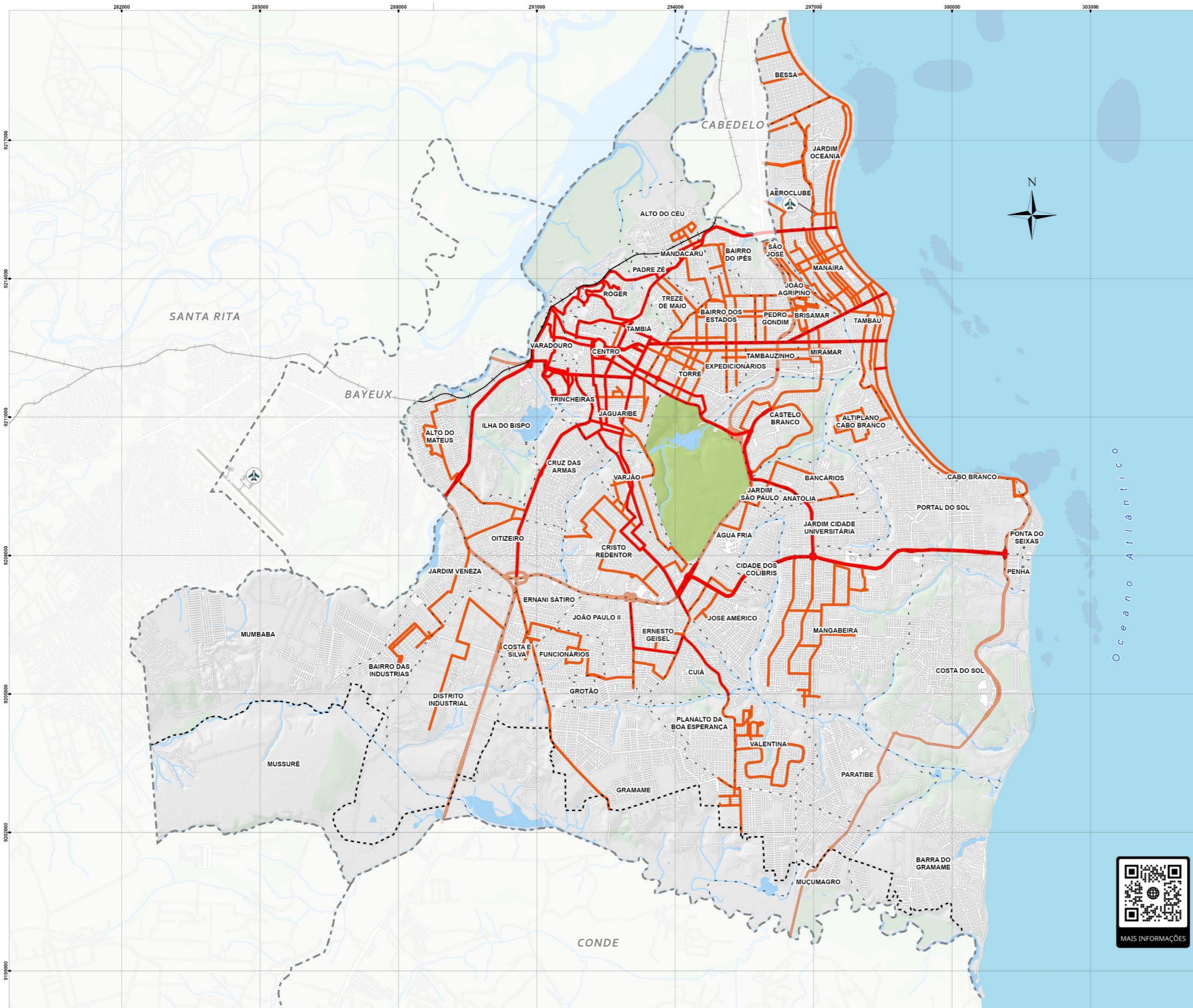


Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

8.2 SISTEMA DE MOBILIDADE INTRAURBANO

A hierarquia viária de João Pessoa é composta por: Via Arterial, Via Coletora, Via Expressa e Via Local, com destaque para as vias arteriais Av. Hilton Souto Maior, Av. Senador Ruy Carneiro, Av. Pres. Epitácio Pessoa, Av. Pedro II, Av. Tancredo Neves, Av. 2 de Fevereiro, Acesso Oeste, Av. Cruz das Armas e Av. Ministro José Américo de Almeida (Beira Rio).

O Mapa 11, a seguir, representa a hierarquização viária no Município de João Pessoa.



CONVENÇÕES:

- Aeroportos
 - Ferrovias
 - Limites Municipais
 - Limites de Bairros
 - Limite do Perímetro Urbano
 - Hidrografia
 - Corais Oceano
 - Massa D'água
 - Mata Buraquinho
 - Remanescentes Florestais
- Hierarquia Viária**
- Via Arterial
 - Via Coletora
 - Via Expressa
 - Via Local



REFERÊNCIAS:

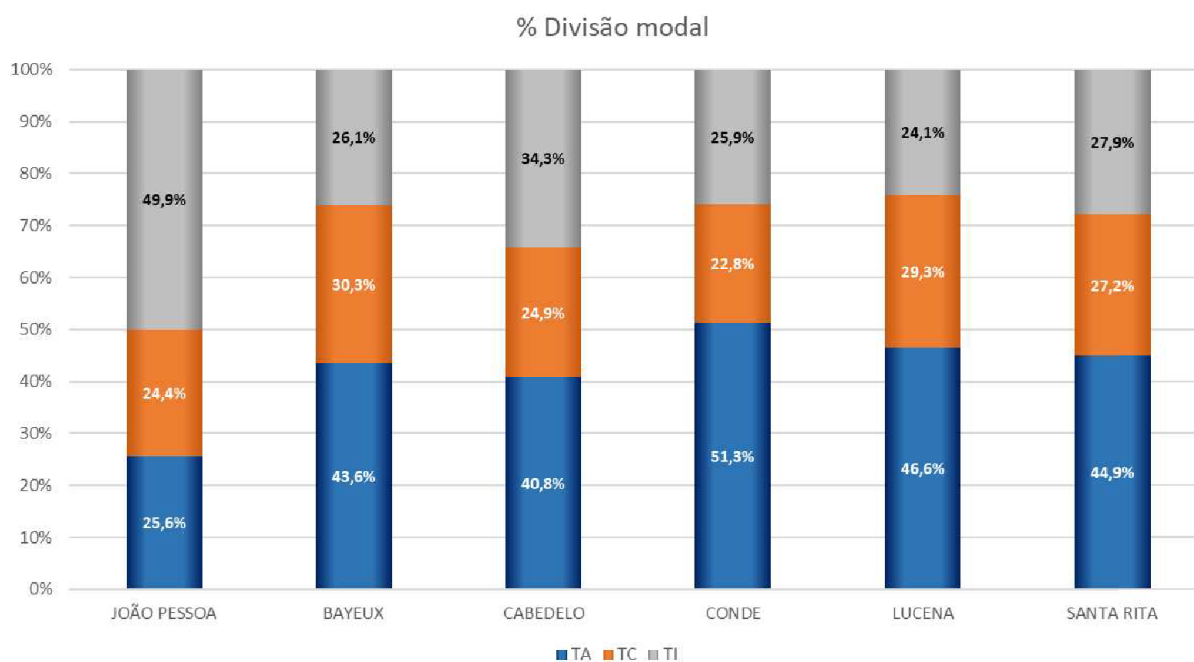
ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: outubro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



Sobre as escolhas de modais por parte da população, o gráfico abaixo, parte integrante do Plano de Mobilidade Urbana de João Pessoa (Planmob, 2020), mostra o destaque de João Pessoa no uso do transporte individual em detrimento do transporte coletivo e dos modais ativos, chegando a representar sozinho (49,9%), o equivalente aos demais somados (transporte coletivo 24,4% e modais ativos 25,6%).

Figura 104: Divisão modal nos Municípios da RMJP

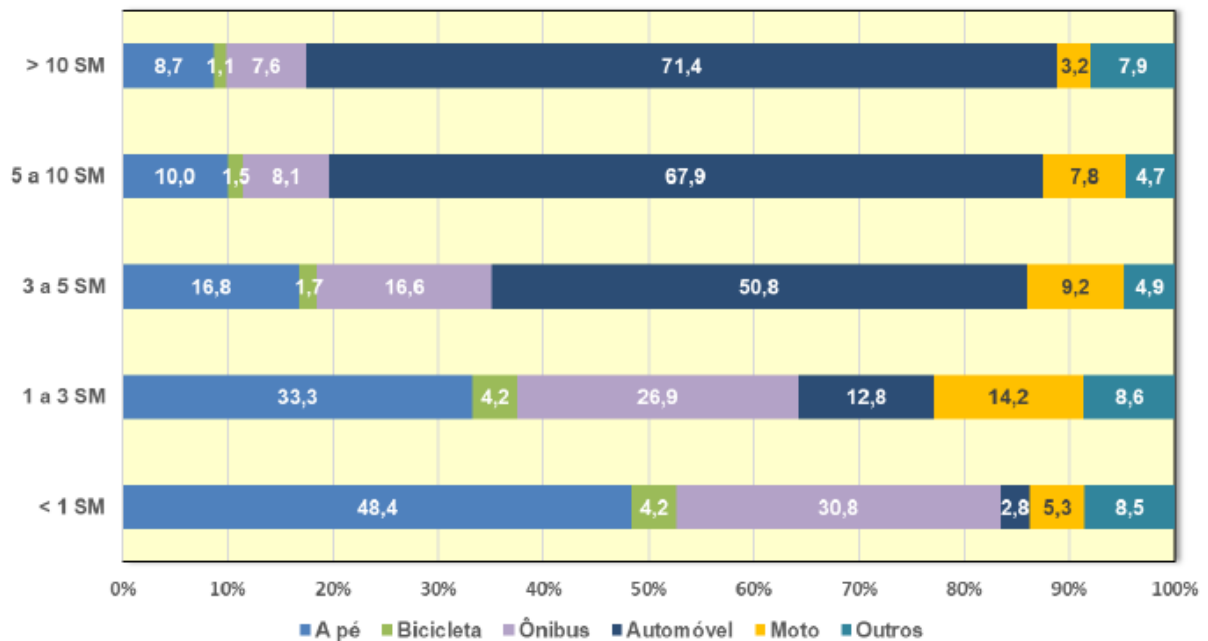


Fonte: Planmob (2020)

Quanto a relação entre modo de transporte e renda, merece destaque o intenso uso do automóvel na faixa de renda acima de cinco salários mínimos, indicando que se faz necessária uma urgente revitalização do sistema de transporte coletivo e qualificação das estruturas para caminhabilidade e ciclomobilidade, buscando incentivar a mudança de hábitos nos deslocamentos da população e tornando as alternativas ao transporte individual atrativas, seguras e competitivas.

Estas ações podem ser somadas a campanhas de conscientização da comunidade em geral e medidas restritivas para circulação e estacionamento de automóveis em determinadas áreas da cidade. Destaca-se que estas ações, principalmente as voltadas às melhorias das estruturas dos modais ativos, beneficiariam enormemente a população que já os utiliza, ofertando maior conforto e segurança. Essa relação entre o modal de transporte utilizado e a renda pode ser observada na Figura 105, abaixo.

Figura 105: Viagens por faixa de renda e modo de transporte



Fonte: Planmob (2020)

8.3 MODAIS ATIVOS

Para melhor compreensão da situação atual do município de João Pessoa no que diz respeito aos modais ativos, buscou-se identificar o motivo de atratividade de cada uma das áreas que se destacam para os modais a pé e de bicicleta, para em seguida analisar as condições de deslocamentos destes modais e possíveis demandas de infraestrutura de mobilidade.

8.3.1 CAMINHABILIDADE

O caminhar dinamiza a cidade, colaborando com a existência de ambientes urbanos seguros e atrativos. É também um modal socialmente justo, reflete positivamente sobre a saúde e bem estar da população, além de não causar prejuízos ao meio ambiente. Mas para que o caminhar seja uma opção real são necessárias ações voltadas à infraestrutura de caminhabilidade bem como campanhas de incentivo às comunidades.

O Estatuto do Pedestre de João Pessoa (Lei Nº 11.101/2007) define como pedestre: “todo aquele que utiliza as vias, passeios, calçadas e praças públicas a pé, de

carrinho de bebê ou em cadeira de rodas, ficando o ciclista desmontado e empurrando a bicicleta equiparado ao pedestre em direitos e deveres.”

E também determina que:

“Todos os pedestres tem o direito à paisagem livre da intrusão visual, ao meio-ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável da cidade, ao direito de ir e vir, de circular livremente, a pé, com carrinhos de bebê ou em cadeiras de rodas, nas travessias de vias, passeios, calçadas e praças públicas, sem obstáculos e constrangimentos de qualquer natureza, sendo-lhes assegurada mobilidade, acessibilidade, conforto e segurança, protegendo, especialmente, as pessoas portadoras de deficiência e aquelas da terceira idade.”.

A Lei assegura aos pedestres de João Pessoa todas as condições necessárias à boa circulação, como calçadas acessíveis, limpas e seguras e ainda programas de educação para a população, com capítulo específico sobre pessoas portadoras de deficiência. Além dos direitos, os pedestres tem seus deveres elencados pela Lei, com previsão de advertência e multa para infratores.

Cabe ao proprietário dos lotes a responsabilidade de execução e manutenção das calçadas, de acordo com as regras estabelecidas. Da mesma forma, as concessionárias de serviços públicos devem respeitar as condições adequadas na implantação de equipamentos e mobiliários, inclusive com previsão de multa em caso de descumprimento.

Segundo o Planmob (2020), com base na pesquisa Origem Destino (OD) realizada em 2018 alguns bairros se configuram como principais destinos de quem circula a pé em João Pessoa (período da manhã). Os bairros Centro, Manaíra, Bancários, José Américo, Valentina e Distrito Industrial são os destaques para circulação a pé, sendo que estas áreas se caracterizam por terem papel de centralidades e/ou áreas de concentração de comércio.

Alguns fatores impactam diretamente nas condições de caminhabilidade e, portanto, na escolha pelo modal a pé, como as condições de manutenção, conforto e segurança das calçadas e travessias, agradabilidade pela existência de vegetação e áreas

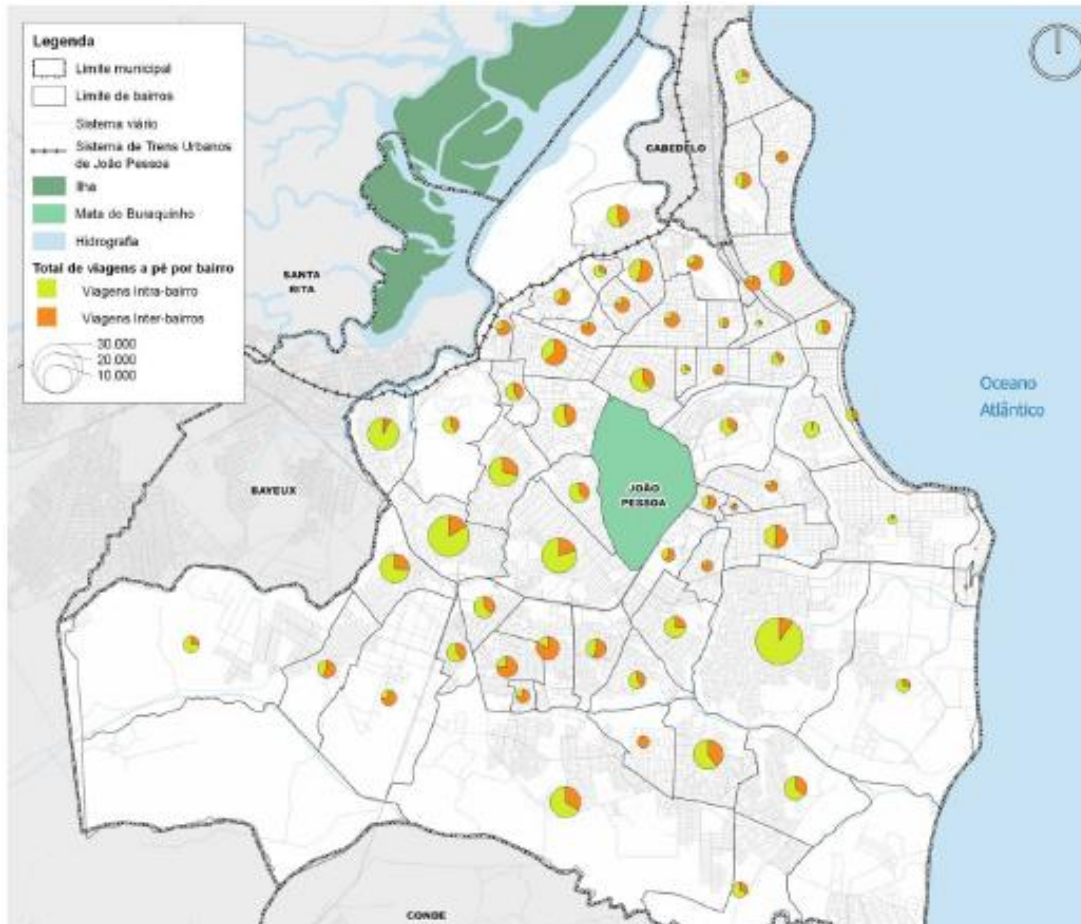
de cobertura, iluminação pública, existência de mobiliário urbano, fachadas vivas, fácil conectividade com outros modais, dentre outras.

Grande parte dos deslocamentos a pé é realizada nos bairros, na área central e nas proximidades de equipamentos urbanos, justamente pelas pessoas que precisam das melhores condições para caminhabilidade, como idosos, crianças, mães com carrinhos de bebê ou crianças no colo.

No que diz respeito à condição das calçadas de João Pessoa, de forma geral, foi possível observar que existem diversas deficiências no município e que serão ilustradas na sequência deste Capítulo.

Uma vez compatibilizadas as informações constantes na Figura 106 e na Figura 107, a primeira mostrando as viagens intra e interbairros, e a segunda mostrando o maior deslocamento a pé por motivo de estudo (36%), é possível perceber que os bairros que recebem pedestres são justamente os que concentram oferta de comércio e serviços (como a região central), oferta de trabalho (como o Distrito Industrial) e ao longo da orla também por comércio/trabalho/lazer/turismo.

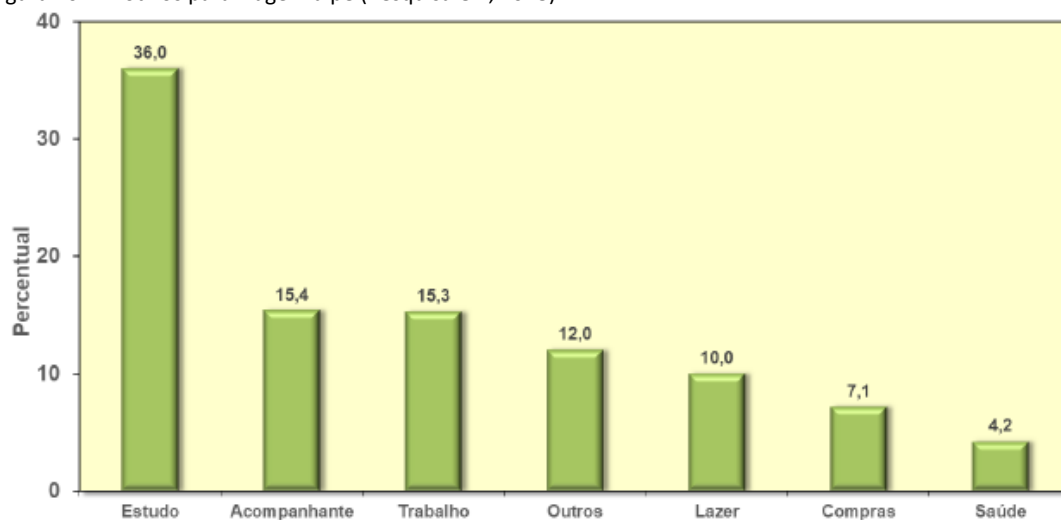
Figura 106: Características dos deslocamentos em João Pessoa: total de viagens a pé por bairro



Fonte: Planmob (2020)

Já os deslocamentos intrabairro podem representar mais intensamente os deslocamentos para estudo, sendo este objetivo responsável por 36% dos movimentos realizado a pé como mostra o gráfico abaixo.

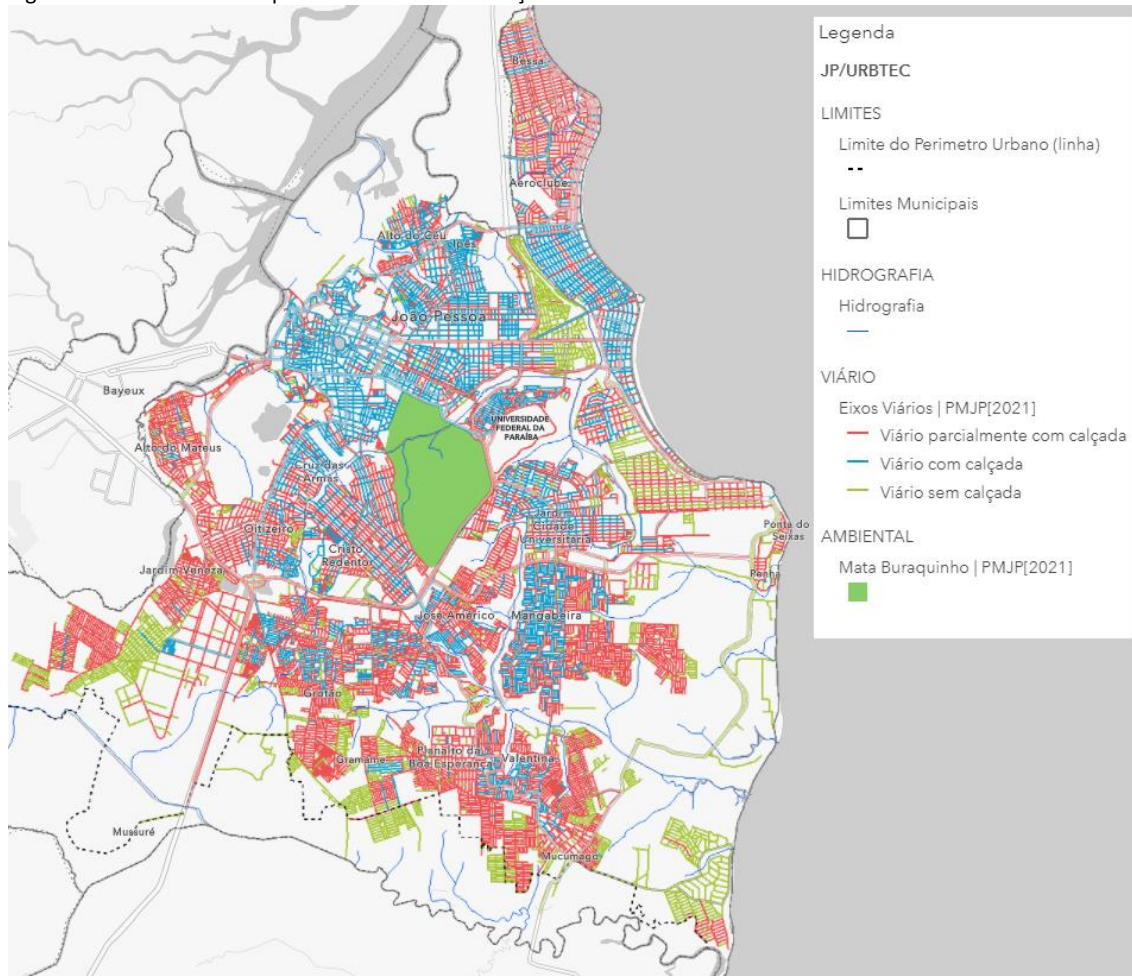
Figura 107: Motivos para viagem a pé (Pesquisa OD, 2018)



Fonte: Planmob (2020)

Quando analisada a existência de calçadas no município de João Pessoa, condição primária para a caminhabilidade, o mapa apresentado na Figura 108 mostra que a área do município que não conta com esta infraestrutura ou conta apenas parcialmente é maior do que a que possui calçadas, estando estas concentradas em vias de áreas específicas da cidade.

Figura 108: Sistema viário quanto a existência de calçada



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PMJP (2021)

A qualificação das estruturas voltadas aos modais ativos permite o acesso amplo e democrático à população, independente da condição socioeconômica. A caminhabilidade depende da existência e do correto dimensionamento da infraestrutura, das condições de manutenção, da inexistência de barreiras, da segurança ofertada e também da agradabilidade, sendo o caminhar uma opção atrativa e segura para a população.

Todas estas questões estão atreladas às políticas e gestão específicas de mobilidade bem como às de uso do solo, uma vez que os usos atribuídos aos lotes podem influenciar na percepção de segurança da população, como locais com mais ou menos movimento de pedestres em diferentes horas do dia, resultado da atratividade e período de atividade destes usos, necessitando portanto, compatibilização entre as mesmas.

As imagens apresentadas na sequência têm por objetivo ilustrar alguns dos problemas encontrados em João Pessoa, no que diz respeito à caminhabilidade, como falta do calçamento em si, falta de acessibilidade universal, dimensões inadequadas, existência de barreiras como postes de iluminação pública e lixeiras, por exemplo, bem como existência de estacionamento na frente do lote ou perpendicular a via.

Figura 109: Av. Maximiano Figueiredo



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Estreitamento da faixa de pedestres interrompida por calçada degradada, não oferecendo segurança durante a travessia.

Figura 110: Av. Maximiano Figueiredo com a Av. Duarte da Silveira



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Falta de sinalização vertical de ordenamento dos diferentes fluxos no cruzamento e rampa apenas em um dos sentidos da esquina.

Figura 111: Av. Maximiano Figueiredo



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Falta de manutenção no calçamento do canteiro central.

Figura 112: Av. Maximiano Figueiredo com a Av. Duarte da Silveira



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Rampa na diagonal do cruzamento, não atendendo adequadamente nenhum dos dois sentidos das faixas de segurança existentes e tampa de bueiro na rampa.

Figura 113: Av. Maximiano Figueiredo com a Av. Duarte da Silveira



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Desnível de 30 cm entre rampa e via.

Figura 114: Ladeira da Borborema



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Acessibilidade totalmente comprometida pela falta de largura adequada da calçada, poste como barreira e sem rampa na esquina.

Figura 115: Rua da Areia



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Largura inadequada da calçada, poste como barreira, falta de calçada em trechos da rua.

Figura 116: Rua da Areia



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Largura inadequada da calçada, poste como barreira e falta de calçada em trechos da rua.

Figura 117: Rua da Areia com a Ladeira da Borborema



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Falta de rampas nas esquinas.

Figura 118: Ladeira da Borborema



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Calçada inexistente de um lado da via e inadequada no outro lado (largura inadequada, poste como barreira).

Figura 119: Ladeira da Borborema (Igreja Nossa Senhora das Neves)



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Total falta de acessibilidade nos dois lados da via.

Figura 120: Av. João Maurício (Orla do Bairro Manaíra)



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Falta de rampa ao final da faixa de travessia e falta de sinalização vertical na via e ciclovia para dar preferência e segurança ao pedestre.

Figura 121: Av. João Maurício com a R. Jacinto Dantas



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Falta de rampa de acesso, falta de sinalização na travessia da via principal e correto local de chegada após a travessia.

Figura 122: R. Jacinto Dantas com a Av. João Maurício



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Falta de manutenção e largura da calçada insuficiente. Poste como barreira.

Figura 123: Rua Padre Antônio Diogo Feijó - Alto do Céu



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Nível da calçada variando com o lote gerando degraus e largura insuficiente.

Figura 124: Rua Padre Antônio Diogo Feijó



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Calçada totalmente obstruída.

Figura 125: Av. Presidente Getúlio Vargas



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Estacionamento perpendicular a calçada gerando risco ao pedestre.

Figura 126: Av. Dom Pedro II



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Calçadas obstruídas e degradadas e estacionamento perpendicular à rua.

Figura 127: Av. Dom Pedro II (Rampa em frente a R. Maria de Fátima U. Araújo)



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Falta de compatibilização entre rampa e faixa de travessia, chegada em local inadequado, grande desnível entre via e calçada e falta de rampa.

8.3.2 SISTEMA CICLOVIÁRIO

João Pessoa não conta com um Sistema Cicloviário resultante de planejamento específico, como consequência o município apresenta apenas trechos dispersos e desconectados (71,5 Km – Plano de Mobilidade Urbana, 2020), sem nenhuma estrutura que possibilite integração com o transporte público, como paraciclos próximos aos terminais ou a possibilidade de transportar a bicicleta dentro do ônibus ou trem. Também não existem estruturas voltadas ao uso de bicicletas próximo aos Polos Geradores de Viagens, equipamentos públicos e outras estruturas de uso da população.

Parte das ciclovias e ciclofaixas existentes atualmente localizam-se em bairros residenciais, zonas de serviços e comerciais, acompanham vias urbanas importantes como as Av. Hilton Souto Maior e Av. Senador Ruy Carneiro, margeiam o litoral, entre o limite com Cabedelo, ao norte, e Penha ao sul, contornam o Jardim Botânico e a Universidade Federal (proposta). Muitas destas são unidirecionais e não contam com iluminação e sinalização adequada.

Os principais destinos dos usuários deste modal (segundo Pesquisa OD 2018 do Planmob, 2020) são os bairros Bessa, Aeroclube, Manaíra, o conjunto Mangabeira, Valentina, José Américo e Água Fria, bem como a região que engloba os bairros Centro, Jaguaribe, Torre, Tambiá, Treze de Maio, Bairro dos Ipês, Bairro dos Estados, Pedro Gondim e Distrito Industrial, apesar de muitos destes não contarem com ciclovias ou ciclofaixas.

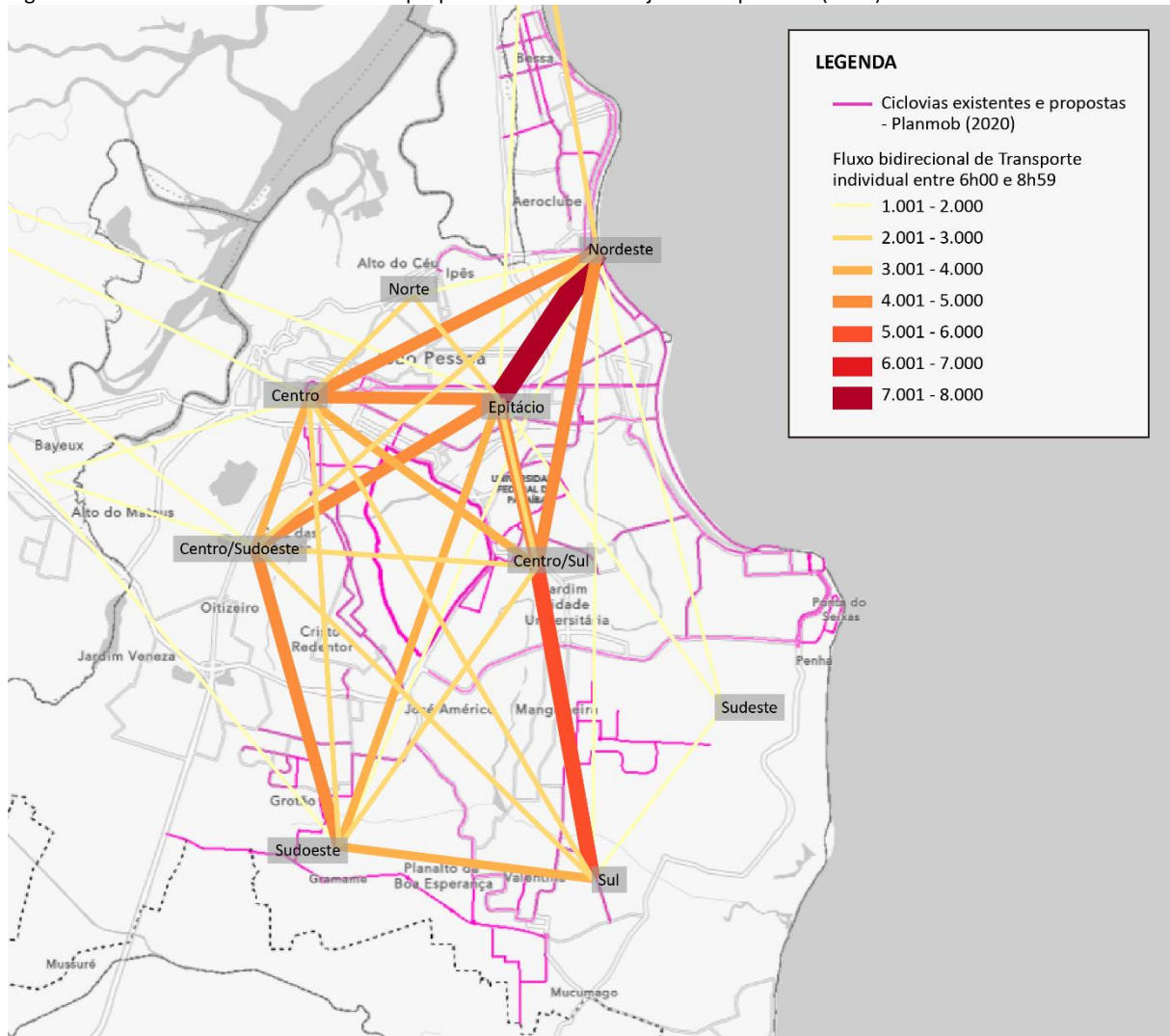
Sobrepondo-se as principais linhas de desejo para circulação por bicicleta (representadas em barras), identificadas na Pesquisa OD do Planmob (2020), ao sistema cicloviário existente (conforme indicado na Figura 128) e proposto, é possível perceber que a infraestrutura para este modal precisa ser complementada e/ou ampliada.

A concentração de fluxos tanto para a macrozona Nordeste quanto para o centro, no horário analisado, compatível com deslocamento para trabalho e considerando ainda que o fluxo de lazer e turismo tem estas mesmas duas áreas com grandes atrativos, reforça a necessidade de estruturação de uma rede cicloviária que se constitua como real alternativa de deslocamento.

O adequado planejamento e implantação de infraestrutura para o modal cicloviário possibilitaria melhores condições não só para o usuário em si, mas também

reflexos positivos para a população em geral, uma vez que poderia contribuir para minimizar problemas de engarrafamentos, uma vez que as conexões entre diferentes setores da cidade de João Pessoa possuem vários gargalos, sendo as opções limitadas a poucas vias, bem como impacto positivo nas questões de estacionamento e poluição ambiental.

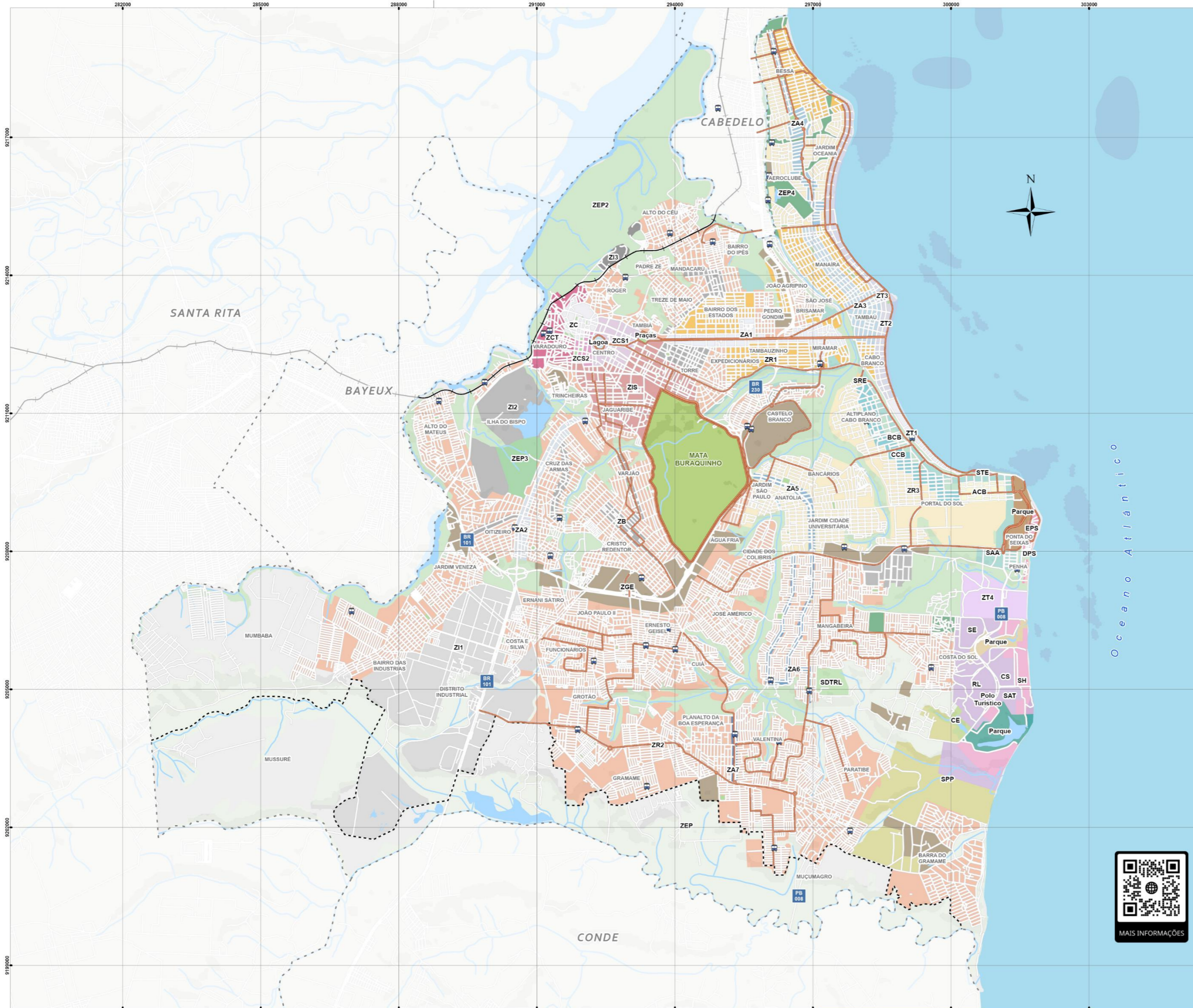
Figura 128: Sistema ciclovitário existente e proposto e linhas de desejo da Pesquisa OD (2018)



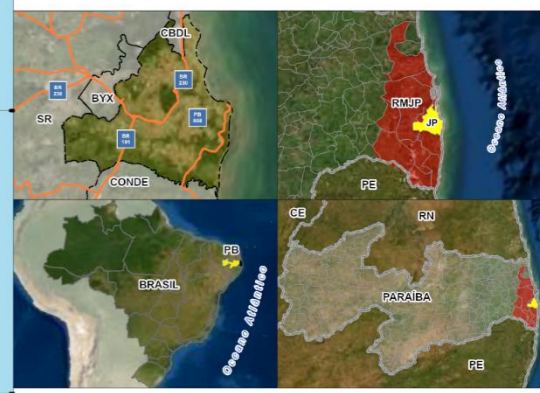
Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da Pesquisa OD (2018)

O Mapa 12, abaixo, mostra que apesar da proximidade de partes do sistema ciclovitário com os terminais de ônibus e ferroviários, o fato de não existir um Plano Ciclovitário impacta também na possibilidade de integração intermodal, o que beneficiaria a população, tanto em termos de opção de deslocamentos quanto em redução dos custos destes.

Também poderia trazer outros benefícios conhecidos como redução da poluição e melhoria da condição de saúde da população pela prática de exercícios, bem como se constituir em uma opção segura de lazer e/ou deslocamento para trabalho e lazer.



- ### CONVENÇÕES:
- Terminais de Ônibus
 - Ciclovias
 - Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limite do Perímetro Urbano
 - Limites Municipais
 - Malha Viária
 - Corais Oceano
 - Massa D'água
 - Mata Burauquinho
 - ZC, Zona Comercial Central
 - ZCS1, Zona Comércio e Serviços 1
 - ZCS2, Zona Comércio e Serviços 2
 - ZCT, Zona Comercial de Terminal
 - ZEP, Zona Especial de Preservação Natural
 - ZEP2, Zona Especial de Preservação 2
 - ZEP3, Zona Especial de Preservação 3
 - ZEP4, Zona Especial de Preservação 4
 - ZGE, Zona de Grandes Equipamentos
 - ZI1, Zona Industrial 1
 - ZI2, Zona Industrial 2
 - ZI3, Zona Industrial 3
 - ZIS, Zona Institucional e de Serviços
 - ZR1, Zona Residencial 1
 - ZR2, Zona Residencial 2
 - ZR3, Zona Residencial 3
 - ZT1, Zona Turística 1
 - ZT2, Zona Turística 2
 - ZT3, Zona Turística 3
 - ZT4, Zona Turística 4
 - ACB, Zona A Cabo Branco
 - BCB, Zona B Cabo Branco
 - CCB, Zona C Cabo Branco
 - CE, Corredor ecológico
 - CS, Comércio e Serviços
 - DPS, Zona D Praia do Seixas
 - EPS, Zona E Praia do Seixas
 - Lagoa, Lagoa - Parque Solon de Lucena
 - Parque, Parque Cabo Branco
 - Parque, Parque Estadual de Jacarapé
 - Parque, Parque Estadual do Aratu
 - Polo Turístico, Polo Turístico
 - Praças, Praças
 - RL, Reserva Legal
 - SAA, Setor de Amenização Ambiental
 - SAT, Setor de Animação Turística
 - SDTRL, SDTRL
 - SE, Setor de Eventos
 - SH, Setor Hoteleiro
 - SPP, SPP
 - SRE, Setor Residencial Especial
 - STE, Setor Turístico Especial
 - ZA1, Zona Axial 1
 - ZA2, Zona Axial 2
 - ZA3, Zona Axial 3
 - ZA4, Zona Axial 4
 - ZA5, Zona Axial 5
 - ZA6, Zona Axial 6
 - ZA7, Zona Axial 7
 - ZB, Zona de Bairro

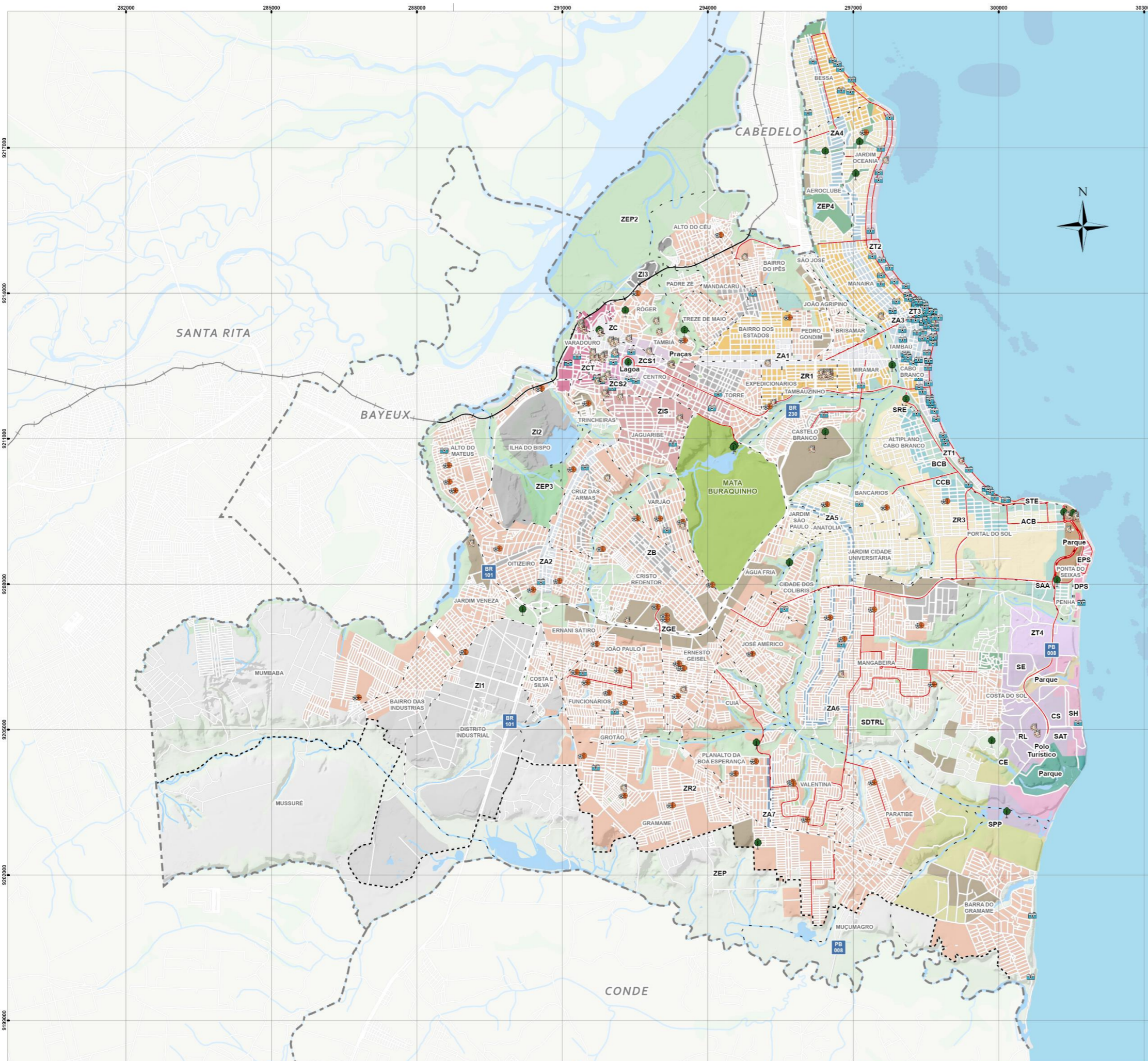


REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: URBTEC™ e TECHNUM CONSULTORIA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

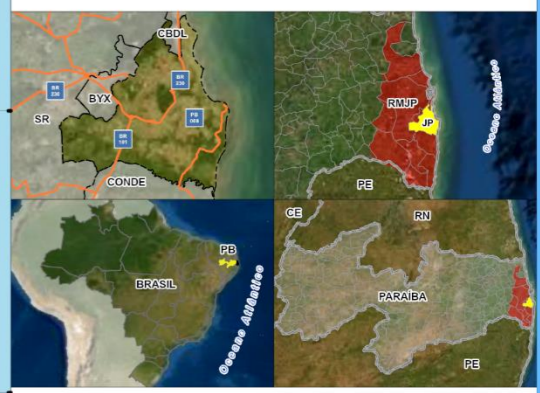
DATA: julho de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:

Considerada a relação entre a infraestrutura cicloviária atual e implantações previstas com a oferta de lazer/cultura/esportes/turismo de João Pessoa, é possível observar que a falta de planejamento cicloviário reflete negativamente no dia a dia da população do município que, de forma geral, não pode contar toda com este modal para acesso a estas estruturas, conforme ilustra o Mapa 13.



CONVENÇÕES:

- Equipamentos de Cultura
- Equipamentos de Esportes
- Equipamentos de Turismo
- Parques
- Ciclovias
- Ferrovias
- Hidrografia
- Limites de Bairros
- Limite do Perímetro Urbano
- Limites Municipais
- Malha Viária
- Corais Oceano
- Massa D'água
- Mata Buraquinho
- Remanescentes Florestais
- SDTRL,SDTRL
- SE,Setor de Eventos
- SH,Setor Hoteleiro
- SPP,SPP
- SRE,Setor Residencial Especial
- STE,Setor Turístico Especial
- ZA1,Zona Axial 1
- ZA2,Zona Axial 2
- ZA3,Zona Axial 3
- ZA4,Zona Axial 4
- ZA5,Zona Axial 5
- ZA6,Zona Axial 6
- ZA7,Zona Axial 7
- ZB,Zona de Bairro
- ZC,Zona Comercial Central
- ZCS1,Zona Comércio e Serviços 1
- ZCS2,Zona Comércio e Serviços 2
- ZCT,Zona Comercial de Terminal
- ZEP,Zona Especial de Preservação Natural
- ZEP2,Zona Especial de Preservação 2
- ZEP3,Zona Especial de Preservação 3
- ZEP4,Zona Especial de Preservação 4
- ZGE,Zona de Grandes Equipamentos
- ZI1,Zona Industrial 1
- ZI2,Zona Industrial 2
- ZI3,Zona Industrial 3
- ZIS,Zona Institucional e de Serviços
- ZR1,Zona Residencial 1
- ZR2,Zona Residencial 2
- ZR3,Zona Residencial 3
- ZT1,Zona Turística 1
- ZT2,Zona Turística 2
- ZT3,Zona Turística 3
- ZT4,Zona Turística 4
- ACB,Zona A Cabo Branco
- BCB,Zona B Cabo Branco
- CCB,Zona C Cabo Branco
- CE,Corredor ecológico
- CS,Comércio e Serviços
- DPS,Zona D Praia do Seixas
- EPS,Zona E Praia do Seixas
- Lagoa,Lagoa - Parque Solon de Lucena
- Parque,Parque Cabo Branco
- Parque,Parque Estadual de Jacarapé
- Parque,Parque Estadual do Aratu
- Polo Turístico,Polo Turístico
- Praças,Praças
- RL,Reserva Legal
- SAA,Setor de Amenização Ambiental
- SAT,Setor de Animação Turística



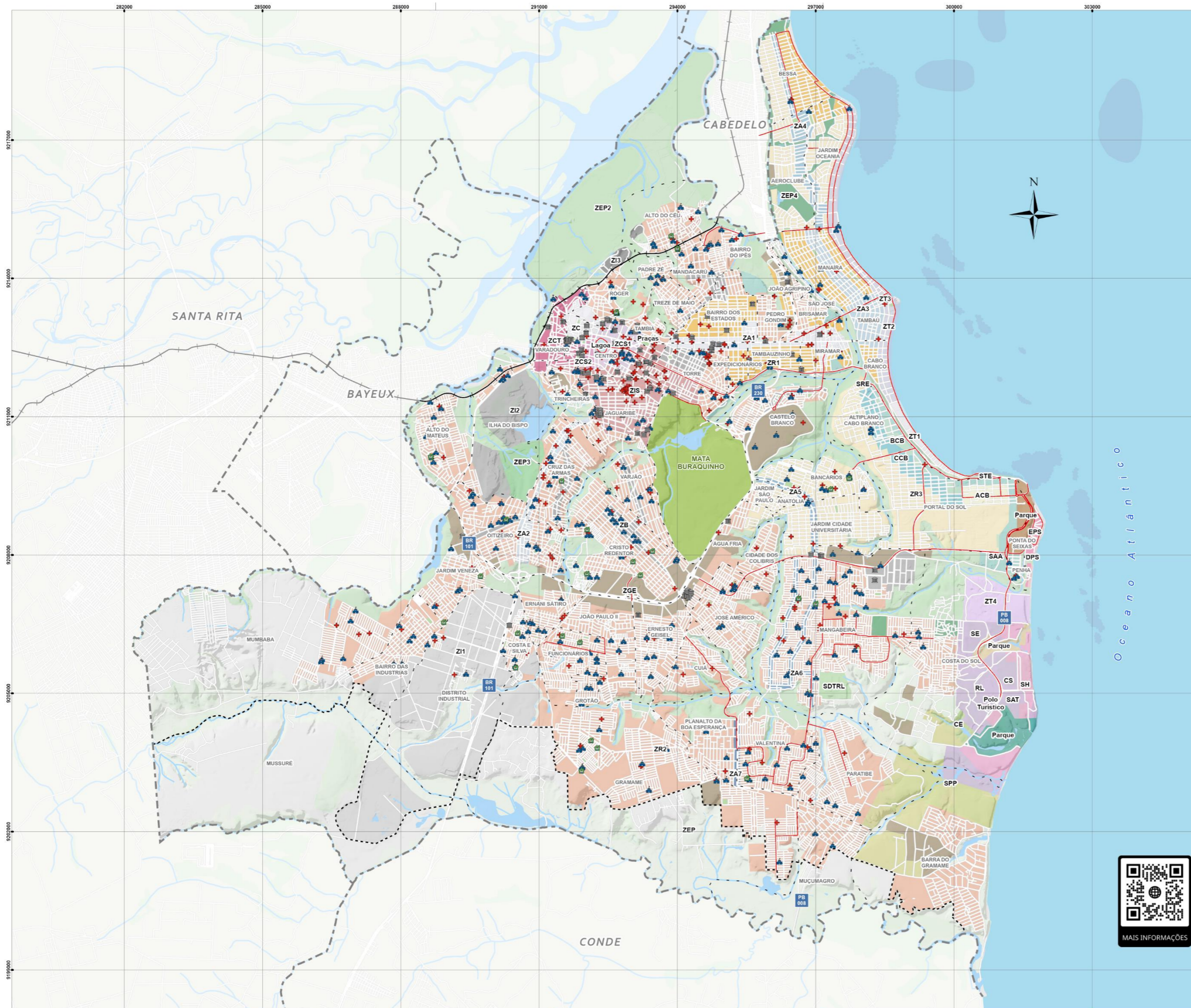
REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020] | IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021] | AESA [2020] | PMJP [2021]
DATA: outubro de 2021
ESCALA: 1:80.000
ESCALA GRÁFICA:



MAIS INFORMAÇÕES

Como exemplo de falta de estrutura para este modal é possível destacar a região oeste, que abrange principalmente os bairros de Alto do Mateus, Ilha do Bispo, parte de Cruz das Armas, Oitizeiro, parte de Cristo Redentor, parte de Mumbaba, Bairro das Indústrias, Distrito Industrial, bem como Ernani Sátiro e Costa e Silva que contam com equipamentos urbanos que não são atendidos pelo sistema ciclovitário, conforme Mapa 14.

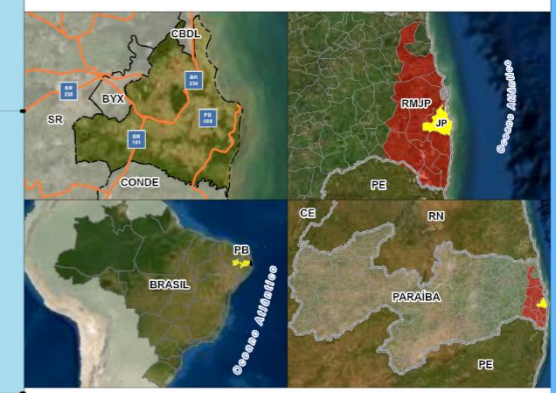


CONVENÇÕES:

- Equipamentos Administrativos
- Equipamentos de Assistência Social
- Equipamentos de Educação
- Equipamentos de Saúde
- Ciclovias
- Ferrovias
- Hidrografia
- Limites Municipais
- Limite do Perímetro Urbano
- Limites de Bairros
- Malha Viária
- Massa D'água
- Mata Buraquinho
- Remanescentes Florestais
- Corais Oceano
- SDTRL,SDTRL
- SE,Setor de Eventos
- SH,Setor Hoteleiro
- SPP,SPP
- SRE,Setor Residencial Especial
- STE,Setor Turístico Especial
- ZA1,Zona Axial 1
- ZA2,Zona Axial 2
- ZA3,Zona Axial 3
- ZA4,Zona Axial 4
- ZA5,Zona Axial 5
- ZA6,Zona Axial 6
- ZA7,Zona Axial 7
- ZB,Zona de Bairro
- ZC,Zona Comercial Central
- ZCS1,Zona Comércio e Serviços 1
- ZCS2,Zona Comércio e Serviços 2
- ZCT,Zona Comercial de Terminal
- ZEP,Zona Especial de Preservação Natural
- ZEP2,Zona Especial de Preservação 2
- ZEP3,Zona Especial de Preservação 3
- ZEP4,Zona Especial de Preservação 4
- ZGE,Zona de Grandes Equipamentos
- ZII,Zona Industrial 1
- ZI2,Zona Industrial 2
- ZI3,Zona Industrial 3
- ZIS,Zona Institucional e de Serviços
- ZR1,Zona Residencial 1
- ZR2,Zona Residencial 2
- ZR3,Zona Residencial 3
- ZT1,Zona Turística 1
- ZT2,Zona Turística 2
- ZT3,Zona Turística 3
- ZT4,Zona Turística 4
- ACB,Zona A Cabo Branco
- BCB,Zona B Cabo Branco
- CCB,Zona C Cabo Branco
- CE,Corredor ecológico
- CS,Comércio e Serviços
- DPS,Zona D Praia do Seixas
- EPS,Zona E Praia do Seixas
- Lagoa,Lagoa - Parque Solon de Lucena
- Parque,Parque Cabo Branco
- Parque,Parque Estadual de Jacarapé
- Parque,Parque Estadual do Aratu
- Polo Turístico,Polo Turístico
- Praças,Praças
- RL,Reserva Legal
- SAA,Setor de Amenização Ambiental
- SAT,Setor de Animação Turística



Oceano Atlântico



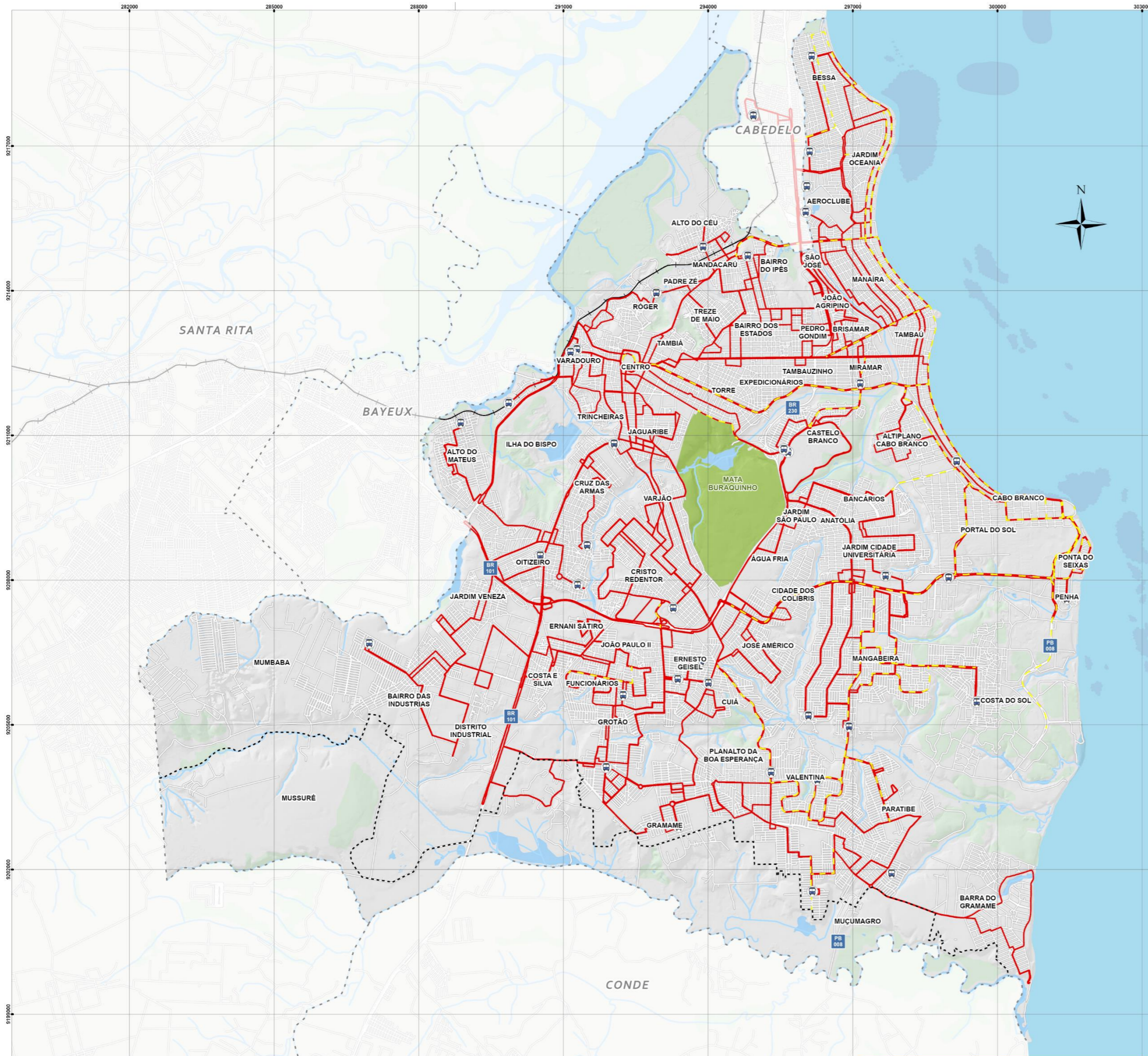
REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: outubro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



Quanto à possibilidade de integração entre o modal cicloviário e o sistema de transporte coletivo, o Mapa 15, apresentado na sequência e que sobrepõe às ciclovias/ciclofaixas existentes e propostas, ilustra a falta de compatibilização entre os mesmos, não oferecendo para a população de João Pessoa a possibilidade de fazer parte de seu deslocamento de bicicleta e outra parte de transporte público (ônibus ou VLT).



CONVENÇÕES:

- Terminais de Transporte Coletivo
- Cicloviás
- Ferrovias
- Hidrografia
- Linhas de Transporte Coletivo
- Limite do Perimetro Urbano
- Limites Municipais
- Malha Viária
- Corais Oceano
- Massa D'água
- Mata Buraquinho
- Remanescentes Florestais



Oceano Atlântico



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 255
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: outubro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



Conforme análise dos mapeamentos acima indicados, além da necessidade de pontos de cruzamento entre as duas malhas de modais, seriam necessárias infraestruturas de apoio, como bicicletários no entorno dos terminais (ferroviários e de transporte coletivo) e/ou alternativas de possibilidades para que o usuário destes sistemas pudesse levar a bicicleta consigo nos trechos de usos do transporte coletivo.

- **Condições do sistema ciclovitário:**

As imagens abaixo tem apenas o intuito de ilustrar as condições de segurança para trânsito de ciclistas em algumas das ciclovias e ciclofaixas existentes em João Pessoa uma vez que análises mais detalhadas das condições destas estruturas fazem parte do Planmob (2020).

Figura 129: Av. João Maurício (Orla – Bairro Manaíra)



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Existência de faixa cicloviária identificada na cor vermelha e separada da pista de rolamento de automóveis por faixa branca com tachões, faltando a sinalização horizontal dos sentidos e a de uso exclusivo para bicicletas (não para pedestres).

Figura 130: Av. Presidente Getúlio Vargas



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Existência de ciclofaixa, separada da via de circulação de veículos por linha branca e tachões. A aplicação da cor vermelha ressalta o uso destas faixas e amplia a sensação de segurança do usuário em meio a tantos diferentes fluxos existentes na mesma via.

Figura 131: Av. Duarte da Silveira



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Ciclovia ladeando o canteiro central, sinalização confusa no cruzamento sem sinalização vertical que colabore com o entendimento das preferências em relação aos fluxos existentes.

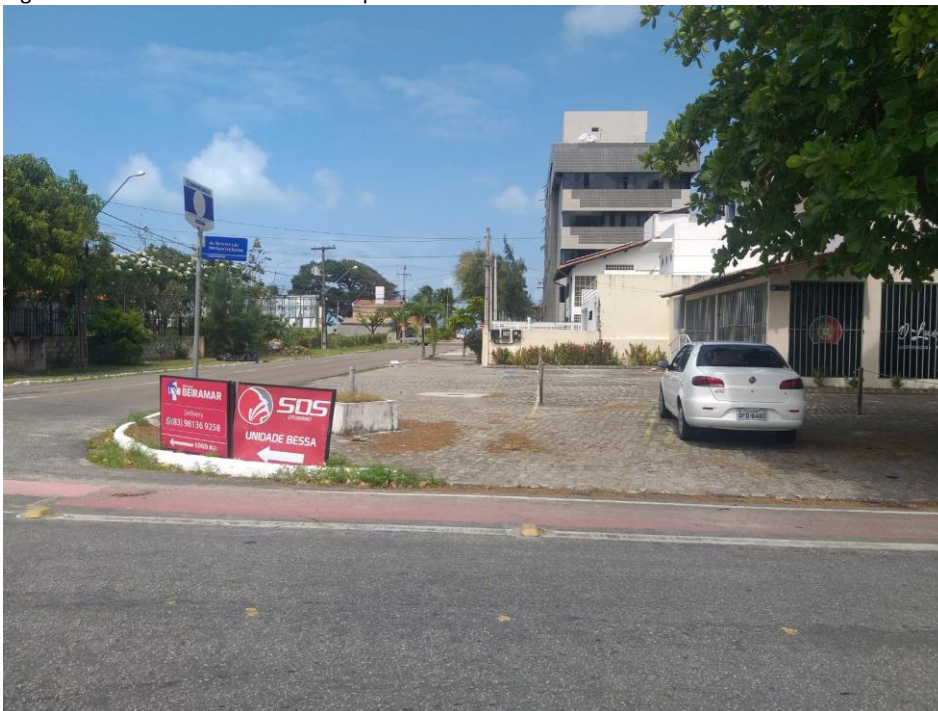
Figura 132: Rua Fernando Luiz Henrique dos Santos



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Via que margeia o litoral na altura do Jardim Oceania, estabelecendo um binário com a Av. Gov. Argemiro de Figueiredo. Existência de ciclofaixa unidirecional fora de norma prevista para ser retirada quando da obra de readequação da Av. Argemiro de Figueiredo.

Figura 133: Rua Fernando Luiz Henrique dos Santos



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Estacionamento transversal, com saída de ré no sentido da ciclofaixa.

Figura 134: Av. Arthur Monteiro de Paiva (via em frente a orla no Bairro Bessa)



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Inexistência de ciclovia/ciclofaixa, estacionamento perpendicular a via.

Figura 135: Cruzamento da R. Hortência Helena Amorim Brito (paralela à BR-230, no Bairro Bessa) com R. Quatrocentos e Quarenta e Nove.



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Circulação sentido BR-230 sem estrutura cicloviária.

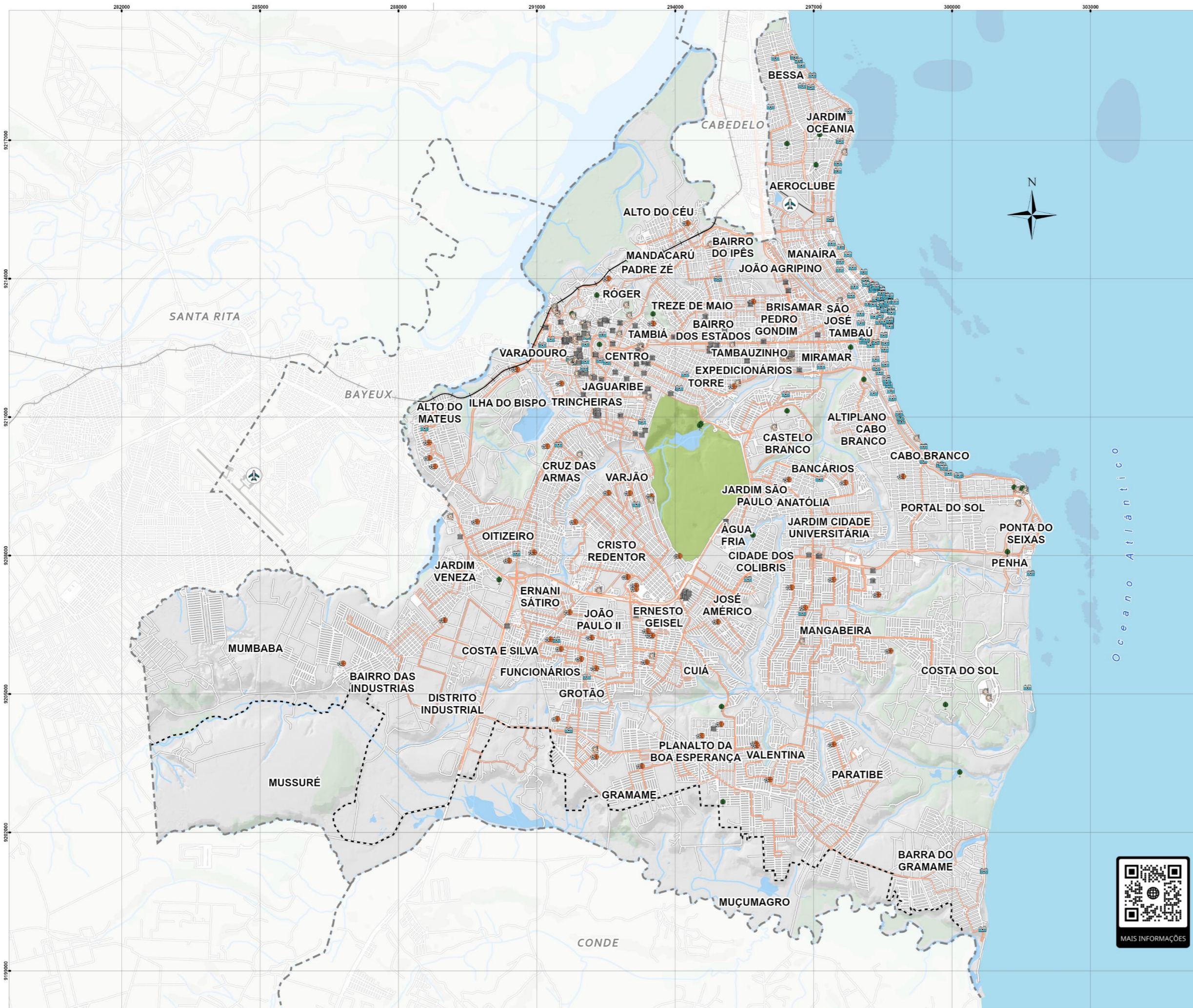
8.4 TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

A busca pela cidade sustentável passa por um sistema de mobilidade urbana que seja equânime, no sentido de que toda a população, independente da condição social e local de moradia possa acessar o que a cidade oferece, e ao mesmo tempo seja menos impactante ao meio ambiente. Desta forma, os modais ativos e o sistema de transporte público coletivo devem receber total prioridade dentre a infraestrutura de deslocamento existente e prevista.

Análises do Planmob (2020) identificaram alguns aspectos negativos do sistema de transporte público atual que impactam na opção da população por este modal, como por exemplo: longo tempo de espera, frequente excesso de lotação nos veículos, manutenção deficiente, falta de limpeza e climatização nos ônibus, operação em altas velocidades gerando insegurança aos usuários, descaso dos funcionários com idosos e deficientes, ineficiência do aplicativo JampaBus resultando em falta de credibilidade no sistema de informação aos usuários e ainda abrigos que não oferecem proteção contra intempéries, conforto e informação sobre o sistema.

As questões acima indicam a necessidade imediata de revisão e reestruturação do sistema de transporte público coletivo de João Pessoa, considerando novo planejamento e novos investimentos.

A Figura 136, abaixo, apresenta os corredores existentes considerando o fluxo entre o Centro e os Bairros: Avenidas Tancredo Neves, Eptácio Pessoa, Beira Rio, Pedro II, 2 de Fevereiro, Cruz das armas e o Acesso Oeste. As linhas de diferentes espessuras demonstram as diferentes intensidades destes fluxos, segundo dados do Planmob (2020) relativos ao transporte coletivo.



- CONVENÇÕES:**
- Aeroportos
 - Equipamentos Administrativos
 - Equipamentos de Cultura
 - Equipamentos de Esportes
 - Equipamentos de Turismo
 - Parques
 - Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limites Municipais
 - Limite do Perímetro Urbano
 - Linhas de Transporte Coletivo
 - Malha Viária - MapaBase
 - Corais Oceano
 - Massa D'água
 - Mata Buraquinho
 - Remanescentes Florestais

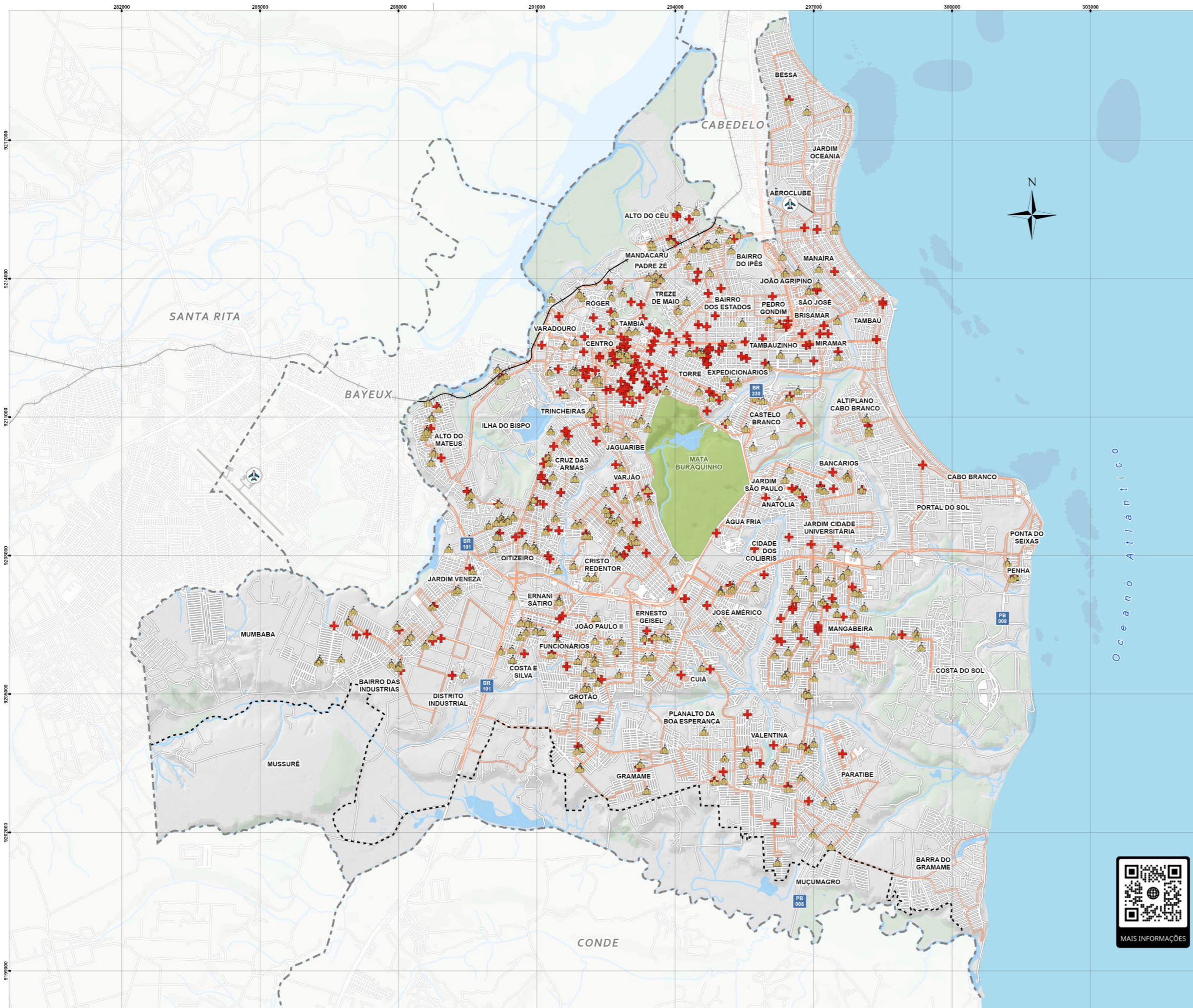


REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: outubro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:

No que diz respeito aos equipamentos voltados à saúde e educação, estes também parecem ser atendidos pelo sistema público de transporte coletivo, com exceção do noroeste do bairro Oitizeiro, centro sul do bairro Roger e próximo ao limite entre os bairros Torre e Expedicionário, conforme pode ser observado no Mapa 17, a seguir.



CONVENÇÕES:

- Aeroportos
- Equipamentos de Educação
- Equipamentos de Saúde
- Hidrografia
- Ferrovias
- Linhas de Transporte Coletivo
- Limite do Perímetro Urbano
- Limites Municipais
- Corais Oceano
- Mata Buraquinho
- Massa D'água
- Remanescentes Florestais



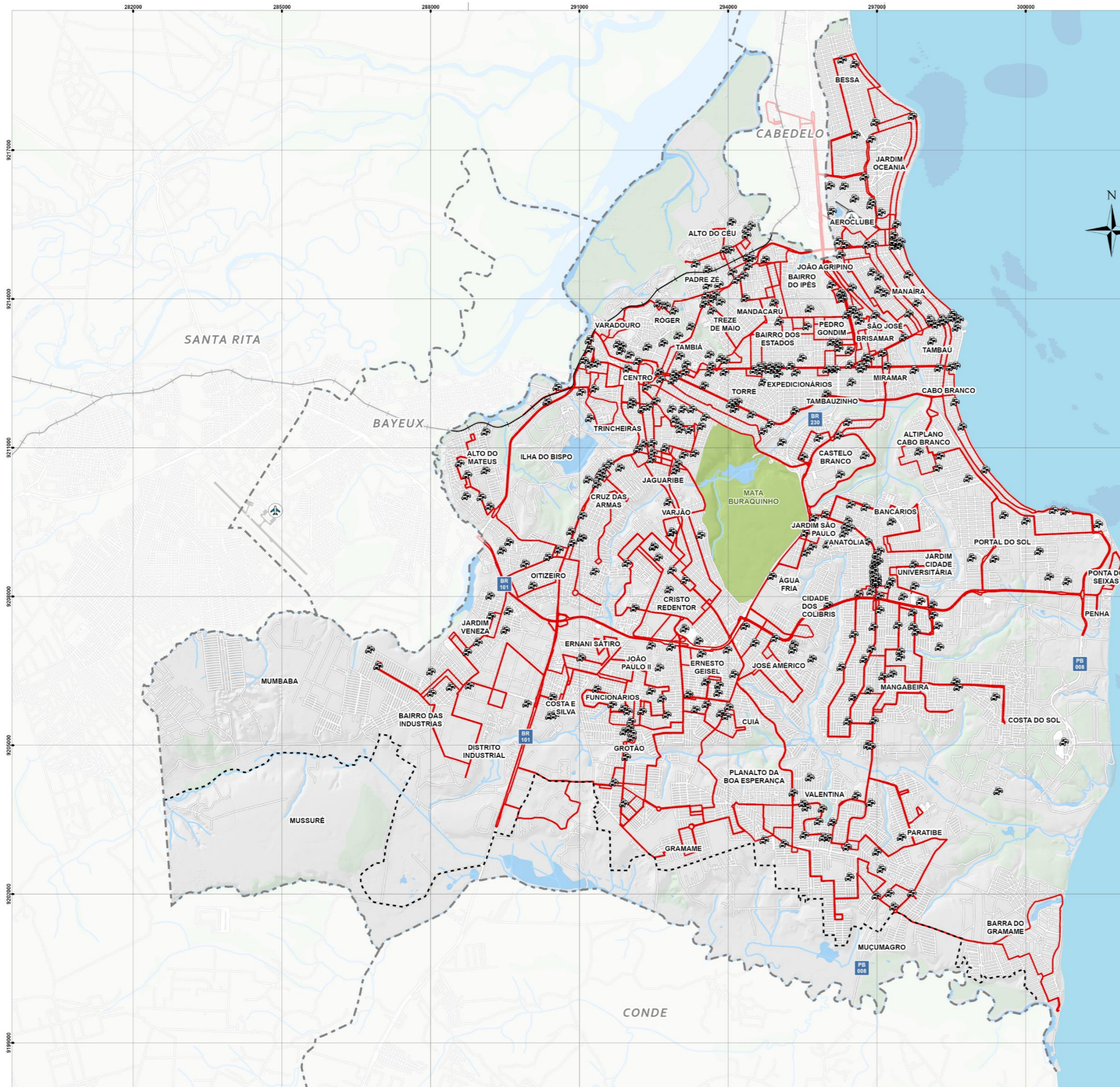
REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA[2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | SEMOB [2021]

DATA: setembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



O Mapa 18, a seguir, mostra que a abrangência do sistema também parece atender a distribuição dos Polos Geradores de Viagens.



CONVENÇÕES:

- Aeroportos
- Polos Geradores de Tráfego
- Ferrovias
- Hidrografia
- Linhas de Transporte Coletivo
- Limites Municipais
- Limite do Perímetro Urbano
- Malha Viária
- Corais Oceano
- Massa D'água
- Mata Buraquinho
- Remanescentes Florestais



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

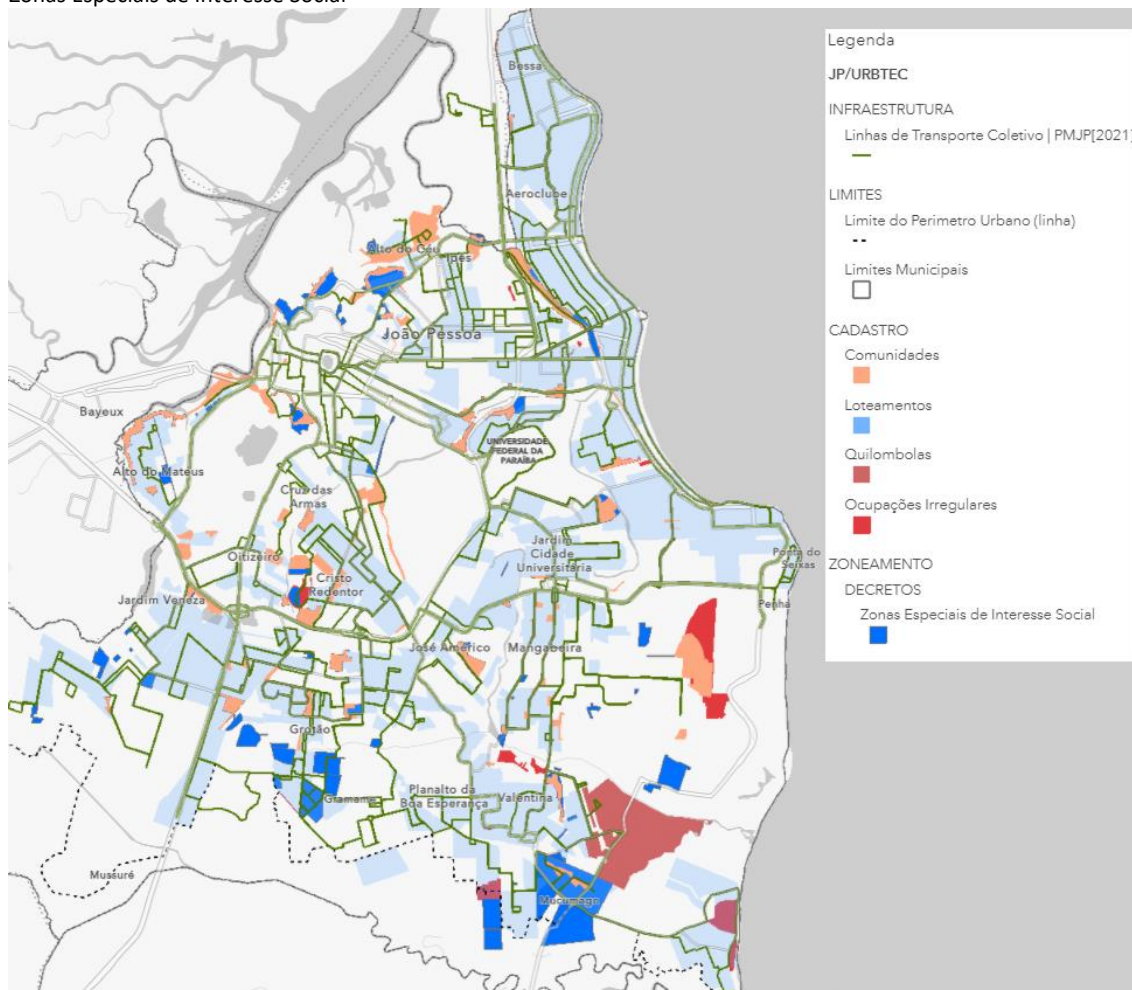
DATA: outubro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



No que diz respeito a loteamentos, ocupações irregulares, áreas de quilombolas, comunidades e áreas de interesse social, a Figura 137, abaixo, mostra que a porção leste do município, no trecho compreendido entre a Barra de Gramame e o bairro da Penha, não conta com amplo acesso ao sistema de transporte público, da mesma forma que a região do Portal do Sol, sendo que existem pontos destas áreas onde a população precisa caminhar mais de 500 m para acessar o sistema de transporte público coletivo, o que indica a necessidade de extensão da rede de forma a facilitar o acesso ao sistema.

Nas atividades realizadas com a população no processo de desenvolvimento do Planmob (2020) houveram manifestações apontando para falta de atenção no que diz respeito à mobilidade associada aos projetos de habitação social em João Pessoa “de forma que os moradores não encontrem condições de mobilidade para seus compromissos diários, principalmente as pessoas com deficiência” além de dificuldade de acesso às estruturas que a cidade oferece, notadamente pelas comunidades das áreas mais periféricas do município.

Figura 137: Linhas de transporte coletivo e loteamentos, ocupações irregulares, área quilombola, comunidades e Zonas Especiais de Interesse Social



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PMJP (2021)

8.5 SISTEMA FERROVIÁRIO DE JOÃO PESSOA - VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHO (VLT)

Segundo a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)⁴⁴ o Sistema de Trens Urbanos da Capital Paraibana é composto por três locomotivas e 17 carros de passageiros, com tarifa subsidiada pelo Governo Federal, entre os Municípios de Cabedelo, João Pessoa, Bayeux e Santa Rita. Conta com 30km de via férrea simples, 12 estações ferroviárias e realiza 28 viagens diárias, com número de usuários (pré-pandemia) próximo a 7 mil pessoas/dia.

⁴⁴ <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/joao-pessoa>

O trecho que abrange o município de João Pessoa conta com 4 estações: Alto do Mateus, Ilha do Bispo, João Pessoa e Mandacaru.

Figura 138: Estações ferroviárias de João Pessoa



Fonte: CBTU (2021)

Segundo a Agência Nacional de Transporte de Passageiros (ANTP) (2018)⁴⁵ os sistemas classificados como de pequeno porte são aqueles que transportam menos de 10 milhões de passageiros por ano, como o caso dos sistemas de Fortaleza (MetroFor), João Pessoa (CBTU-JP), Teresina (CMTP), Salvador (CBTU-Salvador), Maceió (CBTU-Maceió) e Natal (CBTU-Natal).

⁴⁵ Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da Associação Nacional de Transportes Público - Simob/ANTP Relatório geral 2016 - Maio de 2018.

Tabela 34: Características dos sistemas metroviários

Sistema	Município sede	Quantidade de linhas	Extensão (km)	Carros operacionais
Metrô-SP	São Paulo	5	68,5	928
ViaQuatro (Linha 4)	São Paulo	1	12,8	84
CPTM-SP	São Paulo	6	260,8	1.394
MetrôRio	Rio de Janeiro	3	58,0	356
Supervia	Rio de Janeiro	8	276,5	862
MetroRec	Recife	3	71,4	161
CBTU-BH	Belo Horizonte	1	28,1	135
Trensurb	Porto Alegre	1	43,8	112
Metrô-DF	Brasília	1	40,4	124
CBTU-Fortaleza	Fortaleza	2	43,6	127
CBTU-JP	João Pessoa	1	30,0	29
CMTT-Teresina	Teresina	1	13,6	9
CBTU-Salvador	Salvador	1	13,7	16
CBTU-Maceió	Maceió	1	32,1	27
CBTU-Natal	Natal	2	56,2	19
Total				4.383

Fonte: CBTU (2016)

Tabela 35: Características dos sistemas metroferroviários

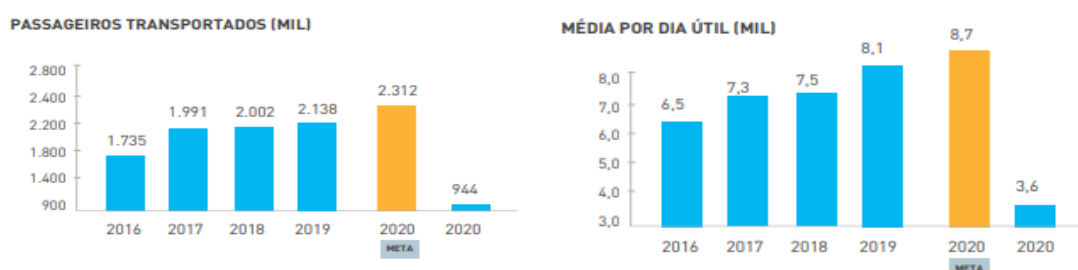
Sistema	Município sede	Carros operacionais	Km/ano (milhão)	Passageiros/ano (milhão)	Pessoas empregadas	Arrecadação tarifária/Custo operacional
Metrô-SP	São Paulo	928	133,1	888,0	9.254	0,87
ViaQuatro (Linha 4)	São Paulo	84	12,1	157,1	962	2,29
CPTM-SP	São Paulo	1.394	217,5	644,9	8.262	0,61
MetrôRio	Rio de Janeiro	356	52,7	248,5	2.776	1,32
Supervia	Rio de Janeiro	862	73,3	181,1	2.650	1,51
MetroRec	Recife	161	15,4	107,0	1.843	0,65
CBTU-BH	Belo Horizonte	135	3,3	59,3	1.072	0,94
Trensurb	Porto Alegre	112	12,8	56,2	1.127	0,41
Metrô-DF	Brasília	124	4,3	35,9	1.063	0,51
CBTU-Fortaleza	Fortaleza	127	10,7	6,5	1.201	0,14
CBTU-JP	João Pessoa	29	0,3	1,7	134	0,10
CMTT-Teresina	Teresina	9	0,1	2,1	91	0,57
CBTU-Salvador	Salvador	16	0,1	3,5	107	0,07
CBTU-Maceió	Maceió	27	1,2	1,7	173	0,06
CBTU-Natal	Natal	19	0,7	3,1	172	0,11
Total		4.383	537,3	2.396,7	30.887	0,87

Fonte: CBTU (2016)

O Relatório de Gestão 2020 da CBTU⁴⁶, operadora do VLT na Região Metropolitana de João Pessoa mostra que o volume de passageiros transportados variou entre 2016 e 2020, conforme gráficos abaixo, sendo a meta para 2020 significativamente afetada pela pandemia.

A empresa divulgou que, considerando seu conjunto de operações (não apenas o sistema de João Pessoa) sofreu uma redução geral de 53% no número de passageiros transportados, sendo que entre os meses de abril e maio de 2020 esta redução chegou a 82% do total de passageiros.

Figura 139: Passageiros Transportados pelo VLT de João Pessoa



Fonte: CBTU (2020)

8.6 OBRAS PREVISTAS PARA MELHORIA DA MOBILIDADE EM JOÃO PESSOA

Em fevereiro de 2021 o Ministério do Desenvolvimento Regional aprovou liberação de repasse de R\$ 10 milhões, que será utilizado na implantação de quatro desvios para o VLT da Região Metropolitana de João Pessoa, com o objetivo de reduzir o tempo de espera atual.

- Desvio Ilha do Bispo: localizado em João Pessoa, no bairro de Ilha do Bispo.
- Desvio Amazonia Park: localizado em Cabedelo, próximo ao Intermares e ao Alamoana.
- Desvio Poço: localizado em Cabedelo, no bairro do Recanto do Poço.

⁴⁶ https://www.cbtu.gov.br/images/gaplo/gestaoanual/gestao2020_v2.pdf

- Desvio Santo Amaro: localizado em Santa Rita, próximo ao Alto do Contorno e à BR-101.

Segundo o Relatório de Gestão 2020, da CBTU, a expectativa da empresa é de que haja redução no tempo de espera das viagens do sistema bem como mais conforto e segurança, incentivando o uso deste transporte, a partir das obras e intervenções a serem realizadas com novos recursos do Governo Federal, angariados pela diretoria da empresa e para serem investidos, dentre outras ações nas seguintes obras:

- Contratação da construção de quatro novos desvios (acima citados)
- Automação do desvio da Estação do Poço
- Drenagem da estação Mandacaru
- Remodelação da cobertura da Estação Central
- Modernização das estações Jacaré, Várzea Nova e Bayeux.

Segundo o coordenador do setor técnico da CBTU, todas as obras tem previsão de estarem concluídas até de dezembro de 2021, sendo que o desvio de Mandacará também foi automatizado.

Foram ainda executadas reformas (2018/2019) nas estações de Ilha do Bispo, João Pessoa e Mandacará, em João Pessoa, e está em fase de projeto e estudo de viabilidade a reforma da via férrea existente (30 km) e recuperação e isolamento da faixa de domínio da ferrovia no trecho Santa Rita/Bayeux/João Pessoa/Cabedelo.

Outras obras de melhoria da mobilidade em João Pessoa, e que merecem destaque, são:

- Obras viárias:
 - Transformação do eixo da BR- 230 em via urbana com implantação de corredor de Transporte Público e obras para conexão do sistema viário urbano à rodovia, no perímetro urbano de João Pessoa.
 - Ligação entre a BR-101 e as cidades de Santa Rita e Bayeux, pelo Bairro das Indústrias, além do viaduto que conecta a BR-101 e a entrada da Avenida das Indústrias.

- Viaduto que dará acesso à BR-101 para quem vem da Avenida das Indústrias.
- Obra viária na BR-230, em frente ao Centro Administrativo Municipal - Construção de viaduto interligando os bairros Cristo Redentor, José Américo e Ernesto Geisel de forma direta⁴⁷.
- Construção do Binário Unipê, conectando a Rua Diógenes Chianca com a Avenida Hilton Solto Maior.
- Obras viárias voltadas à melhoria do Transporte Público:
 - Implantação de faixas exclusivas (faixa à direita); Complementação do corredor Tancredo Neves; Ligação entre Corredor Pedro II e o Terminal Aeroclube; Ligação entre os Terminais Pedro II e Aeroclube; Ligação centro-origem; Beira Rio – ligação com Altiplano; Ligação Hilton Souto Maior e UFPB; Ligação região sul com o Terminal 2 de Fevereiro; Ligação região sul com o Terminal Cruz das Armas; Implantação de Terminais de Integração; Reorganização da rede.
 - Implantação de um sistema de seis corredores centrais, com faixa exclusiva à esquerda: Corredor Cruz das Armas (Terminal Cruz das Armas); Corredor Pedro II (Terminal Pedro II); Corredor Epitácio; Corredor Tancredo Neves (Terminal Aeroclube); e Corredor Hilton Souto Maior.
 - Implantação de corredor central, com faixa exclusiva à esquerda, na BR-230 (entre Terminal Cruz das Armas e Aeroclube).

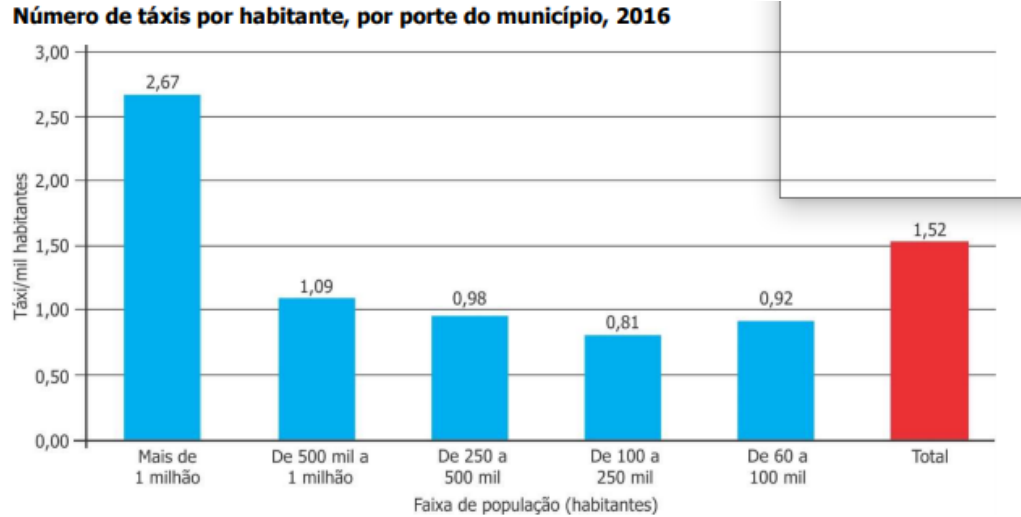
8.7 TÁXI

Segundo dados da ANTP (2018), o número de táxi por habitante, para municípios com população entre 500 mil a 1 milhão de habitantes, era de 1,09 para cada mil habitantes. O município de João Pessoa conta, atualmente, com 1440 concessões

⁴⁷ <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeito-de-joao-pessoa-e-governador-visitam-ponto-que-vai-receber-obras-de-ligacao-da-regiao-metropolitana/>

para taxi, número acima da média de 1,09 unidades por mil habitantes, considerando a população de João Pessoa, estimada em 825.796 habitantes (IBGE, 2021).

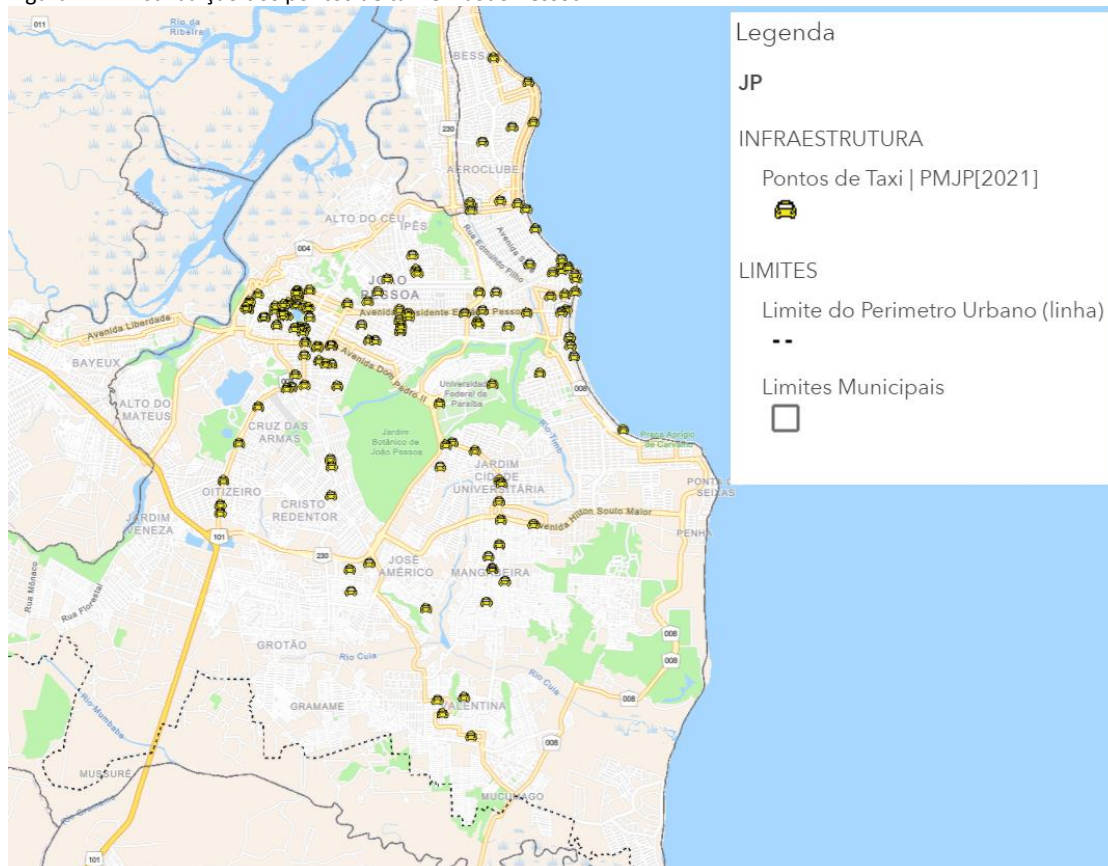
Figura 140: Número média de táxis conforme porte das cidades



Fonte: ANTP (2016)

A distribuição espacial do serviço no Município é ilustrada na Figura 141, abaixo.

Figura 141: Distribuição dos pontos de táxi em João Pessoa

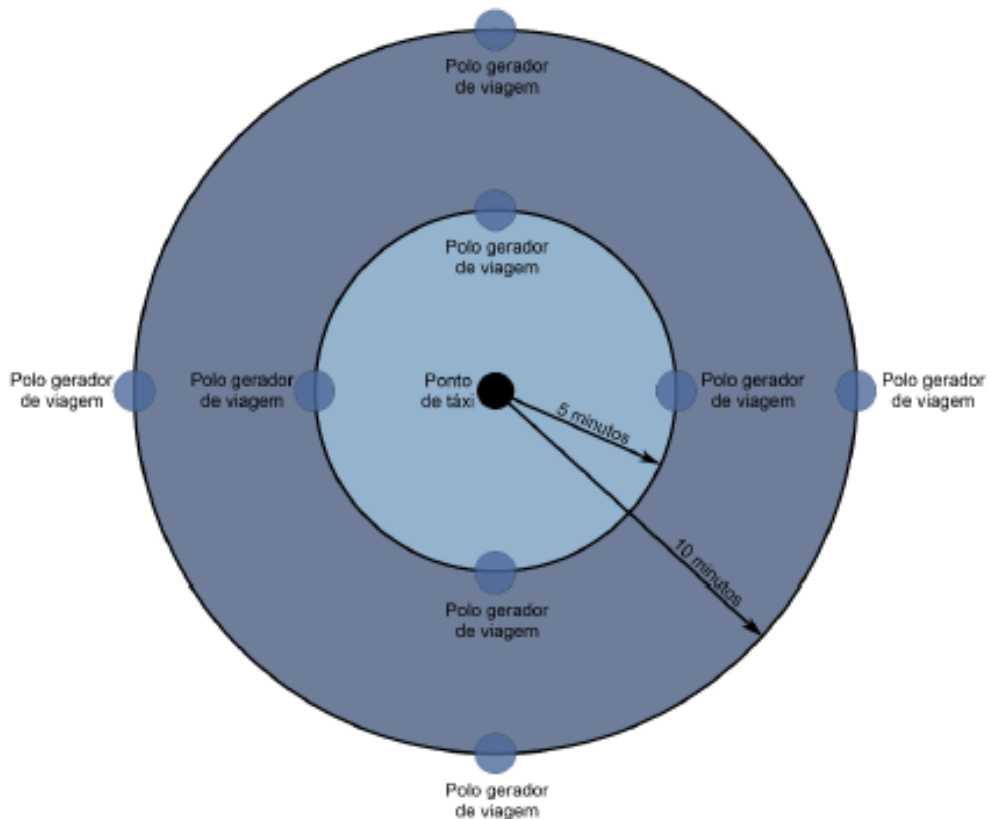


Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PMJP (2021)

Embora os serviços de táxis não estejam submetidos a normas relativas à cobertura de serviços, pesquisas demonstram que é de senso comum (estabelecido pelos próprios operadores de radiotáxi) que um táxi deva atender uma chamada de algum usuário em no máximo de 10 minutos.

A Figura 142, abaixo, exemplifica uma relação entre a localização do ponto de táxi e a área para atendimento dos usuários em função do tempo, sendo que o tamanho do raio de atendimento irá depender da velocidade em cada região.

Figura 142: Exemplificação da área de atendimento para o ponto de táxi



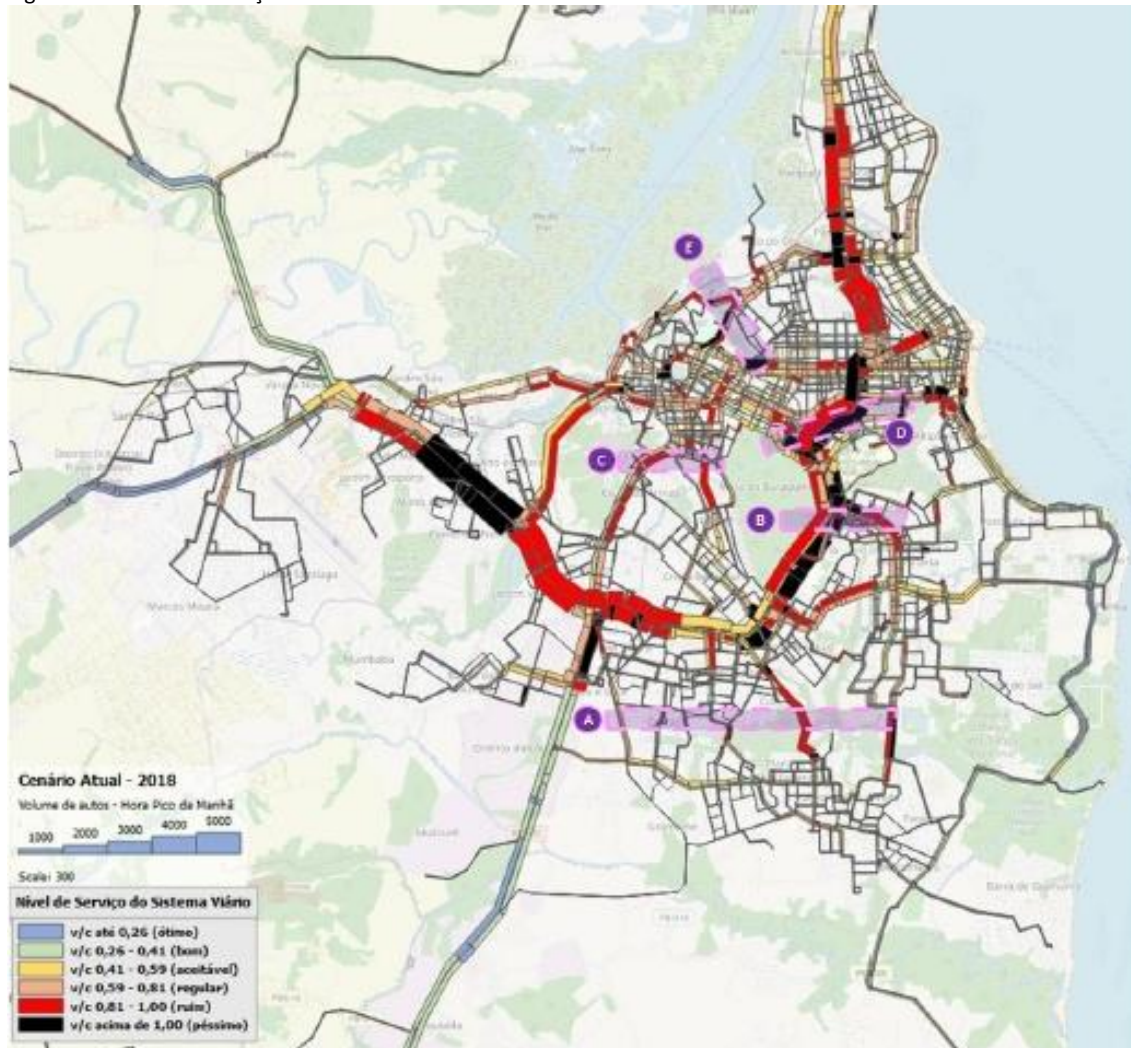
Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

8.8 SISTEMA VIÁRIO

O Planmob (2020) apresenta o nível de serviço do sistema viário atual, sendo possível perceber, conforme Figura 143, que em 2018 vários trechos de algumas das principais vias da cidade, além da BR-230, já eram considerados ruins ou péssimos na relação volume de veículo versus capacidade da via.

Atualmente podem ser destacados gargalos viários nas conexões de bairros ao Sul; articulação com a região Sudeste; conexões radiais Sul-Centro; ligação Leste-Oeste (Av. Epitácio Pessoa e Av. Senador Ruy Carneiro); e conexão Norte-Centro.

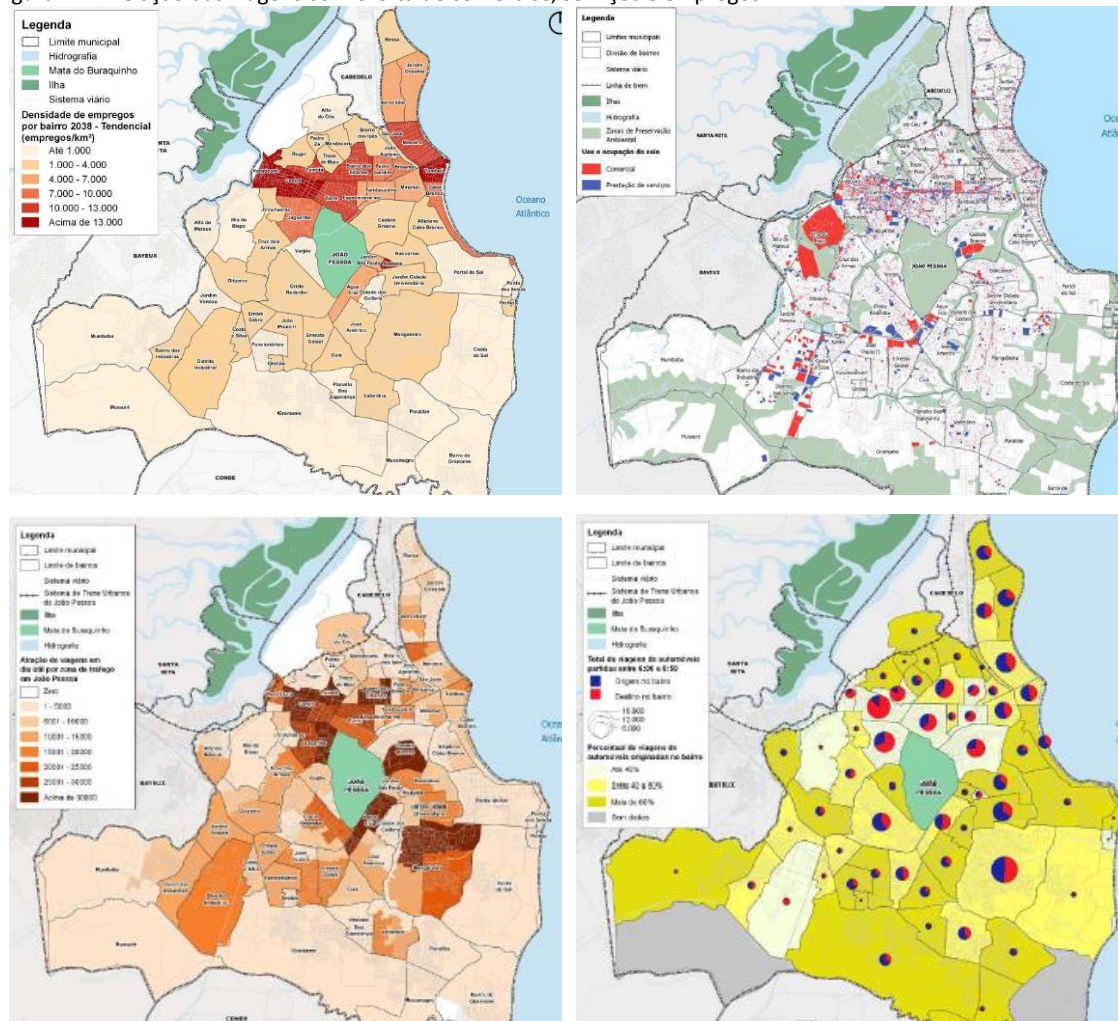
Figura 143: Nível de Serviço no ano base



Fonte: Planmob (2020)

Faz-se necessário considerar a concentração de interesses na porção do município que estabelece uma faixa da área central ao litoral, com volume significativo de comércio e serviços, previsão tendencial de oferta de empregos, atraindo viagens em geral, ou seja, foco de diversos fluxos, como mostram as ilustrações mais abaixo.

Figura 144: Relação das viagens com oferta de comércio, serviços e empregos



Fonte: Planmob (2020)

A BR-230 por sua vez, mostra estar alcançando seu limite da capacidade de fluxo, o que além de ser problemático no sentido de escoamento do Porto de Cabedelo, indica o agravamento das repercussões para o município no que diz respeito a inúmeros outros problemas já bem conhecidos em situações similares, de rodovias cruzando centros urbanos, como risco de vida à população, poluição, ruídos, dentre outros.

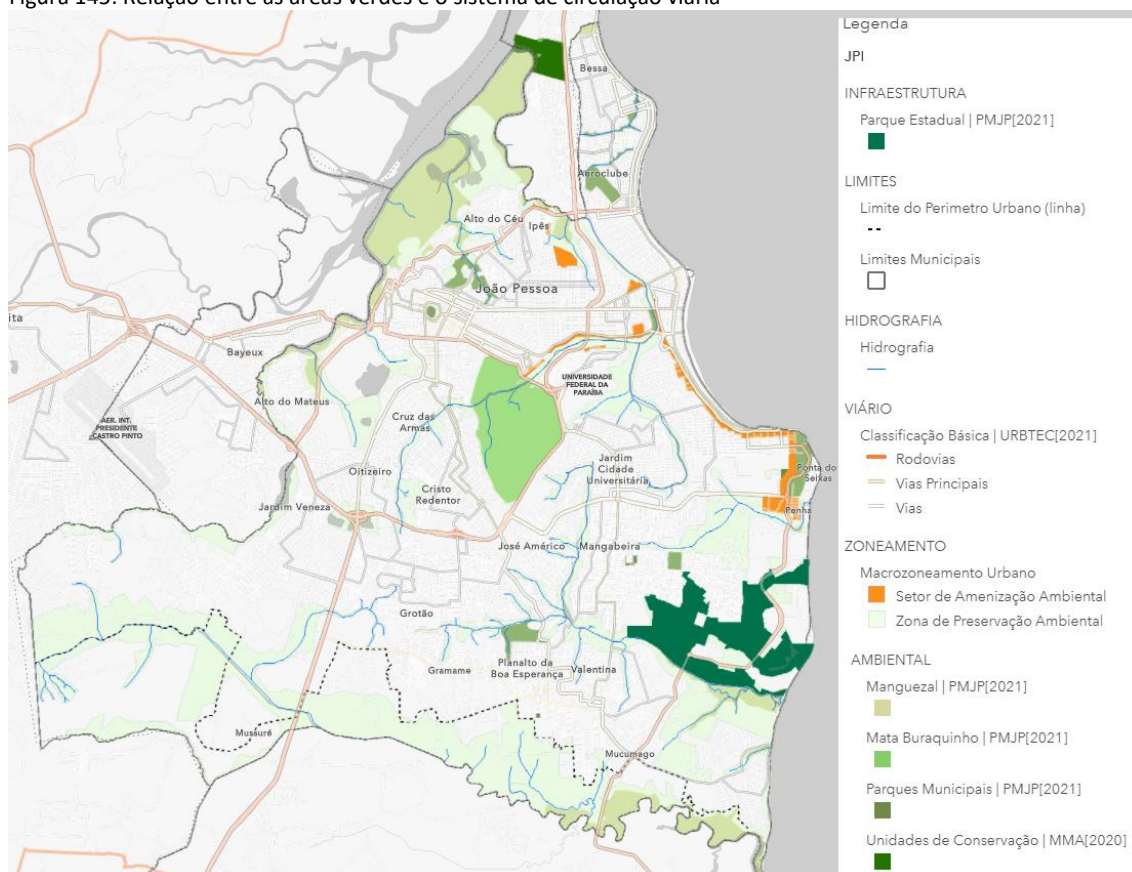
Outra questão importante relacionada a rodovia, é o fato de a mesma seccionar o tecido urbano de João Pessoa, causando o rompimento da permeabilidade da malha viária em vários pontos como, por exemplo, a ligação entre os bairros Cristo Redentor e Ernesto Geisel; acesso ao Bairro Água Fria; a ligação entre os bairros Pedro Gondim e Brisamar; a ligação entre os bairros Bessa (João Pessoa) e Renascer (Cabedelo) e com a Via Marginal a Linha Férrea; além de dificultar o acesso a vias importantes como a Av.

Hilton Solto Maior; Via Marginal a Linha Férrea a partir dos bairros Aeroclub e Bessa (próximo à Mata do Amém).

Existem experiências, em vários lugares do mundo, de alteração da característica de trechos urbanos de rodovias que são adaptados à hierarquia viária municipal, sendo que outras vias, em pontos mais adequados do sistema viário urbano, normalmente fora das áreas de maior ocupação, passam a assumir o papel da rodovia em questão.

Soma-se a isto, a questão do interesse de preservação das áreas verdes (Figura 145) e águas de João Pessoa, acrescido o desafio imposto pelas declividades, muitas vezes impeditivo à circulação viária e ao uso de modais ativos em alguns trechos do município, criando barreiras à conexão de partes do tecido urbano e restringindo ainda mais as alternativas de corredores de circulação.

Figura 145: Relação entre as áreas verdes e o sistema de circulação viária



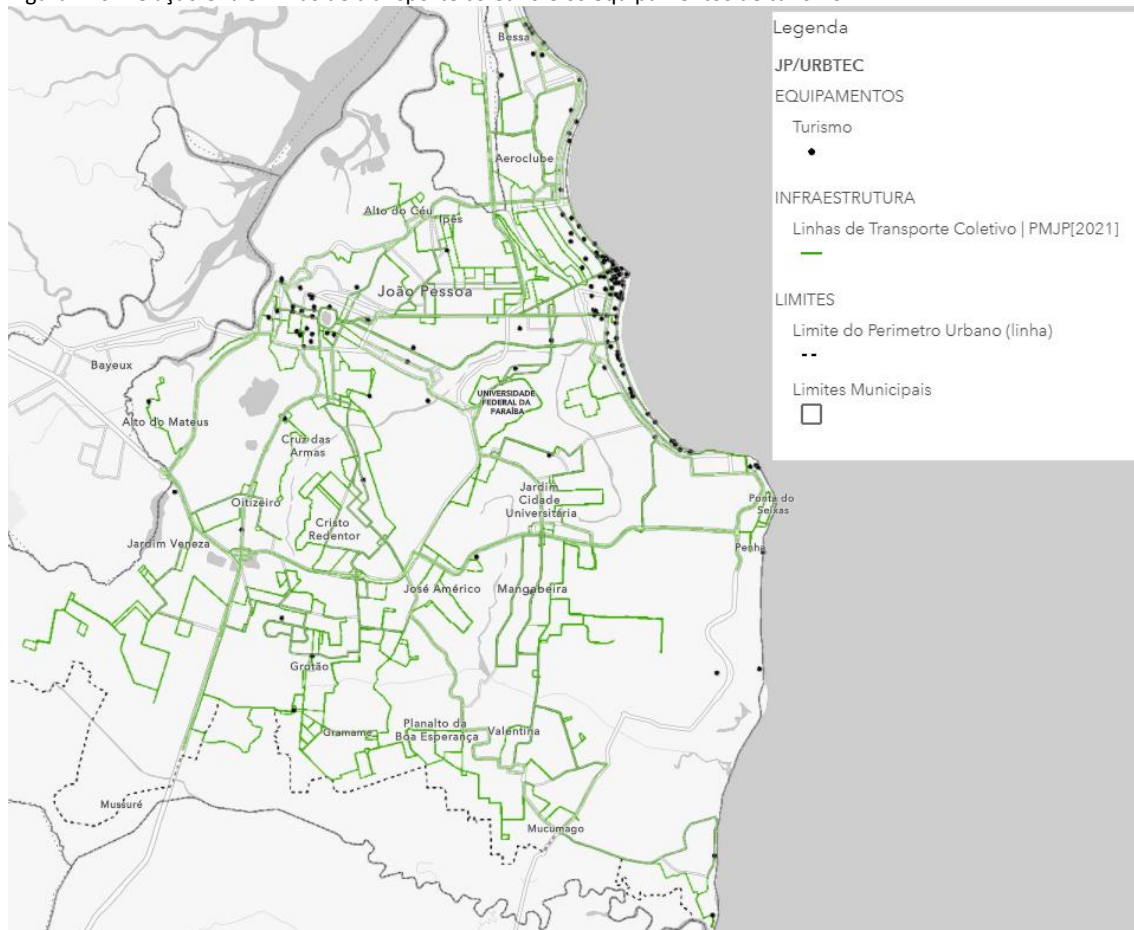
Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PMJP (2021)

Nesse sentido, mostra-se importante a existência de diferentes centralidades, identificadas no Planmob, que possam, uma vez consolidadas como pontos alternativos de acesso a equipamentos públicos, serviços e comércio, atender as necessidades da

população de João Pessoa, sem que sejam necessários grandes e concentrados deslocamentos, minimizando os impactos no sistema viário, possibilitando a opção pelos modais ativos e melhorando a qualidade de vida da população. Essas centralidades foram apresentadas na Figura 98.

Outras questões somam-se a estas no sentido de compreender a dinâmica atual da relação entre a mobilidade de João Pessoa e o uso do solo, como é o caso dos atrativos turísticos e dos polos geradores de viagens, comentados abaixo.

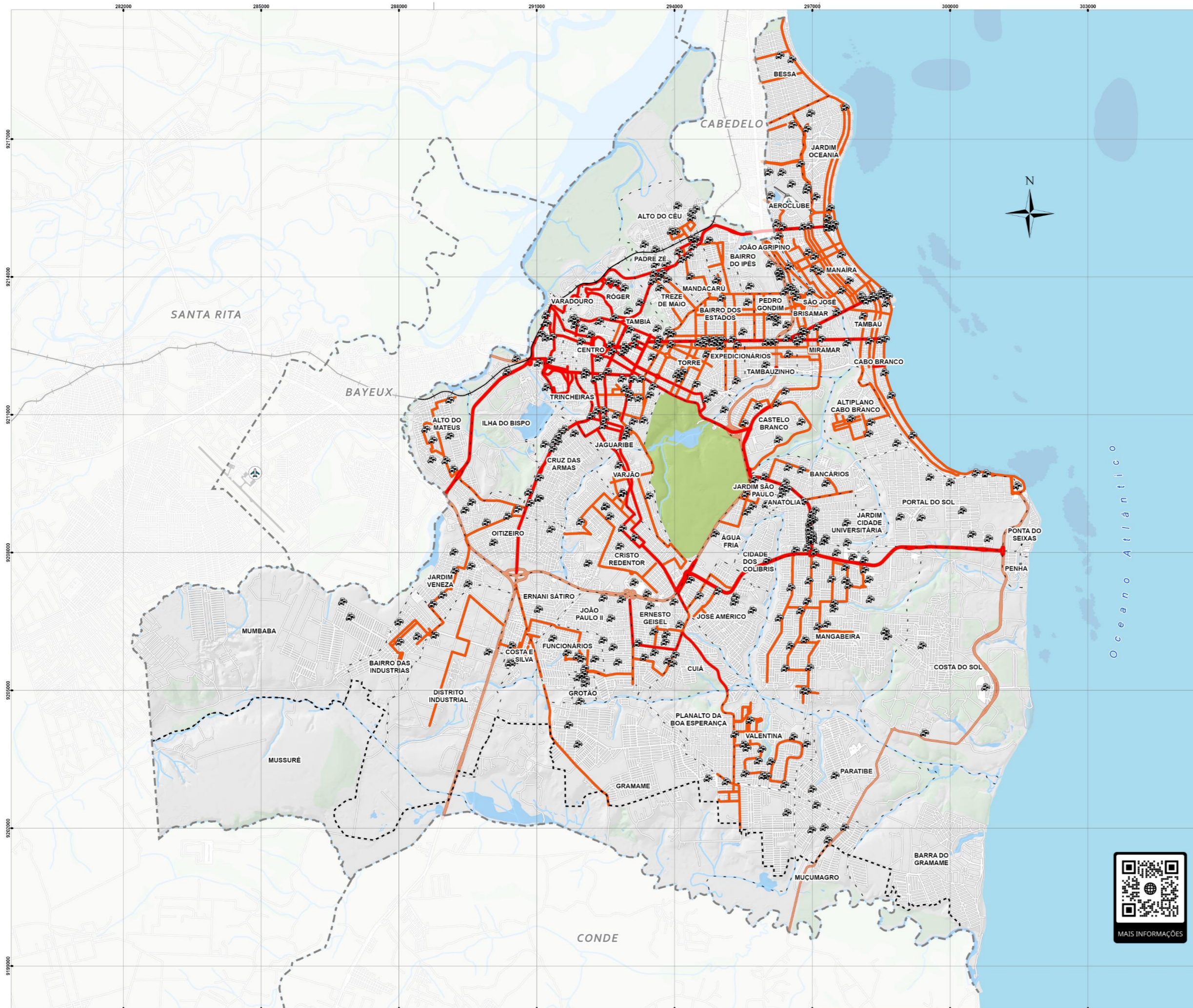
Figura 146: Relação entre linhas de transporte coletivo e os equipamentos de turismo



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PMJP (2021)

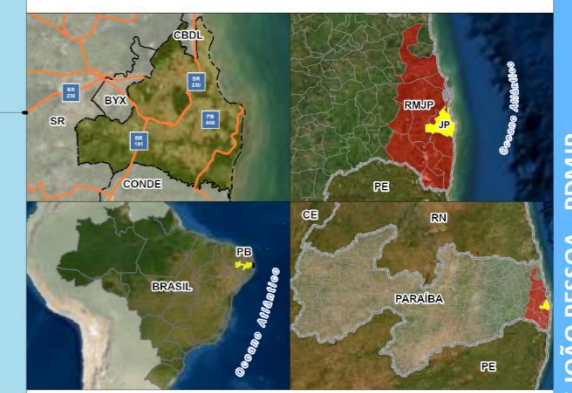
Os pontos turísticos concentram-se, de forma geral, na área central e na área denominada pelo Planmob (2020) como macrozona Nordeste, majoritariamente entre a Penha e Manaíra, estendendo-se até o final do bairro Bessa, no limite com o município vizinho de Cabedelo, sendo estas as regiões são atendidas pelo sistema de transporte coletivo.

Os polos geradores de viagens estão distribuídos por toda a cidade, com destaque para maiores concentrações na porção norte do município, sentido centro/litoral, conforme indicado no Mapa 19.



CONVENÇÕES:

-  Aeroportos
 -  Polos Geradores de Tráfego
 -  Ferrovias
 -  Limites Municipais
 -  Limites de Bairros
 -  Limite do Perímetro Urbano
 -  Hidrografia
 -  Corais Oceano
 -  Massa D'água
 -  Mata Buraquinho
 -  Remanescentes Florestais
- Hierarquia Viária**
-  Via Arterial
 -  Via Coletora
 -  Via Expressa
 -  Via Local




MAIS INFORMAÇÕES

REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: outubro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:

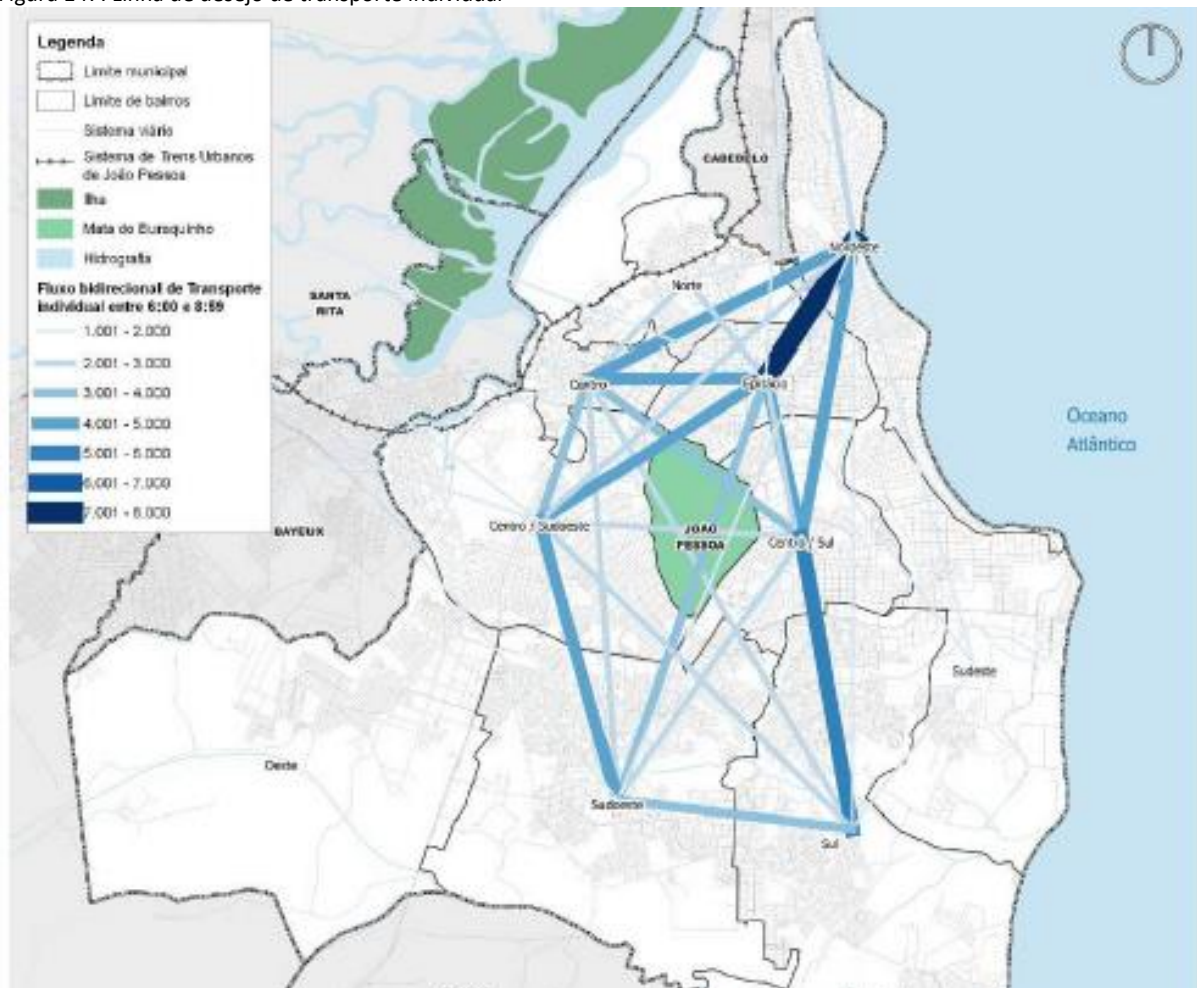


A questão mais preocupante diz respeito aos fluxos concentrados em áreas onde o acesso e o escoamento desses polos geradores de viagens ocorrem em poucas vias principais. Exemplifica essa situação os shoppings na região de Manaíra, que se somam ao fluxo turístico do litoral, ou as instituições de ensino superior, que induzem o fluxo para a área central.

Além das questões acima citadas, a região da orla, entre Portal do Sol até o Bessa, passando por Manaíra, apresenta um dos maiores índices de verticalização e média/alta densidade, como mostram a Figura 90 e a Figura 92.

Além disso, a mesma região aparece como uma das de maior intensidade no que diz respeito às linhas de desejo de transporte individual, conforme ilustra a figura abaixo.

Figura 147: Linha de desejo de transporte individual



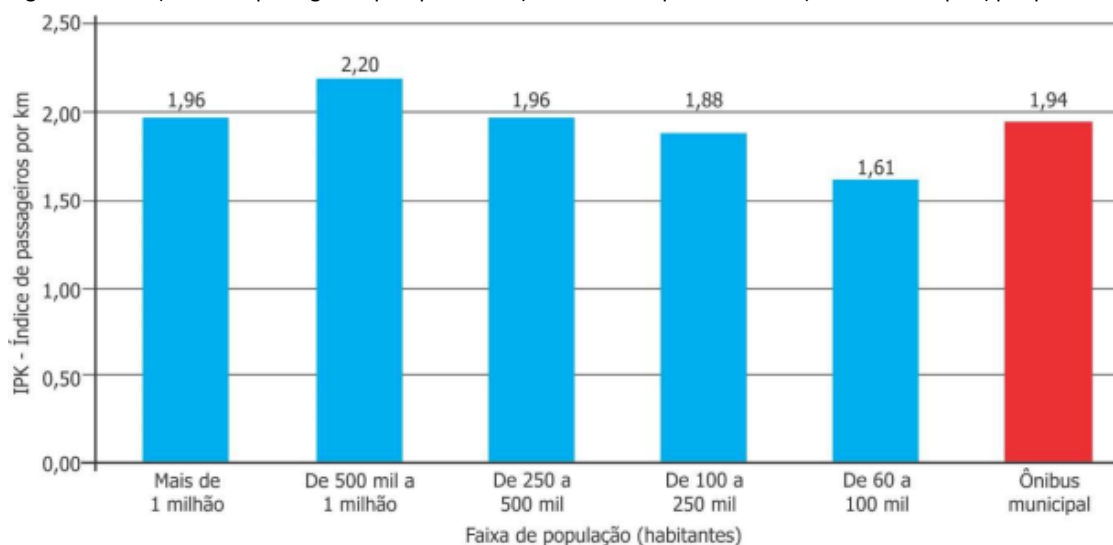
Fonte: Planmob (2020)

Neste sentido, faz-se ainda mais importante o incentivo ao uso do transporte coletivo integrado aos modais ativos para acesso a estes pontos de interesse, na área nordeste do município, próximo a orla, buscando reduzir a intensidade de viagens realizadas por

transporte individual e suas consequências prejudiciais para a mobilidade de João Pessoa, para o meio ambiente e para a população local.

Segundo ANTP (2018), em 2016, a média do IPK era de 2,20 para cidades com população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes. De acordo com dados do Planmob, o IPK de João Pessoa, em 2018, era de aproximadamente 1,65.

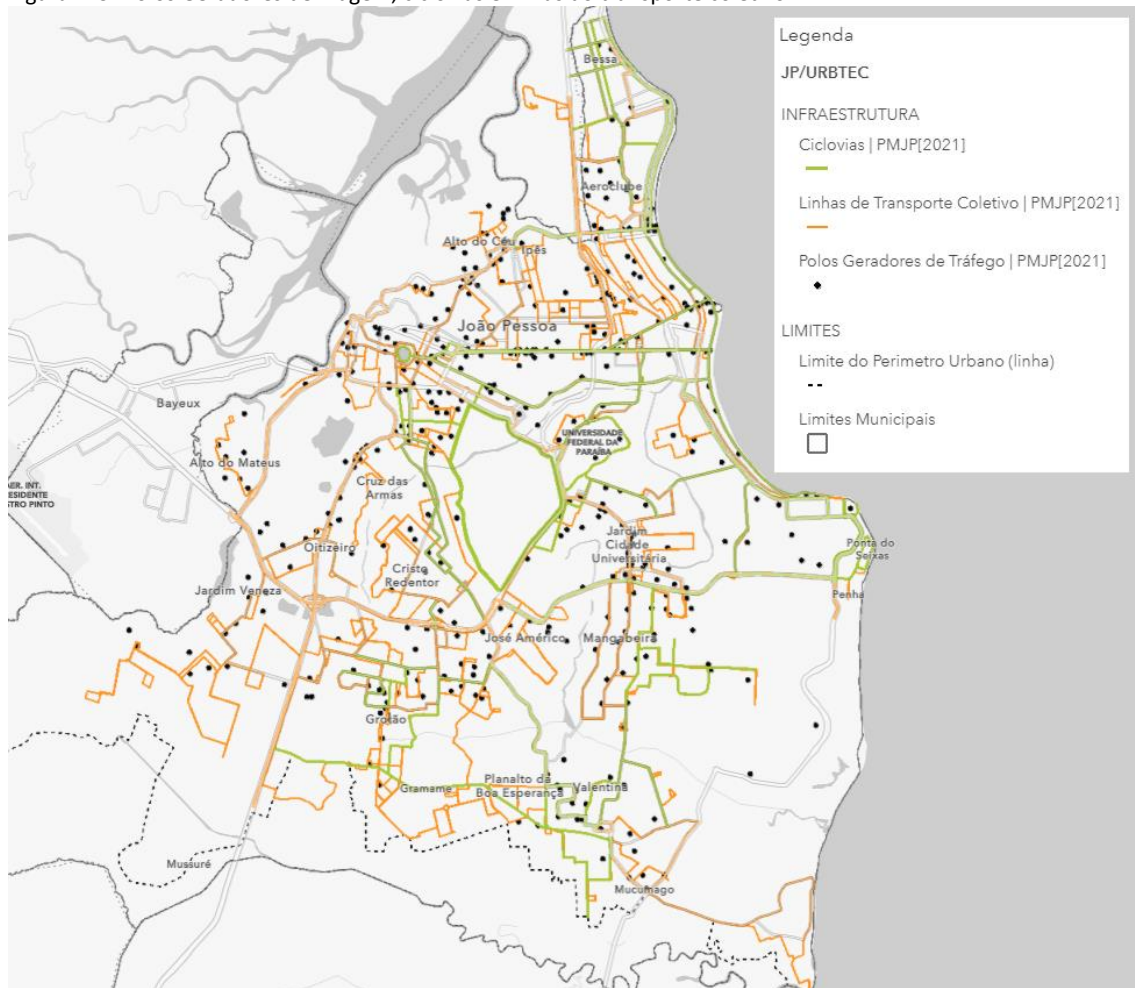
Figura 148: IPK (índice de passageiros por quilômetro) total de transporte coletivo (ônibus municipais) por porte do município



Fonte: ANTP (2018)

A Figura 149, abaixo, ilustra as redes do sistema de transporte coletivo e cicloviário em relação aos polos geradores de viagem. É possível perceber que de forma geral o sistema de transporte público coletivo permite acesso a maioria dos polos geradores de viagens, sendo que a ampliação da rede cicloviária e a integração dos dois sistemas poderia se constituir em uma boa alternativa para a população.

Figura 149: Polos Geradores de Viagem, ciclovias e linhas do transporte coletivo

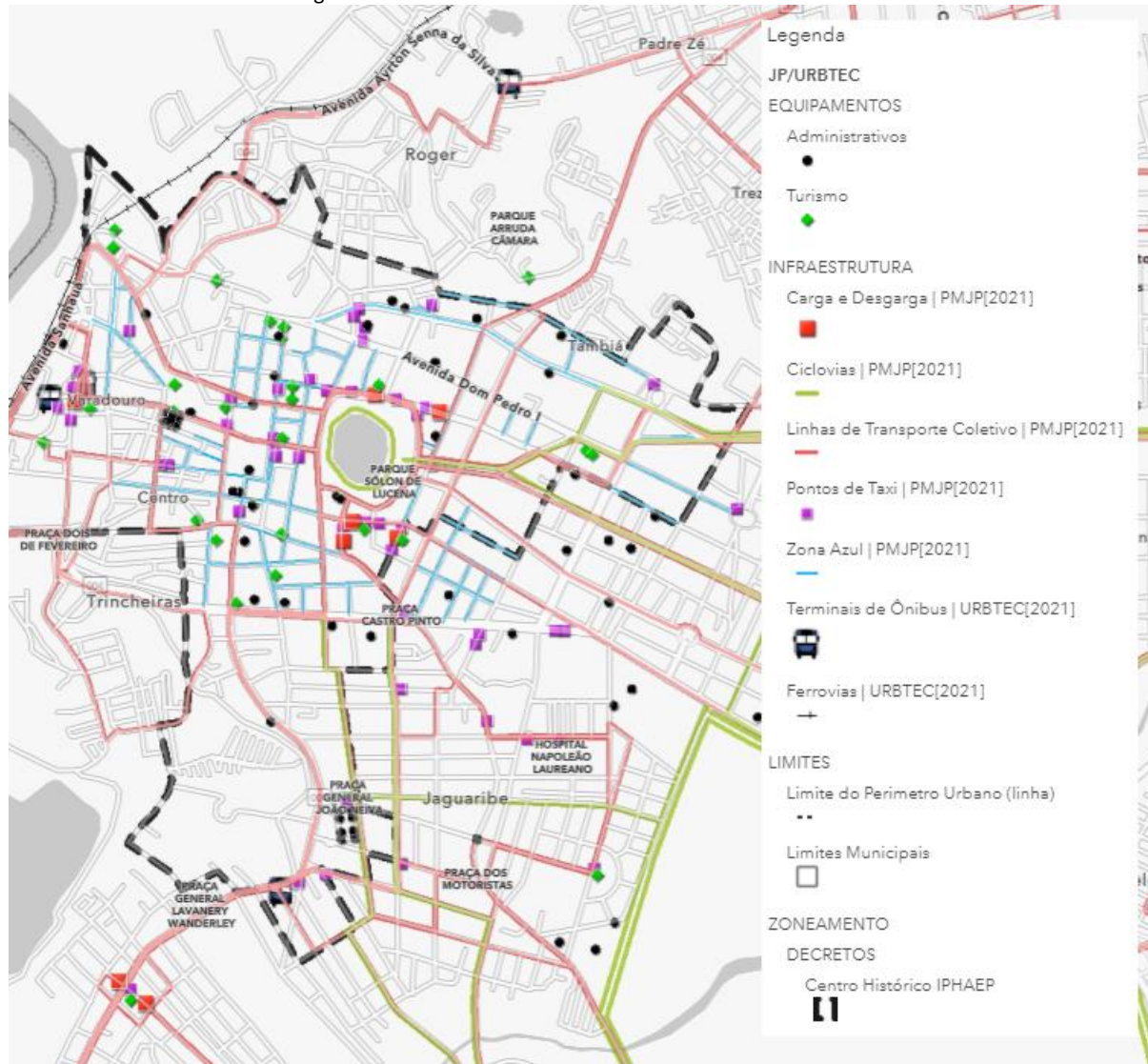


Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PMJP (2021)

8.9 ÁREA CENTRAL

A Figura 150, abaixo, é um recorte da área central do município onde é possível identificar os pontos de carga e descarga e as áreas de Zona Azul.

Figura 150: Linhas do transporte coletivo, ciclovias, terminais de ônibus, pontos de carga e descarga e equipamentos administrativos e de turismo na região do Centro Histórico



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PMJP (2021)

A área central de João Pessoa, de forma geral, é considerada de interesse histórico como mostram as informações já apresentadas no item 6.5, deste Relatório.

Tanto a grande concentração de comércio da área central, ilustrado pela Figura 97, quanto os fluxos intensos citados nas análises anteriores, indicam a necessidade de determinação de um polígono central, tanto para regulamentação de carga e descarga, quanto para estacionamento, além da compatibilização dos modais pelos quais a população e turistas podem acessar o centro da cidade, de forma a priorizar os modais ativos para circulação de pessoas, ordenar forma e local de estacionamento e carga e descarga, buscando preservar e valorizar a história de João Pessoa.

A Figura 151, abaixo, mostra claramente a necessidade de regulamentação e fiscalização no que diz respeito a dinâmica de carga e descarga e estacionamento no perímetro central de João Pessoa. A falta de um planejamento específico e fiscalização gera risco e reduz a mobilidade da população, além de degradar a região.

Figura 151: Caracterização dos estacionamentos na área central



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

9 INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS URBANOS E RURAIS

9.1 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS

Este tópico contempla a análise dos equipamentos públicos comunitários e sociais de educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e lazer presentes no território municipal. Para cada tema são apresentadas (i) informações institucionais relativas à inserção das políticas públicas nas esferas estadual e municipal, (ii) a relação e a caracterização dos equipamentos públicos identificados e (iii) a análise da capacidade de atendimento dos equipamentos.

Destaca-se que os equipamentos aqui enumerados resultam de um intenso processo de coleta, cruzamento e análise de informações e dados cadastrais e georreferenciados, provenientes de diferentes fontes, as quais incluem a Prefeitura Municipal de João Pessoa e os órgãos públicos oficiais de cadastro de equipamentos das instâncias estadual e federal. Ao longo desse processo, deparou-se com ausência ou inconsistência de dados e com divergências de informações entre as fontes de pesquisa. Embora se tenha procedido à confirmação, compatibilização e qualificação de informações junto ao poder público municipal, haja vista a representatividade quantitativa do conjunto de equipamentos, podem ocorrer eventuais inconsistências, em especial de identificação e georreferenciamento.

No que diz respeito à análise da capacidade de atendimento, foram considerados (i) dados, informações e indicadores socioeconômicos de João Pessoa relacionados aos temas de análise, (ii) a localização e a abrangência dos equipamentos e, quando obtidas, (iii) as avaliações de técnicos e/ou gestores municipais. Quanto à localização e abrangência, buscou-se dimensionar as demandas locais (atuais e futuras) e, principalmente, a cobertura dos grupos mais carentes da população. Para tanto, foram confrontadas informações por bairros, Regiões de Participação Popular e/ou outros recortes territoriais, tais como: a projeção demográfica para 2020 e a variação populacional em relação à 2010 (IBGE, 2010; IDOM-COBRAPE, 2014; Consórcio PDMJP)⁴⁸; o percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza (com renda média mensal de até meio salário mínimo) da respectiva unidade

⁴⁸ Conforme apresentado na Tabela 18 e discorrido no item 4.1.1 (Evolução e distribuição Espacial).

territorial (IBGE, 2010)⁴⁹; e a estimativa do contingente da população (de referência de análise e/ou projetada) vulnerável à pobreza, com base no referido percentual de domicílios censitários (IBGE, 2010).

Ressalta-se que as estimativas de cobertura de atendimento por bairros (e respectivas compilações regionais) aqui apresentadas se constituem como ponto de partida para mensuração das demandas das diferentes porções do território municipal. Além de serem referenciados por diferentes unidades de vizinhança ou recortes territoriais de planejamento, que não somente o bairro (de acordo com cada política setorial), os equipamentos comunitários e sociais, mesmo os de caráter local, podem ser compartilhados por moradores de dois ou mais bairros. Deste modo, mesmo que contribuam para dimensionar as carências de atendimento do município, as estimativas e inferências do presente estudo podem subestimar ou superestimar demandas locais, devendo ser apreciadas com ressalvas.

Nesse sentido, os dados levantados e organizados neste trabalho e as análises que se seguem buscam, sobretudo, balizar a elaboração ou revisão de planos setoriais, quando se procede ao refinamento das informações e ao exame pormenorizado, permitindo um planejamento cuidadoso e que garanta o acesso da população aos serviços sociais básicos.

9.1.1 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

O município de João Pessoa é polo da 1ª Gerência Regional de Educação da Paraíba⁵⁰, uma das 14 Gerências Regionais do estado, que constituem instâncias administrativas intermediárias da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba, que por sua vez define e executa as políticas de educação no âmbito estadual (PARAÍBA, 2021c; SEECT/PB, 2021b).

Na esfera municipal, a implementação das políticas educacionais é de competência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEDEC), sendo as definições das ações corroboradas pelos seguintes órgãos colegiados: Conselho Municipal de Educação, Conselho

⁴⁹ Conforme apresentado na Tabela 25 e discorrido no item 4.2.3 (Renda).

⁵⁰ A 1ª Gerência Regional de Educação abrange os municípios de João Pessoa (polo), Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Mari, Pitimbu, Riachão do Poço, Santa Rita, Sapé e Sobrado (SEECT/PB, 2021b).

de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Conselho Municipal de Alimentação Escolar. Em relação aos instrumentos que orientam a política setorial, além da legislação correlata ao sistema municipal de ensino (Lei Nº 8.996/1999), João Pessoa dispõe do “Plano Municipal de Educação” referente ao decênio 2015/2025 e de Projetos Políticos Pedagógicos e/ou Propostas Pedagógicas Curriculares dos equipamentos municipais (JOÃO PESSOA, 1999, 2015, 2021c).

No que diz respeito à rede de ensino da Educação Básica, conforme ilustrado na Figura 11 e na Figura 153, de acordo com os dados do último Censo Escolar (MEC/INEP, 2020) e com informações atualizadas obtidas junto à SEDEC, João Pessoa conta com 470 equipamentos de educação, dos quais: 187 (39,8%) de administração municipal, totalizando 64.875 alunos matriculados em 2020 e 73.318 em 2021; 105 (22,3%) de administração estadual, totalizando 42.176 matriculados em 2020; 4 (0,9%) de administração federal, totalizando 2.037 matriculados em 2020; e 174 (37%) da rede privada, totalizando 53.414 matriculados em 2020.

Quanto ao oferecimento da Educação Básica pelo poder público, a educação infantil é ofertada por 146 equipamentos municipais, dos quais 83 ofertam a creche e 130 a pré-escola, e pela Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba (EEBAS/UFPB), que oferta as duas etapas. Em 2020, a rede pública totalizou 14.950 matrículas na educação infantil, o que correspondeu a 61,7% do total geral de matriculados, com 7.275 matrículas na creche (70,6% do total geral) e 7.675 na pré-escola (55,1% do total geral). No mesmo ano, a rede pública municipal foi responsável por 14.874 matrículas na educação infantil (61,4% do total geral e 99,5% do total da rede pública), sendo 7.253 matrículas na creche (70,4% do total geral e 99,7% do total da rede pública) e 7.621 na pré-escola (54,7% do total geral e 99,3% do total da rede pública). Já em 2021, a rede pública municipal totalizou 17.844 matriculados na educação infantil – correspondendo a um aumento de 20% em relação ao ano anterior –, sendo 8.703 matrículas na creche e 9.141 na pré-escola (MEC/INEP, 2020, SEDEC).

A etapa dos anos iniciais do ensino fundamental é disponibilizada pelas três esferas públicas, sendo ofertada por 87 equipamentos municipais, por 41 equipamentos estaduais e pela EEBAS/UFPB. Em 2020, a rede pública totalizou 30.502 matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, o que correspondeu a 59,5% do total geral de matriculados. No mesmo ano, a rede pública municipal respondeu por 23.861 matrículas nos anos iniciais (46,5% do

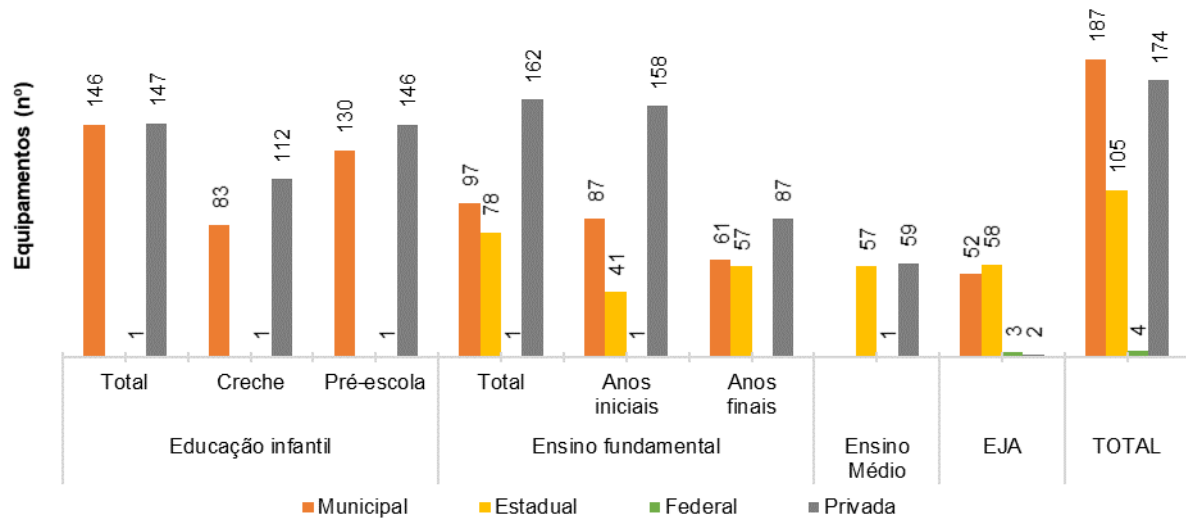
total geral e 78,9% do total da rede pública). Já em 2021, a rede pública municipal totalizou 27.452 matriculados nos anos iniciais, equivalendo a um aumento de 15% em relação ao ano anterior (MEC/INEP, 2020, SEDEC).

A etapa dos anos finais do ensino fundamental é ofertada por 61 equipamentos municipais e por 57 equipamentos estaduais. Em 2020, a rede pública totalizou 28.568 matrículas nos anos finais do ensino fundamental, o que correspondeu a 66,5% do total geral de matriculados. No mesmo ano, a rede pública municipal respondeu por 19.221 matrículas nos anos finais (44,8% do total geral e 67,3% do total da rede pública). Já em 2021, a rede pública municipal totalizou 21.954 matriculados nos anos finais, equivalendo a um aumento de 14,2% em relação ao ano anterior (MEC/INEP, 2020, SEDEC).

O ensino médio é ofertado por 57 equipamentos estaduais e pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB), que, juntos, totalizaram 18.681 matrículas nesta etapa em 2020, equivalendo a 68,1% do total geral de matriculados (MEC/INEP, 2020, SEDEC).

Em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada àqueles que não tiveram acesso à educação na idade apropriada, a modalidade é disponibilizada pelas três esferas públicas, sendo ofertada por 52 equipamentos municipais, por 58 equipamentos estaduais e por 3 equipamentos federais, os quais se referem à EEBAS/PB, ao IFPB e à Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba (ETS/UFPB). Em 2020, a rede pública totalizou 16.387 matrículas na EJA, o que correspondeu a 98,7% do total geral de matriculados. No mesmo ano, a rede pública municipal respondeu por 6.919 matrículas na EJA (41,7% do total geral e 42,2% do total da rede pública). Já em 2021, a rede pública municipal totalizou 6.068 matriculados na EJA, correspondendo a uma queda de 12,3% em relação ao ano anterior (MEC/INEP, 2020, SEDEC).

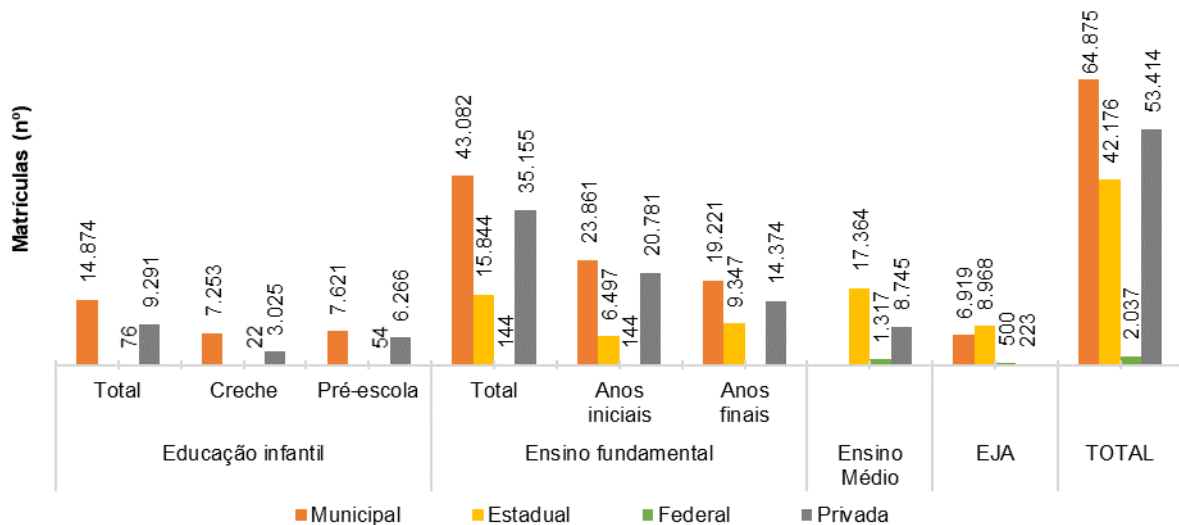
Figura 152: Número de equipamentos da rede de Educação Básica, por esfera administrativa e etapa de ensino, do município de João Pessoa - 2021.



Nota: O mesmo equipamento pode ofertar mais de uma etapa de ensino.

Fonte: MEC/INEP (2020), SEDEC.

Figura 153: Número de matriculados na rede de Educação Básica, por esfera administrativa e etapa de ensino, do município de João Pessoa - 2020.



Fonte: MEC/INEP (2020), SEDEC.

No que se refere à tipologia dos equipamentos públicos, a rede municipal é formada por 88 Centros de Referência em Educação Infantil (CREI), 47 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), 51 Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIF) e um Centro de Educação Integrado (voltado às atividades de contraturno). Dentre as escolas municipais, 31 são classificadas Escolas em Tempo Integral (tipologia que oferece jornada ampliada, com duração de oito ou mais horas), sendo 20 totalmente integrais e 11 parcialmente integrais (em processo de integralização) (MEC/INEP, 2020, SEDEC).

Já a rede estadual é formada por 43 Escolas Estaduais de Ensino Fundamental (EEFF), 34 Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM), 20 Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEM), duas Escolas Estaduais de Educação Especial (EEEE) e 6 de outros tipos. Dentre os equipamentos estaduais, 31 são classificados Escolas Cidadãs Integrais (ECI) (com oferta de jornada ampliada), sendo 14 com oferecimento de cursos técnicos, denominadas Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT), e uma instalada em unidade socioeducativa, denominada Escola Cidadã Integral Socioeducativa (ECIS) (MEC/INEP, 2020; SEECT/PB, 2021a).

O quadro do ANEXO II – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO, apresenta a relação dos equipamentos e matrículas da rede pública de Educação Básica de João Pessoa, organizados segundo os bairros e Regiões de Participação Popular. Para a contabilização do número de matriculados foram considerados os dados de 2021 dos equipamentos públicos municipais (SEDEC) e de 2020 dos equipamentos estaduais e federais (MEC/INEP, 2020)

Em relação à Educação Superior, que consiste no segundo nível do ensino escolar brasileiro⁵¹, conforme mencionado, João Pessoa abriga duas importantes instituições públicas federais, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), além da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Anteriormente denominada “Universidade da Paraíba”, a UFPB é uma instituição autárquica de regime especial de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao MEC, com estrutura multi-campi e atuação nos municípios de João Pessoa, Areia, Rio Tinto e Mamanguape, e Bananeiras. A UFPB atualmente conta com 123 cursos de graduação (sendo 11 na modalidade de Ensino à Distância) e 110 cursos de pós-graduação, dentre os quais 72 mestrados e 38 doutorados (sendo 5 em associação com outras Instituições de Educação Superior). Em 2019, a UFPB totalizou 30.385 matrículas nos cursos de graduação, 5.240 nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* e 394 nos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Os cursos ofertados abrangem todas as grandes áreas de do conhecimento (UFPB, 2021).

Por sua vez, o IFPB constitui-se numa referência em ensino profissional na Paraíba, tem sua Reitoria na capital e conta com 21 unidades distribuídas em todo o estado, entre campus

⁵¹ A Educação Superior compreende a graduação, que pode ser do tipo bacharelado, licenciatura e/ou formação tecnológica, e a pós-graduação, dividida entre cursos *strictu sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização e MBA - *Master in Business Administration*). Oferecido por Instituições de Ensino Superior, como universidades, centros universitários, faculdades e institutos tecnológicos, este nível pode ser oferecido nas modalidades presencial ou a distância, esta denominada Educação a Distância (EAD). (SESU/MEC, 2021)

e campus avançado. As unidades denominadas campus estão presentes nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Santa Rita, Sousa e Santa Luzia. Já os campi avançados, vinculados à Reitoria, estão na capital e nos municípios de Cabedelo, Soledade, Areia e Pedras de Fogo. Também em João Pessoa, desde 2017, encontra-se em funcionamento o Polo de Inovação Credenciado Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), que atua na área de Sistemas para Automação em Manufatura. O IFPB oferece, além de cursos de Formação Inicial e Continuada, diversos cursos presenciais e à distância, nas modalidades: integrado ao ensino médio, subsequente, superior e pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*). A instituição também conta com vários programas de Pesquisa, Extensão e Inovação, envolvendo estudantes, servidores e colaboradores. De seus 185 cursos ofertados, 47 são disponibilizados em João Pessoa. O total de vagas ofertadas pelo IFPB em cursos superiores chega a 1.590 (IFPB, 2021).

Já a UEPB tem sua sede em Campina Grande e conta com campi nos municípios de João Pessoa, Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, Patos, Monteiro e Araruna. Fundada em 1966, como autarquia municipal de Campina Grande e sob a denominação “Universidade Regional do Nordeste (URNe)”, a instituição foi estadualizada em 1987. A UEPB oferece 56 cursos de graduação (sendo 3 na modalidade de Ensino à Distância), 47 cursos de pós-graduação (sendo 18 especializações, 21 mestrados e 8 doutorados) e 4 cursos de nível técnico. Na capital paraibana, nas dependências da EEEM José Lins do Rego, funciona o Campus V - Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSA), onde são ofertados cursos presenciais de graduação (bacharelado em Arquivologia, Ciências Biológicas e Relações Internacionais) e pós-graduação (mestrado em Relações Internacionais). Em 2020, a UEPB totalizou 16.748 matrículas nos cursos de graduação, 1.071 nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* e 553 nos cursos de pós-graduação *lato sensu* (UEPB, 2021).

9.1.1.1. Capacidade de atendimento, abrangência e distribuição espacial

Para a análise da capacidade de atendimento dos equipamentos da rede pública de Educação Básica, além de indicadores das condições educacionais do município⁵², foram

⁵² Analisados no item 4.2.1 (Educação).

considerados: as metas de atendimento estabelecidas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014b)⁵³; a localização e a abrangência dos equipamentos; e as avaliações de técnicos e/ou gestores municipais. No que diz respeito à localização e abrangência, para cada etapa da Educação Básica, foram confrontadas as seguintes informações, por bairros e Regiões de Participação Popular: a população de referência para a etapa escolar (faixa etária estudantil) registrada no último Censo Demográfico (IBGE, 2010); o percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza (com renda média mensal de até meio salário mínimo) da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010); a estimativa do contingente da população de referência vulnerável à pobreza, com base no referido percentual de domicílios censitários (IBGE, 2010); a projeção demográfica para 2020 e a variação populacional em relação à 2010 (IBGE, 2010; IDOM-COBRAPÉ, 2014; Consórcio PDMJP).

Educação infantil

Corroborando com a situação discorrida no item 4.2.1 (Educação), a análise das informações revela que um dos principais desafios de João Pessoa diz respeito ao atendimento da educação infantil, em especial da etapa da creche. Cabe destacar que, apesar do aumento expressivo no número de matriculados na creche no período 2010/2019, em 2019 o município registrou uma taxa de atendimento da população de referência para esta etapa (faixa etária de até 3 anos) de aproximadamente 40%, sendo que estes dados incluem os estudantes de todas as redes (pública e privada) (MEC/INEP, 2010 a 2019)⁵⁴.

A Tabela 36 apresenta a cobertura estimada da população de referência para a creche, por bairros e Regiões de Participação Popular, considerando a população censitária e o número de equipamentos e matriculados da etapa de ensino (JOÃO PESSOA, 2021a; IBGE, 2010; MEC/INEP, 2020; SEDEC). Considerando-se a universalização do atendimento escolar pela rede pública, os dados apontam para um elevado *déficit* de cobertura da população total do município na faixa etária de até 3 anos, cuja estimativa de crianças atendidas corresponde a pouco mais de 20%. Pressupondo-se o atendimento integral dos grupos mais carentes, os

⁵³ Conforme discorrido no item supracitado, dentre as metas estabelecidas no Plano estão: a ampliação da oferta de creche para atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos; a universalização da pré-escola para crianças de 4 a 5 anos; a universalização do ensino fundamental para a população de 6 a 14 anos; e a universalização do ensino médio para a população de 15 a 17 anos (BRASIL, 2014b).

⁵⁴ Conforme apresentado nas Figura 30 e Figura 31 do item 4.2.1 (Educação).

dados também indicam insuficiência de cobertura, sendo a estimativa de atendimento da população total de referência vulnerável à pobreza equivalente a menos de 70%.

Quanto às áreas/regiões prioritárias para o direcionamento das políticas de ampliação do acesso à creche, a partir do cruzamento dos dados da Tabela 36, da concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e das projeções e variações demográficas, e com base no estabelecimento de algumas condicionantes, situações mais críticas foram identificadas em 31 bairros. Agrupados de acordo com as condicionantes e em ordem decrescente de criticidade, estes bairros estão relacionados a seguir:

- Muçumagro, Paratibe, Ilha do Bispo e Gramame: bairros com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar⁵⁵ e sem cobertura plena de atendimento desta população, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica⁵⁶.
- São José, Grotão, Distrito Industrial, Indústrias, Jardim Veneza, Alto do Mateus, Alto do Céu e Padre Zé: bairros com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Portal do Sol: bairro com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população, com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Manaíra, Mangabeira, Costa e Silva, Funcionários, João Paulo II, José Américo, Cristo Redentor, Varjão, Cruz das Armas, Oitizeiro, Varadouro, Roger, Treze de Maio, Mandacarú e Jardim Cidade Universitária: bairros com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população.
- Mumbaba: bairro com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.

⁵⁵ Quantitativo considerando a demanda média que justifica a implantação/atendimento de equipamento com oferta de creche.

⁵⁶ Considerando esta associação como possível indutora à ocupação.

- Trincheiras: bairro com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Altiplano Cabo Branco: bairro com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.

Tabela 36: População censitária na faixa etária de até 3 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de equipamentos e alunos matriculados em creches da rede pública de educação e percentual estimado de cobertura da população de referência, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.

Região / Bairro	População até 3 anos (habitantes) 2010		Creche (nº) 2021		Cobertura estimada (%) ⁽³⁾	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas ⁽²⁾	Total	Renda < 1/2 sm
1ª REGIÃO	3.509	430	3	295	8,4	68,5
Aeroclube	451	20	-	-	-	-
Bessa	630	71	1	125	19,8	177,3
Brisamar	117	14	-	-	-	-
Jardim Oceania	616	26	-	-	-	-
João Agripino	36	4	-	-	-	-
Manaíra	1.040	70	-	-	-	-
São José	619	418	2	170	27,5	40,6
2ª REGIÃO	1.180	141	2	158	13,4	111,7
Altiplano Cabo Branco	288	62	1	89	30,9	143,0
Cabo Branco	241	11	-	-	-	-
Penha	45	22	1	69	153,3	320,7
Ponta do Seixas	24	2	-	-	-	-
Portal do Sol	233	60	-	-	-	-
Tambaú	349	25	-	-	-	-
3ª REGIÃO	4.501	1.364	11	1.151	25,6	84,4
Costa do Sol	560	262	2	406	72,5	154,9
Mangabeira	3.941	1.126	9	745	18,9	66,2
4ª REGIÃO	2.905	1.131	6	1.045	36,0	92,4
Barra de Gramame	28	16	-	-	-	-
Muçumagro	449	249	-	-	-	-
Paratibe	912	461	2	248	27,2	53,8
Planalto da Boa Esperança	438	163	1	369	84,2	226,9
Valentina	1.078	302	3	428	39,7	141,9
5ª REGIÃO	6.168	1.975	16	1.475	23,9	74,7
Água Fria	328	41	-	-	-	-
Cidade dos Colibris	330	115	1	127	38,5	110,9
Costa e Silva	547	255	1	63	11,5	24,7
Cuiá	404	72	1	112	27,7	156,0
Ernani Sátiro	453	161	2	230	50,8	143,3
Ernesto Geisel	734	121	3	318	43,3	263,7
Funcionários	878	321	4	284	32,3	88,4
Grotão	369	207	-	-	-	-
João Paulo II	1.079	449	2	122	11,3	27,2
José Américo	1.046	311	2	219	20,9	70,5
6ª REGIÃO	2.193	1.212	8	777	35,4	64,1
Distrito Industrial	162	100	1	93	57,4	93,0
Indústrias	560	283	2	136	24,3	48,1
Jardim Veneza	859	494	2	93	10,8	18,8

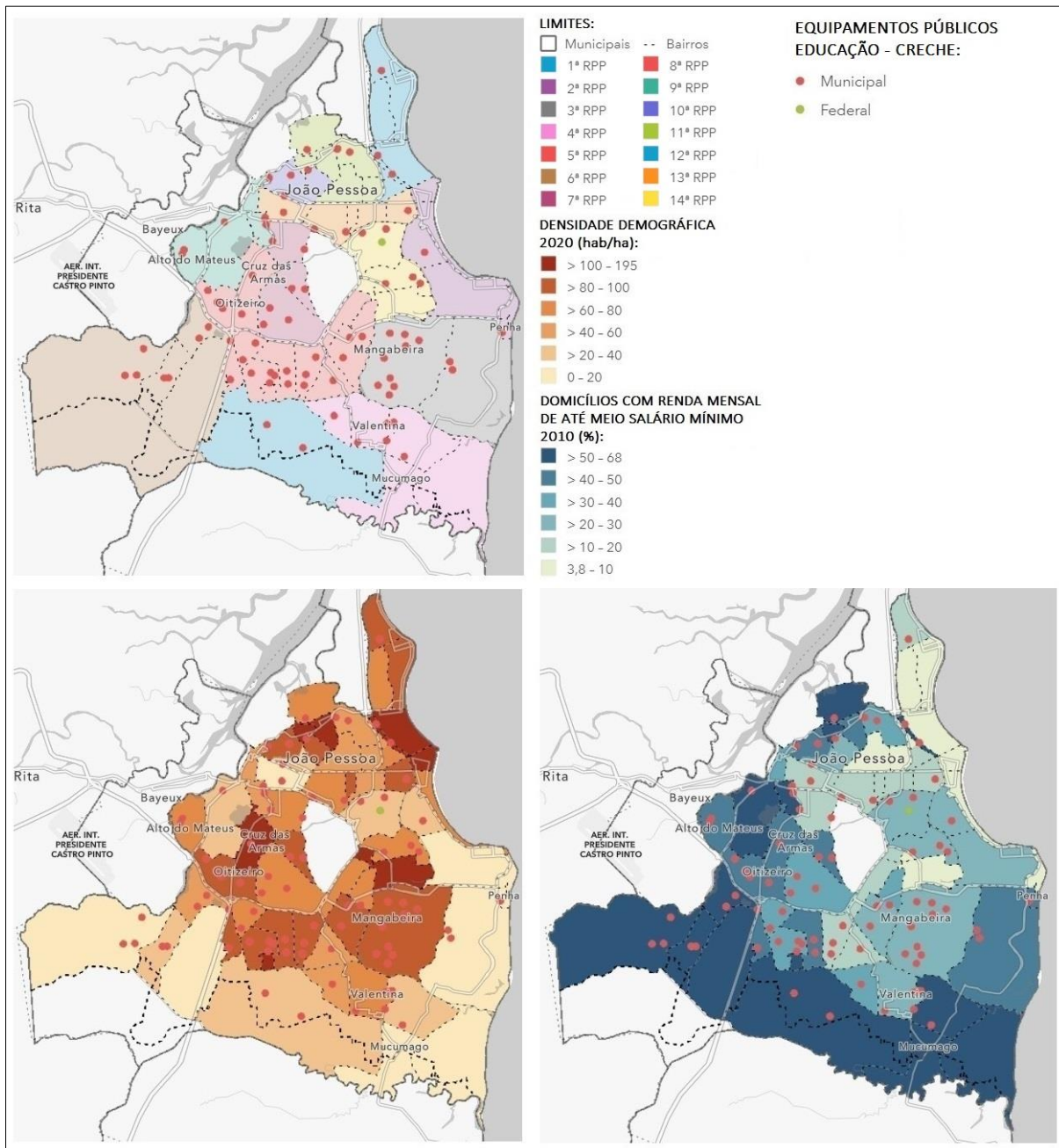
Região / Bairro	População até 3 anos (habitantes) 2010		Creche (nº) 2021		Cobertura estimada (%) ⁽³⁾	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas ⁽²⁾	Total	Renda < 1/2 sm
Mumbaba	612	338	3	455	74,3	134,6
7ª REGIÃO	3.782	1.383	7	820	21,7	59,3
Cristo Redentor	2.213	852	3	450	20,3	52,8
Jaguaribe	592	106	2	165	27,9	155,0
Varjão	977	482	2	205	21,0	42,5
8ª REGIÃO	3.183	1.476	5	421	13,2	28,5
Cruz das Armas	1.441	631	1	137	9,5	21,7
Oitizeiro	1.742	847	4	284	16,3	33,5
9ª REGIÃO	2.207	1.170	6	499	22,6	42,7
Alto do Mateus	997	499	2	138	13,8	27,7
Ilha do Bispo	566	387	1	92	16,3	23,8
Trincheiras	449	225	3	269	59,9	119,4
Varadouro	195	78	-	-	-	-
10ª REGIÃO	1.083	338	3	182	16,8	53,8
Roger	569	238	2	92	16,2	38,6
Tambiá	135	29	1	90	66,7	308,6
Treze de Maio	379	79	-	-	-	-
11ª REGIÃO	3.467	1.383	5	528	15,2	38,2
Alto do Céu	1.269	786	1	84	6,6	10,7
Estados	242	9	-	-	-	-
Ipês	571	182	3	351	61,5	192,6
Mandacarú	775	331	-	-	-	-
Padre Zé	489	248	1	93	19,0	37,5
Pedro Gondim	121	7	-	-	-	-
12ª REGIÃO	1.940	1.075	2	481	24,8	44,7
Gramame	1.940	1.075	2	481	24,8	44,7
13ª REGIÃO	1.435	230	4	282	19,7	122,7
Centro	132	24	1	47	35,6	197,0
Expedicionários	145	20	-	-	-	-
Miramar	372	59	1	127	34,1	214,9
Tambauzinho	199	24	-	-	-	-
Torre	587	102	2	108	18,4	105,6
14ª REGIÃO	2.321	372	6	611	26,3	164,3
Anatólia	38	3	-	-	-	-
Bancários	591	127	3	468	79,2	368,4
Castelo Branco	492	139	3	143	29,1	103,0
Jardim Cidade Universitária	1.032	95	-	-	-	-
Jardim São Paulo	168	18	-	-	-	-
JOÃO PESSOA	40.261	12.899	84	8.725	21,7	67,6

Nota: (1) Com base no percentual de domicílios de 2010 com renda média de até meio salário mínimo da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010). (2) Considerando os dados de 2021 para as matrículas da rede pública municipal (SECEC) e de 2020 para as da rede pública federal (MEC/INEP, 2020). (3) Proporção do número de matrículas na população de referência para a etapa escolar.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEDEC. Elaborado por Consórcio PDMJP.

A Figura 154 ilustra a distribuição espacial dos equipamentos da rede pública de educação com oferta de creche, sobreposta às camadas de delimitação de bairros e Regiões de Participação Popular, de densidade demográfica projetada para 2020, e de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza.

Figura 154: Distribuição espacial de equipamentos com oferta de creche da rede pública de educação do município de João Pessoa.



Nota: RPP = Região de Participação Popular.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEDEC. Densidade demográfica projetada por Consórcio PDMJP. Elaborado por Consórcio PDMJP.

No que se refere à etapa da pré-escola, a Tabela 37 apresenta a cobertura estimada da população de referência (faixa etária de 4 a 5 anos), por bairros e Regiões de Participação Popular, considerando a população censitária e o número de equipamentos e matriculados da pré-escola (JOÃO PESSOA, 2021a; IBGE, 2010; MEC/INEP, 2020; SEDEC). Considerando-se a universalização do atendimento escolar pela rede pública, os dados apontam para um elevado *déficit* de cobertura da população total do município na faixa etária de 4 a 5 anos, cuja

estimativa de crianças atendidas corresponde a aproximadamente 45%. Pressupondo-se o atendimento integral dos grupos mais carentes, os dados sugerem um cenário mais favorável, com estimativa de plena cobertura da população total de referência vulnerável à pobreza. Não obstante, esta situação não se reflete em todos os bairros.

Quanto às áreas/regiões prioritárias para o direcionamento das políticas de ampliação do acesso à pré-escola, a partir do cruzamento dos dados da Tabela 37, da concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e das projeções e variações demográficas, e com base no estabelecimento de algumas condicionantes, situações mais críticas foram identificadas em 18 bairros. Agrupados de acordo com as condicionantes e em ordem decrescente de criticidade, estes bairros estão relacionados a seguir:

- Muçumagro e Ilha do Bispo: bairros com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar⁵⁷ e sem cobertura plena de atendimento desta população, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica⁵⁸.
- São José, Grotão, Jardim Veneza, Alto do Céu e Padre Zé: bairros com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Cidade dos Colibris, João Paulo II, Varjão, Cruz das Armas e Mandacarú: bairros com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população.
- Paratibe, Mumbaba e Gramame: bairros com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Indústrias, Alto do Mateus e Trincheiras: bairros com mais de 50 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.

⁵⁷ Quantitativo considerando a demanda média que justifica a implantação/atendimento de equipamento com oferta de pré-escola.

⁵⁸ Considerando esta associação como possível indutora à ocupação.

Tabela 37: População censitária de 4 a 5 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de equipamentos e alunos matriculados em pré-escolas da rede pública de educação e percentual estimado de cobertura da população de referência, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.

Região / Bairro	População de 4 a 5 anos (habitantes) 2010		Pré-escola (nº) 2021		Cobertura estimada (%) ⁽³⁾	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas ⁽²⁾	Total	Renda < 1/2 sm
1ª REGIÃO	1.639	201	5	453	27,6	225,3
Aeroclube	212	10	-	-	-	-
Bessa	309	35	1	116	37,5	335,4
Brisamar	70	8	-	-	-	-
Jardim Oceania	296	12	1	94	31,8	763,7
João Agripino	20	2	-	-	-	-
Manaíra	463	31	2	156	33,7	497,7
São José	269	182	1	87	32,3	47,9
2ª REGIÃO	627	75	3	170	27,1	226,1
Altiplano Cabo Branco	161	35	2	80	49,7	229,9
Cabo Branco	125	6	-	-	-	-
Penha	17	8	1	90	529,4	1.107,4
Ponta do Seixas	7	0	-	-	-	-
Portal do Sol	134	34	-	-	-	-
Tambaú	183	13	-	-	-	-
3ª REGIÃO	2.305	698	11	968	42,0	138,6
Costa do Sol	254	119	2	314	123,6	264,1
Mangabeira	2.051	586	9	654	31,9	111,6
4ª REGIÃO	1.470	572	9	971	66,1	169,7
Barra de Gramame	9	5	-	-	-	-
Muçumagro	250	139	-	-	-	-
Paratibe	475	240	4	409	86,1	170,5
Planalto da Boa Esperança	191	71	1	208	108,9	293,2
Valentina	545	152	4	354	65,0	232,2
5ª REGIÃO	3.097	992	23	1.354	43,7	136,5
Água Fria	166	21	-	-	-	-
Cidade dos Colibris	144	50	-	-	-	-
Costa e Silva	239	111	3	179	74,9	160,8
Cuiá	268	48	1	34	12,7	71,4
Ernani Sátiro	240	85	2	124	51,7	145,8
Ernesto Geisel	359	59	4	275	76,6	466,3
Funcionários	459	168	5	229	49,9	136,3
Grotão	188	105	1	72	38,3	68,4
João Paulo II	545	227	3	146	26,8	64,4
José Américo	489	145	4	295	60,3	203,1
6ª REGIÃO	1.122	620	11	799	71,2	128,8
Distrito Industrial	73	45	1	57	78,1	126,5
Indústrias	278	140	2	156	56,1	111,0
Jardim Veneza	461	265	3	204	44,3	76,9
Mumbaba	310	171	5	382	123,2	223,0
7ª REGIÃO	1.929	705	13	866	44,9	122,8
Cristo Redentor	1.121	431	6	534	47,6	123,8
Jaguaribe	278	50	4	132	47,5	264,0
Varjão	530	262	3	200	37,7	76,4
8ª REGIÃO	1.679	778	14	717	42,7	92,1
Cruz das Armas	773	338	4	263	34,0	77,7
Oitizeiro	906	441	10	454	50,1	103,0
9ª REGIÃO	1.123	595	11	726	64,6	122,0
Alto do Mateus	498	249	3	331	66,5	132,9
Ilha do Bispo	287	196	3	146	50,9	74,5
Trincheiras	227	114	5	249	109,7	218,6
Varadouro	111	44	-	-	-	-
10ª REGIÃO	547	171	5	285	52,1	166,7

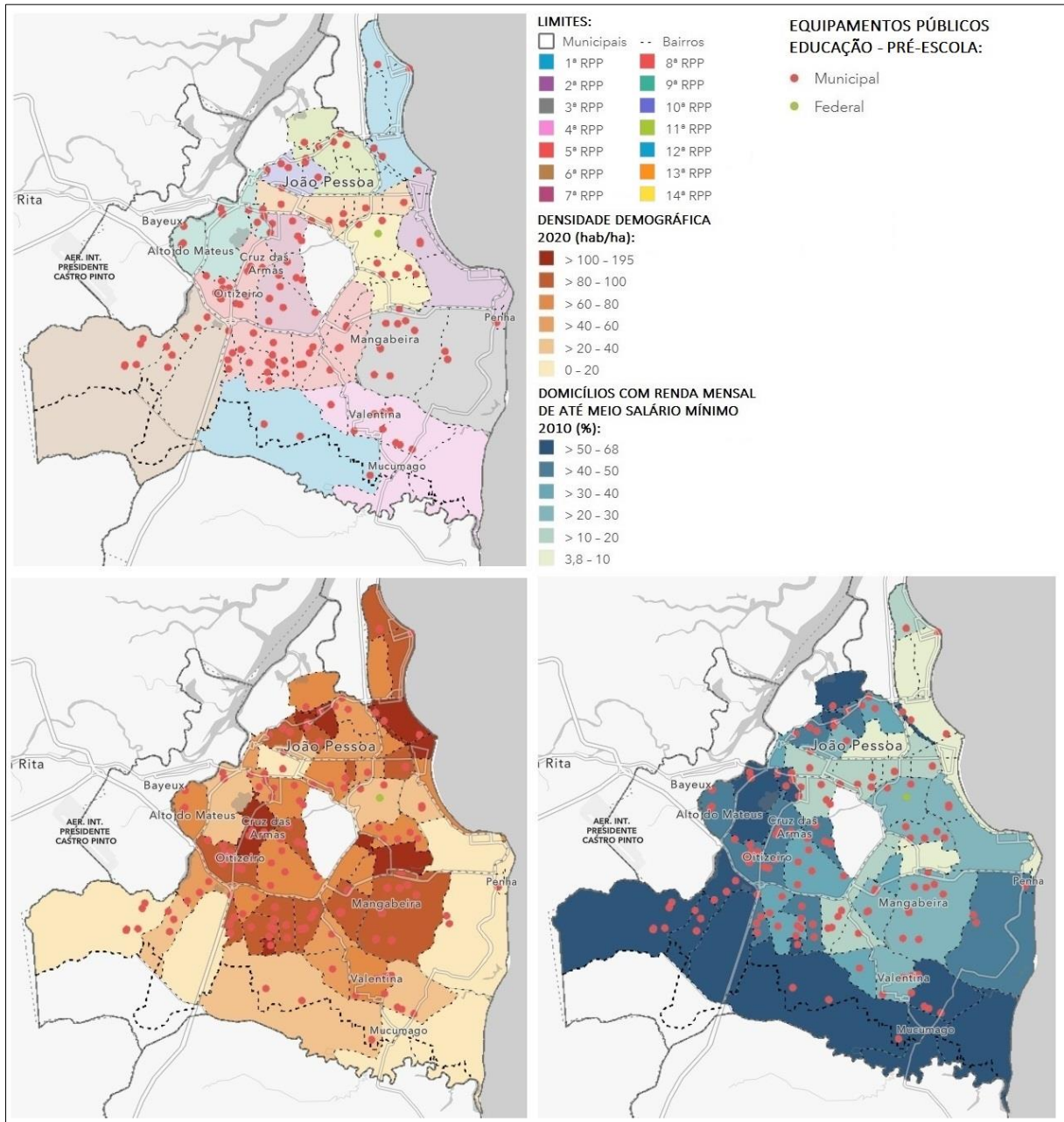
Região / Bairro	População de 4 a 5 anos (habitantes) 2010		Pré-escola (nº) 2021		Cobertura estimada (%) ⁽³⁾	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas ⁽²⁾	Total	Renda < 1/2 sm
Roger	318	133	3	150	47,2	112,6
Tambiá	56	12	1	80	142,9	661,2
Treze de Maio	173	36	1	55	31,8	152,8
11ª REGIÃO	1.760	702	8	530	30,1	75,5
Alto do Céu	635	393	1	76	12,0	19,3
Estados	129	5	-	-	-	-
Ipês	259	83	4	244	94,2	295,2
Mandacarú	413	176	1	132	32,0	74,8
Padre Zé	256	130	2	78	30,5	60,1
Pedro Gondim	68	4	-	-	-	-
12ª REGIÃO	1.036	574	3	624	60,2	108,7
Gramame	1.036	574	3	624	60,2	108,7
13ª REGIÃO	754	121	7	323	42,8	267,5
Centro	73	13	1	52	71,2	394,1
Expedicionários	74	10	-	-	-	-
Miramar	222	35	1	74	33,3	209,8
Tambauzinho	93	11	1	10	10,8	90,0
Torre	292	51	4	187	64,0	367,5
14ª REGIÃO	1.223	196	8	409	33,4	208,8
Anatólia	22	1	-	-	-	-
Bancários	304	65	5	278	91,4	425,4
Castelo Branco	277	78	3	131	47,3	167,7
Jardim Cidade Universitária	527	48	-	-	-	-
Jardim São Paulo	93	10	-	-	-	-
JOÃO PESSOA	20.515	6.573	131	9.195	44,8	139,9

Nota: (1) Com base no percentual de domicílios de 2010 com renda média de até meio salário mínimo da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010). (2) Considerando os dados de 2021 para as matrículas da rede pública municipal (SEDEC) e de 2020 para as da rede pública federal (MEC/INEP, 2020). (3) Proporção do número de matrículas na população de referência para a etapa escolar.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEDEC. Elaborado por Consórcio PDMJP.

A Figura 155 ilustra a distribuição espacial dos equipamentos da rede pública de educação com oferta de pré-escola, sobreposta às camadas de delimitação de bairros e Regiões de Participação Popular, de densidade demográfica projetada para 2020, e de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza.

Figura 155: Distribuição espacial de equipamentos com oferta de pré-escola da rede pública de educação do município de João Pessoa.



Nota: RPP = Região de Participação Popular.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEDEC. Densidade demográfica projetada por Consórcio PDMJP. Elaborado por Consórcio PDMJP.

Em relação aos equipamentos da rede pública municipal, foram obtidas informações importantes junto à SEDEC, relacionadas à caracterização e avaliação dos equipamentos, que auxiliam na análise das condições de atendimento⁵⁹. O detalhamento destas informações é

⁵⁹ Quanto aos equipamentos das redes estadual e federal, a consultoria não obteve acesso às informações até o momento da elaboração do presente documento.

apresentado no quadro do ANEXO III – CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

Sobre o atendimento da educação infantil, conforme ilustrado nas Figura 156 e Figura 157, de acordo com o cruzamento das informações sobre a capacidade do equipamento (número de vagas) e o número de crianças matriculadas, dos 83 equipamentos que ofertam a etapa da creche, 59 (71,1%) apresentam um número superior à capacidade prevista, totalizando cerca de 2.500 matrículas acima do limite. Esta situação também ocorre na pré-escola, sendo que 77 (59,2%) dos 130 equipamentos que ofertam esta etapa apresentam números superiores à capacidade, totalizando aproximadamente 1.800 matrículas acima do limite. Ademais, segundo avaliações de técnicos e/ou gestores, 62 (74,7%) dos equipamentos que ofertam a creche e 111 (85,4%) dos que ofertam a pré-escola não atendem à demanda atual de alunos, em função da carência de recursos humanos e das más condições das estruturas físicas. Ainda, todos os equipamentos com oferta de educação infantil contam com número de profissionais insuficiente, por falta de professores, técnicos e funcionários de apoio, sendo 58 equipamentos com oferta de pré-escola também carentes de pedagogos.

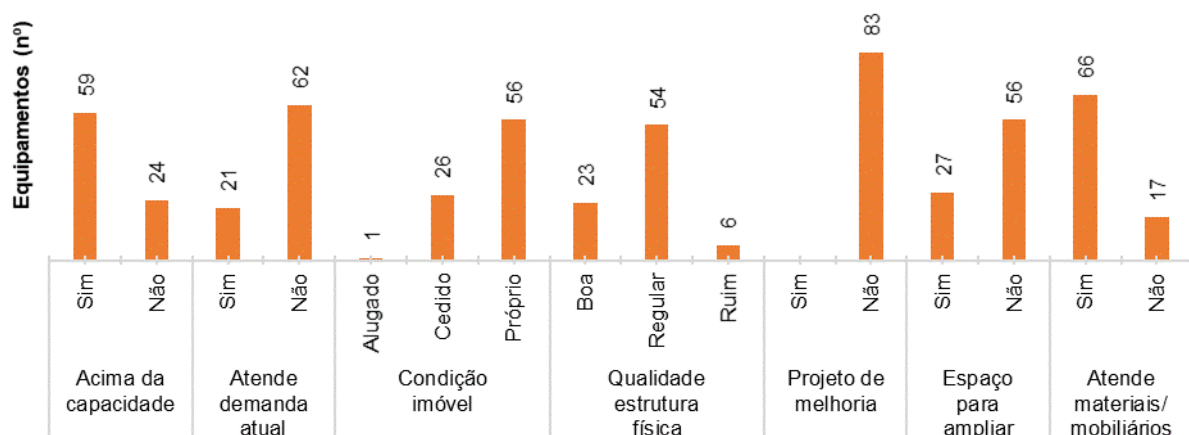
De acordo com a avaliação da SEDEC, por conta da insuficiência de equipamentos, além de apresentar uma demanda reprimida de vagas na educação infantil, o município enfrenta dificuldades para o cumprimento da universalização da educação infantil, tal como determinado no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014b). Segundo a Secretaria, as maiores demandas por vagas e equipamentos atualmente estão nos seguintes bairros: da 1ª Região, Bessa (incluindo localidades nas proximidades); da 3ª Região, Mangabeira (em diversas localidades, como Cidade Verde, Mangabeira 2, 6, 7 e 8); da 4ª Região, Muçumagro (localidade Parque do Sol), Paratibe, Planalto da Boa Esperança e Valentina; da 5ª Região, José Américo e Costa e Silva; da 6ª Região, Indústrias (especialmente na localidade José Vieira Diniz); da 7ª Região, Cristo Redentor (especialmente na localidade Vale das Palmeiras); da 11ª Região, Mandacaru; da 12ª Região, Gramame (especialmente a localidade Colinas do Sul); da 13ª Região, Centro e Torre; e da 14ª Região, Bancários (especialmente a localidade Timbó) e Jardim Cidade Universitária (localidade Bela Vista).

Quanto às condições de ocupação dos imóveis, do conjunto de 187 equipamentos municipais, 31 (16,6%) ocupam imóveis cedidos (dos quais 26 ofertam a creche e 28 a pré-escola) e dois (1,1%) ocupam imóveis alugados (dos quais um oferta as duas etapas da educação infantil). Em relação às estruturas físicas, apenas 41 (21,9%) equipamentos

municipais são avaliados por técnicos e/ou gestores como de qualidade boa (dos quais 23 ofertam a creche e 31 a pré-escola) e somente 46 (24,6%) contam com algum projeto de melhoria (dos quais 27 ofertam a pré-escola), sendo que apenas dois possuem projeto de ampliação (dois quais um oferta a pré-escola). Sobre a possibilidade de ampliação, 47 (25,1%) equipamentos municipais apresentam espaço disponível no terreno (dos quais 27 ofertam a creche e 38 a pré-escola). No que se refere aos materiais e mobiliários, estes itens são avaliados por técnicos e/ou gestores como suficientes em 158 (84,5%) equipamentos municipais (dos quais 66 ofertam a creche e 112 a pré-escola).

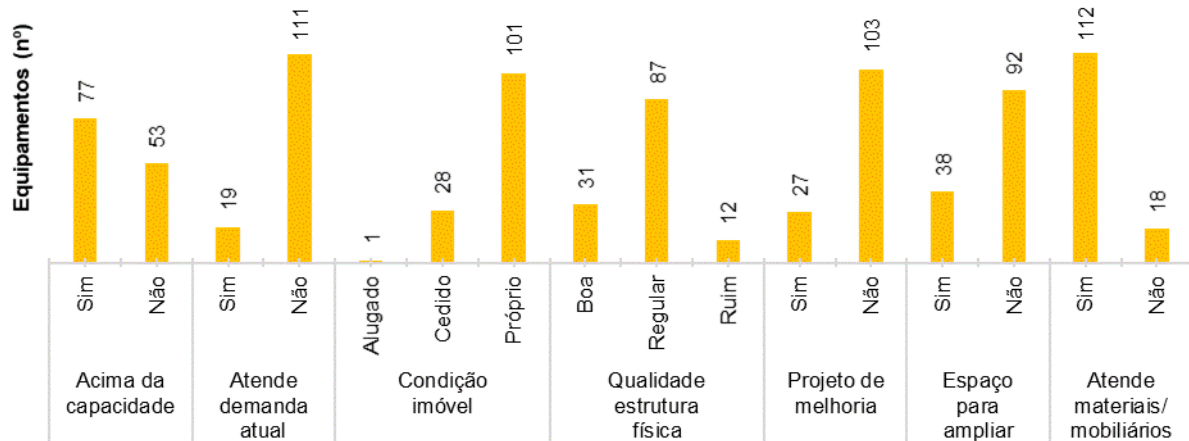
Conforme pontuado pela SEDEC, as estruturas físicas de muitos equipamentos municipais são precárias (especialmente dos CREI), as unidades carecem de materiais/mobiliários e, principalmente de recursos humanos. De acordo com a Secretaria, o atendimento da educação infantil ocorre por meio de prestadores de serviços, sendo que os equipamentos não dispõem de equipe técnica adequada (composta por pedagogo, psicólogo e assistente social, assim como de psicopedagogo para atendimento de alunos especiais). Além da realização de concurso público de modo sistemático, faz-se necessário fortalecer os processos de formação continuada, atualizar os processos de gestão, implementando ferramentas digitais e tecnológicas. Outro aspecto levantado diz respeito à carência de espaços adequados para práticas recreativas e artísticas (ao ar livre, arborizado), uma vez que a interação e o brincar são dois eixos estruturantes do trabalho pedagógico.

Figura 156: Distribuição absoluta de respostas de caracterização e avaliação dos equipamentos com oferta de creche da rede pública de educação de João Pessoa.



Elaboração: Consórcio PDMJP.

Figura 157: Distribuição absoluta de respostas de caracterização e avaliação dos equipamentos com oferta de pré-escola da rede pública municipal de educação de João Pessoa.



Elaboração: Consórcio PDMJP.

Ensino fundamental

Mesmo indicando condições mais favoráveis comparadas às da educação infantil, os dados relativos ao ensino fundamental também apontam para dificuldades no atendimento da demanda. Vale destacar que João Pessoa vem registrando uma paulatina redução do número de estudantes matriculados no ensino fundamental (MEC/INEP, 2010 a 2020)⁶⁰.

No que diz respeito à etapa dos anos iniciais, a Tabela 38 apresenta a cobertura estimada da população de referência (faixa etária de 6 a 10 anos), por bairros e Regiões de Participação Popular, considerando a população censitária e o número de equipamentos e matriculados dos anos iniciais (JOÃO PESSOA, 2021a; IBGE, 2010; MEC/INEP, 2020; SEDEC). Considerando-se a universalização do atendimento escolar pela rede pública, os dados apontam para um elevado *déficit* de cobertura da população total do município na faixa etária de 6 a 10 anos, cuja estimativa de crianças atendidas corresponde a pouco mais de 60%. Pressupondo-se o atendimento integral dos grupos mais carentes, os dados sugerem um cenário mais favorável, com estimativa de plena cobertura da população total de referência vulnerável à pobreza. Não obstante, esta situação não se reflete em todos os bairros.

Quanto às áreas/regiões prioritárias para o direcionamento das políticas de ampliação do acesso aos anos iniciais, a partir do cruzamento dos dados da Tabela 38, da concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e das projeções e variações demográficas, e com base no estabelecimento de algumas condicionantes, situações mais

⁶⁰ Conforme apresentado na Figura 34 do item 4.2.1 (Educação).

críticas foram identificadas em 23 bairros. Agrupados de acordo com as condicionantes e em ordem decrescente de criticidade, estes bairros estão relacionados a seguir:

- Muçumagro e Ilha do Bispo: bairros com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar⁶¹ e sem cobertura plena de atendimento desta população, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica⁶².
- São José, Indústrias e Alto do Céu: bairros com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Portal do Sol e Cuiá: bairros com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população, com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Bessa, Cidade dos Colibris, João Paulo II, Varjão, Roger, Miramar e Jardim Cidade Universitária: bairros com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população.
- Paratibe, Mumbaba e Gramame: bairros com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Grotão, Distrito Industrial, Jardim Veneza, Alto do Mateus, Trincheiras e Padre Zé: bairros com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.

⁶¹ Quantitativo considerando a demanda média que justifica a implantação/atendimento de equipamento com oferta de anos iniciais do ensino fundamental.

⁶² Considerando esta associação como possível indutora à ocupação.

Tabela 38: População censitária na faixa etária de 6 a 10 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de equipamentos e alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de educação e percentual estimado de cobertura da população de referência, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.

Região / Bairro	População de 6 a 10 anos (habitantes) 2010		Anos iniciais (nº) 2021		Cobertura estimada (%) ⁽³⁾	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas ⁽²⁾	Total	Renda < 1/2 sm
1ª REGIÃO	4.339	532	4	1.230	28,3	231,1
Aeroclube	580	26	-	-	-	-
Bessa	725	81	-	-	-	-
Brisamar	209	25	-	-	-	-
Jardim Oceania	747	31	1	479	64,1	1.542,1
João Agripino	62	6	1	121	195,2	1.923,7
Manaíra	1.275	86	2	630	49,4	729,8
São José	741	501	-	-	-	-
2ª REGIÃO	1.659	199	2	525	31,6	263,9
Altiplano Cabo Branco	374	81	1	234	62,6	289,4
Cabo Branco	343	16	-	-	-	-
Penha	69	33	1	291	421,7	882,2
Ponta do Seixas	33	2	-	-	-	-
Portal do Sol	342	88	-	-	-	-
Tambaú	498	36	-	-	-	-
3ª REGIÃO	6.255	1.895	10	3.813	61,0	201,2
Costa do Sol	806	377	1	709	88,0	187,9
Mangabeira	5.449	1.556	9	3.104	57,0	199,4
4ª REGIÃO	3.978	1.548	9	3.073	77,2	198,5
Barra de Gramame	40	23	-	-	-	-
Muçumagro	614	341	2	295	48,0	86,6
Paratibe	1.201	606	2	1.113	92,7	183,5
Planalto da Boa Esperança	537	199	1	550	102,4	275,8
Valentina	1.586	444	4	1.115	70,3	251,3
5ª REGIÃO	8.002	2.562	18	4.909	61,3	191,6
Água Fria	409	51	-	-	-	-
Cidade dos Colibris	371	129	-	-	-	-
Costa e Silva	643	299	4	668	103,9	223,1
Cuiá	589	105	-	-	-	-
Ernani Sátiro	653	231	2	398	60,9	172,0
Ernesto Geisel	980	161	3	1.174	119,8	729,2
Funcionários	1.133	415	3	820	72,4	197,7
Grotão	472	264	2	687	145,6	260,0
João Paulo II	1.352	562	1	320	23,7	56,9
José Américo	1.400	416	3	842	60,1	202,4
6ª REGIÃO	2.961	1.637	8	3.174	107,2	193,9
Distrito Industrial	218	135	2	486	222,9	361,1
Indústrias	725	366	1	329	45,4	89,8
Jardim Veneza	1.200	690	3	1.078	89,8	156,1
Mumbaba	818	452	2	1.281	156,6	283,5
7ª REGIÃO	5.180	1.894	16	3.247	62,7	171,5
Cristo Redentor	2.916	1.122	10	2.192	75,2	195,3
Jaguaribe	878	158	3	414	47,2	262,2
Varjão	1.386	684	3	641	46,2	93,7
8ª REGIÃO	4.343	2.014	17	3.253	74,9	161,6
Cruz das Armas	2.023	885	7	1.165	57,6	131,6
Oitizeiro	2.320	1.129	10	2.088	90,0	185,0
9ª REGIÃO	2.941	1.558	11	2.013	68,4	129,2
Alto do Mateus	1.358	679	4	843	62,1	124,1
Ilha do Bispo	719	491	2	436	60,6	88,8
Trincheiras	578	290	3	546	94,5	188,3
Varadouro	286	114	2	188	65,7	165,0

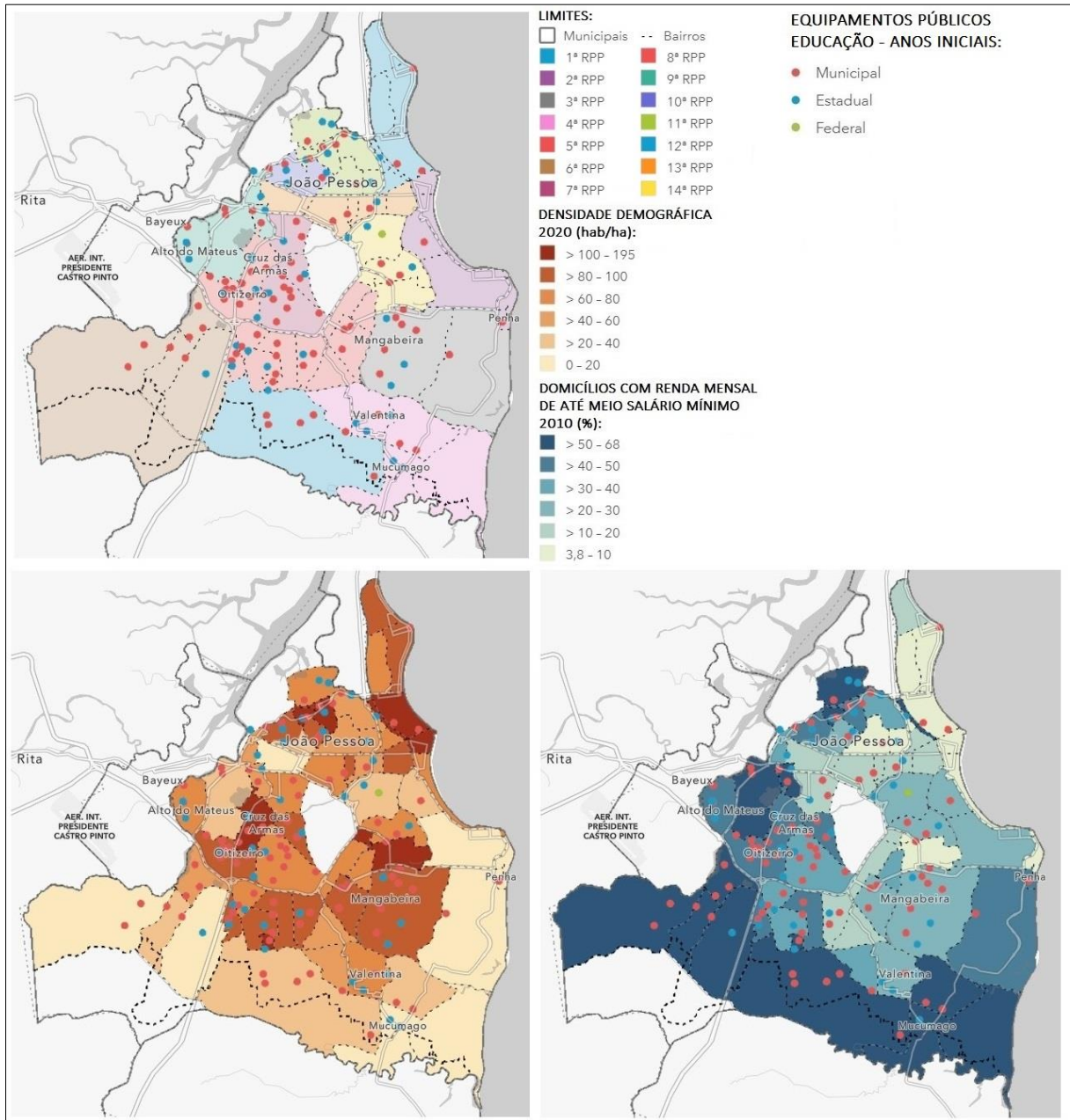
Região / Bairro	População de 6 a 10 anos (habitantes) 2010		Anos iniciais (nº) 2021		Cobertura estimada (%) ⁽³⁾	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas ⁽²⁾	Total	Renda < 1/2 sm
10ª REGIÃO	1.475	461	5	1.114	75,5	241,7
Roger	832	349	2	276	33,2	79,2
Tambiá	168	36	1	470	279,8	1.294,9
Treze de Maio	475	99	2	368	77,5	372,2
11ª REGIÃO	4.410	1.760	12	2.979	67,6	169,3
Alto do Céu	1.572	974	3	581	37,0	59,7
Estados	314	12	1	162	51,6	1.325,9
Ipês	692	221	2	445	64,3	201,5
Mandacarú	1.028	439	3	792	77,0	180,3
Padre Zé	624	316	2	446	71,5	140,9
Pedro Gondim	180	10	1	553	307,2	5.567,7
12ª REGIÃO	2.651	1.469	5	2.633	99,3	179,3
Gramame	2.651	1.469	5	2.633	99,3	179,3
13ª REGIÃO	1.996	320	5	1.021	51,2	319,4
Centro	169	31	1	183	108,3	599,1
Expedicionários	184	25	-	-	-	-
Miramar	584	93	-	-	-	-
Tambauzinho	256	31	2	316	123,4	1.032,8
Torre	803	140	2	522	65,0	373,0
14ª REGIÃO	3.049	488	7	1.109	36,4	227,0
Anatólia	53	4	1	211	398,1	5.925,8
Bancários	799	172	3	608	76,1	354,0
Castelo Branco	731	206	3	290	39,7	140,7
Jardim Cidade Universitária	1.251	115	-	-	-	-
Jardim São Paulo	215	23	-	-	-	-
JOÃO PESSOA	53.676	17.196	129	34.093	63,5	198,3

Nota: (1) Com base no percentual de domicílios de 2010 com renda média de até meio salário mínimo da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010). (2) Considerando os dados de 2021 para as matrículas da rede pública municipal (SECEC) e de 2020 para as das redes públicas estadual e federal (MEC/INEP, 2020). (3) Proporção do número de matrículas na população de referência para a etapa escolar.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEECT/PB (2021a), SEDEC. Elaborado por Consórcio PDMJP.

A Figura 158 ilustra a distribuição espacial dos equipamentos da rede pública de educação com oferta dos anos iniciais, sobreposta às camadas de delimitação de bairros e Regiões de Participação Popular, de densidade demográfica projetada para 2020, e de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza.

Figura 158: Distribuição espacial de equipamentos com oferta dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de educação do município de João Pessoa.



Nota: RPP = Região de Participação Popular.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEECT/PB (2021a), SEDEC. Densidade demográfica projetada por Consórcio PDMJP. Elaborado por Consórcio PDMJP.

No que se refere à etapa dos anos finais, a Tabela 39 apresenta a cobertura estimada da população de referência (faixa etária de 11 a 14 anos), por bairros e Regiões de Participação Popular, considerando a população censitária e o número de equipamentos e matriculados dos anos finais (JOÃO PESSOA, 2021a; IBGE, 2010; MEC/INEP, 2020; SEDEC). Considerando-se a universalização do atendimento escolar pela rede pública, os dados apontam para um elevado *déficit* de cobertura da população total do município na faixa etária de 11 a 14 anos,

cuja estimativa de crianças e adolescentes atendidos corresponde a menos de 70%. Pressupondo-se o atendimento integral dos grupos mais carentes, os dados sugerem um cenário mais favorável, com estimativa de plena cobertura da população total de referência vulnerável à pobreza. Não obstante, esta situação não se reflete em todos os bairros.

Quanto às áreas/regiões prioritárias para o direcionamento das políticas de ampliação do acesso aos anos finais, a partir do cruzamento dos dados da Tabela 39, da concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e das projeções e variações demográficas, e com base no estabelecimento de algumas condicionantes, situações mais críticas foram identificadas em 18 bairros. Agrupados de acordo com as condicionantes e em ordem decrescente de criticidade, estes bairros estão relacionados a seguir:

- Castelo Branco e Jardim Cidade Universitária: bairros com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar⁶³ e sem cobertura plena de atendimento desta população, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica⁶⁴.
- Miramar: bairro com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- João Paulo II: bairro com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população, com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- São José, Portal do Sol, Muçumagro, Cidade dos Colibris, Ernani Sátiro, Ilha do Bispo, Trincheiras, Roger e Alto do Céu: bairros com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população.
- Jardim Veneza e Bancários: bairros com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.

⁶³ Quantitativo considerando a demanda média que justifica a implantação/atendimento de equipamento com oferta de anos finais do ensino fundamental.

⁶⁴ Considerando esta associação como possível indutora à ocupação.

- Indústrias, Gramame e Torre: bairros com mais de 80 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.

Tabela 39: População censitária na faixa etária de 11 a 14 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de equipamentos e alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental da rede pública de educação e percentual estimado de cobertura da população de referência, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.

Região / Bairro	População de 11 a 14 anos (habitantes) 2010		Anos finais (nº) 2021		Cobertura estimada (%) ⁽³⁾	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas ⁽²⁾	Total	Renda < 1/2 sm
1ª REGIÃO	3.739	459	4	1.109	29,7	241,8
Aeroclube	518	23	-	-	-	-
Bessa	631	71	-	-	-	-
Brisamar	184	22	-	-	-	-
Jardim Oceania	673	28	1	421	62,6	1.504,4
João Agripino	61	6	-	-	-	-
Manaíra	1.128	76	3	688	61,0	900,9
São José	544	368	-	-	-	-
2ª REGIÃO	1.513	181	3	463	30,6	255,2
Altiplano Cabo Branco	303	65	2	256	84,5	390,9
Cabo Branco	333	16	-	-	-	-
Penha	76	36	1	207	272,4	569,8
Ponta do Seixas	22	1	-	-	-	-
Portal do Sol	312	80	-	-	-	-
Tambaú	467	33	-	-	-	-
3ª REGIÃO	5.315	1.611	14	3.972	74,7	246,6
Costa do Sol	615	288	-	571	92,8	198,3
Mangabeira	4.700	1.342	14	3.401	72,4	253,4
4ª REGIÃO	3.211	1.250	10	3.171	98,8	253,7
Barra de Gramame	18	10	-	-	-	-
Muçumagro	512	284	1	235	45,9	82,7
Paratibe	940	475	1	573	61,0	120,7
Planalto da Boa Esperança	398	148	1	372	93,5	251,7
Valentina	1.343	376	7	1.991	148,3	529,9
5ª REGIÃO	6.773	2.169	15	4.449	65,7	205,1
Água Fria	286	36	-	-	-	-
Cidade dos Colibris	323	112	-	-	-	-
Costa e Silva	537	250	3	698	130,0	279,1
Cuiá	421	75	1	48	11,4	64,2
Ernani Sátiro	605	214	1	155	25,6	72,3
Ernesto Geisel	804	132	1	985	122,5	745,7
Funcionários	1.104	404	4	1.236	112,0	305,9
Grotão	497	278	1	474	95,4	170,3
João Paulo II	1.090	453	2	245	22,5	54,1
José Américo	1.106	329	2	608	55,0	185,0
6ª REGIÃO	2.469	1.365	6	2.563	103,8	187,8
Distrito Industrial	166	102	1	445	268,1	434,2
Indústrias	684	346	2	445	65,1	128,7
Jardim Veneza	1.036	596	2	806	77,8	135,2
Mumbaba	583	322	1	867	148,7	269,2
7ª REGIÃO	4.425	1.618		3.607	81,5	223,0
Cristo Redentor	2.458	946	7	1.845	75,1	195,0
Jaguaribe	761	137	4	1.088	143,0	794,9
Varjão	1.206	595	3	674	55,9	113,2

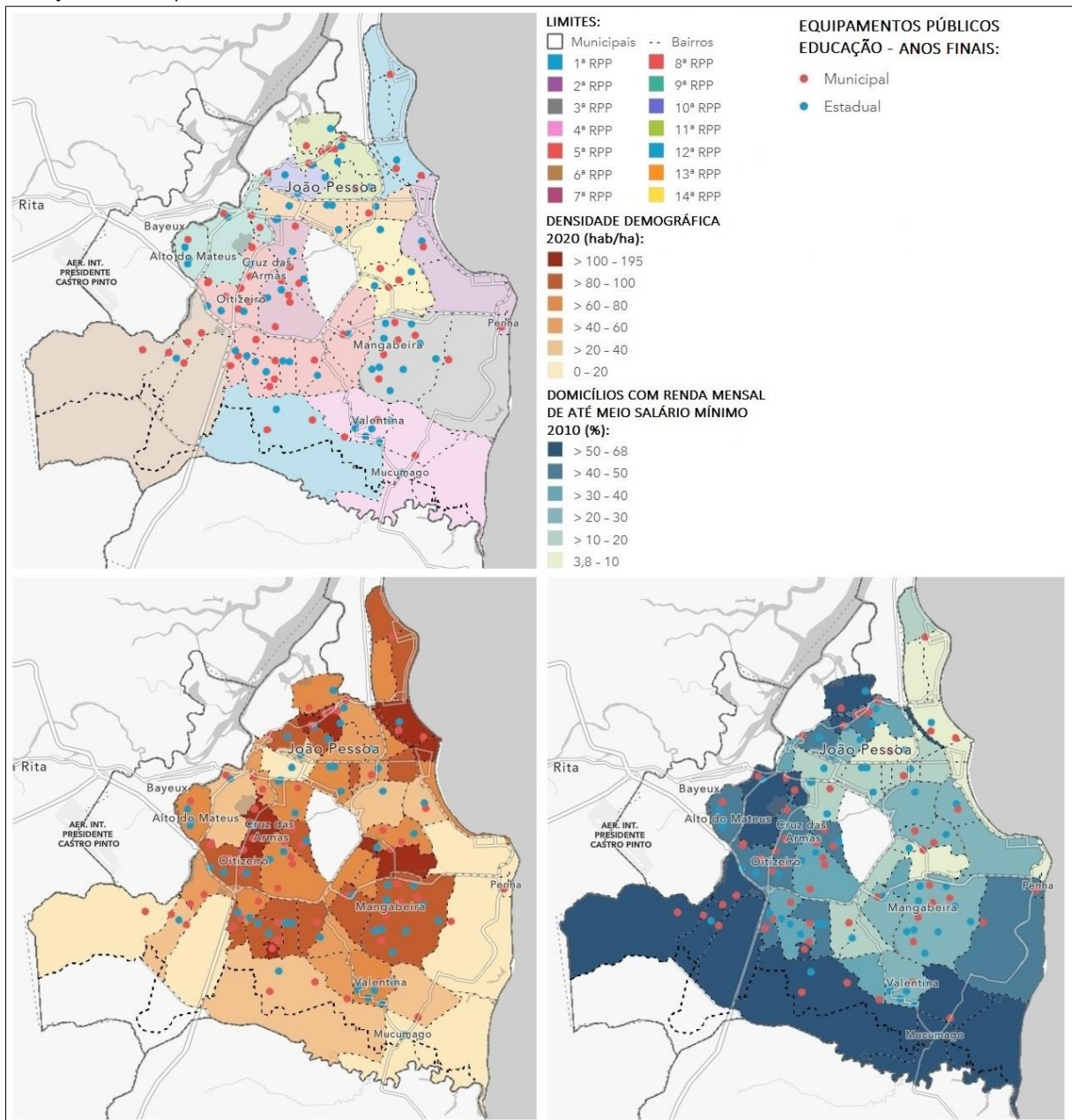
Região / Bairro	População de 11 a 14 anos (habitantes) 2010		Anos finais (nº) 2021		Cobertura estimada (%) ⁽³⁾	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas ⁽²⁾	Total	Renda < 1/2 sm
8ª REGIÃO	3.654	1.694	12	2.727	74,6	161,0
Cruz das Armas	1.633	715	4	1.193	73,1	166,9
Oitizeiro	2.021	983	8	1.534	75,9	156,0
9ª REGIÃO	2.578	1.366	9	1.550	60,1	113,5
Alto do Mateus	1.169	585	4	673	57,6	115,1
Ilha do Bispo	634	433	2	310	48,9	71,6
Trincheiras	520	261	2	230	44,2	88,2
Varadouro	255	102	1	337	132,2	331,7
10ª REGIÃO	1.327	415	4	702	52,9	169,3
Roger	696	292	1	114	16,4	39,1
Tambiá	146	32	1	353	241,8	1.119,1
Treze de Maio	485	101	2	235	48,5	232,8
11ª REGIÃO	3.731	1.489		3.008	80,6	202,1
Alto do Céu	1.338	829	2	363	27,1	43,8
Estados	329	13	1	217	66,0	1.695,0
Ipês	564	180	2	340	60,3	188,9
Mandacarú	829	354	3	998	120,4	281,7
Padre Zé	495	251	1	338	68,3	134,6
Pedro Gondim	176	10	1	752	427,3	7.743,4
12ª REGIÃO	1.998	1.107	3	1.715	85,8	154,9
Gramame	1.998	1.107	3	1.715	85,8	154,9
13ª REGIÃO	1.886	302	6	1.006	53,3	333,0
Centro	184	33	1	138	75,0	415,0
Expedicionários	179	25	-	-	-	-
Miramar	524	83	-	-	-	-
Tambauzinho	239	29	2	352	147,3	1.232,2
Torre	760	132	3	516	67,9	389,6
14ª REGIÃO	2.699	432		1.259	46,6	291,2
Anatólia	30	2	2	445	1.483,3	22.078,8
Bancários	668	144	3	684	102,4	476,3
Castelo Branco	657	185	1	130	19,8	70,2
Jardim Cidade Universitária	1.159	107	-	-	-	-
Jardim São Paulo	185	20	-	-	-	-
JOÃO PESSOA	45.664	14.630	86	31.301	68,5	214,0

Nota: (1) Com base no percentual de domicílios de 2010 com renda média de até meio salário mínimo da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010). (2) Considerando os dados de 2021 para as matrículas da rede pública municipal (SECEC) e de 2020 para as da rede pública estadual (MEC/INEP, 2020). (3) Proporção do número de matrículas na população de referência para a etapa escolar.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEECT/PB (2021a), SEDEC. Elaborado por Consórcio PDMJP.

A Figura 159 ilustra a distribuição espacial dos equipamentos da rede pública de educação com oferta dos anos finais, sobreposta às camadas de delimitação de bairros e Regiões de Participação Popular, de densidade demográfica projetada para 2020, e de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza.

Figura 159: Distribuição espacial de equipamentos com oferta dos anos finais do ensino fundamental da rede pública de educação do município de João Pessoa.



Nota: RPP = Região de Participação Popular.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEECT/PB (2021a), SEDEC. Densidade demográfica projetada por Consórcio PDMJP. Elaborado por Consórcio PDMJP.

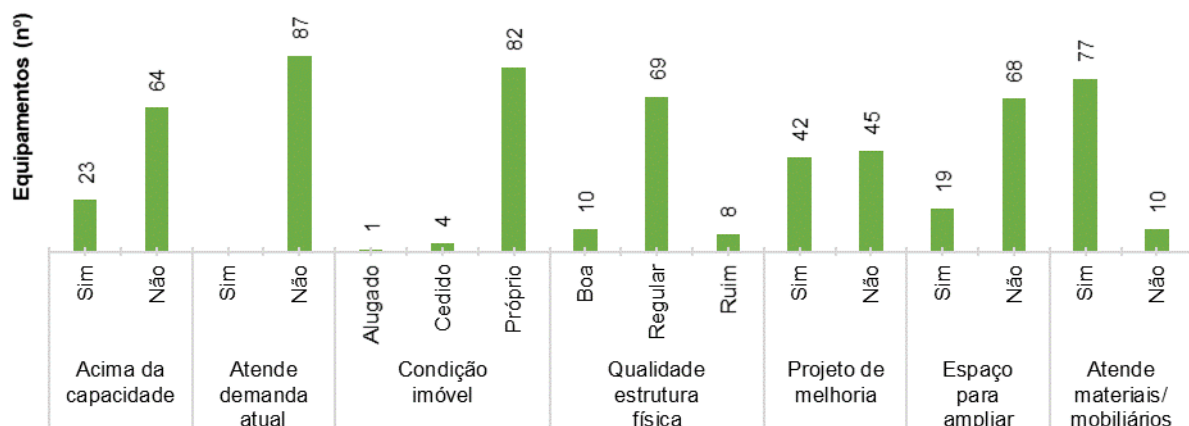
Sobre o atendimento do ensino fundamental pela rede pública municipal, de acordo com as informações obtidas junto à SEDEC, ilustradas nas Figura 160 e Figura 161, tal como no caso da educação infantil, os equipamentos com oferta de ensino fundamental também apresentam situações de funcionamento acima da capacidade prevista. Dos 87 equipamentos que ofertam a etapa dos anos iniciais, 23 (26,4%) apresentam um número de matrículas superior à capacidade prevista, totalizando cerca de 1.500 matrículas acima do limite. E, dos

61 equipamentos que ofertam os anos finais, 24 (39,3%) contam com números superiores, totalizando aproximadamente 1.200 matrículas acima do limite. Ademais, segundo avaliações de técnicos e/ou gestores, todos os equipamentos que ofertam o ensino fundamental não atendem à demanda atual de alunos, em função das más condições das estruturas físicas e da carência de recursos humanos, os quais se referem a professores, técnicos e funcionários de apoio, sendo 87 equipamentos também carentes de pedagogos.

Conforme apontado pela SEDEC, além da necessidade, a curto prazo, de novos equipamentos para o atendimento da educação infantil, também se faz necessário planejar, para um horizonte de médio prazo, a implantação de novos equipamentos de ensino fundamental (e com acessibilidade), tendo em vista a presença de regiões em franca expansão, a emergência de novas localidades e o aumento das unidades habitacionais.

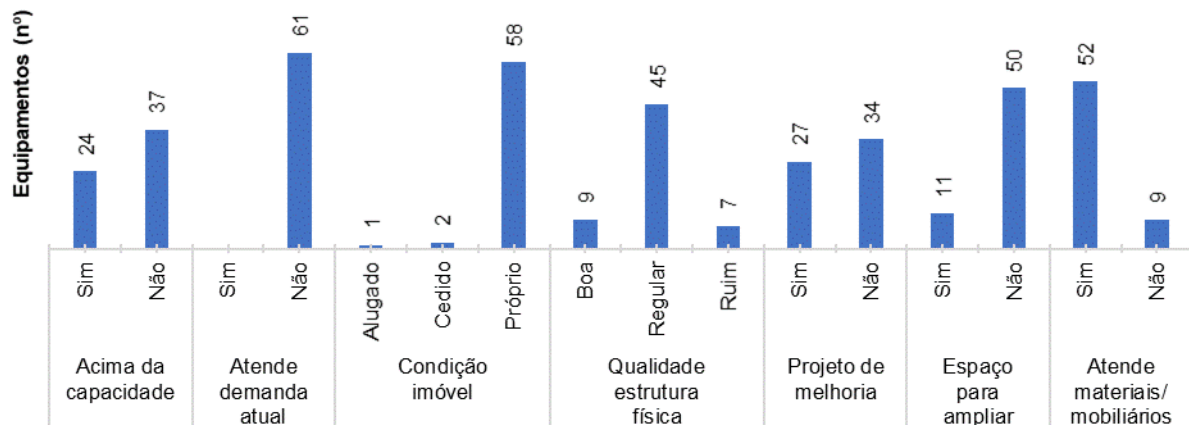
Quanto às condições de ocupação dos imóveis, dentre os equipamentos com oferta dos anos iniciais, um ocupa imóvel cedido e quatro ocupam imóveis alugados, e dentre os que ofertam os anos finais, um ocupa imóvel cedido e dois ocupam imóveis alugados. Em relação às estruturas físicas, menos da metade dos equipamentos de ensino fundamental contam com projeto de melhoria, sendo que as estruturas de apenas 10 equipamentos com oferta dos anos iniciais e de 9 com oferta dos anos finais são avaliadas por técnicos e/ou gestores como de qualidade boa. Sobre a possibilidade de ampliação, 19 equipamentos com anos iniciais e 11 com anos finais apresentam espaço disponível no terreno. No que se refere aos materiais e mobiliários, estes itens são avaliados por técnicos e/ou gestores como suficientes em 77 equipamentos com anos iniciais e em 11 com anos finais.

Figura 160: Distribuição absoluta de respostas de caracterização e avaliação dos equipamentos com oferta dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal de educação de João Pessoa.



Elaboração: Consórcio PDMJP.

Figura 161: Distribuição absoluta de respostas de caracterização e avaliação dos equipamentos com oferta dos anos finais do ensino fundamental da rede pública municipal de educação de João Pessoa.



Elaboração: Consórcio PDMJP.

Ensino médio

Tal como no caso da educação infantil, o atendimento do ensino médio constitui-se como um dos desafios de João Pessoa. Além de contar com taxas desfavoráveis de desempenho escolar e de distorção idade-série do ensino médio, ao longo dos últimos anos o município registrou redução do número de estudantes matriculados nesta etapa de ensino (MEC/INEP, 2010 a 2020)⁶⁵.

A Tabela 40 apresenta a cobertura estimada da população de referência (faixa etária de 15 a 17 anos), por bairros e Regiões de Participação Popular, considerando a população censitária e o número de equipamentos e matriculados do ensino médio (JOÃO PESSOA, 2021a; IBGE, 2010; MEC/INEP, 2020; SEDEC). Considerando-se a universalização do atendimento escolar pela rede pública, os dados apontam para um elevado *déficit* de cobertura da população total do município na faixa etária de 15 a 17 anos, cuja estimativa de jovens atendidos corresponde a aproximadamente 50%. Pressupondo-se o atendimento integral dos grupos mais carentes, os dados sugerem um cenário mais favorável, com estimativa de plena cobertura da população total de referência vulnerável à pobreza. Não obstante, esta situação não se reflete em todos os bairros.

Quanto às áreas/regiões prioritárias para o direcionamento das políticas de ampliação do acesso ao ensino médio, a partir do cruzamento dos dados da Tabela 40, da concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e das projeções e variações

⁶⁵ Conforme apresentado nas Figura 36 e Figura 37 e discorrido no item 4.2.1 (Educação).

demográficas, e com base no estabelecimento de algumas condicionantes, situações mais críticas são identificadas em 27 bairros. Agrupados de acordo com as condicionantes e em ordem decrescente de criticidade, estes bairros estão relacionados a seguir:

- Jardim Veneza e Jardim Cidade Universitária: bairros com mais de 100 vulneráveis na faixa etária escolar⁶⁶ e sem cobertura plena de atendimento desta população, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica⁶⁷.
- Gramame: bairro com mais de 100 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Grotão e José Américo: bairros com mais de 100 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população, com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- São José, Costa do Sol, Muçumagro, Paratibe, Planalto da Boa Esperança, Costa e Silva, Mumbaba, Varjão, Cruz das Armas, Oitizeiro, Alto do Mateus, Ilha do Bispo, Trincheiras, Roger, Alto do Céu, Mandacarú e Padre Zé: bairros com mais de 100 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento desta população.
- Bancários e Castelo Branco: bairros com mais de 100 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Indústrias e Torre: bairros com mais de 100 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.

⁶⁶ Quantitativo considerando a demanda média que justifica a implantação/atendimento de equipamento com oferta de ensino médio.

⁶⁷ Considerando esta associação como possível indutora à ocupação.

- João Paulo II: bairro com mais de 100 vulneráveis na faixa etária escolar e cobertura plena de atendimento desta população, mas com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.

Tabela 40: População censitária na faixa etária de 15 a 17 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de equipamentos e alunos matriculados no ensino médio da rede pública de educação e percentual estimado de cobertura da população de referência, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.

Região / Bairro	População de 15 a 17 anos (habitantes) 2010		Ensino médio (nº) 2021		Cobertura estimada (%) ⁽²⁾	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas	Total	Renda < 1/2 sm
1ª REGIÃO	3.348	411	1	232	6,9	56,5
Aeroclube	418	19	-	-	-	-
Bessa	561	63	-	-	-	-
Brisamar	162	19	-	-	-	-
Jardim Oceania	627	26	-	-	-	-
João Agripino	54	5	-	-	-	-
Manaíra	1.109	75	1	232	20,9	309,0
São José	417	282	-	-	-	-
2ª REGIÃO	1.328	159	2	191	14,4	120,0
Altiplano Cabo Branco	260	56	1	154	59,2	274,0
Cabo Branco	334	16	-	-	-	-
Penha	44	21	1	37	84,1	175,9
Ponta do Seixas	21	1	-	-	-	-
Portal do Sol	259	66	-	-	-	-
Tambaú	410	29	-	-	-	-
3ª REGIÃO	4.269	1.294	10	2.890	67,7	223,4
Costa do Sol	426	199	-	-	-	-
Mangabeira	3.843	1.098	10	2.890	75,2	263,3
4ª REGIÃO	2.733	1.064	5	1.957	71,6	184,0
Barra de Gramame	20	11	-	-	-	-
Muçumagro	423	235	1	173	40,9	73,7
Paratibe	734	371	-	-	-	-
Planalto da Boa Esperança	341	127	-	-	-	-
Valentina	1.215	340	4	1.784	146,8	524,8
5ª REGIÃO	5.161	1.653	8	2.370	45,9	143,4
Água Fria	227	28	-	-	-	-
Cidade dos Colibris	221	77	-	-	-	-
Costa e Silva	438	204	-	-	-	-
Cuiá	315	56	1	134	42,5	239,4
Ernani Sátiro	459	163	1	550	119,8	338,1
Ernesto Geisel	639	105	1	231	36,2	220,0
Funcionários	852	312	2	761	89,3	244,0
Grotão	349	195	-	-	-	-
João Paulo II	862	358	2	462	53,6	128,9
José Américo	799	237	1	232	29,0	97,7
6ª REGIÃO	1.794	992	2	373	20,8	37,6
Distrito Industrial	100	62	-	-	-	-
Indústrias	481	243	2	373	77,5	153,5
Jardim Venezuela	779	448	-	-	-	-
Mumbaba	434	240	-	-	-	-
7ª REGIÃO	3.611	1.320	6	3.184	88,2	241,2
Cristo Redentor	2.029	781	3	1.519	74,9	194,5
Jaguaribe	683	123	3	1.665	243,8	1.355,4
Varjão	899	444	-	-	-	-

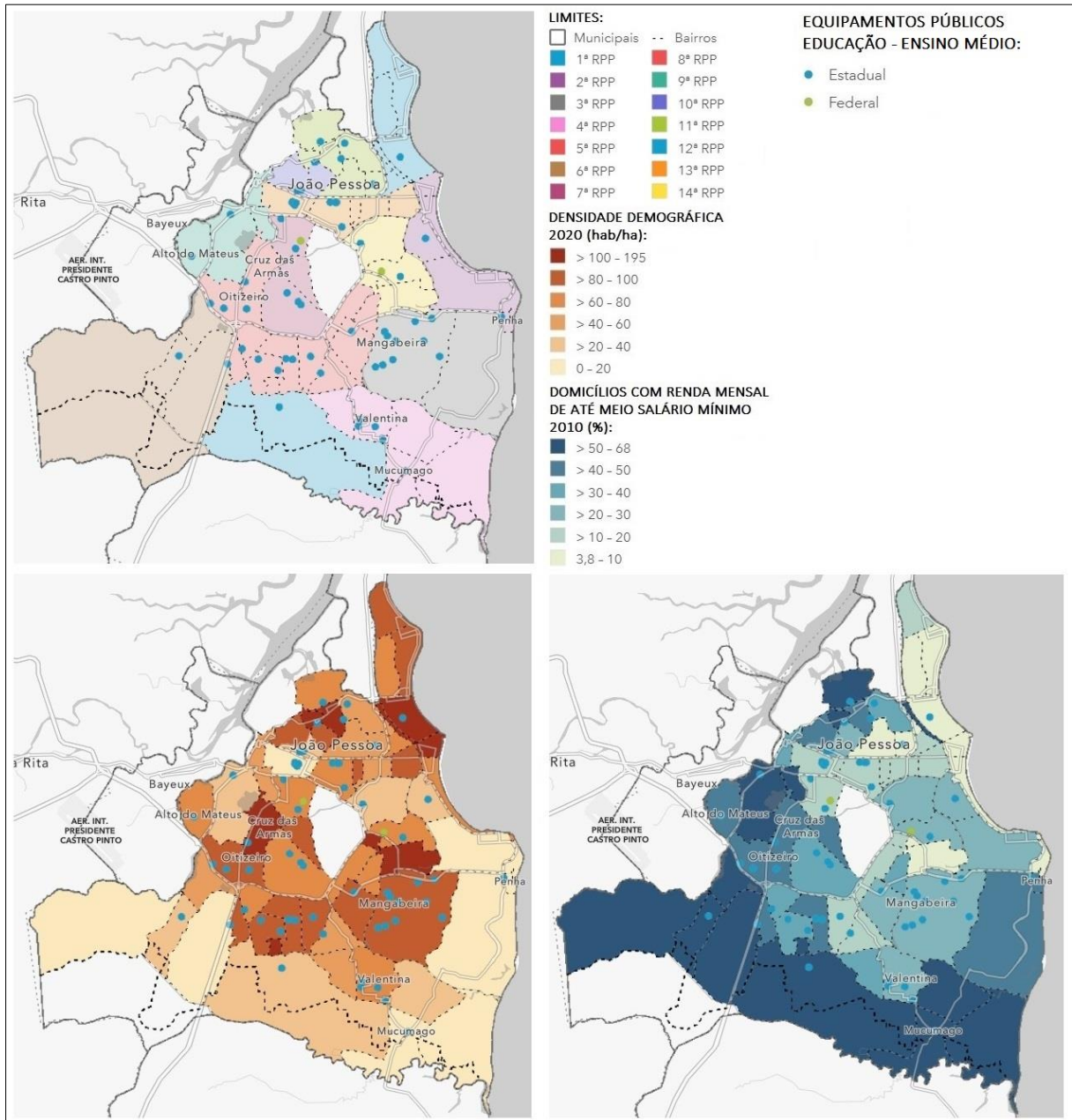
Região / Bairro	População de 15 a 17 anos (habitantes) 2010		Ensino médio (nº) 2021		Cobertura estimada (%) ⁽²⁾	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas	Total	Renda < 1/2 sm
8ª REGIÃO	2.765	1.282	4	1.148	41,5	89,6
Cruz das Armas	1.289	564	1	489	37,9	86,7
Oitizeiro	1.476	718	3	659	44,6	91,8
9ª REGIÃO	2.023	1.072	2	640	31,6	59,7
Alto do Mateus	977	489	1	486	49,7	99,4
Ilha do Bispo	492	336	1	154	31,3	45,8
Trincheiras	369	185	-	-	-	-
Varadouro	185	74	-	-	-	-
10ª REGIÃO	1.059	331	3	391	36,9	118,1
Roger	588	246	-	-	-	-
Tambiá	119	26	2	287	241,2	1.116,3
Treze de Maio	352	73	1	104	29,5	142,0
11ª REGIÃO	2.948	1.176	4	1.285	43,6	109,2
Alto do Céu	999	619	1	196	19,6	31,7
Estados	307	12	-	-	-	-
Ipês	464	148	1	182	39,2	122,9
Mandacarú	661	282	1	213	32,2	75,4
Padre Zé	394	200	-	-	-	-
Pedro Gondim	123	7	1	694	564,2	10.225,4
12ª REGIÃO	1.442	799	1	173	12,0	21,7
Gramame	1.442	799	1	173	12,0	21,7
13ª REGIÃO	1.623	260	8	3.413	210,3	1.312,9
Centro	140	25	4	2.591	1.850,7	10.239,5
Expedicionários	171	24	-	-	-	-
Miramar	447	71	-	-	-	-
Tambauzinho	232	28	-	-	-	-
Torre	633	110	4	822	129,9	745,2
14ª REGIÃO	2.499	400	2	434	17,4	108,4
Anatólia	44	3	-	-	-	-
Bancários	550	118	1	154	28,0	130,3
Castelo Branco	576	162	1	280	48,6	172,3
Jardim Cidade Universitária	1.127	104	-	-	-	-
Jardim São Paulo	202	22	-	-	-	-
JOÃO PESSOA	36.849	11.806	58	18.681	50,7	158,2

Nota: (1) Com base no percentual de domicílios de 2010 com renda média de até meio salário mínimo da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010). (2) Proporção do número de matrículas na população de referência para a etapa escolar.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEECT/PB (2021a). Elaborado por Consórcio PDMJP.

A Figura 162 ilustra a distribuição espacial dos equipamentos da rede pública de educação com oferta de ensino médio, sobreposta às camadas de delimitação de bairros e Regiões de Participação Popular, de densidade demográfica projetada para 2020, e de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza.

Figura 162: Distribuição espacial de equipamentos com oferta de ensino médio da rede pública de educação do município de João Pessoa.



Nota: RPP = Região de Participação Popular.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEECT/PB (2021a). Densidade demográfica projetada por Consórcio PDMJP. Elaborado por Consórcio PDMJP.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Embora a análise da capacidade de atendimento da EJA não faça parte do escopo do presente trabalho – em função da complexidade que envolve tal análise e da necessidade de estudos específicos –, é importante destacar a oferta da modalidade no município, assim como sua potencial demanda, tendo em vista os índices elevados de baixa escolaridade da

população pessoense: em 2019, dentre os munícipes acima de 25 anos, quase 40% não havia concluído a Educação Básica (IBGE, 2019b)⁶⁸.

A Tabela 41 apresenta a população censitária de referência para a EJA (faixa etária acima de 15 anos), o percentual estimado de vulneráveis à pobreza, e o número de equipamentos e matriculados na modalidade, por bairros e Regiões de Participação Popular (JOÃO PESSOA, 2021a; IBGE, 2010; MEC/INEP, 2020; SEDEC).

Tabela 41: População censitária na faixa etária acima de 15 anos, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, e número de equipamentos e alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública de educação, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.

Região / Bairro	População acima de 15 anos (habitantes) 2010		EJA (nº) 2021	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas ⁽²⁾
1ª REGIÃO	63.678	7.479	4	563
Aeroclube	7.888	357	-	-
Bessa	10.801	1.209	-	-
Brisamar	3.688	440	-	-
Jardim Oceania	12.951	539	1	42
João Agripino	982	100	-	-
Manaíra	22.463	1.521	3	521
São José	4.905	3.314	-	-
2ª REGIÃO	23.705	2.924	4	257
Altiplano Cabo Branco	4.107	888	2	166
Cabo Branco	6.864	324	-	-
Penha	565	270	2	91
Ponta do Seixas	388	24	-	-
Portal do Sol	3.115	798	-	-
Tambaú	8.666	620	-	-
3ª REGIÃO	65.953	19.952	14	2.539
Costa do Sol	6.106	2.858	1	242
Mangabeira	59.847	17.093	13	2.297
4ª REGIÃO	36.120	13.826	8	1.566
Barra de Gramame	252	144	-	-
Muçumagro	4.451	2.470	-	-
Paratibe	8.868	4.478	1	240
Planalto da Boa Esperança	4.649	1.726	1	83
Valentina	17.900	5.008	6	1.243
5ª REGIÃO	78.023	25.169	15	1.792
Água Fria	5.080	632	-	-
Cidade dos Colibris	2.927	1.016	-	-
Costa e Silva	6.242	2.907	1	189
Cuiá	5.262	935	-	-
Ernani Sátiro	6.690	2.371	2	142
Ernesto Geisel	11.307	1.858	3	335
Funcionários	12.274	4.492	4	507
Grotão	4.633	2.594	1	140
João Paulo II	11.380	4.731	1	156
José Américo	12.228	3.633	3	323
6ª REGIÃO	22.592	12.471	5	1.094
Distrito Industrial	1.268	783	1	155
Indústrias	6.465	3.267	1	250
Jardim Venezuela	9.256	5.325	2	380

⁶⁸ Conforme apresentado na Figura 27 e discorrido no item 4.2.1 (Educação).

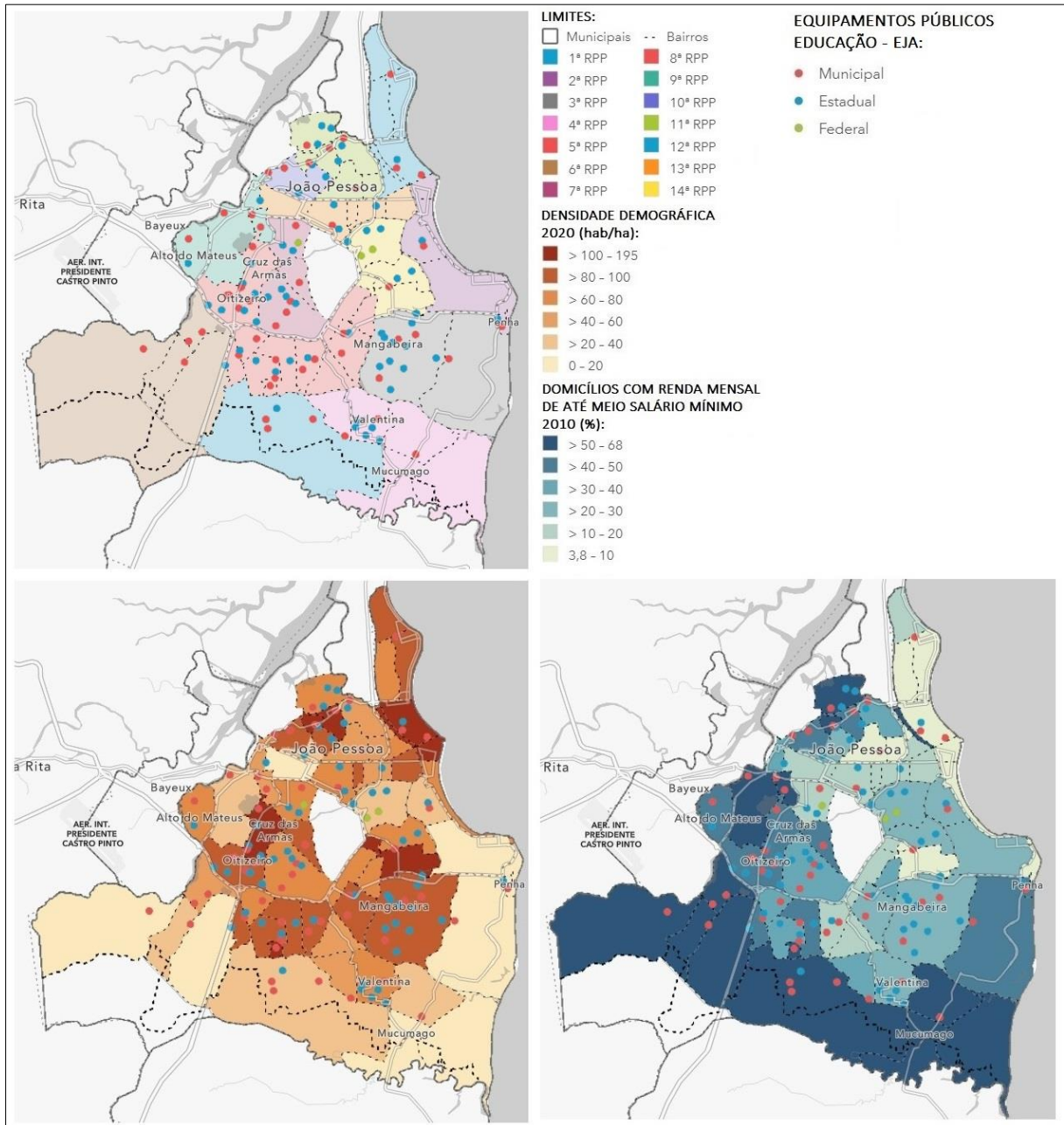
Região / Bairro	População acima de 15 anos (habitantes) 2010		EJA (nº) 2021	
	Total	Renda < 1/2 sm ⁽¹⁾	Equipamentos	Matrículas ⁽²⁾
Mumbaba	5.603	3.095	1	309
7ª REGIÃO	53.846	19.637	12	1.534
Cristo Redentor	28.830	11.097	7	1.091
Jaguaribe	12.142	2.184	4	345
Varjão	12.874	6.356	1	98
8ª REGIÃO	41.815	19.382	13	1.778
Cruz das Armas	19.679	8.613	5	674
Oitizeiro	22.136	10.768	8	1.104
9ª REGIÃO	26.133	13.843	6	508
Alto do Mateus	12.259	6.132	2	176
Ilha do Bispo	5.780	3.947	1	111
Trincheiras	5.221	2.619	2	149
Varadouro	2.873	1.145	1	72
10ª REGIÃO	16.250	5.078	4	543
Roger	7.966	3.338	1	89
Tambiá	2.036	440	1	164
Treze de Maio	6.248	1.300	2	290
11ª REGIÃO	42.685	16.592	10	1.253
Alto do Céu	11.743	7.274	4	459
Estados	6.444	251	1	26
Ipês	7.035	2.245	2	206
Mandacarú	9.548	4.080	2	327
Padre Zé	5.100	2.587	1	235
Pedro Gondim	2.815	155	-	-
12ª REGIÃO	17.204	9.532	4	616
Gramame	17.204	9.532	4	616
13ª REGIÃO	30.823	4.933	5	641
Centro	3.086	558	1	87
Expedicionários	3.043	419	-	-
Miramar	7.798	1.239	-	-
Tambauzinho	4.145	495	1	88
Torre	12.751	2.222	3	466
14ª REGIÃO	41.350	6.808	9	852
Anatólia	1.019	68	1	96
Bancários	9.501	2.042	2	75
Castelo Branco	9.485	2.675	5	540
Jardim Cidade Universitária	17.456	1.606	1	141
Jardim São Paulo	3.889	416	-	-
JOÃO PESSOA	563.399	180.499	113	15.536

Nota: (1) Com base no percentual de domicílios de 2010 com renda média de até meio salário mínimo da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010). (2) Considerando os dados de 2021 para as matrículas da rede pública municipal (SECEC) e de 2020 para as das redes públicas estadual e federal (MEC/INEP, 2020).

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEECT/PB (2021a), SEDEC. Elaborado por Consórcio PDMJP.

A Figura 163 ilustra a distribuição espacial dos equipamentos da rede pública de educação com oferta de EJA, sobreposta às camadas de delimitação de bairros e Regiões de Participação Popular, de densidade demográfica projetada para 2020, e de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza.

Figura 163: Distribuição espacial de equipamentos com oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública de educação do município de João Pessoa.



Nota: RPP = Região de Participação Popular.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), MEC/INEP (2020), SEECT/PB (2021a), SEDEC. Densidade demográfica projetada por Consórcio PDMJP. Elaborado por Consórcio PDMJP.

9.1.2 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

O município de João Pessoa é sede da 1ª Macrorregião de Saúde e da 1ª Região de Saúde da Paraíba⁶⁹, que constituem recortes espaciais definidos pela Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba para fins de planejamento e gestão territorial das políticas de assistência à saúde no âmbito estadual (SES/PB, 2020; PARAÍBA, 2021c).

Na esfera municipal, a implementação das políticas de saúde é de competência da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) – organizada administrativamente em 5 Distritos Sanitários⁷⁰ –, sendo as definições das ações corroboradas pelo Conselho Municipal de Saúde. Em relação aos instrumentos que orientam a política setorial, além da legislação correlata ao sistema de saúde e à gestão municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) (Leis Nº 7.769/1995 e Nº 12.296/2012), João Pessoa dispõe do “Plano Municipal de Saúde” referente ao quadriênio 2018/2021 (em processo de revisão), e de dois importantes instrumentos que organizam as ações setoriais no enfrentamento da pandemia de Covid-19: o “Plano de Contingência do município de João Pessoa para enfrentamento da Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19” e o “Plano Municipal de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19”. (JOÃO PESSOA, 1995a, 2012, 2021c; SMS, 2020, 2021)

No que diz respeito à rede de assistência à saúde, de acordo com os dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Ministério da Saúde (CNES/MS, 2021) e com as informações obtidas junto à SMS, a capital paraibana conta 1.809 equipamentos, sendo 259 com atendimento no SUS, compondo a rede pública, dos quais: 231 (89,2%) de gestão municipal; 21 (8,1%) de gestão estadual; 6 (2,3%) de gestão dupla; e um (0,4%) de gestão federal.

⁶⁹ A Paraíba é dividida em 3 Macrorregiões de Saúde (João Pessoa, Campina Grande e Sertão/Alto Sertão), as quais são subdivididas em 14 Regiões. A 1ª Macrorregião é composta pelas 1ª, 2ª, 12ª e 14ª Regiões de Saúde, sendo que a 1ª Região abrange os municípios de João Pessoa (sede), Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Mari, Pitimbu, Riachão do Poço, Santa Rita e Sobrado (SES/PB, 2020).

⁷⁰ Os Distritos Sanitários e respectivos bairros de abrangência são: Distrito I – bairros Costa e Silva, Ernani Sátiro, Distrito Industrial, Indústrias, Jardim Veneza, Mumbaba, Jaguaribe, Cruz das Armas, Oitizeiro e Alto do Mateus; Distrito II – bairros Cuiá, Ernesto Geisel, Funcionários, Grotão, João Paulo II, Cristo Redentor, Varjão e Gramame; Distrito III – bairros Mangabeira, Muçumagro, Paratibe, Planalto da Boa Esperança, Valentina, Água Fria, Cidade dos Colibris, José Américo, Anatólia, Bancários, Jardim Cidade Universitária e Jardim São Paulo; Distrito IV – bairros Ilha do Bispo, Trincheiras, Varadouro, Roger, Tambiá, Treze de Maio, Alto do Céu, Estados, Ipês, Mandacarú, Padre Zé e Centro; e Distrito V – bairros Aeroclubes, Bessa, Brisamar, Jardim Oceania, João Agripino, Manaíra, São José, Altiplano Cabo Branco, Cabo Branco, Penha, Ponta do Seixas, Portal do Sol, Tambaú, Costa do Sol, Barra de Gramame, Pedro Gondim, Expedicionários, Miramar, Tambauzinho, Torre e Castelo Branco (SMS).

Quanto aos atendimentos e equipamentos da rede pública, conforme detalhado nas Tabela 42 e

Tabela 43 e ilustrado nas Figura 164, Figura 165 e Figura 166, os serviços ambulatoriais básicos da Atenção Primária são capitaneados por 106 Centros de Saúde/Unidades Básicas, dos quais 99 consistem nas Unidades de Saúde da Família (USF), administradas pelo poder público municipal e operacionalizadas pelas Equipes de Saúde da Família no âmbito do programa Estratégia Saúde da Família (CNES/MS, 2021; SAPS/MS, 2021b; SMS).

Os serviços de atenção ambulatorial também estão presentes em outros 94 equipamentos, dentre os quais estão: 34 Clínicas/Centros de especialidade (unidades destinadas à assistência ambulatorial em apenas uma especialidade/área da assistência); 5 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (unidades destinadas ao atendimento especializado em saúde mental); 3 Unidades Mista (unidades destinadas à prestação de atendimento ambulatorial nas especialidades básicas); 6 Policlínicas (unidades destinadas ao atendimento ambulatorial em várias especialidades); 4 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) (unidades destinadas à assistência de urgência e emergência e que possuem leitos de observação); 3 Polos da Academia de Saúde (espaços de livre acesso à população para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde); uma base de Unidades Móveis Terrestres (ambulâncias); e 24 hospitais (DATASUS/MS, 2021; CNES/MS, 2021; SMS).

No âmbito da atenção hospitalar, o município abriga 13 Hospitais Gerais (unidades destinadas à prestação de atendimento nas especialidades básicas), 13 Hospitais Especializados (unidades destinadas à prestação de assistência à saúde em uma única especialidade/área) e dois Hospitais-Dia (unidades especializadas no atendimento de curta duração)⁷¹. Dos Hospitais Gerais, com exceção do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena (gestão estadual) e do Hospital Universitário Lauro Wanderley (da UFPB), os demais são administrados pelo poder público municipal, quais sejam: Complexo Hospitalar Municipal Governador Tarcísio de Miranda Burity, Hospital São Luiz, Hospital São Vicente de Paulo, HUNE - Hospital Universitário Nova Esperança, Hospital da Polícia Militar General Edson Ramalho, Hospital Municipal Santa Isabel, Hospital Padre Zé, Hospital Prontovida, Hospital

⁷¹ O município também abriga o Hospital da Guarnição de João Pessoa, administrado pelo Exército do Brasil e destinado ao atendimento da guarnição da região (CNES/MS, 2021).

Alberto Urquiza Wanderley - Unimed João Pessoa, Hospital Memorial São Francisco e Hospital Nossa Senhora das Neves (DATASUS/MS, 2021; CNES/MS, 2021; SMS).

De referência regional e/ou estadual, o conjunto de Hospitais Especializados presentes no município contempla as áreas de cardiologia, oncologia, cardiologia, doenças infectocontagiosas, oftalmologia, psiquiatria, pediatria e maternidade, sendo composto pelos seguintes equipamentos: de gestão municipal, Hospital Napoleão Laureano (oncologia), Clínica Dom Rodrigo (cardiologia), Oculistas Associados da Paraíba, Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, Hospital Municipal Valentina (pediatria), Amip – Assistência Médica Infantil – Unidades Paraíba e Praia (pediatria) e Maternidade Cândida Vargas; de gestão estadual, Complexo Hospitalar de Doenças Infecto-contagiosas Doutor Clementino Fraga, Hospital Infantil Arlinda Marques e Maternidade Frei Damião – Unidades I e II; e, de gestão dupla (municipal e estadual), Hospital da Visão. Já os Hospitais-Dia são de gestão municipal e consistem no Centro Médico Vanderlan Carvalho e no CDMG - Oftalmoclínica Saulo Freire (CNES/MS, 2021; SMS).

Os serviços de internação são disponibilizados em 33 equipamentos, sendo: nos 13 Hospitais Gerais; em 12 dos 13 Hospitais Especializados (exceto no Amip - Assistência Médica Infantil da Paraíba); nos dois Hospitais/Dia; em 4 dos 5 CAPS; e em duas das 3 Unidades Mista. Cabe ressaltar que o município dispõe de aproximadamente 200 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) exclusivos para pacientes com Covid-19 e com atendimento no SUS, os quais estão distribuídos em 8 hospitais: Hospital Universitário Lauro Wanderley, Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, Complexo Hospitalar de Doenças Infecto-contagiosas Doutor Clementino Fraga, Complexo Hospitalar Municipal Governador Tarcisio de Miranda Burity, Hospital Municipal Santa Isabel, Hospital São Vicente de Paulo, Hospital Pronto-vidua e Maternidade Frei Damião (DATASUS/MS, 2021; CNES/MS, 2021; SMS).

Para os atendimentos de urgência e emergência, além das 4 UPA, de 7 Hospitais Gerais, de 7 Hospitais Especializados (nas áreas de cardiologia, pediatria e maternidade) e de 3 Clínicas/Centros de especialidade (na área de odontologia), o município dispõe de 23 bases de gestão municipal de Unidades Móveis de Nível Pré-hospitalar do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), sendo 4 destinadas à cobertura dos municípios de Bayeux, Cabedelo, Conde e Santa Rita. Operacionalizadas pela Central de Regulação Médica de Urgência do SAMU Metropolitano, das 23 bases, 7 são compostas por Unidades de Suporte Avançado – que consistem nas UTI móveis, usadas para os casos de maior gravidade –, 9 são

compostas por Unidades de Suporte Básico e 5 por Motolâncias (DATASUS/MS, 2021; CNES/MS, 2021; SMS).

Os Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT) – modalidade responsável pela realização de procedimentos diagnósticos complementares de Atenção Primária e Especializada – são prestados por 60 equipamentos, dentre os quais estão: 14 unidades isoladas de SADT, 8 Clínicas/Centros de especialidade, 4 Policlínicas, 12 Hospitais Gerais, 10 Hospitais Especializados as 4 UPA e os dois Laboratórios de Saúde Pública (DATASUS/MS, 2021; CNES/MS, 2021; SMS).

Quanto aos equipamentos que englobam planejamento e administração dos sistemas, regulação assistencial e logística de insumos de atenção à saúde, além dos administrados pelo poder público municipal (como a SMS e os Distritos Sanitários), o município abriga importantes equipamentos de gestão estadual, tais como: a Central Estadual de Transplante da Paraíba (Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos), a Central Estadual de Regulação da Alta Complexidade (Central de Regulação do Acesso), a Central 1 de Imunização e a Central Estadual de Rede de Frio de João Pessoa (Centrais de Abastecimento, destinadas à logística do armazenamento e transporte de vacinas) (DATASUS/MS, 2021; CNES/MS, 2021; SMS).

Tabela 42: Número de equipamentos de saúde, por tipologia e atendimento, total, com atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) e de gestão municipal, do município de João Pessoa - 2021.

Tipo	Total geral	Com atendimento SUS							
		SUS	Municipal						
			Total	Atendimento					
			RE	VI	AM	IN	UR	SADT	
Central de Gestão em Saúde	10	10	8	2	6	1	-	-	-
Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Central de Regulação do Acesso	3	3	1	1	-	-	-	-	-
Central de Regulação Médica das Urgências	1	1	1	1	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	4	4	3	-	3	-	-	-	-
Central de Abastecimento	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Imunização	2	2	2	-	-	2	-	-	-
Laboratório de Saúde Pública	2	2	1	-	-	-	-	-	1
Centro de Saúde/Unidade Básica	112	106	103	-	-	103	-	-	2
Clínica/Centro de especialidade	594	35	28	-	-	28	-	2	7
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	5	5	5	-	-	5	4	-	-
Centro de Atenção Homeopática e/ou Hematológica	2	1	-	-	-	-	-	-	-
Unidade Mista	4	3	3	-	-	3	2	-	2
Consultório	815	-	-	-	-	-	-	-	-
Policlínica	17	6	6	1	1	6	-	-	4
Hospital Geral	19	13	11	-	1	11	11	5	10
Hospital Especializado	21	13	8	-	-	5	7	4	6
Hospital-Dia/Isolado	10	2	2	-	-	1	2	-	1

Tipo	Total geral	Com atendimento SUS							
		SUS	Municipal						
			Total	Atendimento					
				RE	VI	AM	IN	UR	SADT
Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	4	4	4	1	4	4	-	4	4
Pronto Socorro Especializado	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	96	16	16	-	-	6	-	-	14
Unidade Móvel Terrestre	2	1	1	-	-	1	-	-	-
Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	24	23	23	-	-	2	-	23	-
Unidade de Telessaúde	1	1	1	1	-	-	-	-	-
Unidade de Acolhimento Infantil	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Farmácia	32	1	-	-	-	-	-	-	-
Polo Academia de Saúde	3	3	3	-	-	3	-	-	-
Polo de Prevenção de Doenças e Agravos de Promoção da Saúde	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço de Atenção Domiciliar Isolado	12	-	-	-	-	-	-	-	-
Cooperativa ou Empresa de Cessão de Trabalhadores na Área de Saúde	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.809	259	231	7	15	181	26	38	51

Nota: RE = Regulação; VI = Vigilância; AM = Ambulatorial; IN = Internação; UR = Urgência; SADT = Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia.

Fonte: CNES/MS (2021), SMS. Adaptado por Consórcio PDMJP.

Tabela 43: Número de equipamentos de saúde, por tipologia e atendimento, de gestão estadual, dupla e federal, do município de João Pessoa - 2021.

Tipo	Estadual						Dupla			Federal						
	Total	Atendimento					Total	Atendimento		Total	Atendimento					
		RE	VI	AM	IN	UR		SADT	AM		IN	SADT	VI	AM	IN	UR
Central de Gestão em Saúde	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Central de Regulação do Acesso	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Central de Abastecimento	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Imunização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laboratório de Saúde Pública	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Saúde/Unidade Básica	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clínica/Centro de especialidade	3	-	1	2	-	1	1	4	4	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Homeopática e/ou Hematológica	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-
Hospital Geral	1	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	1	1	1	1	1
Hospital Especializado	4	-	-	4	4	3	4	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Farmácia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Polo Academia de Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	21	4	4	12	5	5	7	6	6	1	1	1	1	1	1	1

Nota: RE = Regulação; VI = Vigilância; AM = Ambulatorial; IN = Internação; UR = Urgência; SADT = Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia.

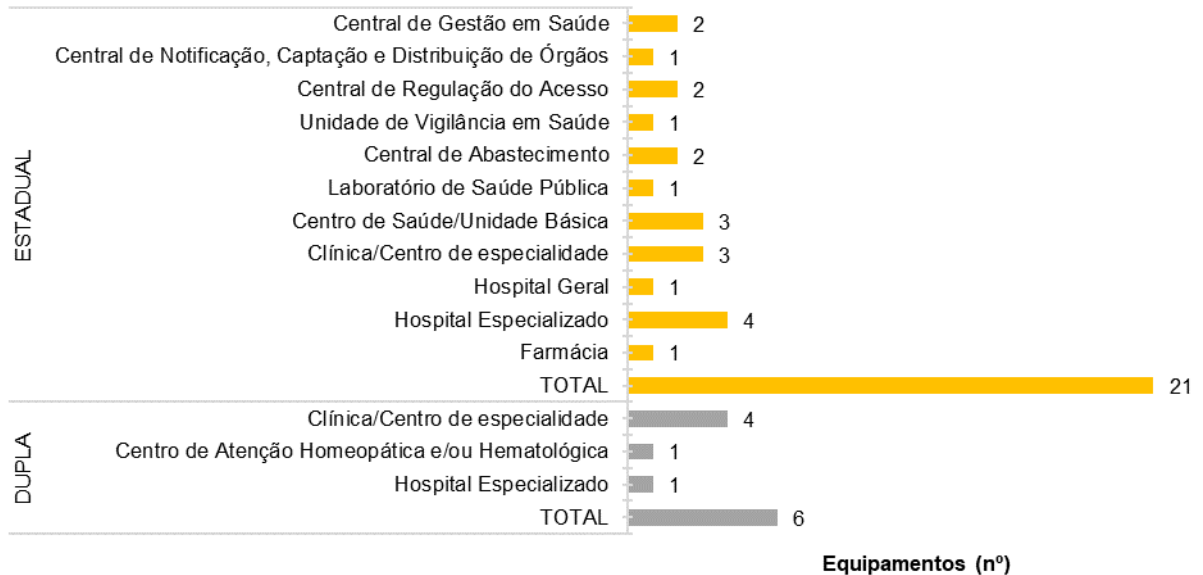
Fonte: CNES/MS (2021), SMS. Adaptado por Consórcio PDMJP.

Figura 164: Número de equipamentos de gestão municipal, por tipologia, da rede pública de saúde do município de João Pessoa - 2021.



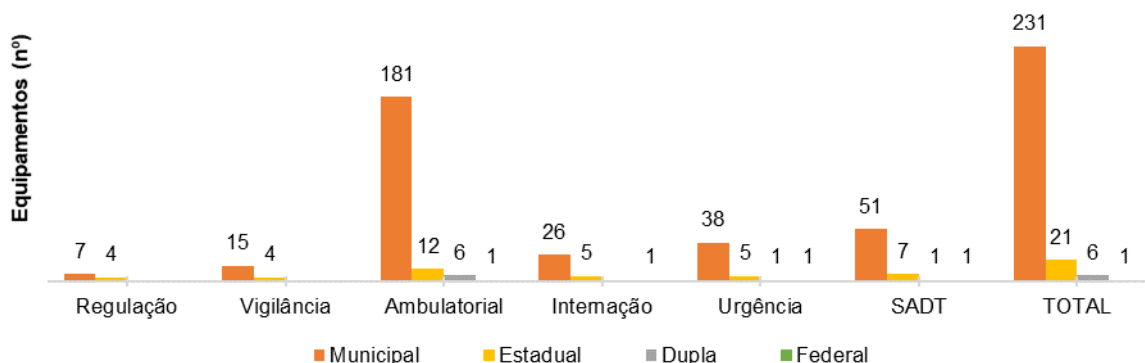
Fonte: CNES/MS (2021), SMS.

Figura 165: Número de equipamentos de gestão estadual e dupla, por gestão e tipologia, da rede pública de saúde do município de João Pessoa - 2021.



Fonte: CNES/MS (2021), SMS.

Figura 166: Número de equipamentos da rede pública de saúde, por gestão administrativa e atendimento, do município de João Pessoa - 2021.



Nota: SADT = Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia.

Fonte: CNES/MS (2021), SMS.

O quadro do ANEXO IV – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE, apresenta a relação dos equipamentos da rede pública de saúde de João Pessoa, organizados segundo os bairros e Regiões de Participação Popular.

9.1.2.1. Capacidade, abrangência e distribuição espacial

Para a análise da capacidade de atendimento dos equipamentos da rede pública de assistência à saúde, além de indicadores das condições de saúde do município⁷², foram considerados: no caso das USF – que constituem equipamentos de acesso à rede de Atenção Primária –, os parâmetros de referência no âmbito do programa Estratégia Saúde da Família para definição do número de equipes básicas (Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal) e de Agentes Comunitários de Saúde, considerando as médias recomendadas (SAPS/MS, 2021b)⁷³; a localização e a abrangência dos equipamentos; e as avaliações de técnicos e/ou gestores municipais. No que diz respeito à localização e abrangência, foram confrontadas as seguintes informações, por bairros e Distritos Sanitários⁷⁴: a projeção demográfica para 2020 e a variação populacional em relação à 2010 (IBGE, 2010; IDOM-COBRAPE, 2014; Consórcio PDMJP); o percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza (com renda média mensal de até meio salário mínimo) da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010); e a

⁷² Analisados no item 4.2.2 (Saúde).

⁷³ Conforme discorrido no item supracitado, de acordo com Ministério da Saúde, cada Equipe de Saúde da Família deve ser responsável por, no máximo, 4 mil habitantes (sendo a média recomendada de 3 mil habitantes), e cada Agente Comunitário de Saúde por, no máximo, 750 habitantes (SAPS/MS, 2021b).

⁷⁴ O recorte por Distritos Sanitários foi adotado em função de constituírem a base territorial de planejamento e gestão das políticas da SMS.

estimativa do contingente da população vulnerável à pobreza, com base no referido percentual de domicílios censitários (IBGE, 2010).

Unidades de Saúde da Família (USF)

Quanto aos equipamentos de acesso à rede pública de saúde, a Tabela 44 apresenta o número de USF e das respectivas equipes (incluindo as complementares Equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária e Equipes dos Consultórios na Rua⁷⁵) e dos respectivos Agentes Comunitários de Saúde, por bairros e Distritos Sanitários, assim como a cobertura estimada da população projetada, por equipes básicas e Agentes Comunitários de Saúde, de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde (IBGE, 2010; IDOM-COBRAPE, 2014; Consórcio PDMJP; CNES/MS, 2021; SAPS/MS, 2021b, SMS). Considerando-se a universalização do atendimento pela Estratégia de Saúde da Família, os dados apontam para *déficits* de cobertura da população total do município por equipes básicas, cujas estimativas de cobertura correspondem a cerca de 70% para as Equipes de Saúde da Família e a 66% para as Equipes de Saúde Bucal. Pressupondo-se o atendimento integral dos grupos mais carentes, os dados sugerem um cenário mais favorável, com estimativa de plena cobertura da população total vulnerável à pobreza, tanto por equipes básicas como por Agentes Comunitários de Saúde. Não obstante, esta situação não se reflete em todos os bairros.

Os resultados das compilações por Distritos Sanitários já sinalizam discrepâncias entre as localidades: enquanto para o conjunto de bairros do Distrito Sanitário I as estimativas indicam a plena cobertura da Estratégia de Saúde da Família, para o conjunto do Distrito Sanitário V as estimativas de cobertura da população por equipes básicas correspondem a cerca de 30% e por Agentes Comunitários de Saúde a menos de 40%.

Quanto às áreas/regiões prioritárias para o direcionamento das políticas de ampliação do acesso à Atenção Primária, a partir do cruzamento dos dados da Tabela 44, da concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e das projeções e variações demográficas, e com base no estabelecimento de algumas condicionantes, situações mais críticas foram identificadas em 36 bairros. Agrupados de acordo com as

⁷⁵ As Equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária servem de apoio na consolidação da Atenção Primária, atuando de forma integrada com outras equipes, tais como as Equipes dos Consultórios na Rua, que realizam atividades de forma itinerante, atendendo a população em situação de rua (SAPS/MS, 2021c).

condicionantes e em ordem decrescente de criticidade, estes bairros estão relacionados a seguir:

- Muçumagro: bairro sem USF, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica⁷⁶.
- Grotão, Padre Zé, São José e Barra de Gramame: bairros sem USF, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Costa do Sol: bairro sem USF, com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Ilha do Bispo: bairro sem cobertura total de atendimento de população vulnerável por equipes básicas e Agentes Comunitários de Saúde da USF, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Jardim Cidade Universitária: bairro sem cobertura total de atendimento de população vulnerável por equipes básicas da USF.
- Mumbaba e Gramame: bairros sem cobertura total de atendimento por equipes básicas e Agentes Comunitários de Saúde das USF, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Mandacarú: bairro sem cobertura total de atendimento por equipes básicas e Agentes Comunitários de Saúde da USF e relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Portal do Sol: bairro sem cobertura total de atendimento por equipes básicas e Agentes Comunitários de Saúde da USF e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Jardim São Paulo, Bessa, Manaíra, Miramar e Torre: bairros sem cobertura total de atendimento por equipes básicas e Agentes Comunitários de Saúde da(s) USF.

⁷⁶ Considerando essa associação como possível indutora à ocupação.

- Paratibe: bairro sem cobertura total de atendimento por equipes básicas da USF, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Trincheiras e Alto do Mateus: bairros sem cobertura total de atendimento por equipes básicas das USF e com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Cruz das Armas e Oitizeiro: bairros sem cobertura total de atendimento por equipes básicas das USF e com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Alto do Céu: bairro sem cobertura total de atendimento por Equipe de Saúde da Família da USF e com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Água Fria, Anatólia, Varadouro, Estados, Aeroclube, Brisamar, Jardim Oceania, João Agripino, Cabo Branco, Ponta do Seixas, Tambaú, Pedro Gondim e Tambauzinho: bairros sem USF.

Tabela 44: População projetada para 2020, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, número de Unidades de Saúde da Família (USF) e das respectivas equipes e Agentes Comunitários de Saúde, e estimativa de cobertura da população por Equipes de Saúde da Família, de Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde, dos Distritos Sanitários e bairros do município de João Pessoa.

Distrito Sanitário / Bairro	População (habitantes) 2020		USF (nº) 2021							Cobertura estimada (%) ⁽³⁾					
			Total	Equipes				ACS	Total			Renda < 1/2 sm			
				ESF	ESB	ENASF -AP	ECR		ESF	ESB	ACS	ESF	ESB	ACS	
Total ⁽¹⁾	Renda < 1/2 sm ⁽²⁾														
DISTRITO I	140.491	63.901	29	53	48	9	1	343	113,2	102,5	183,1	248,8	225,3	402,6	
Costa e Silva	8.748	4.075	1	3	3	1	-	21	102,9	102,9	180,0	220,9	220,9	386,5	
Ernani Sátiro	8.854	3.138	1	4	4	1	-	21	135,5	135,5	177,9	382,5	382,5	502,0	
Distrito Industrial	668	412	2	2	1	-	-	8	898,7	449,3	898,7	1.455,7	727,9	1.455,7	
Indústrias	9.763	4.934	2	4	4	1	-	22	122,9	122,9	169,0	243,2	243,2	334,4	
Jardim Venezuela	13.161	7.572	2	7	6	1	-	35	159,6	136,8	199,4	277,3	237,7	346,7	
Mumbaba	16.124	8.908	3	3	3	-	-	18	55,8	55,8	83,7	101,0	101,0	151,5	
Jaguaribe	14.962	2.691	2	3	1	-	-	28	60,2	20,1	140,4	334,5	111,5	780,4	
Cruz das Armas	25.137	11.002	3	7	6	2	1	49	83,5	71,6	146,2	190,9	163,6	334,0	
Oitizeiro	27.363	13.311	10	14	14	2	-	99	153,5	153,5	271,4	315,5	315,5	557,8	
Alto do Mateus	15.710	7.858	3	6	6	1	-	42	114,6	114,6	200,5	229,1	229,1	400,9	
DISTRITO II	169.076	69.989	19	47	43	7	-	280	83,4	76,3	124,2	201,5	184,3	300,0	
Cuiá	10.817	1.922	2	3	3	-	-	24	83,2	83,2	166,4	468,3	468,3	936,6	
Ernesto Geisel	16.529	2.716	1	3	3	1	-	29	54,4	54,4	131,6	331,4	331,4	800,9	
Funcionários	15.502	5.674	3	4	4	-	-	23	77,4	77,4	111,3	211,5	211,5	304,0	
Grotão	6.571	3.679	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
João Paulo II	21.525	8.949	2	8	7	1	-	50	111,5	97,6	174,2	268,2	234,7	419,0	
Cristo Redentor	37.942	14.605	5	14	13	2	-	74	110,7	102,8	146,3	287,6	267,0	380,0	
Varjão	14.993	7.402	2	5	5	2	-	25	100,0	100,0	125,1	202,6	202,6	253,3	
Gramame	45.197	25.043	4	10	8	1	-	55	66,4	53,1	91,3	119,8	95,8	164,7	
DISTRITO III	237.434	64.681	22	55	52	10	1	459	69,5	65,7	145,0	255,1	241,2	532,2	
Mangabeira	85.424	24.399	7	27	26	5	-	209	94,8	91,3	183,5	332,0	319,7	642,5	
Muçumagro	7.807	4.332	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Paratibe	17.078	8.624	2	5	5	-	-	54	87,8	87,8	237,1	173,9	173,9	469,6	
Planalto da Boa Esperança	9.393	3.488	1	4	3	1	-	28	127,8	95,8	223,6	344,0	258,0	602,0	
Valentina	22.612	6.327	3	7	7	2	-	65	92,9	92,9	215,6	331,9	331,9	770,6	
Água Fria	9.784	1.216	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cidade dos Colibris	6.614	2.296	2	2	2	-	-	12	90,7	90,7	136,1	261,3	261,3	392,0	
José Américo	24.500	7.279	2	4	3	1	-	40	49,0	36,7	122,4	164,9	123,6	412,2	
Anatólia	1.202	81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

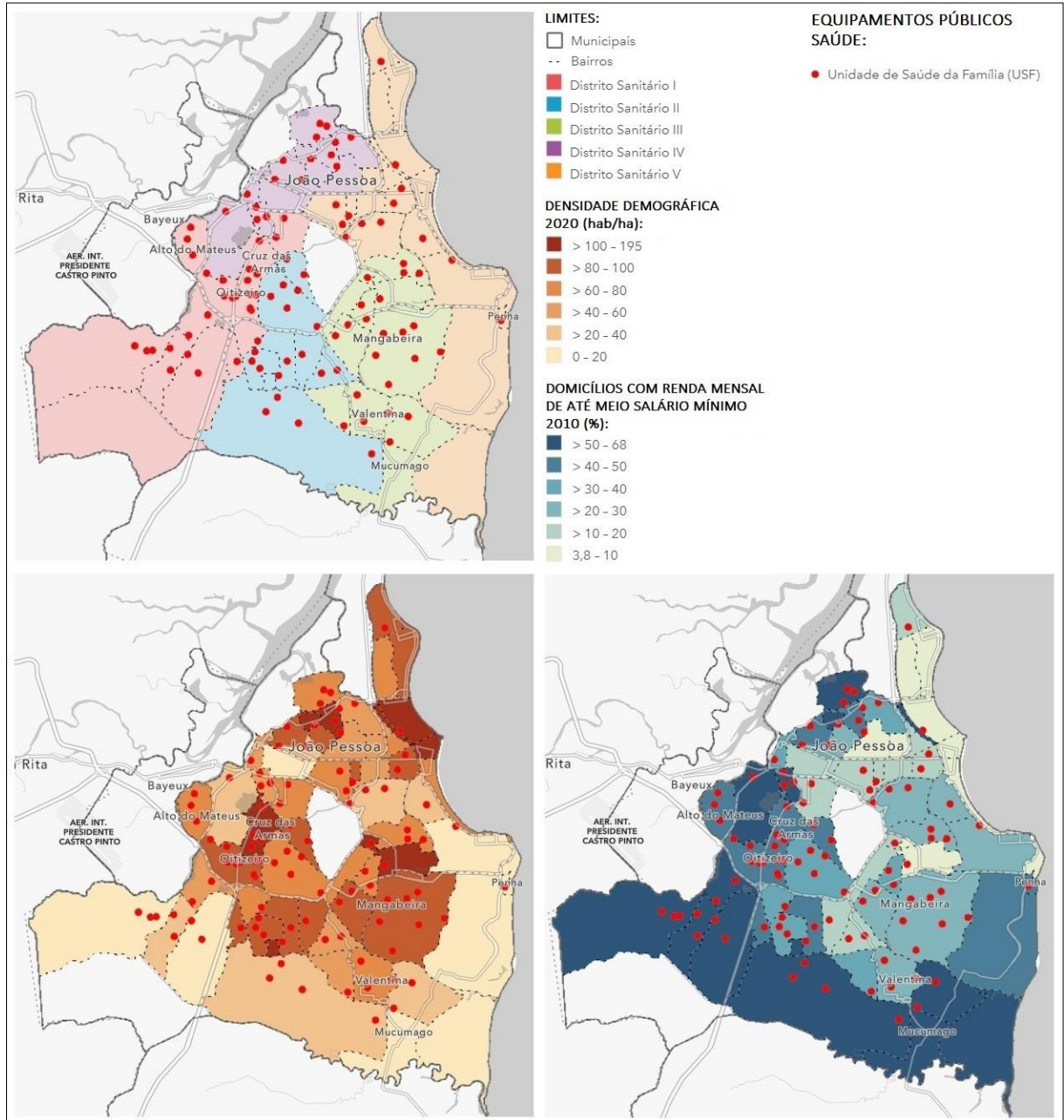
Distrito Sanitário / Bairro	População (habitantes) 2020		USF (nº) 2021						Cobertura estimada (%) ⁽³⁾					
			Total	Equipes				ACS	Total			Renda < 1/2 sm		
	Total ⁽¹⁾	Renda < 1/2 sm ⁽²⁾		ESF	ESB	ENASF -AP	ECR		ESF	ESB	ACS	ESF	ESB	ACS
Bancários	13.506	2.903	3	4	4	1	1	31	88,8	88,8	172,1	413,3	413,3	800,8
Jardim Cidade Universitária	32.758	3.013	1	1	1	-	-	11	9,2	9,2	25,2	99,6	99,6	273,8
Jardim São Paulo	6.755	723	1	1	1	-	-	9	44,4	44,4	99,9	415,0	415,0	933,9
DISTRITO IV	97.622	41.658	16	26	27	5	1	156	79,9	83,0	119,9	187,2	194,4	280,9
Ilha do Bispo	10.146	6.928	1	2	2	-	-	9	59,1	59,1	66,5	86,6	86,6	97,4
Trincheiras	5.356	2.687	3	4	4	1	-	24	224,0	224,0	336,1	446,6	446,6	669,8
Varadouro	3.349	1.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roger	10.563	4.426	2	3	3	1	-	18	85,2	85,2	127,8	203,3	203,3	305,0
Tambiá	2.946	637	1	1	1	-	-	4	101,8	101,8	101,8	471,3	471,3	471,3
Treze de Maio	7.677	1.598	1	4	4	1	-	20	156,3	156,3	195,4	751,1	751,1	938,8
Alto do Céu	19.160	11.869	3	6	7	2	-	38	93,9	109,6	148,7	151,7	176,9	240,1
Estados	8.533	332	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ipês	8.195	2.616	2	2	2	-	-	17	73,2	73,2	155,6	229,4	229,4	487,4
Mandacarú	12.424	5.309	2	2	2	-	-	13	48,3	48,3	78,5	113,0	113,0	183,6
Padre Zé	6.882	3.490	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro	2.390	432	1	2	2	-	1	13	251,0	251,0	407,9	1.388,7	1.388,7	2.256,7
DISTRITO V	209.722	33.166	13	22	20	3	1	105	31,5	28,6	37,5	199,0	180,9	237,4
Aeroclube	15.792	714	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bessa	19.671	2.202	1	2	2	-	-	9	30,5	30,5	34,3	272,5	272,5	306,6
Brisamar	4.400	525	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jardim Oceania	21.070	876	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Agripino	1.119	114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manaíra	34.146	2.312	1	5	4	1	1	17	43,9	35,1	37,3	648,9	519,1	551,5
São José	6.296	4.254	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Altiplano Cabo Branco	6.422	1.388	1	2	2	1	-	13	93,4	93,4	151,8	432,2	432,2	702,4
Cabo Branco	10.616	501	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Penha	771	369	1	1	1	-	-	6	389,1	389,1	583,6	813,9	813,9	1.220,8
Ponta do Seixas	574	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portal do Sol	6.616	1.695	1	2	1	-	-	7	90,7	45,3	79,3	354,0	177,0	309,8
Tambaú	13.877	993	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa do Sol	16.835	7.881	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barra de Gramame	338	193	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Gondim	4.042	223	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Expedicionários	3.890	535	1	1	1	-	-	7	77,1	77,1	135,0	560,5	560,5	981,0

Distrito Sanitário / Bairro	População (habitantes) 2020		USF (nº) 2021						Cobertura estimada (%) ⁽³⁾					
			Total	Equipes				ACS	Total	Renda < 1/2 sm				
	Total ⁽¹⁾	Renda < 1/2 sm ⁽²⁾		ESF	ESB	ENASF -AP	ECR			ESF	ESB	ACS		
Miramar	12.262	1.948	2	2	2	-	-	9	48,9	48,9	55,0	308,0	308,0	346,5
Tambauzinho	5.444	651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Torre	13.424	2.339	2	3	3	-	-	16	67,0	67,0	89,4	384,7	384,7	513,0
Castelo Branco	12.119	3.418	3	4	4	1	-	21	99,0	99,0	130,0	351,1	351,1	460,8
JOÃO PESSOA	863.970	276.795	99	203	190	34	4	1.343	70,5	66,0	116,6	220,0	205,9	363,9

Nota: ESF = Equipe de Saúde da Família; ESB = Equipe de Saúde Bucal; ENASF-AP = Equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária; ECR = Equipe dos Consultórios na Rua; ACS = Agente Comunitário de Saúde. (1) População projetada por Consórcio PDMJP. (2) Com base no percentual de domicílios de 2010 com renda média de até meio salário mínimo da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010). (3) Com base nos parâmetros de 3.000 habitantes atendidos por Equipe e de 750 habitantes atendidos por Agente Comunitário de Saúde (SAPS/MS, 2021b).
Fonte: IBGE (2010), IDOM-COBRAPÉ (2014), CNES/MS (2021), (SAPS/MS, 2021b), SMS. Elaborado por Consórcio PDMJP.

A Figura 167 ilustra a distribuição espacial das USF, sobreposta às camadas de delimitação de bairros e Distritos Sanitários, de densidade demográfica projetada para 2020, e de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza.

Figura 167: Distribuição espacial de Unidades de Saúde da Família (USF) do município de João Pessoa.



Fonte: IBGE (2010), CNES/MS (2021), SMS. Densidade demográfica projetada por Consórcio PDMJP. Elaborado por Consórcio PDMJP.

No que se refere ao atendimento no nível da Atenção Primária, de acordo com as informações obtidas junto à SMS, em função de incongruências na relação entre Equipes de Saúde e população cadastrada/acompanhada, o poder público municipal iniciou um processo de mapeamento e reorganização dos territórios de planejamento. Conforme pontuado pela Secretaria, considerando-se o limite máximo de habitantes atendidos por equipes (4 mil munícipes), neste momento não se faz necessária a implantação de novas equipes, e sim de reajustes territoriais, com a redistribuição espacial das equipes existentes. Não obstante, para um horizonte de médio/longo prazo, tendo em vista o crescimento populacional, a SMS ressalta a necessidade de planejar a ampliação do acesso à Atenção Primária em vários bairros, com destaque para os seguintes: do Distrito I, Indústrias e Jardim Veneza; do Distrito III, Mangabeira (na localidade Cidade Verde), Paratibe (na localidade Valentina Figueiredo), Planalto Boa Esperança, Valentina, Bancários e Jardim Cidade Universitária); do Distrito IV, Estados; e do Distrito V, Bessa, Manaíra, Cabo Branco, Tambaú, e Gramame (na localidade Colinas do Sul).

Quanto às condições de atendimento dos equipamentos, segundo a avaliação da SMS, a maioria apresenta estrutura física deficitária e mobiliários antigos e obsoletos, sendo que as USF carecem de informatização e, conseqüentemente, de prontuário eletrônico. A Secretaria também destaca problemas de *déficit* do abastecimento de medicamentos básicos e de equipamentos de proteção individual, assim como de vacância de profissionais, principalmente de médicos⁷⁷.

Além dos aspectos mencionados, a SMS pontua a necessidade de aprimoramento e abrangência dos serviços por meio da implantação de uma segunda Unidade Odontológica Móvel e de 6 novas Academias de Saúde, bem como da inserção da rede assistencial nos seguintes projetos/programas de âmbito nacional: Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde – Requalifica UBS (destinado à reforma, ampliação e construção de unidades dentro de padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde); Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde – Informatiza APS (destinado à informatização das unidades de saúde e qualificação dos dados da Atenção

⁷⁷ Vacância refere-se ao período entre a saída de um empregado e a contratação de outro para ocupar o cargo vago. Na administração pública o termo é utilizado para os casos em que o cargo está sem ocupante (vago), sendo a vacância decorrente de exoneração, demissão, promoção, readaptação, posse em outro cargo inacumulável, aposentadoria e falecimento.

Primária de todo o país); Programa Saúde na Hora (destinado à implantação de horário estendido de funcionamento das unidades básicas); e Projeto Mais Médicos para o Brasil (no âmbito do Programa Mais Médicos, destinado ao fortalecimento da Atenção Primária por meio do provimento emergencial de profissionais, da reestruturação na formação médica e da melhoria da infraestrutura dos equipamentos) (SGTES/MS, 2015; SAPS/MS, 2021c).

Equipamentos públicos de saúde selecionados

Os equipamentos voltados à prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares especializados, de internação e de urgência e emergência, em especial os de atendimentos de média e alta complexidade, são caracterizados pela cobertura espacial menos restrita do que a das USF e demais Unidades Básicas de Saúde, com atuação em maiores níveis de abrangência (como distrital, municipal, regional, estadual e, inclusive, nacional). Neste sentido, a mensuração da capacidade de atendimento destes equipamentos constitui uma tarefa complexa, que implica a análise de uma série de variáveis e o envolvimento de diversas instâncias da gestão pública de saúde, extrapolando o escopo do presente trabalho. Ainda assim, as informações levantadas para o presente trabalho – em especial as obtidas junto à SMS –, possibilitam o apontamento das principais demandas.

A Tabela 45 apresenta a população projetada para 2020, o contingente estimado de vulneráveis à pobreza, e o número de equipamentos públicos selecionados – considerando o atendimento prestado –, por Distritos Sanitários (IBGE, 2010; IDOM-COBRAPE, 2014; Consórcio PDMJP; CNES/MS, 2021; SMS), e a Figura 168 ilustra a distribuição espacial destes equipamentos, sobreposta às camadas de delimitação de bairros e Distritos Sanitários, de densidade demográfica projetada para 2020, e de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza.

A análise da distribuição espacial aponta para uma maior concentração de equipamentos nas porções das zonas norte e oeste do município, especialmente no território do Distrito Sanitário IV, o qual abriga o menor contingente populacional pessoense. Destaca-se que os territórios dos Distritos Sanitários II e III, que abrigam os maiores contingentes estimados de populações em situação de vulnerabilidade de renda, apresentam números mais reduzidos de Clínicas/Centros de especialidades e não contam com Unidades de Apoio Diagnóstico e Terapia, sendo que o do Distrito II também não dispõe de algum hospital ou UPA.

Noutro sentido, pressupondo-se o atendimento integral dos grupos mais carentes, os dados do Distrito Sanitário I sugerem um cenário mais favorável: apresentando a maior concentração de população vulnerável dentre as unidades de planejamento, o território do Distrito I abriga elevado número de Clínicas/Centros de especialidades e de hospitais, sendo 3 Hospitais Gerais e 7 Hospitais Especializados. Não obstante, estes e outros equipamentos importantes presentes no Distrito I, como a Policlínica e a UPA, estão todos situados nos bairros Jaguaribe e Cruz das Armas, no extremo norte do referido território.

Cabe ressaltar a carência de equipamentos com atendimentos especializados nas 6ª e 12ª Regiões de Participação Popular – sobrepostas, respectivamente, aos territórios dos Distritos Sanitários I e V –, as quais apresentam tendência de expansão demográfica, com destaque para os bairros Mumbaba e Gramame, cujas taxas estimadas de crescimento para o período 2010/2020 correspondem a mais de 6% a.a. (IBGE, 2010; IDOM-COBRAPE, 2014; Consórcio PDMJP).

Vale destacar ainda a provável sobrecarga dos serviços e equipamentos com ênfase nos níveis de Atenção Secundária e Terciária à Saúde (serviços ambulatorial e hospitalar com procedimentos de média e alta complexidade). Na qualidade de sede regional e macrorregional de saúde, João Pessoa conta uma rede hospitalar composta por equipamentos de referência regional e estadual, atendendo a populações de outros municípios. Dentre estes equipamentos, além dos hospitais de gestão estadual e dupla, estão alguns administrados pelo poder público municipal: Hospital da Polícia Militar General Edson Ramalho, o Hospital Napoleão Laureano (área de oncologia) e o Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira. Também vale mencionar a presença de outros equipamentos de gestão estadual e dupla com abrangência regional/estadual, como 7 Clínicas/Centros de Especialidade, o Centro de Atenção Homeopática e/ou Hematológica (Hemocentro do Estado da Paraíba) e um Laboratório de Saúde Pública (LACEN-PB - Laboratório Central de Saúde Pública da Paraíba). (CNES/MS, 2021; SMS)

Tabela 45: População projetada para 2020, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, e número de equipamentos selecionados da rede pública de saúde, por tipologia, dos Distritos Sanitários e bairros do município de João Pessoa.

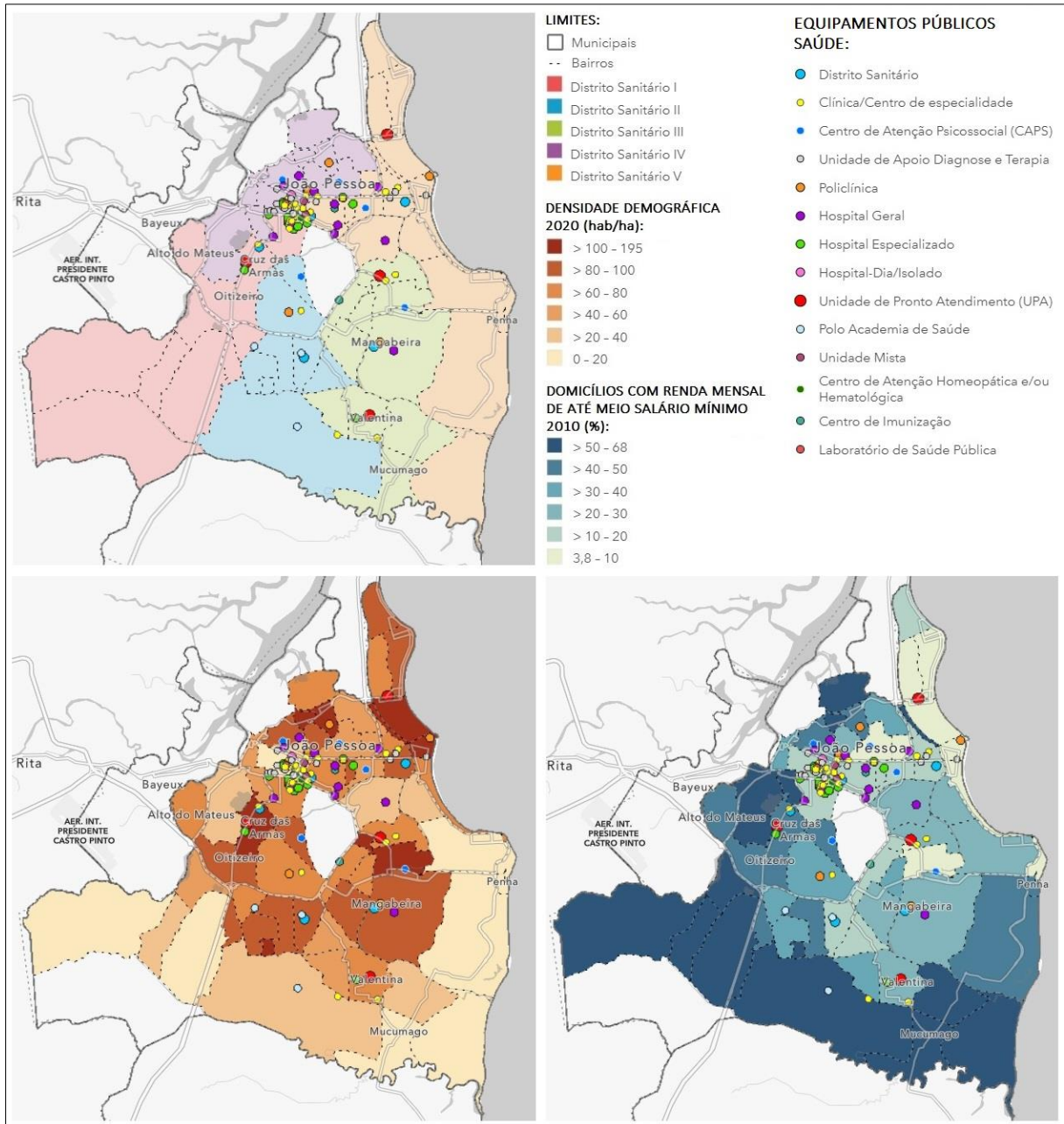
Indicador	Distrito Sanitário I	Distrito Sanitário II	Distrito Sanitário III	Distrito Sanitário IV	Distrito Sanitário V	JOÃO PESSOA
População (habitantes) 2020						
Total ⁽¹⁾	140.491	169.076	237.434	97.622	209.722	863.970
Renda < 1/2 sm ⁽²⁾	63.901	69.989	64.681	41.658	33.166	276.795

Indicador	Distrito Sanitário I	Distrito Sanitário II	Distrito Sanitário III	Distrito Sanitário IV	Distrito Sanitário V	JOÃO PESSOA
Equipamentos (nº) 2021						
Central de Gestão em Saúde – Distrito Sanitário	1	1	1	-	2	5
Clínica/ Centro de especialidade	8	2	3	13	9	35
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	-	1	1	2	1	5
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	1	-	-	11	4	16
Policlínica	1	1	1	2	1	6
Hospital Geral	3	-	1	4	5	13
Hospital Especializado	7	-	1	3	2	13
Hospital-Dia/Isolado	-	-	-	2	-	2
Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	1	-	2	-	1	4
Polo Academia de Saúde	1	2	-	-	-	3
Unidade Mista	-	-	-	2	1	3
Centro de Atenção Homeopática e/ou Hematológica	1	-	-	-	-	1
Centro de Imunização	-	-	1	-	1	2
Laboratório de Saúde Pública	1	-	-	1	-	2
TOTAL	25	7	11	40	27	110

Nota: (1) População projetada por Consórcio PDMJP. (2) Com base no percentual de domicílios de 2010 com renda média de até meio salário mínimo da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010).

Fonte: IBGE (2010), IDOM-COBRAPÉ (2014), CNES/MS (2021), SMS. Elaborado por Consórcio PDMJP.

Figura 168: Distribuição espacial de equipamentos selecionados da rede pública de saúde do município de João Pessoa.



Nota: Não são representados os seguintes tipos de equipamentos: Centrais de Regulação, Notificação, Abastecimento e Gestão (exceto Distrito Sanitário), Centro de Saúde/Unidade Básica, Unidades Móveis, de Telessaúde e de Acolhimento Infantil.

Fonte: IBGE (2010), CNES/MS (2021), SMS. Densidade demográfica projetada por Consórcio PDMJP. Elaborado por Consórcio PDMJP.

No que diz respeito às condições de atendimento nos níveis de Atenção Secundária e Terciária, de acordo com a SMS, tal como no nível da Atenção Primária, o município enfrenta problemas relacionados à vacância de profissionais – neste caso, principalmente de angiologistas, cardiologistas e pediatras –, e às condições de materiais, mobiliários e estruturas físicas dos equipamentos, sendo que muitos contam com aparelhos médico-hospitalares obsoletos ou inservíveis e cerca de 50% apresentam problemas hidráulicos nas edificações

(infiltrações, mofo, etc.). Assim, visando o aprimoramento e a abrangência dos serviços especializados, a Secretaria aponta a necessidade de estruturação dos recursos humanos (contratação de médicos especialistas), de contratação de empresa de manutenção predial e de aquisição de aparelhos médico-hospitalares, bem como de fisioterapia.

Ademais, a SMS ressalta a demanda pela ampliação dos serviços de maior complexidade do nível da Atenção Primária e que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (atendimento especializado em saúde mental). Para tanto, faz-se necessária a implantação de uma unidade de Serviço Residencial Terapêutico (destinada à moradia, ao convívio social e à reabilitação de pessoas portadoras de transtornos mentais graves) no Distrito IV, abrangendo o bairro Tambiá e arredores, assim como de 3 novos CAPS, sendo: dois no Distrito I, dos quais, um CAPS tipo I (unidades destinadas ao atendimento de regiões com pelo menos 15 mil habitantes), para abranger o bairro Indústrias e arredores, e um CAPS tipo III (unidades com até 5 vagas de acolhimento noturno, destinadas ao atendimento de regiões com pelo menos 150 mil habitantes), para abranger o bairro Alto do Mateus e arredores; e um no Distrito III, de CAPS tipo Álcool e Drogas (AD) (unidades especializadas em transtornos pelo uso de álcool e outras drogas, para atendimento de regiões com pelo menos 70 mil habitantes), para abranger os bairros Mangabeira e Valentina e arredores (MS, 2021; SAPS/MS, 2021c; SMS).

Para um horizonte de médio/longo prazo, a Secretaria destaca a necessidade de planejar a implantação dos seguintes serviços e equipamentos: duas Unidades de Acolhimento Adulto (destinadas ao acolhimento de pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas enquanto realizam tratamentos em outras unidades), sendo uma no Distrito II, abrangendo o bairro Varjão e arredores, e outra no Distrito III, abrangendo os bairros Mangabeira e Valentina e arredores; uma segunda Policlínica no Distrito III, abrangendo o bairro Valentina e arredores; e serviços de diagnóstico por imagem (ultrassonografia) na Policlínica do bairro Mandacaru, no Distrito IV, e na Policlínica do bairro Tambaú, no Distrito V.

No que diz respeito às ações prioritárias demandadas para garantir a qualidade e o acesso aos serviços de saúde, a SMS pontua: o fortalecimento da gestão municipal por meio da implantação de sua rede assistencial, garantindo acesso com qualidade em todos os pontos; a implementação da infraestrutura da rede de Atenção Primária; a implementação da informatização da Atenção Primária e da Regulação do Acesso aos serviços de média e alta complexidade; e a habilitação de novos serviços da rede hospitalar municipal, tais como, de

cirurgias bariátricas e procedimentos de hemodinâmica cardiológica, neurológica e vascular no Hospital Municipal Santa Isabel, de ortopedia pediátrica no Hospital Municipal Valentina, assim como de procedimentos de oncologia, transplante de medula e cirurgias urológicas.

9.1.3 EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O município de João Pessoa é sede da 1ª Gerência Regional do Desenvolvimento Humano da Paraíba⁷⁸, umas das 14 Gerências Regionais do estado, que constituem instâncias administrativas intermediárias da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba, a qual define e executa as políticas de assistência social no âmbito estadual (SEDH/PB, 2020; PARAÍBA, 2021c).

Na esfera municipal, a implementação das políticas socioassistenciais é de competência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES), que atua em conjunto com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SEDHUC), sendo as definições das ações corroboradas pelos seguintes órgãos colegiados: Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Municipal Antidrogas e Conselho Municipal de Direitos Humanos. Em relação aos instrumentos que orientam a política setorial, além da legislação correlata ao sistema socioassistencial e à gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Lei Nº 13.831/2019), João Pessoa dispõe do “Plano Municipal de Assistência Social” referente ao quadriênio 2018/2021, do “Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo” referente ao decênio 2017/2026, e do “Plano Municipal de Contingência da Política da Assistência Social para Emergência em Saúde Pública da Doença Sars-Cov-2 Covid 19”. (SEDES, 2017, 2020; JOÃO PESSOA, 2019, 2021c)

Faz-se necessário ressaltar a presença de dois importantes órgãos de ação intersetorial, que atuam especialmente no âmbito das políticas socioassistenciais: a Secretaria Municipal Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM) e a Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial. Criada em 2010 e tendo como

⁷⁸ A 1ª Gerência Regional do Desenvolvimento Humano abrange os municípios de João Pessoa (polo), Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Mari, Pitimbu, Riachão do Poço, Santa Rita, Sapé e Sobrado (SEDH/PB, 2020).

papel fundamental a promoção da equidade de gênero, a SEPPM atua na implementação de políticas públicas para as mulheres – no sentido de efetivar direitos, elevar a cidadania e superar situações vivenciadas de desigualdades –, sendo as ações corroboradas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e instrumentalizadas no “Plano Municipal de Políticas para as Mulheres” referente ao quadriênio 2018/2021 e no “I Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres” referente ao período 2020/2028. Já a Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial foi criada em 2012, é vinculada ao Gabinete do Prefeito e tem como objetivo principal assessorar na articulação, formulação e implementação de políticas públicas afirmativas de reparação e de proteção da população negra, de comunidades tradicionais e LGBT⁷⁹ (SEPPM, 2018, 2020; JOÃO PESSOA, 2021c).

No que se refere à rede pública socioassistencial, de acordo com os dados do Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social do Ministério da Cidadania (CADSUAS/MC, 2021) e da SEDH/PB (2021) e com as informações obtidas junto à SEDES, João Pessoa conta com 92 equipamentos, dos quais: 67 (72,8%) de administração municipal; 6 (6,5%) de administração estadual; e 19 (20,7%) de organizações não governamentais (ONG) ou da sociedade civil (OSC), compondo a rede referenciada para oferta de serviços socioassistenciais do município. Do total de equipamentos, 55 compõem o nível de Proteção Social Básica, a qual é destinada a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, e 37 são do nível de Proteção Social Especial, que por sua vez é destinada a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social ou que tiveram seus direitos violados (BRASIL, 2011b).

Conforme ilustrado na Figura 169, no nível da Proteção Social Básica, João Pessoa dispõe de 13 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que consistem nas unidades de organização e de acesso da população aos serviços socioassistenciais básicos. Vinculados aos CRAS, estão presentes 11 Centros de Convivência, dos quais dois são administrados pelo poder público municipal e 9 por ONG/OSC, cujos equipamentos são destinados à promoção dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, com crianças, adolescentes, adultos e/ou idosos. De administração municipal, também integram a rede básica: 10 Centros de Referência da Cidadania (CRC), destinados à realização de ações socioeducativas, artístico-

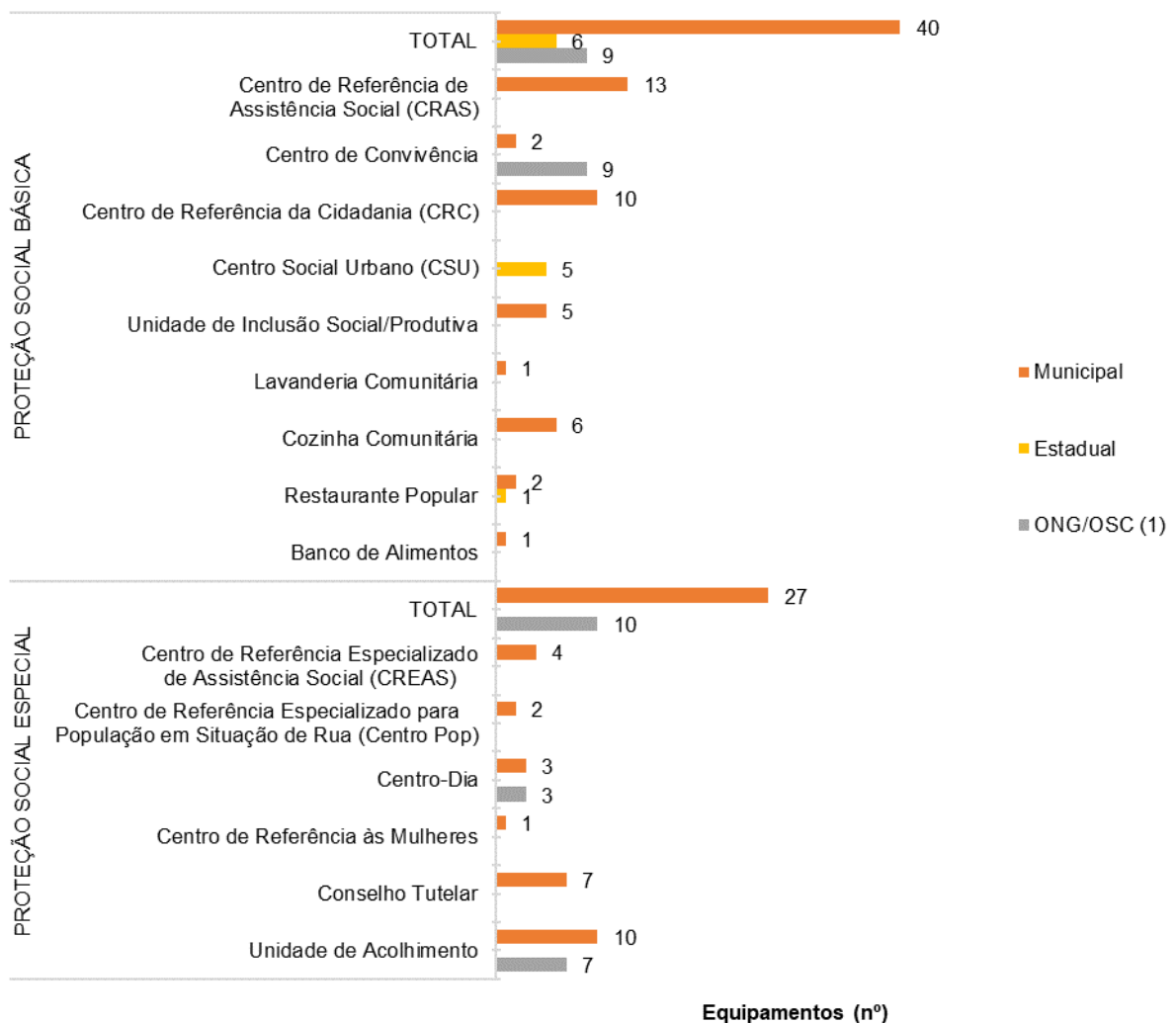
⁷⁹ Inicialmente a sigla LGBT foi criada para designar lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Atualmente pode-se referir a qualquer pessoa não-heterossexual ou que não se identifique aos padrões de gênero historicamente estabelecidos. Procurando responder ao amplo espectro de minorias sexuais e de gênero, a sigla LGBT vêm evoluindo e comumente apresenta-se com letras e/ou símbolos adicionais.

culturais, de inserção social e profissional, bem como ao desenvolvimento de projetos e programas sociais; 5 Unidades de Inclusão Social/Produtiva, destinadas à promoção da geração de trabalho e renda, por meio de ações de formação e capacitação profissional, abrangendo cursos nas áreas de alimentação, marcenaria, vestuário, construção civil e informática; uma Lavanderia Comunitária, destinada ao uso comunitário (próprio ou para geração de renda) e à promoção de cursos; 6 Cozinhas Comunitárias, destinadas ao fornecimento gratuito de alimentação à população em situação de vulnerabilidade social, garantindo sua segurança alimentar e nutricional, e ao incentivo à criação de grupos de produção nos moldes da Economia Solidária; dois Restaurantes Populares, também voltados à garantia da segurança alimentar e nutricional, com oferta de refeições a preços acessíveis à toda população; e um Banco de Alimentos, destinado à coleta de doações de gêneros alimentícios fora dos padrões de comercialização e sem restrição de caráter sanitário (que ainda sirvam para o consumo humano), e à sua redistribuição para organizações filantrópicas, movimentos sociais e comunitários e famílias em situação de vulnerabilidade social. Configurando a rede básica socioassistencial, também estão presentes 6 equipamentos de administração estadual, sendo 5 Centros Sociais Urbanos (CSU), destinados à promoção de atividades socioeducativas e de capacitação, e um Restaurante Popular (CADSUAS/MC, 2021; SEDH/PB, 2021; CNAS, 2009; SEDES).

No nível da Proteção Social Especial, contemplando os serviços socioassistenciais de média complexidade (atendimentos para famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas que ainda preservam os vínculos familiares), o município dispõe de: 4 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que organizam os serviços especializados, sendo destinados à orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados; dois Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop), destinados ao atendimento da população em situação de rua; 3 Centros-Dia, destinados ao atendimento de pessoas com deficiência; um Centro de Referência às Mulheres, destinado ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica ou familiar; e 7 Conselhos Tutelares, órgãos responsáveis pela promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Destes equipamentos, com exceção dos Centros-Dia, administrados por ONG/OSC, os demais são de gestão municipal (CADSUAS/MC, 2021; CNAS, 2009; SEDES).

Já abrangendo os serviços socioassistenciais de alta complexidade (atendimentos para indivíduos e famílias em situação de ameaça em seu núcleo familiar e/ou comunitário), o município conta com 17 Unidades de Acolhimento, sendo 10 de administração municipal e 7 de ONG/OSC, cujos equipamentos são destinados ao acolhimento de famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, garantindo sua proteção integral (CADSUAS/MC, 2021; CNAS, 2009; SEDES).

Figura 169: Número de equipamentos de Proteção Social Básica da rede pública socioassistencial, por nível de Proteção Social, tipologia e esfera administrativa, do município de João Pessoa - 2021.



Nota: ONG/OSC = Organização não governamental/Organização da Sociedade Civil. (1) Equipamentos referenciados.
Fonte: CADSUAS/MC (2021), SAGI/MC (2019), SEDH/PB (2021), SEDES, SEPPM. Adaptado por Consórcio PDMJP.

O quadro do ANEXO V – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS SOCIOASSISTENCIAIS, apresenta a relação dos equipamentos da rede pública socioassistencial de João Pessoa, organizados segundo os bairros e Regiões de Participação Popular.

9.1.3.1. Capacidade, abrangência e distribuição espacial

Para a análise da capacidade de atendimento dos equipamentos da rede pública de assistência social, além de indicadores de composição e distribuição de renda do município⁸⁰, foram considerados: no caso dos CRAS e CREAS – que constituem equipamentos de organização dos serviços socioassistenciais básicos e especializados –, os parâmetros de referência para definição do número destes equipamentos (SNAS/MDS, 2011; CNAS, 2012); a localização e a abrangência dos equipamentos; e as avaliações de técnicos e/ou gestores municipais. No que diz respeito à localização e abrangência, foram confrontadas as seguintes informações, por bairros e Regiões de Participação Popular: a projeção demográfica para 2020 e a variação populacional em relação à 2010 (IBGE, 2010; IDOM-COBRAPE, 2014; Consórcio PDMJP); o percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza (com renda média mensal de até meio salário mínimo) da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010); a estimativa do contingente da população vulnerável à pobreza, com base no referido percentual de domicílios censitários (IBGE, 2010); e a estimativa de famílias vulneráveis à pobreza, com base no resultado anterior e no número médio de moradores por domicílio censitário da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010).

Quanto aos referidos parâmetros de referência, conforme disposto nas diretrizes e orientações relativas ao SUAS, os CRAS são organizados de acordo com o número de famílias a eles referenciadas⁸¹, e apresentam-se com base na seguinte divisão: CRAS I – com capacidade para atendimento de até 2,5 mil famílias; CRAS II – com capacidade para atendimento de 2,5 mil a 3,5 mil famílias; e CRAS III – com capacidade para atendimento de 3,5 mil até 5 mil famílias. No caso dos CREAS, um dos principais parâmetros de referência para definição do número mínimo de equipamentos necessários é o porte do município (contingente populacional), sendo: para os municípios de Pequeno Porte I (até 20 mil habitantes), cobertura de atendimento em CREAS Regional ou implantação de um CREAS, quando a demanda local justificar; para os de Pequeno Porte II (de 20 mil a 50 mil habitantes) e de Médio Porte (de 50 mil a 100 mil habitantes), implantação de pelo menos um CREAS; e para os de Grande Porte, Metrôpoles e Distrito Federal (acima de 100 mil habitantes),

⁸⁰ Analisados no item 4.2.3 (Renda).

⁸¹ Famílias que residem no território de abrangência do equipamento e que são elegíveis ao atendimento/acompanhamento (CNAS, 2012).

implantação de um CREAS a cada 200 mil habitantes. Não obstante, conforme destacados nos instrumentos de planejamento das políticas socioassistenciais, para a definição apropriada do quantitativo de CREAS, assim como dos demais equipamentos da Proteção Social Especial e do próprio CRAS, a orientação deve partir da realidade local, apreendida por meio do diagnóstico socioterritorial e de dados de vigilância socioassistencial. (SNAS/MDS, 2011; CNAS, 2012)

A Tabela 46 apresenta a população pessoense projetada para 2020, os contingentes estimados de habitantes e famílias vulneráveis à pobreza, e o número de equipamentos da rede pública socioassistencial, por bairros e Regiões de Participação Popular (JOÃO PESSOA, 2021a; IBGE, 2010; IDOM-COBRAPÉ, 2014; Consórcio PDMJP; CADSUAS/MC, 2021; SAGI/MC, 2019; SEDH/PB, 2021; SEDES; SEPPM), e a Figura 170 ilustra a distribuição espacial destes equipamentos, sobreposta às camadas de delimitação de bairros e Regiões, de densidade demográfica projetada para 2020, e de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza.

A análise das informações aponta para uma sobrecarga de serviços dos equipamentos existentes, bem como indica *déficits* de cobertura de população vulnerável. No que se refere aos CRAS, considerando-se o conjunto de equipamentos, a capacidade total de atendimento do município é de aproximadamente 58,5 mil famílias referenciadas, o que corresponde a cerca de 70% do contingente total estimado de famílias vulneráveis à pobreza. Já com relação aos CREAS, tendo em vista a população total projetada para 2020, assim como o elevado contingente de vulneráveis, pode-se inferir que o município carece de novos equipamentos.

Cabe ressaltar que em grande medida as estimativas de populações vulneráveis apresentadas na Tabela 46 são subestimadas, uma vez que se apoiam nos dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010). Conforme discorrido no item 4.2.3 (Renda), as informações do Cadastro Único (setembro de 2020) apontam para aumento expressivo, desde o levantamento censitário, da participação relativa das populações pobres (com renda média mensal de até R\$ 178,00) e extremamente pobres (com renda média mensal de até R\$ 89,00) em relação ao total da população municipal, cuja situação possivelmente vem se mantendo face ao cenário pandêmico. Em 2020, João Pessoa contabilizou 105,5 mil famílias no Cadastro

Único, totalizando 257,7 mil pessoas, das quais 166 mil extremamente pobres, correspondendo a aproximadamente 20% dos municípios⁸² (SAGI/MC, 2021).

Quanto às áreas/regiões prioritárias para o direcionamento das políticas de ampliação do acesso à Proteção Social Básica, a partir do cruzamento dos dados da Tabela 46, da concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e das projeções e variações demográficas, e com base no estabelecimento de algumas condicionantes, situações mais críticas foram identificadas em 9 Regiões de Participação Popular. Agrupadas de acordo com as condicionantes e em ordem decrescente de criticidade, estas Regiões estão relacionadas a seguir:

- 5ª Região: com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda; com uma unidade de CRAS que comporta até 2.500 famílias referenciadas, o que corresponde a uma cobertura de até 20,5% do total estimado de famílias vulneráveis e a uma estimativa de 9,7 mil famílias vulneráveis desassistidas na Região; conta com dois CRC, um CSU, uma Unidade de Inclusão Social/Produtiva e uma Cozinha Comunitária.
- 6ª Região: com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica⁸³; sem unidade de CRAS, o que corresponde a uma estimativa de 6,2 mil famílias vulneráveis desassistidas na Região; conta com um CRC, uma Unidade de Inclusão Social/Produtiva e uma Cozinha Comunitária; segundo técnicos e/ou gestores municipais, os serviços e equipamentos da Região vem sendo fortemente impactados pelo expressivo crescimento demográfico.
- 3ª Região: com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda; com uma unidade de CRAS que comporta até 5.000 famílias referenciadas, o que corresponde a uma cobertura de até 56,2% do total estimado de famílias vulneráveis e a uma estimativa de 3,9 mil famílias vulneráveis desassistidas na Região; conta com um CRC, uma Unidade de Inclusão Social/Produtiva e dois Restaurantes

⁸² Conforme apresentado na Figura 45.

⁸³ Considerando esta associação como possível indutora à ocupação.

Populares; segundo técnicos e/ou gestores municipais, os serviços e equipamentos da Região vem sendo fortemente impactados pelo expressivo crescimento demográfico.

- 4ª Região: com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda; com uma unidade de CRAS que comporta até 2.500 famílias referenciadas, o que corresponde a uma cobertura de até 39,4% do total estimado de famílias vulneráveis e a uma estimativa de 3,8 mil famílias vulneráveis desassistidas na Região; conta com dois Centros de Convivência e um CRC.
- 14ª Região: sem unidade de CRAS, o que corresponde a uma estimativa de 3,8 mil famílias vulneráveis desassistidas na Região; conta com um Centro de Convivência, um CRC e uma Cozinha Comunitária.
- 10ª Região: com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda; sem unidade de CRAS, o que corresponde a uma estimativa de 1,8 mil famílias vulneráveis desassistidas na Região; conta com um Centro de Convivência, um CRC e uma Cozinha Comunitária.
- 8ª Região: com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda; com uma unidade de CRAS que comporta até 5.000 famílias referenciadas, o que corresponde a uma cobertura de até 71,5% do total estimado de famílias vulneráveis e a uma estimativa de 1,9 mil famílias vulneráveis desassistidas na Região; conta com um CRC, um CSU e uma Cozinha Comunitária.
- 13ª Região: sem unidade de CRAS, o que corresponde a uma estimativa de 1,8 mil famílias vulneráveis desassistidas na Região; conta com um Centro de Convivência e uma Lavanderia Comunitária.
- 2ª Região: com duas unidades de CRAS que, juntas, comportam até 7.500 famílias referenciadas, o que corresponde à cobertura plena do total estimado de famílias vulneráveis da Região; no entanto, conta com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica; conta com um Centro de Convivência, um CRC e uma Cozinha Comunitária.

No que diz respeito à análise da capacidade de atendimento no nível da Proteção Social Especial, conforme mencionado, a mensuração da suficiência (atual e futura) dos equipamentos e serviços disponíveis está condicionada à uma avaliação pormenorizada dos

territórios, pautada em diagnósticos que contemplem a incidência e as características dos riscos pessoais e sociais, por violação de direitos, em cada território de atuação da rede socioassistencial. Ainda assim, as informações levantadas para o presente trabalho possibilitam o apontamento das principais demandas.

No caso dos CREAS, considerando-se o parâmetro do porte municipal (SNAS/MDS, 2011), face ao contingente populacional projetado para 2020 (de 863,9 mil habitantes), seria necessária a implantação de um novo equipamento. Não obstante, segundo técnicos e/ou gestores municipais, para o atendimento da demanda atual é necessária a implantação de, pelo menos, três novos equipamentos, contemplando os bairros Valentina, Indústrias e Cruz das Armas. Destaca-se que estes bairros estão situados, respectivamente, nas 4ª, 6ª e 8ª Regiões, as quais, além de não disporem de unidades de CREAS, contam com elevado contingente de vulneráveis (acima de 20 mil habitantes).

De acordo com a avaliação da SEDES, diante do cenário atual, para ampliação do acesso à Proteção Social Especial, faz-se necessária também a implantação de novas unidades de outros tipos de equipamentos, quais sejam: um Centro Pop (especialmente em função do aumento do contingente de população em situação de rua ao longo da pandemia de Covid-19); e 4 Unidades de Acolhimento, das quais, duas Repúblicas (destinadas ao atendimento de jovens na faixa etária de 18 a 21 anos egressos dos serviços de acolhimento institucional e familiar do município), uma Casa de Acolhida Adulta (destinada ao acolhimento imediato e emergencial da população em situação de rua) e uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (destinada a pessoas idosas com diferentes necessidades e graus de dependência).

Além destes equipamentos, a Secretaria aponta a necessidade de ampliação dos serviços relacionados a medidas socioeducativas, com a implantação do denominado Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), que consiste no primeiro atendimento prestado ao adolescente a quem se atribua prática de ato infracional (cujo serviço é realizado de modo qualificado, especializado e imediato, articulando ações e serviços da rede socioassistencial). E, para um horizonte de médio/longo prazo, deve-se planejar a ampliação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (que organiza e acompanha o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados de suas famílias de origem por medida protetiva, em residências de famílias cadastradas), contemplando um quantitativo previsto de 45 crianças e/ou adolescentes.

Tabela 46: População projetada para 2020, estimativa de população e famílias em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, e número de equipamentos de Proteção Social Básica da rede pública socioassistencial, por tipologia, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.

Região / Bairro	População (habitantes) 2020 ⁽¹⁾	Estimativa		Equipamentos (nº) 2021													
		Renda < 1/2 sm		Básica							Especial						
		Habitantes ⁽²⁾	Famílias ⁽³⁾	CRAS ⁽⁴⁾			Centro Convivência	CRC	CSU	UISP	Cozinha Comunitária	Lavanderia Comunitária	Restaurante Popular	CREAS	Conselho Tutelar	Centro-Dia	Centro Pop
			I	II	III												
1ª REGIÃO	102.494	12.574	4.053	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Aeroclube	15.792	714	237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bessa	19.671	2.202	712	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brisamar	4.400	525	163	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Jardim Oceania	21.070	876	285	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Agripino	1.119	114	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manaíra	34.146	2.312	751	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
São José	6.296	4.254	1.283	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª REGIÃO	38.876	4.661	1.468	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Altiplano Cabo Branco	6.422	1.388	384	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cabo Branco	10.616	501	168	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Penha	771	369	98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponta do Seixas	574	36	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portal do Sol	6.616	1.695	466	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tambaú	13.877	993	339	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3ª REGIÃO	102.259	30.986	8.892	-	-	1	-	1	-	-	-	2	1	1	-	-	-
Costa do Sol	16.835	7.881	2.180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mangabeira	85.424	24.399	7.030	-	-	1	-	1	-	-	-	2	1	1	-	-	-
4ª REGIÃO	57.229	22.274	6.342	1	-	-	2	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Barra de Gramame	338	193	51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Muçumagro	7.807	4.332	1.195	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paratibe	17.078	8.624	2.510	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Planalto da Boa Esperança	9.393	3.488	1.043	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valentina	22.612	6.327	1.772	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
5ª REGIÃO	129.445	41.451	12.181	1	-	-	-	2	1	1	1	-	-	1	-	-	-
Água Fria	9.784	1.216	431	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cidade dos Colibris	6.614	2.296	664	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa e Silva	8.748	4.075	1.160	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Cuiá	10.817	1.922	575	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

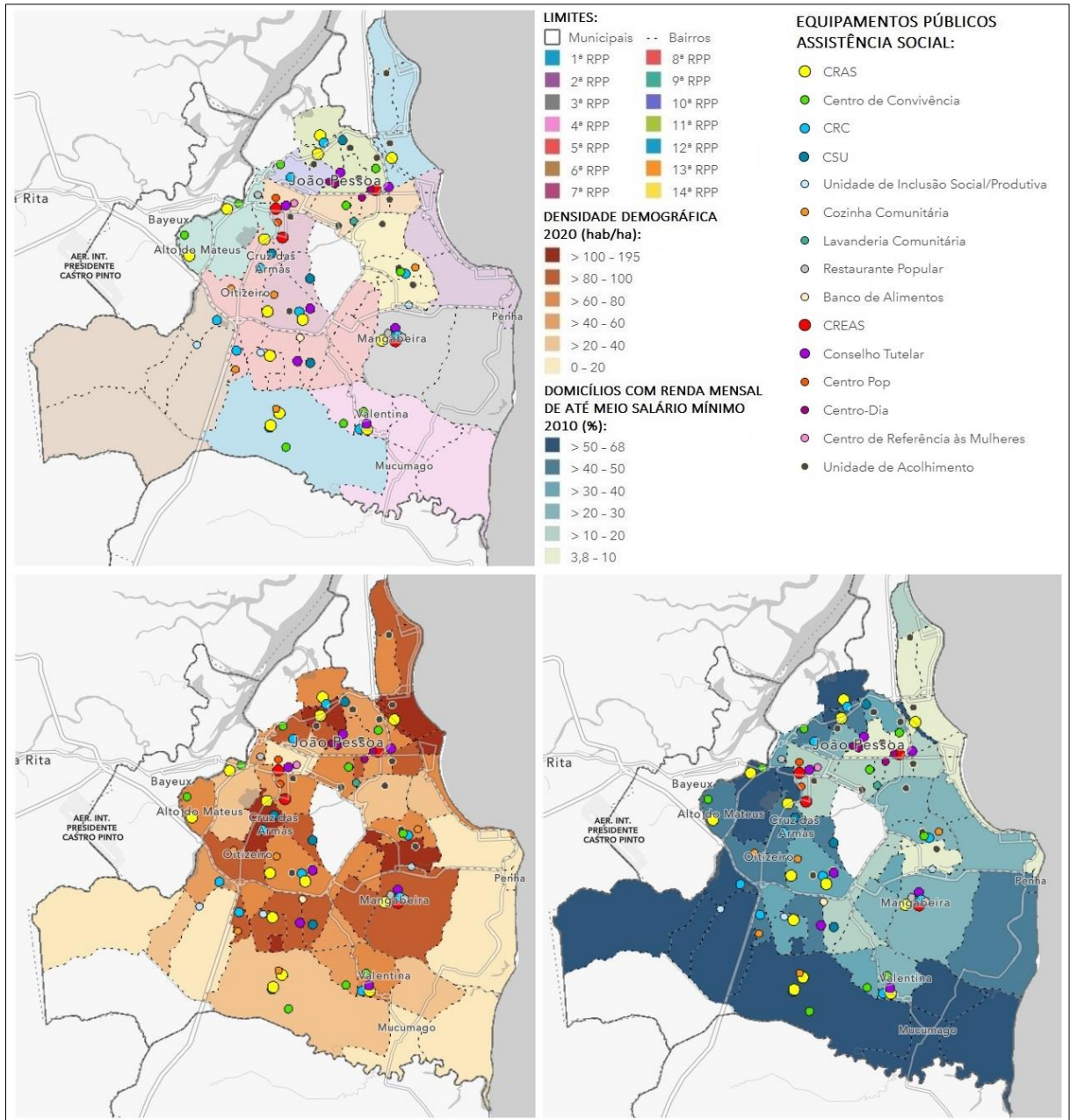
Região / Bairro	População (habitantes) 2020 ⁽¹⁾	Estimativa		Equipamentos (nº) 2021													
		Renda < 1/2 sm		Básica							Especial						
		Habitantes (2)	Famílias (3)	CRAS ⁽⁴⁾			Centro Convivência	CRC	CSU	UISP	Cozinha Comunitária	Lavanderia Comunitária	Restaurante Popular	CREAS	Conselho Tutelar	Centro- Dia	Centro Pop
Ernani Sátiro	8.854	3.138	898	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ernesto Geisel	16.529	2.716	818	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Funcionários	15.502	5.674	1.614	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Grotão	6.571	3.679	1.022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Paulo II	21.525	8.949	2.624	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
José Américo	24.500	7.279	2.095	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6ª REGIÃO	39.716	21.952	6.191	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Distrito Industrial	668	412	111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias	9.763	4.934	1.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jardim Veneza	13.161	7.572	2.170	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Mumbaba	16.124	8.908	2.506	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7ª REGIÃO	67.897	24.823	7.060	-	-	2	-	1	1	-	1	-	1	1	-	1	3
Cristo Redentor	37.942	14.605	4.133	-	-	2	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	2
Jaguaribe	14.962	2.691	799	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1
Varjão	14.993	7.402	2.050	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
8ª REGIÃO	52.500	24.340	6.989	-	-	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Cruz das Armas	25.137	11.002	3.165	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Oitizeiro	27.363	13.311	3.815	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
9ª REGIÃO	34.560	18.314	5.250	-	-	2	2	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Alto do Mateus	15.710	7.858	2.224	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ilha do Bispo	10.146	6.928	1.945	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trincheiras	5.356	2.687	788	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varadouro	3.349	1.334	404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
10ª REGIÃO	21.186	6.621	1.876	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Roger	10.563	4.426	1.224	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Tambiá	2.946	637	194	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Treze de Maio	7.677	1.598	456	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
11ª REGIÃO	59.236	23.635	6.848	-	-	2	3	1	1	-	-	-	1	1	4	-	5
Alto do Céu	19.160	11.869	3.328	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estados	8.533	332	95	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2	-	3
Ipês	8.195	2.616	783	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Mandacarú	12.424	5.309	1.578	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Padre Zé	6.882	3.490	980	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Região / Bairro	População (habitantes) 2020 ⁽¹⁾	Estimativa Renda < 1/2 sm		Equipamentos (nº) 2021														
		Habitantes (2)	Famílias (3)	Básica							Especial							
				CRAS ⁽⁴⁾			Centro Convivência	CRC	CSU	UISP	Cozinha Comunitária	Lavanderia Comunitária	Restaurante Popular	CREAS	Conselho Tutelar	Centro- Dia	Centro Pop	UA
Pedro Gondim	4.042	223	69	-	-	-												
12ª REGIÃO	45.197	25.043	7.003	-	1	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Gramame	45.197	25.043	7.003	-	1	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
13ª REGIÃO	37.409	5.992	1.829	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	1	1	1	3
Centro	2.390	432	140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-
Expedicionários	3.890	535	164	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Miramar	12.262	1.948	576	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tambauzinho	5.444	651	199	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1
Torre	13.424	2.339	717	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
14ª REGIÃO	75.965	12.169	3.807	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	3
Anatólia	1.202	81	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancários	13.506	2.903	880	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1
Castelo Branco	12.119	3.418	964	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Jardim Cidade Universitária	32.758	3.013	982	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Jardim São Paulo	6.755	723	254	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JOÃO PESSOA	863.970	276.795	81.585	2	1	10	11	10	5	5	6	1	3	4	7	6	2	17

Nota: CRAS = Centro de Referência de Assistência Social; CRC = Centro de Referência da Cidadania; CSU = Centro Social Urbano; UISP = Unidade de Inclusão Social/Produtiva; CREAS = Centro de Referência Especializado de Assistência Social; Centro Pop = Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop); UA = Unidade de Acolhimento. (1) População projetada por Consórcio PDMJP. (2) Com base no percentual de domicílios de 2010 com renda média de até meio salário mínimo da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010). (3) Com base no número médio de habitantes por domicílios de 2010 (IBGE, 2010). (4) De acordo com a capacidade para atendimento de famílias referenciadas: I – até 2,5 mil famílias; II – de 2,5 mil a 3,5 mil famílias; e III – de 3,5 mil até 5 mil famílias (SAGI/MC, 2019).

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), IDOM-COBRAPÉ (2014), CADSUAS/MC (2021), SAGI/MC (2019), SEDH/PB (2021), SEDES, SEPPM. Adaptado por Consórcio PDMJP.

Figura 170: Distribuição espacial de equipamentos da rede pública socioassistencial do município de João Pessoa.



Fonte: IBGE (2010); JOÃO PESSOA (2021a), CADSUAS/MC (2021), SAGI/MC (2019), SEDH/PB (2021), SEDES, SEPPM. Densidade demográfica projetada por Consórcio PDMJP. Elaborado por Consórcio PDMJP.

Em relação aos equipamentos de gestão municipal e aos que compõem a rede referenciada para oferta de serviços (administrados por ONG/OSC), foram obtidas informações importantes junto à SEDES, relacionadas à caracterização e avaliação dos equipamentos, que auxiliam na análise das condições de atendimento⁸⁴. O detalhamento

⁸⁴ Quanto aos equipamentos de gestão estadual, a consultoria não obteve acesso às informações até o momento da elaboração do presente documento.

destas informações é apresentado no quadro do ANEXO VI – CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS SOCIOASSISTENCIAIS.

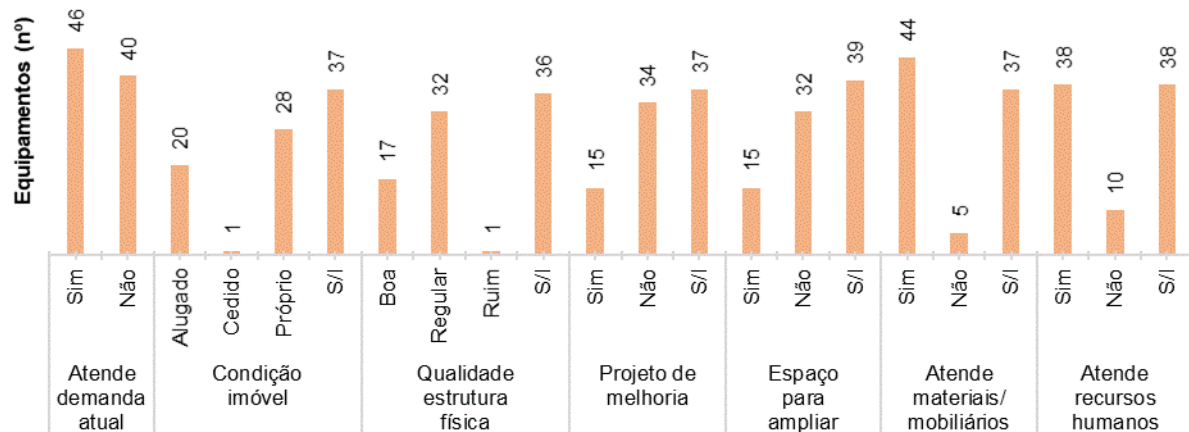
Conforme ilustrado na Figura 171, sobre o atendimento da demanda atual, de acordo com avaliações de técnicos e/ou gestores, do conjunto de 86 equipamentos municipais e referenciados, 40 (46,5%) não atendem adequadamente.

Quanto às condições de ocupação dos imóveis, dentre 49 equipamentos objeto de resposta, 28 ocupam imóveis próprios, um ocupa imóvel cedido (um CRAS) e 20 ocupam imóveis alugados (incluindo um CRAS, os 4 CREAS, os dois Centros Pop e os dois Centros-Dia de gestão municipal).

Em relação às estruturas físicas, dentre 50 equipamentos objeto de resposta, apenas 17 são avaliados por técnicos e/ou gestores como de qualidade boa (dos quais 10 constituem imóveis alugados). E, dos 32 avaliados como de qualidade regular, apenas 5 contam com projeto de melhoria estrutural ou de mudança de local. Sobre a possibilidade de ampliação, dentre 47 equipamentos objeto de resposta, 15 apresentam espaço disponível no terreno (incluindo 8 CRAS). Conforme pontuado pela SEDES, além da implantação de novos equipamentos, faz-se necessário melhorar as estruturas físicas dos equipamentos existentes.

No que se refere aos materiais e mobiliários, estes itens são avaliados por técnicos e/ou gestores como insuficientes em 5 de 49 equipamentos objeto de resposta (sendo em duas Unidades de Acolhimento, em um Centro Pop, em uma Unidade de Inclusão Social/Produtiva e no Centro de Referência às Mulheres). Já com relação aos recursos humanos, o quantitativo de profissionais é avaliado como insuficiente em 10 de 48 equipamentos objeto de resposta (sendo em dois CREAS, nos dois Centros Pop, em um Centro-Dia e em 5 Unidades de Acolhimento de gestão municipal).

Figura 171: Distribuição absoluta de respostas de caracterização e avaliação dos equipamentos da rede pública socioassistencial do município de João Pessoa.



Nota: S/I = Sem informação.

Elaboração: Consórcio PDMJP.

9.1.4 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

O município de João Pessoa configura a 1ª Região Integrada de Segurança Pública e Defesa Social (REISP), composta pelas 1ª e 2ª Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISP) da Paraíba⁸⁵, que constituem recortes espaciais definidos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social da Paraíba, para fins de planejamento e gestão territorial das políticas de segurança pública no âmbito estadual, e nos quais atuam os órgãos operativos Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar (SESDS/PB, 2016; PARAÍBA, 2021a, 2021c).

Na esfera municipal, a implementação das políticas de segurança é de competência da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania (SEMUSB), que presta apoio à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) e tem como órgão operativo a Guarda Civil Municipal (GCM) de João Pessoa. Em relação aos instrumentos que orientam a política setorial, João Pessoa dispõe de legislação correlata ao sistema municipal de segurança

⁸⁵ A Paraíba é dividida em 4 REISP (João Pessoa, Campina Grande, Patos e Guarabira), as quais são subdivididas em 24 AISP. A 1ª AISP (Zona Norte João Pessoa) abrange todos os bairros das 1ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª Regiões de Participação Popular, os bairros Altiplano Cabo Branco, Cabo Branco e Tambaú da 2ª Região e o bairro Castelo Branco da 14ª Região, além das áreas de preservação permanente ao norte do Alto do Céu e Jardim Botânico Benjamim Maranhão. Já a 2ª AISP (Zona Sul João Pessoa) abrange todos os bairros das 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 12ª Regiões, os bairros Penha, Ponta do Seixas e Portal do Sol da 2ª Região e os bairros Anatólia, Bancários, Jardim Cidade Universitária e Jardim São Paulo da 14ª Região (SESDS/PB, 2016; PARAÍBA, 2021a).

pública (Leis Nº 6.394/1990 e Nº 12.468/2013). Não foram identificados órgãos colegiados que corroboram as definições das ações municipais (JOÃO PESSOA, 1990, 2013, 2021c).

No que diz respeito às forças de segurança pública da capital paraibana vinculadas ao poder público estadual, no âmbito das atividades investigativas, a Polícia Civil atua por meio de 27 unidades operacionais – as quais incluem 9 Delegacias Distritais, duas Centrais (de Polícia e de Flagrantes) e 16 Delegacias Especializadas –, e conta com a unidade de ensino Academia de Polícia Civil (ACADEPOL) (PCPB, 2021). De acordo com os dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2019 o efetivo da Polícia Civil no município era de 1.016 profissionais na ativa, os quais corresponderam a aproximadamente 45% do efetivo total do estado (SENASP/MJSP, 2019).

Por sua vez, encarregada do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, a Polícia Militar atua por meio de 10 unidades operacionais – as quais incluem o 1º e o 5º Batalhões de Polícia Militar da Paraíba e 5 Batalhões Especializados –, e conta com as unidades de ensino Academia de Polícia Militar do Cabo Branco e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (PMPB, 2021). Em 2019 a capital paraibana dispunha de 3.464 profissionais da Polícia Militar na ativa, os quais equivaleram a quase 40% do efetivo total do estado (SENASP/MJSP, 2019).

Já no âmbito das atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, proteção, busca e salvamento, o Corpo de Bombeiros Militar atua por meio de 3 unidades operacionais – que consistem no 1º Batalhão de Bombeiro Militar e nas unidades especializadas Batalhão de Atendimento Pré-Hospitalar e Batalhão de Busca e Salvamento –, e conta com a unidade de ensino Academia de Bombeiro Militar Aristarcho Pessoa (CBMPB, 2021). Em 2019 o município dispunha de 375 combatentes na ativa, os quais corresponderam a cerca de 35% do efetivo total da corporação do estado (SENASP/MJSP, 2019).

Em relação ao órgão operativo da SEMUSB, a GCM foi criada em 1990 e inicialmente restrita à proteção de bens, serviços e instalações municipais (proteção patrimonial). Atualmente, sob o amparo da Lei Federal Nº 13.022/2014, que ampliou o rol de atuação das guardas municipais⁸⁶, a GCM de João Pessoa atua nos espaços públicos de forma preventiva e

⁸⁶ Conforme disposto em seu Art. 3º, a Lei Nº 13.022/2014 estabelece como princípios mínimos de atuação das guardas municipais: “I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força” (BRASIL, 2014a).

ostensiva, em ações de segurança social e patrimonial, contando com 3 bases fixas de operação (das quais, uma abriga o Núcleo de Convivência e Mediação de Conflitos) e um efetivo de aproximadamente 700 agentes. Conforme regulamentado na Portaria Nº 5/2017 da SEMUSB, a GCM possui 4 Grupos Operacionais e Especiais de trabalho: o Grupo de Ações Ambientais (GAAM), que atua predominantemente na proteção ao meio ambiente em bosques, parques, áreas florestais, manguezais, praças e demais áreas do município; o Grupo de Apoio ao Turista (GATur), que atua predominantemente nas ações de apoio ao turista, nos centros turísticos, parques, orla e demais áreas do município; o Grupo Operacional Tático (GOT), que atua no pronto atendimento a ocorrências e distúrbios urbanos, em todo município; e o Grupo Ronda Escolar (GRE), que atua predominantemente na segurança das escolas da rede pública municipal de educação, de forma socioeducativa. (JOÃO PESSOA, 1990; 2021c; BRASIL, 2014a; SEMUSB, 2017)

Além dos referidos órgãos, João Pessoa abriga: as Superintendências da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal; 3 unidades do Exército do Brasil, o 15º Batalhão de Infantaria Motorizado – Regimento Vidal de Negreiros, o Comando do 1º Grupamento de Engenharia (Grupamento General Lyra Tavares) e a 1ª Delegacia do Serviço Militar; uma unidade da Marinha do Brasil, a Capitania dos Portos da Paraíba; e 8 penitenciárias administradas pelo poder público estadual, das quais duas são de segurança máxima, responsáveis pela custódia de detentos do regime disciplinar diferenciado (permanência do presidiário, provisório ou condenado, em cela individual, com limitações ao direito de visita e do direito de saída da cela). (DPF/MD, 2021; EB/MD, 2021; MB/MD, 2021; SEAP/PB, 2021).

O quadro do ANEXO VII – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA, apresenta a relação dos equipamentos da rede pública de segurança de João Pessoa, organizados segundo os bairros e Regiões de Participação Popular.

9.1.4.1. Capacidade, abrangência e distribuição espacial

Diferentemente dos serviços prestados para atendimento de outras políticas públicas básicas (como educação, saúde e assistência social), os quais estão predominantemente condicionados aos equipamentos das respectivas redes de assistência – sendo, portanto, fundamental a ampla oferta e a boa distribuição espacial destes equipamentos –, os serviços de segurança pública estão mais relacionados às atividades externas dos agentes, ou seja, às

atividades preventivas e ostensivas realizadas nos territórios de atuação. Ademais, os equipamentos de segurança pública incluem unidades ou bases móveis, conferindo outro caráter de equipamento comunitário e social. Neste sentido, a mensuração da capacidade de atendimento das forças de segurança pública implica menos a análise de equipamentos, e mais o exame de outros aspectos que excedem o escopo do presente trabalho (tais como, efetivos, frotas veiculares, equipamentos/materiais, sistemas e redes de monitoramento, etc.). Ainda assim, é importante destacar a localização dos equipamentos públicos de segurança presentes no município, bem como sua inserção nos territórios de planejamento das políticas públicas, especialmente tendo em vista os índices expressivos (e acima das médias das capitais brasileiras) de criminalidade e violência de João Pessoa⁸⁷.

A Tabela 47 apresenta a população pessoense projetada para 2020, o contingente estimado de vulneráveis à pobreza, e o número de equipamentos das forças de segurança pública, por AISP (SESDES/PB, 2016; PARAÍBA, 2021a; IBGE, 2010; IDOM-COBRAPE, 2014; Consórcio PDMJP; PCPB, 2021; PMPB, 2021; CBMPB, 2021; SEMUSB), e a Figura 172 ilustra a distribuição espacial destes equipamentos, sobreposta às camadas de delimitação de bairros e AISP, de densidade demográfica projetada para 2020, e de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza.

A análise da distribuição espacial aponta para um relativo equilíbrio na disposição dos equipamentos entre as duas AISP do município, especialmente no que diz respeito às unidades operacionais dos órgãos vinculados ao poder público estadual. Não obstante, nota-se uma provável carência e má distribuição de bases permanentes da GCM.

Embora as atribuições, ações e medidas dos agentes não estejam propriamente condicionadas à presença de equipamentos, as bases permanentes de caráter comunitário são importantes para o estabelecimento de relações de proximidade com a população e demais equipamentos públicos locais, contribuindo para a ampliação da rede preventiva e de combate aos fenômenos de criminalidade e vitimização. Além de contar com apenas 4 bases permanentes da GCM, o município dispõe de uma base na 2ª AISP, cujo território abriga bairros com os maiores contingentes de populações, totais e em situação de vulnerabilidade, e com tendências de crescimento demográfico significativo (IBGE, 2010; IDOM-COBRAPE, 2014; Consórcio PDMJP).

⁸⁷ Conforme apresentado na Figura 48 e discorrido no Item 4.2.4 (Segurança).

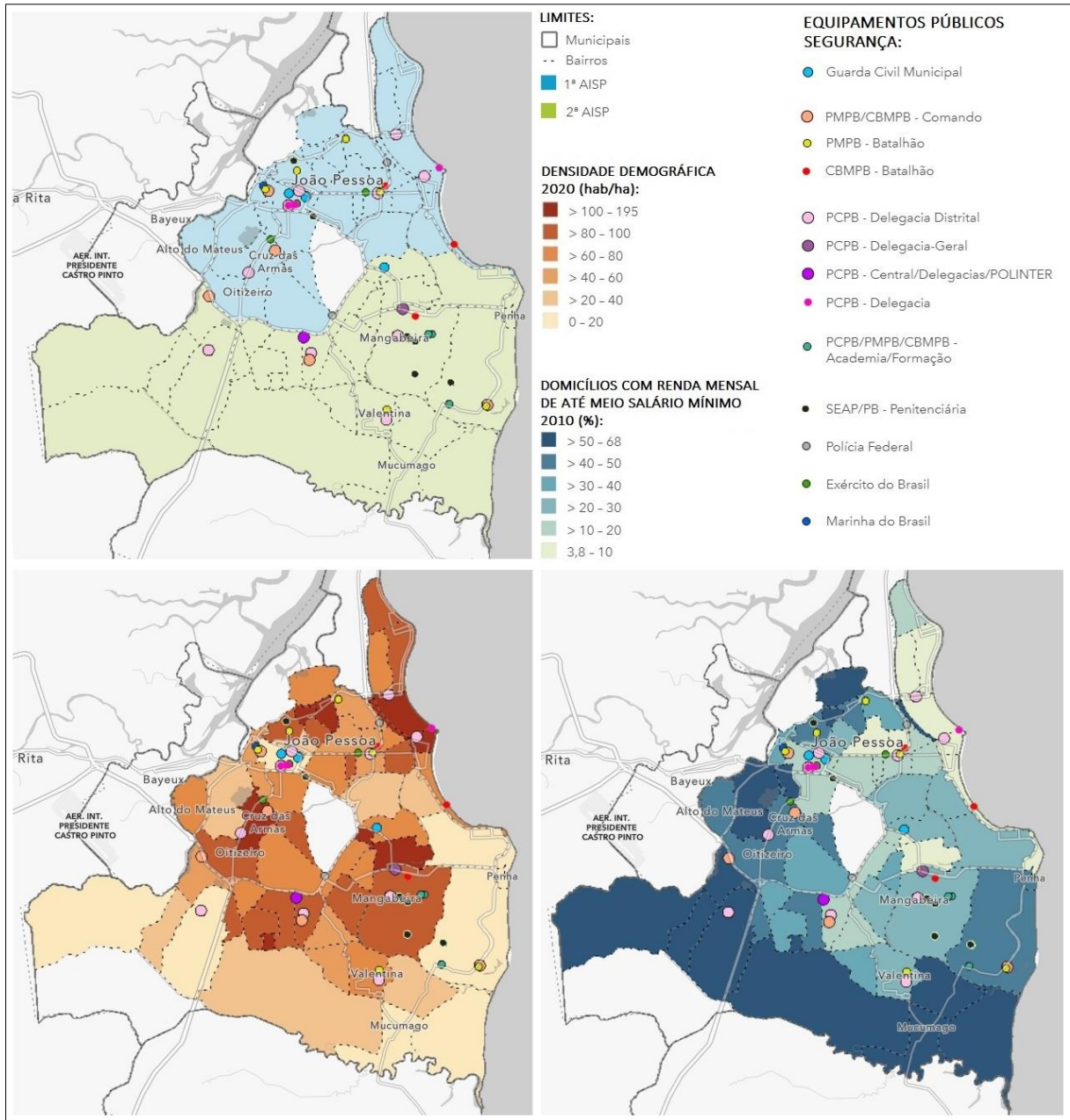
Tabela 47: População projetada para 2020, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, e número de equipamentos da rede pública de segurança, por órgão administrativo, das Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISP) do município de João Pessoa.

Indicador	1ª AISP	2ª AISP	JOÃO PESSOA
População (habitantes) 2020			
Total ⁽¹⁾	418.317	436.028	863.970
Renda < 1/2 sm ⁽²⁾	121.520	151.875	276.795
Equipamentos (nº) 2021			
Guarda Civil Municipal - Base	3	1	4
Polícia Civil da Paraíba	10	18	30
Delegacia-Geral	1	-	1
Central	-	2	2
Delegacia Distrital	5	4	9
Delegacia especializada	4	11	15
Academia/formação	-	1	1
Outro	1	1	2
Polícia Militar da Paraíba	6	6	12
Comando	2	-	2
Batalhão	1	1	2
Batalhão Especializado	3	2	5
Administrativo	-	1	1
Academia/formação	-	2	2
Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba	4	3	7
Comando	-	2	2
Batalhão	-	1	1
Batalhão especializado	2	-	2
Administrativo	1	-	1
Academia/formação	1	-	1
Unidade prisional estadual - Penitenciária	2	6	8
Polícia Federal	2	-	2
Exército do Brasil	3	-	3
Marinha do Brasil	1	-	1
TOTAL	31	34	67

Nota: (1) População projetada por Consórcio PDMJP. (2) Com base no percentual de domicílios de 2010 com renda média de até meio salário mínimo da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010).

Fonte: SESDS/PB (2016), PARAÍBA (2021a), IBGE (2010), IDOM-COBRAPE (2014), PCPB (2021), PMPB (2021), CBMPB (2021), SEMUSB.

Figura 172: Distribuição espacial de equipamentos da rede pública de segurança do município de João Pessoa.



Nota: AISP = Área Integrada de Segurança Pública e Defesa Social; PMPB = Polícia Militar da Paraíba; CBMPB = Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba; PCPB = Polícia Civil da Paraíba; POLINTER = Polícia Interestadual; SEAP/PB = Secretaria de Estado de Administração Penitenciária da Paraíba.

Fonte: SESDS/PB (2016), PARAÍBA (2021a), IBGE (2010), PCPB (2021), PMPB (2021), CBMPB (2021), DPF/MD (2021), EB/MD (2021), MB/MD (2021), SEAP/PB (2021), SEMUSB. Densidade demográfica projetada por Consórcio PDMJP. Elaborado por Consórcio PDMJP.

9.1.5 EQUIPAMENTOS DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

No âmbito estadual, a definição e execução das políticas culturais, desportivas e de lazer de João Pessoa são de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba (SECULT/PB) e da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer da Paraíba (SEJEL/PB),

sendo as ações de promoção, preservação e divulgação do patrimônio histórico, cultural e artístico concentradas pelos seguintes órgãos de administração indireta: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), Fundação Espaço Cultural (FUNESC) e Fundação Casa de José Américo (FCJA). (PARAÍBA, 2021b, 2021c)

Na esfera municipal, a implementação destas políticas é de competência da Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE), órgão subordinado à SEDEC, e da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Recreação (SEJER). Já a preservação dos bens materiais e imateriais, públicos e privados de interesse histórico, artístico, urbanístico, paisagístico, arquitetônico e arqueológico é de competência da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC), órgão vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN). Os órgãos colegiados que corroboram as definições das ações municipais são o Conselho Municipal de Política Cultural e o Conselho Municipal de Juventude. Em relação aos instrumentos que orientam as políticas setoriais, João Pessoa dispõe de legislação correlata aos sistemas municipais de cultura, esporte e lazer (Leis Nº 7.852/1995 e Nº 11.003/2007). (JOÃO PESSOA, 1995b, 2007, 2021c)

Na qualidade de capital metropolitana e importante centro urbano com inserção estadual, João Pessoa conta com um vasto conjunto de espaços e equipamentos públicos voltados à promoção e ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas e de lazer. A partir do cruzando dos dados georreferenciados disponibilizados pela SEPLAN, dos dados cadastrais da plataforma Mapa da Cultura da Secretaria Nacional da Cultura do Ministério do Turismo (SECULT/MC, 2021) e das informações disponibilizadas pelos órgãos estaduais e municipais responsáveis pelo tema de análise (SECULT/PB, 2021; SEJEL/PB, 2021; IPHAEP, 2021; FCJA, 2021; FUNESC, 2021; FUNJOPE; SEDEC; SEJER), foram identificados no município 316 espaços e equipamentos de interesse para o presente estudo, dos quais: 279 (88,3%) de administração municipal, 31 (9,8%) de administração estadual e 6 (1,9%) de administração federal.

Além da extensa Orla Marítima e suas praias urbanas, conforme ilustrado na Figura 173, compondo o conjunto de áreas verdes, o município dispõe de 185 praças, que incluem diversas tipologias, e de 15 parques, importantes espaços de lazer e convívio, preservação e conservação ambiental (e de turismo), quais sejam: de administração estadual, Jardim Botânico de João Pessoa Benjamin Maranhão (Mata do Buraquinho), Parque Estadual das Trilhas dos Cinco Rios, Parque Estadual do Aratu e o Parque Estadual do Jacaré; de

administração municipal, Parque das Três Lagoas, Parque Horto Municipal, Parque Municipal Bosque das Águas, Parque Municipal Cabo Branco, Parque Municipal Ecológico Augusto dos Anjos, Parque Municipal Ecológico Jaguaribe, Parque Municipal Lauro Pires Xavier, Parque Municipal Parahyba (Parque Linear), Parque Municipal Sólon de Lucena (Parque da Lagoa), Parque Municipal Zoobotânico Arruda Câmara (Parque da “Bica”) e Parque Natural Municipal do Cuiá. (SEDEC; SEJER; SEPLAN).

Destas áreas verdes, o Parque Municipal Sólon de Lucena e 21 praças, assim como as Academias de Saúde, são polos de atuação do Projeto João Pessoa Vida Saudável (PJPVS), desenvolvido por meio da parceria entre a SMS, a SEDEC e a SEJER, e destinado à promoção de atividades físicas orientadas por profissionais de educação física, atendendo munícipes de todas as idades (SMS; SEDEC; SEJER; SEPLAN).

No conjunto de espaços e equipamentos predominantemente voltados às atividades desportivas, destaca-se a presença do complexo esportivo Vila Olímpica Parahyba, do Ginásio Poliesportivo Ronaldo Cunha Lima (“Ronaldão”) e do Estádio José Américo de Almeida Filho (“Almeidão”), administrados pelo poder público estadual, importantes sedes de eventos desportivos com abrangência regional (e nacional). De administração municipal, também estão presentes os Estádios Leonardo Vinagre da Silveira (“Campo da Graça”) e Francisco Brandão de Mendonça (“Mendonção”), além de 4 ginásios, 26 campos de futebol e uma pista de bicicross. Ademais, vinculados à SEJER, estão 5 Centros de Referência da Juventude (CRJ), que constituem espaços de convivência social, mobilização, participação e apoio, nos quais são promovidas oficinas e atividades desportivas e culturais, voltadas à população da faixa etária de 15 a 29 anos. (SEJEL/PB, 2021; SEJER; SEPLAN)

Com relação aos espaços e equipamentos públicos de caráter histórico, cultural e artístico, o município conta com centros culturais de destaque. Além do Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB, da sede da FUNESC e de sua Galeria Archidy Picado, estão presentes três importantes equipamentos de administração municipal: vinculada à SEDEC, a Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes, que, projetada arquiteto Oscar Niemeyer, se constitui como um dos principais espaços culturais (e turísticos) do município; e, coordenados pela FUNJOPE, o Centro Cultural de Mangabeira Tenente Lucena e o Centro de Artes e Esportes Unificados Adeilton Pereira Dias, os quais constituem espaços de relevância comunitária, onde são promovidas as mais diversas atividades, tais como oficinas, cursos, exibição de filmes, entre outros (SECULT/MT, 2021; FUNESC, 2021; FUNJOPE; SEDEC; SEPLAN).

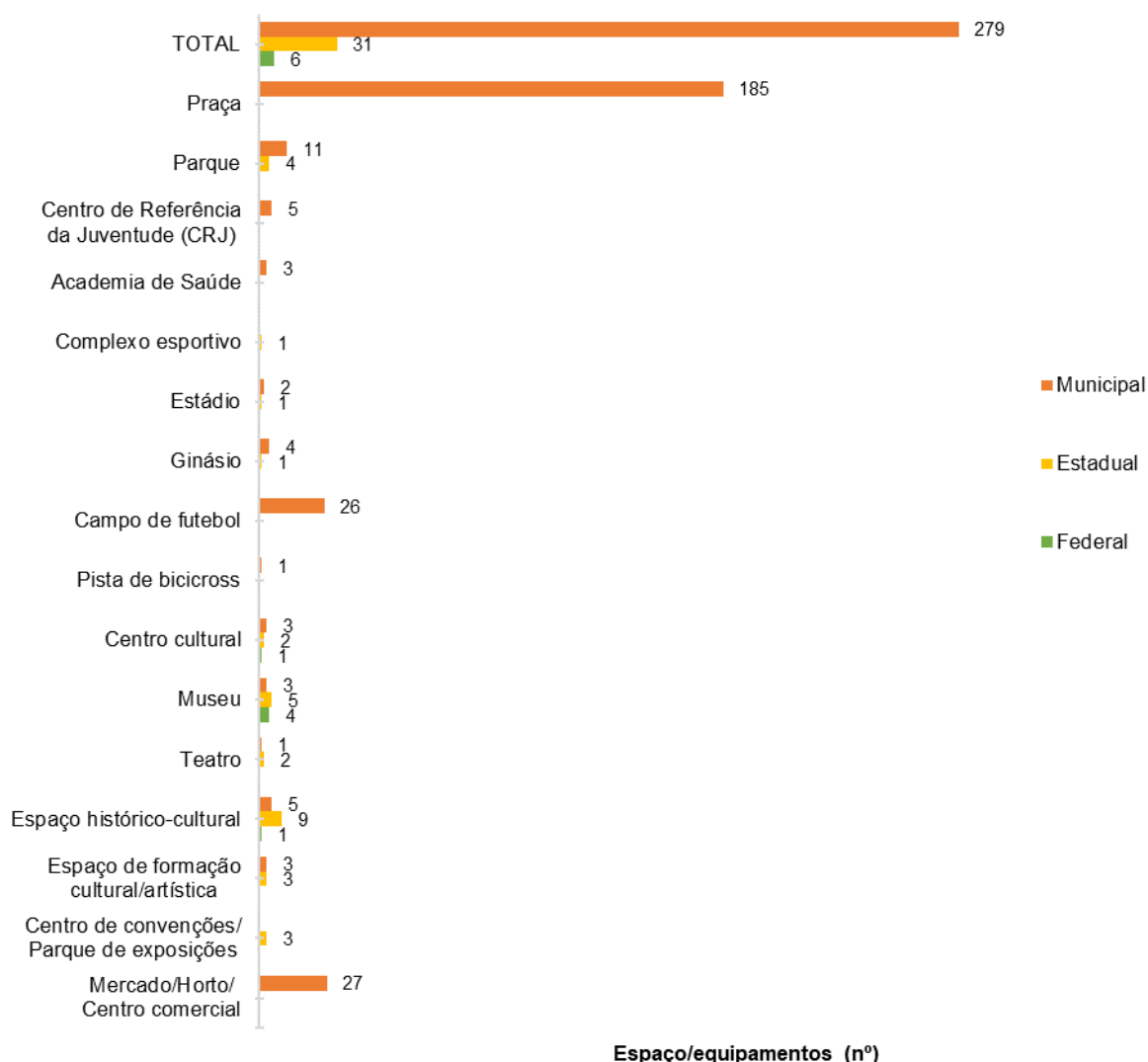
Compondo o conjunto de museus e teatros, estão: de administração federal, o Memorial da Justiça do Trabalho na Paraíba, o Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba e, da UFPB, o Museu Casa de Cultura Hermano José e o Museu da Cultura Popular; de administração estadual, a Academia Paraibana de Letras, o Museu do Artesanato – Casa do Artista Popular, o Museu e Cripta de Epitácio Pessoa, o Museu da Cidade de João Pessoa, o Memorial da Polícia Militar da Paraíba, o Teatro Pedra do Reino e, vinculado à FUNESC, o Teatro Santa Roza; de administração municipal, o Memorial Tito Silva – Oficina Escola, o Memorial do Hotel Globo, o Museu de História Natural (Museu da “Bica”) e, vinculado à SEDEC, o Teatro Ednaldo de Egypto (SECULT/MT, 2021; SECULT/PB, 2021; FUNESC, 2021; SEDEC; SEPLAN).

O município também abriga um conjunto de espaços de relevância histórico-cultural e de formação artística/cultural, tais como: de administração federal, a Biblioteca Poetisa Alice de Toledo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba; de administração estadual, as sedes da FCJA e do IPHAEP, a Biblioteca Pública Estadual Augusto dos Anjos, o Casarão dos Azulejos, a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, o Centro Estadual de Arte (CEARTE) e, vinculados à FUNESC, o Arquivo Histórico Waldemar Duarte, o Centro de Documentação e Pesquisa Musical José Siqueira, a Biblioteca Juarez da Gama Batista, o Planetário, a Escola de Música Anthenor Navarro e a Escola Especial de Música Juarez Johnson; de administração municipal, além do Farol do Cabo Branco, do Hotel Globo e do Paço Municipal, sob coordenação da FUNJOPE, a Casa da Pólvora e o Casarão 34, e, vinculados à SEDEC, a Estação das Artes Luciano Agra, o Centro de Línguas Estrangeiras (CELEST) e o Centro de Capacitação de Professores (CECAPRO) (SECULT/MT, 2021; SECULT/PB, 2021; FCJA, 2021; IPHAEP, 2021; FUNESC, 2021; FUNJOPE; SEDEC; SEPLAN).

Quanto aos espaços destinados à realização de encontros/eventos de grandes proporções, João Pessoa dispõe de importantes locais administrados poder público estadual: o Parque de Exposição Henrique Vieira de Melo, o Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima e, vinculado à FUNESC, o Espaço Cultural José Lins do Rêgo. (SECULT/MT; 2021; SECULT/PB, 2021; FUNESC, 2021)

O município também conta com cerca de 30 mercados/hortos e/ou centros comerciais e de serviços – que incluem mercados públicos, feiras livres e feiras de artesanato, etc. –, os quais constituem espaços voltados predominantemente ao comércio e à divulgação de produtos locais (SECULT/MT, 2021; SEPLAN).

Figura 173: Número de espaços e equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, por tipologia e esfera administrativa, do município de João Pessoa - 2021.



Fonte: SECULT/MT (2021), SECULT/PB (2021), SEJEL/PB (2021), IPHAEP (2021), FCJA (2021), FUNESC (2021), FUNJOPE, SEDEC, SEJER, SEPLAN. Adaptado por Consórcio PDMJP.

O quadro do ANEXO VIII – RELAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, apresenta a relação dos espaços e equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer de João Pessoa, organizados segundo os bairros e Regiões de Participação Popular.

9.1.5.1. Capacidade, abrangência e distribuição espacial

Para a análise da capacidade de atendimento dos espaços e equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, foram considerados: o caráter/tipologia, a localização e a abrangência dos espaços e equipamentos; e as avaliações de técnicos e/ou gestores municipais. No que diz

respeito à localização e abrangência, foram confrontadas as seguintes informações, por bairros e Regiões de Participação Popular: a projeção demográfica para 2020 e a variação populacional em relação à 2010 (IBGE, 2010; IDOM-COBRAPE, 2014; Consórcio PDMJP); o percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza (com renda média mensal de até meio salário mínimo) da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010); e a estimativa do contingente da população vulnerável à pobreza, com base no referido percentual de domicílios censitários (IBGE, 2010) (IBGE, 2010).

A Tabela 48 apresenta a população pessoense projetada para 2020, o contingente estimado de vulneráveis à pobreza, e o número de espaços e equipamentos públicos, por bairros e Regiões de Participação Popular (JOÃO PESSOA, 2021a; IBGE, 2010; IDOM-COBRAPE, 2014; Consórcio PDMJP; SECULT/MT, 2021; SECULT/PB, 2021; SEJEL/PB, 2021; FUNESC, 2021; FUNJOPE; SEDEC; SEJER; SEPLAN), e a Figura 174 ilustra a distribuição espacial destes espaços e equipamentos, sobreposta às camadas de delimitação de bairros e Regiões, de densidade demográfica projetada para 2020, e de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza.

A análise das informações aponta para uma carência de espaços e equipamentos públicos de caráter local e cotidiano. Ao mesmo tempo que dispõe de equipamentos culturais e desportivos de grande porte e abrangência regional (e nacional), como a Estação Cabo Branco e a Vila Olímpica Parahyba, e de um rico patrimônio ambiental, paisagístico e histórico-cultural – que inclui extensas áreas verdes protegidas, parques, praias e bens materiais tombados –, o município carece de espaços e equipamentos que sirvam para vizinhança imediata, estimulando e valorizando o uso, a integração comunitária, bem como o sentimento de pertença ao grupo e ao lugar. Ademais, nota-se a escassez de espaços qualificados para o convívio e a permanência (com área sombreada, bancos, banheiro, etc.), de equipamentos desportivos que contemplem a variedade das práticas esportivas (não se restringindo ao futebol) e de espaços e equipamentos de promoção e incentivo das atividades e manifestações culturais locais.

Quanto às áreas/regiões prioritárias para o direcionamento das políticas de ampliação do acesso e à promoção da cultura, esporte e lazer, a partir do cruzamento dos dados da Tabela 48, da concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e das projeções e variações demográficas, e com base no estabelecimento de algumas condicionantes, situações mais críticas foram identificadas em 35 bairros. Agrupados de

acordo com as condicionantes e em ordem decrescente de criticidade, estes bairros estão relacionados a seguir:

- Gramame: bairro com baixa relação entre habitantes e áreas verdes⁸⁸, espaços e equipamentos, com expressivo contingente populacional (total e de vulneráveis), com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica⁸⁹.
- Mangabeira: bairro com baixa relação entre habitantes e áreas verdes, espaços e equipamentos, e com expressivo contingente populacional (total e de vulneráveis).
- Muçumagro, Paratibe, Mumbaba e Ilha do Bispo: bairros carentes de áreas verdes, espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer, com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Planalto da Boa Esperança: bairro carente de áreas verdes, espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer, com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- São José, Grotão, Indústrias e Alto do Céu: bairros carentes de áreas verdes, espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer e com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Cidade dos Colibris, Costa e Silva, Funcionários, João Paulo II, Cruz das Armas Oitizeiro e Mandacarú: bairros carentes de áreas verdes, espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer e com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Cuiá: bairro carente de áreas verdes, espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Água Fria, José Américo e Jardim Cidade Universitária: bairros carentes de áreas verdes, espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

⁸⁸ Áreas verdes aqui em referência a parques, praças e praias.

⁸⁹ Considerando esta associação como possível indutora à ocupação.

- Costa do Sol: bairro carente de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer, com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica.
- Jardim Veneza e Trincheiras: bairros carentes de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer e com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Ipês: bairro carente de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer e com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Bancários, Ernesto Geisel, Castelo Branco e Torre: bairros carentes de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer.
- Padre Zé: bairro carente de espaços e equipamentos culturais e com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Ernani Sátiro e Cristo Redentor: bairros carentes de espaços e equipamentos culturais e com elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda.
- Treze de Maio e Bessa: bairros carentes de espaços e equipamentos culturais.

Tabela 48: População projetada para 2020, total e em domicílios com renda média de até meio salário mínimo, e número de espaços e equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, das Regiões de Participação Popular e bairros do município de João Pessoa.

Região / Bairro	População (habitantes) 2020		Espaços/equipamentos (nº) 2021																
	Total ⁽¹⁾	Renda < 1/2 sm ⁽²⁾	PÇ	PQ ⁽³⁾	AS	CRJ	CESP	EST	GIN	CFUT	PBIC	CCULT	MUS	TEA	EHC	EFCA	M/H CCOM	CCONV	PQEX
1ª REGIÃO	102.494	12.574	27	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-
Aeroclube	15.792	714	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bessa	19.671	2.202	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Brisamar	4.400	525	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jardim Oceania	21.070	876	3	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
João Agripino	1.119	114	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manaíra	34.146	2.312	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
São José	6.296	4.254	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª REGIÃO	38.876	4.661	8	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	2	1	7	1	-
Altiplano Cabo Branco	6.422	1.388	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-
Cabo Branco	10.616	501	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	1	-
Penha	771	369	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ponta do Seixas	574	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portal do Sol	6.616	1.695	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tambaú	13.877	993	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
3ª REGIÃO	102.259	30.986	10	5	-	1	-	-	1	2	1	1	-	-	-	-	1	-	-
Costa do Sol	16.835	7.881	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mangabeira	85.424	24.399	10	3	-	1	-	-	1	2	1	1	-	-	-	-	1	-	-
4ª REGIÃO	57.229	22.274	6	1	-	1	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barra de Gramame	338	193	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Muçumagro	7.807	4.332	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paratibe	17.078	8.624	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Planalto da Boa Esperança	9.393	3.488	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valentina	22.612	6.327	6	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5ª REGIÃO	129.445	41.451	16	1	2	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Água Fria	9.784	1.216	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cidade dos Colibris	6.614	2.296	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa e Silva	8.748	4.075	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cuiá	10.817	1.922	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ernani Sátiro	8.854	3.138	5	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ernesto Geisel	16.529	2.716	3	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-

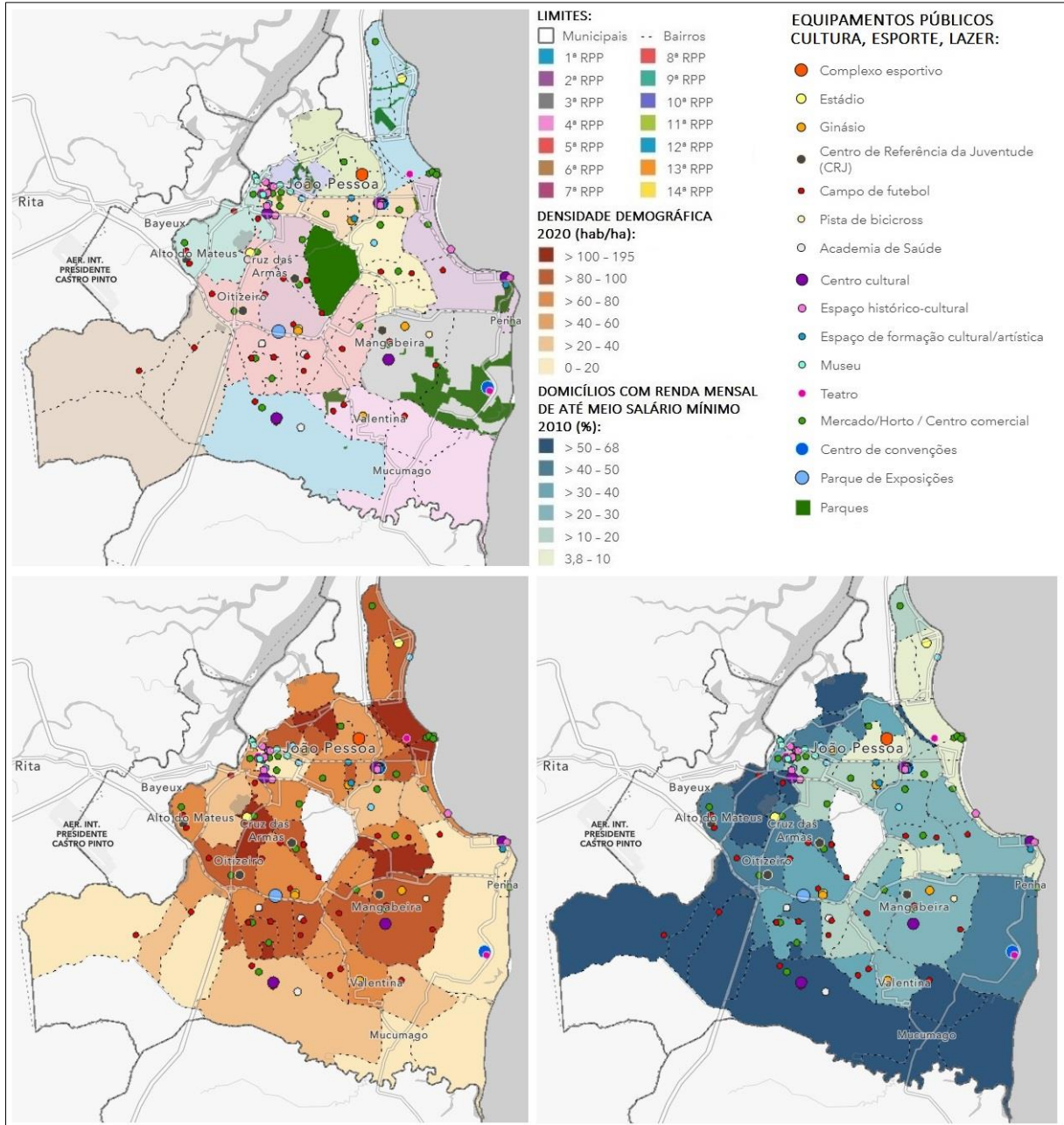
Região / Bairro	População (habitantes) 2020		Espaços/equipamentos (nº) 2021																
	Total ⁽¹⁾	Renda < 1/2 sm ⁽²⁾	PÇ	PQ ⁽³⁾	AS	CRJ	CESP	EST	GIN	CFUT	PBIC	CCULT	MUS	TEA	EHC	EFCA	M/H CCOM	CCONV	PQEX
Funcionários	15.502	5.674	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Grotão	6.571	3.679	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Paulo II	21.525	8.949	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
José Américo	24.500	7.279	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
6ª REGIÃO	39.716	21.952	2	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distrito Industrial	668	412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias	9.763	4.934	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jardim Veneza	13.161	7.572	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mumbaba	16.124	8.908	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7ª REGIÃO	67.897	24.823	17	-	-	1	-	1	1	4	-	-	-	-	1	-	2	-	1
Cristo Redentor	37.942	14.605	6	-	-	-	-	1	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Jaguaribe	14.962	2.691	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
Varjão	14.993	7.402	5	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
8ª REGIÃO	52.500	24.340	5	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Cruz das Armas	25.137	11.002	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Oitizeiro	27.363	13.311	4	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
9ª REGIÃO	34.560	18.314	14	-	-	1	-	-	-	4	-	-	2	-	1	-	2	-	-
Alto do Mateus	15.710	7.858	4	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ilha do Bispo	10.146	6.928	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trincheiras	5.356	2.687	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varadouro	3.349	1.334	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	1	-	-
10ª REGIÃO	21.186	6.621	15	2	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Roger	10.563	4.426	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Tambiá	2.946	637	7	1	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Treze de Maio	7.677	1.598	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11ª REGIÃO	59.236	23.635	17	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Alto do Céu	19.160	11.869	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estados	8.533	332	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ipês	8.195	2.616	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandacarú	12.424	5.309	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Padre Zé	6.882	3.490	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Gondim	4.042	223	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12ª REGIÃO	45.197	25.043	3	1	1	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Gramame	45.197	25.043	3	1	1	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	1	-	-
13ª REGIÃO	37.409	5.992	24	3	-	-	-	-	1	-	-	3	6	1	11	5	5	1	-

Região / Bairro	População (habitantes) 2020		Espaços/equipamentos (nº) 2021																
	Total ⁽¹⁾	Renda < 1/2 sm ⁽²⁾	PÇ	PQ ⁽³⁾	AS	CRJ	CESP	EST	GIN	CFUT	PBIC	CCULT	MUS	TEA	EHC	EFCA	M/H CCOM	CCONV	PQEX
Centro	2.390	432	14	1	-	-	-	-	-	-	-	1	6	1	7	1	3	-	-
Expedicionários	3.890	535	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Miramar	12.262	1.948	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Tambauzinho	5.444	651	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	4	2	-	1	-
Torre	13.424	2.339	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
14ª REGIÃO	75.965	12.169	21	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	2	-	-
Anatólia	1.202	81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancários	13.506	2.903	3	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Castelo Branco	12.119	3.418	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
Jardim Cidade Universitária	32.758	3.013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jardim São Paulo	6.755	723	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JOÃO PESSOA	863.970	276.795	185	15	3	5	1	3	5	26	1	6	12	3	15	6	27	2	1

Nota: PÇ = Praça; PQ = Parque; AS = Academia de Saúde; CRJ = Centro de Referência da Juventude; CESP = Complexo esportivo; EST = Estádio; GIN = Ginásio; CFUT = Campo de futebol; PBIC = Pista de bicicross; CCULT = Centro cultural; MUS = Museu; TEA = Teatro; EHC = Espaço histórico-cultural; EFCA = Espaço de formação cultural/artística; M/H = Mercado/Horto; CCOM = Centro comercial; CCONV = Centro de convenções; PQEX = Parque de exposições. (1) População projetada por Consórcio PDMJP. (2) Com base no percentual de domicílios de 2010 com renda média de até meio salário mínimo da respectiva unidade territorial (IBGE, 2010). (3) O mesmo parque pode abranger mais de um bairro.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), IBGE (2010), SECULT/MT (2021), SECULT/PB (2021), SEJEL/PB (2021), IPHAEP (2021), FCJA (2021), FUNESC (2021), FUNJOPE, SEDEC, SEJER, SEPLAN. Adaptado por Consórcio PDMJP.

Figura 174: Distribuição espacial de espaços e equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer do município de João Pessoa.



Nota: Devido à escala, não estão representadas praças.

Fonte: IBGE (2010); JOÃO PESSOA (2021a), SECULT/MT (2021), SECULT/PB (2021), SEJEL/PB (2021), IPHAEP (2021), FCJA (2021), FUNESC (2021), FUNJOPE, SEDEC, SEJER, SEPLAN. Densidade demográfica projetada por Consórcio PDMJP. Elaborado por Consórcio PDMJP.

No que se refere às condições de atendimento na área de esporte e lazer, de acordo com as informações obtidas junto à SEJER, além da carência de espaços e equipamentos destinados às atividades físicas e desportivas em todos os bairros, tanto em quantidade como em diversidade, o município apresenta equipamentos com estruturas físicas deficitárias, impedindo a plena condição de uso e funcionamento. Isso também vale para aparelhos de exercícios físicos, parques infantis, quadras poliesportivas e demais itens instalados em várias

praças, que necessitam urgentemente de revitalização. Em relação às praças, segundo a avaliação da Secretaria, não se faz necessária a implantação de novas unidades, e sim de ampliação, reforma e reestruturação das existentes, equipando-as com aparelhos e equipamentos desportivos e recreativos, e que contemplem todas as faixas etárias da população.

Ademais, de acordo com a SEJER, dentre os principais problemas enfrentados no atendimento qualificado da população, também estão a carência de materiais esportivos, de profissionais capacitados para o esporte e para a realização de projetos de base local, bem como de ações e medidas que garantam segurança para os munícipes quando do uso dos espaços e equipamentos públicos.

Neste sentido, para um horizonte de curto/médio prazo, haja vista o crescimento populacional, a Secretaria ressalta a urgência da ampliação e melhoria da infraestrutura existente, da realização de manutenções periódicas dos espaços, equipamentos e aparelhos, da contratação de profissionais da área de educação física, e do apoio aos projetos atualmente desenvolvidos (Campeões do Amanhã, Triátlon, Canoagem, Natação no Mar, Ginástica Rítmica, Assessoria de Corrida, Centro de Treinamento de Artes Marciais e Escolinhas Esportivas). E, para um horizonte de médio/longo prazo, tendo em vista garantir a melhoria da qualidade de vida e ampliar (e facilitar) o acesso às práticas de atividades físicas, desportivas e recreativas – considerando as necessidades das populações locais –, a SEJER destaca a necessidade de planejar: a contratação de equipe multidisciplinar para melhor orientar os trabalhos; a ampliação da abrangência dos projetos existentes; a implantação de novos projetos; e a prática orientada de exercícios físicos, esportes e recreação para a maioria da população, nos mais diversos espaços e equipamentos.

9.2 SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Em 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu um plano com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. Esse plano consiste em uma agenda de sustentabilidade adotada pelos países-membros da ONU para ser cumprida até 2030.

Em relação ao saneamento básico os objetivos que abordam o tema são:

- Objetivo 6: Água Potável e Saneamento - Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- Objetivo 12: Consumo e Produção Responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

O acesso a água e aos outros serviços de saneamento básico, como a coleta e o tratamento de esgoto são recursos essenciais para a saúde, sustentabilidade ambiental e prosperidade econômica. Portanto, é um objetivo específico da agenda 2030 e tem o propósito de assegurar que o acesso à água e saneamento seja garantido para todos, independentemente de condição social, econômica e cultural. Os objetivos visam ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento com atividades e programas relacionados à água e saneamento (PACTO GLOBAL, 2020).

O acesso inadequado à água pode ocasionar demandas crescentes, má gestão, degradação da água pela poluição e a exploração das águas subterrâneas. Em relação ao ODS6, o Brasil demonstra uma sucinta evolução, todavia quase 35 milhões de brasileiros continuam sem acesso a água e quase 100 milhões ao esgoto (SUSTENTAREA, 2020). O maior desafio permanece sendo a relação de desigualdade de acesso, a exemplo da comparação em relação a região Sudeste, que conta com 91,03% da população abastecida com água tratada, e a região Norte, em que apenas 57,05% da população conta com abastecimento de água. Já em relação ao acesso a coleta de esgoto, a região com maior porcentagem é a Sudeste, com 79,21%, enquanto a região Norte apresenta apenas 10,49% de atendimento à população (SUSTENTAREA, 2020; TRATABRASIL, 2020).

O novo Marco Legal de Saneamento Básico, Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, tem o objetivo de universalizar e qualificar os serviços no setor até 2033. A meta é garantir que 99% da população tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e coleta de esgoto (BRASIL, 2020). De acordo com a referida lei, o saneamento básico é o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Em relação ao município de João Pessoa percebe-se o avanço ao longo dos anos para atender o objetivo. A lei complementar nº 93, de 30 de dezembro de 2015, dispõe sobre a política municipal de saneamento básico do município de João Pessoa, seus instrumentos, sendo destacado no Art. 3º que os serviços públicos de saneamento básico possuem natureza essencial e é direito de todos receber serviços públicos de saneamento básico adequadamente planejados, regulados, prestados, fiscalizados e submetidos ao controle social, atentando ao princípio da Lei Federal 14.026/20 e as metas da ODS, isto é, a universalização do acesso aos serviços prestados, à equidade e a integralidade dos serviços de saneamento básico prestados.

A prestação dos serviços é orientada pela visão integrada dos quatro componentes e sua articulação com políticas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate e erradicação da pobreza, proteção ambiental, promoção da saúde, recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida para as quais o saneamento básico seja fator determinante.

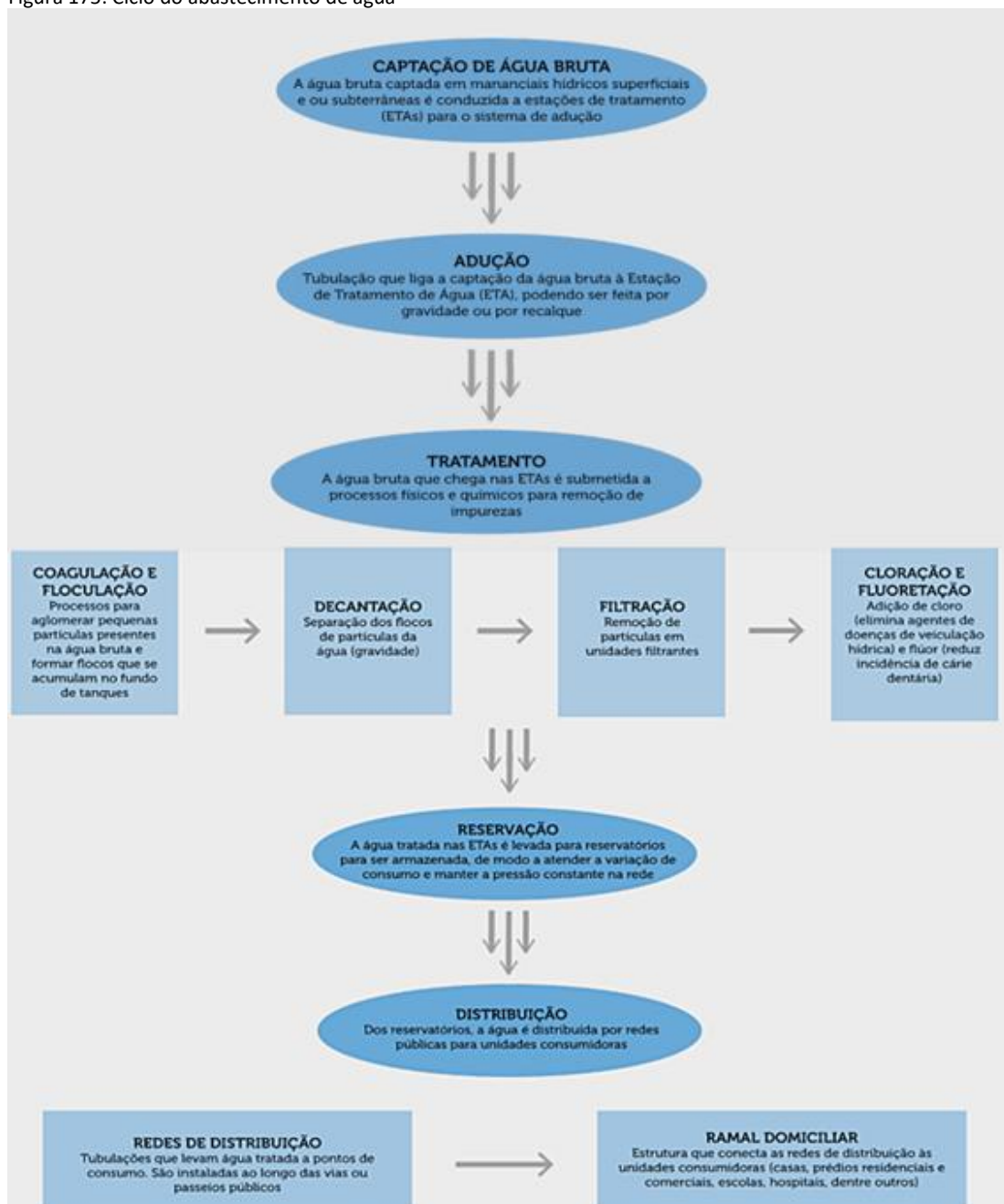
9.3 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A água é considerada um bem ambiental essencial, sendo uma necessidade intrínseca a sobrevivência do ser humano. A qualidade da água e a infraestrutura sanitária existentes influenciam diretamente na qualidade de vida da população e para a realização das suas atividades. “O fornecimento de água de boa qualidade para o consumo humano trata-se de questão de saúde pública, já que a interrupção do fornecimento de água potável força a população a buscar água em locais insalubres” (TCE-PB, 2010). Além disso, o abastecimento de água é uma meta de universalização, disposto no Art. 4 na Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020 e um dos princípios da Política Municipal de Saneamento Básico de João Pessoa, Art. 7º, inciso V.

Contudo, de acordo com os relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS), 1 em cada 3 pessoas no mundo não tem acesso a água potável (UNICEF, 2019). Estima-se que anualmente 15 mil pessoas morram e 350 mil sejam internadas no Brasil devido a doenças ligadas à precariedade do saneamento básico, e cerca 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada (Jornal da USP, 2020).

Os sistemas de abastecimento de água são formados por conjuntos de equipamentos, infraestruturas e serviços para atender usos no consumo doméstico, na indústria, no comércio e no serviço público. O ciclo é formado por cinco etapas principais: captação de água bruta, adução, tratamento, reserva e distribuição de água tratada (SNIS, 2020), apresentado na Figura 175.

Figura 175: Ciclo do abastecimento de água



Fonte: SNIS, SINISA (2020)

Ainda, de acordo com o Anexo XX da Portaria de Consolidação Nº 05/2017 do Ministério da Saúde – Portaria que consolida as normas sobre as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) – existem três denominações para formas de abastecimento de água potável (Figura 176).

Figura 176: Definições das formas de abastecimento de água para consumo humano

Sistemas de abastecimento de água potável	Instalações destinadas à produção e ao fornecimento coletivo de água potável com base em um conjunto de obras civis, materiais e equipamentos, desde a captação da água de abastecimento até as ligações prediais, por meio de rede de distribuição.
Solução alternativa coletiva de abastecimento de água potável	Instalações destinadas à fornecer água potável de forma coletiva, com captação subterrânea ou superficial, com ou sem canalização e sem rede de distribuição.
Solução alternativa individual de abastecimento de água potável	Instalações destinadas à fornecer água potável de forma individual, ou seja, para atender a domicílios residenciais com uma única família, incluindo seus agregados familiares.

Fonte: Ministério da Saúde (2017)

a) Gestão dos Serviços

Para oferecer os serviços de abastecimento de água potável o município de João Pessoa conta com a atuação da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), responsável pela captação, tratamento e distribuição de água, como também pela captação e tratamento do esgoto.

b) Sistema Existente

O sistema de abastecimento de água em funcionamento no município de João Pessoa consiste no uso de mananciais superficiais e subterrâneos. Os principais mananciais superficiais em operação são: o rio Gramame/Mamoaba; o rio Marés; e rio Mumbaba, com uma capacidade total de exploração da ordem de 3.320 litros por segundo (l/s). Em termos de consumo de água, João Pessoa encontra-se em uma situação satisfatória, consumindo em média 158 Litros/Habitantes/Dia (ICES,2014). De acordo com a CAGEPA 100% das moradias em ambiente urbano apresentam ligação na rede de abastecimento de água da cidade.

Verificando a série histórica de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), percebe-se um aumento expressivo da população atendida pelo sistema de abastecimento de água (Gráfico 17). Em 1997, uma população de 562.610 habitantes era atendida pelo serviço, e, em 2019, o número de população atendida correspondeu a 809.015

habitantes, representando índices de atendimento de 91,3% e 100% respectivamente, ou seja, ao longo dos anos houve uma ampliação do sistema para aumentar a cobertura de atendimento da população urbana do município, assim, atingindo 100% de cobertura, isto é perceptível não só pelo aumento da população atendida pelo serviço, mas também pelo aumento da extensão da rede, a quantidade de ligações e o volume tratado, como verifica-se os dados na Tabela 49. Todavia, ressalta-se que o aumento da população atendida pelos serviços de abastecimento de água está atrelado ao súbito crescimento populacional da cidade.

Gráfico 17: Crescimento da população atendida com abastecimento de água no município de João pessoa (1997 - 2019)



Fonte: SNIS (2021), adaptado por Consórcio PDMJP (2021)

Tabela 49: Informações sobre o abastecimento de água do município de João Pessoa – PB

Ano	População total atendida	Índice de atendimento urbano (%)	Quantidade de ligações ativas	Quantidade de ligações totais	Extensão da rede de água (km)	Volume de água tratada em ETAs (1000 m ³ /ano)
1997	562.610	91,3	99.003		902,7	60.298
1999	619.306	92,6	117.064		907	56.270
2001	562.673	92,7	120.718	146.367	947	49.447
2003	628.224	95,7	132.977	156.346	977	54.877
2005	639.655	96,8	136.021	165.543	981,47	58.064,65
2007	666.990	98,9	144.148	176.186	993,34	60.372,35
2009	650.617	99,9	157.363	189.807	999,18	55.158,69

Ano	População total atendida	Índice de atendimento urbano (%)	Quantidade de ligações ativas	Quantidade de ligações totais	Extensão da rede de água (km)	Volume de água tratada em ETAs (1000 m ³ /ano)
2011	667.105	100	169.821	205.401	999,18	63.279,61
2013	733.346	100	185.689	225.492	1.006,94	71.289,64
2015	791.438	100	202.191	240.409	1.012,22	71.977,12
2017	811.598	100	205.030	251.522	1.024,74	75.891,48
2019	809.015	100,1	209.441	257.838	1.032,76	66.622,07

Fonte: SNIS (2021), adaptado por Consórcio PDMJP (2021)

O sistema de tratamento do município é constituído de duas estações: Marés e Gramame e suas perdas representam cerca de aproximadamente 47%, sendo considerado como um dos grandes problemas a serem resolvidos pela CAGEPA (ICES,2014). Além disso, é um sistema que opera integrado com os sistemas dos municípios de Cabedelo, Bayeux e o distrito de Várzea Nova, em Santa Rita (PMSB-JP, 2015). O sistema Marés é responsável por abastecer cerca de 174 mil habitantes, enquanto o sistema Gramame abastece em torno de 623.795 habitantes (DUARTE, 2016).

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB-JP, 2015), a rede de distribuição possui comprimento de 1.437,68 km, com diâmetros variando ente 50 e 600 mm e é composta por 6 mananciais, sendo três barragens de acumulação (Barragem de Marés, Barragem Gramame/Mamuaba, Barragem de Cupissura), duas captações à fio d'água (uma no rio Mumbaba e outra no rio Abiaí), o aquífero Beberibe (42 poços tubulares profundos) e aluviões do rio Jaguaribe (poços rasos do manancial de Buraquinho), conforme descritos na Tabela 50.

Tabela 50: Mananciais de abastecimento em João Pessoa

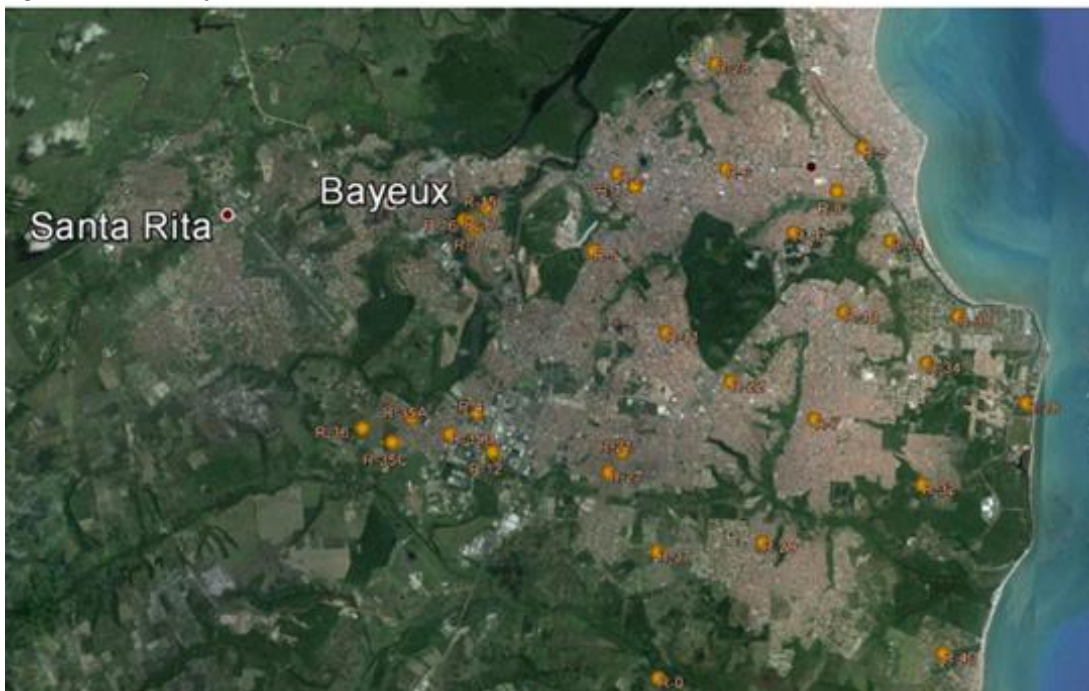
Manancial	Localização		Capacidade (m ³)	Área da Bacia hidrográfica (km ²)	Vazão Disponível (l/s)
	Latitude Sul	Longitude Oeste			
Açude Gramame/Mamuaba	07°11'18,86"	34°57'40,76"	56.937.000	256,40	2.420
Açude Marés	07°09'13,86"	34°54'39,43"	2.136.637	21,89	300
Açude Cupissura	07°28'07,00"	34°54'25,00"	9.562.640	108,20	1.022
Rio Mumbaba	07°11'27,82"	34°56'52,15"	-	163,40	600
Rio Abiaí/popocas (fio d'água)	07°26'15,99"	34°55'11,17"	-	127,10	595
Rio Jaguaribe (33 poços amazonas na reserva Buraquinho)	07°08'9,22"	34°51'39,18"	-	-	116,70

Manancial	Localização		Capacidade (m³)	Área da Bacia hidrográfica (km²)	Vazão Disponível (l/s)
	Latitude Sul	Longitude Oeste			
Aquífero Beberibe (42 poços profundos)	Diversos	Diversos	-	-	384,11

Fonte: PMSB-JP (2015), adaptado por Consórcio PDMJP (2021)

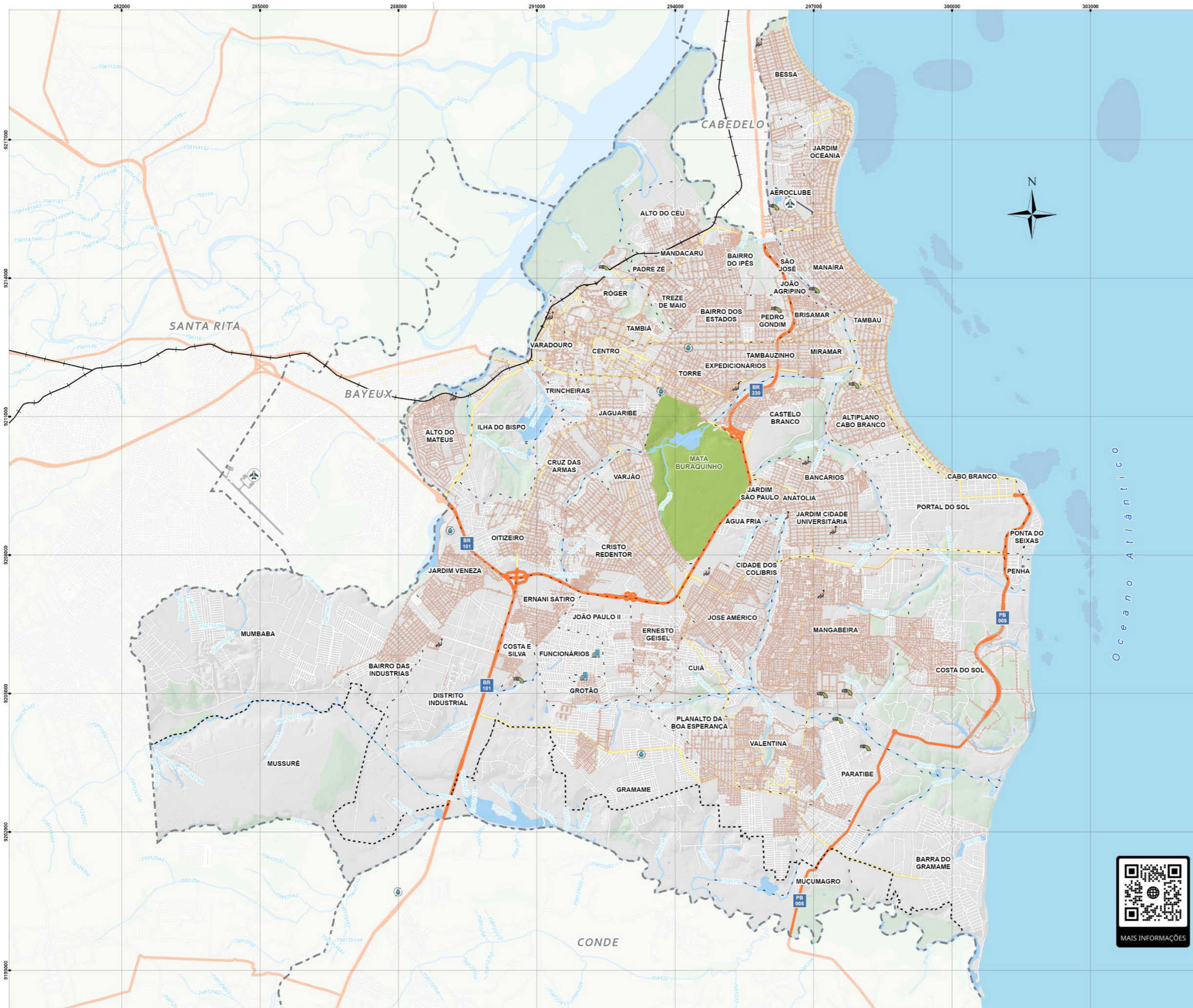
Além disso, o município apresenta 33 reservatórios distribuídos por uma numeração sequencial com base na cronologia temporal de construção, conforme demonstra a Figura 177.

Figura 177: Distribuição dos Reservatórios em João Pessoa



Fonte: LIMA (2016)

Na sequência é apresentado o Mapa de infraestrutura do sistema de saneamento municipal.



CONVENÇÕES:

- Aeroportos
- Hidrografia
- Ferrovias
- Limites Municipais
- Limite do Perímetro Urbano
- Limites de Bairros
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias
- Rede de Esgoto
- Corais Oceano
- Massa D'água
- Mata Buraquinho
- Remanescentes Florestais
- Infraestrutura de Água e Esgoto**
- EEE - Estação Elevatória de Esgoto
- ETA - Estação de Tratamento de Água
- ETE - Estação de Tratamento de Esgoto
- Reservatório



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | CAGEPA [2021]
 DATA: setembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



INFRAESTRUTURA DE ÁGUA E ESGOTO

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JOÃO PESSOA - PDMJP

A estação de tratamento de água de Marés (Figura 178) e a de Gramame são do tipo convencional, são aplicados como produtos químicos o sulfato de alumínio líquido, cal e o cloro. A ETA recebe água bruta por meio da caixa de chegada, o fluxo é estabilizado e encaminhado para a Calha Parshall, onde é feita a mistura rápida dos produtos químicos inseridos no processo. Posteriormente, a água é destinada para os tanques de floculação, seguindo para os decantadores e depois para os filtros e depois é finalizado com a cloração no tanque de contato e bombeada por meio da elevatória de água tratada (PMSB-JP, 2015).

Figura 178: ETA de Marés



Fonte: Duarte (2016)

c) Principais Problemas Observados

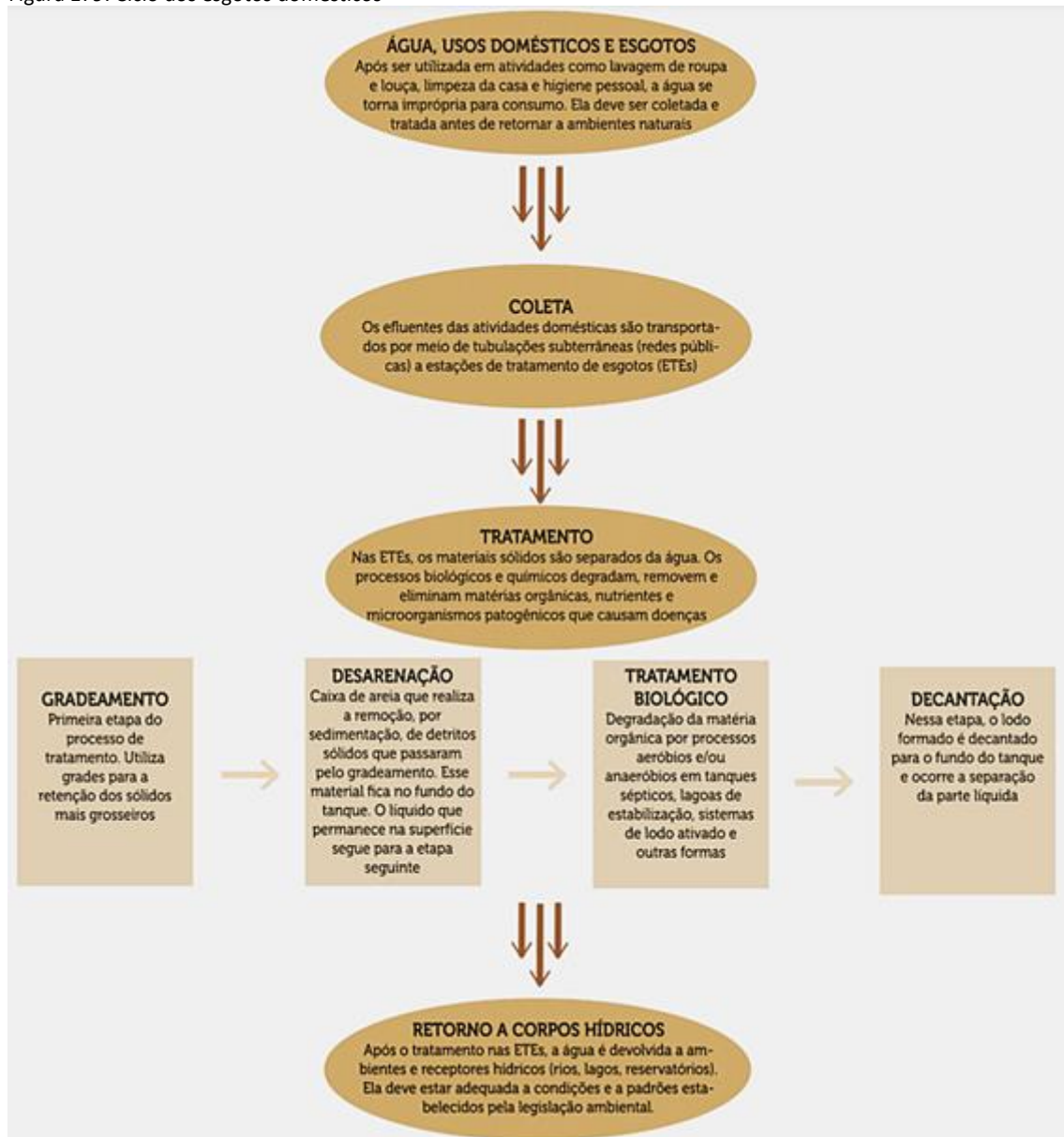
No Sistema de Abastecimento de Água de João Pessoa, os principais problemas são as perdas na distribuição, chegando a 47% do total produzido. A nível de comparação a média nacional de perdas na distribuição é de 39,20% e no Estado da Paraíba de 38%, sendo o segundo estado nordestino com melhor índice de perdas na distribuição (ICES,2014).

9.4 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Conforme a Lei Federal nº 14.026/20, o esgotamento sanitário é constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente.

Cerca de 80,0% da água captada em ambientes naturais, tratada e distribuída por redes públicas para consumo humano se transforma em esgotos após usos domésticos. Nessas atividades, ela incorpora resíduos, matérias orgânicas e nutrientes. Em média, os chamados efluentes domésticos são formados por 99,9% de água e 0,1% de sólidos (SNIS, 2020). O ciclo do esgotamento sanitário é representado pela Figura 179.

Figura 179: Ciclo dos esgotos domésticos



Fonte: SNIS, SINISA (2020)

a) Gestão dos Serviços

Como já apresentado no Sistema de Abastecimento de água, a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), é a prestadora dos Serviços de Esgotamento Sanitário em João Pessoa.

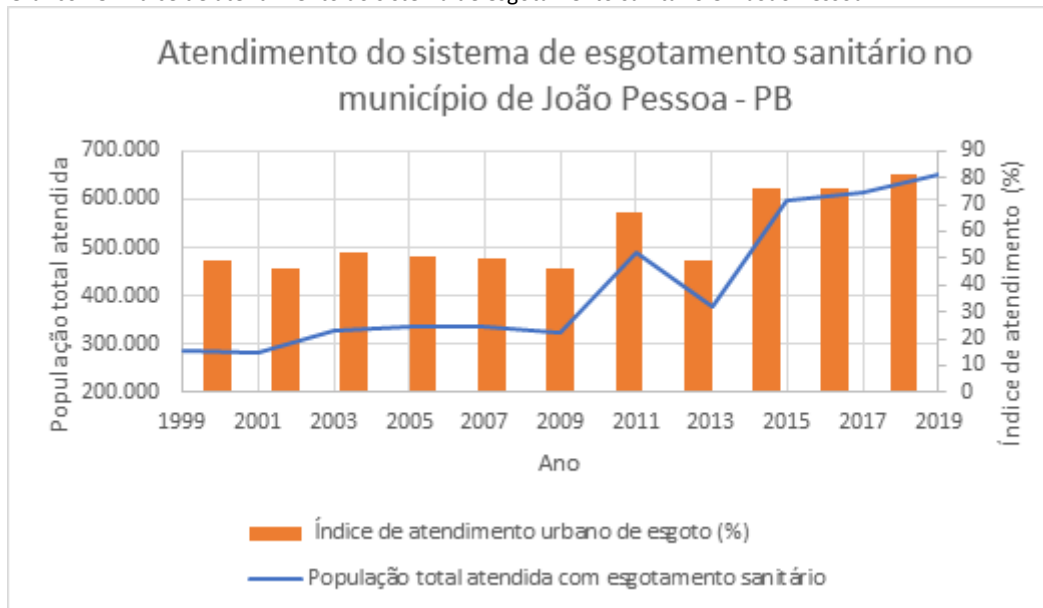
b) Sistema Existente

Em João Pessoa, o sistema de esgoto é sistema separador, onde os esgotos são coletados e transportados em canalização totalmente separada das águas pluviais, sendo o sistema mais utilizado no Brasil. O Manual de Saneamento da FUNASA (2015) traz as seguintes considerações sobre os custos reduzidos e implantação do sistema separador:

- As águas pluviais não oferecem o mesmo perigo que o esgoto doméstico, podendo ser encaminhadas diretamente aos corpos receptores (rios, lagos e outros) sem tratamento; este será projetado apenas para o esgoto doméstico.
- Nem todas as ruas de uma cidade necessitam de rede de drenagem pluvial.
- De acordo com a declividade das ruas, a própria sarjeta se encarregará do escoamento, reduzindo assim, a extensão da rede pluvial.
- O esgoto doméstico deve ter prioridade por representar um problema de saúde pública. O diâmetro dos coletores é reduzido, sendo estes de fabricação industrial e mais baratos.
- A ausência de águas pluviais permite a redução das dimensões das unidades de tratamento dos esgotos sanitários.

Os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), demonstram uma evolução do acesso ao esgotamento sanitário no município, representado pela curva do Gráfico 18. Em 1999, o índice de atendimento correspondia apenas 48,88%, já em 2019 o atendimento atingiu 80,92%, com projeto de universalização até o ano de 2027. A extensão da rede coletora de esgoto entre os anos de 1997 e 2019 passou de 357,2 km para 654,28 km (Tabela 51).

Gráfico 18: índice de atendimento ao sistema de esgotamento sanitário em João Pessoa - PB



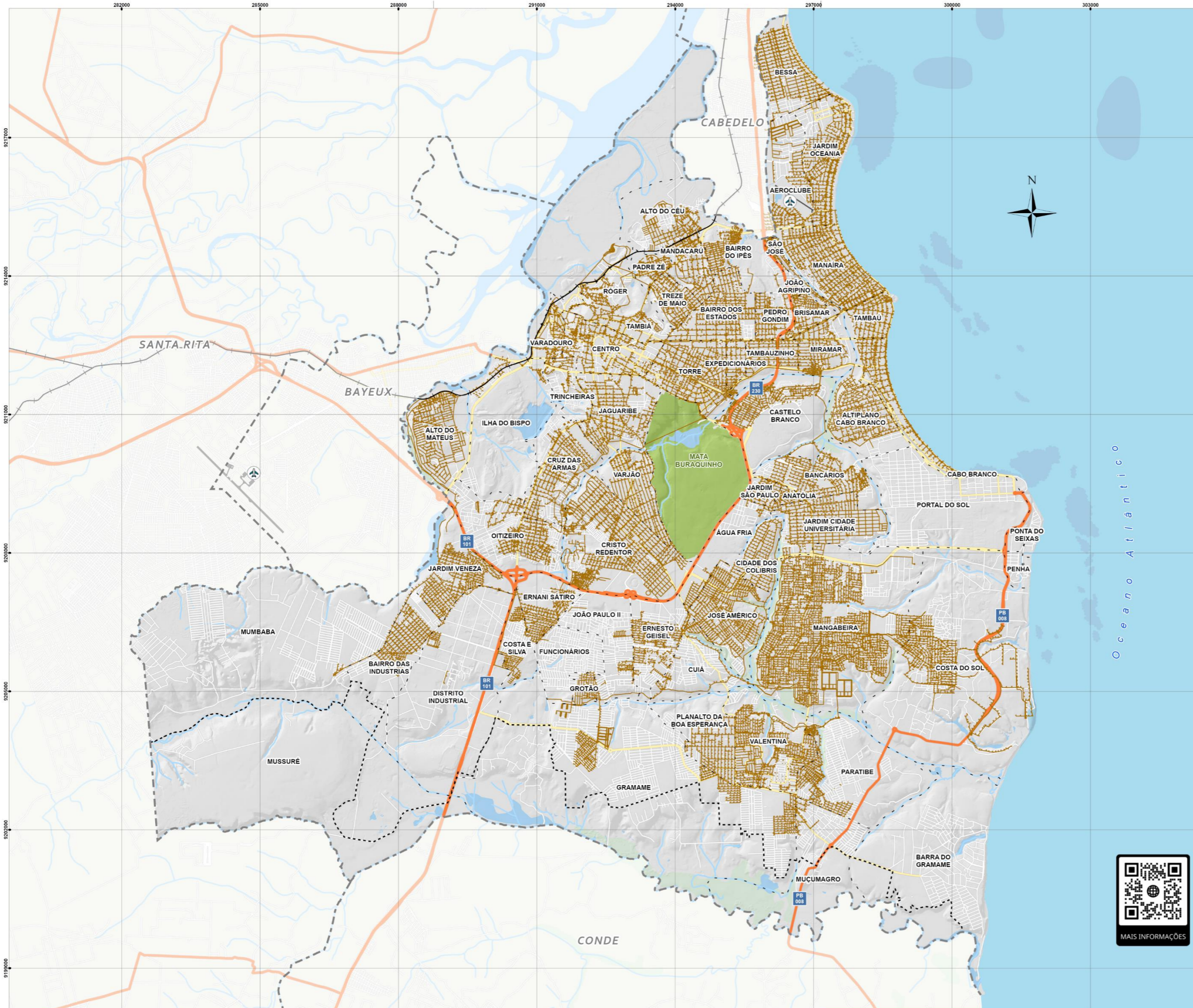
Fonte: SNIS (2021), adaptado por Consórcio PDMJP (2021)

Tabela 51: Informações sobre o esgotamento sanitário do município de João Pessoa – PB

Ano	População total atendida com esgotamento sanitário	Índice de atendimento urbano de esgoto (%)	Quantidade de ligações ativas de esgotos	Quantidade de ligações totais de esgotos	Extensão da rede de esgotos (Km)
1997	242.264		49.403		357,2
1999	285.474	48,88	54.407		361
2001	280.480	46,17	52.914	60.558	463
2003	328.224	52,2	66.066	66.162	485
2005	334.480	50,62	62.502	70.898	486,37
2007	336.562	49,88	62.667	71.563	511,53
2009	324.650	46,23	67.460	77.884	511,53
2011	487.510	66,75	72.438	85.170	511,78
2013	377.339	49,22	78.717	94.171	512,01
2015	599.226	76	123.425	123.428	525,84
2017	615.200	76,09	134.582	141.744	645,14
2019	652.169	80,92	149.174	165.621	654,28

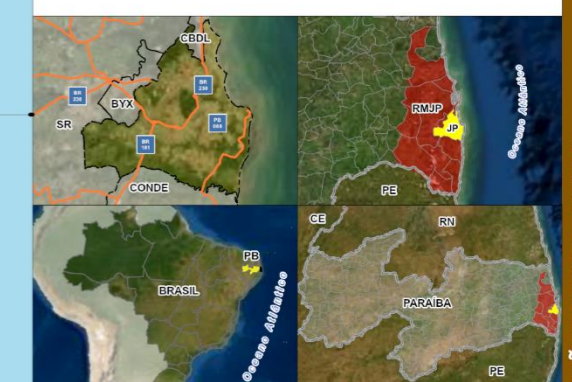
Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)

O Mapa 20, a seguir representa a cobertura de esgoto em João Pessoa.



CONVENÇÕES:

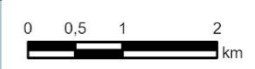
- Aeroportos
- Ferrovias
- Hidrografia
- Limites Municipais
- Limites de Bairros
- Limite do Perimetro Urbano
- Rede de Esgoto
- Corais Oceano
- Massa D'água
- Mata Buraquinho
- Remanescentes Florestais



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | CAGEPA [2021]

DATA: setembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



MAIS INFORMAÇÕES

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico de João Pessoa (PMSB-JP), o Sistema de Esgotamento Sanitário do Município encontra-se dividido em duas grandes Bacias Hidrográficas: a bacia do Paraíba e do Rio Paratibe/Cuiá.

A bacia do Paraíba situa-se ao noroeste do município, visa a atender a aproximadamente 70% de sua população, além dos Municípios de Bayeux e Cabedelo. Além disso, a bacia do Rio Jaguaribe, inserida totalmente no perímetro urbano do município, faz parte desta bacia de esgotamento, os efluentes gerados são revertidos à bacia do Rio Paraíba através de sistemas elevatórios e coletores gerais gravitacionais (PMSB-JP, 2015).

A área de tratamento desta bacia, ponto final de recebimento dos esgotos, é conhecida como Polo de Tratamento do Baixo Paraíba, que contempla, além dos quatro tanques de acumulação e descarga. O tempo de detenção previsto é de 6 horas e funciona conforme o nível das marés. Em períodos de maré baixa, os esgotos são acumulados em uma das câmaras e, durante a maré alta, através do funcionamento de comportas, é realizado o descarte final e limpeza dos tanques. O corpo receptor dos efluentes tratados é o Camboa Tambiá Grande, que lança suas águas no estuário do rio Paraíba, usufruindo da capacidade de autodepuração desses ambientes (PMSB-JP, 2015).

A Bacia do Rio Paratibe/Cuiá situa-se na região sul e contempla os 30% restantes da população, sendo os bairros atendidos o Mangabeira, Valentina Figueiredo, Água Fria e Geisel, o Cabo Branco, além de comunidades circunvizinhas (PMSB-JP, 2015). A área destinada ao tratamento dos esgotos é denominada de Estação de Tratamento de Esgotos de Mangabeira. Ela funciona com três módulos de tratamento, cada módulo opera com duas lagoas anaeróbias seguidas de uma facultativa (Figura 180), com um tempo de detenção hidráulico (TDH) de 1,8 dias de cada lagoa, alimentadas de modo contínuo. Os efluentes gerados em cada módulo são reunidos e encaminhados para a zona de mistura para posterior lançamento no rio Cuiá, onde é diluído (DA SILVA et. al, 2016).

De acordo com os autores, o lançamento do efluente no rio encontra-se dentro dos parâmetros legais estabelecidos pelo Art. 5º da Resolução do CONAMA de nº 430 de 13 de maio de 2011, de acordo com a norma, o efluente lançado não pode ultrapassar o limite dos padrões da classe em que o rio está enquadrado, sendo o rio Cuiá de classe 3.

Figura 180 - Estação de Tratamento de Efluentes - Mangabeira



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

c) Principais Problemas Observados

Dentre os problemas observados no município, pode-se citar a sobrecarga na rede coleta, o que em horários de pico causa extravasamento nas estações elevatórias, gerando assim pontos de poluição.

Algumas áreas do município não possuem rede coletora, incluindo as áreas regulares e irregulares de João Pessoa. Foram verificados alguns locais em campo dos lançamentos realizados das residências diretamente nos rios e córregos. Esses pontos de lançamento estão localizados tanto no mar quanto nos rios urbanos, o que pode acelerar processos de erosão. Todos os pontos de lançamento sem tratamento são potenciais fontes de poluição por esgotos sanitários.

9.5 DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

O intenso processo de urbanização e o rápido crescimento das cidades das últimas décadas, geralmente sem o adequado planejamento urbano, têm causado muitos problemas de infraestrutura urbana, especialmente em relação a drenagem de águas pluviais.

A drenagem pluvial urbana é parte integrante do saneamento básico estabelecido pela Lei Nº 11.445/07, a qual dispõe que a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas são constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes.

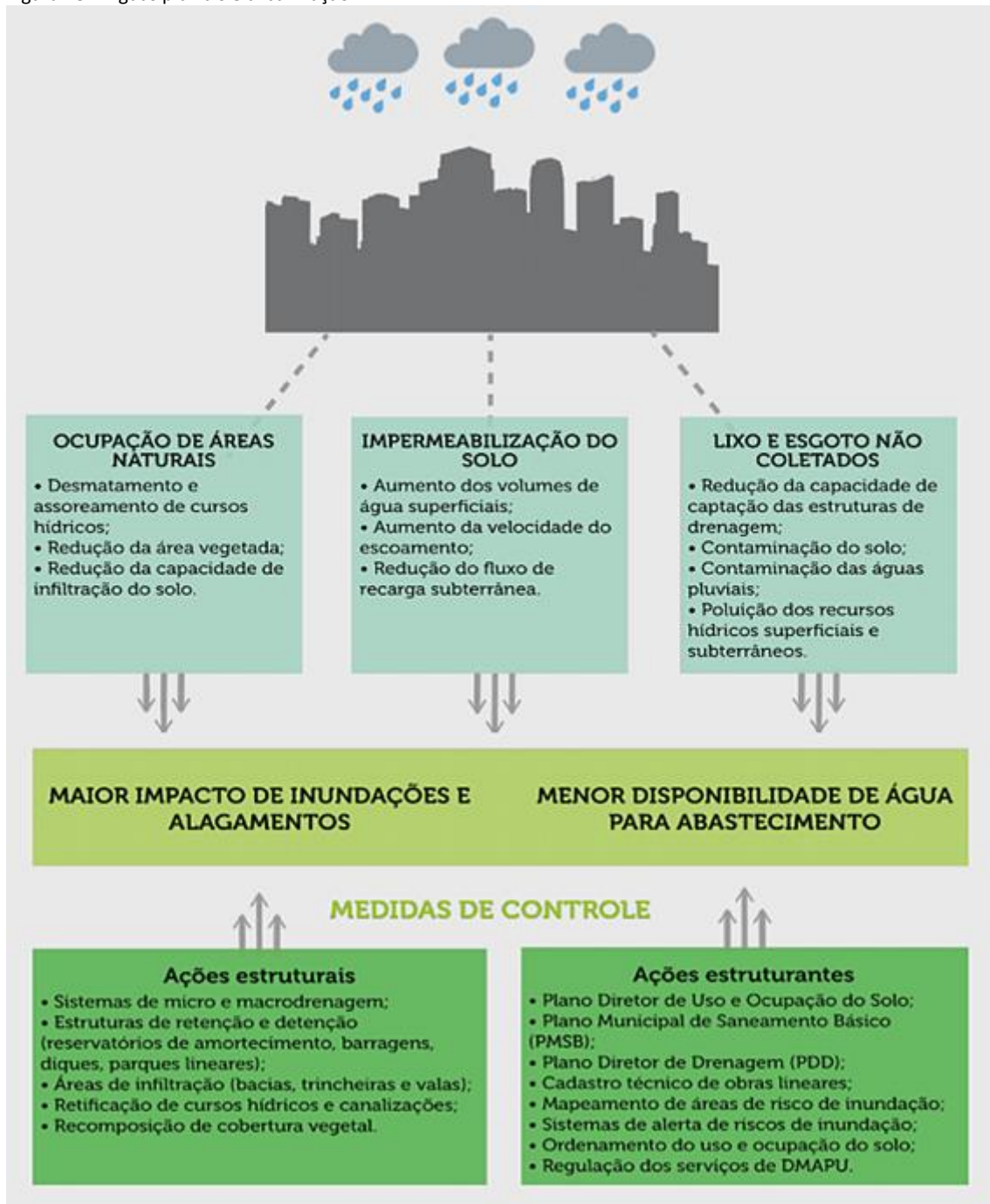
O sistema de drenagem faz parte do conjunto de melhoramentos públicos existentes em uma área urbana, juntamente com os sistemas de: redes de água; esgotamento sanitário; cabos elétricos e telefônicos; iluminação pública; pavimentação de ruas, guias e passeios; parques; áreas de lazer; e entre outros.

A distinção do sistema de drenagem em relação aos demais é que o escoamento das águas das chuvas sempre ocorrerá, independentemente da existência ou não o sistema de drenagem adequado, sendo que a qualidade desse sistema é que determinará se os benefícios ou os prejuízos à população serão maiores ou menores.

As águas pluviais escoam na superfície por caminhos naturais nas bacias hidrográficas. Nas cidades, a causa dos problemas relacionados ao manejo de águas pluviais está ligada a vários fatores, como: a impermeabilização do solo; a remoção da vegetação; a ocupação de várzeas; a estruturação do sistema viário em vias de fundo de vale; a disposição inadequada de resíduos sólidos; a retificação de rios; a ausência de planos urbanísticos integrados; e entre outros.

Desta forma, a alteração de ambientes naturais interfere no ciclo da água e no processo natural de drenagem, demandando intervenções para minimizar impactos de eventos hidrológicos, especialmente os de grande porte (Figura 181). São as chamadas medidas de controle, formadas por ações estruturais (intervenções físicas) e estruturantes (diretrizes, normas legais, fiscalização, educação) (SNIS, 2020).

Figura 181: Águas pluviais e urbanização



Fonte: SNIS, SINISA (2020)

Neste sentido, os sistemas de drenagem urbana vêm a contribuir para a minimização e solução desses problemas, provendo ao município uma série de orientações e diretrizes que, considerando as especificidades do município, apresentem soluções e medidas, sejam essas higienistas, compensatórias, estruturais e não estruturais, que em conjunto com o poder público, a iniciativa privada e a população local, desenvolvam políticas, programas, práticas e

ações voltadas para a conservação do meio ambiente e consequente redução dos impactos causados pela chuva.

a) Gestão dos Serviços

Em João Pessoa a Gestão dos Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas é realizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura. De acordo com informações do SNIS (2019), são 50 funcionários próprios alocados no serviço de drenagem, com todos os recursos oriundos do orçamento geral do município, não havendo cobrança de taxa para a população.

O Município não possui Plano Diretor de Drenagem, sendo o PMSB (2015), o estudo referencial para o planejamento dos serviços. Ainda segundo o SNIS, o Município possui cadastro técnico de obras lineares e projeto básico, executivo ou "*as built*" de unidades operacionais de drenagem.

b) Sistemas Existentes

Os sistemas implantados no Município de João Pessoa são exclusivamente os do tipo tradicional, também conhecido como higienista, que se baseiam no rápido escoamento do excesso pluvial, contribuindo para o aumento nos volumes e vazões de água com redução no tempo de escoamento, compreendendo a microdrenagem e a macrodrenagem.

O Sistema Inicial de drenagem, a microdrenagem, consiste em realizar o escoamento das águas superficiais para as sarjetas, e em seguida captadas nas bocas de lobo e transportadas por meio de galerias de coleta e transporte de águas pluviais, no subsolo para os cursos d'água. Em geral, a microdrenagem tem sido implantada no município à medida que se realiza a pavimentação das ruas. Contudo verifica-se na Tabela 52 que cerca de 31,20% das vias não apresentavam pavimentação e consequentemente não há infraestrutura adequada de drenagem urbana nessas áreas.

Já o sistema de macrodrenagem envolve os canais abertos ou fechados de maiores dimensões, projetados para vazões de 25 a 100 anos de período de retorno e cursos d'água, como elementos receptores das águas pluviais e de escoamento para áreas a jusante. Os principais rios são o Camurupim, Cuia, Jacarapé, Aratu, Cabelo e o Jaguaribe que deságua no oceano atlântico. O Mapa das Bacias Hidrográficas de João Pessoa pode ser encontrado no item 5.6 deste Relatório.

Apesar dos rios, riachos e córregos serem formas naturais de acomodação do escoamento pluvial, modificações no tipo de revestimento, geometria (suas seções são alargadas e adota-se uma geometria regular para aumentar o volume captado, (Figura 182) ou até mesmo no percurso são feitas com o objetivo de garantir maior velocidade de fluxo (PEREIRA, 2017).

Figura 182: Travessia de canal próxima à Comunidade Beira Rio



Fonte: IDOM – COBRAPE (2014)

O SNIS (2019), apresenta informações e indicadores sobre o serviço de drenagem e manejo de águas pluviais em João Pessoa (Tabela 52).

Tabela 52: Informações sobre o serviço de drenagem e manejo de águas pluviais

Código SNIS	Informação	Valor
IE017	Extensão total de vias públicas urbanas do município	2.068,24 km
IE019	Extensão total de vias públicas urbanas com pavimento e meio-fio (ou semelhante)	1.419,69 km
IE021	Quantidade de bocas de lobo existentes no município	28.232 unidades
IE023	Quantidade de poços de visita (PV) existentes no município	23.526 unidades
IE024	Extensão total de vias públicas urbanas com redes ou canais de águas pluviais subterrâneos	565,36 km
IE032	Extensão total dos cursos d'água naturais perenes em áreas urbanas	113,30 km
IE034	Extensão total dos cursos d'água naturais perenes canalizados abertos em áreas urbanas	9,92 km
IN044	Extensão total de parques lineares ao longo de cursos d'água naturais perenes em áreas urbanas	10,00 km

Fonte: SNIS (2019), adaptado por Consórcio PDMJP (2021)

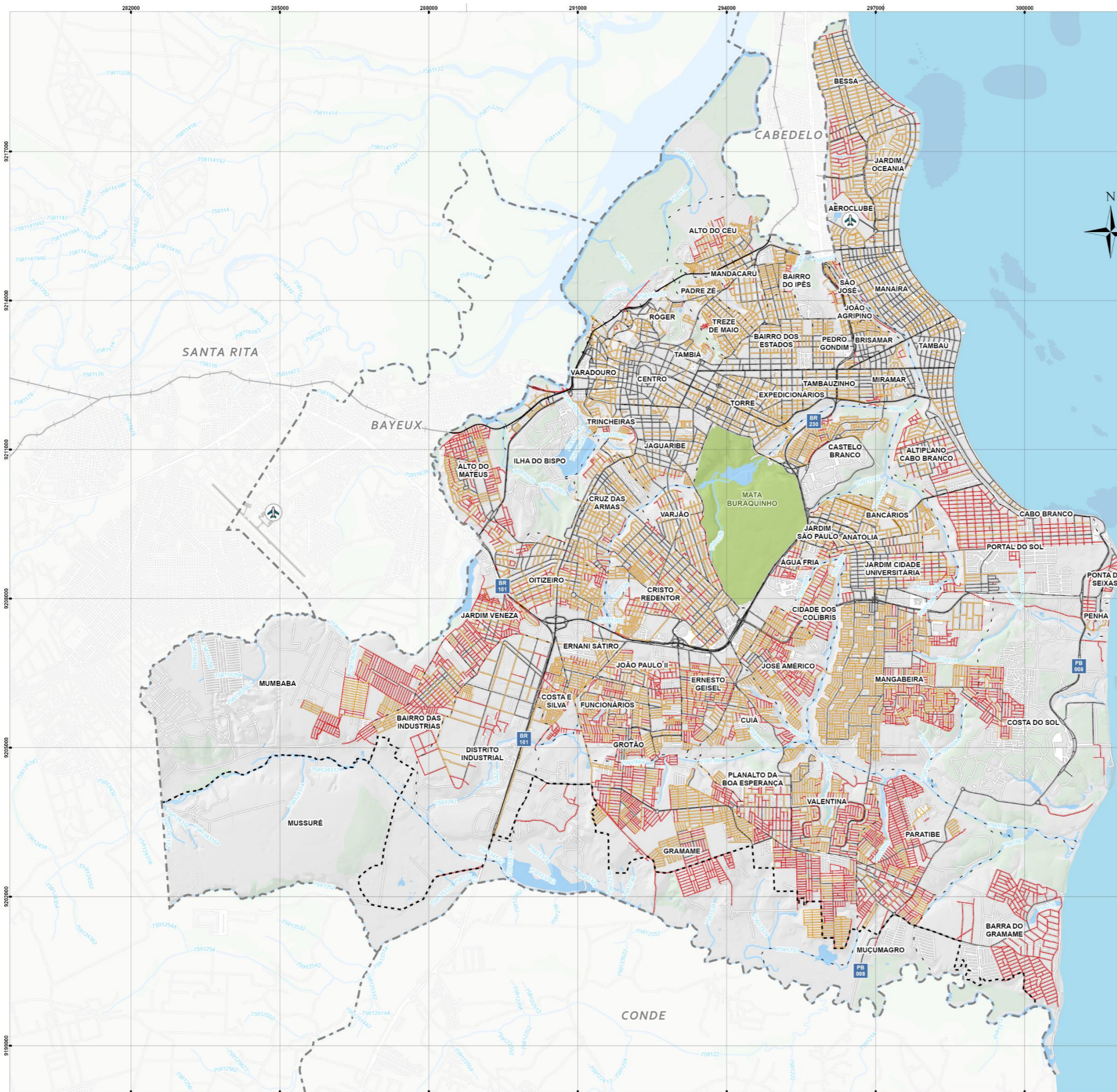
A partir das informações apresentadas foram calculados os indicadores do serviço de drenagem urbana (Tabela 53).

Tabela 53: Indicadores do serviço de drenagem e manejo de águas pluviais e drenagem urbana

Código SNIS	Indicador	Valor
IN020	Taxa de Cobertura de Pavimentação e Meio-Fio na Área Urbana do Município (%)	68,60
IN021	Taxa de cobertura de vias públicas com redes ou canais pluviais subterrâneos na área urbana (%)	27,30
IN025	Parcela de Cursos d'Água Naturais Perenes em Área Urbana com Parques Lineares (%)	8,80
IN051	Densidade de captações de águas pluviais na área urbana (un./km ²)	167,00

Fonte: SNIS (2019), adaptado por Consórcio PDMJP (2021)

O Mapa 21, a seguir representa o tipo de pavimentação das vias de João Pessoa.



CONVENÇÕES:

- Aeroportos
- Ferrovias
- Hidrografia
- Limites Municipais
- Limites de Bairros
- Limite do Perímetro Urbano
- Corais Oceano
- Malha Viária
- Massa D'água
- Mata Buraquinho
- Remanescentes Florestais
- Pavimentação Viária**
- Não Pavimentada
- Pedra Granítica (Paralelepípedo)
- Revestimento Asfáltico

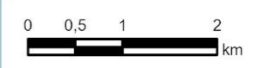


REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]
 DATA: outubro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



MAIS INFORMAÇÕES



c) Principais Problemas Observados

Muitos problemas relacionados à drenagem de áreas urbanas poderiam ser evitados e/ou resolvidos se houvesse um melhor investimento, planejamento, conscientização e estudos para compreender as características morfológica e do ambiente onde ocorreria a urbanização. Todavia, isso não é a realidade das cidades brasileiras que apresentaram uma expansão urbana súbita, resultando na instalação de ocupações em áreas sem infraestrutura adequadas agravando em ritmo acelerado os problemas de drenagem urbana e, evidenciando a necessidade de ampliação dos sistemas existentes e a intensificação do uso de medidas não estruturais para a gestão das águas pluviais na cidade (ICES,2014).

Segundo Diniz (2006) apud PMSB-JP (2015), ocorrem muitos problemas associados as características do ambiente:

- Áreas muito planas (planícies costeiras): Apresentam baixas cotas em relação ao nível do mar, baixo gradiente topográfico, baixa densidade de drenagem natural, lençol freático aflorante na estação chuvosa e nas variações de marés. Os principais problemas são: alagamentos, interrupção do escoamento natural, galerias sujeitas a ação da maré.
- Áreas com grandes declividades: Apresentam altas velocidades de escoamento e conseqüentemente verifica-se problemas relacionados a erosão, escorregamento dos taludes e inundações repentinas.
- Áreas ribeirinhas de planícies de inundação: são áreas predominantemente planas, sujeitas ao regime fluvial e aparentemente propícias à ocupação urbana, contudo são áreas suscetíveis a inundações, formação de área de remanso com insuficiência da capacidade de drenagem nas galerias
- Bacias altamente urbanizadas: apresentam altas taxas de impermeabilização, tamponamento, degradação de nascentes e ocupação em zonas de risco. Conseqüentemente a impermeabilização contribui para o aumento de volume escoado superficialmente, perda da capacidade de armazenamento e infiltração.
- Bacias fechadas: são bacias onde o escoamento superficial se acumula em lagos ou sumidouros que não se comunicam, por uma rede superficial, com outros cursos de

água. Os principais problemas são inundações, ocorrência de erosões e assoreamento excessivo na lagoa.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB-JP) toda a tipologia de problemas relatados acima ocorre no município, desde as bacias fechadas (Lagoa do Parque Solon de Lucena, Lagoa do Buracão), áreas muito declivosas (vertentes do Cabo Branco, Roger, Varjão entre outras), áreas ribeirinhas com ocupação (Bairro São José e diversos outros bairros), alto grau de urbanização (área central do município).

São identificados os seguintes problemas em João pessoa: ocupação indevida das planícies fluviais e de leitos de rios, problemas de estrangulamento da calha, com formação de armazenamentos de pequenas alturas decorrentes também de pontes de baixa altura (Figura 183), dimensionamento inadequado da microdrenagem, os bueiros apresentam diâmetros insuficientes, proliferação da vegetação na calha fluvial, conseqüentemente aumenta o depósito de sedimentos e reduz a velocidade média da vazão fluvial, favorecendo os alagamentos e inundações.

Figura 183: Estrutura Bicelular no rio Jaguaribe sob a Rua São Geraldo



Fonte: IDOM – COBRADE (2014)

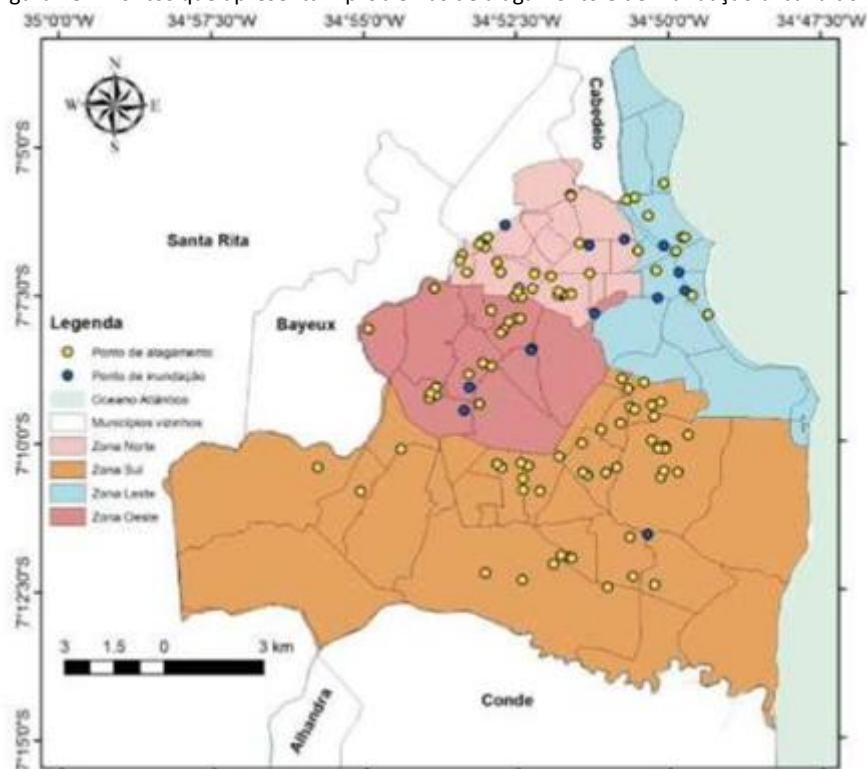
Além disso, ocorrem lançamentos indevidos de esgoto nas tubulações, o carreamento de material de ruas não pavimentadas, além de lixo e entulho acumulados que acarretam obstruções. É comum o alagamento de vias públicas – a exemplo da Avenida Beira Rio, que

em dias de chuva intensa sofre com o transbordamento do rio Jaguaribe da sua calha natural – provocando grande transtorno para o tráfego local (ICES,2014).

Nas planícies costeiras que corresponde a praias, terraços marinhos planos e baixos verifica-se que a baixa declividade dos terrenos, e a ocupação desordenada ou inadequada dos loteamentos são os principais fatores que agravam a situação da drenagem no período chuvoso ou mesmo em períodos isolados de ocorrência de chuvas intensas, prolongando o tempo em que essas áreas permanecem inundadas. Ainda, pode-se citar que os aterros indiscriminados contribuem fortemente para a degradação dos ambientes (PMSB-JP, 2015).

De acordo com o PMSB-JP, o município enfrenta muitos problemas relacionados aos alagamentos conforme demonstra a Figura 184, os pontos em amarelos referem-se aos pontos de alagamento e os pontos azuis correspondem as inundações no município de João Pessoa

Figura 184: Pontos que apresentam problemas de alagamento e de inundação urbana do município de João Pessoa



Fonte: Plano de Saneamento de João Pessoa (2015)

Esses problemas ocorrem devido à falta ou deficiência de manutenção nas estruturas, obstrução das sarjetas, boca de lobo, galerias com resíduos, assoreamento e vegetação e

drenagem subdimensionada. esses problemas retratam a ineficiência dos serviços públicos e a ausência de educação ambiental da sua população (Figura 185).

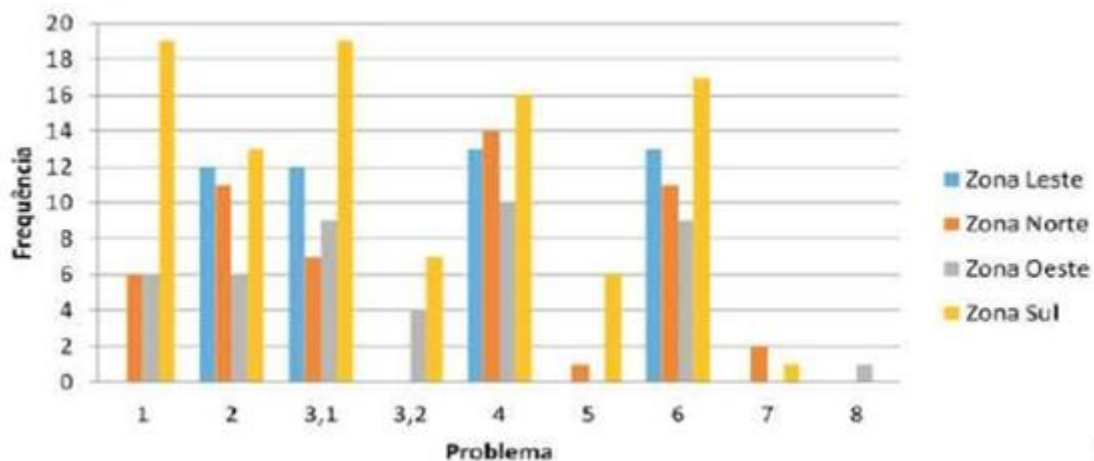
Figura 185: Descarte irregular de Resíduos



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

A Figura 186, demonstra a frequência dos alagamentos na área urbana do município de João Pessoa. Percebe-se que a região sul do município é a área que apresenta os maiores problemas nos sistemas de microdrenagem, além disso, é a zona mais populosa do município e a que mais se expandiu nas últimas décadas.

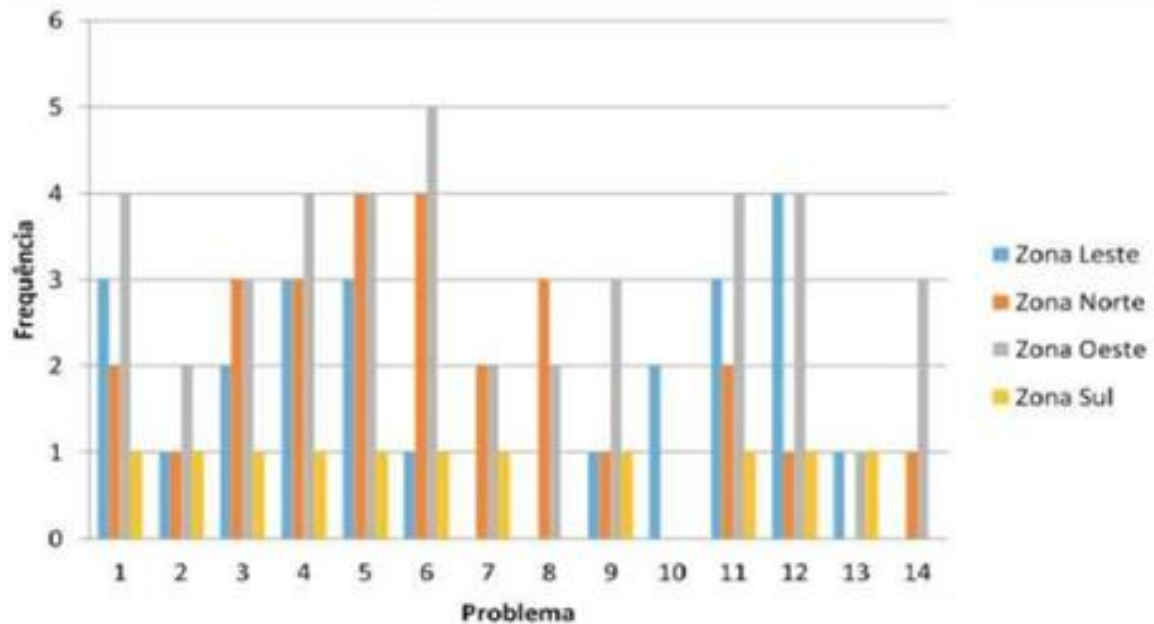
Figura 186: Frequência dos problemas de microdrenagem, alagamentos, por zona da área urbana no município de João Pessoa



Fonte: PMSB-JP (2015)

Em relação à macrodrenagem, a região Oeste do município apresenta os maiores problemas (Figura 187, Figura 188 e Figura 189). As margens do rio Jaguaribe foram ocupadas de forma desordenada, trazendo consigo os problemas relacionados a falta de infraestrutura e a ausência da educação ambiental da população, nessa região verifica-se o acúmulo de resíduos sólidos e restos de materiais de construção civil no leito do rio (PMSB-JP, 2015).

Figura 187: Frequência dos problemas de macrodrenagem, inundação, por zona da área urbana no município de João Pessoa



Fonte: PMSB-JP (2015)

Figura 188: Rio Jaguaribe atingiu comunidades no bairro São José e no bairro dos Ipês, em João Pessoa



Fonte: Paraíba (2017)

Figura 189: Rio Jaguaribe transborda e a Avenida Beira Rio é interditada



Fonte: Lucena (2011)

d) Defesa Civil

A Defesa Civil de João Pessoa, possui um relatório com as principais áreas de risco no Município. A partir deste relatório estão sendo desenvolvidas uma série de ações

iminentemente preventivas, com o objetivo de minimizar a gravidade dos transtornos porventura causados pelas chuvas, e bem assim, contribuir para efetivação de pronta resposta aos eventos que se sucederem. Dentre os principais anexos, em relação à drenagem urbana, pode-se destacar:

Tabela 54: Trechos dos Canais Urbanos Assoreados – Bairro do Bessa 2020

Trecho	Localização	Extensão	Observação
Canal I	Avenida Flávio Ribeiro Coutinho/Rua Deputado Valdemar Braga	480m	Limpeza/Desassoreamento
Canal II	Rua Ulrico Oliveira Cavalcante/Rua Joaquim Alves de Arruda	960m	Limpeza/Desassoreamento
Canal III	Hiper Bompreço/Carrefour/Condomínio Valparaíso	1.050m	Limpeza/Desassoreamento
Canal IV	Hiper Bompreço/Carrefour/Condomínio Valparaíso	1620m	Limpeza/Desassoreamento
Canal V	Rua Bel. Irenaldo de Albuquerque Chaves/Rua Silvano Domingos	1.200m	Limpeza/Desassoreamento
Canal VI	Rua Bel. Irenaldo de Albuquerque Chaves/Rua Silvano Domingos	380m	Limpeza/Desassoreamento
Canal VII	Rua Bel. Irenaldo de Albuquerque Chaves/Rua Silvano Domingos	938m	Limpeza/Desassoreamento

Fonte: Defesa Civil de João Pessoa (2020)

Tabela 55: Gestão de Riscos e Administração de Desastres 2020

Comunidade	Bairro	Moradias Estimadas	Pop. Estimada	Rios/Lagoas	Cenário	Extensão	Serviços
Beira da Linha	Alto do Mateus	350	1.750	Rio Paraíba	Trecho assoreado/Margens ocupadas	1.200m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Liberdade	Ilha do Bispo	410	2050	Rio Paraíba	Trecho assoreado/Margens ocupadas	800m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Tanque	Ilha do Bispo/Viaduto	120	600	Rio Paraíba	Trecho assoreado/Margens ocupadas	200m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Santa Emília de Rodath	Distrito Mecânico/Cemitério Boa Sentença	220	1100	Riacho Pacote	Trecho assoreado/Margens ocupadas	800m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Porto do Capim	Varadouro	160	800	Rio Paraíba	Trecho assoreado/Margens ocupadas	600m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Proserv	Varadouro	80	400	Rio Paraíba	Trecho assoreado/Margens ocupadas	250m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade do "S"	Roger	220	1100	Rio Paraíba	Trecho assoreado/Margens ocupadas	1100m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade Pe. Zé	Padre Zé	195	975	Rio Mandacarú	Trecho assoreado/Margens ocupadas	700m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade Ipês I, II e III	Bairro dos Ipês	280	1400	Rio Jaguaribe	Trecho assoreado/Margens ocupadas	800m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade Washington Luís	Bessa	600	3000	Rios Jaguaribe e Morto	Trecho assoreado/Margens ocupadas	2.200m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade São José	São José	650	3250	Rio Jaguaribe	Trecho assoreado/Margens ocupadas	2.600m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade Chatuba I, II e III	Manaíra	230	1150	Rio Jaguaribe	Trecho assoreado/Margens ocupadas	700m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias

Comunidade	Bairro	Moradias Estimadas	Pop. Estimada	Rios/Lagoas	Cenário	Extensão	Serviços
Comunidade Tito Silva	Miramar/Castelo Branco	160	800	Rio Jaguaribe	Trecho assoreado/Margens ocupadas	600m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade Santa Clara	Castelo Branco II	80	400	Rio Jaguaribe	Trecho assoreado/Margens ocupadas	350m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade São Rafael	Castelo Branco III – Rádio Tabajara	190	950	Rio Jaguaribe	Trecho assoreado/Margens ocupadas	1.900m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade Pe. Hildon Bandeira	Torre	120	600	Rio Jaguaribe	Trecho assoreado/Margens ocupadas	400m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade Timbó	Bancários	65	325	Rio Jaguaribe	Trecho assoreado/Margens ocupadas	450m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade Três Lagoas	Jardim Veneza	170	850	Bacia das Três Lagoas	Trecho assoreado/Margens ocupadas	600m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade Frei Damião - 5° BPM	Valentina de Figueirêdo	90	450	Rio Cuiá (Valentina)	Trecho assoreado/Margens ocupadas	650m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade Grotão/Acesso Colinas do Sul	Grotão	30	150	Rio Cuiá (Nascente) – Grotão	Trecho assoreado/Margens ocupadas	200m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Rua São Pedro/Linha férrea	Mandacarú	40	200	Rios Jaguaribe e Paraíba	Trecho assoreado/Margens ocupadas	350m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Comunidade Porto de João Tota	Mandacarú	60	300	Rios Jaguaribe e Paraíba	Trecho assoreado/Margens ocupadas	300m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias
Lagoa Antônio Lins/Bacia	Cruz das Armas	120	600	Rio Jaguaribe	Trecho assoreado/Margens ocupadas	400m	Limpeza/desassoreamento/Retirar famílias e demolir moradias

Fonte: Defesa Civil de João Pessoa (2020)

Tabela 56: Relação dos Trechos e Pontos de Alagamento

Ponto	Logradouro	Bairro	Causas Prováveis	Observações
1	Alírio Wanderley	Treze de Maio	Falta de drenagem	Elaborar projeto
2	Diógenes Chianca Ref.: CAM	Água Fria	Falta de captação	Execução de, no mínimo, 08 cx de galerias
3	Anízio Salatiel	Baixo Roger	Alagamento por galeria desativada – projeto construção	Elaborar projeto de drenagem
4	Gouveia Nóbrega – Ref.: Oficina São Pedro	Baixo Roger	Insuficiência	Elaborar projeto de drenagem
5	Mestre Henrique Azevedo	Baixo Roger	Alagamento	Limpeza
6	Projetada	Alto do Mateus	Artéria sem pavimentação	Projeto existente
7	Francisco Timóteo	Anatolia/Bancários	Subdimensionamento	Executar projeto
8	Padre Ibiapina	Bairro Das Indústrias	Falta de drenagem	Elaborar projeto
9	Conj. Cidade Verde 1a., 2a. e 3a. Etapas	Bairro Das Indústrias	Falta de drenagem	Elaborar projeto
10	Lagoa Ana Nery	Baleado/Cruz das Armas	Falta de drenagem	Elaborar projeto
11	Rua Paulino Santos Coelho	Eucalipto/Bancários	Falta de drenagem	Executar projeto
12	Farmacêutico Antônio Leopoldo Batista	Bancários	Falta de drenagem	Executar projeto
13	Sérgio Guerra – Ref.: Após o Shopping Sul	Bancários	Sub-dimensionamento	Em execução
14	Desportista José Eduardo de Holanda	Cabo Branco	Sub-dimensionamento	Executar lançamento na Granja Scorel
15	Lagoa do Parque Sólton de Lucena	Centro	Sub-dimensionamento	Redimensionar a tubulação existente
16	Santo Elias c/ Pedro I	Centro	Sub-dimensionamento	Executar projeto
17	Ernestina M. Pordeus	Colibris	Falta de drenagem	Elaborar projeto
18	Doze de Outubro c/ Alberto de Brito	Jaguaribe	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
19	Professor Arcanjo Cavalcanti c/ Morize Miranda de Gusmão	Riacho Doce/Cristo/CEASA	Sub-dimensionamento	Redimensionamento
20	Petrarca Grisi	Cristo	Limpeza (obs.: Rua Odília T. Sabadelle, sem pavimentação)	Redimensionamento
21	Professor Fenelon Câmara	Cristo	Limpeza (obs.: Redimensionar tubulação e pavimentar vias	Elaborar projeto
22	Eng., Agrônomo Álvaro Ferreira	Cristo	Sub-dimensionamento	Novo projeto de galeria a céu aberto
23	Comunidade Bom Jesus	Cruz das Armas	Falta de drenagem	Elaborar projeto
24	Lagoa Antônio Lins	Cruz das Armas	Falta de drenagem	Elaborar projeto
25	Pastor Metusael Jácomo Cavalvante	Ernesto Geisel	Falta de drenagem	Elaborar projeto
26	Expedicionários c/ Epitácio Pessoa	Expedicionários	Sub-dimensionamento	Redimensionamento

Ponto	Logradouro	Bairro	Causas Prováveis	Observações
27	Doze de Outubro c/ Senhor Dos Passos	Jaguaribe	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
28	1° de maio c/ Floriano Peixoto	Jaguaribe	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
29	Trincheiras c/ Capitão José Pessoa – Ref.: Antigo Colégio 7 de setembro	Jaguaribe	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
30	Camilo de Holanda c/ Coremas	Jaguaribe	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
31	Comunidade CITEX	João Paulo II	Complemento da rede de drenagem	Em execução
32	Cordélia Veloso Frade	Jd. Cid. Universitária	Falta de drenagem	Elaborar projeto
33	Diversas ruas do Conj. Mãe Bienga	José Américo	Falta de drenagem	Elaborar projeto de drenagem
34	Francisco Manoel(trecho entra a Vasco da Gama e Floriano Peixoto)	Jaguaribe	Falta de drenagem	Elaborar projeto
35	João Machado c/ Coremas	Jaguaribe	Sub-dimensionamento	Executar projeto
36	João Machado c/ Maximiano de Figueirêdo	Jaguaribe	Sub-dimensionamento	Executar projeto
37	Maria Carneiro dos Santos	João Paulo II	Falta de drenagem	Elaborar projeto de drenagem
38	Niedja da Penha Arruda(Conj. Dos Delegados)	Jd. Cid. Universitária	Falta de drenagem	Elaborar projeto
39	Pedro II c/ Coremas	Jaguaribe	Sub-dimensionamento	Executar novo projeto de drenagem
40	Em frente à Usina de Reciclagem da EMLUR	Laranjeiras	Falta de drenagem	Elaborar projeto de drenagem
41	José Bonifácio, Cel. Adolfo Massa, Santos Estanislau, Do Agave e Celso Novais	Bairro do Novais	Alagamento	Elaborar projeto de drenagem
42	Sebastiana Antônio Gomes c/ Terezinha Batista	Lot. Santa Verônica	Falta de drenagem	Elaborar projeto de drenagem
43	Epitácio Pessoa c/ Antônio Rabêlo Júnior e Tito Silva – Ref.: Posto 99	Miramar	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
44	José Américo de Almeida – Beira Rio – Ponte	Miramar	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
45	Ruy Carneiro c/ Edmundo Filho – Ponte – Drenagem erosão	Manaíra		Elaborar projeto
46	José Américo de Almeida – Beira Rio	Miramar	Insuficiência de escoamento	Dragagem do rio

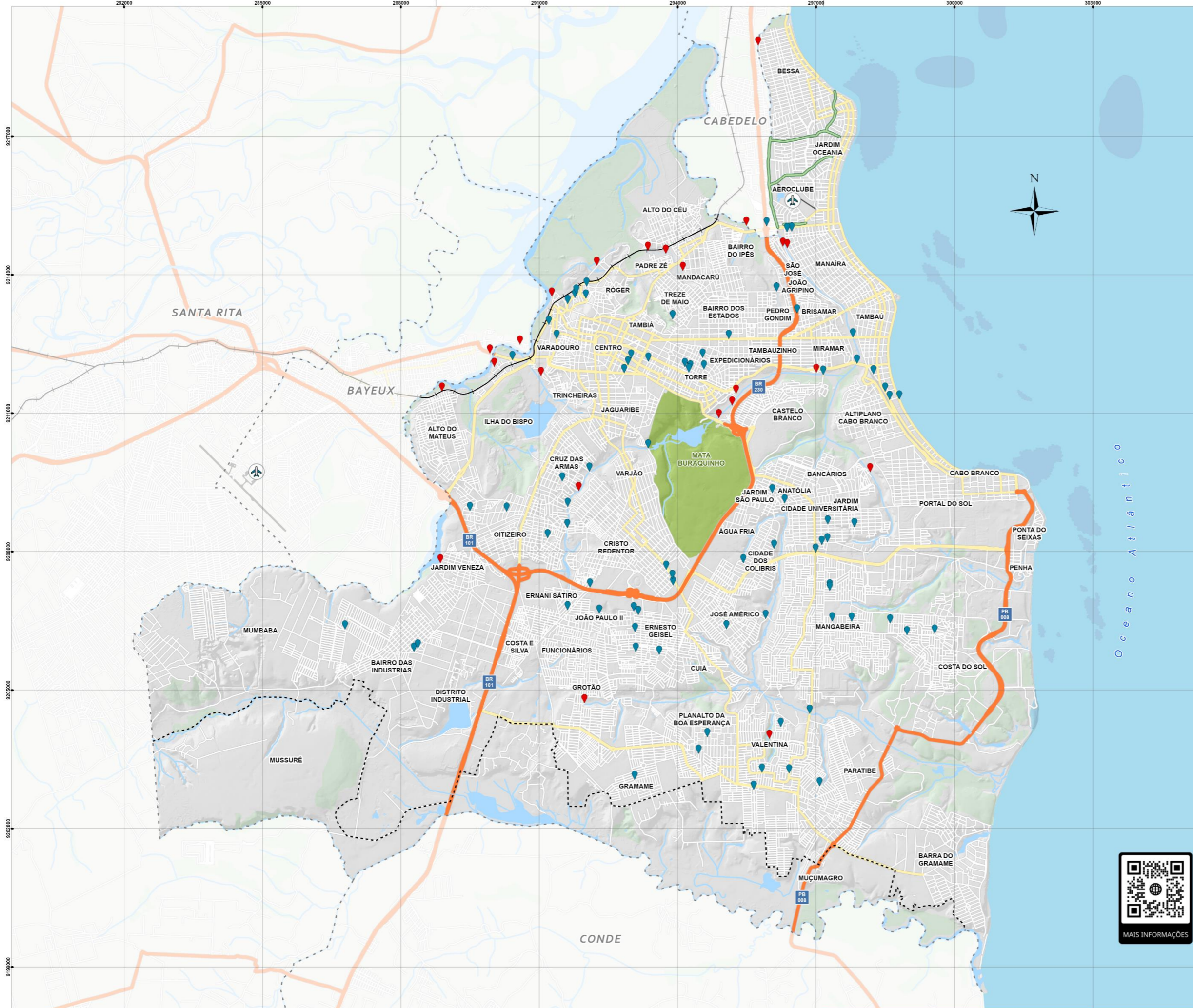
Ponto	Logradouro	Bairro	Causas Prováveis	Observações
47	BR 230 c/ Flávio Ribeiro Coutinho, alça do viaduto sentido Cabedêlo	Jd. Oceania	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
48	Rua da Candelária	Manaíra	Raízes na tubulação	Falta de equipamento para execução
49	Carmelo Ruffo Filho	Mangabeira VII	Falta de drenagem	Elaborar projeto
50	Cidade Verde	Mangabeira	Falta de drenagem	Em execução
51	Dom Manoel Paiva – Giradouro da Santa Catarina	Mandacaru	Sub-dimensionamento	Redimensionamento
52	Félix Cahino	Paratibe	Drenagem insuficiente	Complementação de projetos de drenagem
53	Bancário Francisco Mendes	Pedro Gondim	Falta complementar	Elaborar projeto
54	Barão de Mamanguape – Ref.: Mercado da Torre – CIAN	Torre	Sub-dimensionamento	Novo projeto
55	Borja Peregrino c/ Quintino Bocaiúva	Torre	Sub-dimensionamento	Novo projeto
56	Caetano Filgueiras – Ref.: Mercado	Torre	Sub-dimensionamento	Novo projeto
57	Carneiro da Cunha – Ref.: Mercado	Torre	Sub-dimensionamento	Novo projeto
58	Epitácio Pessoa – Ref.: Colégio Lurdinas	Torre	Falta de captação	No mínimo, 12(doze) captações
59	Feliciano Dourado – Ref.: Mercado	Torre	Sub-dimensionamento	Novo projeto
60	Juarez Távora c/ Santa Júlia	Torre	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
61	Pedro II c/ Maximiano de Figueirêdo	Torre	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
62	Rui Barbosa c/ Manoel Deodato	Torre	Sub-dimensionamento	Elaborar novo projeto
63	Comunidade Frei Damião	Valentina de Figueirêdo	Falta de drenagem	Projeto de drenagem e pavimentação
64	Inspetora Emília de Mendonça	Valentina de Figueirêdo	Obstrução/Lixo	Limpeza e projeto de pavimentação
65	Rua Do Jarro	Valentina de Figueirêdo	Alagamento ao final	Elaborar projeto de drenagem
66	Belém	Boa Esperança/Valentina	Alagamento na extensão	Projetos de drenagem e pavimentação
67	Rosalva Nepomuceno	Boa Esperança/Valentina	Alagamento na extensão	Projeto existente – Falta execução
68	Epitácio Pessoa – Ponte	Miramar	Insuficiência	Projeto da ponte
69	Esperança c/ Franca Filho	Manaíra	Raízes na tubulação	Falta equipamento para execução
70	Feirinha de Mangabeira	Mangabeira	Falta de drenagem	Elaborar projeto
71	Brasilino Alves da Nóbrega	Valentina de Figueirêdo	Insuficiência	Dragagem do rio

Ponto	Logradouro	Bairro	Causas Prováveis	Observações
72	Diversas ruas do Colinas do Sul II	Gramamá	Alagamento	Elaborar novo projeto de drenagem
73	Elpídio Alves da Cruz – Ref.: Oficina São Pedro	Varadouro	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
74	Terminal de Estação Ferroviária – Praça Olavo Bilac	Varadouro	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
75	Maciel Pinheiro c/ Duarte Lima – Ref.: Casa do Artesão	Varadouro	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
76	Rejane Freire	Jd. Cid. Universitária	Falta de drenagem	Existe projeto p/ redimensionamento
77	Sérgio Dantas	Jaguaribe	Falta de drenagem	Em execução
78	Lopo Garro c/ Travessa São Félix	Ilha do Bispo	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
79	Quintino Bocaiúva c/ Borja Peregrino – Ref.: DER	Centro	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
80	Josefa Andrade de Souza	Mangabeira VII	Projeto de drenagem	Elaborar projeto
81	BR 230 – Ref.: Hospital de Trauma, via paralela em frente (canaletas a céu aberto)	Brisamar	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
82	Avenida Pombal	Manaíra	Raízes na tubulação	Falta equipamento para execução
83	Avenida Pombal c/ Geraldo Costa	Manaíra	Seccionamento da rede	Novo projeto do trecho
84	Edvaldo B. Cavalcanti Pinto (Rua Da Mata) c/ Tabelião Antônio Carneiro	Cabo Branco	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
85	Mariângela Peixoto de Lucena c/ Francisco Alves Rodrigues	Valentina de Figueirêdo	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
86	Comunitário Severino Gonçalves de Almeida	Mangabeira VI	Alagamento na extensão	Limpeza geral de toda rede e elaboração de projeto de pavimentação das ruas transversais
87	Otília Ferreira de Lima	Mangabeira VI	Alagamento na extensão	Limpeza geral de toda rede e elabora de projeto de pavimentação da via
88	Ciro Tróccoli c/ José Elias de França – Ref.: Supermercado Bem Mais	Colibris/José Américo	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
89	Aposentada Maria do Carmo Guedes de Lima – Ref.: N° 161	Colibris/José Américo	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
90	Lourenço César c/ Terezinha Ferreira	Esplanada	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto

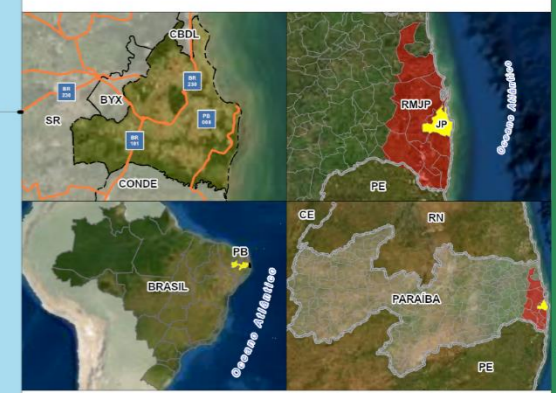
Ponto	Logradouro	Bairro	Causas Prováveis	Observações
	Lima – TSUNAMI URBANA			
91	Waldemar Galdino Naziazeno – Ref.: Muro da antiga CITEX	Ernesto Geisel	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
92	Waldemar Galdino Naziazeno – Ref.: Supermercado Cestão	Ernesto Geisel	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
93	Waldemar Galdino Naziazeno – Ref.: Residencial Belmont	Ernesto Geisel	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
94	Vicente Costa c/ Eduardo Prado – Ref.: Igreja Batista Regular	Ernesto Geisel	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
95	Félix Antônio c/ João Galdino da Silva – Rio Jaguaribe (Bueiro)	Cruz das Armas/Cristo	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
96	Deputado José Tavares – Rio Jaguaribe(Bueiro)	Cruz das Armas/Cristo	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
97	José Gomes da Silva c/ Xavier Júnior – Rio Jaguaribe (Bueiro)	Cruz das Armas/Cristo	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
98	São Geraldo c/ Antônio Silva Melo – Rio Jaguaribe (Bueiro)	Cruz das Armas/Cristo	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
99	Walfrêdo Macêdo Brandão c/ Hilton Souto Maior – Ref.: CEHAP	Mangabeira	Sub-dimensionamento	Elaborar projeto
100	Tito Silva	Miramar	Insuficiência	Dragagem do rio
101	Avenida Cabo Branco em frente ao Parque Cabo Branco	Cabo Branco	Sub-dimensionamento	Elaborar Projeto

Fonte: Defesa Civil de João Pessoa (2020)

Na sequência é apresentado o Mapa 22, com os principais pontos de alagamento, problemas na rede de drenagem e comunidades em área de risco, conforme mapeamento da Defesa Civil de João Pessoa.



- CONVENÇÕES:**
- Aeroportos
 - Comunidades em Áreas de Risco
 - Pontos Suscetíveis a Alagamentos
 - Canais Urbanos Assoreados
 - Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limites Municipais
 - Limite do Perímetro Urbano
 - Rodovias
 - Vias Principais
 - Vias
 - Corais Oceano
 - Massa D'água
 - Mata Buraquinho
 - Remanescentes Florestais



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 DIGEOC [2021] | IBGE [2010,2020]
 AESA [2020] | MAPBIOMAS [2019]

DATA: setembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:

9.6 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

9.6.1 ENERGIA ELÉTRICA

A matriz energética de João Pessoa apresenta origem hidrelétrica, mas também conta com o uso das térmicas em tempos de escassez no fornecimento. Além disso, cerca de 2,10% dos domicílios apresentam ligação autorizada à rede de fornecimento de gás natural, de acordo com a Companhia Paraibana de Gás (PBGÁS). Para esse fornecimento o município conta com 163 km de dutos (ICES, 2014).

O consumo de energia elétrica em João Pessoa, no ano de 2013, correspondeu a 1.649 GWh (Tabela 57), configurando o município como o de maior economia no Estado da Paraíba.

Tabela 57: Consumo de Energia Elétrica nos Municípios com maior economia do Estado da Paraíba

Municípios	Mesorregião	PIB 2011 (R\$ 1000)	População 2013	Consumo Energia Elétrica 2013 (GWh)
1 João Pessoa	Mata Paraibana	10.107.596	723.515	1.649
2 Campina Grande	Agreste Paraibano	5.339.761	385.213	399
3 Cabedelo	Mata Paraibana	2.801.675	57.944	129
4 Santa Rita	Mata Paraibana	1.402.812	120.310	196
5 Bayeux	Mata Paraibana	836.191	99.716	75
6 Patos	Sertão Paraibano	768.110	100.674	120
7 Sousa	Sertão Paraibano	629.597	65.803	91
8 Cajazeiras	Sertão Paraibano	531.715	58.446	77
9 Guarabira	Agreste Paraibano	490.084	55.326	86
10 Conde	Mata Paraibana	406.872	21.400	103
Total 10 maiores		23.314.413	1.688.347	2.926
Paraíba		35.443.832	3.914.421	4.605
Brasil		4.143.000.000	201.032.714	516.418

Fonte: AESA, ANEEL, APE, IBGE, IDEME apud ATLAS EÓLICO PARAÍBA (2016), adaptada pelo Consórcio PDMJP (2021)

Em relação à geração de energia térmica, o município de João Pessoa conta com a operação de duas usinas termelétricas, denominadas Termoparaíba e Termonordeste, ambas controladas pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e integrantes do projeto Centrais Hidrelétricas da Paraíba S.A. (EPASA). Ainda, possuem contratos

firmados para a geração de energia com autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) até 2024 (IDOM – COBRAPE, 2014).

As duas termelétricas operam em conjunto, sendo consideradas, juntas, a maior termoelétrica por motores a óleo de combustível do mundo, com um terreno de 800 mil m², potência instalada de 342 MW (171MW cada) e com 40 unidades motogeradoras-chave. A energia gerada é suficiente para atender uma população de 980 mil habitantes (EPASA, 2021).

9.6.2 ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A iluminação pública do município de João Pessoa deixou de ser responsabilidade da Energisa desde 2015 e passou a ser da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Desde então, a responsável pela iluminação pública é a Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINFRA) (PORTAL CORREIO, 2020).

A SEINFRA é responsável tanto pela manutenção da iluminação pública convencional quanto pela ornamental. A iluminação pública refere-se aos serviços que têm o intuito de fornecer luz ou claridade artificial aos logradouros públicos no período noturno ou nos escurecimentos diurnos ocasionais (ABNT, 2012), enquanto a iluminação ornamental é instalada em áreas abertas destinadas ao lazer ou de circulação “exclusiva de pedestres e ciclistas, tais como praças, pistas de caminhada, calçadões, ciclovias, vielas, passeios, academias ao ar livre e áreas verdes. Pode ser usada ainda em viadutos, pontes, túneis passarelas e monumentos” (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2020).

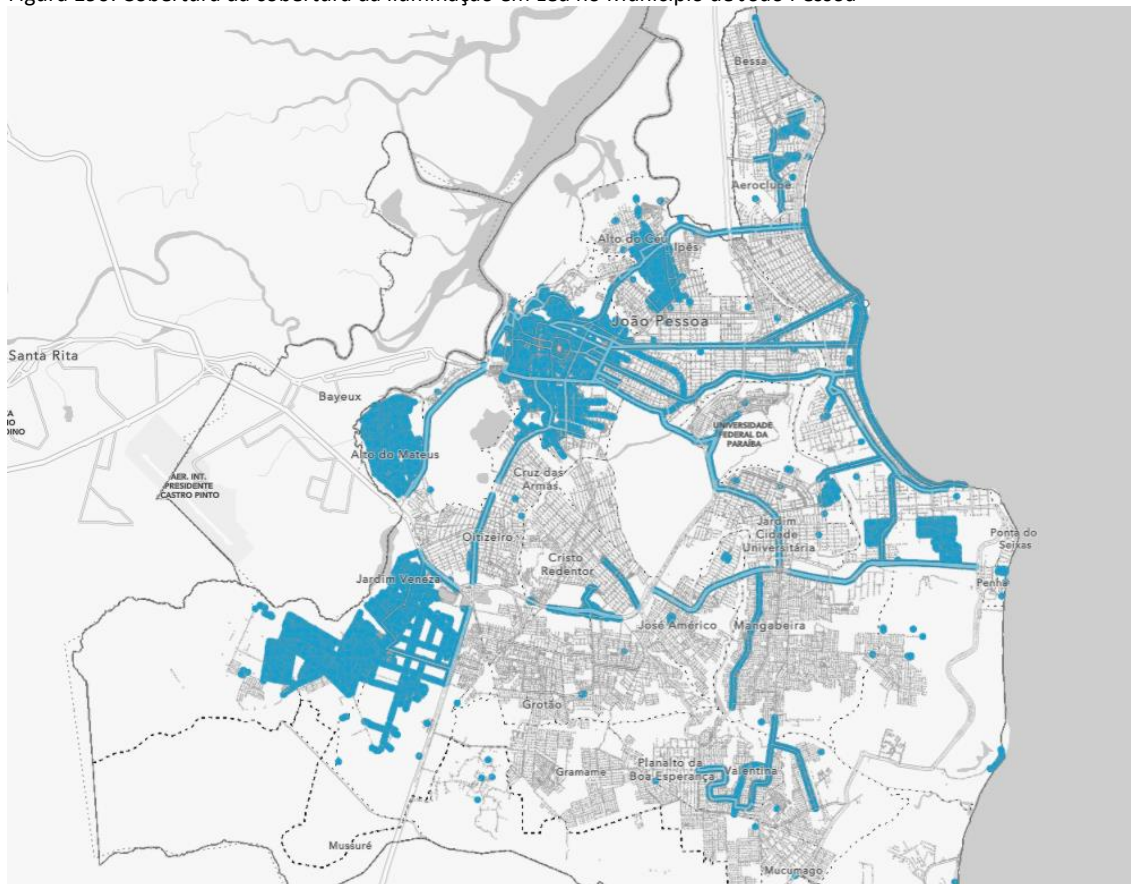
Conforme o mapeamento fornecido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (2021), atualmente existem cerca de 73.319 pontos de iluminação, e sua responsabilidade de manutenção cabe à SEINFRA.

Em 2021, até o mês de fevereiro, a Secretaria atendeu a 2.217 demandas de moradores de 63 bairros da Capital. Dentre os bairros beneficiados com os trabalhos de manutenção do parque de iluminação pública estão Mangabeira (com serviços executados em 202 ruas), Gramame (163 ruas), Cristo Redentor (109 ruas), Torre (50 ruas), Valentina Figueiredo (82 ruas), Jardim Cidade Universitária (53 ruas), Manaíra (51 ruas) e Centro (44 ruas) (PMJP, 2021).

Visando a modernização da iluminação pública, recuperação de espaços, fomento ao turismo, a economia e melhoria da segurança pública, a Prefeitura de João Pessoa implantou o Programa LED nas Ruas. Até dezembro de 2020, o programa propiciou a substituição de 15.331 pontos de iluminação. Dentre as áreas que receberam essa melhoria, estão incluídas: Alto do Mateus, Mandacaru, Alto do Céu, Cidade Verde, Bairro das Indústrias, Distrito Industrial, Jardim Veneza, Costa e Silva, Oitizeiro, Jardim Planalto, Bairro dos Novaes e o Centro Histórico (PMJP, 2021).

No mapeamento fornecido pela Prefeitura (Figura 190), pode-se observar que a iluminação em LED se concentra na região sudoeste, nos Bairros da Indústria e Distrito Industrial, na região dos Bairros Alto do Mateus e Alto do Céu/Mandacaru e na região do Centro Histórico. Também pode-se observar que os principais eixos viários já contam com esse sistema de iluminação mais eficiente, assim como a Orla nos Bairros Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa.

Figura 190: Cobertura da cobertura da iluminação em Led no Município de João Pessoa



Fonte: Consórcio PDMJP (2021), a partir de dados da PMJP (2021)

A iluminação pública é um aspecto importante para a segurança pública e é considerada um dos indicadores para a desordem física. Ela é responsável por proporcionar a sensação de bem-estar e segurança à população. Os indicadores de desordem física (presença de carros, casas, prédios, comércios abandonados, lixo nas ruas, indicativos de vandalismo, iluminação pública deficiente, dentre outros) nem sempre são considerados problemas da polícia, mas entendidos como problemas do Poder Público Municipal (SILVA, 2018).

Segundo Carneiro (2012) apud Silva (2018), a desordem física resulta em impactos negativos à economia municipal e aos usos dos espaços públicos, pois essa desordem propicia uma maior incidência de crimes, “uma vez que as áreas degradadas e pouco frequentadas tendem a ser negligenciadas pelo Poder Público assim como pela comunidade, tornando a atuação criminosa menos visível e menos suscetível ao controle social” (SILVA, 2018).

9.7 MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

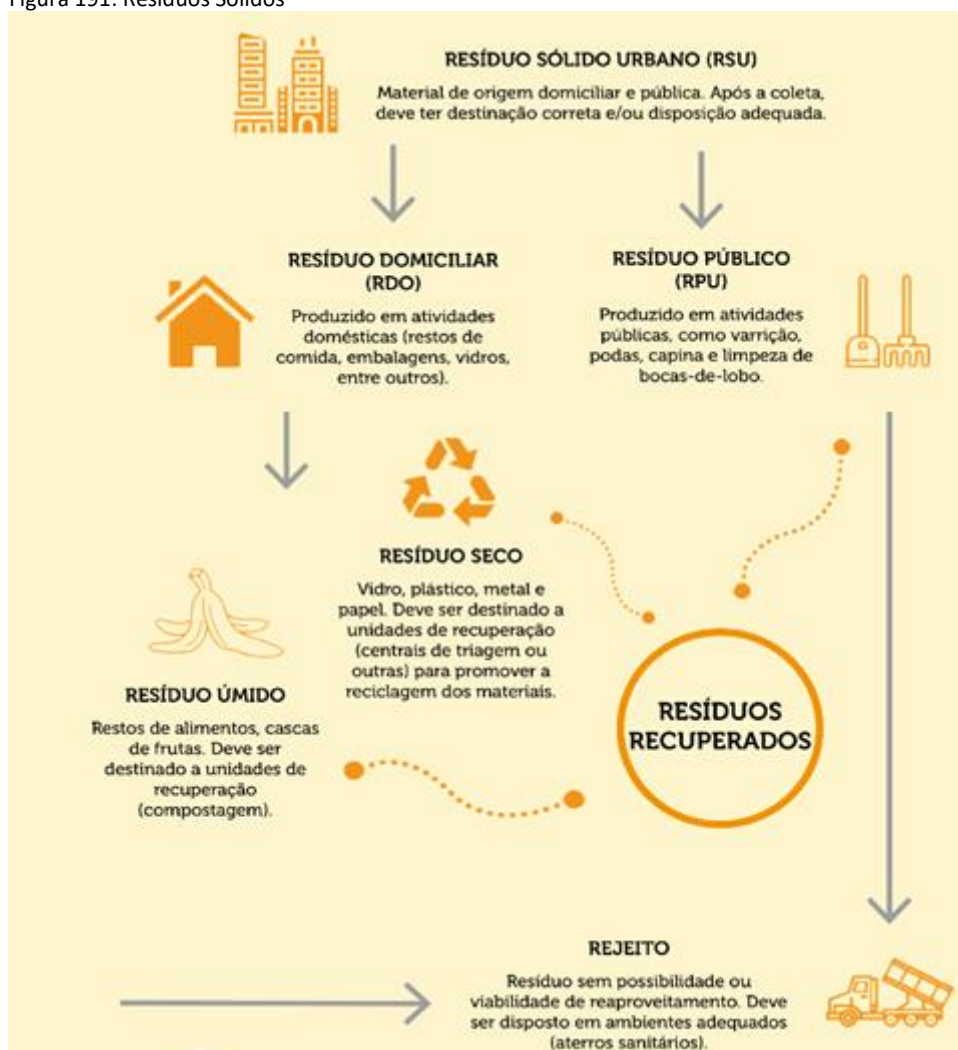
A destinação inadequada dos resíduos sólidos pode resultar em efeitos socioambientais adversos como a degradação e contaminação do solo, poluição das águas, problemas de saúde pública decorrente da proliferação de vetores de doenças, potencialização dos efeitos de enchentes nos centros urbanos, entre outros. Em decorrência dos avanços da sociedade, da produção e consumo em larga escala, houve um aumento expressivo do descarte de materiais no meio ambiente, sendo necessário adotar medidas, como a implantação de políticas públicas adequadas visando garantir a destinação adequada dos resíduos sólidos.

Nesse contexto, em 2010, instituiu-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS por meio da Lei Federal nº 12.305. A PNRS reúne um conjunto de princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes, visando à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Além disso, a PNRS torna-se um importante instrumento de evolução dos municípios brasileiros, pois exige que estes se adequem às suas diretrizes e busquem a prevenção e a redução da geração de resíduos, através da educação ambiental da população para o estímulo de um consumo mais sustentável (VIEIRA, 2017).

Os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos envolvem atividades de coleta e transporte da produção regular de resíduos sólidos, domiciliares e especiais, destinação final dos resíduos coletados, varrição das vias e logradouros públicos, limpeza de monumentos e equipamentos urbanos e serviços complementares, tais como: capina e/ou roça das praças e canteiros, raspagem e limpeza de bocas de lobo (ICES, 2014).

Resíduo sólido é todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade. A maior parte pode ser reaproveitada ou reciclada quando coletada e manejada de forma adequada. O material sem possibilidade de reaproveitamento (rejeito) deve ser disposto em locais ambientalmente adequados (Figura 191) (SNIS, 2020).

Figura 191: Resíduos Sólidos



Fonte: Do SNIS ao SINISA Informações para planejar o Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (2020).

No município de João Pessoa o órgão responsável pela gestão dos resíduos sólidos é a Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR). O município possui Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), o qual foi elaborado em 2014 e aprovado por meio da Lei Municipal Nº 12.957 de 29 de dezembro de 2014.

De acordo com os dados do SNIS, relativos ao ano de 2019, é realizada a cobrança da população pelos serviços de manejo de resíduos sólidos em João Pessoa, a qual é realizada por meio de boleto específico. No entanto, o valor arrecadado é insuficiente para custear as despesas dos serviços. A receita arrecadada com a taxa de resíduos sólidos pela EMLUR equivale a R\$ 34,80 por habitante, enquanto a despesa *per capita* com o manejo de resíduos sólidos urbanos corresponde a R\$ 130,64. Dessa forma, verifica-se que o índice de autossuficiência financeira dos serviços de manejo de resíduos sólidos do município de João Pessoa é igual a 26,6%.

Conforme informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de João Pessoa, a coleta convencional de resíduos domiciliares é realizada pela EMLUR e por empresas terceirizadas em caráter emergencial. A coleta é realizada por meio de caminhões compactadores e ocorre nos períodos diurno e noturno. Destaca-se que 6% da população reside em locais de difícil acesso devido às ruas estreitas. Nestes locais são disponibilizados contêineres estacionários para a população acondicionar seus resíduos.

Nas últimas décadas, em decorrência do aumento populacional da região percebe-se (Figura 192) o aumento da demanda desses serviços. Em 1990 a coleta anual correspondia a 321.279,00 kg enquanto no ano de 2010, a coleta de resíduos chegou a 431.130,75 kg.

Figura 192: Histórico de resíduos em João Pessoa

ANO	COLETA TOTAL (kg)	LIXO DOMICILIAR / COMERCIAL (kg)
1990	321.279,00	105.688,00
1991	266.239,00	118.799,00
1992	319.789,00	128.964,00
1993	248.156,00	118.180,00
1994	282.596,00	102.216,00
1995	340.410,00	132.916,00
1996	312.540,00	114.909,60
1997	332.592,00	157.773,96
1998	299.081,00	167.676,69
1999	319.607,00	179.235,55
2000	282.791,00	185.449,61
2001	258.129,00	176.444,97
2002	319.933,07	174.011,88
2003	290.730,38	164.037,52
2004	284.309,30	173.053,24
2005	309.227,62	162.047,24
2006	365.859,50	180.003,82
2007	391.221,39	199.830,19
2008	330.273,30	205.117,72
2009	325.951,76	220.141,53
2010	383.577,17	230.186,90
2011	421.897,10	241.558,59
2012	431.130,75	238.357,84

Fonte: EMLUR (2013) apud IDOM-COBRAPE (2014).

Os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) apontam que o índice de atendimento da coleta de resíduos sólidos domiciliares no município corresponde a 100%, sendo que atualmente a coleta ocorre com uma frequência de 2 a 3 vezes por semana para 83,6% da população e 16,4% é atendida pelo serviço diariamente (Tabela 58). Ainda, verifica-se que em 2019 a taxa de coleta de resíduos sólidos em João Pessoa era equivalente a 0,87 kg/hab/dia.

Tabela 58: Informações sobre a coleta de resíduos em João Pessoa

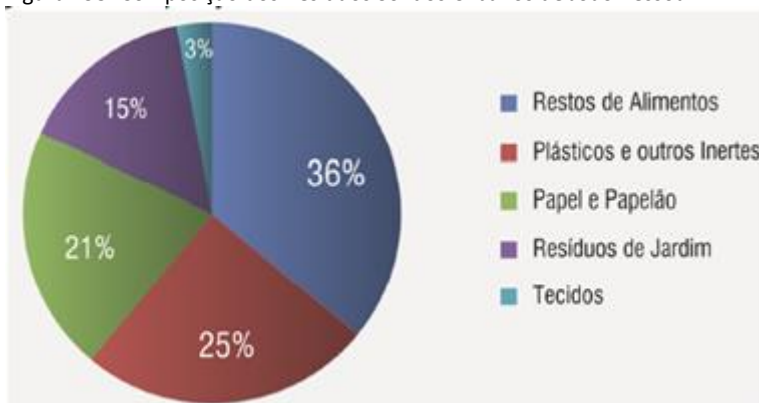
Ano	População urbana atendida	Taxa de cobertura regular do serviço de coleta (%)	Massa coletada per capita (kg/hab/dia)	Percentual da população atendida com frequência diária (%)	Percentual da população atendida com frequência de 2 ou 3 vezes por semana (%)
2003	530.968		1,41	30	70
2005	660.798		1,33	36	64

Ano	População urbana atendida	Taxa de cobertura regular do serviço de coleta (%)	Massa coletada per capita (kg/hab/dia)	Percentual da população atendida com frequência diária (%)	Percentual da população atendida com frequência de 2 ou 3 vezes por semana (%)
2007	674.762		1,97	36	64
2009	660.798	94,1		36	64
2011	730.389	100	1,04	36	64
2013	766.703	99,62	0,87	16,2	83,8
2015	788.452	100	0,94	40	60
2017	808.536	99,94	0,85	16,4	83,6
2019	805.962	100	0,87	16,4	83,6

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos no SNIS

A maior parte do RSU é formada por restos de alimentos, plásticos e outros inertes, papel e papelão, resíduos de jardim e tecidos, conforme demonstra a Figura 193 (IDOM-COBRAPE, 2014). Contudo conforme os dados do SNIS, referentes ao ano de 2019, 43,4% da população é atendida com coleta seletiva e de acordo com ICES (2014), a reciclagem de resíduos sólidos em João Pessoa corresponde a apenas 1% do lixo no município. Sendo assim, este é um dos desafios e uma das linhas de ação da EMLUR, desenvolver ações e projetos para ampliar a coleta seletiva, com a implantação de sistemas de triagem e reciclagem de resíduos.

Figura 193: Composição dos Resíduos Sólidos Urbanos de João Pessoa



Fonte: IDOM – COBRAPE, 2014.

Destaca-se que a implantação de cooperativas de reciclagem, recuperam os materiais como o papel, papelão, madeira e produtos têxteis encontrados no RSU e geram renda e trabalho (IDOM-COBRAPE, 2014). Conforme informações do SNIS, relativas ao ano de 2019, há três associações de catadores de resíduos recicláveis no município. A Tabela 59 seguir, apresenta a denominação de cada associação, a sigla da entidade e o número de catadores que as compõem.

Tabela 59: Associações de catadores existentes no município de João Pessoa

Nome	Sigla	Quantidade de Integrantes
Associação Acordo Verde Jardim Cidade Universitária	Acordo Verde	41
Associação de Catadores de Resíduos de João Pessoa	ASCARE	21
Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável	ASTRAMARE	128

Fonte: Elaboração própria. Dados referentes ao ano de 2019, obtidos no SNIS

Conforme informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de João Pessoa, a coleta seletiva de resíduos recicláveis é realizada porta a porta pelas associações de catadores conveniadas à EMLUR. Atualmente, há cinco núcleos de coleta seletiva e um Centro de Triagem localizado no Aterro Sanitário Metropolitano.

Em relação à reciclagem percebe-se uma sucinta evolução, em 2003, apenas 0,42% dos materiais reciclados eram recuperados, em 2019 essa taxa passou para

4,57%, conforme os dados do SNIS, sendo o papel e o plástico os materiais mais recuperados (Tabela 60).

Tabela 60: Informações sobre a recuperação de materiais recicláveis

Ano	Quantidade total de materiais recicláveis recuperados (Toneladas/ano)	Taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à quantidade total coletada (%)	Papel e papelão recicláveis recuperados	Plásticos recicláveis recuperados	Metais recicláveis recuperados	Vídeos recicláveis recuperados	Outros materiais recicláveis recuperados (exceto pneus e eletrônicos)
2003	1.351,90	0,42	570,5	260,8	262,8	245,3	12,6
2005	2.360,70	0,74	970,2	865,4	354,4	150	20,7
2007	4.122,40	0,85	1.977,80	1.156,50	690,1	160	138
2009	2.387,60		562,5	1.043,60	486,2	215,4	79,9
2011	2.542,00	0,92	890	797	545	274	36
2013	3.805,40	1,56	1.323,10	1.188,60	675,2	203,3	415,2
2015	3.921,00	1,46	1.517,10	1.625,10	445,7	221,7	111,4
2017	3.498,80	1,39	1.493,60	1.566,30	282	31,8	125,1
2019	11.712,20	4,57	4.894,80	4.308,40	1.689,20	457,6	362,2

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos no SNIS

Ainda em relação à coleta de resíduos no município de João Pessoa, de acordo com informações do SNIS, há coleta de resíduos volumosos, de pneus e de eletrônicos e não há coleta de lâmpadas, pilhas e baterias.

Referente à coleta dos Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde - RSS, segundo o SNIS, há coleta diferenciada desses resíduos em João Pessoa, a qual é realizada por uma empresa contratada. Os RSS são destinados a unidades localizadas nos municípios de Recife/PE e Campina Grande/PB. Destaca-se que ainda de acordo com o SNIS, há uma

unidade de tratamento de RSS no município, a qual iniciou a operação no ano de 2019 e é operada por uma empresa privada. A unidade recebeu 689,4 toneladas de RSS em 2019 e o tratamento dos resíduos é realizado por meio de micro-ondas ou autoclave.

Em relação à coleta de Resíduos Sólidos da Construção Civil - RCC, conforme informações do PMGIRS de João Pessoa, a EMLUR realiza a coleta de pequenos volumes por meio de agendamentos. Além disso, destaca-se que há uma Usina de Beneficiamento de RCC no município, a qual é denominada USIBEN, localiza-se no bairro José Américo e é operada pela EMLUR. Conforme informações do SNIS, a USIBEN recebeu em 2019 30.562,6 toneladas de entulhos.

Quanto aos serviços de limpeza urbana realizados em João Pessoa, de acordo com o SNIS, são realizados os serviços de varrição manual, capina e roçada manual e mecanizada, lavagem de vias e praças, poda de árvores, limpeza de feiras e mercados, limpeza de praias, limpeza de bocas de lobo, pintura de meio fio, limpeza de lotes vagos e remoção de animais mortos.

Destaca-se que, conforme informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de João Pessoa, a EMLUR possui equipes que trabalham diariamente, inclusive nos finais de semana, executando os serviços de varrição, capinação, catação, coleta e pintura de meio fio em todas as praias do município. As equipes atuam nos calçadões, nas ciclofaixas, nas faixas de areia, nas avenidas da orla e nas vias do seu entorno. Evidencia-se que na alta estação é registrado um aumento de cerca de 15% na quantidade de resíduos domiciliares coletados nos bairros das praias de João Pessoa e um aumento de aproximadamente 12% na quantidade dos resíduos coletados nas areias e calçadões.

Existe no município de João Pessoa uma unidade de manejo de podas e galhadas, a qual iniciou a sua operação em 2003 e é operada por uma empresa privada. Além de receber os resíduos de podas gerados no município, a unidade também recebe resíduos dos municípios de Conde/PB, Cabedelo/PB, Bayeux/PB e Santa Rita/PB. A Tabela 61, a seguir, exibe as quantidades de resíduos de poda destinados à unidade de podas de João Pessoa, conforme os dados do SNIS relativos a 2019. Verifica-se que ao total foram destinadas 23.300,8 toneladas de resíduos de podas na unidade em 2019.

Tabela 61: Quantidades de resíduos de poda destinados à unidade de podas de João Pessoa

Município	Quantidade de Resíduos de Poda (t/ano)
Bayeux/PB	891,9
Cabedelo/PB	4.909,3
Conde/PB	1.954,8
João Pessoa/PB	16.830,8
Santa Rita/PB	1.714,0
Total	23.300,8

Fonte: Elaboração própria. Dados referentes ao ano de 2019, obtidos no SNIS

Em 2002, o Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa (ASMJP) foi implantado por meio de um consórcio intermunicipal com mais seis municípios circunvizinhos (Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena e Santa Rita), com o objetivo de encerrar as atividades de seis lixões antigos localizados nas cidades de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Conde, Santa Rita, Lucena e Cruz do Espírito Santo (SUDEMA, 2002 apud IDOM-COBRAPÉ, 2014).

O consórcio intermunicipal que realizou a implantação do ASMJP trata-se do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal da Área Metropolitana de João Pessoa (Condiam), o qual foi formalizado em 2002 e tem como objetivo o gerenciamento e a destinação final dos resíduos (ICES, 2014).

O aterro está localizado no município de João Pessoa, na bacia do rio Mumbaba e corresponde a uma área de 100 hectares e está a 19 km do centro comercial do município, com uma vida útil de 25 anos (ICES, 2014). Conforme informações do SNIS, o Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa possui licença ambiental de operação, seu entorno é cercado, sua base impermeabilizada e é realizada a cobertura dos resíduos diariamente. O aterro também possui drenagem e aproveitamento dos gases e há drenagem de águas pluviais. Quanto ao chorume, é realizada a recirculação e a drenagem e o tratamento é feito na própria unidade. Além disso, há vigilância na área e são realizados monitoramentos ambientais.

A Figura 194, a seguir, exibe algumas fotografias do Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa, capturadas pela equipe técnica durante a visita realizada ao município.

Figura 194: Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa.



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Na Tabela 62 apresentada na sequência, é possível verificar as quantidades de resíduos sólidos urbanos destinadas em 2019 ao Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa, conforme os dados do SNIS. Nota-se que além dos resíduos gerados em João Pessoa, a unidade também recebe os resíduos de mais seis municípios, que totalizaram 328.358,1 toneladas de RSU em 2019.

Tabela 62: Quantidades de RSU destinadas ao Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa

Município	Quantidade de RSU (t/ano)
Baía da Traição/PB	119,8
Bayeux/PB	22.865,7
Cabedelo/PB	16.427,6
Conde/PB	8.036,7
João Pessoa/PB	244.426,2
Marcação/PB	5,0
Santa Rita/PB	36.477,1
Total	328.358,1

Fonte: Elaboração própria. Dados referentes ao ano de 2019, obtidos no SNIS

Ressalta-se que de acordo com o SNIS o Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa iniciou a sua operação no ano de 2003, ou seja, já se passaram 18 anos da vida útil do aterro, inicialmente prevista em 25 anos. Sendo assim, é necessário avaliar e planejar as soluções de destinação final de resíduos sólidos que serão adotadas futuramente quando a vida útil do aterro se esgotar.

Destaca-se que em notícia publicada em março de 2021 no site da Prefeitura Municipal de João Pessoa foi divulgado que a Secretaria de Planejamento – SEPLAN e a EMLUR estão acompanhando a elaboração de estudos para verificar a capacidade e a vida útil atual do aterro, além de analisar as possibilidades de expansão.

Nesta notícia consta que atualmente o Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa recebe aproximadamente 2.400 toneladas por dia de resíduos sólidos provenientes do próprio município e de outros nove municípios, são eles: Cabedelo, Conde, Santa Rita, Bayers, Pedras de Fogo, Mamanguape, Marcação, Caaporã e Baía da Traição. Também é relatado que atualmente o aterro atingiu praticamente metade de sua capacidade, com dez células das 29 previstas encerradas devido ao alcance do limite para disposição final de resíduos.

O IDOM – COBRAPE (2014), estima custo de implantação e manutenção de uma infraestrutura de coleta e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos de 7 milhões de dólares e seria necessário adicionar outros 50 milhões de dólares anuais para a coleta e tratamento dos materiais derivados, considerando que cada habitante da Microrregião de João Pessoa gere 300 kg/ano.

Ainda em relação aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos de João Pessoa, é importante mencionar que o município possui o Antigo Lixão Roger, o qual foi encerrado com o início da operação do Aterro Sanitário Metropolitano. Conforme informações do PMGIRS o Antigo Lixão Roger compreende uma área de 17 hectares, operou por mais de 40 anos e é localizado próximo ao centro da cidade, o que pode ocasionar problemas à saúde pública da população. A Figura 195, a seguir, exhibe fotografias atuais da área do Antigo Lixão Roger, as quais foram capturadas durante a visita realizada pela equipe técnica.

Figura 195: Antigo Lixão Roger de João Pessoa.



Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Evidencia-se que em notícia publicada em fevereiro de 2021 no site da Prefeitura Municipal de João Pessoa foi divulgado que a área do Antigo Lixão Roger será transformada em um parque socioambiental pelo Programa Cidade Sustentável, o qual compreende recursos financeiros provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Prefeitura Municipal de João Pessoa. O intuito do projeto do parque socioambiental é criar um espaço para atividades recreativas, esportivas e de educação ambiental e compreenderá a construção de pista de corrida, trilhas

ecológicas, ciclovia, campo de futebol, minicampos de vôlei de areia, futebol society e futevôlei.

a) Principais Problemas Observados

Com base no diagnóstico apresentado, verificou-se que o principal problema relacionado aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do município de João Pessoa é a coleta seletiva de resíduos recicláveis, visto que, conforme os dados do SNIS referentes ao ano de 2019, o índice de atendimento equivale a 43,4% da população urbana. Dessa forma, nota-se que o município ainda está distante de alcançar a universalização dos serviços de coleta seletiva e a necessidade de ampliação é urgente. Evidencia-se que a ampliação da coleta seletiva, além de cumprir as diretrizes da PNRS, também trará benefícios na geração de trabalho e renda para as associações de catadores do município e na ampliação da vida útil do Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa.

Outro problema observado, conforme mencionado no diagnóstico dos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais, é a existência de pontos de descarte inadequado de resíduos sólidos.

Além disso, destaca-se que a arrecadação do município para custear os serviços de manejo de resíduos sólidos é insuficiente, visto que o índice de autossuficiência financeira de João Pessoa corresponde a 26,6%. Sendo assim, também é necessária a reestruturação da tarifa de resíduos sólidos, pois a insuficiência na arrecadação pode comprometer a eficiência e a qualidade dos serviços de manejo de resíduos sólidos prestados à população.

10 FINANÇAS PÚBLICAS E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO

10.1 ÍNDICE CFA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL

Segundo o Conselho Federal de Administração, “lançado em 2016, o Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA) foi criado com o intuito de auxiliar gestores públicos a entender, através de dados consolidados, quais seriam as possíveis oportunidades de melhorias em seu Município.”⁹⁰

“[O] IGM-CFA consiste em uma métrica da governança pública nos municípios brasileiros a partir de três dimensões: Finanças, Gestão e Desempenho. Foi elaborado a partir de dados secundários e considera áreas como saúde, educação, saneamento e meio ambiente, segurança pública, gestão fiscal, transparência, recursos humanos, planejamento e outras.”

Segundo o Conselho Federal de Administração:

“[o IGM-CFA] se destaca e se diferencia de todos os demais índices já utilizados no contexto brasileiro para mensuração da performance municipal uma vez que contempla uma visão mais ampliada sobre as dimensões da governança pública, e em especial, sobre a relação entre as dimensões fiscal, gestão e desempenho.”

A metodologia de construção do IGM-CFA seguiu os seguintes passos:⁹¹

1. Seleção dos Indicadores: Através de análise estatística e consulta bibliográfica, foram definidos os indicadores que iriam compor o índice bem como suas variáveis.

⁹⁰ As informações relativas ao IGM-CFA encontram-se disponíveis no sítio: <https://igm.cfa.org.br/o-que-e>

⁹¹ As informações encontram-se disponíveis no sítio: <https://igm.cfa.org.br/metodologia>

2. Extração dos Dados: Os dados foram extraídos de bases secundárias (DATASUS, IBGE etc.) e receberam tratamento de limpeza e ajustes nas chaves primárias (geralmente utilizando o código IBGE) com intuito de relacionar as diversas tabelas.
3. Definição dos Grupos: Os grupos foram criados com base em duas variáveis: População e PIB per capita. Os cortes da população foram baseados na metodologia do IBGE; já os cortes do PIB per capita foram criados com base no conceito de mediana. Os agrupamentos ficaram da seguinte forma:

Quadro 19: IGM-CFA: agrupamentos de municípios

	Habitantes	Pib per capita
Grupo 1	Até 20.000	Até R\$ 15.600,00
Grupo 2	Até 20.000	Acima de R\$ 15.600,00
Grupo 3	De 20.000 até 50.000	Até R\$ 15.463,00
Grupo 4	De 20.000 até 50.000	Acima de R\$ 15.463,00
Grupo 5	De 50.000 até 100.000	Até R\$ 21.650,00
Grupo 6	De 50.000 até 100.000	Acima R\$ 21.650,00
Grupo 7	Acima de 100.000	Até R\$ 28.636,00
Grupo 8	Acima de 100.000	Acima R\$ 28.636,00

Fonte: CFA (2021)

4. Definição das Metas: As metas foram criadas considerando o nono ou segundo decil, variando conforme a polaridade do dado (alguns dados têm polaridade “maior-melhor” e outros “menor-melhor”). Logo, a meta é calculada utilizando-se a fórmula estatística do decil, sendo que para os dados com polaridade “maior-melhor” a meta será a nota em que noventa por cento dos municípios estão abaixo. Na polaridade “menor-melhor” o conceito é o oposto.
5. Verificação de *Outliers*: O termo *outlier* é uma palavra com origem na língua inglesa que é utilizada para identificar valores ou observações que são muito diferentes das demais. Uma boa forma de definirmos esse termo é usando a expressão “ponto fora da curva”. A metodologia utilizada para este fim no IGM/CFA foi o cálculo do intervalo interquartil. Logo, a nota das variáveis do IGM/CFA foi calculada retirando-se os municípios considerados *outliers*. Todavia, tais municípios (*outliers*) não foram retirados do índice. Para aqueles que foram retirados por terem resultados extremamente positivos, foi dada nota dez. Para aqueles que foram retirados por terem resultados

extremamente negativos, foi dada nota zero. Tal metodologia se mostra justa, uma vez que reduz as distorções das notas e não penaliza aqueles com bom resultado.

- Cálculo da Nota: A fórmula da nota foi concebida para que avaliasse a distância do resultado que o município alcançou em relação à meta. Assim, quanto mais longe da meta, pior a nota da cidade avaliada (essa nota vai de zero a dez). A nota foi obtida por meio da seguinte fórmula:

$$\left(1 - \left(\frac{\text{Meta-Dado Bruto}}{\text{Meta-Pior Dado Bruto}}\right)\right) * 10$$

6. Cálculo dos Indicadores, Dimensões e Nota Geral: Uma vez com a nota das variáveis em mãos, calculam-se as notas médias de tais variáveis que compõem o referido indicador. Depois, uma média dos indicadores que compõem a referida dimensão. E a média das três dimensões gera a nota geral do IGM/CFA.

A estrutura do IGM/CFA é baseada em uma hierarquia *bottom-up*, na qual constam os dados brutos como variáveis, cuja média serve de base para a criação dos Indicadores. As médias dos indicadores criam as Dimensões e a média das dimensões criam a nota geral do IGM/CFA.

Figura 196: Hierarquia do IGM/CFA



Fonte: CFA (2021)

Para cada dimensão, a fonte dos dados, data de extração e o conceito de cada indicador, bem como de suas variáveis, podem ser observadas no ANEXO I.

Os indicadores relativos à dimensão Finanças⁹² e Desempenho cobre variáveis relevantes nas áreas de Saúde, Educação, Segurança, Saneamento e Vulnerabilidade Social. Isso amplia as possibilidades e facilidades de análises relativas a esses domínios de políticas: o “social”.

João Pessoa é um município do Grupo 7, com uma população (809.015 pessoas) e um PIB per capita de R\$ 24.319,82. Nesse ano, o IGM do município alcançou 6,49, valor relativamente expressivo em comparação ao melhor resultado do Grupo (8,03), que conta com 161 municípios. No ranking desses municípios, João Pessoa se localiza na 47ª posição. O IGM do município cresceu no período 2018-2020.

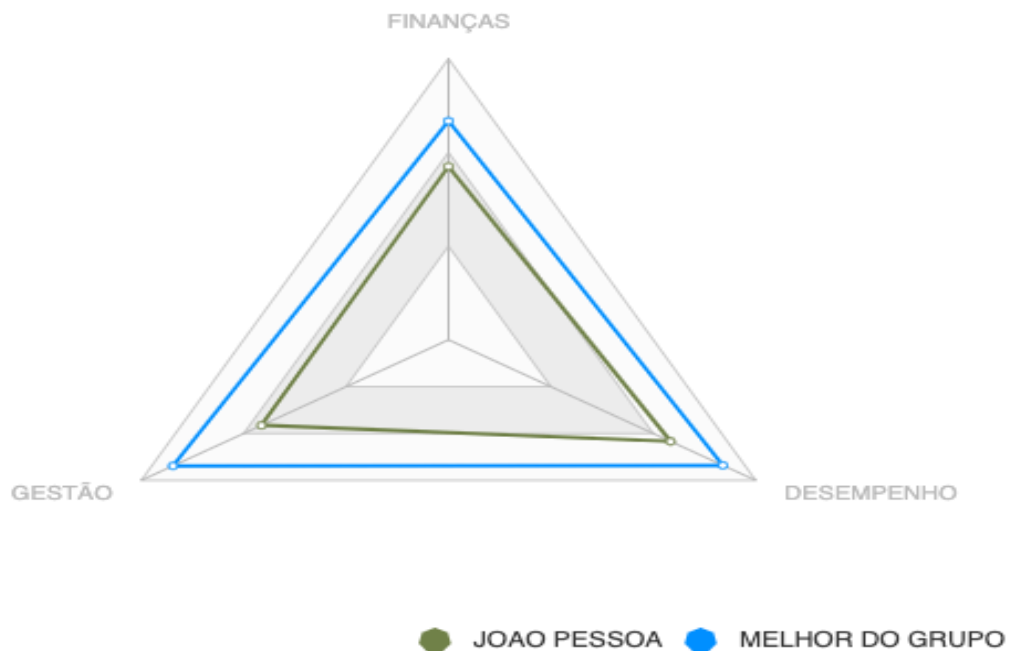
Gráfico 19: Comparativo do IGM-CFA - João Pessoa e o melhor do grupo



Fonte: CFA (2021)

⁹² Variável: Investimento per capita (Educação / Saúde).

Figura 197: Dimensões que compõe o IGM/CFA – João Pessoa e o melhor do grupo



Fonte: CFA (2021)

Em 2020, os IGM Finanças, Gestão e Desempenho relativo à João Pessoa alcançaram os seguintes valores: 6,17; 6,09; e 7,23, respectivamente. Os valores dos índices relativos às variáveis de cada uma dessas dimensões podem ser observados nas Figuras 20, 21 e 22.⁹³

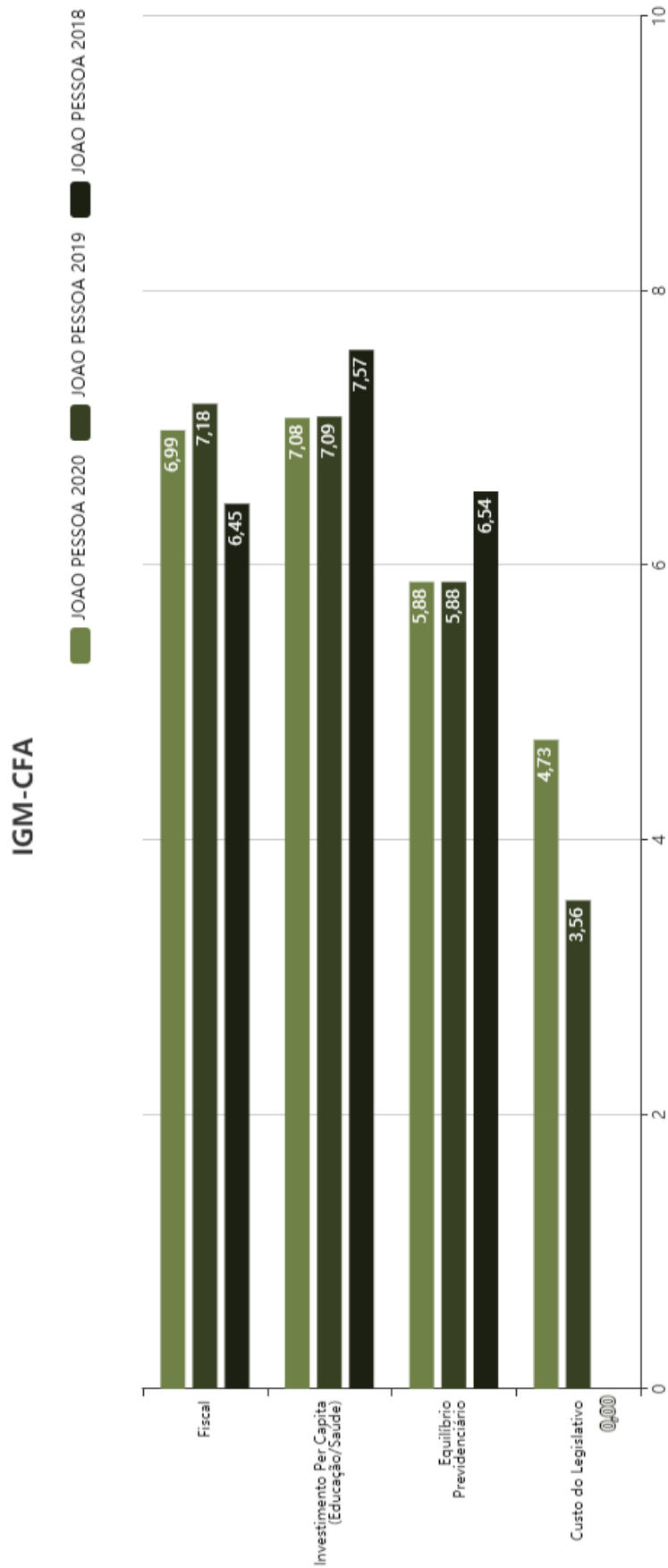
⁹³ Esses gráficos são interativos e encontram-se disponíveis nos sítios:

<https://igm.cfa.org.br/dimensao/MjgwMjA=/MS5wbmc=>

<https://igm.cfa.org.br/dimensao/MjgwMjA=/Mi5wbmc=> e

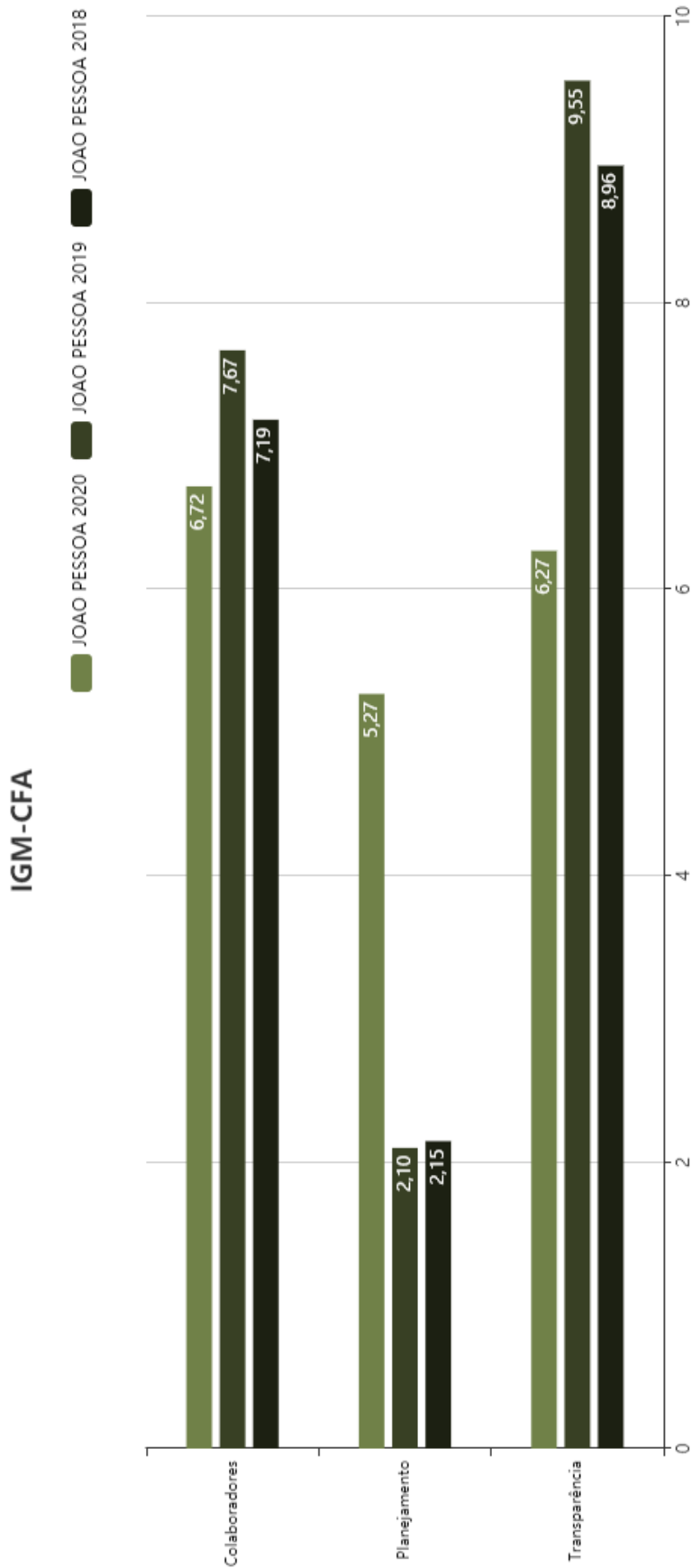
<https://igm.cfa.org.br/dimensao/MjgwMjA=/My5wbmc=>

Gráfico 20: IGM – Dimensão Finanças



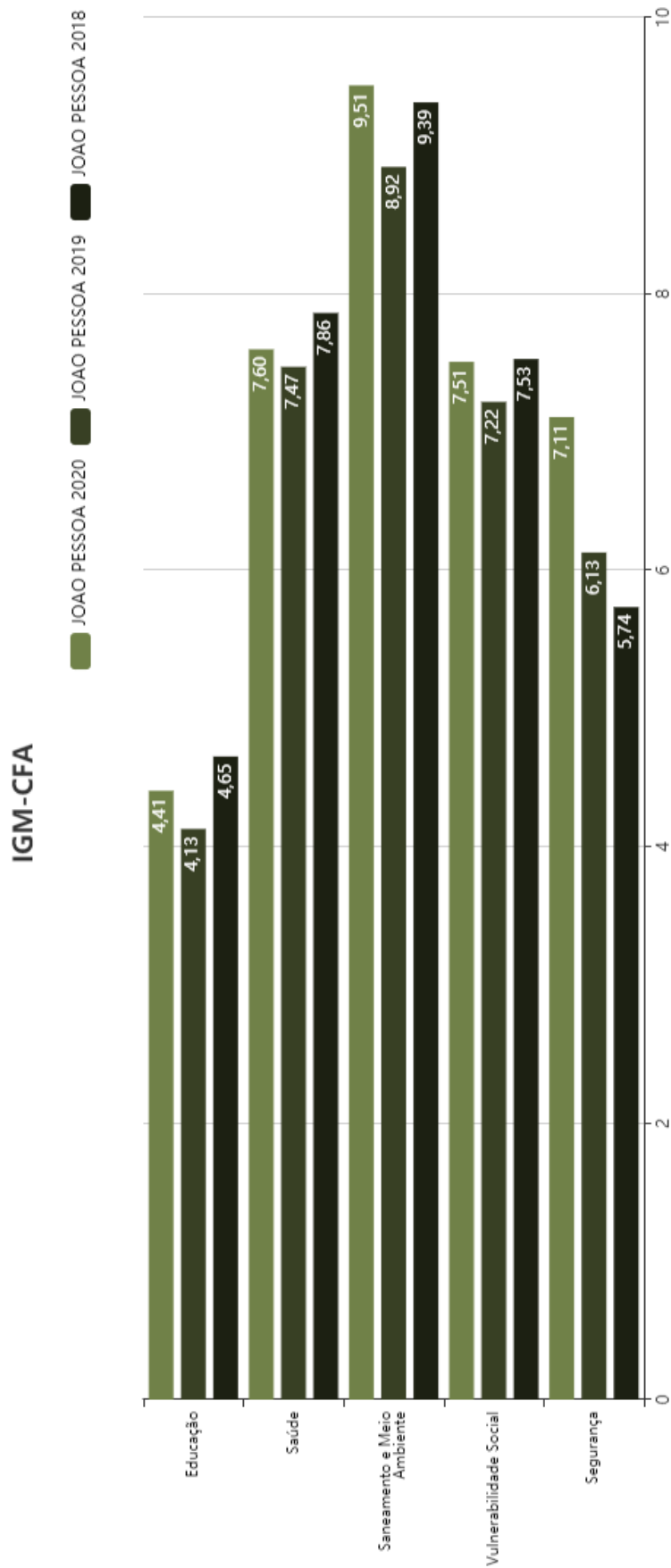
Fonte: CFA (2021)

Gráfico 21: IGM – Dimensão Gestão



Fonte: CFA (2021)

Gráfico 22: IGM – Dimensão Desempenho



Fonte: CFA (2021)

Com base nas dimensões e indicadores apresentados por esses gráficos, é possível identificar que os principais gargalos do município de João Pessoa são os seguintes:

- Dimensão Finanças: Custo do Legislativo, dado pelo gasto per capita do legislativo. Mede o gasto com legislativo (despesas empenhadas na conta do legislativo) dividido pela população.⁹⁴
- Dimensão Gestão: Planejamento. Esse indicador se refere às seguintes variáveis:⁹⁵
 - Planejamento da despesa: mensura a adequação do planejamento de despesas do município. Avalia o valor de restos a pagar não processados (RPNP) (despesas orçamentárias no total geral da despesa de inscrição de RPNP) dividido pela despesa total do município (despesas orçamentárias na total geral de despesas empenhadas).
 - Captação de recursos: Avalia a capacidade de captação de recursos do município dada pelo valor de recursos captados em convênio dividido pela receita corrente total do município.
 - Lei geral MPE: Mede a implementação da Lei Geral de incentivo a Micro e Pequenas Empresas (MPE) no município.
- Dimensão Desempenho: Educação. Esse indicador se refere às seguintes variáveis:⁹⁶
- Abandono escolar: Indica a porcentagem de alunos que deixam de frequentar a escola, ou seja, a razão entre a quantidade de abandono e o total das matrículas efetuadas no ano, multiplicada por 100, em escolas públicas municipais rurais e urbanas.
- IDEB 5º ano: Mede a qualidade e aprendizado do ensino fundamental dos anos iniciais (1º ao 5º ano) dada pelo resultado da rede pública de ensino dos anos iniciais no IDEB.

⁹⁴ Ver Tabela Metodologia - Finanças no Anexo I.

⁹⁵ Ver Tabela Metodologia - Gestão no Anexo I.

⁹⁶ Ver Tabela Metodologia - Desempenho no Anexo I.

- IDEB 9º ano: Mede a qualidade e aprendizado do ensino fundamental dos anos finais (6º ao 9º ano) dada pelo resultado da rede pública de ensino dos anos finais no IDEB.
- Taxa de distorção idade-série: Mede o aprendizado dos alunos da rede municipal dada pela proporção de alunos nos anos iniciais do ensino fundamental com mais de 2 anos de atraso em escolas públicas municipais rurais e urbanas.
- Cobertura Creche: Avalia a cobertura de creche em relação às crianças de 0 a 3 anos. A taxa de cobertura em creches é calculada pela razão entre o número de matrículas e a população correspondente à faixa etária entre 0 e 3.

10.2 CAPACIDADE DE PAGAMENTO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Segundo a Portaria Nº 501, de 24/11/ 2017, a classificação da Capacidade de Pagamento (CAPAG) dos municípios pleiteantes de garantia ou aval da União é determinada com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros: a) Endividamento; b) Poupança Corrente; e c) Liquidez.

Esses indicadores são calculados a partir das informações disponibilizadas pelo município no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), com base nas seguintes definições:

- I. Endividamento (DC) = Dívida Consolidada Bruta/ Receita Corrente Líquida.
- II. Poupança Corrente (PC) = Despesa Corrente / Receita Corrente Ajustada.
- III. Liquidez (IL) = Obrigações Financeiras / Disponibilidade de Caixa Bruta.

A cada indicador é atribuída uma qualificação (A, B ou C) que representa a classificação parcial do município no respectivo indicador, conforme o enquadramento nas faixas de valores apresentadas no Quadro 20.

Quadro 20: Faixas de qualificação dos indicadores econômico-financeiros referentes à CAPAG dos municípios pleiteantes de garantia ou aval da União

Indicador	Sigla	Faixas de valores	Classificação Parcial
Endividamento	DC	DC < 60%	A
		60% ≤ DC < 150%	B
		DC ≥ 150%	C
Poupança corrente	PC	PC < 90%	A
		90% ≤ PC < 95%	B
		PC ≥ 95%	C
Liquidez	IL	IL < 1	A
		IL ≥ 1	C

Fonte: Ministério da Fazenda (Portaria nº 501, de 24/11/ 2017)

A classificação final da capacidade de pagamento do município é determinada a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores, conforme os critérios discriminados no Quadro 21.

Quadro 21: Qualificação final dos indicadores econômico-financeiros referentes à CAPAG dos municípios pleiteantes de garantia ou aval da União

Classificação parcial do indicador			Classificação final da capacidade de pagamento
Endividamento	Poupança corrente	Liquidez	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais combinações de classificações parciais			C

Fonte: Ministério da Fazenda (Portaria nº 501, de 24/11/ 2017)

Nesse contexto, a classificação parcial dos indicadores relativos ao município de João Pessoa, conforme divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, é a seguinte:⁹⁷

⁹⁷ Informações disponíveis no sítio:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag> Consulta realizada em 05/07/2021.

- Indicador I (Endividamento): Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida = A (18,88%).
- Indicador II (Poupança Corrente): Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada = A (88,87%).⁹⁸
- Indicador III (Liquidez): Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa = A (2,02%).⁹⁹

Dada a classificação parcial desses indicadores e os critérios estabelecidos no Quadro 21, a classificação final de Capacidade de Pagamento do município de João Pessoa alcançou um conceito A, indicando que o município atende a um dos requisitos necessários à garantia ou aval da União em suas operações de crédito.

No que se refere à situação fiscal do município de João Pessoa frente ao conjunto desses requisitos, a Secretaria do Tesouro Nacional fornece adicionalmente as seguintes informações:¹⁰⁰

⁹⁸ “Receita Corrente Ajustada - somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes (inclusive os recursos recebidos do FUNDEB) e outras receitas também correntes, consideradas as receitas intraorçamentárias e os recursos repassados aos Municípios e desconsideradas as restituições de receitas, os pagamentos para formação do FUNDEB e outras deduções de receitas correntes.” Informações disponíveis em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/56128201/do1-2018-12-20-portaria-n-882-de-18-de-dezembro-de-2018-56128189

⁹⁹ “Disponibilidade de Caixa Bruta - ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Serão considerados apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.” Informação Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/56128201/do1-2018-12-20-portaria-n-882-de-18-de-dezembro-de-2018-56128189

¹⁰⁰ Informações disponíveis no sítio:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>

- O Município se encontra em situação de regularidade relativa à adimplência financeira em empréstimos e financiamentos concedidos pela União.
- O Município cumpre com a aplicação mínima de recursos em saúde, mas não em educação.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o município se encontra no limite de alerta no que se refere à relação Despesa Total com Pessoal / Receita Corrente Líquida (50,86%).

As informações disponíveis no sistema CAPAG, em 24/01/2020, indicam que o Município cumpre com a Regra de Ouro definida no Art. 167, inciso III, da Constituição Federal, conforme:

“Art. 167. São vedados:

...

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
...”

Em outras palavras, a Regra de Ouro busca evitar o uso de recursos provenientes de dívida para o pagamento de despesas correntes.

10.3 CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA PELO ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

No que se refere à administração pública municipal, o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) vem se revelando um instrumento útil e de boa qualidade para analisar a situação financeira dos municípios brasileiros.¹⁰¹

¹⁰¹ As informações sobre o IFGF foram retiradas da “Consulta ao Índice” e da “Metodologia IFGF 2019”. FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>. Metodologia IFGF 2019. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/metodologia/>

O IFGF utiliza-se exclusivamente de estatísticas oficiais declaradas pelos próprios municípios.¹⁰² Esse Índice é composto por quatro indicadores: Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos, conforme especificados na Figura 198.

Figura 198: Indicadores do IFGF

Autonomia	Gastos com pessoal	Liquidez	Investimentos
Capacidade de financiar a estrutura administrativa	Grau de rigidez do orçamento	Cumprimento das obrigações financeiras	Capacidade de gerar bem-estar e competitividade
$\frac{\text{Receita Local - Estrut Admin}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	$\frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	$\frac{\text{Caixa - Restos a Pagar}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	$\frac{\text{Investimentos}}{\text{Receita Total}}$

Fonte: Índice Firjan de Gestão Fiscal: Metodologia IFGF (2019)

Os descritivos desses índices são os seguintes:

¹⁰² “Conforme estabelecido pelo Artigo 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), os municípios devem encaminhar suas contas para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até o dia 30 de Abril do ano seguinte ao exercício de referência, a partir de quando o órgão dispõe de 60 dias para disponibilizá-las ao público, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Esta ferramenta consolida informações contábeis, financeiras e estatísticas fiscais oriundas de um universo que compreende 5.568 Municípios, 26 Estados, o Distrito Federal e a União. O Siconfi é a principal fonte de dados sobre as administrações públicas municipais e estaduais. Por isso, foi utilizado como referência para o cálculo do IFGF, que analisa as contas dos municípios entre os anos 2013 e 2018.” FIRJAN - Federação dos Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Metodologia IFGF 2019, p.2.

- Autonomia = (Receitas ligadas à atividade econômica do município¹⁰³ - Custo de manutenção da Câmara de Vereadores e da função Administrativa do Poder Executivo¹⁰⁴)/Receita Corrente Líquida.¹⁰⁵

“[Esse indicador] evidencia um dos pontos mais críticos para a gestão fiscal eficiente das prefeituras: a baixa capacidade de se sustentarem. (...) quanto mais próximo de zero o IFGF Autonomia do município, menor a capacidade dele em gerar receitas locais para arcar com os custos de sua estrutura administrativa.”

- IFGF Gasto com Pessoal = Despesa Líquida com Pessoal nos últimos 12 meses/ Receita Corrente Líquida.

*“O IFGF Gastos com Pessoal busca avaliar o comprometimento das receitas com as despesas de pessoal. A fórmula de cálculo é idêntica à utilizada para apuração dos limites da LRF. Com o objetivo de penalizar os municípios que descumpriram os limites impostos pela LRF, o IFGF considera como nota de corte o teto oficial para os gastos com funcionalismo estabelecido por aquela lei: 60% da Receita Corrente Líquida (RCL). Ou seja, o município que superar os 60% receberá zero no IFGF Gastos com Pessoal”;*¹⁰⁶

- IFGF Liquidez = (Caixa e equivalentes de Caixa - Restos a Pagar inscritos no ano) /Receita Corrente Líquida.

“(...) os restos a pagar passaram a ser utilizados pelos municípios como uma forma de financiamento, através da

¹⁰³ Segundo a FIRJAN (2019), “além das receitas de arrecadação própria (tributárias, patrimoniais, serviços, industriais e agropecuárias), também são contabilizadas as transferências devolutivas de ICMS, IPVA, ITR e IPI-Exportação, que estão diretamente ligadas à economia local”. Metodologia 2019, p. 3.

¹⁰⁴ Segundo a FIRJAN (2019), “É importante frisar que não são contabilizadas nesse cálculo as despesas com atividades-fim como Saúde, Educação, Urbanismo, Saneamento, entre outras.” Metodologia IFGF 2019, p. 3.

¹⁰⁵ Receita Corrente Líquida = Receita Corrente - (Contribuições para Regime Próprio do Servidor Público + Deduções para o FUNDEB + Compensação entre Regimes Previdenciários).

¹⁰⁶ FIRJAN (2019). Metodologia IFGF 2019, p. 4.

*simples postergação de despesas já contratadas para outros anos, gerando assim um problema de liquidez para as prefeituras. Visando estancar essa prática, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu que, em último ano de mandato, a gestão municipal possua recursos financeiros suficientes para fazer frente às despesas que foram postergadas para o ano seguinte. Com base nessa lógica foi construído o IFGF Liquidez. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00, menos o município está postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura. (...)”;*¹⁰⁷

- IFGF Investimentos = Investimentos/Receita Total. O objetivo desse Índice é avaliar a capacidade de investimentos das Prefeituras Municipais.

*“Escolas e hospitais bem equipados, ruas pavimentadas, saneamento, iluminação pública, entre outros, são investimentos tipicamente municipais que fomentam as atividades econômicas locais e geram bem-estar para a população”. (...) Estabeleceu-se uma nota de corte para este indicador: para os municípios que investiram mais de 12% da sua Receita Total foi atribuída nota 1,00. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00, mais investimentos foram realizados pelas prefeituras”.*¹⁰⁸

No cômputo do IFGF Geral, os quatro primeiros Índices acima especificados possuem peso 22,5% e o último, 10,0%. “Isto se deve ao fato de que para a grande maioria dos municípios brasileiros o endividamento de longo prazo não é utilizado como forma de financiamento.”¹⁰⁹

Segundo a FIRJAN, “a leitura dos resultados é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em observação.”¹¹⁰ Outra importante característica do IFGF é que sua

¹⁰⁷ FIRJAN (2019). Metodologia IFGF 2019, p. 5 e 6.

¹⁰⁸ FIRJAN (2019). Metodologia IFGF 2019, p. 6.

¹⁰⁹ FIRJAN. Anexo Metodológico 2017, p. 3.

¹¹⁰ FIRJAN. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifgf/>

metodologia permite tanto comparação relativa quanto absoluta, isto é, “o índice não se restringe a uma fotografia anual, podendo ser comparado ao longo dos anos”.¹¹¹

Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF:

- Gestão de Excelência: resultados superiores a 0,8;
- Boa Gestão: resultados entre 0,6 e 0,8 pontos;
- Gestão em Dificuldades: resultados entre 0,4 e 0,6; e
- Gestão Crítica: resultados e inferiores a 0,4.

Os resultados disponíveis referentes ao IFGF são relativos ao período 2013-2018.¹¹² Os dados a serem analisados neste tópico são os de 2018. No entanto, dada a especificidade desse ano no que se refere à conjuntura de crise das economias brasileira e de João Pessoa, é relevante ter como referência o ano de 2013, antecedente ao aprofundamento dessa crise, quando o PIB das economias brasileiras e desse município cresceram 3,0% e 3,8%, respectivamente. Em 2018, esses percentuais alcançaram 1,8% e -0,3%, respectivamente.

Como pode ser observado na Tabela 63, apesar dessa conjuntura no município de João Pessoa, a situação das finanças públicas municipais avaliada pelo IFGF é melhor em 2018 do que em 2013. Se, em 2013, o IFGF indicava uma condição de Gestão em Dificuldades (0,5452), em 2018 o município alcançou a de Boa Gestão (0,6715).

Nesse contexto, tanto em 2013, quanto em 2018, os valores do IFGF-Autonomia atingiram o máximo (1,0000), indicando que o município de João Pessoa possui uma excelente capacidade de gerar receitas locais para arcar com os custos de sua estrutura administrativa. Isso indica também que, no período 2013-2018, o esforço fiscal da Prefeitura Municipal deve ter sido expressivo.¹¹³

¹¹¹ FIRJAN. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. 2016. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifgf/>

¹¹² Os dados IFGF para o período 2013-2018 se referem aos sistematizados conforme a Metodologia IFGF 2019.

¹¹³ Esforço Fiscal se refere à capacidade de aumentar a receita tributária própria do município (IPTU, ISS etc.), segundo a capacidade de contribuição de seus habitantes e as condições políticas vigentes.

Em 2013, o IFGF-Gastos com Pessoal do município apresentou uma condição de Gestão Crítica (0,3396). Em 2018, o município teve uma condição de Gestão em Dificuldades (0,5449). Verifica-se uma melhora expressiva do IFGF-Gastos com Pessoal, mas ainda indicando elevadas pressões da folha de pagamento sobre as condições de gestão fiscal do município.

Nesse contexto, o IFGF-Investimentos indicou, em 2013, uma condição de Gestão Crítica (0,3322). Em 2018, esse IFGF se restringiu a 0,2389, indicando uma situação ainda mais crítica da capacidade de investimentos da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

O IFGF-Liquidez apresentou um expressivo aumento entre 2013 e 2018. De uma condição de Gestão em Dificuldades em 2013 (0,5199) passou, em 2018, a indicar um uma Gestão de Excelência (0,9023), ou seja, a gestão municipal, em 2018, possuía recursos financeiros suficientes para fazer frente às despesas que foram postergadas para o ano seguinte.

Tabela 63: Índice FIRJAN de Gestão Fiscal – João Pessoa, 2013 / 2018

IFGF (Geral)	Autonomia	Gastos com Pessoal	Investimentos	Liquidez
2013				
0,5452	1,0000	0,3296	0,3322	0,5199
2018				
0,6715	1,0000	0,5449	0,2389	0,9023

Fonte: FIRJAN (2021), adaptado por Consórcio PDMJP (2021)

Com base no IFGF, é possível afirmar que, em uma conjuntura de crise econômica e apesar do maior esforço fiscal realizado pela Prefeitura Municipal, de uma excelente autonomia da Prefeitura Municipal e de uma melhoria da gestão dos gastos com pessoal, a rigidez e pressões para o aumento desses gastos tendem a implicar em uma baixa capacidade de investimentos com recursos próprios e, portanto, na dependência de transferências negociadas de recursos da União ou do Governo Estadual, com vistas a projetos de maior porte vis à vis às demandas de serviços públicos recorrentemente ampliadas pelos cidadãos locais.

11 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Rio Paraíba**. c2021. Governo da Paraíba. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/comite-de-bacias/rio-paraiba/>. Acesso em: 11 maio 2021.

ALONSO DE ANDRADE, Patrícia. Verticalização em João Pessoa: produção do espaço e transformações urbanas. **Arquitextos**, São Paulo, v. 17, maio, 2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.204/6555>. Acesso em: 01 set. 2021.

Andrade, M. N. M. M.; Jeronimo, C. E. M. Diagnóstico da arborização do espaço urbano da Cidade de João Pessoa, PB. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 3, p. 194-208, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/17785/pdf>. Acesso em: jun. 2021.

ARAÚJO, Dorothy Sue Dunn; LACERDA, LD de. A natureza das restingas. **Ciência hoje**, v. 6, n. 33, p. 42-48, 1987.

ARAÚJO, José Arimatéia. A consolidação de um polo regional: Serviços de saúde e centralidade em Campina Grande, Paraíba. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, julho/ dezembro 2016, p. 205 a 220.

ARAÚJO, Matheus Henrique Medeiros Lira de. **Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo**: Caracterização e análise da evolução especial e temporal de seus ecossistemas. UFBA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15007/1/MHMLA04072019.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2021.

ARAÚJO, Yuri Rommel Vieira; MOREIRA, Zayne Christina Gonçalves. Verde urbano na conservação da biodiversidade em João Pessoa, Paraíba. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 15, n. 1, p. 73-82, 2020. Disponível em: <https://gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/6494>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ASCOM/UFPB. **Pesquisadores da UFPB lançarão mapa da poluição e desmatamento em João Pessoa**: Segundo catálogo, Rios Gramame, Jaguaribe e Sanhauá e falésias de Cabo Branco estão em colapso. 12 fev. 2020 [atualizado em 14 fev. 2020]. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/rios-gramame-jaguaribe-e-sanhaua-e-falesias-de-cabo-branco-sob-ameaca>. Acesso em: 08 jun. 2021.

ASEVÊDO, Flávio. **Luciano Cartaxo entrega iluminação 100% em LED nos bairros Costa e Silva, Oitizeiro, Jardim Planalto e Bairro dos Novaes**. João Pessoa, 7 dez. 2020. Prefeitura Municipal de João Pessoa. SEINFRA. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/luciano-cartaxo-entrega-iluminacao-100-em-led-nos-bairros-costa-e-silva-oitizeiro-jardim-planalto-e-bairro-dos-novaes/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

ASEVÊDO, Flávio. **Luciano Cartaxo visita obras do Parque das Águas em Mangabeira e assegura mais uma opção de lazer, esportes e preservação ambiental para moradores da Zona Sul.** João Pessoa, 4 dez. 2020. Prefeitura Municipal de João Pessoa. SEINFRA. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/luciano-cartaxo-visita-obras-do-parque-das-aguas-em-mangabeira-e-assegura-mais-uma-opcao-de-lazer-esportes-e-preservacao-ambiental-para-moradores-da-zona-sul/>. Acesso em: 1 set. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5101: Iluminação pública - Procedimento.** 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 43 p. Disponível em: <http://universidadeniltonlins.com.br/wp-content/uploads/2019/04/NBR-5101-OK.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

ATLAS BRASIL. **Desenvolvimento Humano.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 1 set. 2021.

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL. **Atlas da Vulnerabilidade Social.** Brasília: IPEA, [s.d.]. Atlas Interativo. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 1 set. 2021.

ATLAS EÓLICO PARAÍBA. **Demografia e consumo de energia elétrica.** Disponível em: <http://mapaeolico.pb.gov.br/paraiba/demografia.html>. Acesso em: 14 maio 2021.

AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2017, João Pessoa. Audiência Pública. **Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico.** João Pessoa, PB: [s. n.], 2016. Tema: Apresentação do Estudo Ambiental Complementar, referente à Licença de Instalação para o Distrito Industrial do Turismo (Proc. SUDEMA nº 2017-006847) e à Licença de Operação para o Centro de Convenções (Proc. SUDEMA nº 2017-006840). Disponível em: <http://sudema.pb.gov.br/consultas/downloads/arquivos-eia-rima/apresentacao-polo-turistico.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

BARBOSA, Tamires Silva et al. Geomorfologia urbana e mapeamento geomorfológico do município de João Pessoa–PB, Brasil. 2015.

BARBOSA, Tamires Silva; FURRIER, Max. A geomorfologia antropogênica e a relação uso da terra com o risco geológico no município de João Pessoa – PB. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 18, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/073b/42c75d9a393313e4114ad496d5e1463f35c8.pdf>>. Acesso em maio de 2021.

BEZERRA, Jéssica Maria de Barros. **Caracterização da Formação Barreiras da cidade de João Pessoa com base em sondagens SPT e estudo geotécnico de uma encosta com alto risco de deslizamento.** 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31102>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BIGARELLA, João José. The Barreiras group in northeastern Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 47, n. Suplemento, 1975.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da População 2019. **IBGE**, Brasília: Diário Oficial da União, 28 set. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da População 2020. **IBGE**, Brasília: Diário Oficial da União, 27 ago. 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL, Atlas. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. **Acesso em**, v. 22, 2016.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 7.492, de 2 de junho de 2011**. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. Estatuto da Metrópole. **Lei 13.089/2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. **Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos Brasília**. Secretaria Nacional de Habitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2009. 55 p. Disponível em: <http://planodiretor.mprs.mp.br/arquivos/vazios.pdf>. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. IBGE. Rio de Janeiro, Brasil: Censo demográfico, 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. IBGE. Rio de Janeiro, Brasil: Censo demográfico, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. IBGE. Rio de Janeiro, Brasil: Censo demográfico, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L10.836compilado.htm. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. **Lei Federal Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. **Lei Federal Nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de julho de 2001**. Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: jun. 2021

BRASIL. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Brasília: Diário Oficial da União, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Unidades:** Unidades da Polícia Federal no Brasil e no exterior. [2021?]. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>. Acesso em: 06 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.** [s.d.]. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Programa Mais Médicos – Dois anos:** Mais Saúde para os Brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 128 p.: il. ISBN 978-85-334-2284-1. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_mais_medicos_dois_anos.pdf. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução nº 369, de 28 de março de 2006.** Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. CONAMA, 2006. Disponível em: http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=480. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo; et al. **Índice de competitividade do turismo nacional.** João Pessoa: 2015. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2015/Joao%20Pessoa_RA_2015.pdf

BRASIL. **Portaria GM/MS Nº 1.101, de 12 de junho de 2002.** Parâmetros Assistenciais do SUS. Brasília: Diário Oficial da União, 13 jun. 2002.

BRASIL. **Portaria GM/MS Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, 22 set. 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19308123/do1-2017-09-22-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017-19308031. Acesso em: maio 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 1.631, de 1 de outubro de 2015.** Aprova critérios e parâmetros para o planejamento e programação de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS. Brasília: Diário Oficial da União, 02 out. 2015.

BRASIL. **Portaria nº 882, de 18 de dezembro de 2018.** Define os conceitos das variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da capacidade de pagamento e na apuração da suficiência das contragarantias oferecidas. Brasília: Diário Oficial da União, 20 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/56128201/do1-2018-12-20-portaria-n-882-de-18-de-dezembro-de-2018-56128189. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. Projeto RADAMBRASIL. Departamento de Produção Mineral. Folhas SB. 24/25, Jaguaribe/Natal. Ministério de Minas e Energia (Levantamento de Recursos Naturais, 23). Rio de Janeiro, 1981.

BRASIL. Tesouro Nacional Transparente. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Capacidade de Pagamento (CAPAG):** estados e municípios. [s.d.]. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRATESTX. [S. /]. 2021. Disponível em: <https://brastex.ind.br/>. Acesso em: 1 set. 2021.

CADSUAS; MC. **Rede Socioassistencial.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CAGEPA. **Situação dos pontos de captação Regional Litoral, dados para agosto de 2020.** João Pessoa, 2021. Planilha produzida a pedido.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 1197/2003.** Estabelece as áreas ocupadas por dunas e falésias como espaços territoriais especialmente protegidos e dá outras providências. 05 jun. 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=118547>. Acesso em: jun. 2021.

CAMARANO, Ana Amélia. **Tendências demográficas e pandemia de covid-19.** Brasília: Webinário Ipea, 24 jun. 2021. 207 min. [Webinar]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bzog2U-zBo0>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CAMPOS, Lucas. **Arborização:** JP possui 35% de área verde preservada. João Pessoa: A União, 2017. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/arborizacao-jp-possui-35-de-area-verde-preservada. Acesso em: 11 maio 2021.

CAVALCANTI, J. Baracuy. **A política habitacional do BNH pós-1964 e seus reflexos na expansão urbana de João Pessoa.** João Pessoa: Editor Universitário, UFPB, 1999.

CHUVAS constantes em João Pessoa enchem Rio Jaguaribe e 11 famílias são desalojadas. ClickPB, 30 maio 2017. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/chuvas-constantes-em-joao-pessoa-enchem-rio-jaguaribe-e-11-familias-sao-desalojadas-222739.html>. Acesso em: 11 maio 2021.

CINEP. **Companhia de Desenvolvimento da Paraíba.** c2021. Disponível em: <http://www.cinep.pb.gov.br/portal/>

CINEP. **Polo Turístico Cabo Branco – 3º Edital.** c2021. Disponível em: http://www.cinep.pb.gov.br/portal/?page_id=5921

CLIMATE-DATA.ORG. **Clima João Pessoa.** [s.d.]. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/paraiba/joao-pessoa-4983/>. Acesso em: 10 set. 2021

CLIMATEMPO. **Climatologia e histórico de previsão do tempo em João Pessoa, BR.** c2021. Disponível em: <https://www.climatempo.com.br/climatologia/256/joaopessoa-pb>. Acesso em: 11 maio 2021.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DA PARAÍBA. **Comitê e Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba**. c2021. Disponível em:
<http://www.aguasdaparaiba.com.br/comites.php?id=2>. Acesso em: 25 maio 2021.

CONSÓRCIO DE VEÍCULOS DE IMPRENSA (Brasil). **Mortes e casos de coronavírus nos estados**. São Paulo: [s. n.], 2021. Mapa Interativo. Disponível em:
<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CORIOLANO, Luzia Neide Menêzes Teixeira. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Papirus Editora, 1998

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA. **Unidades**. [s.d.]. Disponível em:
<https://bombeiros.pb.gov.br/unidades/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

CORRÊA, C. S.; MYRRHA, L. J. D.; FÍGOLI, M. G. B. Métodos AiBi e logístico para projeção de pequenas áreas: uma aplicação para microrregião de Angicos–RN. In: **International Seminar on Population Estimates and Projections: Methodologies, Innovations and Estimation of Target Population applied to Public Policies**. 2011.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Mapa Biodiversidade do estado da Paraíba**. Disponível em: <<https://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/mapa-de-geodiversidade-do-estado-da-paraiba.pdf>>. Acesso em setembro de 2021.

CREA (PB). Notícias. João Pessoa sedia Congresso Ibero Americano de Arborização Urbana. **Notícias**, João Pessoa, p. 1, 20 nov. 2019. Disponível em:
<https://creapb.org.br/noticias/joao-pessoa-sedia-congresso-ibero-americano-de-arborizacao-urbana/>. Acesso em: 16 set. 2021.

DANTAS, Anderson Guedes. **Arborização urbana em João Pessoa–PB: olhares e contribuições à gestão**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso.

DATASUS. **Informações de Saúde**. Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em:
<http://www2.datasus.gov.br/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

DIEB, Marília de Azevedo; MARTINS, Paula Dieb. O Rio Jaguaribe e a história urbana de João Pessoa/PB: da harmonia ao conflito. **Anais do XVII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Natal, 2017**.

DUARTE, Bruno Engels Soares. **Os sistemas de abastecimento d'água da grande João Pessoa e a espacialização das áreas abastecidas**. 2016. 54 f. TCC (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em:
<http://ct.ufpb.br/ccec/contents/documentos/tccs/2015.2/os-sistemas-de-abastecimento-d2019agua-da-grande-joao-pessoa-e-a-espacializacao-das-areas-abastecidas.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

DUTRA DA SILVA, Milena; et al. Crescimento da mancha urbana na cidade de João Pessoa, PB. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 22, n. 30, p. 65-83, 2.sem. 2015.

Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424 p. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: jun. 2021.

EMBRAPA - TABULEIROS COSTEIROS (Aracaju). Apresentação. **Embrapa**, Aracaju, SE, p. 1, [2021?]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tabuleiros-costeiros/apresentacao>. Acesso em: 11 maio 2021.

EPASA (João Pessoa). Centrais Elétricas da Paraíba - Epasa – UTE Termonordeste (TNE) e Termoparaíba (TPB). **Geração de Energia**, João Pessoa, PB, p. 1, [2021?]. Disponível em: <https://www.epasa.online/geracao-de-energia>. Acesso em: 13 jul. 2021.

EXÉRCITO BRASILEIRO; MINISTÉRIO DA DEFESA. **Quartéis por Estado**. 2021. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FBDS. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. **Mapeamento em Alta Resolução dos Biomas Brasileiros. 2013**. Disponível em: http://geo.fbds.org.br/PB/JOAO_PESSOA/MAPAS/. Acesso em maio de 2021.

FERNANDES, Ana Cristina; LIMA, João Policarpo R. Cluster de serviços: contribuições conceituais com base em evidências do polo médico do Recife. **Nova Economia**, v. 16, p. 11-47, 2006.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Reabilitação urbana e segregação social no centro histórico de João Pessoa. *In*: ENANPUR, XVII., 2019, Natal. **Anais dos Trabalhos [...]**. Natal: [s. n.], 2019.

FIOCRUZ (Rio de Janeiro). Observatório covid-19. Semanas Epidemiológicas 20 e 21. **Boletim Observatório Covid-19**, Rio de Janeiro, RJ, v. 20-21, p. 1, 29 maio 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_semana_20e21_2021.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

FIRJAN (Rio de Janeiro). Índice Firjan de Gestão Fiscal 2019. **Pesquisas e Estudos Socioeconômicos**, Rio de Janeiro, RJ, p. 20, out. 2019. Disponível em: https://www.firjan.com.br/data/files/8F/50/19/81/B2E1E610B71B21E6A8A809C2/IFGF-2019_estudo-completo.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

FIRJAN (Rio de Janeiro). Metodologia: Índice Firjan de Gestão Fiscal 2019. **Pesquisas e Estudos Socioeconômicos**, Rio de Janeiro, RJ, p. 7, out. 2019. Disponível em: https://www.firjan.com.br/data/files/88/94/7D/5D/33F0F61053918AE6A8A809C2/IFGF-2019_anexo-metodologico3.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **IX Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **X Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **XI Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **XII Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **XIII Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **XIV Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 3, p. 391-408, 2009.

FRIAS, LA de M. Projeções da população residente e do número de domicílios particulares ocupados por situação urbana e rural, segundo as unidades da federação no período 1985-2020. **Futuro da população brasileira: projeções, previsões e técnicas**. Embu, São Paulo: Abep, p. p148-172, 1987.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (Belo Horizonte). Déficit Habitacional no Brasil - 2016-2019. **Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, MG, 2021. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 1 set. 2021.

FUNESC. **Espaço Cultural**. 2021. Disponível em: <https://funesc.pb.gov.br/espaco-cultural/equipamentos>. Acesso em: 07 jun. 2021.

FURRIER, Max. **Caracterização geomorfológica e do meio físico da folha João Pessoa-1: 100.000**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FURTADO, Janaína, et al. Capacitação básica em Defesa Civil. Florianópolis: CAD UFSC, 2012. 122 p. Disponível em: http://www.defesacivil.pr.gov.br/sites/defesa-civil/arquivos_restritos/files/documento/2018-12/CapacitcaoBasicaemDefesaCivil.pdf. Acesso em: 09 junho 2021.

G1 PB (João Pessoa). **Prêmio reconhece João Pessoa como capital com área urbana mais verde do Norte e Nordeste**: Prêmio Arbor & Urbe foi entregue no Congresso Brasileiro Ibero-Americano de Arborização Urbana no domingo (24). **G1, João Pessoa**, PB, 25 nov. 2019. Paraíba, p. 1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/11/25/premio-reconhece-joao-pessoa->

como-capital-com-area-urbana-mais-verde-do-norte-e-nordeste.ghtmlv. Acesso em: 11 maio 2021.

G1 PB (João Pessoa). **Trecho da Avenida Cabo Branco, em João Pessoa, é interditado por risco de desabamento:** Decisão foi tomada após vistoria da Defesa Civil, que constatou risco de desabamento no local, e é válida a partir das 16h desta segunda-feira (26). G1, João Pessoa, PB, 26 jul. 2021. Paraíba, p. 1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/07/26/trecho-da-avenida-cabo-branco-em-joao-pessoa-e-interditado-por-risco-de-desabamento.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GEOCONSULT. **RIMA – Complexo Ecoturístico Reserva Guaraú – Conde/PB:** Diagnóstico geoambiental. [20--]. GEOCONSULT RIMA. v. 2 Disponível em: http://sudema.pb.gov.br/consultas/downloads/arquivos-eia-rima/lord/rima/04_sintese-do-diagnostico-geoambiental.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

GRUPO ELIZABETH (João Pessoa). Cerâmica Elizabeth. *In: Institucional*. João Pessoa, PB, [2021?]. Disponível em: <http://www.ceramicaelizabeth.com.br/pt/institucional>. Acesso em: 1 set. 2021.

HORTO Florestal Municipal Cidade Verde. João Pessoa, PB: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tCJvwAWX8js>. Acesso em: 1 set. 2021.

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15780-regioes-rurais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: jun. 2021.

IBF. **Bioma Mata Atlântica**. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica>. Acesso em: 11 maio 2021.

IBGE. **A Geografia da Cana-de-Açúcar**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/analises-do-territorio/18939-a-geografia-da-cana-de-acucar.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: jun. 2021.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019:** Classificação Preliminar para o enfrentamento à COVID-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf>. Acesso em: jun. 2021.

IBGE. **Cidades e Estados**. [s.d.]. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: jun. 2021.

IBGE. **João Pessoa**. c2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>. Acesso em: 11 maio 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: jun. 2021.

IBGE. **Projeto Regiões Rurais**. 2015. Disponível em:

IBGE. **Região de Influência das Cidades – REGIC, 2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: jun. 2021.

IBGE. **Tipologia Intraurbana: Espaços de diferenciação socioeconômica nas Concentrações Urbanas do Brasil, 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/17530-tipologia-intraurbana-espacos-de-diferenciacao-socioeconomica-nas-concentracoes-urbanas-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: jun. 2021.

ÍNDICE DE GOVERNANÇA MUNICIPAL. **Explorando: João Pessoa – PB**. [s.d.]. Conselho Federal de Administração. Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/dimensao/MjgwMjA=/MS5wbmc=>. Acesso em: jun. 2021.

ÍNDICE DE GOVERNANÇA MUNICIPAL. **Metodologia**. [s.d.]. Conselho Federal de Administração. Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/metodologia>. Acesso em: jun. 2021.

ÍNDICE DE GOVERNANÇA MUNICIPAL. **O que é**. [s.d.]. Conselho Federal de Administração. Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/o-que-e>. Acesso em: jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar 2010**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar 2011**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar 2012**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar 2013**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar 2014**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar 2015**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar 2016**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar 2017**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar 2018**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar 2019**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 01 jun. 2021.

INFOSANBAS. **João Pessoa, PB: Saneamento**. [s.d.]. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/joao-pessoa-pb/>. Acesso em: 13 maio 2021.

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: IPEA, 2015. Ministério da Economia. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 31 mai. 2021.

IPEA. **Inflação: IPCA**. 2021. Brasília: IPEA, 2021. Ministério da Economia. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

IPHAEP-PB. **João Pessoa – Parque Sólon de Lucena**. iPatrimônio, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/joao-pessoa-parque-solon-de-lucena/#!/map=38329&loc=-7.120291259036913,-34.88008236754249,17>. Acesso em: 22 jun. 2021.

IPHAN. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados - João Pessoa (PB)**. Brasília, c2014. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1444/>. Acesso em: 1 set. 2021.

JOÃO PESSOA terá 20 mil novas árvores até o final deste ano. João Pessoa: PMJP, 5 jun. 2015. Disponível em: <http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/joao-pessoa-tera-20-mil-novas-arvores-ate-o-final-deste-ano/>. Acesso em: 16 set. 2021.

JOÃO PESSOA. **Plano de Ação João Pessoa Sustentável**. João Pessoa, PB, 2014. 71 p.

JOÃO PESSOA. **Plano Diretor de Mobilidade Urbana da Microrregião de João Pessoa: Consolidação do Diagnóstico da Mobilidade**. João Pessoa, mar. 2020. Prefeitura Municipal de João Pessoa. SEMOB/SEPLAN. 415 p. Disponível em http://www.planmob.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/15.-Progn%C3%B3stico_FINAL.pdf. Acesso em: jun. 2021.

JOÃO PESSOA. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS do Município de João Pessoa – Volume I Diagnóstico**. João Pessoa: PMJP, EMLUR, 2014. 467 p. Disponível em:

<http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/emlur/plano-municipal-de-residuos-solidos/>. Acesso em: jun. 2021.

JOÃO PESSOA. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. João Pessoa: PMJP, [s.d.]. Disponível em: <http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/semam/plano-municipal-de-saneamento-basico/>. Acesso em: 11 maio 2021.

JOÃO PESSOA. **Projeto Cidade Jardim transforma a paisagem de mais de 20 avenidas na Capital**. João Pessoa, 31 dez. 2014. Disponível em: <http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/projeto-cidade-jardim-transforma-a-paisagem-de-mais-de-20-avenidas-na-capital/>. Acesso em: 16 set. 2021.

JOÃO PESSOA. **Relatório final: Estudo 1 Mitigação das mudanças climáticas**. Diagnóstico Mudanças climáticas, riscos naturais e crescimento urbano em cidades emergentes e sustentáveis. João Pessoa, 2014. Prefeitura Municipal de João Pessoa. 302 p.

JOÃO PESSOA. **Relatório final: Estudo 2 Vulnerabilidade e riscos naturais**. Diagnóstico Mudanças climáticas, riscos naturais e crescimento urbano em cidades emergentes e sustentáveis. João Pessoa, 2014. Prefeitura Municipal de João Pessoa. 79 p.

JOÃO PESSOA. **Relatório final: Estudo 3 Crescimento urbano**. Diagnóstico Mudanças climáticas, riscos naturais e crescimento urbano em cidades emergentes e sustentáveis. João Pessoa, 2014. Prefeitura Municipal de João Pessoa. 175 p.

JOÃO PESSOA. **Decreto nº 5363, de 28 de julho de 2005**. Estabelece A delimitação do Parque do Cabo Branco, instrução normativa de zoneamento urbano e ambiental, a contrapartida financeira dos empreendimentos e dá outras providências. João Pessoa, PB, 2005.

JOÃO PESSOA. **Lei Complementar nº 3, de 30 de dezembro de 1992**. Institui o Plano Diretor da cidade de João Pessoa. João Pessoa, PB, 1992.

JOÃO PESSOA. **Lei Complementar nº 46, de 23 de julho de 2007**. Determina que área localizada entre a Av. Beira Rio e Av. Epitácio Pessoa, a margem do Rio Jaguaribe seja reconhecida com área de preservação ecológica com a implantação de parque ecológico. João Pessoa, PB, 2007.

JOÃO PESSOA. **Lei Complementar nº 93, de 30 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a política municipal de saneamento básico do município de João Pessoa, seus instrumentos, e dá outras providências. João Pessoa, PB, 2015.

JOÃO PESSOA. **Lei Municipal nº 93, de 29 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos no município de João Pessoa e aprova o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos apreciado pelo COMAM. João Pessoa, PB, 2014.

JOÃO PESSOA. **Lei nº 10.739, de 10 de maio de 2006**. Denomina de "Parque Ecológico Augusto dos Anjos" e dá outras providências. João Pessoa, PB, 2006.

JUNIOR, Roberto de Medeiros Chaves. **Breve reflexão sobre os impactos antrópicos e naturais na paisagem da Ponta do Cabo Branco - João Pessoa/PB**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.ccen.ufpb.br/ccblg/contents/documentos/bacharelado/trabalhos-de-conclusao-de-curso-2016.2/roberto-de-medeiros-chaves-junior.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021

KATZ, Bruce. **The rise of innovation districts: A new geography of innovation in America**. Metropolitan policy program at Brookings, 2014.

LEITE, Amanda Pessoa de Araújo et al. **A produção de habitações populares no espaço periurbano da cidade de João Pessoa-PB (2006-2011): O Conjunto Habitacional Gervásio**. 2011.

LEMOS, Simone. **Dados da ONU mostram que 15 mil pessoas morrem por doenças ligadas à falta de saneamento**. São Paulo: Jornal da USP, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/dados-da-onu-mostram-que-15-mil-pessoas-morrem-anualmente-por-doencas-ligadas-a-falta-de-saneamento/>. Acesso em: 12 maio 2021.

LIMA, Alice de Sousa Moreira. **Análise do sistema de abastecimento do município de João Pessoa/PB – Brasil**. 2016. 59 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Engenharia Ambiental) – Curso de Engenharia Civil e Ambiental, Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/ccec/contents/documentos/tccs/2015.2/analise-do-sistema-de-abastecimento-do-municipio-de-joao.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

LOPES, Reinaldo. **O cluster de saúde na cidade de Teresina: uma estratégia empreendedora para o desenvolvimento regional**. XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Salvador, 2013.

LOUREIRO, Caroline Vitor; CASTRO, Luana dos Santos. Análise dos impactos resultantes dos múltiplos usos das falésias localizadas no município Decamocim - CE. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 21, n. 2, p. 841-852, 2019.

MABESOONE, Janus Markus; CASTRO, C. de. Desenvolvimento geomorfológico do Nordeste brasileiro. **Boletim do Núcleo Nordeste da Sociedade Brasileira de Geologia**, v. 3, p. 3-5, 1975.

MAPBIOMAS. **Coleção 5 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. ago. 2020. Disponível em: https://MAPBIOMAS.org/colecoes-MAPBIOMAS-1?cama_set_language=pt-BR. Acesso em: 11 jan. 2021

MARCUZZO, Francisco Fernando Noronha et al. **Detalhamento hidromorfológico da bacia do Rio Paraíba**. 2012.

MARINHA DO BRASIL. **Organizações Militares**. 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

MARQUES, David; BARROS, Betina Warmling. **O impacto da pandemia no crime e na violência no Brasil – análise do primeiro semestre de 2020**. In: FBSP, Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, FBSP: São Paulo, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

MELLER, Guilherme S. et al. **Controle da poluição**. Porto Alegre: SAGAH, 201. 290 p.

MENDES JUNIOR, Biágio de Oliveira Mendes. A indústria têxtil no Nordeste, Norte de Minas e Norte do Espírito Santo: contextualização e perspectivas. 2019.

MENDES, Fernando et al. O Cluster da Saúde e Bem-estar: uma Aposta de Futuro. Estudo de Casos. 2012.

MILANI, Patrícia H.; SILVA, Edima A. Centralidade urbana: um estudo do centro principal de Três Lagoas - MS. **Geografia em Atos**, n. 9, v.1. UNESP, Presidente Prudente, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasília). Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. **SEB**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica>. Acesso em: 25 maio 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasília). Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Atenção Especializada à Saúde. **SAES**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica>. Acesso em: 25 maio 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasília). Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Estratégia Saúde da Família (ESF). **SAPS**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <http://aps.saude.gov.br/ape/esf/>. Acesso em: 25 maio 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasília). Secretaria de Atenção Primária à Saúde. O que é Atenção Primária? **SAPS**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <http://aps.saude.gov.br/ape/esf/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MOURA FILHO, João Bosco Lelis de. **A observação geográfica da degradação ambiental do rio Cuiá, no município de João Pessoa-PB**. Guarabira-PB, 2014. 50 p: il. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Curso de Geografia, Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3294/1/PDF%20-%20Jo%20c3%a3o%20Bosco%20Lelis%20de%20Moura%20Filho.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 15 set. 2015. Tradução: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 02 jun. 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. PNUH. **Índice de Desenvolvimento Humano**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official->

document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em:
<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. 15 jun. 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Relatório de Economia Criativa 2010**. Brasília: Secretaria da

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. c2021. Disponível em:
<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 jun. 2021.

NASCIMENTO, Alex Bruno Marques; FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Consórcios Públicos em regiões Metropolitanas: o CONDIAM-PB as relações de cooperação em João Pessoa-PB. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 16, n. 1, 2014.

NÓBREGA JÚNIOR, Joabson Santos. **A Problemática do Processo Erosivo da Falésia do Cabo Branco – PB**. 2016. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em:
<http://ct.ufpb.br/ccec/contents/documentos/tccs/2015.2/a-problematica-do-processo-erosivo-da-falesia-do-cabo-branco-pb.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.

NORFIL. **Nossos produtos**. [s.d.]. Disponível em: <http://pt.norfil.com.br/produtos/>. Acesso em: jun. 2021.

NUNES, Angélica. **População de Joao Pessoa cresce mais de 250 em menos de 50 anos**. João Pessoa: Jornal da Paraíba, 4 ago. 2020. Disponível em:
https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/vida_urbana/2020/08/04/populacao-de-joao-pessoa-cresce-mais-de-250-em-menos-de-50-anos. Acesso em: 11 maio 2021.

NUNES, Glaudenice. **Programa LED nas Ruas atinge marca de 11 mil luminárias eficientes em João Pessoa**. João Pessoa: PMJP, 18 jul. 2020. SEINFRA. Disponível em:
<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/programa-led-nas-ruas-atinge-marca-de-11-mil-luminarias-eficientes-na-cidade/>. Acesso em: 25 maio 2021.

NUNES, Glaudenice. **SEINFRA atende mais de duas mil solicitações de iluminação pública**. João Pessoa: PMJP, 5 fev. 2021. SEINFRA. Disponível em:
<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/seinfra-atende-mais-de-duas-mil-solicitacoes-de-iluminacao-publica/>. Acesso em: 25 maio 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Organisation for Economic Co-operation and Development**. 2021. Disponível em:
<https://www.oecd.org/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

PARAÍBA. **Alienação de imóvel localizado no Distrito Industrial do Turismo - DITur, no município de João Pessoa, Estado da Paraíba**. João Pessoa, 2020. Secretaria de Estado de Turismo e Desenvolvimento Econômico. CINEP. Disponível em:
<http://www.cinep.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2020/11/1.-Edital-3%C2%AA-Publicac%C2%A7a%CC%83o-assinado.pdf>. Acesso em: jun. 2021

PARAÍBA. **Constituição do Estado da Paraíba:** Promulgada em 5 de outubro de 1989. João Pessoa: Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2015. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/wp-content/uploads/2017/02/Constitui%C3%A7%C3%A3o-Estadual-Atualizada-at%C3%A9-a-Emenda-40-de-2015.pdf>

PARAÍBA. **Governador lança projeto do Parque Tecnológico Horizontes de Inovação, em João Pessoa.** João Pessoa, 14 jan. 2021. Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/noticias/governador-lanca-projeto-do-parque-tecnologico-horizontes-de-inovacao-em-joao-pessoa>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PARAÍBA. **Indicadores Turísticos.** João Pessoa: PBTUR, 2021. Disponível em: <https://www.pbtur.pb.gov.br/indicadores-turisticos/>

PARAÍBA. **João Azevêdo assina ordem de serviço para 2ª etapa da adutora Translitorânea e beneficia 1,9 milhão de paraibanos.** João Pessoa, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-assina-ordem-de-servico-para-2a-etapa-da-adutora-translitoranea-e-beneficia-1-9-milhao-de-paraibanos>. Acesso em: 09 jul. 2021.

PARAÍBA. **Lei Complementar Nº 93, de 11 de dezembro de 2009.** Dá nova redação ao Art. 1º da Lei Complementar nº 59, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências. João Pessoa, 2009.

PARAÍBA. **Lei nº 9.260 de 25 de novembro de 2010.** 26 nov. 2010. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=146146>. Acesso em: 12 maio 2021.

PARAÍBA. **PERH-PB:** Plano Estadual de Recursos Hídricos. Governo do Estado da Paraíba; Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente - SECTMA; Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA. Brasília, DF: Consórcio TC/BR – Concremat, 2006. 112 p.: il. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/documentos/plano-estadual/resumo-executivo/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

PARAÍBA. **Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba:** Relatório Síntese. 2014. Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia - SERHMACT. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2013/01/PLANO-ESTADUAL-VERSAO-PRELIMINAR.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

PARAÍBA. **Polo Cabo Branco:** mais do que um paraíso, um complexo de grandes oportunidades. [s.d.]. CINEP. Disponível em: <http://www.cinep.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2020/11/Apresentac%C3%A7%C3%A3o-POLO-3%C2%AA-etapa.pdf>

PARAÍBA. **Programa Estadual de Parceria Público-Privada:** Plano Estadual 2020/2021. João Pessoa: Diário Oficial do Estado da Paraíba, Edição nº 17.279, 14 jan. 2021. p. 4. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/2021/janeiro/diario-oficial-14-01-2021.pdf>. Acesso em: jun. 2021.

PEREGRINO, Paulo Sérgio Araújo. A influência do padrão de adensamento nas características de um escoamento urbano: uma aplicação à região do Altiplano Cabo Branco em João Pessoa-PB. 2014.

PEREIRA, Agilla Natasha Tavares. **Proposta de metodologia para mapeamento de risco geológico geotécnico de escorregamentos em João Pessoa – PB.** 2017. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado de Engenharia Civil) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13689>. Acesso em: 24 jun. 2021.

PEREIRA, Lidyanne de Oliveira et al. **Plano de recuperação de áreas degradadas do Rio Sanhauá.** 2016. Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - Vol. 4. Disponível em: <http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas2016/trabalhos/pdf/congestas2016-et-04-004.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

PEREIRA, Luan Cardoso de Oliveira. Aspectos normativos relacionados ao manejo de águas pluviais e controle de escoamento em meio urbano—caso de João Pessoa. 2017.

PESSOA, Andalúzia Maria de Medeiros. **Impactos Ambientais e Gestão Ambiental nos Parques Estaduais Paraibanos: Aratu, Jacarapé e Trilha dos Cinco Rios.** Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Ambiental) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. Campus João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/647/1/TCC%20%20-%20Andal%C3%BAzia%20Maria%20de%20Medeiros%20Pessoa.pdf>. Acesso em: 21 de jun. de 2021.

PESSOA, Beto. Manguezais de João Pessoa estão deteriorados. **Jornal Correio de Paraíba**, 2018. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/manguezais-podem-ser-encontrados-deteriorados-em-joao-pessoa/>. Acesso em: 12 de jul. de 2021.

PIMENTEL, Amanda; MARTINS, Juliana. O impacto da pandemia na violência de gênero no Brasil. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, p. 38-42, 2020.

Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa / Coordenação: Ligia Maria Tavares da Silva; Prefeitura Municipal de João Pessoa. João Pessoa, PB: F&A Gráfica e Editora. 2012. 100 p.: il. Disponível em: https://issuu.com/pmjp-online/docs/seman_mata_atlantica?backgroundColor=%252523222222. Acesso em: 25 maio 2021.

PORTAL CORREIO (João Pessoa). Redação. Morador acumula protocolos ao reclamar da iluminação pública em JP. **Portal Correio**, João Pessoa, PB, p. 1, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/jp-iluminacao-publica-reclamacoes/>. Acesso em: 25 maio 2021.

PORTAL CORREIO (João Pessoa). Redação. PB terá R\$ 1,9 bilhão para 11 obras hídricas até 2026. **Portal Correio**, João Pessoa, PB, p. 1, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/pb-tera-r-19-bilhao-para-11-obras-hidricas-ate-2026/>. Acesso em: 25 maio 2021.

PORTO, Monica FA; PORTO, Rubem La Laina. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos avançados**, v. 22, p. 43-60, 2008.

PREFEITO acompanha conclusão do maior programa de iluminação pública de João Pessoa. João Pessoa: Paraíba Online, 28 set. 2019. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/paraiba/prefeito-acompanha-conclusao-do-maior-programa-de-iluminacao-publica-de-joao-pessoa/>. Acesso em: 25 maio 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (João Pessoa). Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana. Limpeza Urbana: Coleta. **Prefeitura municipal de João Pessoa**, João Pessoa, PB, [s.d.]. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/coletas/>. Acesso em: 1 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (João Pessoa). Meio Ambiente. João Pessoa tem mais de 47 metros quadrados de área verde por habitante. **Notícias**, João Pessoa, PB, p. 1, 25 maio 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/joao-pessoa-tem-mais-de-47-metros-quadrados-de-area-verde-por-habitante/>. Acesso em: 1 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (João Pessoa). Programa Cidade Sustentável vai transformar antigo Lixão do Róger em parque socioambiental. **Notícias**, João Pessoa, PB, p. 1, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/programa-cidade-sustentavel-vai-transformar-antigo-lixao-do-roger-em-parque-socioambiental/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (João Pessoa). Secretaria Executiva da Participação Popular. **Mapa das Regiões de Participação Popular de João Pessoa**. João Pessoa, PB: [s. n.], [2021?]. Mapa Interativo. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/mapa-das-regioes-de-participacao-popular/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (João Pessoa). Secretaria Executiva Orçamento Participativo. Conheça o Orçamento Participativo. **Prefeitura municipal de João Pessoa**, João Pessoa, PB, [s.d.]. Disponível em: <http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/op/conheca-o-op/>. Acesso em: 1 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (João Pessoa). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Plano de Arborização Urbana de João Pessoa**. Diretoria de Estudos e Pesquisas ambientais, João Pessoa, PB, jan. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (João Pessoa). Seplan e Emlur acompanham estudos para aumentar vida útil do aterro sanitário. **Notícias**, João Pessoa, PB, p. 1, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/programa-cidade-sustentavel-vai-transformar-antigo-lixao-do-roger-em-parque-socioambiental/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (João Pessoa). Urbanismo. Luciano Cartaxo entrega Parque Linear da Estação e amplia programa de parques e praças da Capital. **Notícias**, João Pessoa, PB, p. 1, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/sem-categoria/luciano-cartaxo-entrega-parque-linear-da-estacao-e-amplia-programa-de-parques-e-pracas-da-capital/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (São Paulo). Pontos de iluminação ornamental recebem infraestrutura. **Notícias**, São José dos Campos, SP, p. 1, 29 maio 2020. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/dezembro/12/pontos-de-iluminacao-ornamental-recebem-infraestrutura/>. Acesso em: 25 maio 2021.

QUEIROZ, Degner Rodrigues de Almeida et al. **Problemas ambientais decorrentes da ocupação subnormal na bacia do Jaguaribe-João Pessoa-PB**. 2009.

REIS, André Luiz Queiroga et al. Índice de sustentabilidade em uma bacia ambiental: uma abordagem para a gestão e planejamento da conservação e preservação dos rios urbanos de João Pessoa (PB). 2016.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Quem deve ser relacionado?** [s.d.]. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Disponível em: http://www.rais.gov.br/sitio/quem_deve_ser_relacionado.jsf. Acesso em: jun. 2021.

RESENDE, André. **Pesquisador alerta para colapso no abastecimento de água na Paraíba**. G1 Paraíba. 10 jan. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/01/pesquisador-alerta-para-colapso-no-abastecimento-de-agua-na-paraiba.html>. Acesso em 25 de maio de 2021.

RODRIGUES, Caroline Medeiros et al. Regiões metropolitanas da Paraíba: caracterização, implantação e processos de gestão. **Oculum Ensaio: Revista de arquitetura e urbanismo**, v. 15, n. 1, p. 129-148, 2018.

ROLNIK, Raquel; SAULE JÚNIOR, Nelson. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Polis, 2001.

SAGI; MC. **Censo SUAS 2019**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SAGI; MC. **Relatório de Informações Sociais – Bolsa Família e Cadastro Único**. 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

SALATA, André Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 04, 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>. Acesso em: 09 jul. 2021.

SALES, E. G. Degradação Ambiental na microbacia do Rio Cabelo-João Pessoa-PB. **Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira**, 2010.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SANTA CATARINA (Florianópolis). Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Noções básicas do Turismo**. Florianópolis, SC, [s.d.]. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/11_11_2009_12.49.07.432d004c9d8ab2ee89f865e5710b8bd7.pdf. Acesso em: 21 de jun. de 2021.

SANTOS, Bráulio A., et al. **Proposta de Criação do Parque Estadual Marinho do Naufrágio Queimado**. João Pessoa: UFPB, mar. 2018. 81 p. Disponível em: <http://sudema.pb.gov.br/consultas/downloads/unidades-de-conservacao/proposta-criacao-parque-queimado.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SANTOS, Humberto Gonçalves dos, et al. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

SANTOS, Marco Aurélio dos. **Poluição do meio ambiente**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

SCOCUGLIA, Jovanka. **Revitalização Urbana e (re) invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002)**. Editora Universitária da Paraíba, 2004.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **SEINFRA atende mais de 15 mil solicitações sobre iluminação**. João Pessoa: MaisPB, 3 fev. 2017. Disponível em: <https://www.maispb.com.br/211760/seinfra-atende-mais-de-15-mil-solicitacoes-sobre-iluminacao.html>. Acesso em: 25 maio 2021.

SERAFIM, Lubiane Dias do Nascimento. **Turismo, Geografia e Educação Turística: o caso de uma escola básica em Nova Iguaçu, RJ**.

SILVA, Isla Marcolino da et al. **Caracterização do efluente da estação de tratamento de esgoto - unidade Mangabeira - João Pessoa/PB**. Campina Grande: IBEAS, 24 nov. 2016. VII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2016/VIII-047.pdf>. Acesso em: jun. 2021.

SILVA, Ligia Maria Tavares da. **A paisagem ameaçada do Cabo Branco no Extremo Oriental das Américas, em João Pessoa, Paraíba**. Universidade Federal da Paraíba, [s.d.]. 18 p. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Geomorfologia/22.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

SILVA, Ligia Maria Tavares da. **Nas Margens do rio Paraíba do Norte**. João Pessoa, Cadernos do Logepa, v. 2, p. 74-80, jul./dez. 2003. Disponível em: webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vPAngU3xokcJ:https://periodicos.ufpb.br/index.php/logepa/article/download/10975/6160/+&cd=21&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 25 maio 2021.

SILVA, Ligia Maria Tavares da; BRAGA, Rayme de Barros. **Parque Natural Municipal do Rio Cuía, em João Pessoa, Paraíba: Subsídios Geográficos para o Plano de Manejo**. Revista Okara: Geografia em debate, v. II, n.1. p. 92-104, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/30807/18013>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SILVA, Lígia Maria Tavares da; GUIMARÃES, Maria Margarida Magalhães; MARQUES, Elvis de A. Jácome; Amanda Christinne N. Uso e ocupação do litoral sul da Paraíba: o caso de Jacarapé. João Pessoa: Jan/Jun. 2003. **Cadernos do Logepa**. Vol. 2, n. 1. P 35-44. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/logepa/article/download/10316/5653/>. Acesso em: 27 maio 2021.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. **A revitalização do Centro Histórico de João Pessoa: uma estratégia para a reprodução do capital**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Rhaiane Rodrigues da. **Capacidade de suporte recreacional das falésias de Canoa Quebrada - Ceará**. 2014. 61 f. Monografia (graduação em Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar, Fortaleza-CE, 2014. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58247/1/2014_tcc_rrsilva.pdf. Acesso em: 27 maio 2021.

SILVA, Rodolfo Marcelino. **Serviço de segurança pública prestado pela polícia militar da paraíba: um estudo da satisfação do cidadão pessoense**. João Pessoa: UFPB, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – UFPB/CCSA. 25 p: il. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17497/1/RMS20052020.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SILVA, Tarciso Cabral da, et al. Planejamento dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Gramame, uma bacia litorânea do Nordeste Brasileiro. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 7, n. 4, p. 121-134, 2002.

SILVEIRA, Felipe. **Bairro dos Bancários recebe projeto 'João Pessoa Cidade Jardim'**. João Pessoa, 25 set. 2015. Prefeitura Municipal de João Pessoa. Disponível em: <http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/bairro-dos-bancarios-recebe-projeto-joao-pessoa-cidade-jardim/>. Acesso em: 16 set. 2021.

SNIS. **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2019**. 30 nov. 2020 [atualizado em 14 dez. 2020]. Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-residuos-solidos/diagnostico-do-manejo-de-residuos-solidos-urbanos-2019>. Acesso em: 09 jul. 2021.

SNIS. **Série Histórica**. [s.d.] Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>. Acesso em: 09 jul. 2021.

SODRÉ, Fernando Fabríz. **Fontes Difusas de Poluição da Água: características e métodos de controle**. 2012. Artigos Temáticos do AQQUA, 1, 9-16. Disponível em: <https://www.aqqua.unb.br/images/Artigos/Tematicos/difusa.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SOUZA, A. dos S., & FURRIER, M. F. **Caracterização geomorfológica e ocupação antrópica de zonas costeiras: o caso da Ponta do Seixas, litoral da Paraíba - Brasil.** Revista do Departamento de Geografia, v. 30, p. 166-178. 15 dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rdg.v30i0.98321>. Acesso em: 27 maio 2021.

STEHMANN, João Renato, et al (eds.). **Plantas da Floresta Atlântica.** Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 3–12, 2009.

SUSTENTAREA. **ODS 6 – Água e Saneamento básico.** São Paulo: USP, 5 set. 2020. Núcleo de Extensão da USP sobre alimentação sustentável. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/sustentarea/2020/09/05/ods-6-agua-e-saneamento-basico/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

TELLES, Luciana Oliveira. **Clusters e a indústria ligada à área da saúde em Ribeirão Preto.** 2002. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-10122002-104359/pt-br.php>. Acesso em: jun. 2021.

Topografia social da cidade de João Pessoa / Aldaíza Sposati (Coord.), Frederico Ramos, Dirce Koga, Marinalva Conserva, José Constantino Silveira Jr. E Alice Gambardella. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. 172p.: il.

TRATA BRASIL. **Água.** c2021. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/agua>. Acesso em: 07 jun. 2021.

TRATA BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** c2021. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 07 jun. 2021.

TRATA BRASIL. Painel Saneamento Brasil. **Região Metropolitana de João Pessoa.** 2019. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/saneamento-mais/por-ano?id=1&S%5Bid%5D=251>. Acesso em: 09 jul. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de fiscalização.** 2017. Secretaria Geral de Controle Externo. Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba. 33 p. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2018/Fiscobras2017/anexo/SINTETICOS/Sint%C3%A9tico_2017_140.pdf. Acesso em: 09 jul. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório de Auditoria Operacional nos Sistemas de Abastecimento de Água no Estado da Paraíba:** 2010. Disponível em: <https://tce.pb.gov.br/publicacoes/publicacoes-1/relatorio-de-auditoria-operacional-nos-sistemas-de-abastecimento-de-agua-no-estado-da-pb-ano-2010>.

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli. 1997. **Hidrologia: ciência e aplicação**. 2.ed. Porto Alegre: ABRH/ Editora da UFRGS, 1997. Col. ABRH de Recursos Hídricos, v.4.

UFPB (org.). **Gota d'água: cartografia dos rios e corais ameaçados de João Pessoa**. 2020. 2 p. Disponível em: http://www.prpg.ufpb.br/prpg/contents/downloads/gotadagua_Bemcomum_versaofinal.pdf. Acesso em: 08 jun. 2021.

UNICEF. **1 em cada 3 pessoas no mundo não tem acesso a água potável, dizem o UNICEF e a OMS: Novo relatório sobre as desigualdades no acesso a água, saneamento e higiene também revela que mais da metade do mundo não tem acesso a serviços de saneamento seguro**. 18 jun. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-agua-potavel-dizem-unicef-oms>. Acesso em: 12 maio 2021.

VAN WINDEN, Willem, et al. **Creating Knowledge Locations in Cities Innovation and integration challenges**. London: Routledge, Department of Regional, Port and Transport Economics, Erasmus University Rotterdam, 2012. 304 p.

VASCONCELLOS, Alexandre; MÉLO, Ana Cerilza S; VASCONCELOS SEGUNDO, Eusébio de M.; BANDEIRA, Ademar G. **Cupins de duas florestas de restinga no nordeste brasileiro**. Iheringia, Sér. Zool. 95 (2), Jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/isz/a/qzVRbgVBM5hMqCY8tpw4Sk/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2021.

VERAS, Claudia Inês Matos. **Jovens da Escola Quilombola de Paratibe-PB: Convivência, pertencimento e negação**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Fortaleza, 2019. 188 p.: il. color. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/55149/5/2019_tese_cimveras.pdf. Acesso em 05 maio 2021.

VIEIRA, Tereza Raquel Cavalcanti. **Análise da gestão de resíduos sólidos, após a implementação do plano de gestão integrada do município de João Pessoa-PB**. Tese (Graduação) – Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, nov. 2017. 51 p.: il. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13684>. Acesso em: 13 maio 2021.

VISINTAINER, Eric. **Conheça o ecossistema de inovação na Paraíba: Saiba quais são as startups de destaque do ecossistema de inovação da Paraíba, que possui duas incubadoras e um novíssimo Parque Tecnológico**. 22 fev. 2021. Disponível em: <https://www.whow.com.br/eficiencia/conheca-o-ecossistema-de-inovacao-na-paraiba/>. Acesso em: 13 maio 2021.

WALDVOGEL, Bernadette Cunha. **Técnicas de projeção populacional para o planejamento regional**. Belo Horizonte: UFMG, CEDEPLAR, 1998. 162 p.

12 ANEXOS

12.1 ANEXO I – TABELA METODOLOGIA: FINANÇAS

Fonte: Conselho Federal de Administração



Tabela Metodologia - Finanças



Dimensão	Indicador	Variável	Objetivo da mensuração da variável	Forma de cálculo	Fonte	Ano	Link	Data de extração	Periodicidade	Polaridade	
Fiscal	Fiscal	Autonomia	Analisa a relação entre as receitas oriundas da atividade econômica do município e os custos para financiar suas operações	Receita Local menos Estrut.Admin dividido pela Receita Corrente Líquida	Sistema FIRJAN	2019	https://www.firjan.com.br/figf/downloads/	01/11/2019	Anual	Maior-melhor	
		Investimentos	Mede a capacidade de investir do município	Investimentos dividido pela Receita Total	Sistema FIRJAN	2019	https://www.firjan.com.br/figf/downloads/	01/11/2019	Anual	Maior-melhor	
		Liquidez	Mede a capacidade de pagamento das obrigações do município	Caixa menos Restos a Pagar dividido pela Receita Corrente Líquida	Sistema FIRJAN	2019	https://www.firjan.com.br/figf/downloads/	01/11/2019	Anual	Maior-melhor	
		Gasto com pessoal	Mensura o nível de gastos com pessoal do município	Gastos com Pessoal dividido pela Receita Corrente Líquida	Sistema FIRJAN	2019	https://www.firjan.com.br/figf/downloads/	01/11/2019	Anual	Maior-melhor	
	<p>Obs. Os dados extraídos do IFGF se apresentam da forma como foram divulgados pela Firjan. Logo, foi feito um tratamento para que os dados obtidos na Forma de Cálculo fossem apresentados na forma de um índice que varia de 0 a 1. Tal índice se apresenta sempre na polaridade "Maior-Melhor". Por exemplo, Gasto com Pessoal é sabido que quanto menor, melhor para o município, porém o índice dado pela Firjan já fez os ajustes necessários para que o índice fique com a polaridade "Maior-Melhor". Logo, quanto maior a nota, menor o gasto com pessoal. Para mais informações, acesse: https://www.firjan.com.br/data/files/88/94/7D/5D/33F0F61053918AE6A8A809C2/IFGF-2019_anexo-metodologico3.pdf</p>										
	Investimento per capita	Gastos per capita em saúde	Medir o grau de investimento do governo na saúde pública.	O valor de despesas com saúde (despesas empenhadas na conta saúde) dividido pela população.	Secretaria do Tesouro Nacional	2018	https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf	02/10/2019	Anual	Maior-melhor	
		Gastos per capita em educação	Medir o grau de investimento do governo na educação.	O valor de despesas com educação (despesas empenhadas na conta educação) dividido pela população.	Secretaria do Tesouro Nacional	2018	https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf	02/10/2019	Anual	Maior-melhor	
	Custo do Legislativo	Gasto per capita do legislativo	Mede o gasto do município com o legislativo	Gasto com legislativo (despesas empenhadas na conta legislativo) dividido pela população.	Secretaria do Tesouro Nacional	2018	https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf	02/10/2019	Anual	Menor-melhor	
	Equilíbrio Previdenciário	Indicador da Situação Previdenciária	Mede a adequação e sustentabilidade financeira do Sistema de previdência municipal	Nota obtida pelo ISP conforme os critérios da metodologia	Secretaria de Previdência do Ministério da Economia	2018.1	http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/indicador-de-situacao-previdenciaria/	02/10/2019	Anual	Maior-melhor	

Tabela Metodologia - Gestão

Dimensão	Indicador	Variável	Objetivo da mensuração da variável	Forma de cálculo	Fonte	Ano	Link	Data de extração	Periodicidade	Polaridade
Gestão	Planejamento	Planejamento da despesa	Mensura a adequação do planejamento de despesas do município	Valor de restos a pagar não processados (despesas orçamentárias no total geral da despesa de inscrição de RPNP) dividido pela despesa total do município (despesas orçamentárias na total geral de despesas empenhadas)	Secretaria do Tesouro Nacional	2018	https://siconf.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf	02/10/2019	Anual	Menor-melhor
		Captação de recursos	Avalia a capacidade de captação de recursos do município	Valor de recursos captados em convênio (1.7.6.0.00.00.00 - Transferências de Convênios) dividido pela receita corrente total do município.	Secretaria do Tesouro Nacional	2018	https://siconf.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf	02/10/2019	Anual	Maior-melhor
		Lei geral MPE	Mede a implementação da Lei geral de incentivo a MPEs nos municípios	Média aritmética das notas obtidas nos subitens da lei geral.	Sebrae	2019	http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional/VisualizarRankingEstados.do?acao=	02/10/2019	Anual	Maior-melhor
	Colaboradores	Servidores <i>per capita</i>	Verificar a proporção de servidores da administração pública direta e indireta na população do município.	Total de colaboradores na administração direta, dividido pela população.	MUNIC-IBGE	2018	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=10798&t=downloads	02/10/2019	Bianual	Menor-melhor
		Comissionados	Verificar a proporção de comissionados no total de servidores (administração direta e indireta)	Total de comissionados sem vínculo na administração direta, dividido pelo total de colaboradores.	MUNIC-IBGE	2018	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=10798&t=downloads	02/10/2019	Bianual	Menor-melhor
	Transparência	Disponibilidade das informações	Verifica o nível de informações prestadas nas bases de dados federais	Número de informações disponíveis dividido pelo total de bases de dados	IGM	2020	--	10/03/2020	Anual	Maior-melhor
		CAUC	Analisa a regularidade do município com o CAUC	Número de pendências do CAUC em relação ao total de itens.	Secretaria do Tesouro Nacional	2020	http://sti.tesouro.gov.br/cauc/index.jsf	28/01/2020	Anual	Menor-melhor
		Transparência	Mede o nível de cumprimento dos municípios com relação às leis referentes à transparência no Brasil.	Checklist realizado pelo MPF com os municípios.	Ministério Público Federal	2016	http://www.rankingdatransparencia.mpf.mp.br/	02/10/2019	Bianual	Maior-melhor

Tabela Metodologia - Desempenho

Dimensão	Indicador	Variável	Objetivo da mensuração da variável	Forma de cálculo	Fonte	Ano	Link	Data de extração	Periodicidade	Polaridade
Desempenho	Saúde	Mortalidade infantil	Número de crianças que sobreviveram ao primeiro ano de vida	Número de óbitos de residentes com menos de um ano dividido pelo número total de nascidos vivos de mães residentes e por fim, multiplicado por mil	Datasus	2017	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205	24/10/2019	Anual	Menor-melhor
		Cobertura da Atenção básica	Mede a cobertura da população atendida pela Atenção Básica	População coberta pelas equipes da Saúde da Família e Atenção Básica dividido pela população total	Datasus	2019	https://gestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaAB.xhtml	13/01/2020	Anual	Maior-melhor
		Cobertura vacinal	Avalia a capacidade de realizar campanhas de vacinação pelo município	Cobertura populacional de todas as campanhas vacinais (utiliza-se a categoria de imunizações).	Datasus	2019	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defhttm.exe?oni/cnv/conibr.def	30/01/2020	Anual	Maior-melhor
	Educação	Abandono escolar	Indica o % de alunos que deixam de frequentar a escola	Razão entre a quantidade de abandono e o total das matrículas efetuadas no ano, multiplicada por 100 em escolas públicas municipais rurais e urbanas	INEP	2018	http://inep.gov.br/indicadores-educacionais	24/10/2019	Bianual	Menor-melhor
		IDEB 5º ano	Mede a qualidade e aprendizado do ensino fundamental dos anos iniciais (1º ao 5º ano)	Resultado da rede pública de ensino dos anos iniciais no IDEB.	INEP	2017	http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados	20/01/2020	Bianual	Maior-melhor
		IDEB 9º ano	Mede a qualidade e aprendizado do ensino fundamental dos anos finais (6º ao 9º ano)	Resultado da rede pública de ensino dos anos finais no IDEB.	INEP	2017	http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados	20/01/2020	Bianual	Maior-melhor
		Taxa de distorção idade-série	Mede o aprendizado dos alunos da rede municipal	Proporção de alunos nos anos iniciais do ensino fundamental com mais de 2 anos de atraso em escolas públicas municipais rurais e urbanas	INEP	2019	http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais	04/02/2020	Bianual	Menor-melhor
		Cobertura Creche	Avalia a cobertura de creche em relação às crianças de 0 a 3 anos	A taxa de cobertura em creches é calculada pela razão entre o número de matrículas e a população correspondente à faixa etária entre 0 e 3 anos.	ABRINC	2018	https://observatoriocrianca.org.br/cenario-inf	20/01/2020	Anual	Maior-melhor
	Segurança	Taxa de Homicídios	Mensura o número de homicídios ocorridos no município a cada 100 mil habitantes	Número de ocorrências (CID10 [X85-Y09 e Y35-Y36]) dividido pela população multiplicado por 100.000	Datasus	2017	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205	22/01/2020	Bianual	Menor-melhor
		Mortes no Trânsito	Mensura o número de mortes no trânsito ocorridas no município a cada 100 mil habitantes	Número de ocorrências (CID10 [CID-BR-10:104]) dividido pela população multiplicado por 100.000	Datasus	2017	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index	22/01/2020		Menor-melhor
	Saneamento e Meio Ambiente	Acesso à água	Avalia a população com acesso à água	População com serviço de água dividido pela população total (IN055).	SNIS	2018	http://aop4.mdr.gov.br/serieHistorica/	22/01/2020	Anual	Maior-melhor
		Acesso a coleta de esgoto	Avalia a população com acesso à esgoto	População com serviço de esgoto dividido pela população total (IN056)	SNIS	2018	http://aop4.mdr.gov.br/serieHistorica/	22/01/2020	Anual	Maior-melhor
		Tratamento de esgoto	Avalia a quantidade do esgoto tratado em relação à água consumida pelo município	Índice de esgoto tratado referido à água consumida (IN046/SNIS)	SNIS	2018	http://aop4.mdr.gov.br/serieHistorica/	22/01/2020	Anual	Maior-melhor
Vulnerabilidade Social	Vulnerabilidade social	Avalia o % da população em situação de vulnerabilidade econômica considerando pobreza e extrema pobreza	Número de pessoas cadastradas no CAD Único dividido pela população do município.	Ministério da Cidadania	2019	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/index.php?view=Cadastro%20%C3%A9Anico	22/01/2020	Anual	Menor-melhor	

12.2 ANEXO II – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO

Região de Participação Popular, bairro, tipologia e número de matriculados, total e por etapa de ensino, dos equipamentos da rede pública de Educação Básica do município de João Pessoa.

Região / Bairro	Tipo	Nome	Matrículas ⁽¹⁾								
			Total	Educação infantil			Ensino fundamental		Ensino médio	EJA	
				Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais			Anos finais
1ª REGIÃO			4.364	748	295	453	2.339	1.230	1.109	232	563
Bessa	CREI	Professora Antonieta Aranha de Macedo	241	241	125	116	-	-	-	-	-
Jardim Oceania	EMEIEF - ETI	Frei Albino	573	94	-	94	479	479	-	-	-
Jardim Oceania	EMEF - ETI	Chico Xavier	463	-	-	-	421	-	421	-	42
João Agripino	EEEF	Capitulina Satyro	121	-	-	-	121	121	-	-	-
Manaíra	CREI	Antonio Varandas de Carvalho	573	91	-	91	-	-	-	-	-
Manaíra	EMEIEF	Seráfico da Nóbrega	705	65	-	65	544	273	271	-	96
Manaíra	EMEF	Nazinha Barbosa	858	-	-	-	689	357	332	-	169
Manaíra	EEEFM - ECI	Dona Alice Carneiro	573	-	-	-	85	-	85	232	256
São José	CREI	Creusa Pires	137	137	137	-	-	-	-	-	-
São José	CREI	Criança Feliz	120	120	33	87	-	-	-	-	-
2ª REGIÃO			1.764	328	158	170	988	525	463	191	257
Altiplano Cabo Branco	CREI	Professor José de Carvalho da Costa Filho	137	137	89	48	-	-	-	-	-
Altiplano Cabo Branco	EMEIEF	Anita Trigueiro do Valle	528	32	-	32	408	234	174	-	88
Altiplano Cabo Branco	EEEFM	Padre Roma	314	-	-	-	82	-	82	154	78
Penha	CREI	Nossa Senhora da Penha	159	159	69	90	-	-	-	-	-
Penha	EMEF	Antônio Santos Coelho Neto	547	-	-	-	498	291	207	-	49
Penha	EEEM	Benedita Targino Maranhão	79	-	-	-	-	-	-	37	42
3ª REGIÃO			15.333	2.119	1.151	968	7.785	3.813	3.972	2.890	2.539
Costa do Sol	CREI	Maestro Pedro Santos	170	170	83	87	-	-	-	-	-
Costa do Sol	CREI	Márcia Suênia Madruga Alves da Silva	550	550	323	227	-	-	-	-	-
Costa do Sol	EMEF	Professor Afonso Pereira da Silva	1.522	-	-	-	1.280	709	571	-	242
Mangabeira	CEI - ETI	Centro de Educação Integrado Arthur da Costa Freire	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mangabeira	CREI	Benjamim Gomes Maranhão	82	82	82	-	-	-	-	-	-
Mangabeira	CREI	Custódia Nobrega	150	150	150	-	-	-	-	-	-
Mangabeira	CREI	Edileuza Maria de Souza	43	43	43	-	-	-	-	-	-

Região / Bairro	Tipo	Nome	Matrículas ⁽¹⁾								
			Total	Educação infantil			Ensino fundamental			Ensino médio	EJA
				Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais	Anos finais		
Mangabeira	CREI	Rebeca Cristina Alves Simões	144	144	144	-	-	-	-	-	
Mangabeira	CREI	Bergalice Vasconcelos	118	118	70	48	-	-	-	-	
Mangabeira	CREI	Josiara Telino de Lacerda	149	149	59	90	-	-	-	-	
Mangabeira	CREI	Karina Zagel de Mendonça	140	140	47	93	-	-	-	-	
Mangabeira	CREI	Maria de Lourdes Toscano Brandão	111	111	50	61	-	-	-	-	
Mangabeira	CREI	Vera Lúcia Santana Neiva	132	132	100	32	-	-	-	-	
Mangabeira	CREI	Roberta Rodrigues Tavares	131	131	-	131	-	-	-	-	
Mangabeira	EMEIEF - ETI	Professora Ana Cristina Rolin Machado	640	65	-	65	575	575	-	-	
Mangabeira	EMEIEF - ETIp	Professor João Gadelha de Oliveira Filho	330	78	-	78	252	252	-	-	
Mangabeira	EMEIEF	David Trindade	954	56	-	56	898	426	472	-	
Mangabeira	EMEF	Virginius da Gama e Melo	604	-	-	-	604	268	336	-	
Mangabeira	EEEF	Professora Maria de Fátima Souto	401	-	-	-	401	182	219	-	
Mangabeira	EMEF	Índio Piragibe	1.151	-	-	-	1.040	528	512	-	
Mangabeira	EMEF	Luiz Vaz de Camões	864	-	-	-	727	310	417	-	
Mangabeira	EEEF	Borges da Fonseca	484	-	-	-	392	228	164	-	
Mangabeira	EEEF	Professora Rita de Miranda Henriques	693	-	-	-	391	335	56	-	
Mangabeira	EMEF	Zumbi dos Palmares	604	-	-	-	447	-	447	-	
Mangabeira	EE	Colégio da Polícia Militar (CPM) Estudante Rebeca Cristina Alves Simoes	617	-	-	-	275	-	275	342	
Mangabeira	EEEFM	Professora Maria Bronzeado Machado	205	-	-	-	106	-	106	99	
Mangabeira	EEEFM	Professor José Baptista de Mello	643	-	-	-	177	-	177	332	
Mangabeira	EEEFM	Professora Maria Jacy Costa	270	-	-	-	78	-	78	91	
Mangabeira	EEEFM	Severino Dias de Oliveira Mestre Sivuca	572	-	-	-	97	-	97	146	
Mangabeira	EEEFM - ECI	Pedro Lins Vieira de Melo	280	-	-	-	45	-	45	121	
Mangabeira	EE - ECIT	Pastor João Pereira Gomes Filho	489	-	-	-	-	-	-	489	
Mangabeira	EEEM	Cônego Luiz Gonzaga de Oliveira	853	-	-	-	-	-	-	804	
Mangabeira	EEEM - ECI	Compositor Luis Ramalho	303	-	-	-	-	-	-	225	
Mangabeira	EEEM - ECI	João Roberto Borges de Souza	315	-	-	-	-	-	-	241	
Mangabeira	EEEFM	Graciliano Ramos (Penitenciária Desembargador Silvio Porto)	619	-	-	-	-	-	-	619	
4ª REGIÃO			11.783	2.016	1.045	971	6.244	3.073	3.171	1.957	
Muçumagro	EEEF	Professora Dagmar Mendonça Limeira	206	-	-	-	206	206	-	-	
Muçumagro	EEEFM	Domingos José da Paixão	497	-	-	-	324	89	235	173	
Paratibe	CREI	Dom Marcelo	293	293	168	125	-	-	-	-	

Região / Bairro	Tipo	Nome	Matrículas ⁽¹⁾								
			Total	Educação infantil			Ensino fundamental		Ensino médio	EJA	
				Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais			Anos finais
Paratibe	CREI	Professora Marinete Paiva Fernandes de Oliveira	180	180	80	100	-	-	-	-	-
Paratibe	EMEIEF - ETI	Dom Marcelo Pinto Cavalheira	699	104	-	104	595	595	-	-	-
Paratibe	EMEIEF	Professora Antônia do Socorro Silva Machado	1.411	80	-	80	1.091	518	573	-	240
Planalto da Boa Esperança	CREI	Maria Auxiliadora Amaral Di Lorenzo	577	577	369	208	-	-	-	-	-
Planalto da Boa Esperança	EMEF	Comendador Cícero Leite	1.005	-	-	-	922	550	372	-	83
Valentina	CREI	Gloria Cunha Lima	222	222	143	79	-	-	-	-	-
Valentina	CREI	João Leite Gambarra Neto	311	311	176	135	-	-	-	-	-
Valentina	CREI	Santa Bárbara	193	193	109	84	-	-	-	-	-
Valentina	EMEIEF	Dom Helder Câmara	1.287	56	-	56	1.103	517	586	-	128
Valentina	EEEEF	Professora Tercia Bonavides Lins	355	-	-	-	355	202	153	-	-
Valentina	EEEEF	Professora Adélia de Franca	805	-	-	-	560	249	311	-	245
Valentina	EEEEFM	Doutor João Navarro Filho	965	-	-	-	520	147	373	127	318
Valentina	EE	Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral (CPDAC)	1.458	-	-	-	187	-	187	1.093	178
Valentina	EEEEFM - ECI	Professor Celestin Malzac	841	-	-	-	292	-	292	410	139
Valentina	EEEEFM - ECIT	Professor Olívio Pinto	478	-	-	-	89	-	89	154	235
5ª REGIÃO			16.349	2.829	1.475	1.354	9.358	4.909	4.449	2.370	1.792
Cidade dos Colibris	CREI	Geruza Olinda de Souza	127	127	127	-	-	-	-	-	-
Costa e Silva	CREI	Violeta Formiga	104	104	63	41	-	-	-	-	-
Costa e Silva	EMEIEF	Monteiro Lobato	402	100	-	100	302	302	-	-	-
Costa e Silva	EMEIEF - ETIp	Duque de Caxias	426	38	-	38	388	160	228	-	-
Costa e Silva	EEEEF	Capistrano de Abreu	127	-	-	-	127	127	-	-	-
Costa e Silva	EEEEF	Joaquim Nabuco	123	-	-	-	123	79	44	-	-
Costa e Silva	EMEF	Duarte da Silveira	615	-	-	-	426	-	426	-	189
Cuiá	CREI	Suellen Oliveira da Silva	146	146	112	34	-	-	-	-	-
Cuiá	EEEEFM - ECI	Milton Campos	182	-	-	-	48	-	48	134	-
Ernani Sátiro	CREI	Calula Leite	211	211	132	79	-	-	-	-	-
Ernani Sátiro	CREI	Stelina Nunes de Magalhaes	143	143	98	45	-	-	-	-	-
Ernani Sátiro	EMEF	Ernany Satyro	261	-	-	-	261	261	-	-	-

Região / Bairro	Tipo	Nome	Matrículas ⁽¹⁾								
			Total	Educação infantil			Ensino fundamental		Ensino médio	EJA	
				Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais			Anos finais
Ernani Sátiro	EMEF	Anísio Teixeira	354	-	-	-	292	137	155	-	62
Ernani Sátiro	EEEM - ECIT	Prefeito Oswaldo Pessoa	630	-	-	-	-	-	-	550	80
Ernesto Geisel	CREI	Olga Maria Leite Vieira de Figueiredo	110	110	110	-	-	-	-	-	-
Ernesto Geisel	CREI	Arlete de Almeida Nunes	200	200	150	50	-	-	-	-	-
Ernesto Geisel	CREI	Menino Jesus	82	82	58	24	-	-	-	-	-
Ernesto Geisel	EMEIEF	Padre Leonel da França	697	119	-	119	578	578	-	-	-
Ernesto Geisel	EMEIEF - ETIp	José Eugênio Lins de Albuquerque	525	82	-	82	344	344	-	-	99
Ernesto Geisel	EEEF	Professora Concita Barros	252	-	-	-	252	252	-	-	-
Ernesto Geisel	EMEF	Fenelon Camara	1.073	-	-	-	985	-	985	-	88
Ernesto Geisel	EEEM - ECIT	Cônego Francisco Gomes de Lima	379	-	-	-	-	-	-	231	148
Funcionários	CREI	Maria da Penha Macedo de Melo	135	135	81	54	-	-	-	-	-
Funcionários	CREI	Maria de Nazaré	51	51	29	22	-	-	-	-	-
Funcionários	CREI	Noêmia Trindade	163	163	108	55	-	-	-	-	-
Funcionários	CREI	Santa Terezinha	129	129	66	63	-	-	-	-	-
Funcionários	EMEF	Darcy Ribeiro	1.077	35	-	35	923	325	598	-	119
Funcionários	EEEF	Governador Antônio Mariz	320	-	-	-	320	134	186	-	-
Funcionários	EMEF	Moema Tinoco Cunha Lima	849	-	-	-	786	361	425	-	63
Funcionários	EEEFM	Professora Débora Duarte	602	-	-	-	27	-	27	360	215
Funcionários	EEEM - ECIT	José do Patrocínio	511	-	-	-	-	-	-	401	110
Grotão	EMEIEF	Pedra do Reino	540	72	-	72	468	468	-	-	-
Grotão	EEEF	Gustavo Capanema	219	-	-	-	219	219	-	-	-
Grotão	EMEF	Tharcilla Barbosa da Franca	614	-	-	-	474	-	474	-	140
João Paulo II	CREI	Manoel Soares Rodrigues	148	148	67	81	-	-	-	-	-
João Paulo II	CREI	Maria Ruth de Souza	79	79	55	24	-	-	-	-	-
João Paulo II	EMEIEF - ETI	Economista Celso Monteiro Furtado	361	41	-	41	320	320	-	-	-
João Paulo II	EMEIEF - ETI	Deputado Antônio Nominando Diniz	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	-	S/I
João Paulo II	EEEFM	Presidente Costa e Silva	523	-	-	-	181	-	181	342	-
João Paulo II	EEEFM - ECI	Professor Paulo Freire	340	-	-	-	64	-	64	120	156
José Américo	CREI	Laranjeiras	191	191	110	81	-	-	-	-	-
José Américo	CREI	Maria de Fátima Amorim Navarro	181	181	109	72	-	-	-	-	-
José Américo	EMEIEF	Carlos Neves da Franca	508	111	-	111	397	397	-	-	-
José Américo	EMEF - ETI	Radegundis Feitosa Nunes	455	31	-	31	345	345	-	-	79
José Américo	EMEF - ETI	Ministro José Américo de Almeida	783	-	-	-	669	100	569	-	114

Região / Bairro	Tipo	Nome	Matrículas ⁽¹⁾								
			Total	Educação infantil			Ensino fundamental		Ensino médio	EJA	
				Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais			Anos finais
José Américo	EEEFM - ECI	Daura Santiago Rangel	401	-	-	-	39	-	39	232	130
6ª REGIÃO			8.780	1.576	777	799	5.737	3.174	2.563	373	1.094
Distrito Industrial	CREI	Glauce Burity	150	150	93	57	-	-	-	-	-
Distrito Industrial	EEEF	Domênica Andrea Magliano	75	-	-	-	75	75	-	-	-
Distrito Industrial	EMEF	Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque	1.011	-	-	-	856	411	445	-	155
Indústrias	CREI	Fabiana Oliveira Lucena	107	107	107	-	-	-	-	-	-
Indústrias	CREI	Nenzinha Cunha Lima	125	125	29	96	-	-	-	-	-
Indústrias	EMEF	Cantalice Leite Magalhaes	682	60	-	60	622	329	293	-	-
Indústrias	EEEFM	Santos Dumont	315	-	-	-	152	-	152	163	-
Indústrias	EEEM - ECIT	Dom José Maria Pires	460	-	-	-	-	-	-	210	250
Jardim Veneza	CREI	Gertrudes Maria Escrava Liberta no Século XIX	100	100	47	53	-	-	-	-	-
Jardim Veneza	CREI	Margarida Maria Alves	66	66	46	20	-	-	-	-	-
Jardim Veneza	EMEIEF	João Monteiro da Franca	1.107	131	-	131	805	440	365	-	171
Jardim Veneza	EMEF - ETI	Professor Paulo Freire	266	-	-	-	266	266	-	-	-
Jardim Veneza	EMEF	Presidente João Pessoa	1.022	-	-	-	813	372	441	-	209
Mumbaba	CREI	Maria Emília Coelho da Silva Correia	209	209	127	82	-	-	-	-	-
Mumbaba	CREI	Professora Maria das Graças da Silva Queiroz	237	237	154	83	-	-	-	-	-
Mumbaba	CREI	Tereza Cristina de Albuquerque	261	261	174	87	-	-	-	-	-
Mumbaba	EMEIEF - ETIp	Deputado Edme Tavares de Albuquerque	599	58	-	58	541	541	-	-	-
Mumbaba	EMEIEF	Professora Anayde Beiriz	1.988	72	-	72	1.607	740	867	-	309
7ª REGIÃO			13.258	1.686	820	866	6.854	3.247	3.607	3.184	1.534
Cristo Redentor	CREI	Roberto Vieira Batista	199	199	199	-	-	-	-	-	-
Cristo Redentor	CREI	Rodrigo Moreno Costa	131	131	131	-	-	-	-	-	-
Cristo Redentor	CREI	Terezinha Batista de Oliveira	120	120	120	-	-	-	-	-	-
Cristo Redentor	CREI	Santa Emília de Rodat	119	119	-	119	-	-	-	-	-
Cristo Redentor	EMEIEF	Américo Falcão	611	53	-	53	558	558	-	-	-
Cristo Redentor	EMEIEF - ETI	Agostinho Fonseca Neto	397	127	-	127	270	270	-	-	-
Cristo Redentor	EMEIEF - ETI	Padre Bartolomeu de Gusmão	294	68	-	68	226	226	-	-	-
Cristo Redentor	EMEIEF - ETIp	Augusto dos Anjos	486	106	-	106	298	298	-	-	82
Cristo Redentor	EMEIEF	Professor Luiz Mendes Pontes	477	61	-	61	416	183	233	-	-
Cristo Redentor	EMEF	Padre Pedro Serrão	718	-	-	-	718	68	650	-	-

Região / Bairro	Tipo	Nome	Matrículas ⁽¹⁾								
			Total	Educação infantil			Ensino fundamental		Ensino médio	EJA	
				Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais			Anos finais
Cristo Redentor	EMEIEF - ETI	Ubirajara Targino Botto	267	-	-	-	267	144	123	-	-
Cristo Redentor	EMEF	Educador Francisco Pereira da Nobrega	769	-	-	-	665	348	317	-	104
Cristo Redentor	EMEF	Santa Ângela	516	-	-	-	342	55	287	-	174
Cristo Redentor	EEEEF	Padre Miguelinho	342	-	-	-	215	42	173	-	127
Cristo Redentor	EEEEF	Gonçalves Dias	232	-	-	-	62	-	62	-	170
Cristo Redentor	EEEM	Escritor José Lins do Rego ⁽²⁾	0	-	-	-	-	-	-	0	-
Cristo Redentor	EEEM	Professor Orlando Cavalcanti Gomes	1.463	-	-	-	-	-	-	1.341	122
Cristo Redentor	EEEM - ECI	Professora Lílissa de Paiva Leite	178	-	-	-	-	-	-	178	-
Cristo Redentor	EEEFM	Professor Geraldo Lafayette Bezerra	312	-	-	-	-	-	-	-	312
Jaguaribe	CREI	Diotília Guedes Pereira	159	159	95	64	-	-	-	-	-
Jaguaribe	CREI	Maria Risomar Dantas	93	93	70	23	-	-	-	-	-
Jaguaribe	EMEIEF - ETI	Rotary Francisco Edwar de Aguiar	205	25	-	25	180	180	-	-	-
Jaguaribe	EMEIEF	Analice Caldas	339	20	-	20	278	132	146	-	41
Jaguaribe	EEEEF	Padre Azevedo	162	-	-	-	102	102	-	-	60
Jaguaribe	EEEEF	Isabel Maria das Neves	405	-	-	-	405	-	405	-	-
Jaguaribe	EE	Instituto Dom Aduino (escola mista)	418	-	-	-	418	-	418	-	-
Jaguaribe	EEEFM - ECIT	Professor Pedro Augusto Porto Caminha	285	-	-	-	119	-	119	93	73
Jaguaribe	EEEM - ECI	Professora Maria do Carmo de Miranda	255	-	-	-	-	-	-	255	-
Jaguaribe	EF	Instituto Federal da Paraíba (IFPB) - Campus João Pessoa	1.488	-	-	-	-	-	-	1.317	171
Varjão	CREI	Rosa Andrade de Lima	109	109	109	-	-	-	-	-	-
Varjão	CREI	São Francisco	172	172	96	76	-	-	-	-	-
Varjão	EMEIEF	Leônidas Santiago	646	50	-	50	596	297	299	-	-
Varjão	EMEIEF	Professor Durmeval Trigueiro Mendes	743	74	-	74	571	317	254	-	98
Varjão	EEEEF	Professor Mateus Ribeiro	148	-	-	-	148	27	121	-	-
8ª REGIÃO			10.044	1.138	421	717	5.980	3.253	2.727	1.148	1.778
Cruz das Armas	CREI	Adalgisa Vieira	164	164	137	27	-	-	-	-	-
Cruz das Armas	EMEIEF	Professora Analice Gonçalves Carvalho	169	45	-	45	124	124	-	-	-
Cruz das Armas	EMEIEF - ETI	Professor Oscar de Castro	350	136	-	136	214	214	-	-	-
Cruz das Armas	EMEIEF	Apolônio Sales de Miranda	552	55	-	55	497	255	242	-	-
Cruz das Armas	EEEEF	Castro Pinto	231	-	-	-	231	231	-	-	-
Cruz das Armas	EEEEF	Adelaide Novais	141	-	-	-	76	76	-	-	65
Cruz das Armas	EMEF	Zulmira de Novais	707	-	-	-	612	151	461	-	95
Cruz das Armas	EEEEF	Frei Martinho	503	-	-	-	384	114	270	-	119

Região / Bairro	Tipo	Nome	Matrículas ⁽¹⁾								
			Total	Educação infantil			Ensino fundamental		Ensino médio	EJA	
				Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais			Anos finais
Cruz das Armas	EMEF	Professor Aníbal Moura	244	-	-	-	220	-	220	-	24
Cruz das Armas	EEEM - ECI	Papa Paulo VI	860	-	-	-	-	-	-	489	371
Oitizeiro	CREI	Comissária Mariceli Pires Carneiro	100	100	100	-	-	-	-	-	-
Oitizeiro	CREI	Alexandre Ramalho Alves Filho	80	80	59	21	-	-	-	-	-
Oitizeiro	CREI	Floriano Augusto da Silva	100	100	54	46	-	-	-	-	-
Oitizeiro	CREI	Francisco Porto	97	97	71	26	-	-	-	-	-
Oitizeiro	EMEIEF	Napoleão Laureano	222	51	-	51	171	171	-	-	-
Oitizeiro	EMEIEF	Professor João Medeiros	318	81	-	81	237	237	-	-	-
Oitizeiro	EMEIEF - ETI	Arnaldo de Barros Moreira	237	26	-	26	211	211	-	-	-
Oitizeiro	EMEIEF - ETIp	Euclides da Cunha	228	52	-	52	176	176	-	-	-
Oitizeiro	EMEIEF - ETI	João XXIII	475	58	-	58	417	187	230	-	-
Oitizeiro	EMEIEF	Castro Alves	740	26	-	26	688	335	353	-	26
Oitizeiro	EMEIEF - ETIp	Almirante Barroso	588	67	-	67	412	242	170	-	109
Oitizeiro	EEEF	Plácido de Castro	100	-	-	-	100	100	-	-	-
Oitizeiro	EMEF	Doutor José Novais	359	-	-	-	299	299	-	-	60
Oitizeiro	EEEF	José de Alencar	234	-	-	-	130	130	-	-	104
Oitizeiro	EMEF - ETI	Dom José Maria Pires	277	-	-	-	277	-	277	-	-
Oitizeiro	EMEF - ETI	Doutor João Santa Cruz de Oliveira	323	-	-	-	154	-	154	-	169
Oitizeiro	EEEFM	Doutor Otávio Novais	866	-	-	-	217	-	217	376	273
Oitizeiro	EEEFM	Luzia Simões Bartollini	354	-	-	-	89	-	89	84	181
Oitizeiro	EEEFM - ECIT	Cônego Nicodemos Neves	425	-	-	-	44	-	44	199	182
9ª REGIÃO			5.936	1.225	499	726	3.563	2.013	1.550	640	508
Alto do Mateus	CREI	Margot Trindade	94	94	94	-	-	-	-	-	-
Alto do Mateus	CREI	Maria de Lourdes Gomes	310	310	44	266	-	-	-	-	-
Alto do Mateus	EMEF	Luiza Lima Lobo	610	49	-	49	561	561	-	-	-
Alto do Mateus	EMEIEF - ETI	Ana Nery	128	16	-	16	112	112	-	-	-
Alto do Mateus	EEEF	Claudina Mangueira de Moura	349	-	-	-	349	50	299	-	-
Alto do Mateus	EEEF	Henrique Dias	328	-	-	-	291	120	171	-	37
Alto do Mateus	EMEF	Doutor Severino Patricio	296	-	-	-	157	-	157	-	139
Alto do Mateus	EEEFM - ECI	Escritor Horácio de Almeida	532	-	-	-	46	-	46	486	-
Ilha do Bispo	CREI	Maria José de Miranda Burity	142	142	92	50	-	-	-	-	-
Ilha do Bispo	EMEIEF	José Peregrino de Carvalho	368	76	-	76	292	292	-	-	-
Ilha do Bispo	EMEF	Frutuoso Barbosa	482	20	-	20	351	144	207	-	111

Região / Bairro	Tipo	Nome	Matrículas ⁽¹⁾								
			Total	Educação infantil			Ensino fundamental		Ensino médio	EJA	
				Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais			Anos finais
Ilha do Bispo	EEEFM - ECIT	Raul Machado	257	-	-	-	103	-	103	154	-
Trincheiras	CREI	Lindemberg Vieira da Cunha Júnior	143	143	80	63	-	-	-	-	-
Trincheiras	CREI	Maria da Luz Melo Cunha	165	165	102	63	-	-	-	-	-
Trincheiras	CREI	Renato Lucena Nobrega	133	133	87	46	-	-	-	-	-
Trincheiras	EMEF	Santos Dumont	250	12	-	12	184	80	104	-	54
Trincheiras	EMEIEF - ETIp	Damásio Barbosa da Franca	507	65	-	65	347	221	126	-	95
Trincheiras	EEEF	Irmã Severina Cavalcante Souto	245	-	-	-	245	245	-	-	-
Varadouro	EEEF	Padre João Felix	97	-	-	-	97	97	-	-	-
Varadouro	EMEF	Frei Afonso	500	-	-	-	428	91	337	-	72
10ª REGIÃO			3.217	467	182	285	1.816	1.114	702	391	543
Roger	CREI	Assis Tavares	100	100	56	44	-	-	-	-	-
Roger	CREI	Frei Afonso	75	75	36	39	-	-	-	-	-
Roger	EMEIEF	Monsenhor João Coutinho	365	67	-	67	209	209	-	-	89
Roger	EEEE	Escola Estadual de Educação Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roger	EEEF	Ana Higina	181	-	-	-	181	67	114	-	-
Tambiá	CREI	Angela Maria Meira de Carvalho	170	170	90	80	-	-	-	-	-
Tambiá	EEEF	Epitácio Pessoa	470	-	-	-	470	470	-	-	-
Tambiá	EEEFM	Professora Maria Geny de Sousa Timóteo	600	-	-	-	353	-	353	83	164
Tambiá	EEEM - ECIT	Professor Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity	204	-	-	-	-	-	-	204	-
Treze de Maio	EMEIEF	General Ângelo Francisco Notare	272	55	-	55	217	217	-	-	-
Treze de Maio	EEEF	Desembargador Boto de Menezes	384	-	-	-	295	151	144	-	89
Treze de Maio	EEEFM	Audiocomunicação	396	-	-	-	91	-	91	104	201
11ª REGIÃO			9.583	1.058	528	530	5.987	2.979	3.008	1.285	1.253
Alto do Céu	CREI	Jornalista Oduvaldo Oliveira Batista	160	160	84	76	-	-	-	-	-
Alto do Céu	EEEF	Azorceriz Pires Ferreira	144	-	-	-	117	117	-	-	27
Alto do Céu	EMEF	Violeta Formiga	659	-	-	-	590	318	272	-	69
Alto do Céu	EEEF	Padre Cícero Romão Batista	393	-	-	-	237	146	91	-	156
Alto do Céu	EEEM	Padre Ibiapina	403	-	-	-	-	-	-	196	207
Estados	EMEF	General Rodrigo Otavio	405	-	-	-	379	162	217	-	26
Ipês	CREI	João Tota	234	234	234	-	-	-	-	-	-
Ipês	CREI	Amiguinhos	95	95	72	23	-	-	-	-	-
Ipês	CREI	Vicente Chaves Araújo	68	68	45	23	-	-	-	-	-
Ipês	CREI	Ubirajara Pinto Rodrigues	164	164	-	164	-	-	-	-	-

Região / Bairro	Tipo	Nome	Matrículas ⁽¹⁾								
			Total	Educação infantil			Ensino fundamental		Ensino médio	EJA	
				Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais			Anos finais
Ipês	EMEIEF - ETIp	Escritor Luiz Augusto Crispim	521	34	-	34	428	375	53	-	59
Ipês	EEEF	Fernandes Vieira	70	-	-	-	70	70	-	-	-
Ipês	EEEFM - ECI	Tenente Lucena	616	-	-	-	287	-	287	182	147
Mandacarú	EMEF	Senador Ruy Carneiro	704	132	-	132	572	346	226	-	-
Mandacarú	EEEF - ECI	Monsenhor Odilon Coutinho	299	-	-	-	299	299	-	-	-
Mandacarú	EMEF	Major José de Barros Moreira	496	-	-	-	496	147	349	-	-
Mandacarú	EMEF	Francisca Moura	582	-	-	-	423	-	423	-	159
Mandacarú	EEEFM - ECI	Monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas	381	-	-	-	-	-	S/I	213	168
Padre Zé	CREI	Maria da Conceição Alves Bezerra - Dona Tana	121	121	93	28	-	-	-	-	-
Padre Zé	EMEIEF	Professor Hugo Moura	982	50	-	50	697	359	338	-	235
Padre Zé	EEEF	Marcílio Dias	87	-	-	-	87	87	-	-	-
Pedro Gondim	EE	Centro Estadual Experimental de Ensino e Aprendizagem Sesquicentenário (CEEEA)	1.999	-	-	-	1.305	553	752	694	-
Pedro Gondim	EEEE	Escola Estadual de Educação Especial Ana Paula Ribeiro Barbosa Lira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12ª REGIÃO			6.242	1.105	481	624	4.348	2.633	1.715	173	616
Gramame	CREI	Luzia da Taipa	255	255	255	-	-	-	-	-	-
Gramame	CREI	Maria do Socorro Rodrigues	334	334	226	108	-	-	-	-	-
Gramame	CREI	Daura Santiago	328	328	-	328	-	-	-	-	-
Gramame	EMEIEF - ETIp	Joacil de Brito Pereira	771	188	-	188	583	583	-	-	-
Gramame	EMEIEF	Professora Lúcia Giovanna Duarte de Melo	899	-	-	-	899	899	-	-	-
Gramame	EMEF	Jornalista Raimundo Nonato Batista	916	-	-	-	852	852	-	-	64
Gramame	EMEF	Antenor Navarro	1.330	-	-	-	1.117	262	855	-	213
Gramame	EMEF	Deputado Fernando Paulo Carrilho Milanez	1.052	-	-	-	875	37	838	-	177
Gramame	EEEFM - ECI	Cineasta Linduarte Noronha	357	-	-	-	22	-	22	173	162
13ª REGIÃO			6.686	605	282	323	2.027	1.021	1.006	3.413	641
Centro	CREI	Yala Petit de Araújo Ferreira	99	99	47	52	-	-	-	-	-
Centro	EEEF	Antônio Pessoa	270	-	-	-	183	183	-	-	87
Centro	EE	Instituto de Educação da Paraíba (IEP)	882	-	-	-	-	-	-	882	-
Centro	EEEFM	Professora Argentina Pereira Gomes	897	-	-	-	138	-	138	759	-
Centro	EEEM	Lyceu Paraibano	569	-	-	-	-	-	-	569	-

Região / Bairro	Tipo	Nome	Matrículas ⁽¹⁾								
			Total	Educação infantil			Ensino fundamental		Ensino médio	EJA	
				Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais			Anos finais
Centro	EEEM - ECIT	Professora Olivina Olivia Carneiro da Cunha	381	-	-	-	-	-	-	381	-
Miramar	CREI	Delegada Maria Teresa de Souza Leite	201	201	127	74	-	-	-	-	-
Tambauzinho	EMEIEF - ETIp	Governador Leonel Brizola	354	10	-	10	344	137	207	-	-
Tambauzinho	EEEF	José Vieira	412	-	-	-	324	179	145	-	88
Torre	CREI	Júlia Ramos	107	107	52	55	-	-	-	-	-
Torre	CREI	Nossa Senhora da Boa Esperança	100	100	56	44	-	-	-	-	-
Torre	EMEF - ETI	Cônego João de Deus	214	31	-	31	183	183	-	-	-
Torre	EMEF	Cônego Matias Freire	485	57	-	57	339	339	-	-	89
Torre	EEEFM	Professor João José da Costa	376	-	-	-	182	-	182	194	-
Torre	EEEFM - ECIT	Padre Hildon Bandeira	287	-	-	-	215	-	215	72	-
Torre	EEEFM	Professor Raul Cordula	277	-	-	-	119	-	119	63	95
Torre	EEEM	Professora Antônia Rangel de Farias	775	-	-	-	-	-	-	493	282
14ª REGIÃO			4.674	1.020	611	409	2.368	1.109	1.259	434	852
Anatólia	EMEF	Lions Tambau	543	-	-	-	447	211	236	-	96
Anatólia	EEEF	Francisco Campos	209	-	-	-	209	-	209	-	-
Bancários	CREI	Arthur Antônio Belarmino Ferreira	420	420	345	75	-	-	-	-	-
Bancários	CREI	Nossa Senhora de Fátima	81	81	57	24	-	-	-	-	-
Bancários	CREI	Rita Gadelha de Sá	117	117	66	51	-	-	-	-	-
Bancários	EMEF	Aruanda	708	45	-	45	663	294	369	-	-
Bancários	EMEIEF	Olivio Ribeiro Campos	609	83	-	83	526	264	262	-	-
Bancários	EEEF	Dom Carlos Coelho	114	-	-	-	103	50	53	-	11
Bancários	EEEM - ECIT	Francisca Ascensão Cunha	218	-	-	-	-	-	-	154	64
Castelo Branco	CREI	Julian Nunes de Figueiredo	94	94	71	23	-	-	-	-	-
Castelo Branco	CREI	Santa Clara	104	104	50	54	-	-	-	-	-
Castelo Branco	EF	Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba (EEBAS/UFPB)	220	76	22	54	144	144	-	-	-
Castelo Branco	EEEF	Desembargador Braz Baracuhy	259	-	-	-	121	121	-	-	138
Castelo Branco	EEEF	São Rafael	52	-	-	-	25	25	-	-	27
Castelo Branco	EEEF	Almirante Tamandaré	176	-	-	-	130	-	130	-	46
Castelo Branco	EEEM - ECIT	Presidente João Goulart	280	-	-	-	-	-	-	280	-
Castelo Branco	EF	Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (CE/UFPB) - Núcleo de	329	-	-	-	-	-	-	-	329

Região / Bairro	Tipo	Nome	Matrículas ⁽¹⁾								
			Total	Educação infantil			Ensino fundamental		Ensino médio	EJA	
				Total	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais			Anos finais
		Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio									
Castelo Branco	EF	Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba (ETS/UFPB) ⁽²⁾	0	-	-	-	-	-	-	-	0
Jardim Cidade Universitária	EEEF - ECIS	Almirante Saldanha	141	-	-	-	-	-	-	-	141

Nota: EJA = Educação de Jovens e Adultos; CREI = Centro de Referência em Educação Infantil; EMEF = Escola Municipal de Ensino Fundamental; EMEIEF = Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental; EEEF = Escola Estadual de Ensino Fundamental; EEEFM = Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio; EEEM = Escola Estadual de Ensino Médio; EEEE = Escola Estadual de Educação Especial; EE = Equipamento estadual; EF = Equipamento federal; ETI = Escola em Tempo Integral; ETIp = Escola em Tempo Integral parcialmente integralizada; ECI = Escola Cidadã Integral; ECIT = Escola Cidadã Integral Técnica; ECIS = Escola Cidadã Integral Socioeducativa; S/I = Sem informação. (1) Considerando os dados de 2021 para as matrículas da rede pública municipal (SECEC) e de 2020 para as demais (MEC/INEP, 2020). (2) Sem alunos registrados no Censo Escolar (MEC/INEP, 2020).

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), MEC/INEP (2020), SEECT/PB (2021a), SEDEC.

12.3 ANEXO III – CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Região de Participação Popular, bairro, tipologia, oferta de ensino, caracterização e avaliação dos equipamentos da rede pública municipal de Educação Básica do município de João Pessoa - 2021.

Região / Bairro	Tipo	Nome	Oferta ensino	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾								
				Média alunos/turma	Acima da capacidade	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende materiais/mobiliários	
1ª REGIÃO												
Bessa	CREI	Professora Antonieta Aranha de Macedo	CRE, PRE	24	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Não	
Jardim Oceania	EMEIEF - ETI	Frei Albino	PRE, AI	30	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Não	
Jardim Oceania	EMEF - ETI	Chico Xavier	AF, EJA	29	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Sim	Sim	
Manaíra	CREI	Antonio Varandas de Carvalho	PRE	23	Não	Sim	Próprio	Boa	Não	Não	Sim	
Manaíra	EMEIEF	Seráfico da Nóbrega	PRE, AI, AF, EJA	28	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim	
Manaíra	EMEF	Nazinha Barbosa	AI, AF, EJA	29	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	
São José	CREI	Creusa Pires	CRE	27	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	
São José	CREI	Criança Feliz	CRE, PRE	30	Sim	Não	Cedido	Regular	Não	Não	Sim	
2ª REGIÃO												
Altiplano Cabo Branco	CREI	Professor José de Carvalho da Costa Filho	CRE, PRE	23	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim	
Altiplano Cabo Branco	EMEIEF	Anita Trigueiro do Valle	PRE, AI, AF, EJA	24	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Sim	Sim	
Penha	CREI	Nossa Senhora da Penha	CRE, PRE	23	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim	
Penha	EMEF	Antônio Santos Coelho Neto	AI, AF, EJA	12	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Não	
3ª REGIÃO												
Costa do Sol	CREI	Maestro Pedro Santos	CRE, PRE	28	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Não	
Costa do Sol	CREI	Márcia Suênia Madruga Alves da Silva	CRE, PRE	26	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Não	
Costa do Sol	EMEF	Professor Afonso Pereira da Silva	AI, AF, EJA	35	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim	
Mangabeira	CEI - ETI	Centro de Educação Integrado Arthur da Costa Freire	CT	S/I	S/I	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim	
Mangabeira	CREI	Benjamim Gomes Maranhão	CRE	21	Não	Sim	Cedido	Regular	Não	Não	Sim	
Mangabeira	CREI	Custódia Nobrega	CRE	25	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	
Mangabeira	CREI	Edileuza Maria de Souza	CRE	9	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Não	

Região / Bairro	Tipo	Nome	Oferta ensino	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
				Média alunos/turma	Acima da capacidade	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende materiais/mobiliários
Mangabeira	CREI	Rebeca Cristina Alves Simões	CRE	24	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Não
Mangabeira	CREI	Bergalice Vasconcelos	CRE, PRE	24	Sim	Não	Cedido	Boa	Não	Não	Sim
Mangabeira	CREI	Josiara Telino de Lacerda	CRE, PRE	21	Sim	Não	Cedido	Regular	Não	Não	Não
Mangabeira	CREI	Karina Zagel de Mendonça	CRE, PRE	23	Sim	Não	Cedido	Regular	Não	Não	Sim
Mangabeira	CREI	Maria de Lourdes Toscano Brandão	CRE, PRE	22	Sim	Não	Cedido	Boa	Não	Não	Sim
Mangabeira	CREI	Vera Lúcia Santana Neiva	CRE, PRE	19	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Não
Mangabeira	CREI	Roberta Rodrigues Tavares	PRE	33	Sim	Não	Cedido	Boa	Não	Não	Sim
Mangabeira	EMEIEF - ETI	Professora Ana Cristina Rolin Machado	PRE, AI	22	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Não
Mangabeira	EMEIEF - ETIp	Professor João Gadelha de Oliveira Filho	PRE, AI	25	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Mangabeira	EMEIEF	David Trindade	PRE, AI, AF	29	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Mangabeira	EMEF	Virginius da Gama e Melo	AI, AF	30	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Mangabeira	EMEF	Índio Piragibe	AI, AF, EJA	33	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Não
Mangabeira	EMEF	Luiz Vaz de Camões	AI, AF, EJA	33	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Mangabeira	EMEF	Zumbi dos Palmares	AF, EJA	38	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
4ª REGIÃO											
Paratibe	CREI	Dom Marcelo	CRE, PRE	24	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Paratibe	CREI	Professora Marinete Paiva Fernandes de Oliveira	CRE, PRE	26	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Paratibe	EMEIEF - ETI	Dom Marcelo Pinto Cavalheira	PRE, AI	28	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Paratibe	EMEIEF	Professora Antônia do Socorro Silva Machado	PRE, AI, AF, EJA	32	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Sim	Não
Planalto da Boa Esperança	CREI	Maria Auxiliadora Amaral Di Lorenzo	CRE, PRE	19	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
Planalto da Boa Esperança	EMEF	Comendador Cícero Leite	AI, AF, EJA	30	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Não
Valentina	CREI	Gloria Cunha Lima	CRE, PRE	22	Sim	Não	Cedido	Boa	Não	Sim	Não
Valentina	CREI	João Leite Gambarra Neto	CRE, PRE	22	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Não
Valentina	CREI	Santa Bárbara	CRE, PRE	28	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Valentina	EMEIEF	Dom Helder Câmara	PRE, AI, AF, EJA	35	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim

Região / Bairro	Tipo	Nome	Oferta ensino	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
				Média alunos/turma	Acima da capacidade	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende materiais/mobiliários
Cidade dos Colibris	CREI	Geruza Olinda de Souza	CRE	25	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
5ª REGIÃO											
Costa e Silva	CREI	Violeta Formiga	CRE, PRE	26	Sim	Não	Cedido	Ruim	Não	Não	Sim
Costa e Silva	EMEIEF	Monteiro Lobato	PRE, AI	24	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Costa e Silva	EMEIEF - ETIp	Duque de Caxias	PRE, AI, AF	28	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Costa e Silva	EMEF	Duarte da Silveira	AF, EJA	36	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Cuiá	CREI	Suellen Oliveira da Silva	CRE, PRE	24	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
Ernani Sátiro	CREI	Calula Leite	CRE, PRE	21	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Não
Ernani Sátiro	CREI	Stelina Nunes de Magalhaes	CRE, PRE	24	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Ernani Sátiro	EMEF	Ernany Satyro	AI	26	Não	Não	Próprio	Ruim	Sim	Não	Sim
Ernani Sátiro	EMEF	Anísio Teixeira	AI, AF, EJA	25	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Ernesto Geisel	CREI	Olga Maria Leite Vieira de Figueiredo	CRE	22	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Ernesto Geisel	CREI	Arlete de Almeida Nunes	CRE, PRE	22	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Sim	Sim
Ernesto Geisel	CREI	Menino Jesus	CRE, PRE	21	Não	Sim	Cedido	Regular	Não	Não	Sim
Ernesto Geisel	EMEIEF	Padre Leonel da França	PRE, AI	32	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Ernesto Geisel	EMEIEF - ETIp	José Eugênio Lins de Albuquerque	PRE, AI, EJA	24	Sim	Não	Próprio	Ruim	Sim	Não	Sim
Ernesto Geisel	EMEF	Fenelon Camara	AF, EJA	40	Sim	Não	Próprio	Ruim	Sim	Não	Não
Funcionários	CREI	Maria da Penha Macedo de Melo	CRE, PRE	27	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Funcionários	CREI	Maria de Nazaré	CRE, PRE	17	Não	Sim	Próprio	Ruim	Não	Sim	Sim
Funcionários	CREI	Noêmia Trindade	CRE, PRE	20	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Funcionários	CREI	Santa Terezinha	CRE, PRE	22	Sim	Não	Cedido	Ruim	Não	Não	Sim
Funcionários	EMEF	Darcy Ribeiro	PRE, AI, AF, EJA	31	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Sim	Sim
Funcionários	EMEF	Moema Tinoco Cunha Lima	AI, AF, EJA	34	Sim	Não	Próprio	Ruim	Sim	Não	Sim
Grotão	EMEIEF	Pedra do Reino	PRE, AI	27	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Grotão	EMEF	Tharcilla Barbosa da Franca	AF, EJA	31	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
João Paulo II	CREI	Manoel Soares Rodrigues	CRE, PRE	30	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
João Paulo II	CREI	Maria Ruth de Souza	CRE, PRE	20	Não	Sim	Alugado	Regular	Não	Não	Sim
João Paulo II	EMEIEF - ETI	Economista Celso Monteiro Furtado	PRE, AI	26	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
João Paulo II	EMEIEF - ETI	Deputado Antônio Nominando Diniz	S/I	S/I	S/I	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
José Américo	CREI	Laranjeiras	CRE, PRE	24	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim

Região / Bairro	Tipo	Nome	Oferta ensino	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
				Média alunos/turma	Acima da capacidade	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende materiais/mobiliários
José Américo	CREI	Maria de Fátima Amorim Navarro	CRE, PRE	23	Sim	Não	Cedido	Regular	Não	Não	Não
José Américo	EMEIEF	Carlos Neves da Franca	PRE, AI	28	Sim	Não	Próprio	Boa	Sim	Não	Sim
José Américo	EMEF - ETI	Radegundis Feitosa Nunes	PRE, AI, EJA	25	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
José Américo	EMEF - ETI	Ministro José Américo de Almeida	AI, AF, EJA	30	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Distrito Industrial	CREI	Glauce Burity	CRE, PRE	25	Sim	Sim	Cedido	Ruim	Não	Não	Sim
6ª REGIÃO											
Distrito Industrial	EMEF	Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque	AI, AF, EJA	35	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Indústrias	CREI	Fabiana Oliveira Lucena	CRE	21	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Indústrias	CREI	Nenzinha Cunha Lima	CRE, PRE	21	Sim	Não	Cedido	Regular	Não	Não	Sim
Indústrias	EMEF	Cantalice Leite Magalhaes	PRE, AI, AF	31	Sim	Não	Próprio	Ruim	Sim	Não	Sim
Jardim Veneza	CREI	Gertrudes Maria Escrava Liberta no Século XIX	CRE, PRE	25	Sim	Sim	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Jardim Veneza	CREI	Margarida Maria Alves	CRE, PRE	22	Sim	Não	Cedido	Ruim	Não	Não	Sim
Jardim Veneza	EMEIEF	João Monteiro da Franca	PRE, AI, AF, EJA	33	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Jardim Veneza	EMEF - ETI	Professor Paulo Freire	AI	27	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Jardim Veneza	EMEF	Presidente João Pessoa	AI, AF, EJA	37	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Mumbaba	CREI	Maria Emília Coelho da Silva Correia	CRE, PRE	23	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Sim	Sim
Mumbaba	CREI	Professora Maria das Graças da Silva Queiroz	CRE, PRE	26	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Sim	Sim
Mumbaba	CREI	Tereza Cristina de Albuquerque	CRE, PRE	26	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Sim	Sim
Mumbaba	EMEIEF - ETIp	Deputado Edme Tavares de Albuquerque	PRE, AI	29	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Sim	Sim
Mumbaba	EMEIEF	Professora Anayde Beiriz	PRE, AI, AF, EJA	34	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
7ª REGIÃO											
Cristo Redentor	CREI	Roberto Vieira Batista	CRE	25	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Não
Cristo Redentor	CREI	Rodrigo Moreno Costa	CRE	22	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Cristo Redentor	CREI	Terezinha Batista de Oliveira	CRE	20	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Cristo Redentor	CREI	Santa Emília de Rodat	PRE	30	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Cristo Redentor	EMEIEF	Américo Falcão	PRE, AI	27	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Sim	Não

Região / Bairro	Tipo	Nome	Oferta ensino	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
				Média alunos/turma	Acima da capacidade	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende materiais/mobiliários
Cristo Redentor	EMEIEF - ETI	Agostinho Fonseca Neto	PRE, AI	26	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
Cristo Redentor	EMEIEF - ETI	Padre Bartolomeu de Gusmão	PRE, AI	27	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Cristo Redentor	EMEIEF - ETIp	Augusto dos Anjos	PRE, AI, EJA	22	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Sim	Sim
Cristo Redentor	EMEIEF	Professor Luiz Mendes Pontes	PRE, AI, AF	27	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Cristo Redentor	EMEF	Padre Pedro Serrão	AI, AF	36	Sim	Não	Alugado	Regular	Não	Não	Sim
Cristo Redentor	EMEIEF - ETI	Ubirajara Targino Botto	AI, AF	30	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Cristo Redentor	EMEF	Educador Francisco Pereira da Nobrega	AI, AF, EJA	33	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Cristo Redentor	EMEF	Santa Ângela	AI, AF, EJA	32	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Jaguaribe	CREI	Diotília Guedes Pereira	CRE, PRE	16	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Jaguaribe	CREI	Maria Risomar Dantas	CRE, PRE	19	Não	Sim	Cedido	Boa	Não	Não	Sim
Jaguaribe	EMEIEF - ETI	Rotary Francisco Edwar de Aguiar	PRE, AI	29	Não	Não	Cedido	Boa	Não	Sim	Sim
Jaguaribe	EMEIEF	Analice Caldas	PRE, AI, AF, EJA	28	Sim	Não	Próprio	Ruim	Sim	Não	Sim
Varjão	CREI	Rosa Andrade de Lima	CRE	22	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Varjão	CREI	São Francisco	CRE, PRE	22	Sim	Não	Cedido	Boa	Não	Não	Sim
Varjão	EMEIEF	Leônidas Santiago	PRE, AI, AF	31	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Varjão	EMEIEF	Professor Durmeval Trigueiro Mendes	PRE, AI, AF, EJA	26	Não	Não	Próprio	Ruim	Sim	Não	Sim
8ª REGIÃO											
Cruz das Armas	CREI	Adalgisa Vieira	CRE, PRE	27	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Não
Cruz das Armas	EMEIEF	Professora Analice Gonçalves Carvalho	PRE, AI	24	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Cruz das Armas	EMEIEF - ETI	Professor Oscar de Castro	PRE, AI	27	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Cruz das Armas	EMEIEF	Apolônio Sales de Miranda	PRE, AI, AF	28	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Cruz das Armas	EMEF	Zulmira de Novais	AI, AF, EJA	27	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Cruz das Armas	EMEF	Professor Aníbal Moura	AF, EJA	24	Não	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
Oitizeiro	CREI	Comissária Mariceli Pires Carneiro	CRE	20	Não	Sim	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Oitizeiro	CREI	Alexandre Ramalho Alves Filho	CRE, PRE	20	Sim	Sim	Cedido	Boa	Não	Não	Sim
Oitizeiro	CREI	Floriano Augusto da Silva	CRE, PRE	25	Sim	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Oitizeiro	CREI	Francisco Porto	CRE, PRE	24	Sim	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Não
Oitizeiro	EMEIEF	Napoleão Laureano	PRE, AI	25	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Oitizeiro	EMEIEF	Professor João Medeiros	PRE, AI	24	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim

Região / Bairro	Tipo	Nome	Oferta ensino	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
				Média alunos/turma	Acima da capacidade	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende materiais/mobiliários
Oitizeiro	EMEIEF - ETI	Arnaldo de Barros Moreira	PRE, AI	30	Sim	Não	Próprio	Ruim	Sim	Não	Sim
Oitizeiro	EMEIEF - ETIp	Euclides da Cunha	PRE, AI	19	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Oitizeiro	EMEIEF - ETI	João XXIII	PRE, AI, AF	32	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Oitizeiro	EMEIEF	Castro Alves	PRE, AI, AF, EJA	30	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Oitizeiro	EMEIEF - ETIp	Almirante Barroso	PRE, AI, AF, EJA	29	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
Oitizeiro	EMEF	Doutor José Novais	AI, EJA	28	Não	Não	Cedido	Regular	Sim	Não	Sim
Oitizeiro	EMEF - ETI	Dom José Maria Pires	AF	28	Não	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
Oitizeiro	EMEF - ETI	Doutor João Santa Cruz de Oliveira	AF, EJA	25	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Alto do Mateus	CREI	Margot Trindade	CRE	24	Não	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Não
9ª REGIÃO											
Alto do Mateus	CREI	Maria de Lourdes Gomes	CRE, PRE	44	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Alto do Mateus	EMEF	Luiza Lima Lobo	PRE, AI	25	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Alto do Mateus	EMEIEF - ETI	Ana Nery	PRE, AI	21	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Alto do Mateus	EMEF	Doutor Severino Patricio	AF, EJA	25	Não	Não	Próprio	Ruim	Sim	Não	Não
Ilha do Bispo	CREI	Maria José de Miranda Burity	CRE, PRE	28	Não	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Ilha do Bispo	EMEIEF	José Peregrino de Carvalho	PRE, AI	25	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Ilha do Bispo	EMEF	Frutuoso Barbosa	PRE, AI, AF, EJA	27	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Trincheiras	CREI	Lindemberg Vieira da Cunha Júnior	CRE, PRE	24	Sim	Sim	Cedido	Regular	Não	Não	Sim
Trincheiras	CREI	Maria da Luz Melo Cunha	CRE, PRE	28	Sim	Não	Cedido	Boa	Não	Não	Sim
Trincheiras	CREI	Renato Lucena Nobrega	CRE, PRE	22	Não	Sim	Cedido	Regular	Não	Não	Sim
Trincheiras	EMEF	Santos Dumont	PRE, AI, AF, EJA	18	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Trincheiras	EMEIEF - ETIp	Damásio Barbosa da Franca	PRE, AI, AF, EJA	27	Não	Não	Cedido	Regular	Não	Sim	Sim
Varadouro	EMEF	Frei Afonso	AI, AF, EJA	28	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Não
10ª REGIÃO											
Roger	CREI	Assis Tavares	CRE, PRE	25	Sim	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Roger	CREI	Frei Afonso	CRE, PRE	19	Não	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Roger	EMEIEF	Monsenhor João Coutinho	PRE, AI, EJA	23	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Tambiá	CREI	Angela Maria Meira de Carvalho	CRE, PRE	21	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim

Região / Bairro	Tipo	Nome	Oferta ensino	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
				Média alunos/turma	Acima da capacidade	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende materiais/mobiliários
Treze de Maio	EMEIEF	General Ângelo Francisco Notare	PRE, AI	30	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
11ª REGIÃO											
Alto do Céu	CREI	Jornalista Oduvaldo Oliveira Batista	CRE, PRE	20	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Alto do Céu	EMEF	Violeta Formiga	AI, AF, EJA	27	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Estados	EMEF	General Rodrigo Otavio	AI, AF, EJA	23	Não	Não	Cedido	Regular	Sim	Não	Sim
Ipês	CREI	João Tota	CRE	23	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Sim	Não
Ipês	CREI	Amiguinhos	CRE, PRE	24	Sim	Não	Cedido	Boa	Não	Não	Sim
Ipês	CREI	Vicente Chaves Araújo	CRE, PRE	23	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Ipês	CREI	Ubirajara Pinto Rodrigues	PRE	23	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Ipês	EMEIEF - ETIp	Escritor Luiz Augusto Crispim	PRE, AI, AF, EJA	25	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Não
Mandacarú	EMEF	Senador Ruy Carneiro	PRE, AI, AF	27	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Não
Mandacarú	EMEF	Major José de Barros Moreira	AI, AF	29	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim
Mandacarú	EMEF	Francisca Moura	AF, EJA	32	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
Padre Zé	CREI	Maria da Conceição Alves Bezerra - Dona Tana	CRE, PRE	20	Sim	Sim	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Padre Zé	EMEIEF	Professor Hugo Moura	PRE, AI, AF, EJA	33	Sim	Não	Próprio	Ruim	Sim	Não	Sim
12ª REGIÃO											
Gramame	CREI	Luzia da Taipa	CRE	26	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Gramame	CREI	Maria do Socorro Rodrigues	CRE, PRE	24	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
Gramame	CREI	Daura Santiago	PRE	21	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim
Gramame	EMEIEF - ETIp	Joacil de Brito Pereira	PRE, AI	31	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
Gramame	EMEIEF	Professora Lúcia Giovanna Duarte de Melo	AI	30	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim
Gramame	EMEF	Jornalista Raimundo Nonato Batista	AI, EJA	28	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Sim	Sim
Gramame	EMEF	Antenor Navarro	AI, AF, EJA	29	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Sim	Sim
Gramame	EMEF	Deputado Fernando Paulo Carrilho Milanez	AI, AF, EJA	33	Não	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim
13ª REGIÃO											
Centro	CREI	Yala Petit de Araújo Ferreira	CRE, PRE	25	Sim	Sim	Cedido	Regular	Não	Não	Sim
Miramar	CREI	Delegada Maria Teresa de Souza Leite	CRE, PRE	22	Sim	Não	Cedido	Boa	Não	Sim	Sim

Região / Bairro	Tipo	Nome	Oferta ensino	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾								
				Média alunos/turma	Acima da capacidade	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende materiais/mobiliários	
Tambauzinho	EMEIEF - ETIp	Governador Leonel Brizola	PRE, AI, AF	35	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	
Torre	CREI	Júlia Ramos	CRE, PRE	27	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	
Torre	CREI	Nossa Senhora da Boa Esperança	CRE, PRE	20	Sim	Não	Cedido	Ruim	Não	Não	Sim	
Torre	EMEF - ETI	Cônego João de Deus	PRE, AI	21	Não	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	
Torre	EMEF	Cônego Matias Freire	PRE, AI, EJA	26	Não	Não	Próprio	Regular	Sim	Não	Sim	
14ª REGIÃO												
Anatólia	EMEF	Lions Tambau	AI, AF, EJA	27	Não	Não	Próprio	Boa	Não	Não	Sim	
Bancários	CREI	Arthur Antônio Belarmino Ferreira	CRE, PRE	25	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Sim	Não	
Bancários	CREI	Nossa Senhora de Fátima	CRE, PRE	27	Sim	Sim	Cedido	Regular	Não	Sim	Sim	
Bancários	CREI	Rita Gadelha de Sá	CRE, PRE	23	Sim	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim	
Bancários	EMEF	Aruanda	PRE, AI, AF	35	Não	Não	Próprio	Boa	Sim	Sim	Sim	
Bancários	EMEIEF	Olívio Ribeiro Campos	PRE, AI, AF	34	Sim	Não	Próprio	Regular	Sim	Sim	Sim	
Castelo Branco	CREI	Julian Nunes de Figueiredo	CRE, PRE	24	Não	Sim	Cedido	Regular	Não	Não	Sim	
Castelo Branco	CREI	Santa Clara	CRE, PRE	26	Sim	Não	Próprio	Boa	Não	Sim	Sim	

Nota: CREI = Centro de Referência em Educação Infantil; EMEF = Escola Municipal de Ensino Fundamental; EMEIEF = Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental; EEEF = Escola Estadual de Ensino Fundamental; EEEFM = Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio; EEEM = Escola Estadual de Ensino Médio; EEEE = Escola Estadual de Educação Especial; EE = Equipamento estadual; EF = Equipamento federal; ETI = Escola em Tempo Integral; ETIp = Escola em Tempo Integral parcialmente integralizada; ECI = Escola Cidadã Integral; ECIT = Escola Cidadã Integral Técnica; CRE = Creche; PRE = Pré-escola; AI = Anos iniciais do ensino fundamental; AF = Anos Finais do ensino fundamental; EM = Ensino Médio; EJA = Educação de Jovens e Adultos; CT = Contraturno; S/I = Sem informação. (1) Realizada por SEDEC.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), MEC/INEP (2020); SEDEC.

12.4 ANEXO IV – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Região de Participação Popular, bairro, gestão administrativa, tipologia e atendimento dos equipamentos da rede pública de saúde do município de João Pessoa.

Região / Bairro	Gestão	Tipo	Nome	Atendimento
1ª REGIÃO				
Aeroclube	Municipal	Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	UPA Oceania	Vigilância, Ambulatorial, Urgência, SADT
Bessa	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Bessa Integrada	Ambulatorial
Brisamar	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	CEDRUL - Centro de Diagnóstico por Imagem	Ambulatorial
Manaíra	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	Centro de Saúde Maria Luiza Targino	Ambulatorial
Manaíra	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF São José Integrada	Ambulatorial
2ª REGIÃO				
Altiplano Cabo Branco	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Altiplano Integrada	Ambulatorial
Penha	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Penha	Ambulatorial
Portal do Sol	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Cidade Recreio Integrada	Ambulatorial
Tambaú	Municipal	Policlínica	Policlínica Municipal Praias	Ambulatorial, SADT
Tambaú	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Laboratório de Análises Clínicas Doutor Raully de Barros Pinto	SADT
3ª REGIÃO				
Mangabeira	Municipal	Central de Gestão em Saúde	Distrito Sanitário III - Mangabeira	Vigilância
Mangabeira	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Cidade Verde Integrada	Ambulatorial
Mangabeira	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Mangabeira Integrada	Ambulatorial
Mangabeira	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Nova Aliança	Ambulatorial
Mangabeira	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Nova Esperança Integrada	Ambulatorial
Mangabeira	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Nova União Integrada	Ambulatorial
Mangabeira	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Quatro Estações Integrada	Ambulatorial
Mangabeira	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Verde Mares Integrada	Ambulatorial
Mangabeira	Municipal	Policlínica	Policlínica Municipal Mangabeira	Vigilância, Ambulatorial, SADT
Mangabeira	Municipal	Hospital Geral	Complexo Hospitalar Municipal Governador Tarcisio de Miranda Burity	Vigilância, Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Mangabeira	Estadual	Centro de Saúde/Unidade Básica	Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão	Ambulatorial
Mangabeira	Estadual	Centro de Saúde/Unidade Básica	Unidade Presídio Silvio Porto	Ambulatorial
4ª REGIÃO				
Paratibe	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Paratibe II	Ambulatorial
Paratibe	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Rosa de Fátima Integrada	Ambulatorial
Planalto da Boa Esperança	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Ipiranga Integrada	Ambulatorial

Região / Bairro	Gestão	Tipo	Nome	Atendimento
Valentina	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Caminho do Sol Integrada	Ambulatorial
Valentina	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Doce Mãe de Deus	Ambulatorial
Valentina	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Valentina Integrada	Ambulatorial
Valentina	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Canto da Harmonia - Centro de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	Ambulatorial
Valentina	Municipal	Hospital Especializado / Pediatria	Hospital Municipal Valentina	Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Valentina	Municipal	Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	UPA Célio Pires de Sá	Vigilância, Ambulatorial, Urgência, SADT
5ª REGIÃO				
Água Fria	Municipal	Central de Regulação Médica das Urgências	SAMU 192 Regional de João Pessoa	Regulação
Água Fria	Municipal	Centro de Imunização	Rede de Frio - Central Municipal de Imunobiológicos Doutor José Eymard	Ambulatorial
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base Bayeux USB 13	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base Cabedelo USB 11	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base Conde USB 12	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa MT 01	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa MT 02	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa MT 03	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa MT 04	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa MT 05	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa MT 06	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa MT 07	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USA 01	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USA 02	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USA 03	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USA 04	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USA 05	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USB 01	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USB 02	Ambulatorial, Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USB 03	Ambulatorial, Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USB 04	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USB 05	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USB 06	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base João Pessoa USB 07	Urgência
Água fria	Municipal	Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar	SAMU 192 Base Santa Rita USB 10	Urgência
Cidade dos Colibris	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Colibris I	Ambulatorial

Região / Bairro	Gestão	Tipo	Nome	Atendimento
Cidade dos Colibris	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Colibris II	Ambulatorial
Costa e Silva	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Costa e Silva Integrada	Ambulatorial
Cuiá	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Cuiá Integrada	Ambulatorial
Cuiá	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Saúde em Ação	Ambulatorial
Ernani Sátiro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Saúde e Vida Integrada	Ambulatorial
Ernani Sátiro	Municipal	Polo Academia de Saúde	Academia da Saúde Ernani Sátiro	Ambulatorial
Ernesto Geisel	Municipal	Central de Gestão em Saúde	Distrito Sanitário II - Cristo	Vigilância
Ernesto Geisel	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Geisel Integrada	Ambulatorial
Ernesto Geisel	Municipal	Polo Academia de Saúde	Academia da Saúde Ernesto Geisel	Ambulatorial
Funcionários	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Funcionários II 2ª Etapa	Ambulatorial
Funcionários	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Funcionários III/IV e Presidente Médici Integrada	Ambulatorial
Funcionários	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Maria de Nazaré	Ambulatorial
João Paulo II	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Grotão Integrada	Ambulatorial
João Paulo II	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Integrando Vidas Integrada	Ambulatorial
José Américo	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF José Américo I	Ambulatorial
José Américo	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF José Américo Integrada	Ambulatorial
6ª REGIÃO				
Distrito Industrial	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Anayde Beiriz	Ambulatorial
Distrito Industrial	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Mumbaba	Ambulatorial
Indústrias	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Bairro das Indústrias Integrada	Ambulatorial
Indústrias	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Padre Ibiapina	Ambulatorial
Jardim Veneza	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Jardim Saúde Integrada	Ambulatorial
Jardim Veneza	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Vieira Diniz Integrada	Ambulatorial
Mumbaba	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Bairro das Indústrias Cidade Verde I	Ambulatorial
Mumbaba	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Bairro das Indústrias Cidade Verde II	Ambulatorial
Mumbaba	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Bairro das Indústrias Cidade Verde III	Ambulatorial
7ª REGIÃO				
Cristo Redentor	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Espaço Saúde Integrada	Ambulatorial
Cristo Redentor	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Rangel VII	Ambulatorial
Cristo Redentor	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Riacho Doce Maçonaria	Ambulatorial
Cristo Redentor	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Unindo Vidas Integrada	Ambulatorial
Cristo Redentor	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Vila Saúde Integrada	Ambulatorial
Cristo Redentor	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Associação Pestalozzi da Paraíba	Ambulatorial
Cristo Redentor	Municipal	Policlínica	Policlínica Municipal Cristo	Ambulatorial, SADT
Cristo Redentor	Municipal	Unidade de Acolhimento Infantil	Unidade de Acolhimento Infantil	Outros

Região / Bairro	Gestão	Tipo	Nome	Atendimento
Jaguaribe	Municipal	Laboratório de Saúde Pública	Laboratório Central Municipal (LACEN)	SADT
Jaguaribe	Estadual	Centro de Saúde/Unidade Básica	Centro de Saúde Gutemberg Botelho	Ambulatorial
Jaguaribe	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Matinha I	Ambulatorial
Jaguaribe	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Matinha II e Paulo Afonso Integrada	Ambulatorial
Jaguaribe	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) - Jaguaribe	Ambulatorial, Urgência, SADT
Jaguaribe	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Centro de Reabilitação e Cuidado da Pessoa com Deficiência	Ambulatorial
Jaguaribe	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) - Municipal	Ambulatorial
Jaguaribe	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Marlex Laboratório de Prótese Dentária	Ambulatorial
Jaguaribe	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Tomocenter Diagnóstico Médico por Imagem	Ambulatorial
Jaguaribe	Municipal	Policlínica	Policlínica Municipal Jaguaribe	Ambulatorial, SADT
Jaguaribe	Municipal	Hospital Geral	Hospital São Luiz	Ambulatorial, Internação, SADT
Jaguaribe	Municipal	Hospital Geral	Hospital São Vicente de Paulo	Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Jaguaribe	Municipal	Hospital Geral	HUNE - Hospital Universitário Nova Esperança	Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Jaguaribe	Municipal	Hospital Especializado / Maternidade	Maternidade Cândida Vargas	Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Jaguaribe	Estadual	Hospital Especializado / Maternidade	Maternidade Frei Damião - Unidade II	Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Jaguaribe	Municipal	Hospital Especializado / Oncologia	Hospital Napoleão Laureano	Ambulatorial, Internação, SADT
Jaguaribe	Municipal	Hospital Especializado / Psiquiatria	Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira	Internação, SADT
Jaguaribe	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Serviço de Assistência Especializada (SAE) / Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) João Pessoa	Ambulatorial, SADT
Jaguaribe	Dupla	Centro de Atenção Homeopática e/ou Hematológica	Hemocentro do Estado da Paraíba	Ambulatorial, SADT
Jaguaribe	Estadual	Central de Gestão em Saúde	Regional de Saúde Complexo Regulador Estadual	Regulação
Jaguaribe	Estadual	Central de Gestão em Saúde	Secretaria de Estado de Saúde da Paraíba	Ambulatorial
Jaguaribe	Estadual	Central de Regulação do Acesso	Central Estadual de Regulação da Alta Complexidade (CERAC)	Regulação
Jaguaribe	Estadual	Central de Regulação do Acesso	Unidade Isolada de Tratamento Fora de Domicílio (TFD)	Regulação
Jaguaribe	Estadual	Central de Abastecimento	Central 1 de Imunização	Ambulatorial
Jaguaribe	Estadual	Central de Abastecimento	Central Estadual de Rede de Frio de João Pessoa	Vigilância
Jaguaribe	Estadual	Unidade de Vigilância em Saúde	Serviço de Verificação de Óbito (SVO) de João Pessoa	Vigilância
Jaguaribe	Estadual	Clínica/Centro de especialidade	Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) - Estadual	Vigilância
Jaguaribe	Estadual	Hospital Especializado / Doenças infectocontagiosas	Complexo Hospitalar de Doenças Infecto-contagiosas Doutor Clementino Fraga	Ambulatorial, Internação, SADT
Jaguaribe	Estadual	Hospital Especializado / Pediatria	Hospital Infantil Arlinda Marques	Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Varjão	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Qualidade de Vida Integrada	Ambulatorial
Varjão	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Rangel I	Ambulatorial

Região / Bairro	Gestão	Tipo	Nome	Atendimento
Varjão	Municipal	Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	CAPS Álcool e Drogas (AD) David Capistrano	Ambulatorial, Internação
8ª REGIÃO				
Cruz das Armas	Municipal	Central de Gestão em Saúde	Distrito Sanitário I - Cruz das Armas	Vigilância
Cruz das Armas	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Cruz das Armas I Integrada	Ambulatorial
Cruz das Armas	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Cruz das Armas III	Ambulatorial
Cruz das Armas	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Cruz das Armas IV	Ambulatorial
Cruz das Armas	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Banco de Leite Humano Anita Cabral	Ambulatorial, SADT
Cruz das Armas	Municipal	Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	UPA Augusto Almeida Filho	Vigilância, Ambulatorial, Urgência, SADT
Cruz das Armas	Estadual	Clínica/Centro de especialidade	Centro Odontológico Cruz das Armas	Ambulatorial, Urgência
Cruz das Armas	Estadual	Hospital Especializado / Maternidade	Maternidade Frei Damião - Unidade I	Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Oitizeiro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Bairro dos Novais I	Ambulatorial
Oitizeiro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Bairro dos Novais VI	Ambulatorial
Oitizeiro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Cruz das Armas II Integrada	Ambulatorial
Oitizeiro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Cruz das Armas IX	Ambulatorial
Oitizeiro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Cruz das Armas VII	Ambulatorial
Oitizeiro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Funcionários I 1ª Etapa	Ambulatorial
Oitizeiro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Funcionários I 2ª Etapa	Ambulatorial
Oitizeiro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Funcionários I Jardim Guaíba	Ambulatorial
Oitizeiro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Jardim Planalto Integrada	Ambulatorial
Oitizeiro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Saúde para Todos Integrada	Ambulatorial
9ª REGIÃO				
Alto do Mateus	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Alto do Mateus I	Ambulatorial
Alto do Mateus	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Alto do Mateus VI	Ambulatorial
Alto do Mateus	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Nova Conquista Integrada	Ambulatorial
Ilha do Bispo	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Ilha do Bispo Integrada	Ambulatorial
Trincheiras	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Cordão Encarnado I	Ambulatorial
Trincheiras	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Cordão Encarnado II	Ambulatorial
Trincheiras	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Distrito Mecânico Integrada	Ambulatorial
Varadouro	Municipal	Central de Regulação do Acesso	Central de Regulação de Serviços de Saúde	Regulação
10ª REGIÃO				
Róger	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Róger III	Ambulatorial
Róger	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Róger Integrada	Ambulatorial
Róger	Municipal	Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	CAPS Infante-juvenil Cirandar	Ambulatorial
Tambiá	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Tambiá	Ambulatorial
Tambiá	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Instituto de Oftalmologia Doutora Valdira Souza Carvalho	Ambulatorial

Região / Bairro	Gestão	Tipo	Nome	Atendimento
Tambiá	Municipal	Policlínica	Policlínica Municipal da Pessoa Idosa	Ambulatorial
Tambiá	Municipal	Hospital Geral	Hospital da Polícia Militar General Edson Ramalho	Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Tambiá	Municipal	Hospital Geral	Hospital Municipal Santa Isabel	Ambulatorial, Internação, SADT
Tambiá	Municipal	Hospital Geral	Hospital Padre Zé	Ambulatorial, Internação, SADT
Tambiá	Municipal	Hospital Geral	Hospital ProntoVida	Ambulatorial, Internação, Urgência
Treze de Maio	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	Centro de Saúde Francisco das Chagas Soares	Ambulatorial, SADT
Treze de Maio	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Viver Bem Integrada	Ambulatorial, SADT
11ª REGIÃO				
Alto do Céu	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	Centro de Saúde Lourival Gouveia Moura	Ambulatorial
Alto do Céu	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Alto do Céu I	Ambulatorial
Alto do Céu	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Alto do Céu II	Ambulatorial
Alto do Céu	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Alto do Céu Integrada	Ambulatorial
Estados	Municipal	Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	CAPS Doutor Gutemberg Botelho	Ambulatorial, Internação
Estados	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Clínica Radiológica Doutor Azulil Arruda	Ambulatorial
Estados	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Cone - Centro Oftalmológico do Nordeste	Ambulatorial
Estados	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Instituto dos Cegos da Paraíba	Ambulatorial
Estados	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	NEO - Núcleo Especializado em Oftalmologia	Ambulatorial
Estados	Municipal	Hospital-Dia/Isolado	Centro Médico Vanderlan Carvalho	Internação
Estados	Federal	Hospital Guarnição	Hospital de Guarnição de João Pessoa	Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Ipês	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Bairro dos Ipês	Ambulatorial
Ipês	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Mandacarú VII	Ambulatorial
Mandacarú	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Mandacarú IX	Ambulatorial
Mandacarú	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Mandacarú VIII	Ambulatorial
Mandacarú	Municipal	Policlínica	Policlínica Municipal de Mandacarú	Regulação, Ambulatorial
Pedro Gondim	Municipal	Central de Gestão em Saúde	Dimpi - Gestão em Saúde (consórcio público)	Ambulatorial
Pedro Gondim	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Centro de Atividades Especiais Helena Holanda (CEH)	Ambulatorial
Pedro Gondim	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD)	Ambulatorial, SADT
Pedro Gondim	Estadual	Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos	Central Estadual de Transplante da Paraíba	Regulação
Pedro Gondim	Estadual	Hospital Geral	Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena	Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
12ª REGIÃO				
Gramame	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Colinas do Sul II Integrada	Ambulatorial
Gramame	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Conjunto 410	Ambulatorial
Gramame	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Mudança de Vida Integrada	Ambulatorial
Gramame	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Parque do Sol Integrada	Ambulatorial

Região / Bairro	Gestão	Tipo	Nome	Atendimento
Gramame	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Centro de Saúde Nova Esperança	Ambulatorial
Gramame	Municipal	Polo Academia de Saúde	Academia da Saúde Colinas do Sul	Ambulatorial
13ª REGIÃO				
Centro	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Varadouro Integrada	Ambulatorial
Centro	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Centro Médico Bloco Cirúrgico	Ambulatorial
Centro	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Neurocentro - Centro de Neurologia e Métodos de Diagnósticos	Ambulatorial
Centro	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Prosocefra - Pronto Socorro Central de Fraturas	Ambulatorial, SADT
Centro	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Pulmocárdio - Pronto Socorro do Coração e Pulmão	Ambulatorial
Centro	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Radiomed Diagnóstico Médico por Imagem	Ambulatorial, SADT
Centro	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Unirim Unidade de Doenças Renais	Ambulatorial, SADT
Centro	Municipal	Hospital-Dia/Isolado	CDMG - Oftalmoclínica Saulo Freire	Ambulatorial, Internação, SADT
Centro	Municipal	Hospital Especializado / Cardiologia	Clínica Dom Rodrigo	Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Centro	Municipal	Hospital Especializado / Pediatria	Amip - Assistência Médica Infantil da Paraíba	Internação, Urgência, SADT
Centro	Municipal	Hospital Especializado / Pediatria	Amip - Assistência Médica Infantil da Praia	Ambulatorial
Centro	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Central de Análises Clínicas	SADT
Centro	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Ecoclínica	Ambulatorial
Centro	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Laboratório de Análises Clínicas Carlos Chagas	SADT
Centro	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Laboratório de Patologia Clínica Oswaldo Cruz	SADT
Centro	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Laboratório Doutor Ely Chaves	SADT
Centro	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Laboratório Doutor Walderedo Nunes	SADT
Centro	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Laboratório Ivan Rodrigues	Ambulatorial, SADT
Centro	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Laboratório Pronto Análise	SADT
Centro	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Laboratório Valdevino	SADT
Centro	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Laboratório Paraibano de Análises Clínicas (LAPAC)	SADT
Centro	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Laboratório de Patologia e Análises Especializadas (LAPAE)	SADT
Centro	Municipal	Unidade Mista	Clínica Radiológica Doutor Azuir Lessa	Ambulatorial, SADT
Centro	Municipal	Unidade Mista	Diagson Medicina e Saúde	Ambulatorial, Internação
Centro	Dupla	Clínica/Centro de especialidade	Stropp Oftalmológica	Ambulatorial
Centro	Estadual	Laboratório de Saúde Pública	Laboratório Central de Saúde Pública da Paraíba (LACEN-PB)	Vigilância, SADT
Centro	Estadual	Clínica/Centro de especialidade	Centro Especializado Diagnóstico do Câncer (CEDC)	Ambulatorial, SADT
Centro	Estadual	Farmácia	Centro de Especializado de Dispensação de Medicamentos Excepcionais (CEMEX)	Outros
Expedicionários	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Padre Hilton Bandeira	Ambulatorial
Expedicionários	Dupla	Hospital Especializado	Hospital da Visão	Ambulatorial, Internação
Miramar	Municipal	Central de Gestão em Saúde	Distrito Sanitário V - Miramar	Vigilância
Miramar	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) João Pessoa	Ambulatorial

Região / Bairro	Gestão	Tipo	Nome	Atendimento
Miramar	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Jardim Miramar I	Ambulatorial
Miramar	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Tito Silva	Ambulatorial
Miramar	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Memorial Santa Luzia	Ambulatorial
Miramar	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Centro Diagnóstico Aparelho Locomotor (CENDAL)	Ambulatorial, SADT
Miramar	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	CitoLab Laboratório de Análises Clínicas	Ambulatorial
Tambauzinho	Municipal	Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	CAPS Álcool e Drogas (AD) Jovem Cidadão	Ambulatorial, Internação
Tambauzinho	Municipal	Hospital Especializado / Oftalmologia	Oculistas Associados da Paraíba	Internação
Tambauzinho	Dupla	Clínica/Centro de especialidade	Instituto Visão para Todos	Ambulatorial
Torre	Municipal	Central de Gestão em Saúde	Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa	Regulação, Vigilância
Torre	Municipal	Central de Gestão em Saúde	Distrito Sanitário IV - Torre	Vigilância
Torre	Municipal	Central de Gestão em Saúde	Cartão SUS de João Pessoa	Regulação
Torre	Municipal	Unidade de Telessaúde	Telessaúde Redes João Pessoa	Regulação
Torre	Municipal	Unidade de Vigilância em Saúde	Divisão de Vigilância Sanitária	Vigilância
Torre	Municipal	Unidade de Vigilância em Saúde	Vigilância Epidemiológica Municipal	Vigilância
Torre	Municipal	Centro de Imunização	Centro Municipal de Imunizações	Ambulatorial
Torre	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Torre I	Ambulatorial
Torre	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Torre Integrada	Ambulatorial
Torre	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) - Torre	Ambulatorial, Urgência
Torre	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Nefruza - Serviços Nefrológicos Fiúza Chaves	Ambulatorial, SADT
Torre	Municipal	Hospital Geral	Hospital Alberto Urquiza Wanderley - Unimed João Pessoa	Ambulatorial, Internação, SADT
Torre	Municipal	Hospital Geral	Hospital Memorial São Francisco	Ambulatorial, Internação, SADT
Torre	Municipal	Hospital Geral	Hospital Nossa Senhora das Neves	Ambulatorial, Internação, SADT
Torre	Municipal	Unidade Móvel Terrestre	Unidade Odontológica Móvel	Ambulatorial
Torre	Municipal	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	Centro de Endoscopia Ginecologica	Ambulatorial, SADT
Torre	Municipal	Unidade Mista	Diagnóstica Central de Diagnóstico	Ambulatorial, Internação, SADT
Torre	Dupla	Clínica/Centro de especialidade	Centro de Olhos da Paraíba	Ambulatorial
Torre	Dupla	Clínica/Centro de especialidade	Centro Médico Audiovisual	Ambulatorial
14ª REGIÃO				
Bancários	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Bancários Integrada	Ambulatorial
Bancários	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Timbó I	Ambulatorial
Bancários	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Timbó II	Ambulatorial
Bancários	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) João Pessoa	Ambulatorial
Bancários	Municipal	Clínica/Centro de especialidade	Equilíbrio do Ser - Centro de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	Ambulatorial
Bancários	Municipal	Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	UPA Bancários	Regulação, Vigilância, Ambulatorial, Urgência, SADT

Região / Bairro	Gestão	Tipo	Nome	Atendimento
Castelo Branco	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Castelo Branco I	Ambulatorial
Castelo Branco	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Santa Clara Integrada	Ambulatorial
Castelo Branco	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF São Rafael	Ambulatorial
Castelo Branco	Federal	Hospital Geral	Hospital Universitário Lauro Wanderley	Vigilância, Ambulatorial, Internação, Urgência, SADT
Jardim Cidade Universitária	Municipal	Unidade de Vigilância em Saúde	Gerência de Vigilância Ambiental e Zoonoses	Vigilância
Jardim Cidade Universitária	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Eucalipto	Ambulatorial
Jardim Cidade Universitária	Municipal	Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	CAPS Caminhar	Ambulatorial, Internação
Jardim São Paulo	Municipal	Centro de Saúde/Unidade Básica	USF Água Fria	Ambulatorial

Nota: USF = Unidade de Saúde da Família; SAMU = Serviço de Atendimento Móvel de Urgência; USB = Unidade de Suporte Básico; USA = Unidade de Suporte Avançado; MT = Motolância; SADT = Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), CNES/MS (2021), SMS. Adaptado por Consórcio PDMJP.

12.5 ANEXO V – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS SOCIOASSISTENCIAIS

Região de Participação Popular, bairro, esfera administrativa, tipologia, nível de Proteção social, público específico e população de referência dos equipamentos da rede pública socioassistencial do município de João Pessoa.

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome	Proteção Social	Público específico	População referência (pessoas)
1ª REGIÃO						
Aeroclube	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	Casa Shalon - Fundação Esperança e Vida	Alta	Crianças e adolescentes (masculino)	12
Brisamar	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Praia	Média	Crianças e adolescentes	S/I
Manaíra	Municipal	CRAS	CRAS São José	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	2.262
Manaíra	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Passagem da Família	Alta	Adultos e famílias	25
3ª REGIÃO						
Mangabeira	Municipal	CRAS	CRAS Mangabeira	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	2.927
Mangabeira	Municipal	CRC	CRC Mangabeira - Otaviano Coutinho	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Mangabeira	Municipal	Unidade de Inclusão Social/Produtiva	Marcenaria Escola	Básica	Jovens e adultos	S/I
Mangabeira	Municipal	Restaurante Popular	Restaurante Popular de Mangabeira	Básica	-	S/I
Mangabeira	Estadual	Restaurante Popular	Restaurante Popular	Básica	-	S/I
Mangabeira	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Mangabeira	Média	Crianças e adolescentes	S/I
Mangabeira	Municipal	CREAS	CREAS / PAEFI III - Mangabeira	Média	Pessoas/famílias em situação de violência e/ou direitos violados	282
4ª REGIÃO						
Planalto da Boa Esperança	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoquiã (CCIAO)	Básica	Pessoas com até 29 anos	62
Valentina	Municipal	CRAS	CRAS Valentina	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	3.265
Valentina	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Centro Integrado de Ações Comunitárias pela Vida (CICOVI)	Básica	Crianças e adolescentes (7 a 17 anos)	161
Valentina	Municipal	CRC	CRC Valentina - Félix Cahino	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Valentina	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Valentina	Média	Crianças e adolescentes	S/I
5ª REGIÃO						
Costa e Silva	Municipal	CRC	CRC Costa e Silva - Sandoval Silva de Assis	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome	Proteção Social	Público específico	População referência (pessoas)
Costa e Silva	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Taipa	Básica	-	S/I
Ernesto Geisel	Municipal	Banco de Alimentos	Banco de Alimentos de João Pessoa	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional	S/I
Ernesto Geisel	Estadual	CSU	CSU Calula Leite	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Funcionários	Municipal	CRAS	CRAS Grotão	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	1.872
Funcionários	Municipal	CRC	CRC Funcionários II - Deputado Fernando Carrilho Milanez	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Funcionários	Municipal	Unidade de Inclusão Social/Produtiva	Centro de Referência para a Inclusão Social e Produtiva da Comunidade Maria de Nazaré (CRISPMAN)	Básica	Jovens e adultos	S/I
João Paulo II	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Sudeste	Média	Crianças e adolescentes	S/I
6ª REGIÃO						
Jardim Veneza	Municipal	CRC	CRC Jardim Veneza - Vereador Júlio Paulo Neto	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Jardim Veneza	Municipal	Unidade de Inclusão Social/Produtiva	Cozinha Escola	Básica	Jovens e adultos	S/I
Jardim Veneza	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Jardim Veneza	Básica	-	S/I
7ª REGIÃO						
Cristo Redentor	Municipal	CRAS	CRAS Cristo Redentor	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	5.875
Cristo Redentor	Municipal	CRAS	CRAS Vale das Palmeiras	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	674
Cristo Redentor	Municipal	CRC	CRC Cristo - Cícero Lucena	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Cristo Redentor	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Bela Vista/Cristo	Básica	-	S/I
Cristo Redentor	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Cristo	Média	Crianças e adolescentes	S/I
Cristo Redentor	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Passagem para Idosos	Alta	Idosos	20
Cristo Redentor	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	ILPI Associação Promocional do Ancião Doutor João Meira de Menezes (ASPEN)	Alta	Idosos	92
Jaguaribe	Municipal	CREAS	CREAS / PAEFI IV - Centro	Média	Pessoas/famílias em situação de violência e/ou direitos violados	385
Jaguaribe	Municipal	Centro Pop	Centro Pop II	Média	Pessoas em situação de rua	25
Jaguaribe	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Acolhida Feminina	Alta	Crianças e adolescentes (feminino)	20
Varjão	Estadual	CSU	CSU Isabel de Brito Pereira	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome	Proteção Social	Público específico	População referência (pessoas)
8ª REGIÃO						
Cruz das Armas	Municipal	CRAS	CRAS Cruz das Armas	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	2.428
Cruz das Armas	Municipal	CRC	CRC Cruz das Armas - José Gonçalves de Amorim Júnior	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Cruz das Armas	Estadual	CSU	CSU Centro Integrado de Cruz das Armas (CICA)	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Oitizeiro	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Bairro dos Novais	Básica	-	S/I
9ª REGIÃO						
Alto do Mateus	Municipal	CRAS	CRAS Alto do Mateus	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	4.682
Alto do Mateus	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Pia Sociedade de Padre Nícola Mazza (Projeto Beira da Linha)	Básica	Crianças e adolescentes (7 a 17 anos)	322
Alto do Mateus	Municipal	Unidade de Inclusão Social/Produtiva	Polo de Costura	Básica	Jovens e adultos	S/I
Ilha do Bispo	Municipal	CRAS	CRAS Ilha do Bispo	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	4.892
Ilha do Bispo	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Associação Recreativa Cultural e Artística (ARCA)	Básica	Crianças e adolescentes (7 a 17 anos)	300
Varadouro	Municipal	Restaurante Popular	Restaurante Popular Fábio Fernandes Fonseca	Básica	-	S/I
10ª REGIÃO						
Roger	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Casa Pequeno Davi	Básica	Crianças e adolescentes (até 17 anos)	247
Roger	Municipal	CRC	CRC Roger - Centro Margarida Pereira	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Roger	Municipal	Unidade de Inclusão Social/Produtiva - Acessuas	Centro de Formação Cidadã Margarida Pereira da Silva	Básica		1.500
Treze de Maio	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Passagem Diagnóstica	Alta	Crianças e adolescentes	20
11ª REGIÃO						
Alto do Céu	Municipal	CRAS	CRAS Mandacarú	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	3.079
Estados	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Instituto dos Cegos da Paraíba - Adalgisa Cunha	Básica	Pessoas com deficiência visual (acima de 7 anos)	S/I
Estados	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Norte	Média	Crianças e adolescentes	S/I

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome	Proteção Social	Público específico	População referência (pessoas)
Estados	Municipal	Centro-Dia	Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência	Média	Pessoas com deficiência	66
Estados	ONG/OSC	Centro-Dia - REF	Instituto dos Cegos da Paraíba - Adalgisa Cunha	Média	Pessoas com deficiência	S/I
Estados	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Acolhida Adulta II	Alta	Adultos	35
Estados	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	ILPI Lar da Providência Carneiro da Cunha - Associação Norte Brasileira de Educação e Assistência Social (ANBEAS)	Alta	Idosos	92
Estados	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	Comunidade Filhos da Misericórdia-Fundação São Padre Pio de Pietrelcina	Alta	Crianças e adolescentes	12
Ipês	Municipal	Unidade de Acolhimento	Lar da Criança Jesus de Nazaré	Alta	Crianças e adolescentes	20
Ipês	Municipal	Unidade de Acolhimento	Residência Inclusiva	Alta	Adultos com deficiência	10
Ipês	Estadual	CSU	CSU Monsenhor José Coutinho	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Mandacarú	Municipal	CRC	CRC Mandacarú - Antônio Alves de Lima	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Mandacarú	Municipal	Centro de Convivência	Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos II	Básica	Crianças/adolescentes (7 a 17 anos) e idosos	S/I
Padre Zé	Municipal	CRAS	CRAS Padre Zé	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	3.082
Pedro Gondim	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Centro de Atividades Especiais Helena Holanda	Básica	Pessoas com deficiência, idosas e/ou vitimadas de acidentes	S/I
Pedro Gondim	Municipal	CREAS	CREAS / PAEFI II - Pedro Gondim	Média	Pessoas/famílias em situação de violência e/ou direitos violados	279
Pedro Gondim	Municipal	Centro-Dia	Centro de Referência Municipal de Inclusão para Pessoas com Deficiência (CRMIPD)	Média	Pessoas com deficiência e/ou idosas	592
Pedro Gondim	ONG/OSC	Centro-Dia - REF	Centro de Atividades Especiais Helena Holanda	Média	Pessoas com deficiência	S/I
12ª REGIÃO						
Gramame	Municipal	CRAS	CRAS Gervásio Maia	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	1.065
Gramame	Municipal	CRAS	CRAS Gramame	Básica	Pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social	4.164
Gramame	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Olho do Tempo - Escola Viva	Básica	Pessoas de 7 a 29 anos	112
Gramame	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Gervásio Maia	Básica	-	S/I

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome	Proteção Social	Público específico	População referência (pessoas)
Gramame	Estadual	CSU	CSU Centro de Atividades de Lazer Padre Juarez Benício (CEJUBE)	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
13ª REGIÃO						
Centro	Municipal	Centro de Referência às Mulheres	Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB)	Política inter-setorial	Mulheres acima de 18 anos, em situação de violência doméstica ou familiar	S/I
Centro	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Sul	Média	Crianças e adolescentes	S/I
Centro	Municipal	CREAS	CREAS / PAEFI I	Média	Pessoas/famílias em situação de violência e/ou direitos violados	292
Centro	Municipal	Centro Pop	Centro Pop I	Média	Pessoas em situação de rua	50
Miramar	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Acolhida Adulta I	Alta	Adultos	35
Tambauzinho	Municipal	Lavanderia Comunitária	Lavanderia Comunitária - Padre Hildon Bandeira	Básica	-	S/I
Tambauzinho	Municipal	Centro-Dia	Centro Dia da Criança com Microcefalia	Média	Pessoas com deficiência	51
Tambauzinho	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa Lar Manaira	Alta	Crianças e adolescentes	20
Torre	Municipal	Centro de Convivência Intergeracional	Centro Intergeracional Sinhá Bandeira (CISB)	Básica	Jovens e idosos	S/I
Torre	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	ILPI Vila Vicentina Júlia Freire	Alta	Idosos	65
14ª REGIÃO						
Bancários	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Básica	Pessoas com deficiência (acima de 7 anos)	153
Bancários	Municipal	CRC	CRC Bancários - Idália da Silva Lima Azevedo	Básica	Crianças, adolescentes, jovens e adultos	S/I
Bancários	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Timbó	Básica	-	S/I
Bancários	ONG/OSC	Centro-Dia - REF	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Média	Pessoas com deficiência	S/I
Bancários	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Acolhida Morada do Betinho	Alta	Crianças e adolescentes	20
Castelo Branco	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	ILPI Instituição Espírita Nosso Lar	Alta	Idosos	32
Jardim Cidade Universitária	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	ILPI Casa da Divina Misericórdia	Alta	Idosos (feminino)	32

Nota: ONG/OSC = Organização não governamental/Organização da Sociedade Civil; REF = Equipamento referenciado; CRAS = Centro de Referência de Assistência Social; CRC = Centro de Referência da Cidadania; CREAS = Centro de Referência Especializado de Assistência Social; PAEFI = Serviço de Proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos; CSU = Centro Social Urbano; Centro Pop = Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua; ILPI = Instituição de Longa Permanência para Idosos.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), CADSUAS/MC (2021), SAGI/MC (2019), SEDH/PB (2021), SEDES, SEPPM. Adaptado por Consórcio PDMJP.

12.6 ANEXO VI – CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS SOCIOASSISTENCIAIS

Região de Participação Popular, bairro, esfera administrativa, tipologia, nível de Proteção Social, caracterização e avaliação dos equipamentos da rede pública socioassistencial do município de João Pessoa - 2021.

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome	Proteção Social	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
					Média mensal atend.	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende RH	Atende materiais/mobiliários
1ª REGIÃO												
Aeroclube	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	Casa Shalon - Fundação Esperança e Vida	Alta	12	Sim	Próprio	Boa	Sim	Sim	Sim	Sim
Brisamar	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Praia	Média	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Manaíra	Municipal	CRAS	CRAS São José	Básica	200	Sim	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim	Sim
Manaíra	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Passagem da Família	Alta	variada	Sim	Alugado	Boa	Não	Não	Não	Sim
3ª REGIÃO												
Mangabeira	Municipal	CRAS	CRAS Mangabeira	Básica	700	Não	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Mangabeira	Municipal	CRC	CRC Mangabeira - Otaviano Coutinho	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Mangabeira	Municipal	Unidade de Inclusão Social/Produtiva	Marcenaria Escola	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Mangabeira	Municipal	Restaurante Popular	Restaurante Popular de Mangabeira	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Mangabeira	Estadual	Restaurante Popular	Restaurante Popular	Básica	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Mangabeira	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Mangabeira	Média	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Mangabeira	Municipal	CREAS	CREAS / PAEFI III - Mangabeira	Média	80	Sim	Alugado	Ruim	Mudança local	Não	Sim	Sim
4ª REGIÃO												
Planalto da Boa Esperança	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoguiã (CCIAO)	Básica	S/I	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Valentina	Municipal	CRAS	CRAS Valentina	Básica	700	Sim	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim	Sim
Valentina	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Centro Integrado de Ações Comunitárias pela Vida (CICOVI)	Básica	S/I	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Valentina	Municipal	CRC	CRC Valentina - Félix Cahino	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome	Proteção Social	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
					Média mensal atend.	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende RH	Atende materiais/mobiliários
Valentina	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Valentina	Média	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
5ª REGIÃO												
Costa e Silva	Municipal	CRC	CRC Costa e Silva - Sandoval Silva de Assis	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Costa e Silva	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Taipa	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Ernesto Geisel	Municipal	Banco de Alimentos	Banco de Alimentos de João Pessoa	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Ernesto Geisel	Estadual	CSU	CSU Calula Leite	Básica	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Funcionários	Municipal	CRAS	CRAS Grotão	Básica	300	Sim	Cedido	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Funcionários	Municipal	CRC	CRC Funcionários II - Deputado Fernando Carrilho Milanez	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Funcionários	Municipal	Unidade de Inclusão Social/Produtiva	Centro de Referência para a Inclusão Social e Produtiva da Comunidade Maria de Nazaré (CRISPMAN)	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
João Paulo II	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Sudeste	Média	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
6ª REGIÃO												
Jardim Veneza	Municipal	CRC	CRC Jardim Veneza - Vereador Júlio Paulo Neto	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Jardim Veneza	Municipal	Unidade de Inclusão Social/Produtiva	Cozinha Escola	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Jardim Veneza	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Jardim Veneza	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
7ª REGIÃO												
Cristo Redentor	Municipal	CRAS	CRAS Cristo Redentor	Básica	200	Sim	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim	Sim
Cristo Redentor	Municipal	CRAS	CRAS Vale das Palmeiras	Básica	350	Sim	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim	Sim
Cristo Redentor	Municipal	CRC	CRC Cristo - Cícero Lucena	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome	Proteção Social	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
					Média mensal atend.	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende RH	Atende materiais/mobiliários
Cristo Redentor	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Bela Vista/Cristo	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Cristo Redentor	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Cristo	Média	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Cristo Redentor	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Passagem para Idosos	Alta	variada	Sim	Próprio	Boa	Não	Não	Sim	Sim
Cristo Redentor	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	ILPI Associação Promocional do Ancestral Doutor João Meira de Menezes (ASPEN)	Alta	92	Sim	Próprio	Boa	Sim	Sim	Sim	Sim
Jaguaribe	Municipal	CREAS	CREAS / PAEFI IV - Centro	Média	120	Sim	Alugado	Regular	Sim	Não	Não	Sim
Jaguaribe	Municipal	Centro Pop	Centro Pop II	Média	25	Sim	Alugado	Regular	Sim	Não	Não	Sim
Jaguaribe	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Acolhida Feminina	Alta	variada	Sim	Alugado	Boa	Não	Não	Não	Sim
Varão	Estadual	CSU	CSU Isabel de Brito Pereira	Básica	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
8ª REGIÃO												
Cruz das Armas	Municipal	CRAS	CRAS Cruz das Armas	Básica	150	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Cruz das Armas	Municipal	CRC	CRC Cruz das Armas - José Gonçalves de Amorim Júnior	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Cruz das Armas	Estadual	CSU	CSU Centro Integrado de Cruz das Armas (CICA)	Básica	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Oitizeiro	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Bairro dos Novais	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
9ª REGIÃO												
Alto do Mateus	Municipal	CRAS	CRAS Alto do Mateus	Básica	300	Não	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim	Sim
Alto do Mateus	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Pia Sociedade de Padre Nicola Mazza (Projeto Beira da Linha)	Básica	S/I	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Alto do Mateus	Municipal	Unidade de Inclusão Social/Produtiva	Polo de Costura	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Ilha do Bispo	Municipal	CRAS	CRAS Ilha do Bispo	Básica	150	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Ilha do Bispo	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Associação Recreativa Cultural e Artística (ARCA)	Básica	S/I	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome	Proteção Social	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
					Média mensal atend.	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende RH	Atende materiais/mobiliários
Varadouro	Municipal	Restaurante Popular	Restaurante Popular Fáblio Fernandes Fonseca	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
10ª REGIÃO												
Roger	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Casa Pequeno Davi	Básica	S/I	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Roger	Municipal	CRC	CRC Roger - Centro Margarida Pereira	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Roger	Municipal	Unidade de Inclusão Social/Produtiva - Acessuas	Centro de Formação Cidadã Margarida Pereira da Silva	Básica	S/I	Sim	Próprio	Regular	Sim	Sim	Sim	Não
Treze de Maio	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Passagem Diagnóstica	Alta	variada	Sim	Alugado	Regular	Mudança local	Não	Sim	Sim
11ª REGIÃO												
Alto do Céu	Municipal	CRAS	CRAS Mandacarú	Básica	300	Sim	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim	Sim
Estados	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Instituto dos Cegos da Paraíba - Adalgisa Cunha	Básica	S/I	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Estados	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Norte	Média	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Estados	Municipal	Centro-Dia	Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência	Média	66	Sim	Alugado	Boa	Sim	Sim	Não	Sim
Estados	ONG/OSC	Centro-Dia - REF	Instituto dos Cegos da Paraíba - Adalgisa Cunha	Média	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Estados	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Acolhida Adulta II	Alta	35	Sim	Alugado	Boa	Não	Não	Não	Não
Estados	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	ILPI Lar da Providência Carneiro da Cunha - Associação Norte Brasileira de Educação e Assistência Social (ANBEAS)	Alta	92	Sim	Próprio	Boa	Sim	Sim	Sim	Sim
Estados	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	Comunidade Filhos da Misericórdia- Fundação São Padre Pio de Pietrelcina	Alta	12	Sim	Alugado	Boa	Não	Não	Sim	Sim
Ipês	Municipal	Unidade de Acolhimento	Lar da Criança Jesus de Nazaré	Alta	variada	Sim	Alugado	Regular	Mudança local	Não	Não	Sim

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome	Proteção Social	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
					Média mensal atend.	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende RH	Atende materiais/mobiliários
Ipês	Municipal	Unidade de Acolhimento	Residência Inclusiva	Alta	10	Não	Alugado	Regular	Mudança local	Não	Não	Sim
Ipês	Estadual	CSU	CSU Monsenhor José Coutinho	Básica	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Mandacarú	Municipal	CRC	CRC Mandacarú - Antônio Alves de Lima	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Mandacarú	Municipal	Centro de Convivência	Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos II	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Padre Zé	Municipal	CRAS	CRAS Padre Zé	Básica	200	Sim	Alugado	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Pedro Gondim	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Centro de Atividades Especiais Helena Holanda	Básica	S/I	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Pedro Gondim	Municipal	CREAS	CREAS / PAEFI II - Pedro Gondim	Média	80	Sim	Alugado	Boa	Sim	Não	Não	Sim
Pedro Gondim	Municipal	Centro-Dia	Centro de Referência Municipal de Inclusão para Pessoas com Deficiência (CRMIPD)	Média	427	Sim	Alugado	Regular	Sim	Não	Sim	Sim
Pedro Gondim	ONG/OSC	Centro-Dia - REF	Centro de Atividades Especiais Helena Holanda	Média	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
12ª REGIÃO												
Gramame	Municipal	CRAS	CRAS Gervásio Maia	Básica	200	Sim	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim	Sim
Gramame	Municipal	CRAS	CRAS Gramame	Básica	250	Sim	Próprio	Regular	Não	Sim	Sim	Sim
Gramame	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Olho do Tempo - Escola Viva	Básica	S/I	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Gramame	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Gervásio Maia	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Gramame	Estadual	CSU	CSU Centro de Atividades de Lazer Padre Juarez Benício (CEJUBE)	Básica	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
13ª REGIÃO												
Centro	Municipal	Centro de Referência às Mulheres	Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB)	Política inter-setorial	S/I	Não	S/I	Regular	Sim	S/I	S/I	Não
Centro	Municipal	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Região Sul	Média	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Centro	Municipal	CREAS	CREAS / PAEFI I	Média	80	Sim	Alugado	Regular	Sim	Não	Sim	Sim

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome	Proteção Social	Caracterização e avaliação ⁽¹⁾							
					Média mensal atend.	Atende demanda atual	Condição imóvel	Qualidade estrutura física	Projeto melhoria	Espaço para ampliar	Atende RH	Atende materiais/mobiliários
Centro	Municipal	Centro Pop	Centro Pop I	Média	50	Sim	Alugado	Regular	Sim	Não	Não	Não
Miramar	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Acolhida Adulta I	Alta	35	Sim	Alugado	Boa	Não	Não	Sim	Não
Tambauzinho	Municipal	Lavanderia Comunitária	Lavanderia Comunitária - Padre Hildon Bandeira	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Tambauzinho	Municipal	Centro-Dia	Centro Dia da Criança com Microcefalia	Média	24	Sim	Alugado	Boa	Sim	Não	Sim	Sim
Tambauzinho	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa Lar Manaíra	Alta	variada	Sim	Alugado	Boa	Não	Não	Sim	Sim
Torre	Municipal	Centro de Convivência Intergeracional	Centro Intergeracional Sinhá Bandeira (CISB)	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Torre	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	ILPI Vila Vicentina Júlia Freire	Alta	65	Sim	Próprio	Boa	S/I	S/I	Sim	Sim
14ª REGIÃO												
Bancários	ONG/OSC	Centro de Convivência - REF	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Básica	S/I	Sim	Próprio	Regular	Não	Não	Sim	Sim
Bancários	Municipal	CRC	CRC Bancários - Idália da Silva Lima Azevedo	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Bancários	Municipal	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária Timbó	Básica	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Bancários	ONG/OSC	Centro-Dia - REF	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Média	S/I	Não	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Bancários	Municipal	Unidade de Acolhimento	Casa de Acolhida Morada do Betinho	Alta	variada	Sim	Alugado	Boa	Não	S/I	S/I	S/I
Castelo Branco	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	ILPI Instituição Espírita Nosso Lar	Alta	32	Sim	Próprio	Boa	Sim	Sim	Sim	Sim
Jardim Cidade Universitária	ONG/OSC	Unidade de Acolhimento - REF	ILPI Casa da Divina Misericórdia	Alta	32	Sim	Próprio	Boa	Sim	Sim	Sim	Sim

Nota: ONG/OSC = Organização não governamental/Organização da Sociedade Civil; REF = Equipamento referenciado; CRAS = Centro de Referência de Assistência Social; CRC = Centro de Referência da Cidadania; CREAS = Centro de Referência Especializado de Assistência Social; PAEFI = Serviço de Proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos; ILPI = Instituição de Longa Permanência para Idosos; S/I = Sem informação. (1) Realizada por SEDES e SEPPM.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), CADSUAS/MC (2021), SAGI/MC (2019), SEDES, SEPPM. Adaptado por Consórcio PDMJP.

12.7 ANEXO VII – RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA

Região de Participação Popular, bairro e órgão administrativo dos equipamentos da rede pública de segurança do município de João Pessoa.

Região / Bairro	Órgão administrativo	Nome
1ª REGIÃO		
João Agripino	Polícia Federal do Brasil	Superintendência da Polícia Federal na Paraíba
Manaíra	Polícia Civil da Paraíba	12ª Delegacia Distrital
2ª REGIÃO		
Cabo Branco	Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba	Batalhão de Busca e Salvamento (BBS)
Tambaú	Polícia Civil da Paraíba	10ª Delegacia Distrital
Tambaú	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Atendimento ao Turista
3ª REGIÃO		
Costa do Sol	Polícia Civil da Paraíba	Academia de Polícia Civil (ACADEPOL)
Costa do Sol	Polícia Militar da Paraíba	Complexo Administrativo Ambiental
Costa do Sol	Polícia Militar da Paraíba	Batalhão de Polícia Ambiental (BPAMB)
Costa do Sol	Polícia Militar da Paraíba	1ª Companhia do Batalhão Especializado de Policiamento Turístico
Costa do Sol	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária da Paraíba	Penitenciária de Segurança Máxima Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes (PB1 E PB2)
Costa do Sol	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária da Paraíba	Penitenciária de Regime Especial Desembargador Francisco Espínola
Mangabeira	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia-Geral da Polícia Civil (DEGEPOL)
Mangabeira	Polícia Civil da Paraíba	9ª Delegacia Distrital
Mangabeira	Polícia Militar da Paraíba	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP)
Mangabeira	Polícia Militar da Paraíba	Academia de Polícia Militar do Cabo Branco (APMCB)
Mangabeira	Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba	1º Batalhão de Bombeiro Militar (1º BBM)
Mangabeira	Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba	Academia de Bombeiro Militar Aristarcho Pessoa (ABMAP)
Mangabeira	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária da Paraíba	Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão
Mangabeira	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária da Paraíba	Penitenciária de Segurança Média Juiz Hitler Cantalice
Mangabeira	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária da Paraíba	Penitenciária Desembargador Sílvio Porto
Mangabeira	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária da Paraíba	Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Julia Maranhão
4ª REGIÃO		
Valentina	Polícia Civil da Paraíba	11ª Delegacia Distrital
Valentina	Polícia Militar da Paraíba	5º Batalhão de Polícia Militar (5º BPM)
5ª REGIÃO		
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	4ª Delegacia Distrital
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Central de Polícia
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Central de Flagrantes
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Fraudes e Falsificações
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE)
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Polícia Interestadual (POLINTER)
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Acidentes de Veículos (DAV)
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária (DCCOT)
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Crimes contra o Meio Ambiente
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Crimes contra o Patrimônio (DCCPAT)
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas (DRFVC)
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Crimes contra Pessoa (Homicídios)
Ernesto Geisel	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Crimes Cibernéticos (em implantação)
Ernesto Geisel	Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba	1º Comando Regional de Bombeiro Militar (1º CRBM - Zona da Mata)
João Paulo II	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Crimes contra a Mulher - Zona Sul
6ª REGIÃO		
Distrito Industrial	Polícia Civil da Paraíba	8ª Delegacia Distrital

Região / Bairro	Órgão administrativo	Nome
Jardim Veneza	Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba	Comando Geral
7ª REGIÃO		
Cristo Redentor	Polícia Civil da Paraíba	Instituto de Polícia Científica (IPC)
Cristo Redentor	Polícia Federal do Brasil	Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
Jaguaribe	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária da Paraíba	Penitenciária de Psiquiatria Forense - Instituto de Psiquiatria Forense (IPF)
8ª REGIÃO		
Cruz das Armas	Polícia Civil da Paraíba	1ª Delegacia Distrital
Cruz das Armas	Polícia Militar da Paraíba	Comando do Policiamento Regional Metropolitano (CPRM)
Cruz das Armas	Exército do Brasil	15º Batalhão de Infantaria Motorizado - Regimento Vidal De Negreiros
9ª REGIÃO		
Varadouro	Marinha do Brasil	Capitania dos Portos da Paraíba
Varadouro	Polícia Militar da Paraíba	1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM)
10ª REGIÃO		
Roger	Polícia Militar da Paraíba	Batalhão de Polícia de Trânsito Urbano e Rodoviário (BPTran)
Roger	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária da Paraíba	Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega
11ª REGIÃO		
Estados	Polícia Civil da Paraíba	3ª Delegacia Distrital
Estados	Exército do Brasil	Comando do 1º Grupamento de Engenharia (Grupamento General Lyra Tavares)
Ipês	Polícia Militar da Paraíba	Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE)
Pedro Gondim	Polícia Militar da Paraíba	Batalhão Especializado de Policiamento com Motocicletas (BEPMotos)
Pedro Gondim	Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba	Batalhão de Atendimento Pré-Hospitalar (BAPH)
13ª REGIÃO		
Centro	Guarda Civil Municipal	Base da Guarda Civil - Centro
Centro	Guarda Civil Municipal	Base da Guarda Civil - Parque Sólton de Lucena (Parque da Lagoa)
Centro	Polícia Civil da Paraíba	2ª Delegacia Distrital
Centro	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Crimes contra o Idoso
Centro	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Crimes Homofóbicos, Étnico-Raciais e de Intolerância Religiosa
Centro	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Crimes contra a Infância e Juventude
Centro	Polícia Civil da Paraíba	Delegacia de Crimes contra a Mulher - Zona Norte
Centro	Polícia Militar da Paraíba	Comando Geral
Centro	Guarda Civil Municipal	Guarda Civil Municipal
Centro	Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba	Diretoria de Atividades Técnicas (DAT)
Centro	Exército do Brasil	1ª Delegacia do Serviço Militar
14ª REGIÃO		
Bancários	Guarda Civil Municipal	Base da Guarda Civil - Praça da Paz (Metropolitana)
Bancários	Guarda Civil Municipal	Núcleo de Convivência e Mediação de Conflitos da Guarda Civil

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), PCPB (2021), PMPB (2021), CBMPB (2021), DPF/MD (2021), EB/MD (2021), MB/MD (2021), SEAP/PB (2021), SEMUSB.

12.8 ANEXO VIII – RELAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Região de Participação Popular, bairro, esfera administrativa e tipologia dos espaços e equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer do município de João Pessoa.

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome
1ª REGIÃO			
Aeroclube	Municipal	Praça	Praça Célia Santiago
Aeroclube	Municipal	Praça	Praça Francisco Evaristo Dos Santos
Aeroclube	Municipal	Praça	Praça Tenente Antônio Fernandes do Amaral
Aeroclube	Municipal	Parque	Parque Municipal Parahyba (parte)
Bessa	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Djalma Gomes da Fonseca / Praça do Caju
Bessa	Municipal	Praça	Eco Praça Bosque das Corujas
Bessa	Municipal	Parque	Parque Municipal Parahyba (parte)
Bessa	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público do Bessa
Brisamar	Municipal	Praça	Praça Afonso Barbosa de Oliveira
Brisamar	Municipal	Praça	Praça Doutor Jader dos Santos Lima
Brisamar	Municipal	Praça	Praça Eliane Coutinho de Oliveira
Brisamar	Municipal	Praça	Praça Guilherme Humberto Pessoa Serrano
Brisamar	Municipal	Praça	Praça Hélio Mangueira
Brisamar	Municipal	Praça	Praça João Bernardo de Albuquerque
Brisamar	Municipal	Praça	Praça Maestro João Gadelha de Oliveira Filho
Brisamar	Municipal	Praça	Praça Orlando Drumond
Brisamar	Municipal	Praça	Praça sem denominação I – Brisamar
Brisamar	Municipal	Praça	Praça sem denominação II – Brisamar
Jardim Oceania	Municipal	Estádio	Estádio Municipal Francisco Brandão de Mendonça (Mendonção)
Jardim Oceania	Federal	Museu	Museu Casa de Cultura Hermano José
Jardim Oceania	Municipal	Praça	Praça Desembargador Osias Nacre Gomes
Jardim Oceania	Municipal	Praça	Praça Francisca Fernandes Nogueira
Jardim Oceania	Municipal	Praça	Praça Wanda Braga de Lucena
Jardim Oceania	Municipal	Parque	Parque Municipal Parahyba (parte)
João Agripino	Municipal	Praça	Praça Manoel Colaço Sobrinho
Manaíra	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Alcides Carneiro
Manaíra	Municipal	Praça	Praça Chateaubriand de Souza Arnaud
Manaíra	Municipal	Praça	Praça Clube do Carro Antigo
Manaíra	Municipal	Praça	Praça Desembargador Silvio Porto
Manaíra	Municipal	Praça	Praça Gilvandro Carreira Almeida
Manaíra	Municipal	Praça	Praça Maximiano da Franca
Manaíra	Municipal	Praça	Praça Robson Duarte Spinola
Manaíra	Municipal	Praça	Praça Senador José Gaudêncio
Manaíra	Municipal	Teatro	Teatro Ednaldo de Egypto - SEDEC
2ª REGIÃO			
Altiplano Cabo Branco	Municipal	Centro cultural	Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes - SEDEC
Altiplano Cabo Branco	Municipal	Espaço de formação cultural/artística	Estação das Artes Luciano Agra - SEDEC
Altiplano Cabo Branco	Municipal	Mercado/Horto	Celeiro Espaço Criativo - artesanato - SEDEC
Altiplano Cabo Branco	Municipal	Praça	Praça da Castanha da Índia
Altiplano Cabo Branco	Municipal	Praça	Praça Francisco de Assis Carvalho
Altiplano Cabo Branco	Municipal	Praça	Praça José Targino
Cabo Branco	Estadual	Espaço histórico-cultural	Fundação Casa de José Américo (FCJA)
Cabo Branco	Municipal	Espaço histórico-cultural	Farol do Cabo Branco
Cabo Branco	Municipal	Praça	Praça Mãe Iemanjá
Cabo Branco	Estadual	Centro de convenções	Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome
Cabo Branco	Estadual	Teatro	Teatro Pedra do Reino
Penha	Municipal	Mercado/Horto	Sereias da Penha - artesanato
Portal do Sol	Municipal	Campo de futebol	Campo da Cidade Recreio
Portal do Sol	Municipal	Praça	Praça Parque Portal do Sol
Portal do Sol	Municipal	Parque	Parque Municipal Cabo Branco
Tambaú	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça da Gameleira (Largo da Gameleira)
Tambaú	Municipal	Praça	Praça Professor Vicente Trevas Filho
Tambaú	Municipal	Praça	Praça Santo Antônio
Tambaú	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público de Tambaú
Tambaú	Municipal	Mercado/Horto	Mercado do Peixe de Tambaú
Tambaú	Municipal	Mercado/Horto	Mercado de Artesanato Paraibano (MAP)
Tambaú	Municipal	Mercado/Horto	Centro de Artesanato Júlio Rafael
Tambaú	Municipal	Mercado/Horto	Feirinha de Artesanato de Tambaú
3ª REGIÃO			
Costa do Sol	Estadual	Parque	Parque Estadual das Trilhas dos Cinco Rios (parte)
Costa do Sol	Estadual	Parque	Parque Estadual do Aratu
Costa do Sol	Estadual	Parque	Parque Estadual do Jacaré
Mangabeira	Municipal	CRJ	CRJ Ylton Veloso Filho
Mangabeira	Municipal	Ginásio	Ginásio Hermes Taurino da Silva
Mangabeira	Municipal	Pista de bicicross	Pista de Bicicross Ylton Veloso Filho
Mangabeira	Municipal	Campo de futebol	Campo de Futebol Wilson Leite Braga (Campo do Wilsão)
Mangabeira	Municipal	Campo de futebol	Campo do Cidade Verde
Mangabeira	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça da Família
Mangabeira	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça do Coqueiral
Mangabeira	Municipal	Praça	Praça A Praça é Nossa
Mangabeira	Municipal	Praça	Praça Cristo Rei
Mangabeira	Municipal	Praça	Praça dos Eucaliptos
Mangabeira	Municipal	Praça	Praça Encanto Verde
Mangabeira	Municipal	Praça	Praça Inácio Ferreira da Silva
Mangabeira	Municipal	Praça	Praça Tenente Ulysses da Silva Costa
Mangabeira	Municipal	Praça	Praça sem denominação I – Mangabeira
Mangabeira	Municipal	Praça	Praça sem denominação II – Mangabeira
Mangabeira	Municipal	Parque	Parque Municipal Bosque das Águas
Mangabeira	Municipal	Parque	Parque Horto Municipal
Mangabeira	Estadual	Parque	Parque Estadual das Trilhas dos Cinco Rios (parte)
Mangabeira	Municipal	Centro cultural	Centro Cultural de Mangabeira Tenente Lucena - FUNJOPE
Mangabeira	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público de Mangabeira
4ª REGIÃO			
Paratibe	Municipal	Campo de futebol	Campo do Paratibão
Planalto da Boa Esperança	Municipal	Campo de futebol	Centro de Treinamento Ivan Tomaz (Vila Olímpica do Valentina)
Planalto da Boa Esperança	Municipal	Campo de futebol	Campo do Botafoguinho
Planalto da Boa Esperança	Municipal	Parque	Parque Natural Municipal do Cuiá (parte)
Valentina	Municipal	CRJ	CRJ Adalberto da Silva Fernandes
Valentina	Municipal	Ginásio	Ginásio Odilon Ribeiro Coutinho
Valentina	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Soares Madruga
Valentina	Municipal	Praça	Praça Anayde Beiriz
Valentina	Municipal	Praça	Praça Félix Cahino
Valentina	Municipal	Praça	Praça Sargento Nilton Paz de Oliveira
Valentina	Municipal	Praça	Praça São Pedro
Valentina	Municipal	Praça	Praça sem denominação – Valentina
5ª REGIÃO			
Costa e Silva	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Ednalda Mota Lopes / Praça Dona Nalda
Costa e Silva	Municipal	Praça	Praça Maria da Penha Nascimento
Costa e Silva	Municipal	Praça	Praça Otília Batista da Silva
Cuiá	Municipal	Parque	Parque Natural Municipal do Cuiá (parte)

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome
Ernani Sátiro	Municipal	Academia de Saúde (polo JPVS)	Academia da Saúde Ernani Sátiro
Ernani Sátiro	Municipal	Praça	Praça da Esperança
Ernani Sátiro	Municipal	Praça	Praça das Acácias
Ernani Sátiro	Municipal	Praça	Praça Esplanada
Ernani Sátiro	Municipal	Praça	Praça sem denominação I – Ernani Sátiro
Ernani Sátiro	Municipal	Praça	Praça sem denominação II – Ernani Sátiro
Ernesto Geisel	Municipal	Academia de Saúde (polo JPVS)	Academia da Saúde Ernesto Geisel
Ernesto Geisel	Municipal	Campo de futebol	Campo de Futebol Radialista Ernani Hardman Norat (Campo do Geisel)
Ernesto Geisel	Municipal	Campo de futebol	Campo do Celeste
Ernesto Geisel	Municipal	Praça	Praça Engenheiro Solon de Lucena
Ernesto Geisel	Municipal	Praça	Praça Estudante Orlando Geisel
Ernesto Geisel	Municipal	Praça	Praça Radialista Pascoal Carrilho
Funcionários	Municipal	Campo de futebol	Campo do Batistão
Funcionários	Municipal	Campo de futebol	Campo do Vicentão
Funcionários	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Manoel Pereira Júnior / Praça Bela
Funcionários	Municipal	Praça	Praça do Funcionários II
Funcionários	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público Tancredo Neves
Funcionários	Municipal	Mercado/Horto	Feira Livre do Grotão
João Paulo II	Municipal	Praça	Praça sem denominação - João Paulo II
José Américo	Municipal	Campo de futebol	Campo do José Américo
José Américo	Municipal	Mercado/Horto	Central de Comercialização da Agricultura Familiar João Pedro Teixeira
José Américo	Municipal	Praça	Praça Deputado Janduhy Carneiro
José Américo	Municipal	Praça	Praça da Convivência Darci Marinho da Silva
6ª REGIÃO			
Indústrias	Municipal	Praça	Praça da Juventude
Jardim Veneza	Municipal	Campo de futebol	Campo do Marretinha
Jardim Veneza	Municipal	Praça	Praça Professora Maria Bronzeado Machado
Jardim Veneza	Municipal	Parque	Parque das Três Lagoas
Mumbaba	Municipal	Campo de futebol	Campo do Mumbaba
7ª REGIÃO			
Cristo Redentor	Estadual	Estádio	Estádio José Américo de Almeida Filho
Cristo Redentor	Estadual	Ginásio	Ginásio Poliesportivo Ronaldo Cunha Lima (Ronaldão)
Cristo Redentor	Municipal	Campo de futebol	Campo do Chico Matemático
Cristo Redentor	Municipal	Campo de futebol	Campo do Conjunto Inocoop
Cristo Redentor	Municipal	Campo de futebol	Campo do Vieirão
Cristo Redentor	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Emerson Lucena
Cristo Redentor	Municipal	Praça	Praça do Bela Vista
Cristo Redentor	Municipal	Praça	Praça Dom Bosco
Cristo Redentor	Municipal	Praça	Praça Doutor Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity (Praça Almeidão)
Cristo Redentor	Municipal	Praça	Praça Inocoop
Cristo Redentor	Municipal	Praça	Praça Professor José Marques Pereira de Oliveira
Cristo Redentor	Estadual	Parque de Exposições	Parque de Exposição Henrique Vieira de Melo
Jaguaribe	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Aquiles Leal - Praça Onze
Jaguaribe	Municipal	Praça	Praça dos Motoristas
Jaguaribe	Municipal	Praça	Praça General João Neiva
Jaguaribe	Municipal	Praça	Praça João XXIII
Jaguaribe	Municipal	Praça	Praça Odilon de Carvalho
Jaguaribe	Municipal	Praça	Praça Simeão Leal - Bela Vista
Jaguaribe	Estadual	Espaço histórico-cultural	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP)
Jaguaribe	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público de Jaguaribe
Varjão	Municipal	CRJ	CRJ Reuben Ramalho
Varjão	Municipal	Campo de futebol	Campo da Mangueira
Varjão	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça da Amizade - Praça do Rangel
Varjão	Municipal	Praça	Praça 14 de Julho

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome
Varjão	Municipal	Praça	Praça Comunitária Luzia Bezerra dos Santos – Menininha
Varjão	Municipal	Praça	Praça José Veríssimo Gusmão
Varjão	Municipal	Praça	Praça sem denominação – Varjão
Varjão	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público do Varjão
8ª REGIÃO			
Cruz das Armas	Municipal	Estádio	Estádio Leonardo Vinagre da Silveira (Campo da Graça)
Cruz das Armas	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça do 15 - Praça General Lavanery Wanderley
Cruz das Armas	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público de Cruz das Armas
Oitizeiro	Municipal	CRJ	CRJ Ilma Suzete Gama
Oitizeiro	Municipal	Campo de futebol	Campo do Alvorada
Oitizeiro	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Doutor Lauro Vanderley
Oitizeiro	Municipal	Praça	Praça Acrísio Pereira
Oitizeiro	Municipal	Praça	Praça Moisés Gomes De Lima
Oitizeiro	Municipal	Praça	Praça sem denominação – Oitizeiro
Oitizeiro	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público de Oitizeiro
9ª REGIÃO			
Alto do Mateus	Municipal	CRJ	CRJ Tony Cássio Estrela
Alto do Mateus	Municipal	Campo de futebol	Campo de Futebol Luiz Fernando Cavalcante (Campo do Jabiracão)
Alto do Mateus	Municipal	Campo de futebol	Campo do Conjunto Ivan Bichara
Alto do Mateus	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça da Mangueira
Alto do Mateus	Municipal	Praça	Praça 4 Amigos
Alto do Mateus	Municipal	Praça	Praça Antônio Mariz
Alto do Mateus	Municipal	Praça	Praça Doutor Severino Alves da Silveira
Alto do Mateus	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público do Alto do Mateus
Ilha do Bispo	Municipal	Campo de futebol	Campo da Ilha do Bispo
Ilha do Bispo	Municipal	Praça	Praça Índio Paragibe
Trincheiras	Municipal	Campo de futebol	Campo do Amadeus Gomes
Trincheiras	Municipal	Praça	Praça 2 de Novembro
Trincheiras	Municipal	Praça	Praça Camilo de Holanda
Trincheiras	Municipal	Praça	Praça sem denominação – Trincheiras
Varadouro	Municipal	Praça	Praça 15 de Novembro
Varadouro	Municipal	Praça	Praça Antenor Navarro
Varadouro	Municipal	Praça	Praça Antônio Rabelo
Varadouro	Municipal	Praça	Praça do Trabalho
Varadouro	Municipal	Praça	Praça Doutor Napoleão Laureano
Varadouro	Municipal	Praça	Praça Olavo Bilac
Varadouro	Municipal	Espaço histórico-cultural	Hotel Globo
Varadouro	Municipal	Museu	Memorial Tito Silva - Oficina Escola
Varadouro	Municipal	Museu	Memorial do Hotel Globo
Varadouro	Municipal	Centro comercial	Centro de Comércio e Serviços do Varadouro
10ª REGIÃO			
Roger	Municipal	Praça	Praça José Ferreira da Silva
Roger	Municipal	Praça	Praça Pedro da Silva Coutinho
Roger	Municipal	Praça	Praça Presídio do Roger
Roger	Municipal	Praça	Praça São Francisco
Roger	Municipal	Parque	Parque Municipal Zootônico Arruda Câmara / Bica (parte)
Roger	Municipal	Parque	Parque Municipal Lauro Pires Xavier (parte)
Roger	Municipal	Museu	Museu de História Natural (Bica)
Tambiá	Municipal	Ginásio	Ginásio Ivan D'Angelo Cantizany (Ginásio do Tambiá)
Tambiá	Municipal	Praça	Praça Coronel Antônio da Silva Pessoa
Tambiá	Municipal	Praça	Praça Caldas Brandão
Tambiá	Municipal	Praça	Praça da Independência
Tambiá	Municipal	Praça	Praça Jornalista José Leal
Tambiá	Municipal	Praça	Praça Julieta Simões
Tambiá	Municipal	Praça	Praça Juvêncio Mangueira
Tambiá	Municipal	Praça	Praça Professor João Vinagre
Tambiá	Municipal	Parque	Parque Municipal Lauro Pires Xavier (parte)

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome
Tambiá	Federal	Museu	Memorial da Justiça do Trabalho na Paraíba
Treze de Maio	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Jornalista Assis Chateaubriand
Treze de Maio	Municipal	Praça	Praça Historiador José Honório Rodrigues
Treze de Maio	Municipal	Praça	Praça Marechal Bittencourt
Treze de Maio	Municipal	Praça	Praça Vilagran Cabrita
Treze de Maio	Municipal	Parque	Parque Municipal Lauro Pires Xavier (parte)
11ª REGIÃO			
Alto do Céu	Municipal	Praça	Praça Antônio Cândido
Alto do Céu	Municipal	Praça	Praça Jardim Mangueira
Estados	Municipal	Praça	Praça Alice Cunha Bezerra Cavalcanti
Estados	Municipal	Praça	Praça do Sebrae
Estados	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público dos Estados
Estados	Estadual	Complexo esportivo	Vila Olímpica Parahyba
Ipês	Municipal	Praça	Praça Deputado Plínio Lemos
Ipês	Municipal	Praça	Praça Manoel Caldas Gusmão
Ipês	Municipal	Praça	Praça Tenente Lauro Leão Santa Rosa
Ipês	Municipal	Praça	Praça Manoel Benjamin de Araújo
Ipês	Municipal	Praça	Praça Josenildo José da Silva
Ipês	Municipal	Praça	Praça Neusa Agra de Oliveira
Ipês	Municipal	Praça	Praça Tharcila Barbosa da França
Mandacarú	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça da Cultura
Padre Zé	Municipal	Praça	Praça da Conquista
Padre Zé	Municipal	Parque	Parque Municipal Zoobotânico Arruda Câmara / Bica (parte)
Padre Zé	Municipal	Parque	Parque Municipal Lauro Pires Xavier (parte)
Pedro Gondim	Municipal	Praça	Praça Costa e Silva
Pedro Gondim	Municipal	Praça	Praça Doutor João Medeiros
Pedro Gondim	Municipal	Praça	Praça Marechal Castelo Branco
Pedro Gondim	Municipal	Praça	Praça Rita Lee Jones
12ª REGIÃO			
Gramame	Municipal	Academia de Saúde (polo JPVS)	Academia da Saúde Colinas do Sul
Gramame	Municipal	Campo de futebol	Campo do Engenho Velho
Gramame	Municipal	Campo de futebol	Campo do Gervásio
Gramame	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça da Esperança
Gramame	Municipal	Praça	Praça Gervásio Maia
Gramame	Municipal	Praça	Praça sem denominação I – Gramame
Gramame	Municipal	Parque	Parque Municipal Ecológico Augusto dos Anjos
Gramame	Municipal	Centro cultural	Centro de Artes e Esportes Unificados Adeilton Pereira Dias - FUNJOPE
Gramame	Municipal	Mercado/Horto	Feira Livre de Colinas do Sul
13ª REGIÃO			
Centro	Municipal	Parque (polo JPVS)	Parque Municipal Sólon de Lucena / Parque da Lagoa
Centro	Municipal	Praça	Praça 1817
Centro	Municipal	Praça	Praça André Vidal de Negreiros (Ponto de Cem Reis)
Centro	Municipal	Praça	Praça Antônio de Pádua Carvalho
Centro	Municipal	Praça	Praça Aristides Lobo
Centro	Municipal	Praça	Praça Barão do Rio Branco
Centro	Municipal	Praça	Praça Castro Pinto
Centro	Municipal	Praça	Praça Dom Adauto
Centro	Municipal	Praça	Praça Dom Ulrico
Centro	Municipal	Praça	Praça Irmã Julieta Pires
Centro	Municipal	Praça	Praça João Pessoa
Centro	Municipal	Praça	Praça Marco do Lions
Centro	Municipal	Praça	Praça Odilon Ribeiro Coutinho
Centro	Municipal	Praça	Praça Pedro Américo
Centro	Municipal	Praça	Praça Venâncio Neiva (Pavilhão do Chá)
Centro	Federal	Centro cultural	Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Centro	Estadual	Espaço histórico-cultural	Biblioteca Pública Estadual Augusto dos Anjos

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome
Centro	Estadual	Espaço histórico-cultural	Casarão dos Azulejos
Centro	Estadual	Espaço histórico-cultural	Igreja da Ordem Terceira do Carmo
Centro	Federal	Espaço histórico-cultural	Biblioteca Poetisa Alice de Toledo
Centro	Municipal	Espaço histórico-cultural	Paço Municipal
Centro	Municipal	Espaço histórico-cultural	Casa da Pólvora - FUNJOPE
Centro	Municipal	Espaço histórico-cultural	Casarão 34 - FUNJOPE
Centro	Estadual	Espaço de formação cultural/artística	Centro Estadual de Arte (CEARTE)
Centro	Estadual	Museu	Academia Paraibana de Letras
Centro	Estadual	Museu	Museu do Artesanato - Casa do Artista Popular
Centro	Estadual	Museu	Museu e Cripta de Epitácio Pessoa
Centro	Estadual	Museu	Museu da Cidade de João Pessoa
Centro	Estadual	Museu	Memorial da Polícia Militar da Paraíba
Centro	Federal	Museu	Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba
Centro	Estadual	Teatro	Teatro Santa Roza - FUNJESC
Centro	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público Central
Centro	Municipal	Centro comercial	Centro de Comércio Frutuoso Barbosa
Centro	Municipal	Centro comercial	Centro de Comércio e Passagem
Expedicionários	Municipal	Ginásio	Ginásio Padre Hildon Bandeira
Expedicionários	Municipal	Espaço de formação cultural/artística	Centro de Línguas Estrangeiras (CELEST) - SEDEC
Miramar	Municipal	Espaço de formação cultural/artística	Centro de Capacitação de Professores (CECAPRO) - SEDEC
Miramar	Municipal	Praça	Praça Aprígio de Carvalho
Miramar	Municipal	Praça	Praça das Muriçocas
Miramar	Municipal	Praça	Praça João Batista de Mesquita
Miramar	Municipal	Praça	Praça Nossa Senhora de Fátima
Miramar	Municipal	Praça	Praça Rotary Club
Miramar	Municipal	Parque	Parque Municipal Ecológico Jaguaribe
Miramar	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público de Miramar
Tambauzinho	Estadual	Centro cultural	Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC)
Tambauzinho	Estadual	Centro cultural	Galeria Archidy Picado - FUNESC
Tambauzinho	Estadual	Espaço histórico-cultural	Arquivo Histórico Waldemar Duarte - FUNESC
Tambauzinho	Estadual	Espaço histórico-cultural	Centro de Documentação e Pesquisa Musical José Siqueira - FUNESC
Tambauzinho	Estadual	Espaço histórico-cultural	Biblioteca Juarez da Gama Batista - FUNESC
Tambauzinho	Estadual	Espaço histórico-cultural	Planetário - FUNESC
Tambauzinho	Estadual	Espaço de formação cultural/artística	Escola de Música Anthenor Navarro - FUNESC
Tambauzinho	Estadual	Espaço de formação cultural/artística	Escola Especial de Música Juarez Johnson - FUNESC
Tambauzinho	Municipal	Praça	Praça Espaço Cultural
Tambauzinho	Estadual	Centro de convenções	Espaço Cultural José Lins do Rêgo - FUNESC
Torre	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Tiradentes
Torre	Municipal	Praça	Praça dos Ex-Combatentes
Torre	Municipal	Praça	Praça Ariosvaldo Silva
Torre	Municipal	Praça	Praça Pedro Gondim
Torre	Estadual	Parque	Jardim Botânico de João Pessoa Benjamim Maranhão (Mata do Buraquinho)
Torre	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Público da Torre
14ª REGIÃO			
Bancários	Municipal	Campo de futebol	Campo da Praça da Paz
Bancários	Municipal	Campo de futebol	Campo do Timbó
Bancários	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça da Paz
Bancários	Municipal	Praça	Praça Bancário José Sales Sobrinho
Bancários	Municipal	Praça	Praça sem denominação – Bancários
Bancários	Municipal	Mercado/Horto	Horto Municipal de João Pessoa
Castelo Branco	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Nossa Senhora da Paz
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça Abdon Milanez
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça Alves de Souza

Região / Bairro	Administração	Tipo	Nome
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça Coronel Heitor Cabral de Ulyseia
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça da Bíblia
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça da Santinha
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça das Castanholas
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça dos Brinquedos
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça dos Jambeiros
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça Engenheiro Francisco Cicero de Melo Filho
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça Engenheiro Newton Fernandes Maia
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça Jorge Valcasser
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça Loteamento Brisamar
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça Tenente Lucena
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça José Batista de Melo
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça sem denominação I – Castelo Branco
Castelo Branco	Municipal	Praça	Praça sem denominação II – Castelo Branco
Castelo Branco	Federal	Museu	Museu da Cultura Popular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Castelo Branco	Municipal	Mercado/Horto	Mercado Municipal Marechal Castelo Branco
Jardim São Paulo	Municipal	Praça (polo JPVS)	Praça Jardim São Paulo

Nota: CRJ = Centro de Referência da Juventude; Polo JPVS = Polo de atividades do Programa João Pessoa Vida Sustentável; SEDEC = Secretaria Municipal de Educação e Cultura; FUNJOPE = Fundação Cultural de João Pessoa; FUNESC = Fundação Espaço Cultural da Paraíba.

Fonte: JOÃO PESSOA (2021a), SECULT/MT (2021), SECULT/PB (2021), SEJEL/PB (2021), IPHAEP (2021), FCJA (2021), FUNESC (2021), FUNJOPE, SEDEC, SEJER, SEPLAN. Adaptado por Consórcio PDMJP.



PLANO
DIRETOR
JOÃO PESSOA

A CIDADE QUE EU QUERO

